

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX



ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX - ENEX

DE 9 A 12 DE NOVEMBRO DE 2016

**NATAL/RN
2016**

COPYRIGHT © 2016 – ANAIS ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO
UNIFACEX - ENEX

CENTRO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS-CIFE - MANTENEDOR

CHANCELER – JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEREDO
DIRETORA ADMINISTRATIVA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO
DIRETOR FINANCEIRO – OSWALDO GUEDES DE FIGUEIREDO NETO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX – MANTIDA

REITOR – RAYMUNDO GOMES VIEIRA
PRÓ-REITOR ACADÊMICO - RONALD FÁBIO DE PAIVA CAMPOS
SECRETÁRIO – JÚLIO APARECIDO KENED DE BRITO
PRÓ-REITORA ADMINISTRATIVA - CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto, o conteúdo apresentado é de suas exclusivas responsabilidades. Assim, a comissão organizadora do Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX não se responsabiliza pelas consequências decorrentes do uso de quaisquer dados publicados nestes Anais.

**UNIFACEX
BIBLIOTECA CENTRAL SENADOR JESSÉ PINTO FREIRE
DIVISÃO DE APOIO AO USUÁRIO
FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE**

E56a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX (13., Natal, RN, 2016).

Anais do XIII Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX, 9 a 12 de Novembro de 2016/ Comissão Organizadora: Richard Medeiros de Araújo [et.al.]. - Natal: UNIFACEX, 2016. 649p.

1. Congresso Científico. 2. Pesquisa. 3. Resumo. I. Centro Universitário Facex (UNIFACEX). II. Araújo, Richard Medeiros (Org.) [et.al.]. III. Título.

RN/BSJPF

CDU 37:058

COMISSÃO CIENTÍFICA

Isabel Cristina de Amaral Rosso Nelson	André Luis de Lima
Fabio Claudiney da Costa	Marcone Neves Macedo
Karolina de Moura Manso da Rocha	Joseane Maria Araújo de Medeiros
Lorena Mara Nóbrega de Azevêdo	Rejane Souza de Almeida
Danyelle Leonette Araújo dos Santos	Renata Rocha Leal de Miranda Pereira
Daniele Vieira Dantas	Pinheiro
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino	Julimar da Silva Gonçalves
Andressa Monica Gomes Fernandes	Terezinha Cabral de Albuquerque Neta
Francisca Marta de Lima Costa	Eylisson André dos Santos
Claudia Cristiane Filgueira Martins	Amanda Duarte Gondim
Delanne Cristina de Souza Sena Fontinele	Waleska Patrícia de Lima Santos
Daniele Bezerra dos Santos	Andreína Da Silva Moura
Priscila Daniele Fernandes Bezerra	Antonia Nathalia Duarte de Moraes
Lúcia Maria de Almeida	Luciana Carla Barbosa de Oliveira
Richard Medeiros de Araújo	Trindade
Gilsenberg Gurgel Pinheiro	Jozildo de Oliveira Delgado
Saulo Gomes	Kleber Tavares Fernandes
Alba de Oliveira Barbosa	Tarso Rocha Lula Pereira
Maria Páscoa do Vale	Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta	Horácio Aciolly
Ieda Isabella Lira de Souza	Adalberto Aguiar Albuquerque
Celly Frank de Moura	Alexandre da Costa Pereira
Daniyel Ferreira de Medeiros	Antônio Marques dos Santos
Alice Dantas de Medeiros	Eylisson André dos Santos
Rodrigo Christo	Genykléa Silva de Oliveira
Andreia Souto Vieira	Marina Clarissa Barros de Melo Lima
Adriana Conceição Silva Costa	Marina Melo
Saulo Medeiros Diniz	Fernanda Barros Soares Resende
Alba de Oliveira Barbosa	Andreia Souto Vieira
Leonardo Ruan Dantas de Aguiar	Adriana Borba
Otávio Bezerra de Sena Júnior	Juliano Silva de Vasconcelos Leite
Oswalter de Andrade Sena Segundo	

SUMÁRIO

ENFERMAGEM.....	20
O ALÍVIO DA DOR POR MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO DE PARTO	21
COMPLICAÇÕES RENAIIS EM PACIENTES IDOSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	24
INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM NO PÓS-OPERATÓRIO DE PACIENTES TRANSPLANTADOS DE RIM	27
SAÚDE HUMANA E AMBIENTE: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARNAMIRIM/RN SOBRE ARBOVIROSES	30
PAPEL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE AS ARBOVIROSES: INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA SAÚDE E MEIO AMBIENTE.....	33
CUIDADOS E MANEJOS FISIOLÓGICOS NA PRÉ-ECLAMPSIA: UMA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	36
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO NA SALA DE PARTO	39
PARTO HUMANIZADO: CONDUTAS E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PARTO	42
CATETER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC): PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA NO PREPARO ACADÊMICO	45
ANATOMIA HUMANA: COMPORTAMENTO ÉTICO NO ESTUDO DE PEÇAS NATURAIS	48

COMO PROCEDER NA PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA COM FIBRILAÇÃO VENTRICULAR/TAQUICARDIA VENTRICULAR SEM PULSO: UMA COMPILAÇÃO DO SUPORTE BÁSICO DE VIDA	51
DESVENDANDO A CEFALEIA EM SALVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	54
PÉ DIABÉTICO E A ENFERMAGEM: UM ENFOQUE NA PREVENÇÃO	57
DEPRESSÃO PÓS-PARTO E O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO.	60
A ACUPUNTURA: SUA EVOLUÇÃO E A SUA EFICÁCIA COMO REGULADOR HOMEOSTÁTICO	63
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRANSPLANTE DE CÉLULAS TRONCO-HEMATOPOIÉTICAS AUTÓLOGO	66
CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM A RESPEITO DA PREVENÇÃO DA PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA – PAVM	69
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES FIBROMIÁLGCOS	72
HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM, EM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS E PROFISSIONAIS	75
SÍNDROME DE GUILLAIN BARRÉ: UMA REVISÃO DE LITERATURA.	78
A FITOTERAPIA: CONTEXTO, RESOLUBILIDADE E PERSPECTIVAS	81
AVANÇOS E DESAFIOS APÓS UMA DÉCADA DA POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE	84
COMO EVITAR IATROGENIAS CAUSADAS POR ERROS DE MEDICAÇÕES	87
A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM MEDIANTE A SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	90

O CUIDADO À PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	93
PARTO HUMANIZADO SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	95
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DIANTE DA DEPRESSÃO PÓS PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	98
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM ESQUIZOFRENIA	101
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ALEITAMENTO MATERNO	104
TUNGÍASE UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	107
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES ONCOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS	109
ESQUIZOFRENIA: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	112
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA BALNEOTERAPIA AO PACIENTE GRANDE QUEIMADO	115
UM ENFOQUE LÚDICO NO CONHECIMENTO DA ADRENOLEUCODISTROFIA	118
CONSUMO EXCESSIVO DE ÁLCOOL: ABORDAGEM GENÉTICA E TRATAMENTO	121
O INÍCIO PRECOCE DO PRÉ-NATAL COMO FERRAMENTA UTILIZADO PELO ENFERMEIRO PARA PREVENÇÃO DAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS NA GESTAÇÃO	125
PRÁTICAS COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO RIO GRANDE DO NORTE: UM OLHAR SOBRE A MEDICINA ANTROPOSÓFICA	128
A DEPRESSÃO PÓS-PARTO FRENTE ÀS DIFICULDADES DE DIAGNÓSTICO PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM DENTRO DA	

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	131
CONSULTA DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA – PUERICULTURA SOB O PUNTO DE VISTA DO ENFERMEIRO	134
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE INTERNAÇÕES POR DIABETES, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO PERÍODO DE 2009 A 2013	137
MEDIDAS REDUTORAS DO ESTRESSE PARA A EQUIPE DE ENFERMAGEM	140
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO EXTRAVASAMENTO QUIMIOTERÁPICO	142
ARQUITETURA E URBANISMO	145
PLANOS URBANÍSTICOS DE NATAL: A CONQUISTA AMBIENTAL NO SÉCULO XX	146
NATAL FORMOSA E HIGIENISTA: PLANO POLIDRELLI (1901)	149
CONFEDERAÇÃO CATÓLICA: REUSO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL.	152
O PAISAGISMO DE ROSA GRENA KLIASS	154
VIABILIDADE DA INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS DA EXTRAÇÃO DA SCHEELITA EM CONCRETOS DESTINADOS A APLICAÇÃO DE PISOS CIMENTÍCIOS	156
O PUB E BISTRÔ DA CIDADE ALTA – NATAL/RN	159
ACESSIBILIDADE NO ENTORNO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	162
DIMENSIONAMENTO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO E DO SISTEMA DE RECALQUE DE UM EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL	164

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	166
ANÁLISE DO TEMPO DE REVERBERAÇÃO EM SALAS DE AULA DO UNIFACEX	167
ENERGIA EÓLICA E SUA APLICAÇÃO NO NORDESTE	170
INICIAÇÃO EM PROJETOS COM ARDUÍNO, PROJETO ROBÔ SEGUIDOR DE LINHA	173
LOGÍSTICA REVERSA - UMA ANÁLISE DA GESTÃO DE PILHAS E BATERIAS E SUAS PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN	175
PROPOSTA DE UM MODELO DE LAYOUT: ESTUDO DE CASO NUMA FARMÁCIA EM NATAL-RN	178
ENGENHARIA CIVIL.....	181
PRESENÇA DE CLORETOS EM MATERIAIS CIMENTÍCIOS GERADA PELA AÇÃO AMBIENTAL	182
AÇÕES PREVENCIÓNISTAS: UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO EM EMPRESAS BRASILEIRAS	184
AVALIAÇÃO DE CUSTOS E PRODUTIVIDADE DE OBRAS	187
ANÁLISE DA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS PRODUZIDAS COM AGREGADOS LEVES	190
ANÁLISE DAS PROPRIEDADES TÉRMICAS DE CONCRETOS PRODUZIDOS COM ADIÇÃO DE VERMICULITA EXPANDIDA E RESÍDUOS DE BORRACHA DE PNEUS	193
RESISTÊNCIA MECÂNICA DE BLOCOS DE CONCRETO PRODUZIDOS COM MATERIAIS ARGILOSOS	196

ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE BLOCOS DE CONCRETO PRODUZIDOS COM ARGILA EXPANDIDA E VERMICULITA EXPANDIDA	199
COMPORTAMENTO DA ESTABILIDADE DIMENSIONAL DE MATERIAIS CERÂMICOS USADOS PARA PISOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDIANTE A PRESENÇA DE UMIDADE E VARIAÇÃO TÉRMICA	202
INSTALAÇÃO ELÉTRICA RESIDUAL AUTOMATIZADA	205
INFLUÊNCIA DA NATUREZA CRISTALOGRÁFICA E GRANULOMÉTRICA DE RESÍDUOS DA EXTRAÇÃO DA SCHEELITA NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS.	207
AVALIAÇÃO DA POTENCIALIDADE DO USO DE RESÍDUOS CERÂMICOS MOÍDOS COMO MATERIAL POZOLÂNICO	210
SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE CIMENTO PORTLAND POR RESÍDUOS CERÂMICOS MOÍDOS EM ARGAMASSAS SUBMETIDAS A AMBIENTES AGRESSIVOS	213
SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO RESÍDUO DE GRANITO PROVINIENTE DO BENEFICAMENTO DE ROCHAS ORNAMENTAIS NO CIMENTO PORTLAND PARA A FABRICAÇÃO DE ARGAMASSAS	216
AVALIAÇÃO DA ADIÇÃO DE ARGILA EXPANDIDA COMO AGREGADO DE ARGAMASSA AUTONIVELANTE	218
FILTRO COM MATERIAIS GRANULARES DE BAIXO CUSTO PARA ADEQUAÇÃO DA ÁGUA DE CHUVA ÀS CONDIÇÕES POTÁVEIS	221
DRENAGEM URBANA: ANÁLISE DO DESLIZAMENTO DE TERRA NO BAIRRO DE MÃE LUIZA, NATAL (RN).....	223
USO DE APLICATIVOS MÓVEIS NA DISCIPLINA DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIFACEX	226
QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DO NATAL-RN	228

ELETROMAGNETISMO INSERIDO NA ENGENHARIA CIVIL	230
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	233
O IMPACTO DAS ESTRADAS SOBRE A FAUNA SILVESTRE: UM ESTUDO DE CASO NAS RODOVIAS DO RN.....	234
ETNOBIOLOGIA DOS ANIMAIS COMO RECURSOS MEDICINAIS: APROXIMANDO E INTEGRANDO CONHECIMENTO DOS ALUNOS NAS AULAS DE BIOLOGIA	236
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE OS INVERTEBRADOS NAS AULAS DE CIÊNCIAS: UMA EXPERIENCIA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE QUADROS DESCRITIVOS	239
CARACTERIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DE ALIMENTAÇÃO E LIMPEZA DA MOSCA-DA-FRUTA <i>ANASTREPHA ZENILDAE</i> EM LABORATÓRIO	242
MORFOLOGIA DOS ARBOVÍRUS: MODELIZAÇÃO UMA POSSIBILIDADE DIDÁTICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS	245
AVALIAÇÃO DA SENSITIVIDADE E USO DO HABITAT POR AVES NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM REMANESCENTE DE MATA ATLÂNTICA, NATAL-RN	248
AVALIAÇÃO DOS DISTÚRBIOS E DA QUALIDADE DO SONO EM PACIENTES COM IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV/AIDS)	250
LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: GENÉTICA E AMBIENTE	253
LODAMIN FUTURO INIMIGO DO CÂNCER	256
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	259
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS.....	260

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS CIA. TECIDOS SANTANENSE E GUARARAPES S/A: UM ENFOQUE NOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO	263
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA GUARARAPES CONFECÇÕES S/A X CIA DE TECIDOS SANTANENSE S/A	266
ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE UM EMPREENDIMENTO: PLANO DE NEGÓCIO DA DALLL LINGERIE	269
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE SÉRIES TEMPORAIS DOS INDICADORES CONTÁBEIS – FINANCEIRO PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO DA GERDAU	272
O MELHOR REGIME TRIBUTÁRIO PARA TRANSPORTADORA DE CARGAS	275
DIREITO	278
10 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA - UM GRITO DE SOCORRO	279
A ARBITRAGEM COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL	281
A CORRUPÇÃO COMO UM FATOR CULTURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE AO JEITINHO BRASILEIRO	284
A FAMÍLIA E A CONSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE DA REDE DE PROTEÇÃO AO IDOSO	288
A FUNÇÃO DO DIVÓRCIO NA SOCIEDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS	291
A INFLUÊNCIA DO PODER ECONOMICO NO SUFRÁGIO POPULAR: UMA QUESTÃO DE LEGITIMIDADE	294
A POSSIBILIDADE DO ERRO VICIAR À AUTOCOMPOSIÇÃO JUDICIAL	297
A PURIFICAÇÃO DO DIREITO	300

A TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O CONFRONTO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	302
ACIDENTES DE TRÂNSITO – EFICÁCIA DA LEI SECA	305
AMBIENTE ESCOLAR E O RACISMO	307
AS MUDANÇAS DOS CRIMES PRATICADOS NA INTERNET E A APLICABILIDADE DA LEI	310
CADA TELHADO, UMA USINA - A GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA RESOLUÇÃO ANEEL 482/2012	313
VOTO DISTRITAL: CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE DA DESIGUALDADE REGIONAL	317
CARTOGRAFIA MODERNA DUAL: OS DESAFIOS DO ENSINO JURÍDICO .	320
DESMITIFICAÇÃO DA NATUREZA: CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL PARA A CRISE AMBIENTAL	323
DIFICULDADES NO AVANÇO DO MERCOSUL: PROBLEMA DE INSTITUCIONALIDADE	326
DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL – PROTEÇÃO E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	329
ENSINO RELIGIOSO E ESTADO LAICO: UMA QUESTÃO DE TOLERÂNCIA	332
EUTANÁSIA – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COM REFERÊNCIA AO ESTUDO DE CASO CHANTAL SÉBIRE	334
EUTANÁSIA NO BRASIL – OS EFEITOS DA SUA ILEGALIDADE	337
IMPOSTOS – DO SURGIMENTO À COMPLEXIDADE SOCIAL ATUAL	340
INSUFICIÊNCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO	343

LEI MARIA DA PENHA E A INEFICÁCIA DE SUAS MEDIDAS PROTETIVAS	346
MUTAÇÃO DO ARTIGO 226 §3º CF/1988 – PSEUDO-INCONSTITUCIONALIDADE	349
O ASSÉDIO SEXUAL E VERBAL SOFRIDO PELAS MULHERES EM LOCAIS PÚBLICOS	352
O PARADOXO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL, E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS REFLETIDOS NA SOMBRA DO MITO PLATÔNICO	354
TRÁFICO DE MULHERES – ENTRE O CONSENTIMENTO E O CRIME DE EXPLORAÇÃO	357
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA	360
O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, UM DEBATE NECESSÁRIO	363
OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA CERAMISTA NA REGIÃO DO RN	365
OS PROBLEMAS CONDOMINIAIS E O DIREITO: EXISTEM OUTROS MEIOS?	368
OS SERVIÇOS DE TELEFONIA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	370
PASSADO DE POUCOS "DESQUITES" E UM PRESENTE DE MUITOS DIVÓRCIOS	372
PEC DAS DOMÉSTICAS - MUDANÇA SÓCIO-JURÍDICA	375
PRECISAMOS FALAR SOBRE CORRUPÇÃO (NA LUTA COM O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO BRASILEIRO)	378

RACISMO: UMA OBSERVAÇÃO SOB O PRISMA LEGAL	382
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS NO TOCANTE ÀS AÇÕES DE LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	384
RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL NA INTERNET DO BRASIL	387
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SUA INFRAESTRUTURA INSATISFATÓRIA	390
SUPERLOTAÇÃO PRISIONAL: A FALHA NA APLICABILIDADE DA IDEOLOGIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	393
TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL – A NOVA FACE DOS RESGATADOS..	396
TRÁFICO DE PESSOAS – MERCADO DO SEXO	399
UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA CIDADE DE NATAL/RN	402
EDUCAÇÃO FÍSICA	405
ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	406
ESGRIMA NA EDUCAÇÃO FÍSICA	408
A INFLUÊNCIA DO ESPORTE NO DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES ATLETAS DE VOLEIBOL	410
VIVENCIANDO DIFERENÇAS: UMA MANEIRA PRÁTICA DE FAVORECER A INCLUSÃO	412
VISÃO DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ANTES E APÓS INTERVENÇÃO INCLUSIVA	414

VISÃO DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO SOBRE O CONTEÚDO DE LUTAS APÓS INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA UTILIZANDO UMA ABORDAGEM CRÍTICO-EMANCIPATÓRIA	417
MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	420
UMA RELAÇÃO ENTRE O <i>AIKIDO</i> E A PSICOMOTRICIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO INOVADOR	422
EXPERIMENTANDO A ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIALOGANDO FORMAÇÃO INICIAL E REALIDADE ESCOLAR	425
A ESPORTIVIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS NA ATUALIDADE	427
CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIFACEX	430
LUTAS, CULTURA E ÉTICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	433
OSTEOPOROSE E TREINAMENTO DE FORÇA EM MULHERES MENOPAUSADAS	436
PEDAGOGIA	439
A AGRESSIVIDADE NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	440
A GESTÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA NO AMBIENTE ESCOLAR	443
DISCRIMINAÇÃO CONTRA NEGROS: CONSTRUINDO UM OLHAR DE IGUALDADE E ACEITAÇÃO ÉTNICA CULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR	446
A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS	449

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO CONSCIENTE PARA O MEIO AMBIENTE	451
POSSO TE CONTAR UMA HISTÓRIA? BENEFÍCIOS DA LITERATURA PARA CRIANÇAS ESPECIAIS	453
PIBID DE PEDAGOGIA DA INICIAÇÃO A DOCÊNCIA À FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: RELATO DE UM PROJETO EM ESCOLA MUNICIPAL DE NATAL/RN	456
AS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	458
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA FAMÍLIA PARA CRIANÇA	461
GÊNEROS TEXTUAIS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	464
É NECESSÁRIO O USO DE CARTILHA PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO?	466
INTERLIGANDO SABERES ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO A PARTIR DA LUDICIDADE	468
LITERATURA E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES	471
PERCEPÇÃO DE GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE A APLICAÇÃO DE ATIVIDADES LÚDICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS	473
PSICOLOGIA	476
SUICÍDIO EM IDOSOS: DO QUE TRATAM AS PUBLICAÇÕES NACIONAIS?	477
ASSISTÊNCIA SOCIAL: ELABORAÇÃO DE GRUPOS FOCAIS EM UM CRAS NA CIDADE DE PARNAMIRIM-RN	480
DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS NOS ATENDIMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS CLÍNICOS	483

UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ESTUDOS EM ETNOPSQUIATRIA NO BRASIL	486
A EFICÁCIA DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NO ATENDIMENTO DE DEMANDAS ESCOLARES	488
A PRÁTICA DE ATOS VIOLENTOS E A MASCULINIDADE: RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA REVISÃO INTEGRATIVA	491
O PAPEL DA RESSIGNIFICAÇÃO NO PROCESSO DO LUTO MATERNO	495
CONTRIBUIÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS COM DEFICIENTES INTELECTUAIS	498
O LÚDICO COMO MEIO FACILITADOR DO DESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS	500
OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA: AUMENTO DA AUTOESTIMA NA TERCEIRA IDADE	503
PERCEPÇÕES DE VIDA E RELAÇÕES SOCIAIS NO TRABALHO EM MULHERES LÉSBICAS	506
FORTALECENDO VÍNCULOS ATRAVÉS DO LAZER	509
SERVIÇO SOCIAL	511
O HOMEM E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL MUNDIAL	512
CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA DANTAS	515
DESAUTORIZAÇÃO DO VALOR DA VERDADE	518
EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	521
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SERVIÇO	

SOCIAL NA CLÍNICA DE SAÚDE AUDITIVA OTOMED, NATAL/RN	524
QUANDO VOCÊ DOA ÓRGÃOS, A VIDA CONTINUA: UMA CAMPANHA PELA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL	526
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL	529
CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN E O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	531
ADMINISTRAÇÃO E CSTS DE GESTÃO ANÁLISE DA PESQUISA DE CLIMA: ÁGUA QUENTE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA ME	534
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICE DE ATIVIDADES DA GUARARAPES S/A X INDUSTRIA CATAGUAS S/A	537
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ATIVIDADES DA GUARARAPES S/A X WEMBLEY S/A	540
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA COTEMINAS S/A X GUARARAPES S/A	543
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA GUARARAPES S/A X DOHLER S/A	546
ANÁLISE DAS PRÁTICAS LOGÍSTICAS DA CONSTEL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS	549
ANÁLISE DE PRÁTICAS DOS RECURSOS HUMANOS NA EMPRESA MEU BARRACO BOTECO BISTRÔ	552
MODALIDADES DE INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL PARA PESSOAS FÍSICAS	555
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA SPRINGS S/A X GUARARAPES S/A	558

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO BRASIL	561
FINANÇAS PESSOAIS: ELABORANDO SEU ORÇAMENTO DOMÉSTICO	564
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA CIA. HERING S/A X GUARARAPES S/A	567
ANÁLISE DOS CUSTOS DE FABRICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA SLEEPINESS	570
ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA RRB SALGADOS	573
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA EMPRESA MANJARES DO SOL: ANÁLISE DE VIABILIDADE	576
OS EFEITOS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DE GOVERNO DO RN	579
FINANÇAS PESSOAIS: INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA PARA PESSOAS FÍSICAS	582
SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO AMBITO ORGANIZACIONAL	585
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: ASPECTOS DA SUA RELEVÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	587
ANÁLISE DE INDICADORES DE LUCRATIVIDADE: CREMER S/A X GUARARAPES S/A	589
GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO COM OS ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR DO UNIFACEX	592
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NA GESTÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM PEQUENAS EMPRESAS NO BAIRRO DA CIDADE ALTA-NATAL/RN	595
ORÇAMENTO DOMÉSTICO: ETAPAS PARA ELABORAÇÃO	598

DESENVOLVIMENTO PRÁTICO DAS ATIVIDADES DE RECURSOS HUMANOS NA CONSTELAÇÃO	601
ANÁLISE DO ALINHAMENTO NO PROCESSO DE ATRAÇÃO E SELEÇÃO DE PESSOAS	603
PROCESSO SELETIVO	606
DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL TRANSDISCIPLINAR	608
NUTRIÇÃO	611
BULIMIA NERVOSA: UMA REVISÃO	612
HIPOVITAMINOSE D E OBESIDADE EM ADOLESCENTES	615
ANOREXIA NERVOSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	618
CONTROLE DE TEMPO E TEMPERATURA DE REFEIÇÕES PRONTAS DISTRIBUIDAS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO EM NATAL/RN	621
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE SANDUÍCHE NATURAL DE FRANGO COMERCIALIZADO EM MOSSORÓ/RN	624
FATORES NEGATIVOS QUE INFLUENCIAM O ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO NO BRASIL DE 2007 A 2016	627
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS ENTRE 5 A 10 ANOS DE UMA ESCOLA PRIVADA EM NATAL/RN	629
AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA EM PRÉ-ESCOLARES	632
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS ENTRE 0 A 5 ANOS DE UMA ESCOLA PRIVADA EM NATAL/RN	635
CONSUMO ALIMENTAR DE PRÉ-ESCOLARES DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE ENSINO INFANTIL EM NATAL/RN	638

ASPECTOS NUTRICIONAIS NA ABORDAGEM DA DOENÇA DE ALZHEIMER	641
FARMÁCIA	644
TERAPÊUTICA E CUIDADOS COM O PACIENTE RENAL CRÔNICO TRANSPLANTADO	645
AUTOMEDICAÇÃO NO BRASIL, UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	648

ENFERMAGEM

O ALÍVIO DA DOR POR MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO DE PARTO

AUTORES:

Miliena Samara dos Santos Salustio

Jailma Soares de Oliveira

Elaine Cristina Camara da Rocha

Wilna Jane Roseno da Silva

Maria Luiza Mariano de Medeiros

Fabio Claudiney da Costa Pereira

INTRODUÇÃO: A dor é um acontecimento multidimensional, e para caracterizá-la, é necessário observar e avaliar a experiência nas suas várias dimensões: neurofisiológica, psicossocial, cognitivo, cultural, comportamental, pessoal e sensorial. A dor do parto é algo fisiológico, porém a experiência do trabalho de parto para algumas mulheres é traumática por considerarem a dor como a pior já sentida. A dor do parto envolve fatores emocionais, sensoriais, ambientais e existenciais, desta forma as terapias não farmacológicas podem auxiliar as parturientes no alívio da dor. Os métodos não farmacológicos (MNF) são ferramentas importantes por serem não invasivos e estão, dentre outros profissionais, relacionados à assistência de enfermagem em centros obstétricos. As aplicabilidades desses métodos são estudadas desde década de 60. No entanto, no Brasil passaram a ser empregadas a partir de 1990 devido às manifestações pelo parto humanizado e pelas campanhas implantadas pelo Ministério da Saúde. Os profissionais que assistem o trabalho de parto são agentes importantes na promoção do conforto e da satisfação da mulher, tendo em vista que esses métodos incluem desde modificações nos ambientes de assistência ao parto até o emprego de práticas não medicamentosas de alívio à dor do mesmo. Causam menos efeitos colaterais para a mãe/filho e podem permitir à mulher maior sensação de controle durante o parto. Este estudo tem por objetivo descrever os principais métodos não farmacológicos no alívio da dor no trabalho de parto. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, método de investigação utilizado como técnica baseada em evidências que permitem incorporação destas na prática clínica. Os artigos foram coletados nas bases de dados da *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)* e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, no período de julho e agosto de 2016 através dos descritores: dor, trabalho de parto e enfermagem utilizando operador booleano AND. Na base LILACS, utilizou-se o cruzamento “Dor” AND “Trabalho de parto” AND “Enfermaegm” e foram encontrados (110 artigos) e na Scielo, com a mesma combinação, foram encontrados 19 artigos. Os critérios de inclusão foram os artigos no formato de texto completo, publicados em português, inglês e espanhol entre os anos de 2007 a 2016 e, à partir dos critérios de inclusão, foram selecionados 10 artigos para leitura, análise e construção do presente trabalho. **RESULTADOS:** Os estudos evidenciaram que cada parturiente responde à dor de modo particular, porém as intervenções não farmacológicas proporcionam o alívio das percepções dolorosas. As principais técnicas utilizadas para promoção de conforto no trabalho de parto são: relaxamento muscular (massoterapia), técnicas de controle da respiração, banho de imersão ou chuveiro, bola suíça, estímulo à deambulação e liberdade de posicionamento. O uso da massoterapia, os exercícios respiratórios e o banho de imersão ou chuveiro são eficazes no alívio da dor por estimular o relaxamento muscular, diminuir o estresse emocional, melhorar a oxigenação dos tecidos, reduzir a ansiedade e promover a satisfação da parturiente. Em relação ao estímulo da deambulação os estudos apresentaram controvérsias tendo em vista que este estímulo é utilizado com o propósito de reduzir a dor, porém nenhum autor explica como se dá esta influência. Evidenciou-se que a deambulação acelera o processo de trabalho

de parto, entretanto não é bem aceito pelas parturientes devido a fatores como medo e até mesmo aumento da dor. Na liberdade de posicionamento materno, verifica-se a redução da dor na maioria das parturientes que utilizaram a posição litotômica no momento do parto por oferecer maior conforto e controle durante o processo de trabalho de parto. O uso da bola suíça promove o alinhamento da coluna, o alívio da dor com movimentos rotativos sob a bola, auxilia no encaixe e na descida do bebê para o momento do parto e ajuda os movimentos da mulher no transcurso do parto. A humanização e educação em saúde no trabalho de parto são estratégias fundamentais para o entendimento desse processo assistencial, aplicação adequada dos MNF e compreensão da subjetividade experienciada pela parturiente no momento do parto. **CONCLUSÃO:** A aplicação dos métodos não farmacológicos é eficaz na redução da dor e conforto da parturiente quando realizado adequadamente por profissionais ou acompanhantes devidamente orientados. Entretanto, o alívio da dor não está ligado somente a fatores biológicos, deve-se permitir a expressão de sentimentos, para isso a mulher precisa ser ouvida para adequação das técnicas a serem utilizadas em sua assistência, oferecendo o maior conforto possível e um parto digno. Por serem técnicas relativamente recentes no Brasil, necessita-se de aprofundamento nos estudos focalizadas no uso desses e outros MNF para alívio da dor no parto visando ações humanizadas na assistência holística à parturiente.

Palavras-Chave: Dor. Trabalho de Parto. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Francisca Ana Martins et al. Significado do trabalho de parto: a perspectiva dos acadêmicos de enfermagem. **Acta paul. Enferm**, v.22, n.6, p.767-772, 2009. ISSN 1982-0194.
- COPELLI, Fernanda Hannah da Silva et al. Fatores determinantes para a preferência da mulher pela cesariana. **Texto contexto – enferm**, v.24, n.2, p.336-343, 2015. ISSN 0104-0707.
- DAVIM, R.M.B; TORRES, G.V; MELO, E.S. Estratégias não farmacológicas no alívio da dor durante o trabalho de parto: pré-teste de um instrumento. **Rev Latino-am Enfermagem**, v.15, n.6, p. 1-7, 2007.
- GAYESKI, Michele Ediane; BRUGGEMANN, Odaléa Maria. Métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto: uma revisão sistemática. **Texto contexto - enferm**, v.19, n.4, p.774-782, 2010. ISSN 0104-0707
- MAMED, Fabiana Villela et al. A dor durante o trabalho de parto: o efeito da deambulação. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v.15, n.6, p.1157-1162, dez. 2007.
- NILSEN, Evenise; SABATINO, Hugo; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Dor e comportamento de mulheres durante o trabalho de parto e parto em diferentes posições. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v.45, n.3, p.557-565, 2011. ISSN 0080-6234.
- REIS, Thamiza da Rosa dos et al. Enfermagem obstétrica: contribuições às metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.36, n.esp. p.94-101, 2015.

SILVA, Larissa Mandarano da; BARBIERI, Márcia; FUSTINONI, Suzete Maria. Vivenciando a experiência da parturição em um modelo assistencial humanizado. **Rev. Bras. Enferm**, v.64, n.1, p.60-65, 2011. ISSN 0034-7167.

SILVA, Lia Mota e et al. Uso da bola suíça no trabalho de parto. **Acta Paul. Enferm**, v.24, n.5, p.656-662, 2011. ISSN 1982-0194.

WEI, Chang Yi; GUALDA, Dulce Maria Rosa; SANTOS JUNIOR, Hudson Pires de Oliveira. Movimentação e dieta durante o trabalho de parto: a percepção de um grupo de puerpéras. **Texto Contexto - Enferm**, v.20, n.4, p.717-725, 2011. ISSN 0104-0707.

COMPLICAÇÕES RENAIIS EM PACIENTES IDOSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

AUTORES:

Erta Bezerra da Silva Alves
Fabio Claudiney da Costa Pereira
Ana Mércia Pegado e Silva Wanderley
Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Daniele Bezerra dos Santos

INTRODUÇÃO: A população de idosos é a que mais cresce nos países em desenvolvimento e é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como aquela que tem 60 anos ou mais de idade e o Brasil ocupará até 2025 o sexto lugar em nível mundial com 32 milhões de pessoas idosas. O envelhecimento da população associa-se ao crescimento das alterações patológicas, caracterizando a senilidade e contribuindo com o aparecimento de doenças silenciosas que apresentam sinais e sintomas francos como hipertensão arterial (HA), diabetes melittus (DM), glomerulonefrite, hereditariedade e insuficiência cardíaca (IC). Em consequência, surge o aparecimento da doença renal crônica (DRC) que é o resultado de múltiplos sintomas e sinais decorrentes da disfunção renal na perspectiva de estabilizar a homeostasia interna do organismo e, uma vez ocorrida, é necessário um tratamento contínuo para substituição da função do rim. Os tratamentos disponíveis são a diálise peritoneal (DP), hemodiálise (HD) e o transplante renal (TXR). Os pacientes idosos no tratamento dialítico sofrem uma mudança durante o desenvolvimento da vida por diálise, sendo necessário à priorização do alívio de cuidados paliativos e sintomas. Os rins podem sofrer o envelhecimento fisiológico, uma vez que alterações de caráter microscópico já são observadas nos quatro compartimentos renais, principalmente no interstício. Os pacientes idosos com DRC, especialmente os submetidos à diálise, frequentemente, têm complicações no processo nutricional e na composição corporal, levando à desnutrição energética proteica (DEP). Portanto, o envelhecimento do rim favorece importantes complicações metabólicas e gastrointestinais, que contribui ao desenvolvimento de DEP, além de fatores sociais e econômicos que podem diminuir o apetite, o consumo alimentar, isolamento e solidão, fatores envolvidos com a diminuição da ingestão de líquidos e alimentar em pacientes idosos renais. Nesse sentido, objetivou-se descrever as complicações renais em pacientes idosos a partir de uma revisão de literatura. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão da literatura, em que se apresenta uma pesquisa geral sobre os trabalhos científicos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. A coleta de dados foi realizada na Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) entre os meses de junho e julho de 2016. Nas buscas, foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Doença renal crônica”; “Envelhecimento” e “Enfermagem”. Como critério de inclusão, utilizaram-se os artigos no formato de texto completo, publicados em língua portuguesa entre os anos de 2004 a 2016 e como critério de exclusão, os textos que abordavam outros tipos de complicações em pacientes idosos e as duplicidades. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os pacientes idosos renais poderão ter um ou os dois rins, cuja função é filtrar resíduos, sais e líquidos do sangue e formar a urina, susceptíveis à insuficiência renal crônica (IRC) e, algumas complicações renais são mais frequentes do que outros tipos. Podendo ocorrer sinais e sintomas como processos inflamatórios, pressão arterial elevada e dores. As complicações graves em HD para os pacientes idosos renais são o acesso vascular, associado à mortalidade no estágio final da

DRC, assim como as infecções por catéter venoso central (CVC) nas regiões da inserção em veia subclávia, jugular interna ou femoral, fatores preocupantes nos pacientes idosos em tratamento de diálise. Outras complicações renais de pacientes idosos são nefrosclerose diabética (manifestação renal no idoso diabético) e hipertensiva (manifestação da injúria renal em idosos hipertensos), glomerulonefrite (inflamação dos glomérulos dos rins) e pielonefrite crônica (infecção do trato urinário que atinge a pele do rim), entre outras que comprometem o funcionamento renal, evoluindo para IRC. O rim idoso apresenta restrição semelhante a outros órgãos durante a senilidade, ocorrendo a diminuição da espessura da córtex renal e da sua estrutura. As complicações psicológicas incluem a depressão e o luto. Além destes, o uso de medicações que causam má absorção de nutrientes, os sintomas gastrointestinais, perda de apetite, reduções nas capacidades olfativas, gustatórias e deteriorações visuais, além de problemas na cavidade oral (perda de dentes, próteses mal ajustadas) prejudicam o consumo alimentar e o estado nutricional dos pacientes idosos renais. Destaca-se que o acompanhamento geriátrico e nefrológico bem sucedido é capaz de manter o idoso renal independente, com sua capacidade funcional preservada pelo maior tempo possível. Os pacientes idosos com problemas renais deverão reduzir o consumo de líquidos e ingestão alimentar de energia, macronutrientes, fósforo, potássio e sódio. Quando há falência renal, o rim não consegue regular o balanço hídrico de água e sódio do organismo, ocorrendo a retenção de líquidos e surgindo a HA, edemas nos membros inferiores e edema agudo de pulmão. A anemia também será apresentada como complicação renal no paciente idoso decorrente da diminuição da produção do rim de eritropoetina que atua na eritropoese. **CONCLUSÕES** O estudo proporcionou o conhecimento das possíveis complicações renais em pacientes idosos, e mostrou-se com mais frequentes as inflamações nos catéteres, nefrosclerose diabética, glomerulonefrite e pielonefrite crônica. Esse conhecimento contribuirá para o enfrentamento da doença pelos pacientes e também facilitará o trabalho dos profissionais de saúde, tendo em vista que o conhecimento das dificuldades encontradas pode contribuir para ganho da autonomia, enfrentamento das incapacidades e adoção para mudança de vida dos pacientes com doença renal crônica.

Palavras-chave: Doença Renal Crônica. Envelhecimento. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, M. G.; OLIVEIRA, D. C. Q.; KIRSZTAJN, G. M. Doença renal crônica no paciente idoso. **Rev. HCPA**, Juiz de Fora, MG, v. 31, n.1, p. 52-65, fev./mar., 2011.
- FRANCO, M. R. G.; FERNANDES, N. M. S. Diálise no paciente idoso: um desafio do século XXI - revisão narrativa. **J. Bras. Nefrol.**, Juiz de Fora, MG, v.35, n.2, p.132-141, jan./fev., 2013.
- KUSUMOTA, L.; RODRIGUES, R. A. P.; MARQUES, S. Idosos com insuficiência renal crônica: alterações do estado de saúde. **Rev. Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v.12, n. 3, p. 525-32, maio/jun., 2004.
- LEMOS, J. R. D.; et al. O envelhecimento como fator determinante nas modificações da estrutura renal. **Publ. UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde**, Ponta Grossa, v.14, n.1, p. 41-51, mar., 2008.

MARTINS, A M.; MOREIRA, A. S. B.; AVESANI, C. M. Ingestão alimentar de idosos em hemodiálise. **Rev. HUPE**, Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 50-57, jul./set, 2015.

INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM NO PÓS-OPERATÓRIO DE PACIENTES TRANSPLANTADOS DE RIM

AUTORES:

Erta Bezerra da Silva Alves

Fábio Claudiney da Costa Pereira

Ismar Paiva

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Ana Mércia Pedago e Silva Wanderley

Tayssa Suelen Cordeiro Paulino

INTRODUÇÃO: O transplante de rim é um tratamento terapêutico da doença renal crônica (DRC) como forma de melhorar a qualidade de vida do doente renal crônico. A doação pode ocorrer de um doador vivo ou com morte cerebral. Os pacientes que não tenham contraindicações para o uso diário das medicações imunossupressoras são submetidos à cirurgia do transplante renal e, conseqüentemente, a liberação da máquina de hemodiálise, com a adoção de um estilo de vida diferenciado em relação a medicamentos, alimentação, higiene e cuidados com a saúde. Com o aperfeiçoamento do procedimento, a equipe precisa estar alerta aos fatores de risco e aos processos infecciosos para diagnosticar situações-problema, planejar, programar intervenções específicas e avaliar a evolução de cada paciente transplantado de rim. A função do enfermeiro na unidade de transplante renal é a de promover maior adesão ao tratamento por parte do receptor, além da orientação educacional de enfermagem e o acompanhamento de complicações, especialmente rejeições dos enxertos e infecções. As intervenções de enfermagem são necessárias durante todo o processo de transplante de rim em várias etapas, principalmente na preparação do receptor e da família para o transplante, na captação do enxerto, intervenção do potencial doador em morte encefálica, assim como no pós-operatório. Assim sendo, objetivou-se descrever as intervenções de enfermagem no pós-operatório de pacientes transplantados de rim.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo de revisão da literatura, que é uma pesquisa geral sobre os trabalhos científicos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema. A coleta de dados foi realizada na Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) entre os meses de agosto a outubro de 2016. Nas buscas, foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Transplante de Rim”; “Cuidados de Enfermagem”; “Enfermagem”. Os cruzamentos dos termos foram feitos utilizando o operador Booleano “AND”. A busca na base de dados LILACS foi realizada utilizando o descritor “transplante de rim” (687 artigos), “transplante de rim” AND “cuidados de enfermagem” (19 artigos), “transplante de rim” AND “enfermagem” (27 artigos) e “transplante de rim” AND “cuidados de enfermagem” AND “enfermagem” (19 artigos) e, na SCIELO as buscas seguiam os mesmos critérios com os seguintes resultados: utilizando o descritor “transplante de rim” (92 artigos), “transplante de rim” AND “cuidados de enfermagem” (01 artigo), “transplante de rim” AND “enfermagem” (07 artigos) e “transplante de rim” AND “cuidados de enfermagem” AND “enfermagem” (01 artigo). Os critérios de inclusão foram os artigos no formato de texto completo, publicados em português, inglês e espanhol entre os anos de 2012 a 2016 e, a partir da aplicação dos critérios de inclusão, foram selecionados 05 artigos. Foram excluídos os estudos que abordavam outros tipos de intervenções de enfermagem e/ou transplantes de outros órgãos, assim como as duplicidades. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Sabe-se que são inúmeros cuidados de

enfermagem descritos pela Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC) no pós-operatório de pacientes transplantados de rim. A Intervenção do enfermeiro nesse período tem como objetivos: avaliar, detectar e intervir precocemente nas possíveis complicações pós-transplante renal. Sendo, necessário que a equipe de enfermagem tenha conhecimento da história do doente renal crônico, enfocando a evolução da doença, estado atual e terapêutica utilizada para controle da doença, durante o transplante de rim e observar possíveis complicações associadas ao procedimento cirúrgico. Os processos educativos do enfermeiro no cuidado de pacientes após o transplante renal são similares aos realizados com pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos de médio porte, detecção precoce das complicações com ênfase na monitorização do balanço hidroeletrólítico, tendo em vista que no pós-operatório imediato do transplante renal uma das maiores preocupações é o grande volume de diurese com risco potencial para desidratação e controle da creatinina e uréia sérica. Monitorizar a evolução da temperatura (maior ou igual 38°), devido à terapêutica medicamentosa, a febre poderá não aparecer. Instituir cuidados para prevenção de infecção como a realização de curativos com técnica asséptica e restrição de visitas para evitar contato de portadores de enfermidades contagiosas, sendo necessário o uso de máscaras de proteção diariamente. Orientar a deambulação precoce, visando à prevenção de complicações vasculares e pulmonares, bem como a ocorrência de úlceras por pressão e restauração das funções gastrointestinais. Monitorar sinais e sintomas de hipertensão, pois o uso de medicamentos imunossupressores pode ter reação contra o órgão enxertado e desencadear alterações cardiológicas na pressão arterial durante meses do pós-operatório do transplante, causado por arteriosclerose (acúmulo de placas de gorduras nas paredes das artérias chamadas de ateromas), trauma cirúrgico e caracterizada por hipertensão leve, decorrente ao tratamento medicamentoso. **CONCLUSÕES:** O estudo favoreceu o conhecimento das intervenções de enfermagem no pós-operatório de pacientes transplantados de rim, o que proporcionará para o enfrentamento do tratamento pós-cirúrgico ao transplante renal e também contribuirá a ação dos profissionais da área de saúde, tendo em vista que o desenvolvimento das evidências de cuidados e orientações encontradas podem buscar ofertas da autonomia, enfrentamento das deficiências e obtenção para mudança de vida dos pacientes transplantados renais.

Palavras-chave: Transplante de Rim. Cuidados de Enfermagem. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, A. M. O. et al. O enfermeiro assistencial e educador em uma unidade de transplante renal: uma questão desafiadora. **Rev. Enferm. Global**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p. 351-355, jul. 2012.
- INÁCIO, L. A. et al. Atuação do enfermeiro nas orientações de alta ao paciente pós-transplante renal. **Rev. Enferm. UFSM**, Paraná, v. 4, n. 2, p. 323-333, abr./jun. 2014.
- LUCENA, A. F. et al. Complicações infecciosas no transplante renal e suas implicações às intervenções de enfermagem: revisão integrativa. **Rev. Enferm. UFPE**, Recife, v. 7, n.esp., p. 953-959, mar. 2013.
- PRATES, D. S. et al. Transplante renal: percepções de pacientes transplantados e profissionais da saúde. **Rev. Enferm. UFPE**, Recife, v. 10, n. 4, p. 1264-1272, abr. 2016.

SANTOS, C. M. et al. Percepções de enfermeiros e clientes sobre cuidados de enfermagem no transplante de rim. **Acta Paul. Enferm**, São Paulo, v. 28, n. 4, p.337-343, jul./ago., 2015.

SAÚDE HUMANA E AMBIENTE: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARNAMIRIM/RN SOBRE ARBOVIROSES

AUTORES:

Ryvea Parmenedys Fernandes Silva
Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza
Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Fabio Claudiney da Costa Pereira
Daniele Bezerra dos Santos

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, as doenças tropicais vêm se configurando como uma importante causa de morbidade e mortalidade a nível mundial, principalmente a Dengue, Chikungunya e Zika, nas zonas tropicais e subtropicais. Essas doenças virais têm se mostrado doenças reemergentes nos últimos anos. Atualmente, no Brasil, constitui-se como um dos principais problemas de saúde pública por seu elevado grau de morbidade e mortalidade (NOGUEIRA et al., 2000; BRAGA; VALLE, 2007). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O crescimento e desenvolvimento urbano trazem consigo problemas ambientais decorrentes da ação humana sobre o meio ambiente (REIS et al., 2013). Aliado a este fato, observa-se também o aumento da degradação ambiental e exaustão dos recursos naturais, acarretando conseqüentemente em prejuízos para a saúde do ser humano. Freitas (2003) considera que esses problemas ambientais são considerados como problemas de saúde, uma vez que os seres humanos e as sociedades são afetados em várias dimensões. No entanto, estudos tem relatado uma evidência da falha na relação entre o homem e a natureza e que está no aumento da incidência de doenças ocasionadas e ampliadas por fatores ambientais. Entre essas doenças, está em destaque a dengue que, segundo Carmo, Barreto e Silva Jr. (2003) têm sido alvo de grandes campanhas de Saúde Pública no país. Para tanto, alcançar um equilíbrio entre essas duas dimensões (saúde e ambiente), significa dizer que é elementar uma maior conscientização e mobilização social sobre estes aspectos. Com base nas observações é significativo perguntar “qual a percepção da população acerca da relação entre os problemas de saúde humana, especialmente sobre as arboviroses, com os problemas ambientais?”. Sabe-se que cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente diante de suas ações sobre o ambiente, isto reflete nas respostas ou manifestações, que são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo (BAY e SILVA, 2011). Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo analisar a percepção da população de Parnamirim/RN sobre a relação entre a saúde humana e meio ambiente e a relação com as arboviroses. **METODOLOGIA:** O trabalho foi realizado na comunidade Rosa dos Ventos, localizada no Município de Parnamirim, RN. O estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva e exploratória. Aconteceu nos meses de março e abril de 2016, tendo como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada com os moradores do município. O instrumento de coleta de dados continha questões abertas e fechadas que visavam analisar a percepção dos moradores sobre a problemática vivenciada no estado. A amostra da pesquisa foi constituída por 35 moradores desta comunidade, com faixa etária de 15-66 anos. Todos os participantes da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Ao final da pesquisa, os dados foram analisados de acordo com suas características quanto a abordagem quali-quantitativo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante a pesquisa, observamos que 74% dos moradores dessa comunidade atribuíram que as doenças que estão acometendo a população do município estão relacionadas as arboviroses. Estes informaram que há uma causa única para essas doenças, que são a presença de um “mosquito” (causador das arboviroses Dengue, Zika ou Chikungunya). No entanto, 100% dos

entrevistados não conheciam o significado da palavra arbovirose e nem sabiam diferenciar os três tipos de doenças quanto aos sinais e sintomas. Quanto ao conhecimento sobre o vetor das doenças, apenas 60% sabiam identificar corretamente o mosquito (a espécie *Aedes aegypti*) e suas respectivas características morfológicas. Quanto à relação entre a saúde humana e os problemas ambientais, 91% dos entrevistados informaram que esses problemas de saúde estão relacionados aos problemas ambientais, especialmente relacionando o problema com a poluição local (deposição inadequada de resíduos sólidos nas ruas) e disposição de materiais que acumulam água parada. Os entrevistados atribuíram que qualquer tipo de água parada pode ser considerado como um fator de poluição. O que nos leva a observar que a população tem uma visão incorreta sobre o problema. De acordo com Barcellos (2009) diversas doenças que acometem as sociedades atuais são promovidas por fatores ambientais, sendo assim, as alterações promovidas no meio podem acarretar diretamente em prejuízos para o ser humano. No caso das arboviroses que estão em epidemia em nosso país, decretada via Portaria **1813/2015** – Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). Espera-se que a população realize alguma associação dos problemas ambientais aos problemas de saúde pública. Nos centros urbanos, podemos notar de forma acentuada os impactos ambientais causados pela ação antrópica, fato este percebido no estudo realizado e descrito pelos moradores quando questionados sobre a existência da interferência negativa do homem no ambiente, onde os mesmos registravam para a presença de lixo em locais inadequados. **CONCLUSÃO:** A pesquisa mostrou que os moradores têm consciência que os problemas ambientais (especialmente os que têm relação com a deposição inadequada dos resíduos sólidos) podem ocasionar problemas para a saúde humana, no entanto apresentam dificuldades de entender as diferenças entre as arboviroses e a diferenças entre as doenças que estão acometendo o país. Trabalhos futuros de orientação e educação para a saúde e o meio ambiente são necessários.

Palavras-chave: Arboviroses. Ambiente. Saúde Pública.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Christovam et al. Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 18, n. 3, set. 2009.
- BAY, A. M. C.; DA SILVA, V. P. Percepção Ambiental de Moradores do Bairro de Liberdade de Parnamirim/RN sobre a Implantação do Esgotamento Sanitário. **Holos**, v. 3, p. 97-112, 2011.
- BRAGA, Ima Aparecida; VALLE, Denise. *Aedes aegypti*: histórico do controle no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 16, n.2, p. 113-118, 2007.
- CARMO, Eduardo Hage; BARRETO, Maurício Lima; SILVA JR., Jarbas Barbosa da. Changes in the pattern of morbidity and mortality of the Brazilian population: challenges for a new century. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 12, n. 2, jun. 2003.
- NOGUEIRA, R. M. R; MIAGOSTOVICH, M. P.; SCHATZMAYR, H. G. Molecular epidemiology of dengue viruses in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 1, p. 205-11, 2000.

REIS, J. R. G. et al. Vigilância em Saúde Ambiental: interferência do ambiente na saúde humana em um município de Minas Gerais. **Investigação**, v. 12, n. 2/3, 2013.

PAPEL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE AS ARBOVIROSES: INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA SAÚDE E MEIO AMBIENTE

AUTORES:

Ryvea Parmennedys Fernandes Silva

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Fabio Claudiney da Costa Pereira

Daniele Bezerra dos Santos

INTRODUÇÃO: A educação para a saúde e para o meio ambiente representa atualmente a possibilidade de integrar, motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação (JACOBI, 2003). Assim, a educação ambiental, sem dúvida nenhuma, se constitui numa forma de educação em saúde e no fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania. A educação ambiental, devido a sua complexidade e abrangência, vem ganhando sentidos e representações compartilhadas e divergentes. Tomando como base estudos realizados por Morin (2002), Vargas (2005) e Jacobi (2003), pode se observar que os educadores vêm inserindo em suas práticas pedagógicas temas relacionados à educação ambiental de forma plural, com uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar. No curso de bacharelado em Enfermagem do Unifacex, a unidade programática denominada de “biodiversidade e bioética” é responsável por inserir e integrar a temática ambiental na formação do enfermeiro e possibilitar a integração da relação entre educação para o meio ambiente para a saúde. Este trabalho surgiu da necessidade de discutir a relação dos problemas ambientais e dos trabalhos de educação ambiental como reflexo na saúde humana, a partir de sua capacidade de aglutinar visões sobre a percepção da população e as orientações e cuidados necessários que estimulam a reflexão e o agir coletivo dos enfermeiros junto à população. Diante desse cenário, faz-se necessário reconhecer as incontestáveis relações entre meio ambiente e saúde. Neste contexto, o presente trabalho visou orientar os educandos do curso de Enfermagem do Unifacex para refletir suas práticas e cuidados junto à população do município de Natal, RN, sobre os cuidados necessários para combater as arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A saúde é entendida como decorrente da qualidade de vida e dignidade humana. Desta forma, de acordo com Ribeiro e Bertolozzi (2002) o cuidado é uma classe intimamente associada ao exercício da prática profissional da área da saúde, deixando de ser um simples ato, seja a nível local quanto planetário, e se transformando numa atitude política, consciente e comprometida com a promoção da saúde humana e ambiental. Tiedje e Wood (1995) realizaram trabalho junto aos estudantes de enfermagem nos Estados Unidos de sensibilização para as questões ambientais e constataram que, apesar dos alunos se mostrarem preocupados com o meio ambiente, eles não assumem atitudes favoráveis a sua conservação no seu dia a dia. Garman (1995) considera que os enfermeiros/as devem envolver-se na proteção do meio ambiente, através da seleção de produtos utilizados na assistência à saúde, avaliando os mais apropriados em função da necessidade e dos danos que podem causar. A autora ressalta ainda que os enfermeiros/as devem incorporar a dimensão ambiental na assistência e na administração de serviços de enfermagem, especialmente destacando os procedimentos que aumentam a geração de resíduos hospitalares e propondo medidas mitigadoras para redução. Enfatiza que o ambiente hospitalar se constitui, simultaneamente, em local que deve promover a cura e que não cause danos aos seus trabalhadores. Propõe que os enfermeiros/as “pensem globalmente e hajam localmente” em

relação à questão ambiental, sendo este “local”, o hospital. Nos dias de hoje, o Brasil vivencia um grave problema de saúde pública relacionado ao caso das arboviroses, que estão em epidemia em nosso país, decretada via Portaria 1813/2015 – Ministério da Saúde, que declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). Espera-se que a população realizem alguma associação dos problemas ambientais aos problemas de saúde pública. Estas doenças, causadas pelo o mosquito *Aedes aegypti* tem causado pavor nas populações desde o século XVIII, com a incidência de doenças tais como a dengue e a febre amarela, conforme informações apresentadas nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (IOC, 2016). Atualmente, vivenciamos e assistimos o acelerado aumento do mosquito *Aedes aegypti* em todos os estados brasileiros, causando outros tipos de doenças: a Chikungunya e a Zika.

METODOLOGIA: Os alunos do curso de Enfermagem do Centro Universitário Facex, cursando o 1º eixo, foram inicialmente orientados em sala de aula sobre os problemas ambientais e a relação com os problemas de saúde pública. Em seguida, sentimos a necessidade de extrapolar e orientar a população sobre os cuidados necessários com o meio ambiente para evitar problemas futuros com a epidemia que se espalha pelo país, decorrente das arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya). Neste sentido, os alunos se dividiram em grupos de 8 a 10 componentes e foram orientados para trabalhar abrangendo todas as zonas de Natal/RN. O trabalho foi realizado nos bairros de Neópolis, Capim Macio, Nova Descoberta, Felipe Camarão, Quintas, Cidade Alta, Potengi e Igapó, no mês de abril/2016. Inicialmente, conversaram com a população para reconhecerem a percepção da população sobre as arboviroses (aspectos comuns e diferentes das doenças) e, em seguida, orientaram a população sobre o problema dos resíduos sólidos no ambiente e os possíveis locais de deposição dos ovos do mosquito; informações específicas sobre os sinais e sintomas comuns de cada doença e orientações sobre os locais de tratamento na cidade. A pesquisa qualitativa e exploratória foi constituída por uma amostra de 240 pessoas, sendo 30 moradores de cada bairro, com faixa etária que variou de 17-81 anos. Todos os participantes da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Ao final da pesquisa, os dados foram analisados de acordo com suas características quanto a abordagem qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Durante a realização do trabalho, observamos que a população de Natal, independente da zona da cidade, tem conhecimento básico sobre o problema das arboviroses. Todos os participantes conhecem relataram que conhece alguém (amigos ou familiares) que já foi acometido por uma dessas doenças, mas nenhum dos moradores souberam diferenciar os sinais e sintomas da Dengue, Zika e Chikungunya, apenas sabem as características comuns, no entanto não sabem diferenciar quando é uma virose ou outra. Também não souberam reconhecer as características morfológicas do mosquito *Aedes aegypti*, confundindo muitas vezes com outros mosquitos. Após ouvir os conhecimentos prévios da população, os estudantes fizeram rodas de conversas nas ruas visitadas e reuniram as principais informações sobre as arboviroses, abordando as características comuns de sinais e sintomas das viroses, bem como as especificidades de cada doença, de acordo com a cartilha do Ministério da Saúde. Além disso, em cada zona, os alunos elencaram os principais locais para atendimento da população. Camponogara *et al.* (2011) aponta que é importante discutir sobre a interface saúde e meio ambiente durante a formação profissional dos estudantes da área da saúde. Ressalta ainda que, embora as propostas curriculares dos cursos da área da saúde estejam orientadas por diretrizes curriculares nacionais, contemplam a dimensão ambiental no processo de formação profissional.

CONCLUSÃO: Os resultados vivenciado junto aos alunos e à população, demonstraram a importância do papel dos estudantes da área da saúde, especialmente da enfermagem, na disseminação de informações importantes e cuidado com os aspectos educativo-ambientais para a saúde pública junto à população, bem como no amadurecimento dos educandos da integração de conteúdos junto à sua formação e sobre sua futura atuação profissional.

Palavras-chave: Cuidado. Ambiente. Saúde Humana.

REFERÊNCIAS

CAMPONOGARA, S. et al. Enfermagem e meio ambiente: uma revisão bibliográfica. **Revista de enfermagem. UFSM**, v. 1, n. 3, p. 472-480, set./dez. 2011.

GARMAN, C. The nurse and the environment: how one group thinks globally and acts locally. **Holist Nurs Pract.**, v. 9, p. 58-65, 1995.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ - IOC. **O mosquito Aedes aegypti faz parte da história e vem se espalhando pelo mundo desde o período das colonizações.** Disponível em: < <http://www.ioc.fiocruz.br/dengue/textos/longatraje.html> >. Acesso em: 17 abr. 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p.189-205, mar. 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 5.ed. São Paulo:Cortez, 2002.

RIBEIRO, M. C. S.; BERTOLOZZI, M. R. Reflexões sobre a participação da enfermagem nas questões ecológicas. **Rev Esc Enferm**, v.36, n. 4, p.300-8, 2002.

TIEDJE, L.B.; WOOD, J. Sensitizing nurses for a changing environmental health role. **Public Health Nurs.**, v. 12, p. 359-65, 1995.

VARGAS, L. A. Educação Ambiental: A base para uma ação político/transformadora na sociedade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.15, jul./dez. 2005.

CUIDADOS E MANEJOS FISIOLÓGICOS NA PRÉ-ECLAMPSIA: UMA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

AUTORES:

Iomar Targino de Souza
Maria Aparecida Paulino Pereira
Erta Bezerra da Silva Alves
Rhuama Karenina Costa e Silva

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial é definida quando a pressão sistólica/ diastólica é igual ou maior que 140\90 mmHg. Esse sinal vital é de grande importância para um adequado funcionamento do organismo, pois se associa a alterações funcionais de órgãos vitais como coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos, aumentando o risco de complicações cardiovasculares (BRASIL, 2013). Nas gestantes, a aferição da Pressão Arterial (PA) deve ser realizada em todas as consultas de pré-natal com a gestante sentada, com o braço no mesmo nível do coração e manguito apropriado para um resultado mais fidedigno. Apresentando um aumento considerável, será indicativo de Síndrome Hipertensiva Específica da Gravidez (SHEG), a qual apresenta complicações como pré-eclâmpsia, eclâmpsia e Síndrome HELLP, caracterizando-se pelo aumento da PA em gestantes após a 20ª semana de gestação, e tende a desaparecer em até 12 semanas após o parto. Persistindo a PA elevada 12 semanas após o parto será denominada hipertensão crônica (BRASIL, 2012). A pré-eclâmpsia é uma doença que exige uma monitorização mais rigorosa da PA, estando relacionada com a presença de aumento rápido de peso, edema facial e a detecção de proteinúria, dividindo-se em leve e grave. Devido aos altos índices de mortes maternas causadas por síndromes hipertensivas na gestação, o estudo visa destacar a importância da conduta clínica dos enfermeiros frente a tal distúrbio, objetivando fazer esses profissionais refletirem sobre as consequências causadas e garantir uma assistência de qualidade. Diante deste problema, questiona-se: qual a conduta do enfermeiro frente a uma pré-eclâmpsia? A motivação do estudo partiu das vivências na Estratégia de Saúde da Família (ESF), na qual se percebeu um número elevado de gestantes com hipertensão arterial. Assim, nota-se a necessidade de o profissional da enfermagem traçar um plano assistencial para prevenir as complicações na pré-eclâmpsia. A importância deste estudo está em fornecer meios que minimizem os danos causados pelas síndromes hipertensivas em mulheres durante a gestação, sendo relevante que os enfermeiros, na prática, consigam intervir no agravamento da doença reduzindo, assim, efeitos danosos para mães e conceitos. Com isso objetivou-se descrever a conduta do enfermeiro frente a uma pré-eclâmpsia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que reúne resultados de pesquisas sobre um delimitado tema, de forma organizada e sistematizada, permitindo chegar a conclusões gerais ou relacionadas ao que se quer estudar. Para a realização dessa revisão, foram traçadas as seguintes fases: identificação do tema e problema de pesquisa, busca de amostragem, categorização e avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento obtido (MARTENATO et al., 2010). O estudo foi realizado por meio de busca on-line das produções científicas nacionais sobre as Síndromes Hipertensivas Específica da Gestação na conduta de enfermagem, nos meses de outubro e novembro de 2015. A coleta das informações ocorreu Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo utilizadas as bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), ScientificElectronic Library Online (SciELO). Os descritores utilizados na busca nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram “pré-eclâmpsia”, “gestação de alto risco” e “hipertensão”. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: artigos publicados no Brasil, no período de 2010 a 2014. Ao iniciar com os descritores pré-eclâmpsia e hipertensão, obtiveram-se 69 referências encontradas na base de dados LILACS e 32 no

SciELO. Refinando com o descritor gravidez de alto risco, encontraram-se 9 referências no LILACS e 8 no SciELO, totalizando 118 referências. Para dar continuidade ao estudo, realizou-se a leitura do material delimitando o objetivo proposto, respeitando o recorte anual e referências nacionais. Dessa forma foram incluídos no estudo 12 artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foi elaborado um quadro com as principais informações dos artigos com a intenção de destacar as conclusões estabelecidas segundo os autores. Os estudos incluídos na presente revisão visam compreender e rediscutir mecanismos fisiológicos complicados pela pré-eclampsia, bem como a conduta de enfermagem frente a tal agravamento. Pontua-se que a qualidade da atenção e profissional é de fundamental importância para reduzir a mortalidade materna, oferecer cuidados convenientes aos casos de risco às urgências\ emergências obstétricas (SOARES et al, 2012). Com base nos resultados desse estudo, a maioria dos artigos demonstrou a importância de desenvolvimento de ações em saúde, principalmente na atenção básica, cuidados precoces como o encaminhamento para a atenção, quando necessário, o fiel seguimento dos protocolos e portarias do Ministério da Saúde, boa comunicação entre pacientes e enfermeiros, uma sistematização adequada com registros coerentes no prontuário a fim de reduzir iatrogenias e atribuir qualidade a assistência prestada a gestante com pré- eclampsia, sendo assim todos os artigos destacaram um aprimoramento da assistência médico-hospitalar (REIS, 2010; HERCULANO,2011; HENRIQUE, 2012; SOARES, 2012; LIMA, 2013; XU, 2013; LANGARO, 2014; MARTINEZ, 2014). **CONCLUSÃO:** Esse estudo aponta que os profissionais da enfermagem devem realizar o rastreamento precoce, exame físico detalhado e gineco-obstétrico, reforçando recomendações às mudanças de estilo de vida e ao autocuidado. Contudo, deve-se considerar o uso de hipotensores e anticonvulsivantes, quando necessário, a fim de evitar o surgimento de eclampsia, além de estar atento às necessidade de avaliar a eficácia do cumprimento das portarias e dos protocolos definidos pelo Ministério da Saúde. A presente revisão revela a necessidade de ações multiprofissionais e multissetoriais, as quais possibilitam uma sistematização da assistência cabível no que compete ao enfermeiro. Estudos sobre a temática ainda precisam esclarecer melhor conduta do enfermeiro frente a uma pré-eclâmpsia, principalmente no que concerne a assistência na atenção básica que é onde deverá haver uma concentração maior de precauções para evitar piores danos, bem como na atenção hospitalar, com especificações detalhadas de como o enfermeiro deve proceder frente a tal distúrbio, apoiando-se nas recomendações do Ministério da Saúde.

Palavras-chave: Pré-eclampsia. Gestação. Hipertensão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- _____. _____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- _____. _____. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. _____. _____. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

HENRIQUE, Angelita José et al. Resultado perinatal em mulheres portadoras de hipertensão arterial crônica: revisão integrativa da literatura. **Rev Bras Enferm**, v.65, n. 6, p. 1000-1010, 2012.

HERCULANO, Marta Soares et al. Aplicação do processo de enfermagem com hipertensão gestacional fundamentada em Orem. **Rev Rene**, v. 12, n. 2, p. 401-408, 2011.

LANGARO, Fabíola; SANTOS, Andrea Helena dos. Adesão ao tratamento em gestação de alto risco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, p. 625-642, 2014.

LIMA, Andréia Gregório et al. Síndromes hipertensivas graves- estudo descritivo com adolescentes atendidas em maternidade escola. **Rev Rene**, v.13, n.2, p. 408-418, 2013.

MARTINATO, Michele CristieneNachtigall Barboza et al. Absenteísmo na enfermagem: uma revisão integrativa. **Rev Gaúcha Enferm**, v.31, n. 1, p. 160-166, 2010.

MARTINEZ, Nathalia Franco et al. Características e laboratoriais de gestantes com pré-eclâmpsia versus hipertensão gestacional. **Rev Bras Ginecol Obstel**. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v36n10/0100-7203-rbgo-0100-7203-2014-0005029.pdf>> Acesso em 18 nov, 2015.

SOARES, Vânia Muniz Néquer et al. Causas de mortalidade materna segundo níveis de complexidade hospitalar. **Rev Bras Ginecol Obstel**, v. 34, n. 12, p. 536-543, 2012.

XU, Shiqin; SHEN, Xiaofeng; WANG, Fuzhou. Pesando riscos e benefícios: lições aprendidas com as intervenções terapêuticas de um caso com pré- eclâmpsiagrave. **Ver Bras Anestesiol**, v. 63, n. 3, p. 290-295, 2013.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO NA SALA DE PARTO

AUTORES:

Maria Aparecida Paulino Pereira

Iomar Targino de Souza

Erta Bezerra da Silva Alves

Rhuama Karenina Costa e Silva

INTRODUÇÃO: A assistência imediata prestada ao recém-nascido (RN) compreende a assistência logo após o nascimento, ou seja, nas duas primeiras horas que sucedem o parto, com o objetivo de proporcionar ao neonato condições satisfatórias para adaptação a vida extra-uterina. Os cuidados na sala de parto são essenciais para o desenvolvimento do bebê, diminuindo a morbidade e mortalidade materna e infantil (BRASIL, 2011). Os cuidados imediatos, ainda na sala de parto, podem ser feito de diferentes formas de acordo com a norma de assistência adotada no ambiente hospitalar (BRASIL, 2004). Após a realização dos cuidados de rotina na sala de parto deve ser encaminhado juntamente com a mãe ao alojamento conjunto (BRASIL, 2011). A atenção obstétrica e neonatal deve ter como características essenciais à qualidade e a humanização, pois são essenciais o conhecimento e a habilidade em neonatologia para todos os profissionais que atendem o RN em sala de parto após nascer. Ressalta-se, ainda, é papel dos profissionais e serviços de saúde acolher com dignidade a mulher desde o pré-natal e ao recém-nascido após o nascimento (ROSA; GAÍVA, 2009). Esta pesquisa visa destacar a importância da assistência de enfermagem ao RN, nas suas primeiras horas de vida, prestando os cuidados imediatos ainda na sala de parto. A recepção do RN deve ter normas estabelecidas com as diferentes atribuições constituídas para a equipe profissional, objetivando prestar uma assistência de qualidade. Diante deste problema, ainda se questiona: Qual a importância da assistência de enfermagem ao RN na sala de parto? Desse modo, este estudo tem como objetivo identificar a importância da assistência de enfermagem ao RN na sala de parto. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura que reúne resultados de pesquisas sobre um delimitado tema, de forma organizada e sistematizada, permitindo chegar a conclusões gerais ou relacionadas ao que se quer estudar. O estudo foi realizado por meio de busca on-line das produções científicas sobre a assistência de enfermagem ao recém-nascido ainda na sala de parto. A coleta das informações ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo utilizada a base de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os descritores “recém-nascidos”, “salas de parto” e “cuidados de enfermagem”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados no período de 2010 a 2015, disponíveis gratuitamente na BVS, escrito em língua portuguesa, e que se relacionasse com a temática. Os critérios de exclusão são os que não se relacionam com critérios de inclusão estabelecidos; além de material como teses, dissertações e manuais. A busca foi feita com todos os descritores utilizando-se o booleano AND entre eles. Após análise dos resultados, fez-se a seleção de 11 artigos para compor a amostra. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os estudos incluídos na presente revisão visam compreender e rediscutir a temática proposta. A Rede Cegonha é uma estratégia do Ministério da Saúde para qualificação da atenção obstétrica-infantil, que dentre suas ações, propõe assegurar às mulheres um planejamento reprodutivo e o direito à gravidez, parto e puerpério seguros e humanizados, assim como o direito às crianças ao nascimento seguro e humanizado, crescimento e desenvolvimento saudáveis (BRAGA; SENA, 2013). O nascimento é um dos principais acontecimentos da vida da mulher, portanto o cuidado de enfermagem é imprescindível para proporcionar conforto e bem-estar para as mulheres nesse momento tão importante, por isso elas buscam por um ambiente em que se sintam cuidadas, com carinho, atenção e afeto que irão ajudar no trabalho de parto (OLIVEIRA; RODRIGUES;

GUEDES, 2011). Estudos permitiram identificar ações de cuidado ao recém-nascido e procedimentos que são realizadas pela equipe multiprofissional, buscando responder às necessidades de cuidado do recém-nascido e de sua família (DUARTE et al, 2013). Os estudos mostraram que os cuidados diretos ao neonato, na sala de parto, são: Aspiração com fontes de oxigênio umidificado e de ar comprimido, com fluxômetros, sondas gástricas curtas nº 6 e 8, dispositivo para aspiração de mecônio, seringa de 20 ml, colocar o RN em um berço aquecido, limpar o coto umbilical com álcool a 70%, higiene corporal, após duas horas de vida, verificação dos sinais vitais, administração de vitamina K (1mg intramuscular), a identificação do RN, sexo, medidas antropométricas (peso, comprimento e os perímetros cefálico, torácico e abdominal), o índice de APGAR no 1º e 5º minutos de vida (SANTOS; PASQUINI, 2009). Também percebeu-se uma preocupação com a higiene do RN, pois recomenda o primeiro banho só após uma hora do nascimento com a água na temperatura em torno de 28°C a 30°C, deve ser feita de forma minuciosa para retirar o excesso do vernix caseoso. No entanto, devido ao estresse e ao risco de hipotermia durante esse período de grande mudança na vida do bebê a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o banho seja dado seis horas após o parto e o manuseio com o RN deve ser feito com delicadeza (NETO et al, 2013). Contudo, observou-se que muitas vezes a estrutura física do ambiente não permite que os cuidados imediatos sejam realizados no mesmo local após o nascimento sendo assim dificultando o vínculo entre mãe e filho, pois o ideal seria instituir o sistema PPP (Pré-parto, parto e pós parto imediato), para que os cuidados com o RN fossem realizados em um único ambiente que a mãe, pois a mesma se sentem mais segura vendo o que acontece com seu filho naquele momento (MULLER; ZAMPIERI, 2014). A assistência ao RN na sala de parto tem sofrido uma série de mudanças nos últimos anos, objetivando a diminuição do excesso de intervenções aplicadas ao bebê logo após o nascimento, pois afeta na interação de mãe e filho. Tem sido recomendado que os cuidados não ligados exclusivamente á sobrevivência devem ser incorporadas aos cuidados de rotina do RN, como por exemplo, o clampeamento tardio do cordão umbilical (MOREIRA et al, 2014). As mudanças nas práticas de cuidado ao recém-nascido, foram sendo implementadas pelas enfermeiras ao longo dos anos, na proteção do recém-nascido, o papel da equipe de enfermagem era considerado primordial realizando-se medidas de higiene, desinfecção do ambiente e cuidados com o material utilizado (GREGÓRIO; PADILHA, 2012). **CONCLUSÃO:** O presente estudo possibilitou conhecer a importância da assistência de enfermagem ao RN na sala de parto, mostrando que a enfermagem faz parte de um momento importante na vida da mulher, e o cuidado oferecido pelas enfermeiras à parturiente é imprescindível para proporcionar conforto e bem-estar para mãe e filho. Conclui-se que esta pesquisa contribuiu para a reflexão dos cuidados prestados pela enfermagem ao RN e da importância da humanização para com seus familiares e a importância do aleitamento materno e o contato pele a pele no primeiro momento da vida do bebê.

Palavras-chave: Recém-nascidos. Salas de parto. Cuidados de enfermagem.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Patrícia Pinto; SENA, Roseni Rosângela. Avanços na atenção ao prematuro e a continuidade da assistência: Reflexão sobre rede de cuidados. **Rev. Enfermagem Cent. O. Min.**, v. 3, n. 3, p. 899-908, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. Coordenação Materno-Infantil. **Manual de assistência ao Recém-nascido**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. _____. _____. **Departamento de Ações Programáticas e estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Cuidados gerais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DUARTE, Elisângela Dittz et al. A integridade do cuidado ao Recém-nascido: Articulações da Gestão, ensino e assistência. **Esc. Anna Nery**, v.17, n.4, p. 713-720, 2013.

GREGÓRIO, Vitória Regina Petters; PADILHA, Maria Itayara. História do Cuidado ao Recém-nascido. **Esc. Anna Nery**, v.16, n.2, p.354-362, 2012.

MERCEDES NETO et al. Cuidados prestados ao recém-nascido: Higiene, roupas no século XIX. **Rev. de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p. 192-196, 2013.

MOREIRA, Maria Elisabeth Lopes et al. Práticas de Atenção Hospitalar ao Recém-nascido Saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.30, p.128-139, 2014.

MULLER, Elizete Bezen; ZAMPIERI, Maria De Fátima Mota. Divergências em relação aos cuidados com o recém-nascido no centro obstétrico. **Esc. Anna Nery**, v.18, n.2, p. 247-256, 2014.

OLIVEIRA, Andressa Suelly Salurmino de; RODRIGUES, Dafne Paiva; GUEDES, Maria Vilani Cavalcante. Percepção de puerperas acerca do cuidado de enfermagem durante o trabalho de parto. **Rev. De enfermagem**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 249-254, 2011.

ROSA, Michelly Kim de Oliveira; GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz. Qualidade na atenção hospitalar ao recém-nascido. **Rev. Rene**, v. 10, n. 1, p. 159-165, 2009.

SANTOS, Letícia Martins; PASQUINI, Valdeleia Zorub. A importância do índice de apgar. **Rev. Enfermagem UNISA**, v.10, n.1, p.39-43, 2009.

PARTO HUMANIZADO: CONDUTAS E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PARTO

AUTORES:

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Eva Mirela de Lima Nascimento

Mayara Raquel da Silva Ferreira

Daniele Bezerra dos Santos

Fábio Claudiney da Costa Pereira

Tayssa Suelen Cordeiro Paulino

INTRODUÇÃO: Sendo compreendido como um período de grandes mudanças, tanto para mulher quanto para o parceiro e a família, a gravidez pode ser definida como o momento em que as modificações físicas e emocionais se evidenciam, podendo esta ser planejada ou não, atendendo as necessidades de adaptação a uma nova etapa de vida, onde ocorre o crescimento mútuo do binômio mãe-filho (BRASIL, 2016). O termo humanização, neste contexto, é influenciado por diversos fatores, destacando a qualidade da relação entre profissionais, gestantes e RN, tendo como aspecto determinante o acolhimento e respeito, estimulando o vínculo mãe-filho, a desmedicalização do parto/nascimento e, por meio de princípios éticos, colocarem em prática os direitos assegurados à paciente (SOUZA, GAÍVA, MODES, 2011). A substituição de anestésicos e analgésicos por medidas não farmacológicas de alívio da dor podem ser utilizadas, na medida do possível, reduzindo assim o número de internações, bem como, o relacionamento cooperativo entre as mulheres e os profissionais, contribuem para uma evolução satisfatória do trabalho de parto além da boa vivência e experiência única a todos os envolvidos, garantindo o direito do parto seguro, prazeroso e humano (REIS et al, 2015). Deste modo, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a enfermagem pode atuar na assistência ao parto humanizado? Sabendo-se da importância dos profissionais de saúde e das organizações sociais na busca de qualificar a assistência ao parto e nascimento, este estudo objetiva descrever como a enfermagem pode atuar na assistência ao parto humanizado.

METODOLOGIA: O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. A busca se deu no período de setembro a outubro de 2016. Foram analisados artigos científicos completos, disponíveis *online*, respeitando o recorte temporal de 2010 a 2016. Foram utilizados periódicos indexados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), tendo como critérios de inclusão as publicações no idioma português, dos últimos seis anos, sobre a temática de humanização ao parto e nascimento e a atuação da enfermagem no parto humanizado. Assim, as pesquisas encontradas que não se adequassem ao tema foram excluídas. A seleção dos artigos foi realizada mediante leitura prévia de títulos e resumos, para confirmar a temática proposta e, logo após, os artigos completos. Dessa forma, a amostra final ficou constituída por seis artigos científicos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Nos dias atuais, embora ganhe papel de destaque sendo motivo de debates e estudos, o conceito de humanização foge um pouco dos princípios sustentadores, tornando-se algo aceito teoricamente, mas não incorporado às práticas observadas na rotina assistencial preconizada pelo Ministério da Saúde. A humanização do parto se insere nesse cenário, sendo fator de destaque, visto que está intimamente ligado a aspectos sociais e emocionais da mulher e das famílias que vivenciam uma experiência única influenciada diretamente pela assistência prestada neste momento (SOUZA; GAÍVA; MODES, 2011). Dentre as práticas apoiadas no modelo de parto humanizado, podem-se destacar: Direito ao acompanhante, liberdade de posição e movimento, a utilização de métodos não farmacológicos para o alívio da dor, o uso de partograma e a redução da necessidade de intervenções desnecessárias. A

extinção da prática de tricotomia, bem como a baixa prevalência de episiotomia, mostra concordância com as orientações estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS), podendo ser observada em algumas maternidades, cujo estudo referenciado se deu em Belo Horizonte, Minas Gerais (MG) (SOUZA et al., 2016). A enfermagem atua nesse processo, tendo fundamental importância na contribuição para mudanças, na qualificação dos serviços de saúde e na melhoria da qualidade de vida materna. A atuação do enfermeiro é indispensável, tanto no que diz respeito às orientações e preparo dessas mulheres no pré parto, parto e pós parto, quanto na promoção de ações educativas de empoderamento da mulher sobre sua gestação. (GONÇALVES et al., 2015). A enfermagem obstétrica assume um papel de facilitador para a qualidade desta assistência, na atuação e utilização de um cuidado menos intervencionista, por meio de ações que estimulem a autonomia da mulher e a redução das desigualdades. Nesse sentido, cabe ao profissional de enfermagem qualificar suas ações, sendo conhecedor de sua importância e da responsabilidade que lhes é atribuída, na prestação de um cuidado digno e humanizado, que vise o bem-estar das mulheres, RNs e da família como um todo, atentando para a integralidade do sujeito e da assistência prestada. (REIS et al., 2015). **CONCLUSÃO:** Evidenciou-se que a prática desenvolvida pelos profissionais de enfermagem é de suma importância, na busca pela melhor qualidade da assistência oferecida a mulheres no ciclo gravídico puerperal, bem como a sua contribuição no momento do parto, de forma humanizada, respeitando e assegurando os direitos da mulher. Apesar de ser conhecedor das suas atribuições, foi visto que, o profissional enfermeiro ainda se distancia dessa realidade, sendo necessária a incorporação de profissionais capacitados, nos serviços de saúde, que prestem assistência direta ao parto e nascimento, atendendo aos aspectos atuais de humanização, estabelecidos pelo Ministério da saúde. Diante disso, e sabendo que o profissional de enfermagem é um dos responsáveis pelo contato direto com a paciente desde o preparo para a gravidez, cabe a ele o aperfeiçoamento do conhecimento e das técnicas utilizadas, que contemplem a ideia de humanização da assistência, atuando como facilitador da mudança para qualificação dos serviços de saúde, de forma humana, respeitando os direitos da mulher e cumprindo com seus deveres éticos.

Palavras-chave: Parto Humanizado. Humanização da Assistência. Enfermagem Obstétrica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante**. 3. ed. Brasília. 2016.

GONÇALVES, Annelise de Carvalho et al. O acompanhante no centro obstétrico de um hospital universitário do Sul do Brasil. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v.36, n. esp, p. 159-167, 2015.

REIS, Thamiza da Rosa dos et al. Enfermagem obstétrica: contribuições às metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Rio Grande do Sul, v. 36, n. esp, p. 94-101, 2015.

SOUZA, Ana Maria Magalhães et al. Práticas na assistência ao parto em maternidades com inserção de enfermeiras obstétricas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Esc. Ana Nery**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 324-331, 2016.

SOUZA, Taísa Guimarães de; GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz; MODES, Priscilla Shirley Siniak dos Anjos. A humanização do nascimento: percepção dos profissionais de saúde que atuam na atenção ao parto. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v.32, n. 3, p. 479-486, 2011.

CATETER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC): PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA NO PREPARO ACADÊMICO

AUTORES:

Larissa Raíssa Correia de Farias

Wendell Wesley da Silva,

Felipe Madruga Barbosa

Tyffany Yasmim Gomes de Medeiros

Yasmim Bianca de Brito

Jose Wanderley Lins Dantas

INTRODUÇÃO: Com o decorrer dos anos e com os avanços tecnológicos, foram sendo desenvolvidos novos dispositivos que auxiliam na prática endovenosa, visando sempre a eficácia na administração e o bem-estar do paciente, dentre eles temos o cateter central de inserção periférica (PICC), que consiste em um cateterismo de cunho central que se dá por acesso periférico. Esse cateter é inserido através de uma veia da região anticubital, desembocando na veia cava superior. Segundo Seccole e Jesus (2007), o PICC é relatado pela primeira vez no ano de 1929, quando o médico alemão Forssman se auto cateterizou, utilizando uma sonda vesical, inserindo-a em uma veia da fossa cubital, com a intenção de alcançar a circulação central. O cateter específico para esse procedimento foi desenvolvido nos Estados Unidos na década de 70, feito em material biocompatível e hemocompatível, frequentemente utilizados em neonatologia, pediatria, terapia intensiva, oncologia e cuidados domiciliares, indicado para pacientes em tratamento prolongado evitando múltiplas punções, permitindo a infusão de soluções com pH e osmolaridade elevada, drogas vesicantes e/ou irritantes e nutrição parenteral. O PICC tem a comodidade de ser um procedimento realizado à beira do leito, executado por enfermeiros devidamente capacitados para sua inserção, avaliação e manutenção, sem a necessidade da presença do profissional médico para realizar sua punção. Tal capacitação é pouco procurada, muitas vezes por falta de interesse, como também por ser um tema com pouca abordagem na graduação, ocasionando a escassez de profissionais qualificados. Sendo assim, objetiva-se neste trabalho descrever a importância da abordagem do cateter central de inserção periférica ainda na graduação, como forma de despertar no graduando o interesse de ser um futuro profissional capacitado em sua inserção.

METODOLOGIA: O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo. Quanto ao tipo, pode ser definida como pesquisa bibliográfica, já que para desenvolvê-la foram realizadas leituras críticas de artigos científicos, livros e periódicos. Em nosso estudo, adota-se ainda a abordagem qualitativa, por permitir o diálogo com os autores e a interpretação aprofundada dos dados. Em nosso estudo, adota-se ainda a abordagem qualitativa, por permitir o diálogo com os autores e a interpretação aprofundada dos dados. Foram pesquisados artigos científicos nos bancos de dados on-line da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se as fontes das revistas Latino Americana de Ciências da Saúde (LILACS), da Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A coleta de dados foi realizada no mês de outubro de 2016, utilizando os seguintes critérios de inclusão: artigos que contemplavam o tema em questão; publicados em língua portuguesa; sobre o tema Cateter central de inserção periférica. Sendo encontrados 30 artigos relativos ao tema, dos quais foram utilizados 09 para a construção mediante os critérios de seleção. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O cateter central de inserção periférica (PICC) é um dispositivo de longa permanência, e está envolto de uma alta complexidade, desde sua inserção até a sua manutenção, mediante o fato de ser acessado pela periferia, onde os vasos possuem uma luz estreita e epitélio frágil, comparado aos vasos da circulação central. Entretanto, a inserção periférica apresenta fatores de bastante relevância ao

comparado com o acesso central, dentre eles podemos citar o fato de ser um procedimento realizado à beira do leito, sem a necessidade de um profissional médico, podendo ser inserido pelo enfermeiro. É indicado para pacientes com necessidade de múltiplas punções venosas, uso de drogas vesicantes ou irritantes e nutrição parenteral, possuindo poucas contraindicações como lista Oliveira et al (2006). Dentre elas, alterações anatômicas que possam impedir a progressão do cateter; infecção da pele próximo ao local de inserção; presença de trombos, flebites ou trombozes; alterações neurológicas e ortopédicas; lesões dérmicas próximas ou no local de inserção; administração de volumes sob pressão e “em bolus”. A resolução do COFEN nº 258/2001 torna lícito a inserção do cateter central de inserção periférica pelo enfermeiro, e, já no artigo 2º enfatiza que o enfermeiro, que desejar realizar este procedimento, deve se capacitar em um curso devidamente regulamentado. Na ocasião, o profissional aprende todos os passos para o manuseio adequado do PICC, desde passos básico como abordagem do paciente e família, a avaliação da necessidade e disponibilidade da utilização da PICC, até o próprio momento da inserção, como também o preparo e treinamento da equipe de enfermagem para os cuidados contínuos com o acesso. A falta de qualificação profissional é ainda uma das maiores barreiras para a concretização do PICC como rotina nas unidades de saúde, poucos são os profissionais que possuem a qualificação adequada para realizá-la. Esse déficit de profissionais pode ser explicado pela falta de incentivos para a busca por esse aperfeiçoamento profissional. Martins, Oselame e Nevis (2015, p. 8) evidencia que “o enfermeiro tem grande importância nesse processo, tanto como agente de prevenção de complicações, como disseminador da prática, mas o que se nota são poucas publicações referentes ao assunto”. A falta de divulgação das importâncias e os benefícios da PICC dificultam a sua consolidação, principalmente no decorrer de uma formação acadêmica. Por mais que para a inserção e manutenção desse cateter seja necessária uma qualificação profissional, é no decorrer da graduação que o aluno constrói o alicerce de sua vida profissional, definindo assim sua personalidade como enfermeiro, fazendo-o permear por caminhos que o levaram para sua atuação mais tarde. Nota-se que em meio as diversas disciplinas no curso de enfermagem, há pouco aprofundamento nos estudos sobre este tipo de cateterismo. Mediante a alto grau de complexidade para a realização do PICC, mesmo que seja preciso um treinamento específico, há ainda uma necessidade da reafirmação dos conhecimentos básicos que muitas vezes ao longo da graduação são deixados de lado, tais como os referentes a anatomia humana, requisito primordial para a atuação do trabalhador em saúde, que no decorrer dos anos vai sendo esquecido pelo profissional, tendo em vista a mecanicidade da rotina de trabalho. **CONCLUSÃO:** Compreende-se claramente a necessidade de um aporte maior da divulgação e no conhecimento acerca do cateter central de inserção periférica. Concordamos com Martins, Oselame e Nevis (2015) quando afirmam que é de extrema relevância a inclusão da temática ainda na formação acadêmica, assim como o investimento do profissional em pesquisas nas mais diversas áreas de implantação do PICC. É de extrema importância o conhecimento dos profissionais, principalmente o enfermeiro, a respeito deste dispositivo, visto que é um método de infundir medicações e nutrição pouco utilizado, mas que traz diversos benefícios ao paciente em relações a outros dispositivos. Como fatores limitantes na utilização do PICC para população estudada, concluímos que a falta de conhecimento dos profissionais em relação ao PICC, é o principal motivo, seguido pela falta de número adequado de profissionais capacitados nas instituições para realizar a inserção e acompanhar a manutenção e do custo do cateter (OLIVEIRA et al., 2006).

Palavras-chave: Infusão endovenosa. Cateterismo. PICC.

REFERÊNCIAS

BAIOCCO, Graziella Gasparotto; SILVA, JLB da. A utilização do cateter central de inserção periférica (CCIP) no ambiente hospitalar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Novo Hamburgo, v. 18, n. 6, p. 1131-1137, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n6/pt_13> Acesso em: 04 Out. 2016.

COSTA, Leticia Celestino da; PAES, Graciele Oroski. Aplicabilidade dos diagnósticos de enfermagem como subsídios para indicação do cateter central de inserção periférica. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p. 649-656, Dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000400002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 07 Out. 2016.

LOURENCO, A. S.; OHARA, Conceição Vieira da Silva. Conhecimento dos enfermeiros sobre a técnica de inserção do cateter central de inserção periférica em recém-nascidos. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 189-195, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n2/pt_08> Acesso em: 03 Out. 2016.

MARTINS, Cassiane; OSELAME, Gleidson Brandão; NEVES, Eduardo Borba. Cateter central de inserção periférica: revisão sistemática. **Revista de Atenção à Saúde (antiga Rev. Bras. Ciên. Saúde)**, Curitiba, v. 14, n. 47, p. 99-107, 2015. Disponível em <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/3358/0> Acesso em: 03 Out. 2016.

OLIVEIRA, E. L. F. et al. Principais indicações para o uso do cateter central de inserção periférica (PICC): fatores limitantes. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO—UNIVERSIDADE DO VALE DA PARAÍBA. 10., São José dos Campos. **Anais...** São João dos Campos, 2006. p. 882-5. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/03/INIC0000546_OK.pdf> Disponível em 03 Out. 2016.

PETRY, Jaqueline et al. Cateter Venoso Central de Inserção Periférica: limites e possibilidades. **Reveletr enf.**, Passo Fundo, v. 14, n. 4, p. 937-43, 2012. Disponível em <http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v14/n4/pdf/v14n4a23.pdf> Acesso em: 05 Out. 2016.

SECOLI, Silvia Regina; DE JESUS, Valéria Corrêa. Complicações acerca do cateter venoso central de inserção periférica (PICC). **Ciência, cuidado e saúde**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 252-260, 2007. Disponível em <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/4174>> Acesso em: 05 Out. 2016.

SILVA, J. B. de O. **Atuação e atribuições do enfermeiro no uso do Cateter Central de Inserção Periférica**. 2014. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/8135>> Acesso em: 07 Out. 2016.

STOCCO, Janislei Giseli D. et al. Cateter central de inserção periférica: percepções da equipe de enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 16, n. 1, 2010. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewArticle/21112>> Acesso em: 03 Out. 2016.

ANATOMIA HUMANA: COMPORTAMENTO ÉTICO NO ESTUDO DE PEÇAS NATURAIS

AUTORES:

Wendell Wesley da Silva

Ana Íris Silva Freitas

Felipe Madruga Barbosa

Maria Luiza Mariano de Medeiros

Karla Regina Freitas e Silva

José Wanderley Lins Dantas

INTRODUÇÃO: Desde os primórdios da humanidade, buscou-se o entendimento total sobre a complexidade da máquina humana, mediante a essa busca surge, a anatomia humana que é a ramo das ciências biológicas que, segundo o conceito proposto pela American Association of Anatomist: “anatomia é a análise da estrutura biológica, sua correlação com a função e com as modulações de estrutura em resposta a fatores temporais, genéticos e ambientais” (DÂNGELO; FATTINI, 2011). Para tal conhecimento se faz necessário a utilização de diversos recursos, que visam a melhor absorção de quem o estuda, dentre esses recursos são usados cadáveres humanos, devidamente conservados e dissecados, permitindo uma real visualização das estruturas pelos estudantes, aproximando a teoria da realidade, realidade que não pode ser observada em peças sintéticas. A utilização de cadáveres para o estudo anatômico, está envolto em diversos aspectos considerados delicados, tendo em vista que os cadáveres são vistos muitas vezes como simples objetos de estudos, sendo deixado de lado fatores como os que são refletidos na famosa oração do cadáver escrita “lembra-te que este corpo nasceu do amor de duas almas; cresceu embalado pela fé e esperança daquela que em seu seio o agasalhou, sorriu e sonhou os mesmos sonhos das crianças e dos jovens; por certo amou e foi amado e sentiu saudades dos outros que partiram sem que por ele tivesse derramado uma lágrima sequer, sem que tivesse uma só prece.” (ROKITANSKY, 1876). O desenvolvimento deste trabalho teve como objetivo, em primeira instância, de trazer a conscientização acerca do manuseio com as peças anatômicas dos laboratórios. Ademais, este estudo fundamenta-se da necessidade de uma formação ética, por parte dos graduandos, para que possamos ter maior durabilidade. Pode-se observar, que muitas vezes fatores não são levados em consideração, onde as pessoas que manipulam as peças esquecem e as tratam como meros mecanismos de estudo, não respeitando toda a história envolvida por traz daquele corpo, muitas vezes até brincando de forma desrespeitosa, e até as danificando, impossibilitando assim a utilização das mesmas para estudos futuros. Sendo assim objetiva-se com esse estudo descrever a ética no estudo da anatomia humana. **METODOLOGIA:** O presente trabalho faz uma revisão de literatura, já que para desenvolvê-la foram realizadas leituras críticas de artigos científicos, livros e periódicos, sendo realizada de forma qualitativa. Foram pesquisados artigos científicos utilizando-se as fontes das revistas Latino Americana de Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A coleta de dados foi realizada no mês de outubro de 2016, utilizando os seguintes critérios de inclusão: artigos que contemplavam o tema em questão; publicados em língua portuguesa. Sendo encontrados 12 artigos relativos ao tema, no qual foram utilizados 08 para a construção mediante os critérios de seleção. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A anatomia é uma ciência que vem sendo estudada há muitos séculos, obviamente teve as suas dificuldades iniciais, mas com o tempo tornou-se essencial para a descoberta de doenças e tipos de más formações que eram desconhecidas. O início do uso de cadáveres para a pesquisa e o ensino científico data de 500 anos antes de Cristo (LYONS; PETRUCCELLI, 1987; PETRUCCELLI, 1997). Nesta época era grande a ignorância sobre o interior do corpo humano, mas o seu

estudo era proibido por ser considerado sagrado (PETRY, 2000). O cadáver começa a ter, no mundo dos vivos, segundo França (1992), uma importância cada vez maior. Esse material anômico passa a despertar um evidente interesse, constituindo-se, pouco a pouco, em fator de grande valia no mundo atual. Seu uso, hoje, não se restringe apenas aos fins didáticos ou científicos, mas à finalidade terapêutica e também alguns usam o cadáver para fazer obra de arte, e isto apresenta implicação moral, legal, religiosa, ética, social que deve ser considerada por todos os profissionais da área da saúde. Do ponto de vista ético, o cadáver humano não deve ser visto como simples objeto de estudo, já que é envolvido por um vínculo emocional e afetivo com os indivíduos com que estabeleceu uma relação. A questão da morte está presente desde o início do ensino médico e das outras profissões da área da saúde, sendo inegável que o avanço da medicina se deu graças à possibilidade de ensino e pesquisa ética em cadáveres (COSTA; LINS, 2012). No entanto, opiniões diversas são encontradas atualmente quanto à vantagem de usar peças cadavéricas no ensino da anatomia humana. Alguns apontam repulsa visual e forte odor de formol como aspectos negativos no uso do cadáver para ensino, os quais podem constituir uma barreira importante ao aprendizado (BRAZ, 2009). Quanto ao lado positivo, defende-se que a ausência de cadáveres para estudo compromete o aproveitamento dos alunos de todos os cursos da área da saúde (KRUSE, 2004), com enfraquecimento do processo de humanização (QUEIROZ, 2005). Dessa forma, é preciso vincular os aspectos técnicos aos ético-humanísticos para que os estudantes possam desenvolver habilidades para a competência em suas profissões sem que se esqueçam do lado humanístico do assunto (GOMES et al., 2010). O desembargador José Fernandes de Lemos considerou a enorme importância social, religiosa e jurídica do cadáver, cujo destino normal e rotineiro é o sepultamento ou a cremação, bem como a necessidade imperiosa de as escolas de Medicina utilizarem cadáveres para fins de ensino e pesquisa científica, os quais devem estar revestidos de todo o respeito ético e moral, além do rígido respeito às normas jurídicas. Disposições normativas estabelecidas pela Lei nº 8.5018 de 30 de novembro de 1992 regulamentam as condições em que os corpos podem ser destinados a estudos, mas essa lei não resolve todos os problemas práticos decorrentes do encaminhamento de corpos às instituições de ensino superior. **CONCLUSÃO:** Ao refletir sobre a situação atual da manipulação das peças reais no estudo da anatomia, vemos a necessidade de uma ótica diferenciada, fazendo-se preciso ser enfatizado o manuseio ético das mesmas, tendo em vista que ali estão pessoas que fizeram parte de um grupo social e necessitam ser respeitadas e não tratadas como simples objetos. “O manuseio do cadáver pelo estudante foi tido como uma forma de fortalecer a humanização dos futuros profissionais da saúde, refletindo-se em suas condutas com os pacientes” (LINS; COSTA, 2011). A humanização pode ser inserida desde o estudo da anatomia, ser um profissional ou estudante humanescente, e também saber se portar de forma ética para com o seu objeto de estudo, não vê-lo como um simples e inerte objeto, mais sim como uma pessoa que teve os mesmos precedentes emocionais que qualquer outro, e que sendo assim merece todo o respeito. Sendo assim o ambiente de laboratório, as expressões físicas, verbais dos alunos devem ser de sobriedade de elevada compostura e o manuseio das peças com o maior respeito.

Palavras-chave: Anatomia Humana. Bioética. Ética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 8.501, de 30 de novembro de 1992. Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudo ou pesquisas científicas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p.16519, 1 dez. 1992.

BRAZ, PRP. Método didático aplicado ao ensino da anatomia humana. **Anuário da produção acadêmica docente**, v.3, n.4, p.303-310, 2009.

COSTA. Gilliene. B. F.; LINS. Carla. C. S. A. O cadáver no ensino da anatomia humana: uma visão metodológica e bioética. **Rev. Brasileira de educação médica**, p.369 – 373, 2012.

DANGELO, J. G; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentada**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

FRANÇA, G. V. **Direito médico**. 5. ed. São Paulo: Fundo Editorial Byk, 1992. p. 553-570.

GOMES, AP et al. Análise bioética do uso de recém-cadáveres na aprendizagem prática em medicina. **Rev Assoc Med Bras**, v.56, n.1, p.11-6, 2010.

GOMES, JCM. O atual ensino da ética para os profissionais de saúde e seus reflexos no cotidiano do povo brasileiro. **Bioética**, v.4, p.53-64, 1996.

KRUSE, MHL. Anatomia: a ordem do corpo. **Rev Bras Enferm**, v.57, n.1, p.79-84, 2004.

LYONS, A. S.; PERTRUCELLI, R. J. **Medicini**: na illustrated history. New York: Harry N. Abrams Inc., 1987.

PETRUCELLI, L. J. **História da medicina**. São Paulo: Manole, 1997.

PETRY, A. **A ignorância sobre o corpo**. 2002. Disponível em:
<<http://www2.correioweb.com.br/hotsites/500anos/portugal-brasil/dia10/htm>>. Acesso em: 19 maio 2003.

QUEIROZ, CAF. **O uso de cadáveres humanos como instrumento na construção de conhecimento a partir de uma visão bioética**. 2005. Mestrado (Dissertação) - Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2005.

COMO PROCEDER NA PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA COM FIBRILAÇÃO VENTRICULAR/TAQUICARDIA VENTRICULAR SEM PULSO: UMA COMPILAÇÃO DO SUPORTE BÁSICO DE VIDA

AUTORES:

Marcelo Ferreira Gomes Filho
Elizangela Ferreira da Silva
Ana Karolinne da Silva Oliveira
Marina de Souza Nascimento
Kadidja Sayonara de Araújo
Karolina de Moura Manso da Rocha

INTRODUÇÃO: A realização imediata de uma ressuscitação cardiopulmonar (RCP) em uma vítima de parada cardiorrespiratória (PCR) contribui na taxa de sobrevivência do paciente mesmo que apenas por compressões torácicas externas (CTE). Entretanto, cerca de 56 a 74% dos ritmos de PCR no âmbito pré-hospitalar ocorrem em fibrilação ventricular (FV), e o sucesso da reanimação esta relacionado a uma desfibrilação precoce. Logo, o maior desafio no Brasil, é ampliar o acesso ao ensino de RCP no suporte básico de vida (SBV) e minimizar o tempo entre sua realização e primeiro choque. (GONZALEZ et al., 2013). O objetivo deste trabalho é compreender a PCR na literatura na fase fibrilação ventricular/taquicardia ventricular sem pulso (FV/TVSP). **MÉTODOLOGIA:** Revisão de literatura (processo de busca, análise e descrição de um conhecimento). Onde foram pesquisados artigos científicos em base de dados da BIREME LILACS e BDENF e através de manuais das principais diretrizes. Foram incluídos seis artigos nos seguintes critérios: Publicados entre 2011 a 2016, em português, disponibilizado a versão completa, e que seguiram as recomendações das novas atualizações da American Heart Association, além de incluir pesquisas a cerca da FV/TVSP. Já os artigos excluídos, não englobaram os critérios de inclusão e foram insatisfatórios na revisão. Os descritores foram: parada cardíaca, ressuscitação/reanimação cardiopulmonar, fibrilação ventricular, taquicardia ventricular e desfibriladores. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Segundo Alves et al (2013), Numa situação de trauma, é necessário primeiramente certificar-se da segurança do local, avaliar a responsividade abordando a vítima, quando não há resposta é preciso observar se há movimento torácico de respiração em menos de 10 segundos, se ausente ou respiração em gasping (desconforto respiratório) ligue para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), verificar o pulso carotídeo em menos de 10 segundos, havendo pulsação aplique uma ventilação a cada 6 segundos e repita a palpação a cada 2 minutos; se não detectar pulso, inicie os ciclos de 30 compressões para 2 ventilações, considerando um dispositivo de barreira. (GONZALEZ et al., 2013). De acordo com Guidelines: American Heart Association, 2015, as diretrizes de 2005 eram A-B-C sendo A: Abrir vias aéreas; (excluindo-se o ver, ouvir e sentir se há respiração) B: ventilação boca a boca; C: Compressões, atualizando-se para a nova sequência C-A-B-“D” em que a compressão será precoce e mais efetiva, e a desfibrilação entra no seguimento, alterando também para 100 a 120 CTE/min em uma profundidade de 5 cm e não mais que 6 cm, intercalada com 1 ventilação a cada 6 segundos (10 respirações/minuto). Segundo Gonzalez et al (2013), para as compressões torácicas é necessário: expor o tórax da vítima; apoiar a região hipotênar da mão dominante sobre o esterno e a outra mão entrelaçando-a, estendendo os braços em 90°; realizar as CTE permitindo o retorno completo do tórax para garantir que o coração se preencha, sem retirar as mãos; as interrupções devem ser no máximo 10 segundos. Para abertura das vias aéreas, realiza-se a manobra de Head Tilt-Chin Lift da hiperextensão do pescoço inclinando-se a cabeça e elevando o queixo, quando não há evidência ou suspeita de trauma craniano ou cervical, se houver, realizar a manobra de anteriorização da mandíbula

(manobra de Jaw Thrust). A ventilação envolve uma oxigenação adequada e a eliminação de CO₂, cada ventilação deve ser realizada em um segundo, mantendo o queixo elevado com uma mão e a outra fechando o nariz da vítima, fazendo a expansão torácica ser visível, sem hiperventilação, que irá desencadear um processo de distensão gástrica, pois o excedente de ar passa pelo esôfago, indo para o estômago, podendo aumentar a pressão intratorácica, comprimindo a veia cava inferior, diminuindo retorno venoso e reduzindo o débito cardíaco, além do risco de regurgitação e broncoaspiração. A letra D de desfibrilação refere-se a monitorizar o ritmo cardíaco e uma desfibrilação imediata nos ritmos “chocáveis” como FV e TVSP (FALCÃO et al., 2011). Fisiologicamente a atividade elétrica cardíaca é determinada por tracejados eletrocardiográficos, que são eles: A despolarização do nó sinoatrial da origem a onda P (excitação dos átrios); O segmento PQ: Retardo na excitação do nó atrioventricular (AV); Onda Q: Excitação do septo interventricular; Onda R: Excitação do terço do ápice; Onda S: excitação dos demais segmentos ventriculares; Segmento ST: Excitação completa dos ventrículos; Onda T: Repolarização; Onda U: Contração dos músculos papilares (PAULSEN; WASCHKE, 2012). A FV é uma atividade elétrica desorganizada, que é distribuída de forma caótica, de complexos em várias amplitudes, esse quadro gera uma força de contração cardíaca inadequada, que resulta na ineficiência do coração em manter uma ejeção sanguínea adequada. Já a TVSP é uma sequência rápida de batimentos ventriculares, apresentando um eletrocardiograma com complexos QRS alargados não precedidos de ondas P (TALLO et al., 2012). Conforme Gonzalez et al (2013) o DEA é um equipamento portátil, capaz de interpretar o ritmo de cardíaco, selecionar o nível de energia e carregar automaticamente, cabendo ao operador apenas pressionar o botão de choque quando indicado pelo próprio DEA, que reverte FV/TVSP em circulação espontânea. Para sua utilização deve-se: 1 – Ligar o aparelho; 2 – Conecte as pás no tórax da vítima, observando o desenho no DEA, uma pá à direita em situação infraclavicular e paraesternal, e a outra pá à esquerda no ápice cardíaco na linha axilar média evitando o mamilo; 3 – Encaixe o conector das pás ao aparelho; 4 – Não tocar na vítima enquanto o DEA analisa o ritmo e efetua o choque; 5 – Dependendo do ritmo o choque será indicado; 6 – Pressionar o botão indicado pelo aparelho; 7 – A RCP deve ser continuada após o choque, os eletrodos não devem ser retirados, pois o DEA a cada 2 minutos irá analisar e indicar choque novamente se necessário, se o paciente retornar o pulso, respiração e consciência deve-se deixá-lo em posição de recuperação (decúbito lateral esquerdo) com o DEA ainda posicionado aguardando a chegada do SAV que irá realizar os cuidados pós RCP. Em conformidade com Knopfholz (2015) Em 2004 o Paraná promulgou a lei nº 14427, obrigando estabelecimentos e eventos com grande concentração de pessoas possuírem um DEA de fácil acesso e pessoal qualificado a exercer um SBV, onde foi realizado um estudo em Curitiba – PR, com intuito de avaliar se estabelecimentos com fluxo superior a 2000 pessoas por dias (Shoppings, hipermercados, aeroportos, academias, escolas e rodoviárias). Onde de 40 locais pesquisados, 28 aceitaram participar (70%), das 28 apenas 13 (46,4%) possuíam DEA, já quanto à revisão do aparelho, dos que o possuíam 06 (46%) não souberam informar, e os demais afirmaram ser semestralmente e até anualmente, e os profissionais demonstraram de forma geral um desempenho insuficiente e inadequado na prática de PCR e de manuseio do DEA. Já o governo do estado do Rio Grande do Norte, promulgou a lei nº 10.026 de 16 de dezembro de 2015, que sanciona obrigatoriedade de disponibilizar aparelho de DEA em eventos/locais com previsão de circulação de pessoas igual ou superior a mil e quinhentos, mantendo um DEA de fácil acesso e de um profissional capacitado a exercer SBV. **CONCLUSÃO:** Observou-se assim, uma abordagem na íntegra do SBV, porém são necessários maiores investimentos para capacitação de profissionais, inclusive a precariedade na existência do DEA, para que haja uma fiscalização efetiva, manutenção e equipe treinada para seu manuseio, para que possamos ofertar um atendimento adequado à população.

Palavras-chave: Fibrilação ventricular. Taquicardia Ventricular sem Pulso. Desfibrilador.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiele Aparecida; BARBOSA, Cintia Natalia Silva; FARIA, Heloísa Turcato Gimenes. Parada Cardiorrespiratória e enfermagem: o conhecimento acerca do suporte básico de vida. **Cogitare Enfermagem**, São Sebastião do Paraíso, v. 18, n. 2, p. 296-301, abr./jun. 2013.

AMERICAN HEART ASSOCIATION – AHA. **Destaque das diretrizes para RCP e ACE** (Guidelines CPR and ECC). S.l., 2015.

FALCÃO, Luiz Fernando dos Reis et al. Atualização das diretrizes de ressuscitação cardiopulmonar de interesse ao anestesiologista. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, Campinas, v. 61, n. 5, p. 624-640, set./out. 2011.

GONZALEZ, Maria Margarita et al. Primeira diretriz de cardiologia e cuidados cardiovasculares de emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia: resumo executivo. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 101, n. 2, ago. 2013.

KNOPFHOPZ, José et al. Capacidade de manuseio da parada cardíaca em locais de alto fluxo de pessoas em Curitiba. **Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 114-118, abr./jun. 2015.

PAULSEN, Friedrick; WASCHKE, Jens. **Sobotta atlas de anatomia humana: órgãos internos**. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei Estadual n. 10.026**, de 16 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar DEA nos eventos de grande concentração de pessoas. Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

TALLO, Fernando Sabia et al. Atualização em reanimação cardiopulmonar: uma revisão para o clínico. **Revista Brasileira Clínica Médica**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 194-200, 2012.

DESVENDANDO A CEFALEIA EM SALVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Rafaela Costa de Medeiros Moura

Gesiane da Silva Batista

Maria de Fátima Fonseca Souza

Thalita Emanuela Santos do Nascimento

INTRODUÇÃO: A cefaleia em salvas (CS) é uma síndrome de intensa dor primária e unilateral, localizada dentro ou ao redor dos olhos e com aspectos autonômicos ipsilaterais os quais acometem principalmente os homens (FRAGOSO, 2008). Esta forma incomum de cefaleia primária ocorre em surtos ou salvas com duração de semanas a meses, geralmente intercalados por períodos de remissão superior a um mês. Na maioria das vezes, o primeiro surto ocorre entre os 20 e 30 anos de idade. Fatores como consumo de álcool, mudanças climáticas, odores e luzes fortes são descritos como possíveis desencadeadores das crises (ROCHA et al., 2014). Os autores corroboram, no que diz respeito aos critérios para diagnosticar a CS. Assim, a *International Headache Society Classification Committee* afirma que para confirmação diagnóstica deste evento, é necessário que haja pelo menos cinco crises de curta duração de dor unilateral, em região orbital ou temporal que duram 15 a 180 minutos e frequência de um episódio em dias alternados até oito episódios ao dia. Além deste aspecto, a dor deve ser associada a pelo menos um dos sintomas autonômicos relacionados como a injeção conjuntival, lacrimejamento, congestão nasal, rinorréia, semiptose e edema palpebral, miose ou sudorese da fronte e frequência de um episódio em dias alternados até oito episódios por dia. Na forma crônica, os ataques ocorrem por mais de um ano, sem remissão ou com período de remissão de duração menor que 14 dias. A CS pode apresentar-se na forma episódica, caracterizada por período crítico de sete dias a um ano e intervalo livre das salvas maior que quatorze dias; forma crônica, caracterizada pelo intervalo livre das salvas menor que quatorze dias (TANURI; SANVITO, 2004; MACEDO et al., 2012). Trata-se de um tipo cefaleia primária de curta duração e associada à ativação autonômica. O tratamento da cefaleia em salvas episódica ou crônica é semelhante. Sumatriptano subcutâneo e oxigênio inalatório são tratamento de primeira linha nos ataques de cefaleia em salvas. Outros fármacos com alguma evidência de eficácia são ergot, lidocaína e octetide. Quanto ao tratamento profilático, deve ser iniciado o mais precocemente possível, já que o paciente tem tipicamente um a oito ataques de dor por dia e o uso de abortivos de forma repetida implicaria em toxicidade. O verapamil é o tratamento preventivo de escolha na cefaleia em salvas. Outras opções profiláticas eficazes são glicocorticoide, lítio, topiramato e metisergida (MACEDO et al., 2012). Este tipo de cefaleia apresenta elevada morbidade sendo reconhecida como incapacitante que alguns pacientes chegam a tentar suicídio caso a doença não seja conduzida de maneira eficaz. Assim, percebe-se a relevância em pesquisar esta temática no intuito de trazer conhecimento acerca de uma patologia incomum, mas limitante nas Atividades de Vida Diária (AVDs) a muitos pacientes. Desta forma, questionamos como ocorre, os cuidados de enfermagem a um paciente com diagnóstico de cefaleia em salvas, a partir de relato de experiência vivenciada durante a Prática Vivencial do Cuidar II? Assim, elaboramos o objetivo de relatar os cuidados de enfermagem a um paciente com diagnóstico de cefaleia em salvas, a partir de relato de experiência vivenciado durante a Prática Vivencial do Cuidar II.

METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência de discentes do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FACEX, realizado em setembro de 2016, a partir da Prática Vivencial do Cuidar II (PVC II) que ocorreu entre os dias 27, 28 e 04 de outubro de 2014, no turno diurno, com carga horária de 60 horas, interligando o ambiente acadêmico com o campo de estágio. A coleta e registro das atividades desenvolvidas e vivenciadas durante o

estágio curricular supervisionado ocorreram no diário vivencial de enfermagem enquanto ferramenta pedagógica da formação humanescente do UNIFACEX. Esta prática ocorreu na Unidade Mista de Saúde de Cidade Satélite, localizada na rua Carnaúbas no bairro de Cidade Satélite, em Natal RN. Para embasamento teórico, utilizou-se pesquisa bibliográfica, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio da base de dados eletrônica Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os descritores “cefaleia em salvas”, “cefaleia histamínica”. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos completos, em língua portuguesa, de 2004 a 2014, que respondessem a nossa questão de pesquisa. Como critérios de exclusão, artigos em outra língua e anteriores ao ano de 2004. Ao final foram identificados 04 artigos sobre a temática. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Paciente A.S.O., sexo masculino, 49 anos, residente do bairro Felipe Camarão. Deu entrada na Unidade Mista do Satélite, queixando-se de cefaleia intensa, após ingestão de bebida alcoólica. Nega ser etilista, nega DM, HAS e alergias medicamentosas. Consciente, Orientado, deambulando, normocarado. PA: 110X80 mmHg, P: 90 bpm, FR: 20 mrpm, T: 36 C°. Após acolhimento da enfermagem e atendimento médico, o diagnóstico de CS foi feito com base na história do paciente e nos exames clínico e neurológico. Os cuidados prestados pela equipe de enfermagem enquanto o paciente esteve em atendimento, foram o monitoramento dos sinais vitais a cada 6 horas, ajudar o cliente a lidar com situação/mudanças e promover bem-estar. Para avaliar a dor do paciente, realizou-se uma escala numérica de dor que varia de 0 a 10, dado que o paciente informou dor 9, e utilizado técnicas não farmacológicas, realizando a comunicação/escuta terapêutica para alívio da dor. Os sinais vitais são parâmetros que a equipe de enfermagem deve observar, anotar, registrar e o mais importante, avaliar e tomar decisões que melhorem as condições de saúde dos pacientes. No atendimento do paciente é necessário obter o maior número possível de informação junto ao doente, sem esquecer-se de referir que ele é o maior avaliador de sua dor. Desta forma, de acordo com prescrição médica foi instalada MV 50% O2 a 8 LTS (Oxigenoterapia) e administrado voltarem IM (AINES) e Dexametasona 1 Ampola 2mg/1ml+8 ml de ABD EV (anti-inflamatório esteroide). Segundo Fragosos (2008) os corticosteroides, classificados como B pelo FDA, são úteis na profilaxia de CS e poderiam ser um dos tratamentos de escolha para este paciente. Com relação à idade do paciente, a faixa etária dos 49 anos oferta maior predisposição ao evento da cefaleia em salvas onde conforme Tanure e Sanvito (2004) onde em suas pesquisas com pacientes acometidos por esta patologia, um (4,54%), a CS teve início na segunda década; em nove (40,9%), na terceira década; em nove (40,9%), na quarta década; e em três (13,63%) na quinta década da vida. Das seis mulheres, uma (16,66%) teve CS na segunda década, duas (33,33%) na terceira década, uma (16,66%) na quinta década e duas (33,33%) na sexta década da vida. **CONCLUSÃO:** Na cefaleia em salvas, os cuidados prestados pela equipe de enfermagem foram o monitoramento dos sinais vitais a cada 6 horas, principalmente da dor, por meio de escala numérica de avaliação. Além disso, os cuidados dos acadêmicos de enfermagem ajudaram o paciente a lidar com a situação, promovendo o bem-estar por meio de técnicas não farmacológicas, realizando a comunicação/escuta terapêutica para alívio da dor. Com relação aos cuidados farmacológicos, realizou-se a administração dos medicamentos no intuito de minimizar os sinais e sintomas da cefaleia, proporcionando a recuperação do paciente.

Palavras-chave: Cefaleia em Salvas. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

FRAGOSO, Yara Dadalti. Cefaleia em salvas durante a gravidez: um desafio a mais no tratamento. **Einstein**, v. 1, n. 6, p. 88-9, 2008.

MACEDO, Daniela Lino et al. Metisergida como profilaxia de migrânea e cefaleia em salvas, e a possível ocorrência da fibrose retroperitoneal, relato de caso. **Rev Dor**, São Paulo, v. 3, n. 13, p. 277-81, 2012.

OCHA, Cinthia Francesca Barra et al. Cefaleia em salvas: uma cefaleia desafiante. **Rev Medn**, Minas Gerais, v. 1, n. 24, p. 31-35, 2014.

TANURI, Fabiano da Cunha; SANVITO, Wilson Luiz. Cefaleia em salvas: estudo das alterações autonômicas e outras manifestações associadas em 28 casos. **Arq Neuropsiquiatr**, v. 2, n. 62, p. 297-9, 2004.

PÉ DIABÉTICO E A ENFERMAGEM: UM ENFOQUE NA PREVENÇÃO

AUTORES:

Thalita Emanuela Santos do Nascimento

Gesiane da Silva Batista

Maria Marta Victor da Silva

Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

Amanda Mikaelle Nunes da Silva

Lais Anny da Silva

INTRODUÇÃO: O diabetes mellitus (DM) pode ser compreendido por um grupo de doenças metabólicas que causa a elevação do nível de glicose na corrente sanguínea. De acordo com Ministério da Saúde, em 1995 cerca de 4,0% da população adulta mundial era acometida pelo diabetes, e que em 2025 é estimado o número de 5,4% de pessoas com hiperglicemia crônica (BRASIL, 2006). São três os tipos de classificação do diabetes: quando ocorre a destruição das células beta do pâncreas é nomeado diabetes tipo 1. O diabetes tipo 2 pode ser caracterizado pela resistência à insulina ou pelo comprometimento da secreção. O diabetes mellitus gestacional (DMG) é qualquer intolerância à glicose no período da gravidez, sendo causado pela secreção de hormônios placentários, provocando a resistência à insulina (SMELTZER et al, 2012). O não tratamento/cuidado com o diabetes mellitus pode acarretar diversas complicações agudas e crônicas (BRASIL, 2006; SMELTZER et al., 2012). Uma das complicações mais graves do DM é o pé diabético, que pode ser caracterizada por úlceras que se formam devido à falta de sensibilidade, diminuição da sudorese, que leva ao ressecamento da pele (neuropatias) e diminuição do fluxo sanguíneo devido a aterosclerose (vasculopatias). A falta de cuidados adequados com os pés de portadores do DM, como o uso de calçados não apropriado, cuidados inadequados com as unhas e/ou pés pelo paciente ou outras pessoas e o diagnóstico e tratamento tardio do ferimento, pode levar a até mesmo a amputação do membro. Ressalta-se dessa forma a importância dos profissionais da enfermagem na educação desses pacientes, afim de diminuir os riscos de complicações da doença. Diante do grande número de casos de amputações de membros inferiores em decorrência do diabetes mellitus, viu-se a importância de um maior cuidado e a necessidade de uma educação permanente por parte dos enfermeiros com os pacientes. Nessa perspectiva surgiu a questão de pesquisa: qual a importância da enfermagem na prevenção do pé diabético? O objetivo da pesquisa foi descrever a importância da assistência e educação por parte dos profissionais de enfermagem na prevenção do pé diabético. **METODOLOGIA:** Revisão de literatura realizada no período de abril e maio de 2015, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Sendo utilizados os descritores “pé diabético”, “prevenção” e “enfermagem”. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados nos últimos 5 anos, em língua portuguesa e ter relação com o assunto abordado. Na busca foram encontrados 55 trabalhos. Foram excluídos os trabalhos em linguagem estrangeira (3), as apresentações de teses e doutorados (1), os que não tivesse relação com o assunto (34) e os que não estavam disponíveis em texto completo (7). Sendo a amostra final composta por 10 artigos. Após a seleção, foram feitas as leituras integrais dos trabalhos e realizados os fichamentos e resumos a fim de facilitar a construção do trabalho. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** É de suma importância a atuação dos profissionais de saúde nas intervenções educacionais e na avaliação de fatores de risco para a detecção precoce e prevenção do pé diabético. Os profissionais de enfermagem que devem realizar o rastreamento dos pacientes portadores de DM, realizar medidas preventivas, estimular o autocuidado com os pés e realizar o exame físico dos membros, para obter um diagnóstico precoce e classificar os pacientes de acordo com o risco de gravidade da lesão (ANDRADE et

al., 2010; PEREIRA et al., 2013). Os profissionais de saúde que estão nas Unidades de Saúde da Família devem agir de maneira integrada e com competência frente aos pacientes portadores de diabetes mellitus. Esses profissionais necessitam incentivar e promover a educação em saúde para os pacientes, aumentando a autoestima e autonomia. Dessa forma, está clara a importância da consulta de enfermagem e atenção integral da assistência ao paciente com DM, visto que o objetivo é prevenir e/ou atenuar os danos causados pelas complicações da doença, atentando para o exame físico dos pés e para atividades educativas que estabeleçam vínculos entre esses pacientes e a equipe, pois acredita-se numa melhor adesão ao tratamento. Na consulta de enfermagem, o exame físico com o auxílio das tecnologias deve abordar as avaliações dermatológicas (unhas, calosidade, pele ressecada), estrutura, sensibilidade tátil-pressórica, hábitos de higiene e condições dos calçados, pois são de extrema importância para uma detecção precoce de ulceração dos pés (PEREIRA et al., 2013; ANDRADE et al., 2010). Muitos aspectos importantes são deixados de lado na hora da avaliação dos pés, como: a avaliação dos pulsos periféricos tibial posterior e o pedioso, que em casos não palpáveis deve-se encaminhar o paciente ao especialista, e orientações quanto a importância da deambulação, pois com a diminuição da circulação ocasionada pelo DM, o paciente sente incômodo e dor ao caminhar. Muitos profissionais não estão realizando os exames dos pés, passando despercebido a insensibilidade dos membros inferiores. Outro ponto deficiente apontado é em relação as orientações do uso adequado de calçados. O uso dos calçados inadequados gera pressão nas proeminências ósseas, ocasionando processos ulcerativos. A utilização de sapatos ou palmilhas especiais minimizam as ulcerações significativamente, bem como o autocuidado com os pés (PEREIRA et al., 2013). O objetivo desses dispositivos é reduzir o quantitativo de internações, o sofrimento desses pacientes, e, conseqüentemente os custos com o tratamento. As políticas públicas têm papel relevante na prevenção ao pé diabético, no qual devem destacar em seus programas a educação do paciente e assistência médica. O autocuidado é preconizado como medidas preventivas ao pé diabético e é de responsabilidade do enfermeiro oferecer as orientações aos pacientes e familiares, visando o controle sobre ações prejudiciais, como: tabagismo, alcoolismo, e hipertensão arterial. O autocuidado comprometido, seja pelo aparecimento de retinopatias, neuropatias ou vasculopatias pode acarretar diversos danos ao paciente, como por exemplo, amputação de membros inferiores ou cegueira. O enfermeiro deve sempre orientá-los em relação a forma de cortar ou lixar as unhas, como retirar as cutículas, o uso adequado de calçados, uso de meias erradas (não são recomendadas as que possuem elásticos em que compromete o fluxo sanguíneo), orientar a não andar descalços, principalmente em superfícies quentes e recomendar sempre a hidratação dos membros inferiores (PEREIRA et al., 2013; TAVARES et al., 2014). Contudo, por se tratar de doença crônica de longo curso, o DM exige que, além dos gestores e dos profissionais de saúde, os portadores assumam um compromisso de corresponsabilidade para o efetivo controle da doença e para manutenção da qualidade de vida. **CONCLUSÃO:** Os resultados desse estudo possibilitaram concluir a importância dos profissionais de enfermagem na realização do exame físico e nas ações educativas que visam orientar aos pacientes os cuidados precisos e necessários à prevenção ao pé diabético. Faz-se imprescindível o planejamento de ações que sejam eficazes e propensas a prevenção dos agravos. Quando instruído sobre os riscos da doença, o paciente tem melhor aceitação de seu estado e é impulsionado a fazer seu controle glicêmico. Além disso, o paciente informado, sobre a forma de aparecimento das lesões, estará alerta para o cuidado e tratamento precoce. Portanto, a educação partida dos profissionais de saúde deverá dar-se de forma permanente e continuada. É de competência do enfermeiro, despertar a motivação do paciente em mudar seus hábitos de vida, estimulando o seu autocuidado e aprendendo a conviver com a doença, de maneira saudável, mantendo uma vida absolutamente normal.

Palavras-chave: Pé diabético. Prevenção. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nájela Harsan Saloum de et al. Pacientes com diabetes mellitus: cuidados e prevenção do pé diabético em atenção primária à saúde. **Rev Enferm**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 616-21, 2010. Disponível em: < <http://www.facenf.uerj.br/v18n4/v18n4a19.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diabetes Mellitus**, Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF>. Acesso em: 29 abr. 2015.

PEREIRA, Francisco Gilberto Fernandes et al. Abordagem clínica de enfermagem na prevenção do pé diabético. **Rev Bras Promoc Saúde**, Fortaleza, v. 26, n. 4, p. 498-504, 2013. Disponível em: <http://www.unifor.br/images/pdfs/rbps/2013.4_artigo6.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

SMELTZER, Suzanne C et al. **Tratado de enfermagem médico- cirúrgico**. Revisão técnica Isabel Cristina Fonseca da Cruz e Ivone Evangelista Cabral. Tradução Antonio Francisco Dieb Paulo. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

TAVARES, Venâncio de et al. Avaliação da atenção a diabetes mellitus em Pernambuco. **Revista Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 3, p. 527-536, 2014.

DEPRESSÃO PÓS-PARTO E O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO

AUTORES:

Gesiane da Silva Batista

Thalita Emanuelasantos do Nascimento

Nayana Monnize Medeiros de Azevedo

Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

INTRODUÇÃO: A Depressão Pós-parto (DPP) caracteriza-se por um transtorno de humor não psicótico que surge no puerpério e traz efeitos negativos na relação vínculo-afetiva entre mãe e filho (CUNHA et al., 2012; HIGUTI; CAPOCCI, 2003). Estudos apontam que 10% a 15% das mulheres apresentam DPP, é uma doença que pode ser prejudicial tanto a puérpera, quanto ao seu filho (HIGUTI; CAPOCCI, 2003). Os sintomas surgem em torno de seis semanas após o parto e constituem, humor deprimido, alteração de apetite e de sono, preocupação excessiva da mãe em relação ao bebê, falta de interesse ou de prazer em realizar as atividades diárias, resposta ansiosa ao choro do bebê e medo irreal de machucá-lo, fadiga, cansaço, pensamentos de morte e suicídio, entre outros (HIGUTI; CAPOCCI, 2003). O tratamento da depressão pós-parto pode ser dividido em farmacológico e não farmacológico. O tratamento farmacológico varia de acordo com gravidade da depressão apresentada. Enquanto o tratamento não farmacológico consiste, em grupos de apoio, suporte familiar e Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) (HIGUTI; CAPOCCI, 2003). Os CAPS têm como objetivo prestar um atendimento clínico de atenção diária; promover a reinserção na comunidade das pessoas com transtorno mental (BRASIL, 2005). No CAPS, a atuação do enfermeiro varia desde atividades administrativas às atividades assistências. As de caráter administrativos incluem controle de medicação, supervisão e orientação da equipe. Enquanto as tarefas assistenciais constituem participação em grupos terapêuticos com usuários e familiares, consulta de enfermagem e visitas domiciliares (DIAS; SILVA, 2010). Devido ao alto índice de DPP que acomete puérperas, percebeu-se a importância em realizar estudos para gerar conhecimentos e discussões sobre a depressão pós-parto. Nessa perspectiva, surgiu o interesse em estudos sobre a temática sendo formulada a seguinte questão de pesquisa: o que a enfermagem pode realizar para prevenir a DPP? Esse trabalho teve como objetivo descrever o papel do profissional de enfermagem na prevenção da depressão pós-parto.

METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência vivenciado por acadêmicos de enfermagem durante estágio curricular obrigatório, realizado no CAPS II em um município do Rio Grande do Norte no qual atende adultos com transtornos psicossociais. Foi realizado um plano assistencial de enfermagem a uma mulher portadora de depressão pós-parto. Para realizar as discussões desse estudo foi realizada busca de artigos nas bases de dados, Scientific Electronic Librany Online (SciELO) e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizando os descritores “Depressão pós-parto; Assistência de enfermagem; Saúde Mental”. Foram utilizados artigos que estivessem em português, textos completos, de acordo com o tema abordado e com publicações nos últimos 5 anos. Os artigos que se apresentaram em língua estrangeira, em forma de resumo e fora do contexto abordado, foram excluídos, sendo selecionados cinco artigos.

REFERENCIAL TEÓRICO: A depressão pós-parto (DPP) é transtorno mental que acomete puérperas, tem início em torno de seis semanas após o parto. Tal estado é preocupante tendo em vista os riscos trazidos por essa condição que afeta não só puérperas, mais também a saúde mental da criança, fato que exige atenção (SOBREIRA; PESSÔA, 2012; CUNHA et al., 2012). O ato de a mulher gerar e cuidar de uma criança traz a ela uma nova perspectiva de vida, contribuindo assim para o crescimento pessoal e emocional, podendo desencadear uma ruptura de papéis, de vínculos gerando uma desorganização interna que pode agravar-se podendo caracterizar-se por

depressão (FREITAS et al., 2014). A identificação e tratamento precoces da DPP são primordiais para a prevenção de complicações para o binômio mãe- filho. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O plano assistencial de enfermagem foi construído tendo em vista as necessidades de uma paciente que foi diagnosticada com depressão pós-parto que fazia seu tratamento no CAPS II onde os estudantes realizaram estágio. Foi observado na paciente sintomas de pânico, agitação, humor deprimido, alucinações visuais, não ouvia vozes, mas tinha pânico constante, insônia e excesso de apetite. Fazia uso de anti-psicóticos. Na última consulta, foi registrado que teve um surto há menos de um mês, desconhecendo familiares, assustada, gritando, sem sinais de agressividade. De acordo com a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) foram levantados os seguintes Diagnósticos de enfermagem para o caso citado: Maternidade prejudicada relacionada a depressão evidenciado por humor deprimido e ansiedade; Enfrentamento ineficaz, relacionado às crises situacionais pós-parto; Medo, relacionado a liberadores inatos, evidenciado por relato de pânico, de estar assustado, apreensão. De acordo com os Diagnósticos citados, as Intervenções traçadas foram: compreender o estado emocional do paciente e possibilitar-lhe apoio; ensinar as etapas normais do puerpério e auxiliar a pessoa a reconhecer em que etapa está; auxiliar a família e as pessoas significativas a compreender o que está acontecendo com a vítima; aumentar a segurança; encorajar o paciente; intervir nos momentos de crise. Baseados nas seguintes intervenções, esperamos os seguintes resultados: tranquilizar a mãe em relação a maternidade; estabelecer o equilíbrio emocional; promover condições para o desenvolvimento saudável da criança. O problema da depressão que já é uma constante no mundo moderno é também, uma sombra para o sucesso de uma gravidez normal. Neste período há grandes transformações, não só na saúde da mulher, bem como no seu bem-estar, adulterando seu psiquismo e o seu papel sócio familiar (CUNHA et al., 2012). Dentre os fatores desencadeantes da DPP, inclui baixa condição econômica, gravidez indesejada, baixa autoestima, estresse, insatisfação na relação do casal, falta de apoio social, exigências, preocupações, complicações obstétricas, mudanças bioquímicas e hormonais, ausência de aleitamento materno e ansiedade no pré-natal (VELOSO; SOUZA; VELOSO, 2011; SOBREIRA; PESSÔA, 2012). A DPP tem seu diagnóstico dificultado, pois é facilmente confundido com cansaço ou esgotamento, passando despercebidas pelos familiares, profissionais de saúde e até pela própria puérpera (VELOSO; SOUZA; VELOSO, 2011). A atenção ao pré-natal, considerando a escuta qualificada é uma estratégia para identificar e prevenir essa condição. Assim vê-se a necessidade da criação de vínculos entre enfermeira (o) e gestante, proporcionando segurança à mãe para que sejam expostos seus medos, ansiedades e queixas a respeito da maternidade. Nesse contexto pode-se citar a Escala de Depressão Pós-Parto de Edinburgo (EDPE) como instrumento de identificação e prevenção, pois trata-se de uma escala auto avaliativa de sintomas depressivos. As atividades em grupo durante o pré-natal mostram-se eficazes, pois permite a troca de informações entre gestantes, compartilhamento de vivências e discussão a cerca da maternidade, resultando no alívio de sentimento de culpa, de inferioridade, redução dos níveis de insegurança e das expectativas sobre o bebê (SOBREIRA; PESSÔA, 2012; VELOSO; SOUZA; VELOSO, 2011). **CONCLUSÃO:** A DPP é uma patologia de alta incidência que acomete as puérperas e que pode ser adquirida e influencia a saúde mental das mulheres no seu período gravídico/puerperal. É de competência da enfermagem durante a consulta de pré-natal, observar e identificar os fatores de risco e intervir para que a DPP não evolua. Através da SAE, o enfermeiro avalia as necessidades da mulher e elabora o plano de cuidados direcionados para as necessidades desta. Os enfermeiros dos CAPS devem executar ações de prevenção para a DPP traçando estratégias como a aplicação da EDPE, atividades em grupos, escuta qualificada, apoio ao tratamento farmacológico, instituição de programas de educação em saúde e realizar um bom acolhimento tendo sempre em vistas uma assistência integral e humanizada.

Palavras-chave: Depressão Pós-Parto. Assistência de Enfermagem. Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005.

CUNHA et al. A importância do acompanhamento psicológico durante a gestação em relação aos aspectos que podem prevenir a depressão pós-parto. **Revista Saúde e Pesquisa**, [S.l.], v. 5, n.3, p. 579-586, 2012.

DIAS, Cristiane Bergues; SILVA, Ana Luisa Aranha. O perfil e a ação profissional da (o) enfermeira (o) no centro de atenção psicossocial. **Rev. Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 469-75, 2010.

FREITAS, Danielle Rodrigues de et al. Alojamento conjunto em um hospital universitário: depressão pós-parto na perspectiva do enfermeiro. **J. Res.: fundam. Online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1202- 1211, 2014.

SOBREIRA; Nádyá Aparecida Soares; PESSÔA; Célia Geralda de Oliveira. Assistência de enfermagem na detecção da depressão pós-parto. **Revista Enfermagem Integrada**, Minas Gerais, v. 5, n. 1, p. 905-918, 2012.

A ACUPUNTURA: SUA EVOLUÇÃO E A SUA EFICÁCIA COMO REGULADOR HOMEOSTÁTICO

AUTORES:

Geylane Teixeira de Melo
Fábio Mikael Fernandes Ferreira
Eder Bruno da Costa Vieira
Jackeline Oliveira de Melo Costa
Lucinéia Sales de Moraes
Isabel Cristina Amaral de Souza Rosso Nelson

INTRODUÇÃO: As práticas ocidentais nasceram do que, a princípio, era subjetivo e filosófico, com a finalidade de tratar doenças usando os conhecimentos da medicina primitiva para recuperação e manutenção da vida. Uma dessas práticas que é bastante conhecida e difundida nos serviços de saúde é chamada de acupuntura. Portanto, a acupuntura pode ser definida como terapia fisiológica coordenada pelo cérebro, que responde à estimulação dos nervos sensoriais periféricos pela inserção de agulhas por via manual ou elétrica (MA et al., 2006). Apesar de possuir um significado específico, não podemos afirmar que é baseada em um único paradigma, pois existem mais de 80 estilos de acupuntura somente na China, além das diversas outras formas de aplicar esta prática nos diversos países existentes no continente asiático. Mas entre as mais diversas vertentes, o fator em comum entre elas é a de que todas utilizam de agulhas para perfurar os tecidos moles, a fim de causar lesões que estimulem o processo regulador da vida, a homeostase. O processo é dividido em duas partes: central e periférica. Para o mecanismo central, a inserção de agulhas e lesões induzidas pela agulha estimulam partes do cérebro que ativam os principais sistemas de sobrevivência - os sistemas nervoso, endócrino, imunológico e cardiovascular - e normalizam as atividades fisiológicas do corpo todo. (MA et al., 2006). No caso do mecanismo periférico, a inserção de agulhas e as lesões resultantes desencadeiam reações fisiológicas ao redor dos locais de acupuntura que envolve todos os quatro sistemas de sobrevivência a fim de dessensibilizar e reparar os tecidos lesados. No local da inserção da agulha ocorre uma cascata de reações de sobrevivência, incluindo a reação imunológica: chama-se isso de reação local da inserção da agulha. (MA et al., 2006). A acupuntura busca, portanto, estimular a autocura através da homeostase, seus mecanismos de ação não visa à especificidade da patologia, e sim, o corpo como um todo (visão holística), reestabelecendo o equilíbrio energético. Enquanto terapia fisiológica depende de dois fatores importantes: a capacidade de cura de sintomas e doenças e do potencial de autocura mantido por cada paciente que está sendo submetido ao tratamento. Pessoas com a mesma patologia podem passar pelo tratamento e obterem resultados diferentes, por exemplo, o paciente A pode ter seu sintoma completamente curado, enquanto o paciente B que passou pelo mesmo procedimento apresentou apenas uma melhora parcial. Apesar de depender dos fatores citados anteriormente, a acupuntura tem proporcionado muitos benefícios, e, em diversos casos, a cura de determinados sintomas apenas aplicando as agulhas em determinados pontos durante sessões específicas. É irrefutável, na cultura ocidental que a acupuntura já tem seu espaço garantido, principalmente pela sua capacidade de aliviar a dor periférica e dos tecidos moles, e esse principal benefício é objeto amplamente estudado dentro da prática. Os chineses têm um antigo ditado que diz que nove entre dez doenças produzem dor e, de acordo com estatísticas, 85% das dores na nossa vida diária são de tecidos moles. Essa é a razão pela qual as sociedades ocidentais veem a acupuntura basicamente como uma especialidade para controle da dor (MA et al., 2006). Diante do cenário atual onde o ser humano está quase sempre sobrecarregado e suscetível a diversos fatores externos e internos, a acupuntura oferta através de seus profissionais à possibilidade de

alívio dentro de todas as esferas da saúde, desde a atenção primária até a média e alta complexidade. Este estudo busca situar os profissionais da saúde dos benefícios homeostáticos e da sua amplitude resolutiva de sintomas e distúrbios. **METODOLOGIA:** trata-se de uma revisão de literatura, uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema (ROTHER, 2007). Foram pesquisados na BVS - Biblioteca Virtual em Saúde, Bireme, nas respectivas bases de dados: Lilacs e Scielo. Para a busca do conteúdo foram empregados os descritores: Acupuntura, Benefícios, homeostase e história. Como critério de inclusão foram selecionados os artigos, livros e sites que, de forma didática, abordassem o assunto. Encontrados três livros com livre data de publicação e artigos entre 2009 e 2016 e cinco sites. Como critério de exclusão foi retirado todos os livros e artigos em língua estrangeira (inglês e espanhol) e os sites sem referências claras e confiáveis. Total utilizado: dois artigos, dois livros e três sites para construção deste material. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Segundo a Medicina Tradicional Chinesa, os fatores que originam as doenças podem ser constituição, fatores patogênicos externos ou fatores climáticos, fatores patogênicos internos ou fatores emocionais ou e fatores que não são nem externos nem internos, os chamados fatores do estilo de vida. Aqui, contudo, a origem das doenças é discutida em um contexto filosófico mais amplo, fundamentado no conceito do self superior. (ROSS, 2003). De acordo com Ross (2003), o self superior é a força vital universal que está presente em tudo e que ao entrarmos em comunhão profunda com o self superior, podemos sentir uma paz profunda, força, amor e sabedoria. Afirma também que possuímos o self inferior, que nos mostra o nosso ego, nossos medos e desejos egoístas, padrões negativos de pensamento, de emoção e de comportamento, fazendo que com vejamos o outro como uma ameaça para nossa existência. Foi constatado que ao perdermos esse contato com o self superior acabamos, muitas vezes, sendo dominados pelo self inferior. Buscamos métodos compensatórios para amenizar as frustrações e dores, por isso nos refugiamos em coisas como: a fama, comida, drogas, conhecimento excessivo, trabalho excessivo etc. Causando vício e a desarmonia energética. A maioria das doenças da sociedade moderna resulta da falta de contato com as energias do espírito. Em vez de amor, há medo e ódio de si mesmos, dos outros e do mundo. A doença da sociedade deriva da infelicidade profunda dos indivíduos, do isolamento e da alienação do self inferior (ROSS, 2003). Em função de amenizar os efeitos causados por esses fatores, a acupuntura tem buscado influenciar cada vez mais o uso desta terapia como maneira eficaz de regular e reestabelecer essa nossa comunicação com nosso self superior. De acordo com Priscila Domingos, redatora do site dicas de mulher, a técnica é indicada para todos e até mesmo para crianças. Mas referente à técnica com agulhas existe uma exceção, a de que não deve ser usada em pessoas que apresentam problemas de coagulação sanguínea e que em casos mais graves somente a acupuntura não é suficiente. Ainda sim, houve um espantoso crescimento dos atendimentos de acupuntura na rede SUS. Em 2008 foram constatados 81 mil atendimentos, em 2013 esse número chegou a 247 mil atendimentos, de acordo com o MS (Ministério da saúde). Resultado obtido devido à possibilidade de especialização desde que seja atuante na área da saúde, como por exemplo, Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Psicólogos entre outros. **CONCLUSÃO:** A acupuntura tem relevante papel dentro do processo do cuidar, devido sua capacidade de regulação homeostática, por ter uma visão holística do ser humano, partindo do princípio de que possuímos um self superior e um self inferior que devemos manter em equilíbrio. Esse processo pode utilizar-se de agulhas e/ou estímulos elétricos para causar lesões nos tecidos moles e ativar os reguladores da vida. Proporciona aos que fazem o tratamento com acupuntura o alívio total ou parcial de dores diversas, atua nos distúrbios internos, minimizando sintomas de depressão e ansiedade, prevenindo e amenizando alergias, alivia os sintomas da menopausa, alívio de cefaleias,

diminuir o stress entre outros. Como parte da PNPIC, a acupuntura deve ser incentivada dentro dos serviços de saúde, para que mais profissionais possam aderir essa especialização e usar como procedimento dentro do SUS, especialmente na atenção primária, que busca aderir às famílias aos programas de prevenção de agravos e manutenção da saúde.

Palavras-chave: Acupuntura. Benefícios. Homeostase e História.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 1083, de 02 de outubro de 2012. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da dor crônica.** Brasília, DF, 2012.

CLÍNICA dr. Hong Jim Pai. **Acupuntura no SUS.** 16 maio 2015. Disponível em: <<http://www.hong.com.br/nova-materia-acupuntura-no-sus/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

CLÍNICA dr. Hong Jim Pai. Disponível em: <<http://www.hong.com.br/artigos-cientificos/>> acesso em 14/ out. 2016.

DOMINGOS, Priscila. **Acupuntura:** dez benefícios surpreendentes para sua saúde. 29 set. 2014. Disponível em: <<http://www.dicasdemulher.com.br/acupuntura-10-beneficios-surpreendentes-para-sua-saude/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MA, Yun-tao et al. **Acupuntura para o alívio da dor:** um enfoque integrado. São Paulo: Roca, 2006.

PORTAL educação. **Quem pode exercer a acupuntura.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/medicina-alternativa/artigos/48742/quem-pode-exercer-a-acupuntura>>. Acesso em: 17 out. 2016.

ROSS, Jeremy. **Combinações dos pontos de acupuntura:** a chave para o êxito clínico. São Paulo: Roca, 2003. 487 p.

UENO, Caroline. **Benefícios da acupuntura.** 2012. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/fisioterapia/artigos/12051/beneficios-da-acupuntura>>. Acesso em 14 out. 2016.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRANSPLANTE DE CÉLULAS TRONCO-HEMATOPOIÉTICAS AUTÓLOGO

AUTORES:

Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

Karla Kelly dos Santos

Aureclesia Melo

Andressa Mônica Gomes Fernandes

INTRODUÇÃO: O Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas (TCTH) é uma das modalidades para o tratamento de doenças hematológicas, oncológicas, hereditárias e imunológicas, que corresponde a infusão intravenosa de células-tronco hematopoiéticas, com finalidade de restabelecer a função medular e imune dos pacientes. As células hematopoiéticas utilizadas no transplante são obtidas de medula óssea, sangue periférico, sangue do cordão umbilical e/ou placentário. Pode ser de um doador ou do próprio paciente, nesse segundo caso é conhecido como transplante autólogo. O transplante é visto em muitos casos, como a única chance de cura para pacientes onco-hematológicos, apresentando resultados bastante satisfatórios (RODRIGUES et al., 2015). O TMO evoluiu muito nas últimas décadas, deixando de ser um tratamento experimental para tornar-se uma efetiva esperança de cura para algumas doenças onco-hematológicas e congênitas. O Brasil vem tendo destaque devido aos processos e avanços na técnica de transplante com células sanguíneas. Esse tipo de tratamento é considerado complexo, pois envolve risco de complicações graves como, as células do enxerto não se constituir na medula do receptor, também pode apresentar uma reação imunológica conhecida por doença enxerto contra o hospedeiro, e somando a isso, outro risco são as infecções por bactéria, vírus e/ou fungos. Sendo assim, importante ter uma atenção de qualidade e competente por parte dos profissionais que assistem o paciente transplantado (BRASIL, 2014). Sabe-se que a enfermagem tem uma grande participação nesse cuidado, uma vez que são esses profissionais os responsáveis em acompanhar por 24h interruptas o paciente e seus familiares, atuando ativamente no pré, trans e pós TMO. Nesse contexto, surgiu a questão de pesquisa: qual a assistência de enfermagem ao paciente durante o transplante de medula óssea autólogo?. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo descrever a assistência de enfermagem ao paciente no transplante de medula óssea autólogo. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada eletronicamente na BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) na base de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca do material se deu entre os meses de julho e outubro de 2016. Foi utilizado como critérios de inclusão: textos completos, em português, publicados de 2011 a 2016. E os critérios de exclusão foram: publicações apenas em formato de resumo, os que possuíam tempo de publicação maior de cinco anos e os que não abordavam a temática. Sendo assim, selecionados 5 artigos. Foram utilizados também dois livros textos, um manual de transplante do Estado do Paraná e um Protocolo de assistência de enfermagem no transplante autólogo de células tronco hematopoiética de sangue periférico. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O transplante do tipo autólogo é realizado das células obtidas do próprio paciente e reinfundidas após aplicação de quimioterapia em altas doses (condicionamento) associadas ou não a irradiação corporal total (TBI). A coleta deve ser feita durante o período de remissão da doença e o material conservado em freezer. (CASTRO et al., 2012). O papel da enfermagem na assistência ao paciente no TMO autólogo tem obtido grandes resultados, por meio da sistematização da assistência em enfermagem (SAE) que assegura a continuidade do cuidado ao paciente. Observa-se que essa equipe profissional está a frente de todos os processos, prestando um

serviço qualificado trazendo medidas de conforto ao paciente e melhorando a qualidade de vida. A equipe de enfermagem está presente 24 horas por dia assistindo o paciente, sendo fundamental para detecção precoce de agravos, responsável pela administração de drogas, prevenindo infecções, promovendo a precaução protetora para o paciente, realizando cuidados com os cateteres, por medidas eficazes, como a higienização das mãos, uso de máscaras, toucas, pró-pés, capotes e roupas privativas do setor (LIMA; BERNARDINO, 2014). Cabe ao enfermeiro, na fase pré-operatória, orientar o paciente e familiares quanto ao tratamento e aos cuidados que antecedem o procedimento, assim como, instruir sobre a higiene corporal, tirar as dúvidas e assim amenizar a ansiedade, realizar medidas que diminuam o risco de infecção, realizar o exame físico completo, aferir e registrar os sinais vitais, coletar amostra de sangue e urina, realizar o eletrocardiograma e viabilizar o acesso venoso. Durante o pré-operatório, ocorre o resgate da função normal da medula óssea doente ou suprimida, após tratamento com quimioterapia em altas doses. Sendo essa, dividida em duas etapas: na primeira, após administração da quimioterapia, aguarda-se até que o número de células de sangue chamadas de *stem cell* ou célula mãe (CD34), esteja na quantidade adequada. No próprio quarto são coletadas as células por cateter utilizando uma máquina de aférese e, posteriormente encaminhadas para congelamento, no qual permanecerão guardadas para serem infundidas no dia do transplante. Na segunda etapa é a administração de quimioterapia em altas doses, preparando o seu organismo para receber as células que foram coletadas na etapa anterior. Estas células serão descongeladas e infundidas através do cateter no próprio quarto. Este procedimento é similar a uma transfusão de sangue, ocorrendo neste momento o “transplante de medula óssea”. Primordial nessa fase é verificar se o paciente assinou o formulário de consentimento do procedimento. Já na fase trans-operatória, são verificados os materiais a serem utilizados, os exames através de check-list, para confirmação de todo o procedimento. É importante conferir a toda estrutura das instalações da sala onde será realizado o TMO. Ademais, é relativamente frequente a ocorrência de complicações infecciosas ao longo do transplante de medula óssea e cabe ao profissional identificá-las e tratá-las precocemente, como também as toxicidades relacionadas ao regime de condicionamento, doença do enxerto contra o hospedeiro (DECH), Doença do enxerto contra o hospedeiro crônica, além da rejeição do TMO e a recidiva da doença de base. Nesse ínterim, o enfermeiro deve realizar medidas de prevenção de infecções, monitorar sinais vitais e intervir precocemente em caso de alterações, observar as alterações do nível de consciência, estimular ingestão hídrica, realizar balanço hídrico, avaliar a necessidade da realização de oxigenoterapia e infusão de hemocomponentes (RODRIGUES et al., 2015). Por fim, cabe aos cuidados de enfermagem na fase pós-operatória, analisar o nível de consciência após anestesia, em caso de dor, administrar os medicamentos prescritos; instituir medidas de segurança para o paciente; administrar transfusão de sangue como prescrito e observar reações transfusionais; anotar débito urinário e fazer o controle hídrico; observar presença de dor, falta de sono ou de apetite, sangramentos, febre; avaliação e troca de curativo e o cuidado com o cateter e com sondas, e por fim realizar orientação para a alta hospitalar (CASTRO et al., 2012). **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, foi possível perceber a importância da equipe de enfermagem em proporcionar a assistência integral e efetiva ao paciente que se submete ao TMO. O enfermeiro especialista em TMO desenvolve um olhar criterioso diante dos pacientes, exercendo autonomia para realizar prescrição dos cuidados e sua execução diretamente em todas as etapas do processo de trabalho conforme as necessidades do paciente. O profissional deve atuar em todo momento como educador tanto para o paciente como para familiares, desde da internação até a alta hospitalar, proporcionando o sucesso do tratamento.

Palavras chave: Transplante Autólogo. Medula Óssea. Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria Estadual da Saúde do Estado. **Manual de transplantes**. 3. ed. Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CET/Manual_CentralEstadualdeTransplantes_2014.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.
- CASTRO, Edna Aparecida Barbosa de et al. Autocuidado após o transplante de medula óssea autólogo no processo de cuidar pelo enfermeiro. **Rev. RENE**, v. 13, n. 5, p. 1152-62, 2012.
- LIMA, Kaoana; BERNARDINO, Elizabeth. O cuidado de enfermagem em unidade de transplante de células-tronco hematopoiéticas. **Rev. Eletrônica Texto & Contexto de Enf.**, v. 23, n. 4, p. 845- 53, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-00845.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.
- MAIA, Vanessa da Rocha et al. Protocolo de Assistência de Enfermagem. **Assistência de enfermagem no transplante autólogo de células tronco hematopoiética de sangue periférico**. 2010. Disponível em: <http://www.hemorio.rj.gov.br/Html/pdf/Protocolo_tmo.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.
- POTTER, Patrícia; PERRY, Anne Griffin. **Fundamentos da enfermagem**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- RODRIGUES, Hélien Francine et al. Cateter de Hickman no transplante de células-tronco hematopoiéticas: implante cirúrgico, retirada e assistência de enfermagem. **Rev. Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 304-9, maio/jun. 2015. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v23n3/v23n3a03.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM A RESPEITO DA PREVENÇÃO DA PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA – PAVM

AUTORES:

Allyne Cristiane Maciel Felix Trindade
Lívia Vanessa Rodrigues Bezerra de Brito
Uedna Ferreira dos Santos Silva
Karolina de Moura Manso da Rocha

INTRODUÇÃO: A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um ambiente hospitalar altamente especializado para onde são encaminhados os pacientes em condições críticas de saúde e risco eminente de vida. Neste sentido, necessitam da assistência contínua de uma equipe treinada e capacitada para atender as mais diversas complexidades, mantendo vigilância constante, evitando os eventos adversos e beneficiando o paciente com o melhor atendimento (SILVA. et al., 2014). A ventilação mecânica invasiva consiste na substituição total ou parcial da ventilação espontânea do paciente, através de uma via aérea artificial, garantida pela presença de um tubo orotraqueal, uma cânula de traqueostomia e/ou cânula nasotraqueal. Essa terapia propicia melhora das trocas gasosas e diminuição do trabalho respiratório. Entretanto, não é isenta de riscos e pode acarretar o surgimento de lesões no sistema respiratório, deixando o paciente mais suscetível à Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica Invasiva - PAVMI. (SILVA et al., 2016). Clinicamente, o paciente deve estar apto a receber este suporte, com tratamento da patologia de base, para o mais breve possível voltar a respirar espontaneamente, já que a ventilação mecânica não tem função curativa, servindo para dar suporte à vida até a recuperação do paciente, portanto, é importante prevenir os danos evitáveis. A Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica (PAV) é um processo infeccioso do parênquima pulmonar que acomete pacientes submetidos à intubação endotraqueal e Ventilação Mecânica (VM) por mais de 48-72h e para as quais a infecção não foi o motivo para iniciar a ventilação. (SILVA et al., 2012). Estudos apontam a PAV como uma das infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) mais incidente nas UTIs, em pacientes submetidos à VM. A sua ocorrência aumenta o tempo de permanência do paciente em VM, maior período de internação na UTI, eleva os custos do tratamento, e possui alta taxa de mortalidade. Dentre os principais fatores de risco modificáveis da PAVM estão: fatores modificáveis - a reintubação, o tempo de ventilação e a presença de traqueostomia, microrganismos presentes na UTI e na cavidade oral, levando ao uso indiscriminado ou inadequado de antibióticos, o nível conhecimento e adesão da equipe às medidas preventivas; fatores não modificáveis – idade, gravidade do paciente ao chegar na UTI e a presença de comorbidades. Neste contexto, destacam-se os cuidados de enfermagem executados visando a prevenção desta complicação. Atualmente, têm sido bastante utilizados os *Bundles*, que são pacotes de Cuidados, os quais reúnem um pequeno grupo de intervenções e medidas de prevenção baseados em evidências científicas, de baixo custo, não demanda aumento exaustivo do trabalho da equipe, e quando implementadas em conjunto, resultam em melhorias consideráveis, tanto na assistência em saúde, quando na recuperação do paciente. O objetivo do trabalho é mostrar através de revisão de literatura, a importância das ações de Enfermagem para a prevenção de Pneumonia Associada a Ventilação Mecânica (PAVM). **METODOLOGIA:** Pesquisa de revisão de literatura nas publicações em meio eletrônico, realizada em setembro de 2016, com abordagem qualitativa dos artigos encontrados nas bases de dados da biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca virtual de saúde (BVS) e Google Acadêmico; Os critérios de inclusão foram artigos em língua portuguesa, disponíveis em texto

completo, publicados entre 2012 e 2016, incluídos na temática e respondendo o objetivo do estudo. Seguindo os critérios de estudo, ao cruzar os descritores foram encontradas dezenas de artigos e utilizados 06 na revisão de literatura, sendo descartados os que se apresentavam em outro idioma e fora do limite de tempo traçado. Descritores: Pneumonia; Unidade de terapia intensiva; Assistência de enfermagem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A pneumonia é a segunda principal infecção nosocomial em unidades de terapia intensiva, quando associada à ventilação mecânica, é a infecção que mais acomete os pacientes internados, sendo que sua incidência pode variar de 9 a 68%. (SILVA et al., 2014). Os fatores de risco modificáveis para PAVM são diversos podendo variar dependendo do hospital, tipo de UTI e população estudada, haja vista a importância de vigilância local permanente e condutas específicas para prevenção e controle desses eventos adversos. Uma estratégia que tem sido adotada com sucesso para prevenção de PAV se refere à criação de protocolos dentro das UTIs, aplicados de forma multidisciplinar e auditados pelos Serviços de Controle de Infecção Hospitalar. (SILVA et al., 2012). Em todos os artigos utilizados no estudo, as medidas preventivas citadas pelos participantes/equipe de enfermagem, como de maior relevância, são praticamente as mesmas, tais como: Higiene oral e das mãos, prevenção de broncoaspiração de secreções, cuidados com aspiração das secreções e circuitos ventilatórios, avaliação diária da possibilidade de extubação, educação continuada da equipe, e um dos autores cita a profilaxia da trombose venosa profunda. A higienização adequada da cavidade oral do paciente submetido à VM é imprescindível, pois nesses casos há diminuição da produção salivar e impossibilidade de mastigação, favorecendo aparecimento de biofilme dental, que pode ser um importante reservatório para patógenos e que, se broncoaspirados, podem causar a PAV. Estudos recomendam a utilização do antisséptico Gluconato de Clorexidina 0,12% na higiene oral de paciente em VM, devido seu potencial antibactericida. A higiene das mãos com técnica correta antes e depois de qualquer procedimento é uma medida universal para prevenção e controle da transmissão das infecções, considerada a ação preventiva mais importante no controle de infecções hospitalares, porém, a falta de adesão dos profissionais a esta prática é uma realidade em universal. Quando um paciente é submetido à VM, esse é exposto a fatores de risco para adquirir uma infecção, pois perdem a barreira natural entre a orofaringe e a traqueia e, se sedados, ficam desprovidos do reflexo da tosse, acumulando secreções acima do *cuff* da cânula endotraqueal, o que propicia maior colonização da árvore traqueobrônquica, predispondo migração dessas secreções para as vias aéreas inferiores. (SILVA et al., 2012). Atualmente é recomendado à aspiração somente quando necessário dispondo de técnica asséptica, com ausculta pulmonar prévia. Não realizar troca rotineira do circuito ventilatório, apenas em casos de falhas, sujidades ou quando o paciente receber alta e manter o circuito do ventilador livre do acúmulo de água ou condensações. Manter cabeceira elevada (30-45°), se não houver contraindicação, principalmente quando receber nutrição por sonda, preferir sondagem orogástrica ao invés de nasogástrica, pelo risco de sinusite e realizar controle efetivo da pressão do *cuff* do tubo endotraqueal, mantendo entre 20 a 30 cm H₂O, são medidas preventivas contra broncoaspiração de secreções. Avaliação diária da possibilidade de extubação, evitando sedações desnecessárias, com o intuito de prever e antecipar o desmame ventilatório e extubação. A trombose venosa profunda que traz grandes riscos como, por exemplo, embolismo pulmonar, pode dificultar a extubação precoce do paciente e aumentar seu tempo de ventilação mecânica. Por isso, a profilaxia da TVP é indicada para todos os pacientes acamados, principalmente nos casos dos pacientes graves que estão em ventilação mecânica e sedados. Realizar educação permanente/continuada da equipe sobre todos os cuidados que envolvem a prevenção da PAV e de outras infecções. **CONCLUSÃO:** Os resultados mostram que a equipe de enfermagem possui papel fundamental na prevenção da PAVM. Observou-se que os profissionais que participaram dos estudos possuem bom nível de conhecimento acerca dos cuidados para prevenção da PAV,

fato que pode estar relacionado com o grau de instrução dos mesmos. Embora tenha sido evidenciado um bom nível de conhecimento teórico, não é possível afirmar que ele seja aplicado na prática, pois, apenas o nível de formação não é garantia da utilização do conhecimento na rotina assistencial, exigindo sensibilização e responsabilidade por parte dos profissionais incumbidos de prestar o cuidado. O que se observa nos protocolos de profilaxia é que muitos apresentam medidas preventivas em excesso, que muitas vezes não estão dentro das possibilidades de execução da equipe e do serviço deixando de ser aplicadas pelos profissionais de saúde de forma efetiva. Aplicar os protocolos na prática assistencial constitui-se um desafio, por isso, estes devem ser dinâmicos e implementados em conjunto com a equipe de saúde, para que haja motivação de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Pneumonia. Ventilação Mecânica.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, F. A. F. et al. Ações de enfermagem na profilaxia da pneumonia associada a ventilação mecânica. **Acta Paul Enferm.**, Goiânia, v,25, n. esp. p.101-7, 2012.

SILVA, C. S.; CARVALHO, A. M; ANTUNES, M. **Cuidados de enfermagem na prevenção da pneumonia associada à ventilação mecânica invasiva**. S.l., 2016.

SILVA, P. R. et al. Medidas de prevenção da pneumonia associada à ventilação mecânica: uma revisão integrativa. **R. Interd.**, v.7, n.2, p.144-155, abr./jun. 2014.

SILVA, S.G.; NASCIMENTO, E. R. P.; SALLES, R. K. *Bundle* de prevenção da pneumonia associada à ventilação mecânica: uma construção coletiva. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.21, n.4, p.837-44, out./dez. 2012.

_____. Pneumonia associada à ventilação mecânica: discursos de profissionais acerca da prevenção. **Esc Anna Nery**, v.18, n.2, p.290-295, abr./jun. 2014.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES FIBROMIÁLGICOS

AUTORES:

Janalucia Leandro Silva
Josireuda Moreira Alves Macedo Silva
Rafaela Costa de Medeiros Moura
Isabel Cristina Araujo Brandão

INTRODUÇÃO: A Síndrome Fibromiálgica (FM) consiste em uma condição de dor crônica ainda não definida, a qual acomete toda a extensão corporal do indivíduo. Pacientes afetados pela FM relatam a patologia como uma vivência dolorosa, impossibilitando realizar funções diárias, implicando diretamente na qualidade de vida e prejudicando na fisiologia e no convívio do indivíduo na sociedade (SILVA et al., 2012). Para o diagnóstico dessa síndrome, existe uma classificação do Colégio Americano de Reumatologia (ACR) onde são observados aspectos como a presença de dor difusa por 3 meses ou mais e o paciente não deve ter nenhuma outra condição que explique melhor a dor. Além disso, deve ser observada a dor à palpação de 11 ou mais dos 18 tender points ou pontos-gatilho (PG) como também a avaliação do índice de Dor Generalizada (IDG) e a Escala de Gravidade dos Sintomas (EGS) como fadiga, sono não reparador e dificuldade de concentração e memória, além de sintomas somáticos (GEQUELIM et al., 2013). Por se tratar de um diagnóstico eminentemente clínico, os pacientes encontram dificuldades e demoram a receber a confirmação diagnóstica (GEQUELIM et al., 2013). Atualmente, a fibromialgia incide em 1 a 4% da população geral, mais especificamente cerca de 2,5 % da população brasileira, com maior prevalência no sexo feminino e na classe menos favorecida pela educação. Com isso, é de suma importância que todos os profissionais da saúde tenham conhecimento sobre essa doença e estejam capacitados a lidar com os pacientes afetados pela síndrome. Dentre os profissionais que atuam na equipe multidisciplinar, o enfermeiro tem papel primordial no processo de orientação em saúde sobre o cuidar (MARTINEZ et al., 2013). Dentro dessa perspectiva, a enfermagem tem o papel de estimular a autopercepção do indivíduo quanto a sua condição de saúde, facilitando a continuidade do tratamento após o diagnóstico. Durante vivência acadêmica, foi possível experimentar o contato com pacientes da FM os quais sentiam a ausência de uma assistência de enfermagem que fossem voltadas as necessidades de saúde que a fibromialgia promove no corpo humano. Concomitantemente a este fato, era notório o despreparo da equipe de enfermagem que diante de uma doença bastante específica. Assim, se percebe a relevância deste assunto pois, sabendo como esta doença afeta de forma direta a população economicamente ativa, interferindo nas atividades diárias do indivíduo e, que existem poucos estudos na área da enfermagem voltados ao cuidar de pacientes fibromiálgicos, é de valia que a enfermagem seja estimulada a esta temática de pesquisa para que seja direcionada uma assistência de enfermagem específica. Dentro desta perspectiva, se pode elaborar a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre, segundo a literatura, a assistência de enfermagem a pacientes fibromiálgicos? Assim, o objetivo deste estudo foi identificar, segundo a literatura, a assistência de enfermagem a pacientes fibromiálgicos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa por meio das seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). O levantamento das publicações foi feito através do cruzamento dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Enfermagem”, “assistência” e “Fibromialgia”. Obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: publicações em português; disponíveis gratuitamente em texto completo nas bases de dados citadas; no período de 2010 a 2016. Critérios de exclusão: foram excluídas publicações disponíveis na forma: incompletos, ou resumos, fora da temática, artigos em

espanhol e em Inglês. Deste total foram selecionados 10 artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Segundo pesquisa realizada por Gequelim et al (2013) a enfermagem deve ofertar um suporte psicológico para que o paciente possa minimizar seu sofrimento durante o período de descoberta da doença. Além disso, a enfermagem deve trazer informação em saúde acerca da identificação de sinais e sintomas da doença para que o paciente possa realizar o seu autocuidado e a procura por ajuda especializada em reumatologia ocorra de forma precoce. Com relação a dor, a assistência de enfermagem deve objetivar a sua avaliação por meio de escalas numéricas de avaliação da dor, em que 0 significa ausência de dor e 10, dor extrema nos pacientes, bem, como avaliar o local dessa dor referida. Por isso, a enfermagem precisa deter o conhecimento dos locais de maior incidência da dor fibromiálgica para saber identificar e auxiliar no diagnóstico. Esses locais são os ombros, seguidos de braços e dorso, sugerindo uma predominância do desconforto na metade superior do corpo. A partir da identificação da dor referida pelo paciente, a enfermagem encontra subsídios para realizar um cuidar de enfermagem direcionado as necessidades de saúde individuais de cada paciente, seja por meio de condutas farmacológicas como não farmacológicas (LETIERE et al., 2013). Para alívio da dor, o tratamento farmacológico é sintomático, constituindo-se de anti inflamatórios não hormonais, analgésicos, antidepressivos tricíclicos e miorelaxantes. Dentre as condutas não farmacológicas, recomenda-se a prática de exercícios físicos, especialmente os aeróbicos, pelo menos duas vezes na semana. Outro tratamento que utiliza a atividade física é a hidrocinestoterapia, duas vezes por semana, em um período de 45 minutos cada sessão. Então, deste modo, a atividade física tem uma contribuição satisfatória a longo prazo para a qualidade de vida do fibromiálgico, amenizando as dores, restabelecendo o sono reparador, entre outras funções fisiológicas, como a flexibilidade e o peso corporal, atribuindo também a interação social. Essa atividade física deve ser executada pelo educador físico ou fisioterapeuta, contando com a contribuição da enfermagem (FERREIRA et al., 2014). Conforme Santos et al (2014) deve ser formulado um protocolo de avaliação física para fibromiálgicos, onde o paciente deve passar pelas 4 etapas: composição corporal (IMC), capacidade cardiorrespiratória, força e resistência muscular e flexibilidade. Este protocolo de avaliação pode ser executado com caminhada por um período de 6 minutos, onde é observada a força, resistência, equilíbrio e agilidade do paciente, comparando com o IMC do mesmo. Gequelim et al (2013) ainda fazem menção a outras terapias como reabilitação, fisioterapia e relaxamento, devem ser consideradas dependendo da necessidade de cada paciente, bem como a psicoterapia e a terapia cognitivo-comportamental. Essas terapêuticas podem trazer benefícios ao paciente e podem ser realizadas por enfermeiros especialistas em práticas integrativas e complementares para promoção da saúde. **CONCLUSÃO:** A assistência de enfermagem na SFM deve ocorrer pautada na estimulação a autopercepção do indivíduo quanto a sua condição de saúde. Portanto é importante a atuação do enfermeiro como mediador entre paciente, fisioterapeuta e reumatologista, passando confiança e apoio, possibilitando o paciente em relatar suas angústias e frustrações nos períodos de consulta. Porém, ainda existe uma carência e despreparo de alguns profissionais no que diz respeito atender pacientes fibromiálgicos.

Palavras-chave: Enfermagem. Assistência. Fibromialgia.

REFERÊNCIAS

FERRERA, Gabriele et al. Fibromialgia e atividade física: reflexão a partir de uma revisão bibliográfica. *Salusvita*, v. 33, n. 3, p. 433- 446, 2014. Disponível em

<http://www.usc.br/biblioteca/salusvita/salusvita_v33_n3_2014_art_10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GEQUELIM, Giulio Cesar; et al. Estudo Clínico epidemiológico em um hospital universitário do sul do Brasil. **Rev. Soc. Bras. Clín. Med.**, v. 11, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2013/v11n4/a4123.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

LETIERE, Rubens Vinícius; et al. Dor, qualidade de vida, autopercepção de saúde e depressão de pacientes com fibromialgia ,tratados com hidrocinesioterapia. **Rev. Bras.reumatol**, v. 53, n. 6, p. 494-500, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbr/v53n6/v53n6a08.pdf>>. Acesso em: 23 jan 2016.

MARTINEZ, José Eduardo et al. EpiFibro-um banco de dados nacional sobre a síndrome da fibromialgia: análise inicial de 500 mulheres. **Rev. Bras. Reumatol**, v.53, n.5, p. 382-387, 2013.

REZENDE, Marcelo C. EpiFibro - um banco de dados nacional sobre a síndrome da fibromialgia - análise inicial de 500 mulheres. **Rev. Bras. Reumatol.**, São Paulo, v.53, n..5, Sept./Oct. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042013000500003>. Acesso em: 23 jan 2016.

SILVA, Thaísa., et al. A fibromialgia e a manifestação do sofrimento psíquico. **Rev. Mal-Estar Subj.** v. 12, n. (3/4), p. 767-792, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000200012>. Acesso em 14 nov. 2016.

HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM, EM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS E PROFISSIONAIS

AUTORES:

Juliana Pereira de Lima da Rocha
Thaynan Rayana Damasceno de Oliveira
Luana Richelly Vitaliano da Silva
Jaciely Duarte França de Andrade
Aislanny Ingridy da Silva Soares
Cristiana Souto

INTRODUÇÃO: Segundo Andrade et al (2009), a humanização está implantada na Constituição Federal Brasileira de 1988, que garante assistência de qualidade ao usuário. Para isso, foi lançado pelo Ministério da Saúde do Brasil, o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar, afim de qualificar relações interpessoais entre profissionais, hospitais e usuários. Um dos maiores desafios desde a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) é dar continuidade às ações prestadas a população, juntamente com a Política Nacional de Humanização (PNH). O serviço de emergência acaba sofrendo deficiências estruturais devido à alta demanda de atendimento, fragmentação do cuidado e escassez de uma humanização na assistência à saúde (GUEDES; HENRIQUES; LIMA, 2013). O acolhimento procura operar um processo de trabalho em saúde, buscando uma humanização do atendimento para que todos os usuários tenham acesso, incentivando uma escuta qualificada e promovendo uma assistência integral. De acordo com Zem, Montezeli e Peres (2012), o protocolo de Acolhimento e Classificação de Risco (ACR) têm como objetivo organizar o atendimento, deixando de lado a triagem excludente para promover um atendimento que atenda a necessidade do usuário. Há uma preocupação não apenas com o fazer da classificação de risco, mas prestar um atendimento humanizado. Segundo esses mesmos autores, a falta de conhecimentos sobre o assunto é outro obstáculo. Diante desta problemática questiona-se, como os profissionais realizam a humanização no pronto-socorro? Assim, o objetivo deste trabalho consiste em identificar como ocorre o processo de acolhimento pela equipe de enfermagem no serviço de urgência e emergência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Falar sobre acolhimento em um serviço de emergência é pensar em uma assistência de qualidade, com um ambiente apropriado, com condições de trabalho adequadas para os profissionais, e que essa atuação seja realizada sem dificuldades, de forma contínua, segura e humanizada. Mas o serviço de emergência acaba sofrendo deficiências estruturais, devido à alta demanda de atendimento nos setores de urgência e emergência, fragmentação de um cuidar adequado, e escassez de uma humanização assistencial na saúde pública (GUEDES; HENRIQUES; LIMA, 2013). **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, realizado por meio de artigos publicados na biblioteca virtual em saúde, na base de dados LILACS. Foram utilizados como critérios de inclusão os artigos publicados entre os anos de 2010 a 2014, disponibilizado gratuitamente e em português. Os critérios de exclusão, foram os artigos que não correspondessem a temática. A coleta dos dados ocorreu no dia 12 de maio de 2015, utilizando os descritores “humanização da assistência e pronto-socorro”, onde foram encontrados 9 artigos e selecionados 4; e “acolhimento e pronto-socorro”, identificados 17 artigos e 1 selecionado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: De acordo com Brasil (2011), todo cidadão deve possuir seus direitos e deveres ao procurar atendimento de saúde pública ou privada, são eles: 1- Ter direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde; 2- Direito ao tratamento adequado e efetivo para o seu problema; 3- Direito ao atendimento humanizado, acolhedor livre de qualquer discriminação; 4- Direito ao atendimento que respeite sua pessoa, seus

valores e direitos; 5- Todo cidadão deve também ter suas responsabilidades, para que de tal forma, o seu tratamento aconteça de forma adequada; 6- Direito do comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos. A humanização compreende valores de protagonismo e de autonomia, deve - se sempre existir a corresponsabilidade entre equipe e gestão, o vínculo da equipe e a participação coletiva da gestão. A humanização vai bem mais além do que muito se pensa, estando presente no agir do profissional, desde o processo de planejamento até a sua execução. Segundo Zem, Montezeli e Peres (2012), na visão do enfermeiro, o acolhimento com classificação de risco é uma das formas de se poder reorganizar o ambiente e a estrutura física do local de trabalho, pois são nesses espaços que se contribuem para a produção de uma saúde de qualidade. A importância de um ambiente humanizado é a melhor forma de prestação do serviço desses profissionais, assim tanto os pacientes como os acompanhantes se sentem acolhidos. A PNH possui princípios norteadores que, apresentam um valor em todas as dimensões subjetivas e sociais, como também, em todas as práticas, fortalecendo o compromisso e responsabilidade para estimular a participação, indicando estratégias de, fortalecimento, promoção, participação, com a valorização do seu comprometimento e com a valorização do seu crescimento profissional. Observando essas percepções o acolhimento e a classificação de risco vão além de organizar e diminuir o contingente das filas, pois ainda existe um grande desafio em implantar uma nova forma de pensar, tendo como foco nas ações e não na doença. Os enfermeiros da urgência/emergência julgam como necessário para a implantação do acolhimento, o estabelecimento de um vínculo, com uma equipe multiprofissional, ofertando melhores condições de trabalho, buscando maior autonomia para o enfermeiro. Isso significa que a produção em saúde mostra o quanto é necessário esse trabalho coletivo, com uma nova proposição apresentada a uma inversão do modelo técnico-assistencial, buscando por vezes uma visão coletiva, e sendo uma importante ferramenta para resolubilidade dos problemas (ZEM; MONTEZELI; PERES, 2012). Em meio às opiniões dos pesquisados em relação ao acolhimento, grande parte destes, destaca que é de suma importância que o serviço de triagem na urgência seja mais eficiente, no que diz respeito ao aspecto da agilidade e dos critérios durante o atendimento. Segundo Nascimento et al (2011) pôde mostrar em seu estudo dois temas, como também suas respectivas ideias, a saber: Tema 1: mudanças no Serviço de Emergência (SE) com a implantação do ACR facilitou o dia-a-dia na emergência, todos os usuários devem ser atendidos na sala de triagem e já saem bem informados desse setor. Já no olhar dos profissionais, o ACR mostrou mais segurança e exatidão para aprimorar todas as atividades, e assim dando uma atenção maior para com os usuários. É preciso consolidar que, todo o trabalho na emergência possa possuir uma forma de gestão que vise o paciente como um todo. A função de gestor responsável pode ser executada pelo profissional enfermeiro, que deve auxiliar no vínculo entre o paciente e a equipe. O ACR é visto como uma boa estratégia que influencia no processo de trabalho, que integra uma atitude de mudança no desempenho da saúde. Tema 2: dificuldade para realizar o ACR. A procura de usuários do SE acaba sendo muito grande, isso ocasiona uma aglomeração nas recepções e nos corredores dos hospitais. Alguns pacientes que não são de risco, por falta de informação ou até mesmo de um atendimento médico mais especializado, deveriam ir às unidades básica de saúde (UBS), mas tendem a procurar o SE. Esse fator acaba prejudicando a qualidade do atendimento, geralmente para aquele usuário que mais precisa. A população está em crescimento, e com poucos recursos existentes na atenção básica, o usuário acaba encontrando as devidas atenções para a sua necessidade só no SE. Destaca-se que o aumento da carga de trabalho aumentada para os profissionais do SE em consequência do número elevado de usuários não urgentes, contribui para o mau atendimento oferecido, prejudicando assim o atendimento de casos graves e agudos (NASCIMENTO et al., 2011). Vale ressaltar que os usuários esperam que os profissionais sejam mais preocupados com as condições pessoais apresentadas no

momento do atendimento, para que assim possam identificar quais os fatores que possam contribuir para ser ofertado um atendimento humanizado, no serviço de emergência. Esse serviço deveria contar com informações da enfermagem sobre o fluxo do atendimento, para poder ampliar a equipe e com isto reduzir o tempo de espera no atendimento, Independente de sua condição social, os usuários exigem cada vez mais que o respeito prevaleça, e o que identificam é uma deficiência na qualidade dos serviços públicos prestados (GUEDES; HENRIQUE; LIMA, 2009). **CONCLUSÃO:** Para pacientes e acompanhantes, alguns fatores como: hospital sem filas, com profissionais educados e éticos, sensíveis às situações adversas identificadas entre os usuários, a comunicação e a escuta são primordiais para um acolhimento humanizado. A equipe multiprofissional da urgência e emergência afirmam que, fatores como: a falta de condições estruturais para trabalho; deficiência no conhecimento sobre humanização; ausência de vínculo entre profissionais e usuários; a não escuta das necessidades dos pacientes, contribuem para a prática de um atendimento não humanizado. No entanto, pode-se observar que a implantação da classificação de risco no pronto-socorro resultou em mudanças e benefícios para o serviço, uma vez que prioriza o atendimento conforme a necessidade do usuário, e ainda, contribui no cotidiano dos profissionais, pois oferece -lhes mais segurança e satisfação.

Palavras-chave: Humanização. Assistência. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L.M. et al. Atendimento humanizado nos serviços de emergência hospitalar na percepção do acompanhante. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 1, n. 11, p. 151-7, 2009. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a19.htm>>. Acesso em: 12 maio 2015.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Cartilha dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da saúde, 2011. p.28.
- GUEDES, M.V.C.; HENRIQUES, A.C.P.T.; LIMA, M.NN. Acolhimento em um serviço de emergência: percepção dos usuários. **Rev. BrasEnferm.**, v.1, n.2, p.31-37, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n1/v66n1a05.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.
- NASCIMENTO, E.R.P. et al. Classificação de Risco na Emergência: avaliação da equipe de enfermagem. **Rev. Enferm UERJ.**, Rio de Janeiro, v.1, n.19, p. 84-88, 2011 Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v19n1/v19n1a14.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.
- ZEM, K.K.S.; MONTEZELI, J.H.; PERES, A.M. Atendimento com classificação de risco: concepção de enfermeiros de um pronto socorro. **Rev. Rene**, v.13 n.4 p.899-908 Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/1086/pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SÍNDROME DE GUILLAIN BARRÉ: UMA REVISÃO DE LITERATURA

AUTORES:

Lucineia Sales de Moraes
Fabio Mikael Fernandes Ferreira
Joyce Vitória da Silva Cacho
Geylane Teixeira de Melo
Maria Ionara de Menezes
Isabel Cristina Amaral de Sousa

INTRODUÇÃO: A síndrome de Guillain Barré (SGB) é uma doença autoimune que acomete o sistema nervoso periférico, provocando inflamação dos nervos, ocasionando uma fraqueza desenvolvida frequentemente após infecções, principalmente virais, bacterianas ou fúngicas. Essa reação inflamatória é causada por uma resposta imunológica do organismo que ataca parte do sistema nervoso por engano. Isso leva a inflamação dos nervos, culminando na fraqueza muscular. Os pacientes apresentam transtornos motores e sensitivos, paralisia motora ascendente que tem início nos membros inferiores. Comprometem além dos membros inferiores, os membros superiores, no estágio mais avançado compromete os músculos da face causando paralisia e o músculo do diafragma, que é essencial no processo que envolve a respiração. A gravidade dos sintomas pode variar desde uma fraqueza suave podendo inclusive levar à morte (LESTAYO et al., 2008). É uma patologia que, ao ser diagnosticada e tratada de maneira adequada aumenta significativamente as chances de recuperação. Tendo em vista que para a plena recuperação aconteça, existe a necessidade de uma equipe multiprofissional. Segundo a portaria da Secretaria de atenção à saúde/ Ministério da saúde nº497 (2009) Síndrome de Guillain-Barré (SGB) é a maior causa de paralisia flácida generalizada no mundo, com incidência anual de 1-4 por 100.000 habitantes e pico entre 20-40 anos de idade. Apesar de ser a maior causa, nota-se que os números de casos são pequenos, além de que apresentam um bom prognóstico, sendo que 95% dos casos diagnosticados tem uma plena recuperação. A equipe multiprofissional é de extrema importância para o restabelecimento da saúde e qualidade de vida do cliente, e o enfermeiro, especificamente, tem papel de relevância na prestação de uma assistência sistematizada para aqueles que possuem a síndrome. Não existem dados epidemiológicos específicos para o Brasil, mas sabe-se que de 2 a 5% das pessoas que contrariam a doença acabam evoluindo para óbito. A assistência de enfermagem é o principal veículo de informação sobre a doença no âmbito da área da saúde, educar a população sobre os cuidados que deverão ter mediante diagnóstico positivo, quais precauções devemos tomar diante da situação. Este estudo busca revisar na literatura artigos sobre a síndrome de Guillain Barré, observando sua etiologia e a importância da equipe multiprofissional no processo de cura. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura que, por sua vez, é um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo. Pode ser a própria revisão um trabalho completo, ou pode aparecer como componente de uma publicação ou ainda organizadas em publicações que analisam o desenvolvimento de determinada área. Taylor e Procter (2001) definem revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico. As bases de dados utilizados foram da Biblioteca virtual em saúde (BVS) Bireme, mais precisamente na Literatura Latino- Americana e do Caribe em ciências da saúde (lilacs). Os critérios de inclusão usados no resumo tinham função de evidenciar os cuidados de enfermagem, com textos em espanhol e português e como critério de exclusão, os demais textos que não faziam referência ao assunto abordado. A partir dos descritores: Enfermagem, Polirradiculoneuropatia inflamatória aguda, enfermagem baseado em evidências e cuidados. Foram encontrados 11 artigos com publicações entre 2000 e 2016. **RESULTADOS E**

DISCUSSÕES: Foi percebido que existe um déficit de artigos que possam subsidiar o enfermeiro no processo e desenvolvimento da assistência de enfermagem. Faz-se necessário que estudos sejam desenvolvidos a fim de criar técnicas inovadoras para que elas sejam facilitadoras no processo de tratamento e cura do cliente portador de SGB. Após as pesquisas e discussões realizadas a cerca do assunto abordado neste trabalho, pôde-se observar que a síndrome de GuillainBarré é uma patologia complexa de causa desconhecida, que acomete os nervos periféricos e craniais, o que culmina em complicações que podem levar a morte. Apesar de ser grave, apresenta um bom prognóstico, com cerca de 95% dos casos se recuperando por completo e 2 a 5% evoluindo para óbito, não havendo, no entanto, perspectivas de recuperação após dois anos de evolução da patologia. A equipe multiprofissional é de extrema importância para o restabelecimento da saúde e qualidade de vida do cliente, e o enfermeiro, especificamente, tem papel de relevância na prestação de uma assistência sistematizada para aqueles que possuem a síndrome. Com base nos diagnósticos que encontramos no NANDA, pode-se executar alguns procedimentos específicos, tais como: Posicionar o cliente de forma a promover o conforto, segurança e expansão pulmonar; examinar a respiração do cliente e avaliar quanto à dificuldade. Manter cabeceira do leito do cliente elevada, finalidade: evitar pneumonia por aspiração de corpo estranho ou fluídos para os pulmões; monitorizar as refeições para avaliar o nível de dificuldade do cliente em deglutir; avaliar ressecamento da mucosa oral. Prevenir Trombose Venosa Profunda e Embolia Pulmonar com a administração de medicamentos anticoagulantes de acordo com a prescrição médica; promover alívio da dor com a administração de fármacos como a prescrição médica; realizar balanço Hídrico rigoroso, implementar sonda vesical de demora; administrar líquidos com segurança, conforme prescrição médica; manter a família informada sobre a condição do cliente e o tratamento que está sendo administrado, entre outros.

CONCLUSÃO: Com base no que foi exposto anteriormente, pode-se concluir que a SGB é uma patologia autoimune caracterizada por ter uma rápida progressão e uma recuperação lenta. Sendo esta correlacionada à existência de um processo infeccioso prévio, seja ele de ordem viral, bacteriana ou fungicas. Acredita-se que o presente resumo possa fomentar a produção de novos estudos mais direcionados a prática assistencial ao indivíduo com SGB, a equipe multiprofissional, é responsável por realizar os procedimentos para manutenção da vida, restabelecimento da saúde tanto física como mental, tendo em vista que a interação entre diferentes profissionais proporciona segurança ao paciente e seus familiares, quando tratado de forma humanizada e integral para maior chance de resobildade da patologia. .

Palavras-chave: Enfermagem. Polirradiculoneuropatia Inflamatória Aguda. Enfermagem baseado em Evidências e Cuidados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Poder Executivo. **Portaria SAS/MS nº497**. Brasília, 23 de dez de 2009. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/novoportal/images/stories/PDF/protocolo-sindrome-guillain-barre-livro-2009.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRUNNER, SCS.; STUDARTH, BB. **Tratado de enfermagem**. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002. V.4

DIAGNÓSTICOS de NANDA: definições e classificações 2005-2006. Tradução Cristina Correa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FEITOSA, M. C.; LEITE, I. R. L.; SILVA, G. R. F. Demanda de intervenções de enfermagem a pacientes sob cuidados intensivos: NAS – nursing activities score. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 682-688, out./dez. 2012.

HALDEMAN, D.; ZULKOSKY, K. Treatment and nursing care for a patient with Guillain-Barré syndrome. **Dimensions of Critical Care Nursing**, Lakewood, v. 24, n. 6, p. 267-272, nov./dec. 2005.

LESTAYO-O'FARRIL, Z. ; HERNÁNDEZ-CÁCERES, J. L. Análisis Del comportamiento del síndrome de Guillain- Barré: consensos e discrepâncias. **Revista de Neurología**, Barcelona, v. 46, n. 4, p. 230-237, 2008.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, Dec. 2008.

PLATÓN, E. I. B. et al. Síndrome de Guillain-Barré. Experiência en el INNN. Búsqueda de Factores del Mal Pronóstico. **Revista Ecuatoriana de Neurologia**, Ecuador, v.12, n.1-2, 2003.

A FITOTERAPIA: CONTEXTO, RESOLUBILIDADE E PERSPECTIVAS

AUTORES:

Fabio Mikael Fernandes Ferreira

Maria Ionara de Menezes

Joyce Vitória da Silva Cacho

Dalila Mayara Sales da Silva

Jackeline Oliveira de Melo Costa

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

INTRODUÇÃO: A fitoterapia é uma prática que, em sua essência, tem potencial de multirreferencialidade, pois aborda a prevenção de agravos multifatoriais, a resolubilidade de patologias entre outros fins que podem ou não ser subjetivos. É uma ciência decorrente de um processo histórico que advém do saber cultural e da observação humana acerca do comportamento animal sobre determinadas plantas, que culminou na percepção de que as plantas poderiam trazer benefícios para o tratamento de patologias e desconfortos, além de serem alimentos ricos em nutrientes, também eram utilizados como cosméticos. No ocidente está em curso uma crise cultural que envolve as relações entre sociedade e biomedicina. As questões aqui relacionadas são dependentes de políticas públicas infraestruturais, ligadas ao saneamento básico e à educação, como também modelos médicos pouco custosos, capazes de assegurar práticas de promoção e recuperação da saúde. Tal crise, na área da saúde, leva os profissionais e pacientes a buscarem outros paradigmas terapêuticos, incentivados também pelo crescimento das desigualdades sociais (LUZ, 2003). Com o passar dos anos, os estudos sobre os fitoterápicos foram sendo intensificados e incorporados aos serviços de saúde. Tal prática ganhou força no Brasil na década de 90 e seguiu avançando até que em 2006 foi regulamentada como política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos, mediante o decreto 5.813/2006. A fitoterapia foi muito utilizada, mas com o desenvolvimento e expansão das indústrias farmacêuticas o uso fitoterápico acabou em decadência, a hegemonia da indústria farmacêutica acabou que por dominar o campo biomédico. Porém nas últimas décadas vários profissionais têm incentivado a participação popular no processo de aceitação dos tratamentos fitoterápicos, pois os tratamentos medicamentosos bem como as consultas estão com seu custo cada vez mais elevado e nem toda a população pode arcar com tais despesas. E esse baixo custo dos medicamentos fitoterápicos acaba sendo de grande relevância, principalmente para aqueles que possuem baixo poder aquisitivo. O tratamento milenar, simples e natural que cura ou previne doenças através de preparações vegetais, uma inovação que deve ser estimulada e aceita a ponto de transpassar a hegemonia das indústrias dos medicamentos. O resultado dos avanços dentro da fitoterapia culminou na criação da Farmácia viva, que foi instituída pelo Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante a Portaria MS/GM nº 886/2010 como um modelo de farmácia no contexto da Assistência Farmacêutica Nacional. Com a missão de incorporar medicamentos feitos a partir de plantas medicinais para substituir os tratamentos alopáticos dentro da Atenção primária à saúde (APS), visando custo benefício, respeitando as normas estabelecidas pela vigilância sanitária e incentivando a participação social. Esse projeto teve como seu principal pioneiro o estado do Ceará, servindo de modelo para outros estados, o que ajudou a consolidar o projeto como parte importante do Sistema único de saúde (SUS), mais especificamente nas Práticas integrativas e complementares (PIC's). A implantação de programas de Fitoterapia nas Unidades de saúde da família (USF's) deve ser entendida como continuidade do processo de implantação do SUS considerando o indivíduo na sua dimensão global, tornando disponíveis opções preventivas e terapêuticas aos usuários (BRASIL, 2005). O resumo teve como objetivo identificar na literatura o seu contexto histórico, sua resolubilidade e suas

perspectivas dentro da multirreferencialidade da fitoterapia. **METODOLOGIA:** trata-se de uma revisão de literatura que é uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema (ROTHER, 2007). Foram pesquisados nas bases de dados da BVS - Biblioteca Virtual em Saúde, da Bireme os respectivos sites Lilacs e Scielo. Para a busca do conteúdo foram empregados descritores como fitoterapia, farmácia viva, atenção primária e tratamento. Usamos como critério de inclusão os artigos na íntegra e em português publicados entre os anos de 2010 ao ano de 2016. Encontrando o total de 10 artigos e literaturas, usando como critério de exclusão os artigos em inglês, espanhol ou que não condiziam com o tema. O total de artigos resultou em cinco. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O estudo revelou que a fitoterapia tem um grande potencial para colaborar na diminuição dos tratamentos alopáticos, contudo, ainda é recomendado que para algumas patologias o tratamento devesse conter o medicamento fitoterápico associado a outro medicamento alopático para garantir o restabelecimento da cura. Levando em consideração os efeitos positivos do emprego dessa prática dentro da atenção básica, pode-se destacar o fato de que, no setor econômico, as famílias participantes são beneficiadas. É de extrema relevância que o princípio ativo da fitoterapia seja focado no uso da planta sem fazer uso de processos onerosos para extrair seus componentes terapêuticos, isolá-los de forma correta e purificá-los para serem distribuídos para uso. **CONCLUSÃO:** Diante da pesquisa exposta, conclui-se que o tratamento fitoterápico é de extrema relevância dentro do contexto saúde/doença, visto que reduzirá o uso de medicamentos alopáticos, gerando economia nos gastos e adesão da população. Valendo salientar que dispomos de uma grande variedade de plantas medicinais de baixo custo e que possuem múltiplas finalidades, seja para tratamento, prevenção, uso pessoal com efeito calmante, analgésico ou para complementação alimentar. Os fitoterápicos são capazes de amenizar e até mesmo solucionar diversos sintomas patológicos dentro das APS's, contudo, ainda falta muito para que consigamos atingir o ápice de usuários dos fitoterápicos. O incentivo deve ser cada vez maior para que produzam materiais que forneçam subsídio aos profissionais, que repassam para seus usuários e demais colaboradores.

Palavras-chave: Fitoterapia. Atenção Básica. Tratamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC**. Secretaria Executiva. Departamento de Atenção Básica de Saúde da Secretaria de Assistência à Saúde. Curitiba, 1994.

_____. _____. Secretaria de Assistência à Saúde da comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. Acesso em: <<http://www.ecomedicina.com.br/site/conteudo/noticia95.asp>> Disponível em 14 out. 2016.

_____. Secretaria de Assistência à Saúde da comunidade. **Saúde da família: uma estratégia para reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

BRASILEIRO, B. G. et al. **Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no programa de Saúde da Família**. [s.l:s.n], s.d.

D. AG. **O Poder das Ervas**. Fitoterápicos: Guia do Profissional de Saúde. Coordenação de Saúde. João Pessoa: Núcleo de Assistência Farmacêutica, 2002.

LUZ, M. T. **Novos saberes e práticas em saúde coletiva**: estudo sobre racionalidade médica e atividades corporais. São Paulo: Hucitec; 2003.

NOUMI, E.; HOUNGUE, F.; LONTSI, D. Traditional medicines in primary health care: plants used for the treatment of hypertension in Bafia, Cameroon. **Fitoterapia**, v.70, p.134-139, 1999.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS. Governador Valadares - MG, v. 44, n. 4, out./dez., 2008.

TESKE, MagrId; TRENTINI, Anny Margaly. **Herbarium Compêndio de Fitoterapia**. São Paulo: Best Seller, 1991.

AVANÇOS E DESAFIOS APÓS UMA DÉCADA DA POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

AUTORES:

Renny de Sousa Saraiva Alves
Clesia Raylli Souza de Oliveira
Ana Paula de Almeida Lima
Nayara Catarina Bonifácio
Isabel Cristina de Amaral de Sousa Rosso Nelson
Fábio Claudiney da Costa Pereira

INTRODUÇÃO: Dentre as práticas mais antigas da história, a do cuidado é a mais remota. Não estava vinculada a uma profissão ou sistema, mas dizia respeito a tudo que resguardasse a vida e recuasse a morte. Com as mudanças tecnológicas, culturais e socioeconômicas as práticas do cuidado começaram a se fragmentar em atividades diversas. O ressurgimento da medicina alternativa pode ser vista como um fenômeno decorrente deste movimento. Essas práticas alternativas partilham de uma perspectiva vitalista no qual seu foco é no doente, não na doença. Desde a década de 70, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incentiva seus estados membros a implementar e formular políticas públicas para utilizar de forma integral e racional a MT/MCA na atenção primária em saúde (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012). De acordo com a Política Nacional em 03 de maio de 2006 foi aprovada pela portaria nº971 GS a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema único de saúde (SUS), com isso tem-se buscado incorporar na atenção primária as seguintes práticas: Plantas medicinais e fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa-acupuntura, medicina antroposófica, termalismo e crenoterapia. De acordo com a portaria nº 274 GS, de 27 de junho de 2011 foi aprovada a Política Estadual de práticas integrativas e complementares (PEPIC), onde, além de serem adotadas as práticas nacionais, foram acrescentadas mais duas práticas, que são: práticas corporais transdisciplinares e vivências lúdicas. Em 05 de maio de 2016, foi aprovada a Política Municipal de práticas integrativas e complementares (PMPIC), pela portaria nº137 GS, ela prioriza algumas áreas como: promoção à saúde, atenção básica, atenção especializada, saúde do trabalhador e educação em saúde por meio de articulação estratégicas. Os objetivos dessas práticas é atuar no campo da prevenção dos agravos promoção da saúde, com foco na escuta acolhedora, no desenvolvimento de vínculos terapêuticos, e na integração do ser humano com o meio ambiente. A integralidade estabelecida como diretriz na 8ª conferência nacional de saúde aponta para a oferta destas práticas no Brasil, as quais podem contribuir para a desmedicalização parcial do cuidado profissional, além de serem socialmente valorizadas e desejadas (SCHVEITZER; ZOBOLI, 2014). Com isso, objetivamos descrever avanços e desafios após uma década da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica que consiste em uma análise mais criteriosa e extensa das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. Fundamentado nas bases de dados cadastradas na BIREME, como: SCIELO, MEDLINE, LILACS. Foram utilizados 05 artigos e as políticas nacional, estadual e municipal de práticas integrativas complementares. Quanto ao critério de inclusão foram selecionados artigos na íntegra, atualizados, que relatassem o tema e, descartados artigos de outras línguas, que não se referiam ao assunto pesquisado. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Podemos observar que as práticas integrativas contribuem de forma significativa para a humanização do cuidado em saúde, no entanto algumas dificuldades são encontradas no modo de fazer dessas práticas como vínculo, autonomia e integralidade. O profissional capacitado tem o papel de propor estratégias que minimizem as angústias e trabalhem o empoderamento do usuário

(TESSER; LUZ, 2008). Alguns estudos sobre PICS propuseram que nos cursos fossem abordadas de forma mais enfática temáticas que respeitassem diferentes aspectos filosóficos, observando níveis de complexidade porque há várias maneiras de se promover e restabelecer a saúde. O uso dos dois sistemas médicos, dos paradigmas cartesiano e holístico, tornaria viáveis uma atenção e assistência com maior conhecimento filosófico e técnico com menos preconceito e capacidade de aceitar diferenças (SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012). Podemos observar nos estudos, embates entre os profissionais com as pesquisas na área, em relação a vários aspectos. Podemos destacar a metodologia aceita pela sociedade científica principalmente ocidental, não considerando o holístico como ferramentas adequadas para a avaliação. A produção em saúde é um processo complexo que depende de valores culturais e biopsicossociais, com isso a implantação das práticas integrativas e complementares em saúde, atuando de forma integral e holística, favorece aos usuários a reflexão em relação a sua saúde e condições de vida. Nesse sentido, faz-se necessário a inclusão das PICS no processo formativo dos profissionais principalmente os da área de saúde que deverão atuar numa perspectiva do cuidado humanizado e integral. Para tal devemos fomentar pesquisas, aproximar o saber popular e profissional, lutar por maiores investimentos e incentivos. Segundo (SANTOS; TESSER, 2012) a transformação nas práticas em saúde exige envolvimento de atores sociais, institucionais e profissionais, neste sentido esta proposta favorece o protagonismo e a participação dos atores envolvidos, democratizando a gestão e ampliando a atenção à saúde, com responsabilização pactuada entre gestores, trabalhadores e usuários, como estimula a Política Nacional de Humanização. **CONCLUSÃO:** A inserção das práticas integrativas e complementares no SUS é uma resposta do Ministério da Saúde às demandas oriundas da sociedade durante a VIII Conferência Nacional de Saúde. Configurando-se em ação de ampliação de acesso e qualificação dos serviços, na tentativa de envolver a integralidade da atenção à saúde da população. As Práticas integrativas e complementares em saúde surgiram com o intuito de, atuar na área da prevenção de agravos e da promoção, manutenção e recuperação da saúde de forma integral e holística. Podemos perceber que ao longo desta década as PIC's contribuíram efetivamente para promoção da saúde, sobretudo, porque constituem uma nova compreensão do ser, em que se evidencia a perspectiva holística e o autoconhecimento individual, com impactos na vida cotidiana dos sujeitos. Vale ressaltar diante dos estudos a necessidade de ampliação no que diz respeito ao financiamento, divulgação e, conseqüentemente, a participação social, desafios que abrangem todos os setores focados no conceito ampliado de saúde.

Palavras-chave: Práticas Integrativas. Medicinas Alternativas. Humanização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília : Ministério da Saúde, 2006 (Série B. Textos Básicos de Saúde)

NOGUEIRA, M. I. Racionalidades Médicas e formação em saúde: um caminho para a integralidade. In: PINHEIRO, R.; SILVA JR, A. G. S. (orgs.). **Por uma sociedade cuidadora**. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ, 2010.

SANTOS, Melissa Costa; TESSER, Charles Dalcanale. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 3011-3024, nov. 2012. Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2016.

SCHVEITZER, Mariana Cabral; ESPER, Marcos Venicio; SILVA, Maria Júlia Paes da. Práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde: em busca da humanização do cuidado. **Rev.Mundo Saúde**, São Paulo, v.36, n.3, p.442-451, 2012. Disponível em: <<http://www.paho.org/bireme/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SCHVEITZER, Mariana Cabral; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Papel das práticas complementares na compreensão dos profissionais da Atenção Básica: uma revisão sistemática. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. esp, p. 184-191, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000700184&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2016.

TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades médicas e integralidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 195-206, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2016.

COMO EVITAR IATROGENIAS CAUSADAS POR ERROS DE MEDICAÇÕES

AUTORES:

Andriely Laryssa da Silva Oliveira
Tatiene Oliveira da Costa
Eliana André do Nascimento Félix
Suellen de Farias Rocha do Nascimento
Sebastiana Sonaly Soares de Oliveira
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

INTRODUÇÃO: Uma das atribuições da enfermagem que merece atenção é a administração de medicamento, uma vez que tal procedimento não realizado de forma correta ocasiona erros. Fatores como: letra ilegível na prescrição médica, dispensação pela farmácia de medicamento diferente da prescrição, erro na via de administração do medicamento e interação medicamentosa, etc. são alguns exemplos de possíveis situações que podem levar ao erro. Assim, a administração de medicamentos requer muita atenção e responsabilidade, pois esta poderá ocasionar danos irreparáveis ao paciente (TELLES FILHO *et al.*, 2011). A administração dos medicamentos envolve questões sobre o código de ética de enfermagem, o qual exige conhecimento técnico sobre a ação do medicamento, seu preparo e administração correta do medicamento. Infelizmente, erros durante esse processo pode acontecer, irá comprometer na assistência de enfermagem ocasionando um risco a vida do paciente, o que não é o objetivo da enfermagem, pois ela visa contribuir para a melhora da recuperação do paciente. Segundo Camerini e Silva (2011, p. 42), o Ministério da Saúde (MS), por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), adotou a seguinte definição do *National Coordinating Council for Medication Error Reporting and Prevention* para erro de medicação que qualquer dano ao paciente que estiver sobre o controle do profissional desde do monitoramento a dispensação está relacionado à sua prática profissional. Os erros nas administrações dos medicamentos tanto podem trazer risco ao paciente, levando-o a ficar mais tempo numa unidade hospitalar, ou até mesmo a morte e quando isso ocorre, não é bom para a instituição. Quando ocorre um erro, o enfermeiro deve fazer uma investigação ao invés de apenas punir o funcionário e advertir seja verbalmente ou por escrito. Esta deve procurar saber os fatores que contribuíram para a ocorrência erro, a fim de promover medidas preventivas através de palestras, orientações para toda a equipe e a implementação de protocolos de notificação na instituição com a finalidade de promover medidas educativas e não punições. No intuito de discutir sobre fatores que levam ao erro na administração de medicamentos, surgiu a questão de pesquisa: quais os principais fatores de risco que levam ao erro no preparo e na administração de medicamentos. O objetivo do estudo foi descrever os principais fatores de riscos que levam ao erro no preparo e na administração de medicamentos. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, através de busca na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os seguintes descritores: enfermagem, doença iatrogênica, erros de medicação. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados no período entre 2010 a 2016, disponíveis em texto completo e na língua portuguesa e que respondesse à questão de pesquisa. Foram selecionados quatro artigos. Foi realizada uma leitura exploratória de todo material selecionado, com abordagem nos aspectos sobre erros na administração de medicação. Os dados foram discutidos de forma descritiva. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Destaca-se que um dos primeiros fatores que levam ao erro na administração de medicação, refere-se a letra ilegível do prescritor médico na prescrição do paciente. Outro fator observado, a falta de identificação da prescrição do paciente, a dose prescrita e a forma de diluição do medicamento, não descritos de forma clara,

o que dificulta o serviço da farmácia na separação das doses e da enfermagem na sua administração correta, ocasionando desta forma erros e danos ao paciente. Segundo American Society of Hospital Pharmacists (ASHP), os erros que podem ser evitados através de estratégias tais como: prescrição eletrônica, utilização de código de barras para medicamentos e identificação do paciente, dispensação por dose unitária. Com relação ao aprazamento, essa é uma tarefa do enfermeiro, pois ele é responsável pela organização dos horários e os intervalos de tempo de uma medicação para a outra a fim de evitar interações medicamentosas. Mas quando o enfermeiro não está atento na abertura desses horários, ou por falta de conhecimento ou de atenção, o paciente pode sofrer sérias reações adversas em reposta e interação. Ressalta-se a importância também da atenção do aprazamento dos horários das medicações quando se fizerem necessário, alguma intercorrência, como exemplo, o paciente perde o acesso venoso ou vai fazer um exame ou procedimento dentro do próprio local de internação e atrasar seu antibiótico, o enfermeiro tem que aprazar o horário daquele medicamento, evitando que o paciente deixa de receber aquela dose ou que atrapalhe seu tratamento. Outro problema de erro de medicamento é administrar um medicamento que está suspenso, sendo o correto conferir na prescrição antes de administrar. Durante o preparo e administração do medicamento não se permite esquecer os nove certos: Paciente certo; Medicamento certo; Hora certa; Via certa; Dose certa; Compatibilidade medicamentosa; Orientação ao paciente; Direito a recusa de medicação e Anotação correta, pois ao utilizar esse procedimento, deve educar a equipe e conferir antes de administrar o medicamento evita erros, pois a rotina faz com que as tarefas sejam realizadas no “automático” é um dos fatores de risco. É de extrema importância o profissional de enfermagem e o paciente saber o que está sendo administrado e para que serve, o código de ética de enfermagem proíbe que o profissional administre o medicamento sem conhecimento da ação da droga e seus riscos. A higienização das mãos é um fator importante no preparo das medicações para prevenir infecção. Antes de manusear qualquer medicamento independente da via de administração é indispensável antes de tudo, com o objetivo de evitar contaminação, manter o setor ou posto e a bancada limpa, fazer antissepsia com álcool a 70%, fazer desinfecção da ampola e frasco trocar a agulha para a menos calibrosa na hora da administração, no equipo com injetor lateral, se não pode danificar, essa troca faz com que evite a contaminação, usar equipamentos de proteção individual no preparo e administração do medicamento. Outro fator importante que contribui para erros de medicamento é a carga horária dos profissionais de enfermagem, a hora extra, isso facilita o erro, uma vez que estão sobrecarregados e cansados para desempenhar as tarefas do dia a dia. Segundo Ministério da Saúde (BRASIL, 2014, p.17), O modelo do queijo suíço mostra que o erro ocorre em função de uma sequência de acontecimentos. Que não é a pessoa que erra e sim uma série de fatores que o próprio sistema pode contribuir, o modelo mostra que as barreiras foram ultrapassadas atingindo o paciente. Um dos fatores que contribui para que ocorra um evento adverso é a falta de comunicação no sistema e a organização da assistência à saúde do paciente. Os erros servem para que haja uma mudança na assistência, prestação do cuidado, na comunicação e medidas preventivas, reduzindo o índice de evento adverso. Reis (2016, p.04) ainda ressalta uma cultura de segurança nas organizações de saúde sem punições e sim, uma política na instituição de saúde em que as pessoas refletiam sobre os erros cometidos, conversa e traça um plano de mudança.

CONCLUSÃO: Conclui-se que é importante na instituição hospitalar haver educação continuada, com o intuito de diminuir os fatores de riscos que levem a ocorrência de erros na administração de medicação. O enfermeiro deve estar sempre atento e orientando a sua equipe, fazendo identificação precoce dos fatores de riscos que levam ao erro em sua unidade, identificando e notificando os erros a fim de promover medidas de controle e educativas e com interação multidisciplinar (gestores, farmácia, médicos e equipe de enfermagem) pois cabe a ele a última oportunidade de interceptar o erro. Assim, a enfermagem deve estar

sempre atenta aos aspectos relacionados a segurança do paciente para que a assistência seja de qualidade e livre de danos.

Palavras-chave: Enfermagem. Doença Iatrogênica. Erros de Medicação. Segurança do Paciente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de Referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAMERINI, F. G.; SILVA, L. D. Segurança do paciente: análise do preparo de medicação intravenosa em hospital da rede sentinela. **Texto Contexto – Enfermagem**, v. 20, n. 1, p. 41-49, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072011000100005>. Acesso em: 26 maio 2015.

REIS, C. T.; MÔNICA, M.; JOSUÉ, L. A segurança do paciente como dimensão da qualidade do cuidado de saúde: um olhar sobre a literatura. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 7, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000700018> Acesso em: 24 out. 2016.

TELLES FILHO, P. C. P.; PRAXEDES, M. F. S.; PINHEIRO, M. L. P. Erros de medicação: análise do conhecimento da equipe de enfermagem de uma instituição hospitalar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, n. 3, p. 539-545, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-1447201100030001>. Acesso em: 26 maio 2015

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM MEDIANTE A SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

AUTORES:

Daniele de Queiroz Fernandes
Andreza Alves de Almeida
Maria Marinah Souza do Nascimento
Rhuama Karenina Costa e Silva

INTRODUÇÃO: O tema aborto/abortamento ainda é visto como um tabu em meio à sociedade, por valorizar um argumento que contraria os princípios básicos que orientam o pensamento humano, ou desafiando até mesmo a crença e moral, de uma determinada cultura, religião, onde existem valores éticos e leis que perante a sociedade têm grande relevância. É justamente essa diversidade de opiniões que causa uma repercussão, pois cada sujeito tenta relevar e argumentar sobre determinadas situações que envolvem este assunto polêmico. Justificar o abortamento provocado como meio de se sobressair de situações angustiantes, por vezes se tornando um método de escape para as mulheres, que não pretendem se estender com o processo de gestação, para fugir de situações desagradáveis. Isto implica dizer que essa escolha precoce do abortamento, pode trazer prejuízos a mulher em todo seu sistema físico, psicológico e social. A assistência de enfermagem tem como prioridade o acolhimento e escuta humanizada dessas mulheres, que deve ser norteada, através do código de ética, que discorre sobre a lei do exercício profissional. Os exercícios da escuta e do acolhimento devem estar presentes na vida dos profissionais de saúde, independentemente de suas opiniões com relação ao abortamento (PEREIRA,2012). logo, seguir de forma adequada o código de ética garante uma assistência adequada, e principalmente respaldo legal, para o profissional da área. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do acolhimento a mulheres em situações de abortamento pela equipe de enfermagem. **METODOLOGIA:** O presente estudo refere-se a uma pesquisa de revisão bibliográfica nas bases de dados Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Abortamento AND Enfermagem AND Humanização. Para escolha dos textos e artigos, nomeou-se os seguintes critérios: textos e artigos em português, disponíveis online gratuitamente, sem recorte temporal e que retratassem sobre a temática abortamento, que discorra sobre o acolhimento a mulheres que se encontram em determinada situação, o aborto provocado e o código penal e a conduta dos profissionais mediante a situação. A proposta desse trabalho é tratar acerca do cuidado a mulher, condutas a respeito do assunto, baseado em lei direcionado a equipe de enfermagem, fazendo uma revisão na literatura pesquisada. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O abortamento pode ser espontâneo ou induzido, no caso do induzido ou provocado, geralmente é utilizado como método contraceptivo pelas mulheres. Escolher o abortamento como primeira opção, muitas vezes induz as mulheres a procurarem ajuda em espaços clandestinos, onde não existem profissionais adequados para qualquer intercorrência indesejada, tendo como resultado complicações a saúde da mulher, que em casos mais graves, podem levar a morte. Esse fato se dá, principalmente, em maior parcela, nas mulheres que se encontram em um grau socioeconômico menos elevado, e se sujeitam a situações que põe em risco a sua própria vida. No Brasil, o abortamento provocado é considerado um crime, e não é legalizado, talvez, por isso, seja um indicativo para a procura de práticas clandestinas e também para o elevado índice de óbitos. A prática pode ser autorizada, quando: põe em risco a vida da gestante; quando a gravidez é resultado de estupro; e malformação fetal com inviabilidade de vida

extrauterina. Em todos esses casos, o abortamento é um direito da mulher. A enfermagem atua prestando uma assistência definida para as diversas situações, fazendo uma abordagem clara e ampla sobre o tema em questão, discorre sobre o código de ética que condiz sobre leis que irão nortear a atuação do profissional de enfermagem. Além disso, cita que é proibido como condiz no Art. 26 - Negar assistência de enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência. Entretanto, no Art. 27 condiz que: Executar ou participar da assistência à saúde sem o consentimento da pessoa ou de seu representante legal, exceto em iminente risco de morte. E reforçando através do Art. 28 que discorre sobre proibições, como: Provocar aborto, ou cooperar em prática destinada a interromper a gestação. Parágrafo único - Nos casos previstos em lei, o profissional deverá decidir, de acordo com a sua consciência, sobre a sua participação ou não no ato abortivo. Contudo, devemos entender que o profissional de enfermagem tem como principal arma o seu código de ética. Obter um respaldo legal sobre suas ações é imprescindível para evitar penalizações para o profissional e transtornos severos para o paciente em questão. Além disso, devemos saber que oferecer uma assistência adequada através do acolhimento é uma forma de possibilitar a mulher a segurança no profissional, tornando-o a ponte principal para promoção e recuperação do quadro atual em que se encontra a mulher, facilitando sua recuperação, física, psicológica e principalmente emocional. O acolhimento não é um espaço ou um local, mas uma postura ética, não pressupõe hora ou profissional específico para fazê-lo, implica compartilhamento de saberes, necessidades, possibilidades, angústias e invenções (BRASIL, 2009). **CONCLUSÃO:** Concluindo, Quando a mulher se encontra em um processo de abortamento, o aspecto emocional, físico e psicológico, estão abalados, por isso o acolhimento prestado deve ser adequado para esta situação, pois devolve para a mulher a segurança, reestruturação e autonomia que necessita, principalmente se orientada por uma equipe multiprofissional, que a acompanhe até o final desse processo. Por isso, a autonomia da mulher durante todo o processo com a elaboração de um plano de parto que seja respeitado pelos profissionais que a assistirem; de ter um acompanhante de sua escolha; de serem informadas sobre todos os procedimentos a que serão submetidas e de ter os seus direitos de cidadania respeitados (DIAS; DOMINGUES, 2005). Além disso, a humanização nas instituições de saúde é vista como uma forma de aprimorar e qualificar o serviço que está sendo prestado, priorizando o indivíduo como ser biológico e fisiológico dotado de sentimentos e necessidades, e não apenas como um objeto pelo qual vendemos a nossa mão-de-obra. Desse modo, devemos respeitar o indivíduo em toda sua estrutura levando em conta seus preceitos éticos e morais e o nosso próprio código de ética do exercício profissional, como principal elemento para uma assistência adequada, igualitária e universal.

Palavras-chave: Abortamento. Enfermagem. Humanização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção Humanizada ao abortamento**. Brasília, 2005. Caderno nº4. Serie A Normas e Manuais Técnicos Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

_____. _____. _____. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Acolhimento de classificação de risco nos serviços de urgência**. Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. **Código de ética dos profissionais de enfermagem**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Enfermagem, 1993.
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

DIAS, M. A. B.; DOMINGUES, R. M. S. M. Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 699-705, 2005.

PEREIRA, V.N. et al. Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas. **Saúde Soc.**, v. 21, n. 4, p. 1056-1062, 2012.

PINTO, A.P; TOCCI, H.A. O aborto provocado e suas consequências. **Rev Enferm UNISA**, v. 4, p. 56-61, 2003.

O CUIDADO À PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA :PERMANÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Andreza Alves de Almeida
Maria Marinah Souza do Nascimento
Ana Carolina Souza de Holanda
Emanuelle Maximo de Lima
Daniele de Queiroz Fernandes
Tayssa Suelen Paulino

INTRODUÇÃO: No decorrer do tempo, o corpo humano apresenta mudanças fisiológicas e biológicas essenciais para conclusão do processo cronológico do envelhecimento, que ocorre desde a concepção a fase adulta, se prolongando até o cessar da vida. A idade de 65 anos corresponde ao início da vida adulta idosa, tornando - se uma fase de adaptação para o indivíduo e ambiente social. Especialmente a família, que se torna peça fundamental e ponte de apoio para superar os obstáculos desse estágio que inclui: a diminuição da função intelectual, sensorial, motora e cognitiva, muitas vezes associadas a doenças crônicas ou de natureza distintas, tornando esse processo ainda mais difícil e doloroso para o idoso e sua família, por ser um processo que muitas vezes deixa o indivíduo incapacitante e dependente. Tais fatos, interferem na inclusão do idoso na sociedade, por esta ser marcada de uma concepção e estereótipo definido. Portanto, faz-se necessário o estabelecimento do vínculo de co-responsabilização com o idoso (CAMARANO, 2010). Em virtude dessas características, os membros da família buscam auxílio em ambientes de saúde comunitário ou institucional. As instituições de longa permanência (ILPS), é uma alternativa de serviço direcionado ao idoso de domínio público ou privado. As ILPS são alternativas para suprir de forma indireta, a deficiência de política pública no Brasil voltado ao idoso. Proporcionam um suporte assistencial: moradia, alimentação, equipe multiprofissional, medicamentos, atividades interativas, entre outros suportes, que auxiliam para o bem-estar físico, psicológico, emocional, e social, valorizando os preceitos éticos e morais. Diante dos fatos supracitados, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de estudantes de enfermagem vivenciada em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos no município de Natal/RN.

METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência de estudantes de enfermagem, vivenciado em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). O relato de experiência busca conciliar a teoria e prática adquirida no ambiente acadêmico, possibilitando estabelecer uma multidisciplinaridade entre as mesmas, tendo como prioridade auxiliar o profissional de enfermagem a compreender de forma clara e básica o tema Humanescência. E ainda, oportuniza o desenvolvimento de habilidades no manejo de técnicas e procedimentos para promoção da saúde e controle de riscos, de danos e de agravos junto aos diversos grupos populacionais na perspectiva da saúde coletiva. A ILPI que foi realizada o estágio é o Lar do Ancião Evangélico (LAE), uma instituição que atende idosos que estão em situação de risco social ou que a família não tinha condições de assisti-los. O local atende uma demanda aproximada de 31 idosos que para a sua assistência e atendimento contam com uma equipe multidisciplinar. Desta forma, a vivência no LAE foi dividida em dois momentos: o de observação para identificação das necessidades de saúde e a realização de planejamento/intervenção dos cuidados de enfermagem essenciais aos idosos assistidos. Assim sendo, para subsidiar a discussão desses momentos foi realizada a busca de publicações de livre acesso nas bases de dados Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Idoso, Cuidado e

Assistência de Enfermagem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Compreende-se como envelhecimento uma sequência de alterações que vão se passando no organismo em seu decorrer da vida. No entanto, este procedimento acarreta em transformações na estrutura e funções do corpo, tornando-se mais passível a uma cadeia de aspectos prejudiciais, estes são capazes de ser tanto internos (renovação celular comprometida, falha imunológica, etc.) como também externos (estresse ambiental). Para amparar os cidadãos que se encontram nesse processo, foi estabelecido o Estatuto do Idoso, amparado pela Lei 10.741/2003, que tem por objetivo promover a inclusão social e garantir o direito desses cidadãos. Durante a observação, elencou-se como necessidades: Referente aos banhos, pois os idosos só tomavam banho uma vez ao dia, e os que usavam fraldas sofria com isso, pois os riscos de assaduras era bem maior; escassez de humanização entre os profissionais, faltava uma equipe multiprofissional, escassez de matérias de higiene; deficiência na estrutura referente aos equipamentos adaptados de maneira inadequada e a limpeza era escassa; falta de captação por falta de profissionais. Após a identificação desses problemas, foi realizado um planejamento a fim de organizar e sistematizar a assistência a ser ofertada. Para tanto, planejou-se: intervenções de enfermagem e vivência lúdica com os idosos. Durante o período de estágio as seguintes atribuições de enfermagem foram executas, uma gama de ações como: Aferições de sinais vitais, teste de HGT, administrações de insulina, troca de curativo, identificações de tipos de úlceras, coberturas adequada, e, por fim, houve um momento de vivência lúdica, afim de proporcionar um momento ímpar, caracterizado com ambiência, exaltando cores, sabores e músicas proporcionando o bem estar físico, mental e emocional, em um espaço que permitisse a interação entre os acadêmicos e idosos utilizando um foco direcionado ao acolhimento sobre um olhar humanescente. É valido salientar que toda a sistematização que ocorreu foi para prestar um cuidado de enfermagem direcionado às necessidades dos idosos, bem como, para atender a integralidade, uma das premissas do SUS. **CONCLUSÃO:** A vivência no Lar do Ancião Evangélico foi uma oportunidade ímpar de obter diversos níveis de aprendizagem. As histórias de cada paciente que ali estavam tocou-nos verdadeiramente e possibilitou o discernimento entre razão e sentimento. O contato não foi apenas físico, não se usou apenas do profissionalismo e técnica para tratá-los, mas desenvolveu-se uma atenção com respeito, amor, carinho e dedicação para com os mesmos. Assim, faz-se necessário que o profissional da enfermagem seja capacitado e habilitado a ofertar uma assistência adequada, integral, humanescente de acordo com as necessidades do idoso, e sobretudo, respeitando os seus limites éticos e morais

Palavras-chave: Idoso. Cuidado. Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Estatuto do idoso:** Lei n. 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. 2.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

NANDA: diagnostico de enfermagem. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

POTTER, P.A; PERRY, A.G. **Fundamentos de enfermagem.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

PARTO HUMANIZADO SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Andreza Alves de Almeida

Maria Marinah Souza do Nascimento

Rhuama Karenina Costa e Silva

INTRODUÇÃO: O processo de desenvolvimento e crescimento humano vai desde a concepção até o cessar da vida. A passagem do estágio intrauterino para o extrauterino é essencial para o processo de continuidade da existência humana. Esse momento de transição é considerado uma fase de agregação de valores, e fortalecimento do vínculo afetivo do binômio mãe-filho. Sendo o trabalho de parto um período delicado, nesse momento a enfermagem deve oferecer uma assistência adequada e humanescente proporcionando um momento significativo, que possa trazer para essa mulher uma experiência ímpar, acolhedora e, principalmente, que remeta ao direito e autonomia como mulher, sobre o seu próprio corpo. São cuidados que devemos ter: a autonomia da mulher durante todo o processo, com elaboração de um plano de parto que seja respeitado pelos profissionais que a assistirem; de ter um acompanhante de sua escolha; de serem informadas sobre todos os procedimentos a que serão submetidas; e de ter os seus direitos de cidadania respeitados (DIAS; DOMINGUES, 2005). Reforçando o raciocínio de Diniz, as sugestões de humanização do parto, seja no Sistema Único de Saúde (SUS), ou até mesmo sistema privado, têm a finalidade de criar outras possibilidades de aprendizado sobre os direitos, de viver a maternidade, a sexualidade, a paternidade e a vida corporal. Atualmente, existe um grande paradigma que envolve o processo do trabalho de parto, a forma como essa assistência está sendo prestada, ou seja, existe um padrão médico capitalista e cronológico, que rege um modelo em que o momento do nascimento se resume a um método, fácil, prático, e favorável para os interesses da equipe que está atuando, e ao mesmo tempo, deixa de lado as percepções e interesses da usuária, desviando-lhe o controle, participação e conhecimento que deve ter sobre aquele momento. Nesta perspectiva, a relação entre profissional e paciente, usualmente assimétrica, faz com que as mulheres, sentindo-se menos capacitadas para escolher e fazer valer seus desejos tenham dificuldades em participar da decisão diante das questões técnicas levantadas pelos profissionais de saúde (MARQUE; DIAS; AZEVEDO, 2006). Contudo, a equipe de enfermagem busca compreender a necessidade da usuária, um ponto essencial para ofertar uma ação de acolhimento, no momento da assistência, como também promovendo e realizando os processos de enfermagem, na prevenção, proteção e promoção a saúde, principalmente quando se trata do cuidado a mulher no período de gestação e momento do parto. Portanto, o objetivo desse artigo é relatar a experiência de estudantes de enfermagem vivenciada no Hospital e Maternidade Belarmina Monte no município de São Gonçalo/RN, levando em consideração os ensinamentos compartilhados em sala de aula e vivenciados na prática. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência dos acadêmicos de enfermagem, vivenciado em uma Instituição de Saúde Materno-infantil. O relato de experiência pretende conciliar a teoria e prática adquirida em âmbito acadêmico, visando promover uma interdisciplinaridade, tendo como primordial promover uma visão holística do profissional sobre o cuidado a saúde da mulher compreendendo de forma clara e ampla o tema da Humanização no Parto. Além disso, promover orientações adequadas à mulher referente aos aspectos positivos e negativos dos tipos de parto; pretendendo alcançar o desenvolvimento de habilidades no manejo de técnicas e procedimentos para promoção, prevenção, tratamento e reabilitação do processo saúde doença na perspectiva do controle de riscos e agravos, direcionado ao cuidado á saúde da mulher como também, tendo em vista ser

um benefício para a promoção da saúde individual e coletiva. A vivência ocorreu no mesmo local do estágio curricular, no centro obstétrico do Hospital e Maternidade Belarmina Monte. Trata-se de uma instituição de caráter filantrópico que atende pacientes provenientes do SUS. Conta atualmente com 64 leitos e realiza internações nas especialidades: clínica médica, cirúrgica (geral, urológica e ginecológica), clínica pediátrica, obstétrica e urgência. O local atende a todo o território do município de São Gonçalo do Amarante-RN cuja população é de aproximadamente 90.000 habitantes. Nesta logística, a vivência sucedida no Centro obstétrico foi dividida em dois momentos: o primeiro momento direcionado a observação para identificação dos agravos e necessidades de saúde, para assim promover as cinco etapas do processo de enfermagem, e o segundo momento se insere na realização da técnica propriamente dita colocando em prática o que foi exposto em ambiente acadêmico, para realizar de forma adequada e humanescente a real assistência de enfermagem. Assim sendo, para respaldo e discussão desse tema foi realizada a busca de publicações de livre acesso nas bases de dados Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Parto AND Cuidado AND Assistência de Enfermagem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Entende-se como gestação um período de mudanças físicas, psicológicas e emocionais para a mulher. O momento de transição, que ocorre no momento do parto, gera valores que serão carregados pelo resto da vida. Neste período, o corpo se configura mais sensível a transformações e a fatores intrínsecos ou extrínsecos que podem ser prejudiciais para mãe e filho. Em todo processo da existência humana, nos deparamos com fatos (acontecimentos) que podem marcar toda nossa trajetória, ou até mesmo nortear um destino diferente do planejado, que são direcionados pelos aspectos físicos, sociais, ambientais; são esses os fatores que interferem no processo da construção da essência humana, compreender o significado e a origem da humanização no parto; identificando os obstáculos que impedem as mulheres a ter seus bebês, de forma humanizada e natural no Brasil e no mundo. Durante a observação no período de estágio, elencou-se como falhas: Falta de humanização e uma equipe multiprofissional completa e qualificada, escassez de material de higiene, desorganização no preenchimento do prontuário, déficit na realização do processo de enfermagem. Devido a essas falhas observadas, planejou-se intervenções de enfermagem através de orientações e modificações no processo de cuidado, escuta qualificada e acolhimento, prestando uma assistência de acordo com as suas necessidades específicas. Além disso, durante o tempo de estágio foram executadas as seguintes atribuições de enfermagem, como: Aferições de sinais vitais, orientação sobre aleitamento e pega mamilar correta, administrações de medicamentos, troca de curativos, cuidados imediatos e mediatos ao recém-nascido (RN); higienização do RN e puérpera, preenchimento de evolução e resolução de caso clínico de dois pacientes. Entretanto, é importante ressaltar que todo processo de sistematização da assistência de enfermagem foi direcionado a necessidade das usuárias, bem como, fazendo uma transversalidade com as diretrizes do SUS, que ressalta a integralidade, equidade e universalidade. **CONCLUSÃO:** A vivência no Hospital e Maternidade Belarmina Monte foi um momento de desenvolvimento intelectual e individual, uma oportunidade ímpar e benéfica para o crescimento acadêmico em diversos níveis e setores. Conviver com indivíduos e problemas diferentes todos os dias é uma oportunidade de se levar algo positivo para cada um deles, propondo uma intervenção diferenciada e humanescente. Além disso, é o momento de colocar em prática todo o aprendizado absorvido em ambiente acadêmico. Deve-se salientar que o contato físico não se restringe apenas na resolução do problema mais sim, transformar o cuidar em um momento de carinho, afeto, respeito ao indivíduo que está sendo tocado. Contudo, é necessário que o profissional de Enfermagem esteja sempre disposto a enfrentar mudanças para promoção do paciente, e que possua a capacitação e habilidade adequada, para prestar uma assistência

correta, acolhedora e humanescente, respeitando o próximo em todos os seus preceitos éticos e morais.

Palavras-chave: Parto. Cuidado. Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher.** Brasília, 2001.

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. **Caderno de Atenção Básica**, Brasília, n.32, 2012.

DIAS, M. A. B.; DOMINGUES, R. M. S. M. Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 699-705, 2005.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005.

MARQUE, F. C.; DIAS, I. M. V.; AZEVEDO, L. A percepção da equipe de enfermagem sobre humanização do parto e nascimento. **Escola Anna Nery de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 439-447, 2006.

POTTER, P. A; PERRY, A. G. **Fundamentos de enfermagem: conceitos, processo e prática.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DIANTE DA DEPRESSÃO PÓS PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Eliana Andre do Nascimento Félix
Rafaela Costa de Medeiros Moura
Flávia Danielly Silvestre Albano
Leonilson Nunes Lisboa Júnior
Tatiene Oliveira da Costa
Suellen de Farias Rocha

INTRODUÇÃO: A depressão pós-parto é um transtorno mental que causam alterações de humor através de vivências emocionais no período gravídico até o puerpério. Logo após o parto, ocorrem mudanças bruscas no organismo em nível hormonal, fazendo com que a paciente necessite de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, e/ou uso de medicação. Acomete de 10 a 15% das mulheres principalmente nas primeiras semanas após o parto, durando 30 dias, sendo os casos mais graves com duração de dois anos (BAPTISTA; BAPTISTA, 2006; SOBREIRA, 2012; FONTES et al., 2010). Com relação aos sintomas, pode-se listar a irritabilidade, mudança brusca de humor; indisposição, doenças psicossomáticas, tristeza profunda, desinteresse pelas atividades do dia, sensação de incapacidade de cuidar do bebê e desinteresse por ele, pensamento suicidas e homicidas em relação ao bebê. Com relação aos fatores de risco, as mulheres com sintomas depressivos durante, ou antes da gestação, com histórico de transtornos afetivos são mais susceptíveis ao evento depressão pós-parto, bem como aquelas que possuem problemas de infertilidade e que sofreram dificuldades na gestação. Além disso, as mulheres submetidas a cesariana, primigestas, vítimas de carência social, mães solteiras e que perderam pessoas importantes (um filho anterior ou bebês com anomalias e desarmonia conjugal). Dentro desta perspectiva, o diagnóstico precoce é fundamental e para isso é necessário um acompanhamento em toda gravidez e período puerperal, onde se pode atenuar ou reduzir a duração da depressão pós-parto. Assim, cabe ao profissional de saúde enxergar no paciente os sinais e sintomas da doença e de suas necessidades, principalmente o profissional enfermeiro, tendo em vista ser o profissional mais presente durante a assistência pré e pós-parto. Dentro desta perspectiva, a enfermagem tem papel fundamental na assistência a ser prestada no início da gestação, durante a gestação e até aos 42 primeiros dias após o parto. Este profissional deve estar preparado para lidar com diversas situações no âmbito: psicológico, social e físico da mulher, intervir enquanto enfermeiro (a) ao paciente com depressão, conversando a respeito de seus medos, frustrações, raiva e desespero de forma a aliviar uma sensação de desamparo e levar ao tratamento necessário. Assim, diante das características clínicas que a puérpera apresenta por causa da depressão, a assistência de enfermagem tem um papel primordial no cuidar a estas pacientes por meio da Sistematização da Assistência de enfermagem (SAE) - uma atividade privativa do enfermeiro que norteia as atividades de toda a equipe de Enfermagem, constituída de 5 etapas: Histórico de Enfermagem, Diagnóstico de Enfermagem, Planejamento de Enfermagem, Implementação de Enfermagem e Avaliação de Enfermagem ou Evolução de Enfermagem. Assim, percebe-se a relevância em pesquisar esta temática no intuito de trazer conhecimento acerca da assistência de enfermagem a mulher acometida pela depressão pós-parto. Desta forma e, por meio de relato de experiência junto a paciente acometida por depressão pós-parto, durante prática vivencial do cuidar, questionamos: como ocorre a assistência de enfermagem a uma paciente com diagnóstico de depressão pós-parto? Assim, elaboramos o objetivo de relatar a assistência de enfermagem a uma paciente com diagnóstico de depressão pós-parto, a partir de estudo de caso vivenciado durante a Prática

Vivencial do Cuidar. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência de discentes do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FACEX (UNIFACEX), sobre a sistematização da assistência de enfermagem a uma puérpera acometida pela depressão pós-parto a partir da Prática Vivencial do Cuidar a qual ocorreu entre os dias 28, 26 e 27 de maio de 2016, no turno diurno, interligando o ambiente acadêmico com o campo de estágio. A coleta e registro das atividades desenvolvidas e vivenciadas durante o estágio curricular supervisionado ocorreram no diário vivencial de enfermagem enquanto ferramenta pedagógica da formação humanescente do UNIFACEX. Esta prática ocorreu na maternidade Belarmina Monte, localizada em São Gonçalo do Amarante/RN. Como embasamento científico, foram selecionados artigos indexados nas bases de dados de enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), acessados durante o mês de setembro de 2016. Para o levantamento dos estudos científicos, utilizou-se os descritores: depressão pós-parto, assistência de enfermagem, sistematização de assistência de enfermagem. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos completos, em língua portuguesa, de 2006 a 2016, que respondessem a nossa questão de pesquisa. Como critérios de exclusão, artigos em outra língua e anteriores ao ano de 2006. **RESULTADOS E DISCUSSÕES** Para realização do referido relato de experiência, utilizou-se a primeira etapa do processo de enfermagem, o histórico de enfermagem. Dele foram coletadas informações junto a puérpera, durante a prática vivencial do cuidar na Maternidade. Assim, as seguintes informações foram coletadas: M.F.M, 30 anos de idade, casada, cor branca, natural de São Paulo – SP onde vivia com pai alcoólico e mãe. Durante sua infância quando o pai chegava em casa alcoolizado e agressivo, ela protegia os irmãos e ficava assustada num canto da casa. Nunca dizia para a mãe como se sentia, pelo contrário, a ouvia desabafar pelo sofrimento com o marido alcoólico. Já na vida adulta, mudou-se para Natal onde teve seu filho. Após o parto, sentia desânimo, sem energia para realizar as tarefas de casa, ondas de tristeza, crises de choro sem causa aparente. Queixava-se de dificuldade de expressar afeto pelo filho, agindo mais racionalmente, de maneira fria, embora gostasse da criança. Tentou reagir sozinha, diziam que poderia ser anemia, fez muita força para tentar realizar as tarefas de casa e cuidar dos filhos, mas ficou muito limitada no dia a dia. Após uma crise mais forte de tristeza e desesperança, foi levada a um médico que diagnosticou a depressão pós-parto. Iniciou o tratamento adequado com medicações, e foi encaminhada para acompanhamento com psicólogo e psiquiatra. A partir das necessidades de saúde detectadas na paciente, foram traçados 2 diagnósticos de enfermagem: Risco da maternidade ou paternidade prejudicada e Ansiedade. O plano de cuidados planejado tinha o objetivo de diminuir a ansiedade da mãe em exercer o seu papel. Após o planejamento, foram implementadas ações de enfermagem pelos discentes que acompanhavam a puérpera durante a prática vivencial do cuidar. Dentre os cuidados estavam: incentivar a mãe se envolver em atividades com o lactente/criança, para que ela possam desempenhar com sucesso o papel de mãe, melhorando o auto conceito e verificar a disponibilidade para incluir a família em grupos de apoio trabalhando junto com o profissional Psicólogo e Psiquiatra. Além disso, os discentes de enfermagem estimularam a mãe a reconhecer e expressar seus sentimentos, como, por exemplo chorar e rir para lidar com a ansiedade. Após 3 dias de intervenção, foi possível avaliar a mãe e perceber que ela já conseguia Identificar suas próprias potencialidades e necessidades individuais, bem como o interesse da mesma em Participar das atividades e dos grupo de apoio. O nível de ansiedade e fatores desencadeantes e agravantes encontravam se mais controlados bem como a capacidade de reconhecer a expressar sentimentos. **CONCLUSÃO:** A assistência de enfermagem, por meio da Sistematização da assistência de enfermagem a mulher com Depressão Pós-Parto (DPP) auxilia o profissional enfermeiro a conhecer as reais necessidades da mulher, assim, traçar um plano de cuidados direcionado a estas necessidades, de forma objetiva e organizada.

Apesar do pouco tempo que a prática vivencial permitiu ao grupo de discentes, foi possível implementar a SAE e perceber respostas positivas da puérpera em relação ao seu filho, o que contribuiu para a qualidade da relação entre o binômio mãe e filho.

Palavras-chave: Depressão Pós-Parto. Assistência de Enfermagem. Sistematização de Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Makilim Nunes; BAPTISTA, Adriana Said Daher; TORRES, Erika Cristina Rodrigues. Associação entre suporte social, depressão e ansiedade em gestantes. **Psic**, v.7, n.1, p. 39-48, 2006.

DIAGNÓSTICOS de enfermagem da nanda: definições e classificação 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FONTES, F.S.F et al. O cuidado de enfermagem e sua contribuição para prevenir a depressão pós-parto na adolescência. **R. Pesq.:** cuid. fundam., n. Supl. p.135-137, 2010. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/842/pdf_101>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MURTA, Genilda Ferreira. **Saberes e práticas:** guia para ensino e aprendizado de enfermagem. 3.ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2007.p.253-266. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAhdgAC/sae-sistematizacao-assistencia-enfermagem>>, Acesso em: 11 nov. 2015.

SOBREIRA, N. A. S. Assistência de enfermagem na detecção da depressão pós-parto. **Revista Enfermagem Integrada**, v.5, n.1, 2012.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM ESQUIZOFRENIA

AUTORES:

Cristiane Soares de Medeiros
Alidiana Miranda Alves
Alinne Cristine da Silva
Ana Paula Ferreira Barros
Fabricia Maria de Oliveira
Luzia Kelly A. da S. Nascimento

INTRODUÇÃO: A esquizofrenia é um transtorno mental de evolução crônica caracterizado por pensamentos anormais e alteração no funcionamento do comportamento social. (HANSEN, 2014). Os sintomas esquizofrênicos são: sensações de tensão ou irritabilidade, dificuldade para dormir, dificuldade de concentração, crenças ou pensamentos falsos que não têm base na realidade, pensamentos desordenados. Esses sintomas podem ser agrupados em dois tipos: positivos e negativos. Assim, os positivos são relacionados à presença de delírios, alucinações e desorganização do pensamento e da conduta, Os sintomas negativos são referentes as alterações no afeto, perdas cognitivas, incapacidade de sentir prazer e emoções (HANSEN, 2014). O tratamento consiste na medicação antipsicótica com medicamentos denominados neurolépticos. Existe também o tratamento não farmacológico, que é realizado no centro de atenção psicossocial (CAPS) que presta atendimento multidisciplinar pautado no projeto terapêutico e individualizado. O enfermeiro no CAPS participa do acolhimento, atendimento individual do plano terapêutico, administração de medicamentos, encaminhando quando necessário a outros profissionais da equipe. Diante do contexto onde a esquizofrênia é considerada uma das mais graves doenças psiquiátricas, despertou-se o interesse em pesquisar sobre a temática. Surgindo assim o seguinte questionamento: Qual a assistência de enfermagem a pacientes com esquizofrenia? O objetivo é relatar a experiência vivenciada em estágio curricular em um CAPS. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência da vivência de acadêmicos de enfermagem em um estágio de práticas vivenciais do cuidado (PVC), realizado num CAPS II de um município do Rio Grande do Norte no período de 04 a 08 de abril de 2016. Para as discussões dos resultados foi realizada uma busca na base de dados Literatura Latino Americana do Caribe e Ciências da Saúde (LILACS) no período de 11 de abril a 28 de maio de 2016. Foram utilizados os descritores: “Enfermagem, Transtorno mental e Esquizofrenia”. Os critérios de inclusão foram: artigos em português, do período de 2011 a 2016, disponibilizados em texto completo gratuitamente e que respondessem à questão do estudo. Os critérios de exclusão foram: teses, dissertações e artigos publicados antes do recorte temporal escolhido, artigos em idioma inglês ou espanhol e que não estivessem disponíveis em texto completo. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 6 artigos. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Antes o esquizofrênico era visto como um louco, o tratamento era baseado em um modelo manicomial realizado em instituições fechadas baseado na vigilância e disciplina, promovendo o isolamento e segregação das pessoas. Na década de 1980 com a reforma psiquiátrica, iniciou-se a desinstitucionalização através dos serviços substitutivos os CAPS, onde o modelo de assistência é baseado no cuidado, na escuta ativa e na produção de sentidos, com a participação ativa de usuários e familiares formando redes com outras políticas públicas. (BRASIL, 2013). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foi desenvolvido um plano de cuidados de enfermagem de acordo com as necessidades de uma paciente com esquizofrenia baseados no processo de enfermagem, onde foram levantados os principais diagnósticos, intervenções e resultados esperados. Foi observado que a mesma apresentava sintomas de

crises convulsivas, delírios, alucinações, insônia e isolamento. De acordo com a sistematização de enfermagem (SAE) levantou-se os seguintes diagnósticos de enfermagem para o caso citado: padrão do sono prejudicado relacionado à ansiedade e ao medo, evidenciado pelo relato da paciente sobre dificuldade para dormir; risco de suicídio relacionado aos delírios e alucinações; risco de lesão relacionada a atividade convulsiva. Assim as intervenções traçadas foram direcionadas para a necessidade de cuidados com o ambiente para um sono tranquilo; orientação a não ingerir bebidas estimulantes à noite; discutir com o médico assistente para prescrever outra medicação e assim melhorar o padrão de sono. O enfermeiro deve incentivar a expressão de sentimentos, através de roda de conversas terapêuticas, observando atentamente as mudanças de comportamentos, como também orientar o paciente e a família, sobre a convulsão, o uso de medicamentos e seus efeitos. Assim controlando a crise, espera-se que a paciente evolua sem lesões e com ausência de complicações. Evidencia-se que a intervenção através do contato e da escuta qualificada pautada na humanização e na percepção que confere o respeito, a valorização das singularidades manifestadas pelos usuários, contribui para evitar o suicídio (HECK et al., 2012; BURIOLA et al., 2011). A assistência de enfermagem durante a atividade convulsiva consiste em lateralizar a cabeça, não tentar impedir os movimentos proteger a cabeça evitando assim outras complicações. Em relação ao padrão do sono a assistência deve estar voltada para diminuir estímulos do ambiente, tentar fazer do quarto do paciente um ambiente confortável, considerando que os remédios para dormir ajudam, mas também causam dependência, por tanto devem ser prescritos após terem sido esgotados as tentativas anteriores (LAUTER et al., 2011). No estágio foram desenvolvidas ainda pelas discentes atividades que consistiram em dinâmicas de acolhimento, palestra sobre a importância da prevenção da influenza H1N1, principalmente a higienização correta das mãos. As atividades do estágio foram encerradas com um café da manhã saudável com o intuito de promover a integração dos pacientes, famílias e profissionais. Sentimos o quanto foi importante realizar essas atividades educativas e integrativas ao grupo, tendo em vistas que nesses momentos vimos que os pacientes tiram suas dúvidas e podem socializar-se com outros usuários, com suas famílias e equipe. **CONCLUSÃO:** Percebeu-se durante o estágio que o processo de enfermagem nos auxiliou no atendimento ao paciente com esquizofrenia, pois ajudou a conhecer os problemas do cliente, detectar os fatores de risco para identificar os possíveis diagnósticos de enfermagem e assim elaborar um plano de cuidados de acordo com a sua necessidade. O enfermeiro do paciente com transtorno mental em especial com esquizofrenia atua através das intervenções do projeto terapêutico, ajudando-o assim a reinseri-lo em seu meio social e melhorando assim a sua qualidade de vida e de seus familiares. Nesse sentido, entendemos durante a vivência que nós, enfermeiros, temos um papel essencial na dinâmica do atendimento, atentando para que os pacientes se sintam confortáveis e confiantes com a equipe, com isso possibilite um melhor tratamento e enfrentamento tanto para o paciente quanto para a família.

Palavras-chave: Enfermagem. Transtorno Mental. Esquizofrenia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BURIOLA, A.P, et al. Assistência de enfermagem as famílias de indivíduos que tentaram suicídio. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.710-716, 2011.

HANSEN, N. F.et al. A sobrecarga de cuidadores de pacientes com esquizofrenia: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, São Paulo, v.16, n.1, p.220-227, 2014.

HECK, R.M. et al. Ação dos profissionais de um centro de atendimento psicossocial diante de usuários com tentativas e risco de suicídio. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.21, n.1, p.26-33, 2012.

LAUTER, S.D. et al. Estudo de caso de um paciente com diagnóstico de esquizofrenia e depressão. **Revista Contexto e Saúde**, Ijuí, v. 10, n.11, p.957-962, 2011.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ALEITAMENTO MATERNO

AUTORES:

Thaynan Rayana Damasceno de Oliveira

Juliana Pereira de Lima da Rocha

Luana Richelly Vitaliano da Silva

Ayslanny Ingridy da Silva Soares

Whenny Bruna Medeiros de Araújo

Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

INTRODUÇÃO: De acordo com a organização Mundial de Saúde (OMS), amamentar vai além da nutrição da criança. É um processo de total interação do binômio mãe – filho, com resultados positivos que repercute em todo estado nutricional da criança. Contribuindo na fisiologia, desenvolvimento cognitivo e emocional. Amamentar é um fenômeno que acaba sendo influenciado por vários fatores e aspectos culturais, biológicos, psíquicos e emocionais. Com eles, pode-se dizer que está garantido o crescimento e desenvolvimento da criança. (DUARTE et al., 2013). Partindo desse princípio, fica claro que o enfermeiro precisa antes de tudo ter o conhecimento sobre a visão de mundo, valores, crenças e costumes que fazem parte da vida daquela mãe, tornando fácil o entendimento sobre a influência nas decisões que por elas são tomadas em relação à alimentação de seus filhos. (GROSS et al., 2011). O enfermeiro é o profissional que deve se relacionar com a mulher durante todo o ciclo gravídico – puerperal, ele deve ser capaz de oportunizar momentos educativos, preparando a gestante para o aleitamento materno. Facilitando a amamentação, diagnóstico e tratamento adequado. (BATISTA; FARIA; MELO, 2013). Diante do exposto, questionou-se: Qual a importância da assistência de enfermagem no aleitamento materno? Assim, o objetivo deste trabalho foi descrever a importância da assistência de enfermagem no aleitamento materno.

METODOLOGIA: Trata-se de uma Revisão integrativa de literatura. Realizou-se buscas nas bases de dados da Literatura Latino Americana e do Caribe em ciências da Saúde (Lilacs), da Scientific Eletrônica Library Online (SciELO). Foram utilizados os descritores: Enfermagem, aleitamento materno e puerpério. Os critérios de inclusão foram artigos publicados do ano de 2011 a 2015, em português, disponíveis em texto completo e que respondessem à pergunta de pesquisa. A análise preliminar resultou em 38 publicações, no entanto com a aplicação dos critérios de inclusão foram selecionados 6 artigos científicos para compor a amostra dessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Segundo Duarte et al (2013) algumas das estratégias utilizadas na promoção do aleitamento materno no puerpério são a educação em saúde, acolhimento e humanização da assistência, e o conhecimento científico instrumentalizando as estratégias, sendo responsabilidade da equipe de enfermagem oferecer às orientações necessárias em todos os momentos, do pré-natal e puerpério, principalmente efetivando essas ações. Observou-se também o uso de tecnologias duras, como vídeos, filmagens, folhetos e livretos educativos nesse processo educativo. O sucesso de uma amamentação dá-se pelo conjunto de ações da equipe de enfermagem junto com a mãe e família. (DUARTE et al., 2013). O trabalho junto com a família tem grande importância, pois é ela quem dá continuidade a esse trabalho da equipe na maternidade, levando as informações fornecidas pela equipe, sem desmerecer os saberes (GROSS et al., 2011). Ressalta-se a importância do processo de elaboração e análise clínica dos diagnósticos de enfermagem relacionados à amamentação, lembrando que estes são a base para a execução adequada das intervenções e alcance dos resultados positivos na assistência de enfermagem a nutriz e seu bebê. Os principais diagnósticos encontrados com base nos artigos pesquisados segundo o NANDA foram: amamentação ineficaz relacionada ao conhecimento insuficiente dos pais sobre a importância da amamentação, evidenciado pela perda de peso do recém-nascido; Leite

materno insuficiente relacionado a rejeição da mama evidenciado pela presença de choro persistente durante a amamentação; Deglutição prejudicada relacionado a recusa do alimento evidenciado por uma sucção ou pega ineficaz. Para esses diagnósticos as Intervenções de enfermagem foram: orientar a puérpera quanto a importância e amamentação ao lactente; orientar a puérpera a estimular a amamentação através, da frequência de mamada; orientação sobre uma pega correta, para uma sucção eficaz. E como Resultados esperados: Ganho de peso do recém-nascido e melhora do quadro nutricional; amamentação suficiente para o bebê; Melhora na deglutição e diminuição de uma pega ineficaz do lactente. A presença do enfermeiro se sobressai no desenvolver de habilidades técnicas e, principalmente, na orientação aos usuários dos serviços de saúde e à equipe de enfermagem, com relação as ações realizadas, de modo a ampliar o conhecimento, além da humanização dos cuidados prestados, com intuito de promover a qualidade da assistência (SILVA et al, 2013). A amamentação promove desafios à nutriz e o recém-nascido, como também exige capacitação dos profissionais de enfermagem para atuar no alojamento conjunto(SILVA et al., 2013). Por meio de um bom processo de educação continuada pelos profissionais dessa área, destaca-se a importância do enfermeiro estar sempre se atualizando e buscando novas práticas e também atribuindo recursos tecnológicos como incentivo para melhor entendimento dessas gestantes já que é ele quem dissemina primordialmente as ações do cuidado e promove as intervenções desde o acolhimento até o esclarecimento da importância que tem o aleitamento materno com qualidade e segurança, diminuindo assim várias complicações como a amamentação ineficaz e o desmame precoce (MARINHO; ANDRADE; ABRAÃO, 2015). **CONCLUSÃO:** Através do referencial teórico científico foi possível identificar que, o aleitamento materno não é apenas importante para a saúde do bebê mais sim, para a recuperação do puerpério, e fortalecimento de vínculo. Diante disso, vale ressaltar que o enfermeiro é o principal agente responsável pelo processo de trabalho educacional e orientações para o binômio mãe e filho, e seus familiares.

Palavras-chave: Enfermagem. Aleitamento Materno. Puerpério.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, K. R. A.; FARIAS, M. C. A. D.; MELO, W. S. N. Influência da assistência de enfermagem na prática da amamentação no puerpério imediato. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 130-138, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/15.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf>. Acesso em: 9 maio 2016.
- DIAGNÓSTICOS de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2015-2017. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- DUARTE, E. F. et al. Estratégias utilizadas por enfermeiros na promoção do aleitamento materno no puerpério imediato. **Revista Cuidarte**, v. 4, n. 1, p. 523-530, 2013. Disponível em: <<http://www.revistacuidarte.org/index.php/cuidarte/article/view/13/144>>. Acesso em 9 maio 2016.
- Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

GROSS, F. M. et al. Influência das avós na alimentação de lactentes: o que dizem suas filhas e noras. **Acta Paul Enferm.**, v.24, n.4, p.534-40, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002011000400014>. Acesso em 30 maio 2016.

HERDMAN, H, T.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2015-2017**. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SILVA, E. P. et al. Diagnóstico de enfermagem relacionada à amamentação em unidade de alojamento conjunto. **Rev Bras Enferm.**, v.66, n.2, p.190-5, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000200006>. Acesso em 30 maio 2016.

TUNGÍASE UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

AUTORES:

Adelímaria Florencio de Moraes

Karolina de Moura Manso da Rocha

Nayara Soares de Oliveira

INTRODUÇÃO: Mesmo sendo um problema de saúde pública que pode vir a desenvolver uma enfermidade severa e ocasionar sequelas, as ectoparasitoses são vistas pelos profissionais de saúde e pelos usuários como uma doença, no entanto não é dada tanta importância. A tungíase ou como é popularmente conhecido bicho de pé é uma ectoparasitose causada pela fêmea de *Tunga penetrans*, um inseto da ordem *Siphonaptera* da família *Tungidae* que ao entrar em contato com a epiderme de um hospedeiro inicia um processo infeccioso acompanhado de prurido intenso e ulcerações que são uma porta de entrada para outros agentes patogênicos como o *Clostridium tetani*. As comunidades carentes localizadas em zonas rurais são as mais atingidas devido à privação de estruturas sanitárias, e enfrentam esse problema social de forma natural e desmerecedora de maiores preocupações. O clima seco e terrenos arenosos configuram um ambiente favorável para a permanência desse parasita que pode sobreviver por meses. As infestações na região plantar dos pés são as mais comuns de serem identificadas devido à dificuldade na deambulação, porém pode espalhar-se pelo dorso, em baixo das unhas, tornozelos e em outras partes do corpo principalmente em crianças. É de suma importância que sejam observados a presença de animais que servem de reservatórios para a pulga como o gato, cachorro, ratos e até mesmo o porco, e, a preocupação é maior com os que convivem no interior das residências. O objetivo deste estudo é discutir acerca das consequências de infecções geradas pela *Tunga penetrans*, ressaltando os principais problemas decorrentes dessa patologia e as principais medidas de prevenção. Pretende também sensibilizar os profissionais da Atenção Básica sobre este problema para que possam desenvolver medidas esclarecedoras para a comunidade sobre a gravidade desta infestação, mostrando a importância de medidas de higiene corporal e no ambiente no qual convivem para erradicar a doença, como também a realização do autoexame diário para verificar a existência de pulgas penetradas. Se fazer presente acompanhando o desenvolvimento das medidas abordadas por meio de visitas para melhor observar se as intervenções realizadas estão acarretando melhorias para as pessoas acometidas pela *Tunga penetrans*.

METODOLOGIA: O presente trabalho é uma revisão de literatura, desenvolvida nas bases de dados da BIREME, tendo como descritores Unidade Básica de Saúde, Tungíase, *Ecotoparasitoses*. Foram utilizados quatro artigos relacionados a infestações causadas por *Tunga Penetrans*, buscou-se utilizar apenas os que se encontrava em português e com data de publicação inferior a dez anos. A pesquisa desenvolveu-se no período de 15 de setembro à 18 de outubro de 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Como resultados, tornou-se nítida a dificuldade na erradicação da *Tunga Penetrans* em comunidades carentes localizadas em regiões de clima quente, além da necessidade de ser tratada como uma enfermidade pelos usuários e pelos próprios profissionais que formam a Unidade Básica de Saúde, por ser a fêmea que se nutre exclusivamente de sangue de seu hospedeiro para alimentar os parasitas que está gerando, assim sabemos que somente as que estão grávidas irá causar uma infestação. Ser um profissional atuante na área faz muita diferença, principalmente em áreas onde se localizam pessoas com baixo nível de escolaridade e socioeconômico. Ser vigilante torna-se um item fundamental para o controle e a erradicação, nesse processo envolve principalmente a própria pessoa, pois o ambiente no qual está inserido é de sua responsabilidade e como um fator extremamente desfavorável para alcançar erradicar totalmente de uma área e que por ser muito pequena pode se deslocar através do vento

chegando dentro das residências, assim o perigo para crianças que tem muito contato com o solo, idosos que muitas vezes possuem a visão prejudicada por problemas ocasionados pela idade ou por doenças como a *Diabetes mellitos*. **CONCLUSÕES:** Em virtude do que foi exposto é indiscutível que haja um melhoramento na assistência nos territórios de áreas carentes de modo que mude o quadro de saúde, sendo necessário o envolvimento de todos, especialmente do reconhecimento dessa infestação como sendo uma doença que deve ser enfrentada com intervenções médicas, capazes de mudar a realidade. A participação de todos da equipe da atenção primária conseguirá se não erradicar mais pelo menos evitar o agravamento de casos e que não seja uma doença negligenciada e recorrente.

Palavras-chave: Unidade Básica de Saúde. Tungíase. *Ecotparasitose*.

REFERÊNCIAS

ARIZA, Liana et al. Tungíase: doença negligenciada causando patologia grave em uma favela de Fortaleza, Ceará. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1 p 65, jan./fev. 2007.

CARVALHO, Tatiana Ferraz et al. Conhecimento dos profissionais de saúde sobre a situação da tungíase em uma área endêmica no município de Uberlândia. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.21 n.2, p. 244, jun. 2012.

HEUKELBACH, Jorg; OLIVEIRA, Fabiola Araujo Sales; FELDMEIER, Hermann. Ectoparasitoses e saúde no Brasil: desafios para controle. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1537, set./out. 2003.

OLIVEIRA, Isabela Soares et al. Tungíase atualidades clínicas. **JBM**, v. 102, n. 6, p. 8, Nov./dez. 2014.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES ONCOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS

AUTORES:

Kaline Kelly Avelino Fernandes

Cláudia Ellen de Brito Jaques

Francisca Luciene Siqueira

Edna Maria Batista

INTRODUÇÃO: O câncer, é o nome que caracteriza uma classe de doenças que tem como característica principal o crescimento desordenado de células que tendem a invadir tecidos e órgãos vizinhos causando metástase. (SANTOS; LATTARO; ALMEIDA, 2011). O problema do câncer no Brasil ganha relevância pelo perfil epidemiológico que essa doença vem apresentando e, com isso, o tema conquista espaço nas agendas políticas e técnicas de todas as esferas de governo. Excluindo-se os casos de câncer de pele não melanoma. Os mais incidentes em homens são os cânceres de próstata, pulmão, cólon e reto, estômago e cavidade oral. Já nas mulheres, destacam-se os cânceres de mama, cólon e reto, colo do útero, pulmão e glândula tireoide (INCA, 2014). Contudo, é incontestável que, atualmente, o câncer tornou-se um problema de saúde pública, e, o controle e a prevenção precisarão ser priorizados em todos os níveis da sociedade, a fim de fortalecer as ações de enfrentamento aos diversos fatores de risco relacionados a esta doença. Diante do exposto, é de grande importância a assistência de enfermagem prestada a pacientes oncológicos que se encontram em tratamento, principalmente, para aqueles sem possibilidade de cura, isto é, cuidados paliativos. Entende-se por cuidados paliativos a assistência ofertada por uma equipe multiprofissional, que objetiva a melhoria na qualidade de vida do paciente e de seus familiares, frente a uma doença que ameaça a continuidade da vida, por meio da prevenção, alívio do sofrimento, identificação precoce, avaliação impecável, tratamento da dor e de outros sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais que acometem os pacientes nesse processo de tratamento. Portanto, é importante que esses cuidados da enfermagem sejam compartilhados com todos os familiares do paciente, para que ele não se sinta abandonado ou maltratado. Devido a importância da atuação da enfermagem nos cuidados paliativos, questiona-se: Quais são os cuidados de enfermagem prestados aos pacientes terminais em cuidados paliativos? A importância deste estudo está em descrever os cuidados realizados pela equipe de enfermagem aos pacientes terminais em cuidados paliativos destacando a importância do cuidar com qualidade, já que, a enfermagem está diretamente ligada a esses pacientes a fim de proporcionar-lhes apoio, afeto, atenção e tranquilidade nos momentos que caminham para a terminalidade da vida. Assim, este estudo objetiva: descrever a assistência de enfermagem aos pacientes oncológicos terminais sob os cuidados paliativos. **METODOLOGIA:** Revisão integrativa de literatura por meio de artigos científicos obtidos através de um levantamento nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), por meio da conexão com a página da internet Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para realizar as buscas nas referidas bases de dados, utilizou-se o cruzamento das palavras-chave: cuidados paliativos, enfermagem oncológica e assistência de enfermagem. O cruzamento foi realizado da seguinte forma: cuidados paliativos e enfermagem oncológica, cuidados paliativos e assistência de enfermagem. Assim, foram selecionados artigos que abordassem a temática da pesquisa, obedecendo os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos cinco anos (2011 a 2015), textos completos e com idioma em português. Foram excluídos, teses, mestrados e artigos com restrições para visualização completa. Desta forma, foram localizados 122 (cento e vinte dois) artigos científicos, contudo, somente 14 (quatorze) foram

selecionados seguindo os critérios de inclusão estabelecidos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Silva et al (2013) inferem em seus estudos que os cuidados paliativos de enfermagem realiza inúmeros papéis que priorizam o alívio da dor, conforto, bem-estar físico, emocional e espiritual do paciente e de seus familiares, tendo em vista que a família adoece junto com o paciente, e por isso a importância de fortalecer o elo entre paciente-enfermagem-familiar e/ou cuidador. Fonseca e Rebelo (2011) ressaltam que os cuidados de enfermagem também devem se abranger aos familiares/cuidador da pessoa em fase terminal, pois o mesmo necessita de um suporte maior que os ajudem a desenvolver seu papel como cuidador. Dentre estes cuidados, destacam-se: comunicação efetiva, envolvimento da família nos cuidados de forma continuada, preparação da família para a morte, apoio emocional e suporte para o luto. Ainda sobre o exposto, Nunes e Rodrigues (2012) apontam a importância de se dirigir uma atenção maior à família, ofertando cuidado, apoio e orientações para seu fortalecimento no cuidado de seus familiares doentes, respeitando suas fragilidades em decorrência do sofrimento de seu familiar, o que dificulta a inclusão dele no processo de cuidar. Cada família e paciente devem ser vistos como únicos e terem suas necessidades atendidas da forma mais adequada possível. Sendo assim, as ações de enfermagem auxiliam a família a descobrir soluções para os problemas de seu familiar, desvelando modos de cuidar possíveis que contribuam para o bem-estar tanto da pessoa doente como também de seus familiares. Estão de acordo com esta ideia Sales et al (2012). Outro ponto importante na participação dos familiares descrito pelos autores em referência, é que a família além de auxiliar na realização do cuidado propriamente dito, como higienização, mudança de decúbito, massagens terapêuticas e outras medidas que ajudem o paciente a sentir-se mais confortável sem o uso das várias tecnologias atuais, eles também fazem o uso de ferramentas como a mente o coração e o toque, oferecendo assim o conforto emocional e psicológico ao seu ente querido no período de hospitalização, estão de acordo Almeida, Sales e Marcon (2014). Para o planejamento das ações assistenciais de enfermagem voltadas para os CP, Cruzeiro et al (2012), apontam a importância das visitas diárias a cada paciente com o objetivo de conhecer, avaliar e propor medidas assistências específicas para cada caso visando diminuir o desconforto vivenciado em decorrência do estágio avançado da doença e juntos encontrar medidas que satisfaçam e confortem o paciente e seu familiar. Além do atendimento às necessidades biopsicossociais e espirituais do paciente Santos, Lattaro e Almeida (2011), afirmam ser necessário estabelecer uma comunicação eficaz e verdadeira entre a equipe de enfermagem e o paciente e seus familiares, sobretudo no que diz respeito à veracidade das informações a respeito do tratamento, medidas terapêuticas e avanço da doença, mostrando a valorização que o familiar dá à equipe de enfermagem por ouvir suas angústias e aflições geradas durante a situação luto antecipado que vivenciam. Sobre esta questão Mendes et al (2014) consideram a comunicação como um elemento fundamental na relação humana e um componente primordial do cuidado. Os autores em referência avaliam que o emprego adequado de técnicas e estratégias de comunicação interpessoal pelos profissionais da saúde é a medida terapêutica comprovadamente eficaz, permitindo ao paciente compartilhar medos, dúvidas e sofrimento, contribuindo para a diminuição do estresse psicológico e garantindo a manifestação de sua autonomia. **CONCLUSÃO:** faz-se necessário que o enfermeiro e sua equipe estejam capacitados profissionalmente no que se refere ao conhecimento científico e habilidades, sem esquecer que a comunicação interpessoal e o relacionamento humano são de grande importância, pois, representam a essência do cuidado que sustenta a fé e a esperança nos momentos difíceis a serem enfrentados.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos. Enfermagem Oncológica. Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Simone Leite de; SALES, Catarina Aparecida; MARCON, Sônia Silva. O existir da enfermagem cuidando na terminalidade da vida: um estudo fenomenológico. **Rev. Esc. Enferm.**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 34-40, 2014.

CRUZEIRO, Natália Fernandes et al. Compreendendo a experiência do cuidador de um familiar com câncer fora de possibilidade de cura. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 14, n. 4, p.913-921, 2012.

FONSECA, João Vicente César; RABELO, Teresa. Necessidades de cuidados de enfermagem do cuidador da pessoa sob cuidados paliativos. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 64, n. 1, p. 180-184, 2011.

ESQUIZOFRENIA: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

AUTORES:

Alane Ferreira de Souza

Luzia Kelly Nascimento

Sheila Mascena Silva Carvalho

Darkson José de Lima

Maria Clegilda de Lima Freitas

INTRODUÇÃO: Os transtornos esquizofrênicos afetam 6% da população mundial. Segundo dados colhidos no Data Sus (2016) o número de internações por esquizofrenia no Rio Grande do Norte de janeiro de 2010 a dezembro de 2015 totalizou 10.632. As cidades com os maiores números de casos foram Natal e Mossoró com 5.432 e 5.072, respectivamente. No Brasil, o tratamento é oferecido gratuitamente pelo governo através do Sistema único de saúde (SUS). No ano de 2002, por meio da Portaria n.º 336/GM, foi inserida os Centros de atenção Psicossocial (CAPS) que são instituições destinadas a acolher pacientes com transtornos mentais de acordo com cada especificidade, esses CAPS atuam juntamente com a equipe multidisciplinar no tratamento desses pacientes objetivando a sua inserção na sociedade e no meio familiar, buscando restaurar a sua autonomia e qualidade de vida (BRASIL, 2013). Nessa assistência, existe papel desempenhado pelo enfermeiro que deve estar preparado para atender pacientes com o possível diagnóstico, reconhecer intercorrências que a doença possa trazer e orientar quanto a importância do tratamento contínuo, além de gerenciar ações de assistência ao cuidado tanto para o paciente como também orientar seus familiares. Nesse contexto, surgiu o interesse em estudar sobre a temática, surgindo a seguinte questão de pesquisa: qual a assistência de enfermagem a pacientes com esquizofrenia? Sendo assim, o objetivo desse estudo foi descrever a assistência de enfermagem a pacientes com esquizofrenia.

METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência da vivência da elaboração de um plano assistencial de enfermagem voltado aos pacientes com esquizofrenia, realizado pelos acadêmicos de enfermagem por exigência da disciplina de Atividade Interativa Multidisciplinar (AIM) VII, no período de 02/05/16 a 18/06/16. Foi desenvolvido um caso fictício para o levantamento dos diagnósticos, intervenções e resultados esperados. Para a realização das discussões dessa pesquisa, realizou-se uma busca nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Foram utilizados os descritores: “esquizofrenia; cuidados de enfermagem” e “transtornos mentais”. Como critérios de inclusão: artigos disponíveis em português, em resumo completo, dos últimos 10 anos e que abordassem a temática em questão. Foram excluídos artigos em inglês, que estivessem disponíveis somente o resumo e que não abordassem o objeto do estudo da pesquisa. Foram encontrados 5 artigos, sendo feita leitura crítica, e extraída as informações que respondessem à questão de pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A esquizofrenia é uma doença mental crônica onde os pensamentos são distorcidos, possuindo alucinações e diminuição de emoções. Ela foi descrita pela primeira vez por psiquiatra alemão Emil Kraepelin, e, era chamada por psicose maníaca depressiva. Após alguns estudos, o cientista Eugen Bleuler constatou que essa doença nem sempre enlouquece os pacientes e por isso passou a se chamar de esquizofrenia que significa “mente dividida”. (SPERLING, 2003). As características da doença podem ser desenvolvidas lenta ou rapidamente, seus sinais e sintomas são comportamento hiperativo, desatenção, dificuldade de memória e aprendizado, delírios, alucinações e comportamentos desorganizados. (ATKINSON et al., 2002; SILVA, 2006). O tratamento pode se com terapia medicamentosa com os antipsicóticos e o tratamento não farmacológico que constituem em psicoterapia e terapia cognitiva onde deverá também haver o envolvimento familiar (PORTO;

VIANA, 2010). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Caso Fictício desenvolvido: E.S.S. sexo feminino, 38 anos, segundo grau incompleto, separada há aproximadamente seis meses, com dois filhos. Foi admitida no CAPS em surto esquizofrênico. Ela apresentava discurso desorganizado, e relata que está sendo internada por engano, logo após muda o seu discurso e passa a dizer que é funcionária do local. Durante a entrevista com o médico, apresentou está desorientada em tempo e espaço. A mãe relata que ela faz uso de psicótico, e que depois de separação parou de tomá-los ocorrendo crises mais severas, o que ocasionou um retrocesso em tratamento. Descreve ainda que desde sua infância já apresentava agressividade e alucinações sendo posteriormente diagnosticada com esquizofrenia. E.S.S relata que esta sentindo cansaço físico, ansiosa, tensa, sofrendo de insônia durante a noite, tristeza profunda, relata ainda que abandonou o emprego e passou a se isolar dos amigos e familiares. Diante do caso, podemos destacar os principais diagnósticos de enfermagem: Alteração do estado mental relacionado ao surto evidenciado pela confusão mental; Fadiga relacionado ao gasto excessivo de energia corporal, evidenciado pelo relato de cansaço; Isolamento social relacionado ao surto e evidenciado pelas auto- exclusão. Diante das necessidades listadas, foi possível elaborar as seguintes intervenções de enfermagem: Acalmar a paciente, encorajá-la a retomar o seu tratamento medicamentoso expondo os seus benefícios; Controle da energia corporal, Controle da nutrição ensino: Atividades/ exercícios prescritos, melhora do sono promoção da mecânica corporal; Buscar meios para inseri-lo no seu meio familiar e social. Diante das intervenções, os resultados esperados foram: que houvesse controle do surto; uma diminuição do estado de cansaço corporal e que haja a reinserção no meio familiar e social. Sentimos com o desenvolvimento dessa atividade na disciplina que é de extrema importância uma assistência de enfermagem que objetiva o bem estar físico, mental e social do paciente com transtorno mental dentro de sua realidade, uma vez que os pacientes esquizofrênicos vivem em mundo onde habita apenas o que a ele lhe é cabível, e nós, enfermeiros, com todo nosso conhecimento a cerca do distúrbio, participemos desse mundo sem causar danos a vivência do paciente e assim podermos traçar um plano de cuidados de forma a promover a continuidade do tratamento e sua reabilitação social. **CONCLUSÕES:** O desenvolvimento do plano assistencial durante trabalho exigido pela disciplina de AIM 7, nos chamou a atenção para o papel do enfermeiro no processo de planejamento do cuidado do paciente e sua família uma vez que podem lidar lado a lado com esses com o objetivo de ajudar estabilizar sua saúde mental. Com a implantação de uma assistência de enfermagem qualificada e humanizada a estes pacientes enfatizando a sua autonomia e reinserção do paciente na comunidade, assim como também no seio familiar percebemos que pode ser criado um vínculo de segurança e confiança entre o paciente e o enfermeiro, o que possibilitará o sucesso no tratamento e reabilitação desse usuário.

Palavras- chave: Esquizofrenia. Cuidados de Enfermagem. Transtornos Mentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. **Caderno de atenção básica, Saúde mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. _____. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002.** Que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Ministerio da Saúde, 2002.

_____. _____. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. _____. DATASUS Disponível em:
<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em 22 maio 2016.

PEREIRA, Àlaba Cristina et al. Revisão teórica da esquizofrenia e implicações causadas pela doença na vida dos portadores e familiares. **Conape**, Paraná, v.1, p1-4, 2014.

SILVA, Regina Claudia Barbosa da. Esquizofrenia: uma revisão. **Psicol. USP**, São Paulo, v.17, n.4, p.263-285, 2006.

SPERLING, Abraham P.; MAYNE; MARTIN, Kenneth. **Introdução á psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

TOLEDO, Vanessa Pellegrino et al. Compreendendo a equipe de enfermagem na assistência ao paciente esquizofrênico. **REVRENE**, São Paulo, v. 14. n.3, 2013.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA BALNEOTERAPIA AO PACIENTE GRANDE QUEIMADO

AUTORES:

Alice Maria Silva Freitas

Manuele Tamires da Silva

Clécia Cristina da Silva Rocha

Andressa Mônica Gomes Fernandes

INTRODUÇÃO: O comprometimento da integridade da pele com queimaduras leva a perceptível perda da função de todos os sistemas do corpo, visto que as defesas do organismo ficam limitadas, dessa forma favorece a infecção. Segundo a Sociedade Brasileira de Queimaduras, no Brasil acontece um milhão de casos de acidentes com queimaduras, a cada ano. Elas estão entre as principais causas externas de morte registradas no Brasil, perdendo apenas para outras causas violentas que incluem, acidentes de transporte e homicídios. A maioria dos acidentes envolvendo queimaduras acontece em domicílio, atingindo na maioria, adolescentes e crianças, sendo adolescentes com líquidos combustíveis, e as crianças com líquidos superaquecidos. A relação da queimadura com a dor, personifica uma ótica de que a perspectiva de quem sente, ultrapassa experiências subjetivas, e cada pessoa sente com intensidade ou estímulos diferentes. O controle da dor e o alívio do sofrimento são responsabilidade e compromisso do profissional da área de saúde, tendo em vista que a dor é o 5º sinal vital, e a enfermagem realiza a avaliação da dor e o registro sistemático e periódico de sua intensidade, sendo fundamental para que se acompanhe a evolução dos pacientes e se realize os ajustes necessários ao tratamento. Para pacientes com queimaduras extensas, vários tipos de banho e equipamentos têm sido utilizados para limpeza das lesões, sendo realizados em um ambiente apropriado para a realização, sendo a sala de balneoterapia. O alcance de uma boa evolução para o paciente grande queimado se dá através, entre outros procedimentos, a limpeza e a realização de curativos, a procedência da técnica e atividade de proporcionar higiene a um paciente com limitações de movimentos. O objetivo do estudo é descrever a assistência de enfermagem na balneoterapia delegada ao paciente grande queimado.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. A busca ocorreu nas bases de dados, Scientific Electronic Library (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em ciências da saúde (LILACS), no período de Julho a Outubro de 2016. Para seleção dos estudos, foram selecionados 10 artigos e adotados os critérios de inclusão, os artigos no formato texto completos em língua portuguesa, no período de 2006 a 2013, disponíveis eletronicamente. Como critérios de exclusão, as dissertações, teses e trabalhos que não apresentassem resumos na íntegra nas bases de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O processo do cuidar das feridas dos pacientes grande queimados desenvolve por meio de desafios. O uso de analgesia e sedação são devidamente necessárias, pois trata-se de lesões que são consideradas como aquelas que constituem o maior grau de estimulação dolorosa. Os pacientes são assistidos por uma equipe multiprofissional, envolvendo os profissionais de enfermagem, fisioterapia, médicos, psicólogos, nutricionista. A partir da prescrição médica será realizado o tratamento de acordo com o tipo e agente da lesão. Os procedimentos realizados na sala de balneoterapia, cuja forma de tratamento se dá por meio de banhos, com intuito de promover a higiene com aplicações de água corrente, ou desbridamento mecânico do tecido desvitalizado, preveni possíveis infecções, melhora das condições da circulação sanguínea, além da prevenção de sequelas na retração cicatricial, através da ação de exercícios promovidos pelo paciente e com auxílio da equipe multiprofissional. A balneoterapia deve seguir os princípios

microbiológicos de antissepsia, a fim de diminuir a potenciabilidade de contaminação da ferida do queimado. Deve-se controlar a dor com o uso de anestésicos apropriados, em seguida a remoção das roupas e ou curativos para melhor visualização das áreas atingidas, realizar anamnese completa, a monitoração de sinais vitais, exame neurológico, verificar as vias aéreas e se necessário, oxigenoterapia, providenciar acesso venoso, realizar se necessário a sondagem vesical de demora para controlar débito urinário, e fazer reposição de fluidos. Realizando a troca de curativos e remoção de tecido desvitalizado, lavado com água corrente na temperatura do corpo, secado com compressas estéreis, recoberto de pomada cicatrizante e coberto de ataduras, para posteriormente voltar ao seu leito, ainda sob sedação. Os pacientes vítimas de queimaduras precisam de uma higiene revestida de caráter profilático porque proporciona medidas que garantem a limpeza do corpo, além de promover bem-estar físico e saúde mental íntegra, protegendo dessa forma, contra possíveis doenças e riscos para infecções, a manutenção da saúde do paciente e a proteção contra a existência dos mais diversos agentes externos, proporcionando concomitantemente os mecanismos que mantém a homeostasia. **CONCLUSÃO:** A equipe de enfermagem deve ser treinada e qualificada para poder atingir os seus objetivos fundamentais no tratamento ao grande queimado na sala de balneoterapia, pois os pacientes grandes queimados necessitam de cuidados especiais, principalmente no que se relaciona no controle de infecções cruzadas e efeitos secundários. O grande queimado requisita do profissional enfermeiro uma atuação compreensiva, satisfatória, e abrangente com segurança e proteção no aspecto multifatorial, uma assistência holística do enfermeiro.

Palavras-chave: Balneoterapia. Assistência de Enfermagem. Queimaduras.

REFERÊNCIAS

ANGST, MS; CLARK, JD. Opioid- induced hyperalgesia: a qualitative systematic review. *Anesthesiology*, n.104, p. 570-584, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretários de políticas de saúde**. Brasília: Ministerio da Saúde, 2009.

_____. _____. **Morbidade por queimaduras**. Brasília, 2006.

BORGES, SF. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**: tratamento fisioterápico em pacientes queimados. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2010.

COSTA, AP et al. A importância da liga acadêmica de queimaduras. **Rev. Bras. Queimaduras**, v.8, n.3, p.101-105, 2009.

LEÃO, CEG. Queimaduras. In: SAVASSE- ROCHA, PR et al. **Cirurgia de ambulatório**. Rio de Janeiro: Madbook, 2013. p. 137-148.

LIMA, EM; SERR, MCVF. **Tratando de queimaduras no paciente agudo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008.

MARTINS, C.B.G; ANDRADE, S.M; Queimaduras em crianças e adolescentes: Análise da morbidade hospitalar e mortalidade. **Acta Paul Enferm.**, v.20, n.4, p.464-9, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA PLÁSTICA. **Projeto diretrizes: queimaduras: tratamento da lesão.** S.l., 2008.

WASIAK, J, et al. Dressings for superficial and partiali thickness burns. **Cochrane Database Syst Rev.**, S.l., 2013.

UM ENFOQUE LÚDICO NO CONHECIMENTO DA ADRENOLEUCODISTROFIA

AUTORES:

Maria de Fatima Moura Silva
Cícero Luciano da Silva
Joyce Katiane Pedrosa da Silva Gomes
Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele
Isabel Cristina Araújo Brandão
Daniele Bezerra dos Santos

INTRODUÇÃO: A Adrenoleucodistrofia (ALD) se refere a uma variedade de distúrbios ligados ao cromossomo X, de caracteres hereditários diferentes que acometem o sistema nervoso e as glândulas adrenais (PETERS et al., 2004; SANTOS, 2014). ALD acomete cerca de um a cada 20 mil homens, sendo rara e com sintomas mais brandos em mulheres heterozigotas para a característica (MOSER et al., 2007), Embora seja uma doença grave, pouco se conhece a respeito dela, bem como, de doenças metabólicas, seja por parte da população como um todo, ou mesmo se tratando de discentes da área de saúde. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi informar a respeito das principais características relativas à Adrenoleucodistrofia a partir de uma perspectiva lúdica, tendo como público-alvo discentes enfermeirandos. A utilização da estratégia lúdica é considerado um instrumento facilitador de aprendizagem, pois por meio de atividades lúdicas e prazerosas é percebido um envolvimento maior dos participantes com o tema a ser estudado. **METODOLOGIA** A realização do presente trabalho partiu inicialmente de uma pesquisa bibliográfica (artigos científicos), somada posteriormente a construção e aplicação de um jogo de tabuleiro, seguido da aplicação de um questionário. Foi realizado um estudo de cunho qualitativo e quantitativo para atingir o objetivo proposto. A busca e seleção dos artigos foi realizada a partir do banco de dados indexado *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, usando como critérios de inclusão: data (1999 á 2016) e idiomas (português e inglês). Foram encontrados dezesseis artigos relacionados ao tema e selecionados três que foram utilizados na pesquisa, visto que estiveram de acordo com o objeto de estudo. Utilizamos ainda como fonte de pesquisa, o enredo da obra cinematográfica (O OLÉO DE LORENZO) que retratou a partir de um fato real, a sistemática da patologia, ilustrando de forma contextualizada os processos evolutivos da doença (MILLER et al., 1992). Assim sendo, obedecendo à orientação didática do trabalho, na perspectiva lúdica o jogo elaborado objetivou abordar os principais pontos conceituais da doença. A atividade, bem como, o questionário, foram aplicados em sala de aula na presença de trinta e quatro (64) discentes do 2o Eixo do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Facex (Unifacex). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Indivíduos com Adrenoleucodistrofia (ALD) ficam impossibilitados de realizarem suas funções devido ao acúmulo de ácidos graxos de cadeia muito longa (AGCML) no interior das células e em diferentes tecidos. Isso ocorre devido à alterações nos peroxissomos que são organelas celulares responsáveis pelo metabolismo desses ácidos graxos (AGCML) (SANTOS, 2014). Esses ácidos se depositam em vários órgãos, porém acometem principalmente o sistema nervoso central e as glândulas adrenais causando lesões no cérebro e nos tecidos destas glândulas. O acúmulo de ácidos graxos está diretamente associado com a desmielinização cerebral e a insuficiência adrenal (TAKANO, 1999). A desmielinização compromete a transmissão dos impulsos nervosos, afetando diretamente o mecanismo de comunicação com os neurônios (PETER, 2005). Esta enfermidade atinge quase que somente indivíduos do sexo masculino onde a probabilidade de ocorrência da doença é de 1: 20.000 pessoas do sexo masculino. Porém, podem ocorrer casos em que a mulher seja portadora da doença sem apresentar toda a sintomatologia (MOSER et al., 2007). Os sintomas mais comuns são

deterioração neurológica, retardo mental, degeneração da retina, anomalias faciais, musculatura fraca, problemas de percepção, perda de memória, da audição, da fala, demência severa, problemas de locomoção, disfunção adrenal, incontinência urinária (SANTOS, 2014). A abordagem acadêmica de doenças genéticas raras como a ADL de forma tradicional (relacionando sintomas, fatores responsáveis, formas de tratamento, entre outros) são por vezes enfadonha para os discentes e docentes. Entretanto, pensando pelo viés da ludicidade (metodologia ativa), é possível melhorar a compreensão dos conteúdos a partir das estratégias empregadas, visto que, a utilização do jogo com função educativa permite não somente a aprendizagem do indivíduo, mas também seu amplo saber e sua forma de olhar o mundo de forma crítica (SANTOS, 1997). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Conforme Rolak (1995), a Adrenoleucodistrofia caracteriza-se por um distúrbio recessivo ligado ao cromossomo X, devido à ausência da proteína ALDP. A manifestação ocorre devido a mutações monogênicas no gene ABCD1, que se localiza no cromossomo X. Segundo Moser (1995), os sintomas da estão divididos em três fases e diferentes formas de tratamento para cada uma, sendo estas: Fase Neonatal (primeiros meses de vida), onde o tratamento mais eficaz é o transplante de medula óssea; Fase Infantil (04 á 10 anos), como forma de tratamento é sugerido a inserção de dieta com baixa concentração de ácido graxo saturado; e a Fase Adulta (final da adolescência podendo chegar até a vida adulta), onde a doença é denominada Adrenomielopatia (AMN), nesta fase o indivíduo afetado é do sexo masculino, o tratamento é à base de corticóides, porém, estes funcionam apenas em curto prazo, pois o organismo pode desenvolver uma resistência a essas substâncias e interromper o seu efeito. A partir dessas informações e de conhecimento prévio de discentes do Curso de Enfermagem do UNIFACEX. A aplicação de estratégia lúdica permitiu uma apresentação do tema ADL para o público discente. Durante a apresentação foi distribuído um questionário para cada discente, visando avaliar seu conhecimento prévio sobre ALD. A partir das informações coletadas foram obtidos os seguintes dados: dos 34 alunos questionados, 91% afirmaram não ter conhecimento sobre a doença ALD. Evidenciando a carência de informação por parte dos acadêmicos que posteriormente serão profissionais da área de saúde. Também é relevante afirmar que 100% dos que responderam ao questionário afirmaram que a partir do jogo foi possível reconhecer e compreender melhor os sinais e sintomas da Adrenoleucodistrofia. Estudos têm mostrado que a utilização de estratégias lúdicas na formação dos discentes da área de saúde tem apresentado resultado positivo para a concepção desse profissional, facilitando sua relação com pacientes que apresentam doenças raras (genéticas ou não), adicionalmente, tem auxiliado a interação desses profissionais com outros agentes da equipe multifuncional de saúde (NUNES, 2008; CROSCATO, 2010). **CONCLUSÃO:** Considerando Adrenoleucodistrofia como uma doença de baixa incidência, a aplicação na perspectiva lúdica no trabalho em questão, foram de extrema relevância para o saber acadêmico, visto que antes da realização do estudo, a maioria dos participantes desconhecia os mecanismos desencadeadores da doença. Ante o exposto, é possível inferir que a pesquisa contribuiu de forma significativa para o conhecimento e divulgação sobre o tema, permitindo assim uma melhor aplicabilidade no possível trato com um paciente portador da Adrenoleucodistrofia, bem como, de outras doenças raras ou não.

Palavras-chave: Adrenoleucodistrofia. Ludicidade. Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

COSCRATO, G.; PINA, J. C.; MELLO, D. F. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. *Acta Paul Enferm*, São Paulo, v.23, n.2, p.257-263, 2010.

DOHME, Vânia. **O valor educacional dos jogos**. São Paulo: Informal, 2002. (Jogando).

ERICHSEN, M. M. et al. Clinical, immunological, and genetic features of autoimmune primary adrenal insufficiency: observations from a Norwegian registry. **J Clin Endocrinol Metab.**, v.94, p.4882–4890, 2009.

JORGE, Paula Maria Vieira. **Adrenoleucodistrofia Ligada ao Cromossoma X**: estudos bioquímicos e moleculares. 2000. 153 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Biomédicas, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto - Portugal, 2000. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/9951/7/3660_TD_01_P.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

LOURENÇO, Charles Marques; SIMÃO, Gustavo Novelino; SANTOS, Antonio Carlos. X-linked adrenoleukodystrophy in heterozygous female patients: women are not just carriers. **Arq Neuropsiquiatr.**, v.70, n.7, p.487-491, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v70n7/03.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

MILLER, G. **O óleo de Lorenzo**. S.l.: Universal Pictures Internacional, 1992.

MOSER, H. W.; MAHMOOD, A.; RAYMOND, G.V. X-linked adrenoleukodystrophy. **Nat Clin Pract Neurol.**, v.3, n.3, p.140-151, 2007.

NEARY, N.; NIEMAN, L. Adrenal Insufficiency- etiology, diagnosis and treatment. **Curr Opin Endocrinol Diabetes Obes**, v.17, n.3, p. 217–223, 2010.

NUNES, Ana R. S. C. A. **O lúdico na aquisição da segunda língua**. Disponível em: <http://www.linguaestrageira.pro.br/artigos_papers/ludico_linguas.htm>. Acesso em 26 ago. 2008.

PETERS, C. et al. Cerebral X-linked adrenoleukodystrophy: the international hematopoietic cell transplantation experience from 1982 to 1999. **Blood**, v. 104, p. 881–8, 2004.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A ludicidade na educação**: uma atitude pedagógica. 20. ed. Curitiba: Ibplex, 2007.

ROLAK, L.A. **Segredos em neurologia**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SANTOS, A. C. Adrenoleucodistrofia ligada ao X: diagnóstico e quantificação da progressão. **Radiol Bras.**, v.47, n.6, p.7-8, 2014.

SANTOS, S. M. P. **O Lúdico na formação do educador**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAKANO, H. et al. Mutational analysis and genotype-phenotype correlation of 29 unrelated Japanese patients with X-linked adrenoleukodystrophy. **Arch Neurol.**, v.56, p. 295–300. 1999.

CONSUMO EXCESSIVO DE ÁLCOOL: ABORDAGEM GENÉTICA E TRATAMENTO

AUTORES:

Mayara Franca de Lima
Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele
Welton Junior Tavares
Juliana da Silva Mauricio
Kaline Gomes da Silva
Deysiane Gomes do Nascimento

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014), o consumo de álcool é um dos grandes problemas de Saúde Pública na atualidade, ocupando a terceira posição entre os principais fatores de risco à saúde. Estima-se que a cada ano cerca de 3,3 milhões de pessoas no mundo cheguem a óbito devido ao uso excessivo do álcool. De acordo com Lima (2009), o alcoolismo é uma doença multifatorial crônica, dessa forma, é influenciada por fatores genéticos, psicossociais e ambientais que condicionam o seu desenvolvimento e manifestações. Embora as discussões a respeito do prejuízo causado por essa droga lícita não sejam uma novidade, informações a respeito de novas formas de tratamentos e interações moleculares são extremamente importantes. Diante do exposto, o presente trabalho objetiva discorrer a respeito do tema alcoolismo, seus sintomas, sua relação com a herança genética (genes envolvidos) e prováveis formas de tratamento, a partir de pesquisa bibliográfica. **METODOLOGIA:** A pesquisa básica realizada nesse trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos, pode ser classificada como exploratória com aspecto de pesquisa bibliográfica do ponto de vista técnico (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013). Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados livros e realizadas buscas nas seguintes bases eletrônicas de dados: *SCIELO*, *BVS*, *LILACS* e *MEDLINE*. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos publicados entre os anos de 2002 e 2016, os descritores utilizados foram: alcoolismo, socioeconômico e genética. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados em português e inglês; e que apresentavam coerência com a problemática do alcoolismo, resultando em 15 artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Pesquisas apontam o alcoolismo como uma doença crônica, com aspectos comportamentais, sociais e econômicos, que tem como característica o consumo compulsivo de álcool, ou seja, o usuário apresenta um desejo incontrolável de ingerir a droga. Progressivamente essa ingestão resulta em uma tolerância à intoxicação produzida pelo álcool, elevando a necessidade de consumo, e consequente desenvolvimento da dependência física, dessa forma, a ausência da droga leva a sinais e sintomas de abstinência como ansiedade, tremores, suor e náuseas (ARAÚJO et al., 2002; ROZIN; ZAGONEL, 2012). O indivíduo sob efeito e consumo prolongado do álcool apresenta comportamento anti-social em situações de crise de abstinência (DIEHL et al., 2011). O uso excessivo do álcool pode ainda comprometer seriamente o bom funcionamento do organismo, desencadeando outros tipos de doenças orgânicas e psíquicas, como por exemplo, síndrome demencial alcoólica; hepatite alcoólica; arritmias cardíacas; desnutrição; síndrome alcoólica fetal (GROTHUES et al., 2005; HAES et al., 2010; SCHLINDWEIN-ZANINI et al., 2014). Parte do álcool ingerido pelo indivíduo é metabolizado no fígado pela ação de um conjunto de enzimas denominadas álcool desidrogenase (ADH) que converte o álcool em acetaldeído. Há pelo menos 6 genes (selvagens e mutantes) correspondentes à produção das ADHs. Há evidência de outras enzimas atuantes no metabolismo do álcool, como as enzimas aldeído desidrogenase (ALDH), estas convertem o acetaldeído em acetado e possui duas variantes, ALDH1 e ALDH2. Quando ALDH apresenta alguma deficiência e não

atua na conversão, ela passa a atuar como fator “anti-alcoolismo”, já que o acetaldeído não metabolizado atua como substância tóxica provocando tontura, náuseas, dor de cabeça, o que contribui para o ato de não beber, inclusive a sua inibição é utilizada em alguns tratamentos (BAU, 2002; REBELLO; CARVALLHO, 2008). De acordo com Oliveira et al. (2007), fatores sociais e comportamentais influenciam diretamente no ato de beber, indivíduos em um ambiente familiar e social em que o consumo da bebida é corriqueiro, pode apresentar uma chance maior, tanto de consumir, quanto de desenvolver a doença, se comparado à indivíduos que não compartilham desse mesmo ambiente. Não é de hoje que se questiona a respeito da influência hereditária (genética) do alcoolismo, entretanto, atualmente, com o advento de técnicas e avanços na área de Genética Molecular e Básica, essa informação vem sendo melhor discutida (BAU, 2002; MESSAS e FILHO, 2004). Um indivíduo pode carregar consigo fatores genéticos que predisõem uma determinada doença, podendo ou não desenvolver a mesma, além dos genes responsáveis pela produção das enzimas ADH e ALDH citados anteriormente, recentemente foi descoberto que o gene *autS2* está associado ao consumo de álcool como regulador, os dados mostram que este gene permanece mais ativo na áreas do cérebro ligado a mecanismos neurofisiológicos de recompensa. Há duas formas variantes (alelos) para este gene, sendo um deles 3 vezes mais comum, nos indivíduos que apresentam a variante menos comum tendem a beber menos (SCHUMANN et al., 2011.). Diante de toda a problemática orgânica, comportamental e social causada pelo consumo excessivo do álcool, as formas de tratamento são ainda restritas e algumas vezes ineficientes, devido a dois principais fatores, técnicas tradicionais que empregam tratamentos medicamentoso paliativo (com ou sem internação) e falta de acesso ao tratamentos mais adequados (por falta de recurso ou conhecimento) (BAU, 2002; DIEHL et al., 2011). Com a reforma psiquiátrica brasileira emergente desde a década de 70, houve mudança nas propostas e políticas públicas de saúde no Brasil, onde a participação familiar foi destacada como ponto chave para atingir o sucesso no tratamento desses pacientes (ALVES et al., 2004; WAGNER, 2005; BATISTA et al., 2008) Independente da forma de tratamento, sabe-se que o "primeiro passo" para que a mudança aconteça é que o próprio paciente reconheça ser um dependente químico e que necessita de ajuda. Diante disso, o usuário ou alguém próximo deve procurar um profissional da saúde, para orientação e deliberação do tratamento necessário, deixando claro a necessidade de acompanhamento multiprofissional (OLIVEIRA et al., 2007). Toda mudança em favor da reabilitação do paciente comumente apresenta dificuldades, entretanto, é necessário trabalhar em conjunto, em equipe, incluindo o paciente, familiares e profissionais da saúde. **CONCLUSÃO:** Foi possível observar que é de extrema importância conhecer o funcionamento dos genes em relação à características humanas (patológicas ou não). Bem como, as interações e as influencias ambientais sofridas por esses genes, permitindo, dessa forma, a busca por tratamentos mais eficazes contra doenças como o alcoolismo, como também a possível prevenção a partir de uma predisposição. Pareceu evidente, que um dos maiores obstáculos encontrados para a conscientização do uso moderado do álcool é o grande incentivo ao consumo em todos os ambientes sociais. Espera-se que, associado aos avanços tecnológicos, os avanços em saúde e conscientização coletiva sejam concomitantes.

Palavras-chave: Alcoolismo. Gene. Tratamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, H.; KESSLERB, F.; RATTO, L. R. C. Comorbidade: uso de álcool e outros transtornos psiquiátricos. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 26, Supl 1, p. 51-53. 2004.

- ARAÚJO, R. B. et al. História familiar de alcoolismo em dependentes químicos. **Rev. psiquiatr.**, Rio Grande do Sul, v.24, n.3, p.281-286, 2002.
- BATISTA, A. P.; BALLÃO, C. M.; PIETROBON, S. R. G. Programa de prevenção ao uso de drogas no contexto escolar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 2008.
- BAU, C. H. D. Estado atual e perspectivas da genética e epidemiologia do alcoolismo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.7, n.1, p. 183-190, 2002.
- DIEHL, A; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed; 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GROTHUES J. et.al. Intention to change drinking behaviour in general practice patients with problematic drinking and comorbid depression or anxiety. **Alcohol and Alcoholism.**, v.40, n.5, p.394-400, 2005.
- HAES, T. M. et.al. Álcool e sistema nervoso central. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 43, n. 2, p. 153-163, 2010.
- LIMA, J. M. B. **Alcoologia: o alcoolismo na perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro: Medbook, 2009..
- MESSAS, G. P.; V. FILHO, H. P. O papel da genética na dependência do álcool. **Revista Brasileira Psiquiátrica**, São Paulo, v.26, p.54-58, 2004.
- OLIVEIRA, M. S.; WERLANG, B. S. G.; WAGNER, M. F. Relação entre o consumo de álcool e hábitos paternos de ingestão alcoólica. **Boletim de Psicologia**, v. 57, n. 127, p.205-214. 2007.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS / WHO - World Health Organization). **Global status report on alcohol and health**. S.l., 2014.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- REBELLO, A. S.; CARVALHO, M. G. C. Metodologia para estudo do polimorfismo do gene da enzima álcool desidrogenase. **Revistas de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v.7, n.2, p.163-168, 2008.
- ROZIN, L.; ZAGONEL, I. P. S. Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes. **Acta Paul Enferm**, v.25, n. 2, p. 314-318, 2012.
- SCHLINDWEIN-ZANINI, R. et al. Demencia de Wernicke Korsakoff, uso e abuso de substancias: repercussões neuropsicológicas e psicomotoras. **Fiep Bulletin**, v. 84, p.369 -372. 2014.
- SCHUMANN, G. et al. Genome-wide association and genetic functional studies identify autism susceptibility candidate 2 gene (AUTS2) in the regulation of alcohol consumption. **Proc Natl Acad Sci U S A.**, v.108, n.17, p.7119-24, apr. 2011.

WAGNER, H. L. Alcoolismo em cuidados primários: diagnóstico, desintoxicação e prevenção da recaída. **Revista APS**, v.8, n.2, p. 165-172, 2005.

O INÍCIO PRECOCE DO PRÉ-NATAL COMO FERRAMENTA UTILIZADO PELO ENFERMEIRO PARA PREVENÇÃO DAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS NA GESTAÇÃO

AUTORES:

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Kassio Handerson Soares de Holanda

Hortêncio Pinheiro do Nascimento Neto

Camila Franco Gomes D

Clezio Macio Do Nascimento e Silva

INTRODUÇÃO: A hipertensão está associada à espessura e à perda de elasticidade das paredes das artérias. A resistência vascular periférica aumenta em veias espessas e inelásticas. O coração bombeia continuamente contra uma resistência maior (POTTER, 2013). Com resultado, a diminuição do fluxo sanguíneo para os órgãos vitais como coração, cérebro e rim. A Hipertensão Arterial (HA), constitui uma das mais importantes complicações do ciclo gravídico-puerperal por oferecer altos riscos de morbidade e mortalidade para o binômio mãe-filho. Para GOULART (2012), a hipertensão arterial na gestação, caracteriza-se pelo aparecimento dos níveis pressóricos da pressão arterial igual ou maior que 140/90 mmHg na média de pelo menos duas medidas. Segundo Brasil (2010), é considerado pressão sistólica o primeiro som (aparecimento do primeiro ruído) e a pressão diastólica o quinto som de Korotkoff (desaparecimento do ruído). A pressão arterial deve ser mensurada com a grávida sentada, com o membro superior a ser aferido no mesmo plano do coração e com um manguito de tamanho adequado. Se persistentemente mais elevada em um dos membros, o membro com maiores valores deve ser usado para todas as medidas. Para a medida da pressão arterial, deve-se dar preferência aos aparelhos de coluna de mercúrio. Segundo Brasil (2010), as Síndromes Hipertensivas são classificadas da seguinte maneira: Hipertensão Crônica, identificada antes da gravidez, ou da vigésima semana de gravidez, ou detectada pela primeira vez no decorrer da gestação e não se resolve até doze semanas pós o parto; Pré-eclâmpsia/eclâmpsia, que acontece após vinte semanas de gravidez (ou antes, em casos de doença trofoblástica gestacional ou hidropsia fetal) junta da proteinúria, com desaparecimento até doze semanas pós-parto; Pré-eclâmpsia sobreposta à hipertensão crônica, ocorre em mulheres com hipertensão crônica ou enfermidade rena. Nessas grávidas, essa conjuntura exarcerba e a proteinúria surge ou agrava-se após a vigésima semana de gestação. Pode ocorrer trombocitopenia e ocorre elevação nas enzimas hepáticas; Hipertensão gestacional (sem proteinúria), o surgimento da proteinúria pode aparecer de forma retardatária, a diagnose será retrospectiva, sendo imprescindível afastar pré-eclâmpsia; e a Síndrome HELLP, que caracteriza-se por hemólise, aumento de enzima hepáticas e plaquetopenia (diminuição do número de plaquetas no sangue). É uma variante da pré-eclâmpsia grave. O pré-natal constitui-se em uma das atividades mais importantes na detecção precoce das síndromes hipertensivas, pois a cada nova consulta, são aferidos os níveis pressóricos da gestante, e quando detectado alguma alteração, a gestante é encaminhada ao pré-natal de alto-risco, diminuindo a possibilidade de danos para mãe e feto. Por meio desse estudo, objetiva-se discutir sobre a importância do início precoce do pré-natal para prevenção das síndromes hipertensivas na gestação e pré-natal. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, utilizando artigos disponibilizados na Biblioteca Virtual de Saúde (SBV), além de livros e manuais. As buscas ocorreram no período entre setembro de dois mil e dezesseis a outubro do mesmo ano. Para a seleção, foram adotados os seguintes critérios: 2 últimos anos de publicação, maior relevância sobre o assunto, acompanhamento pré-natal. Foram encontrados 12 artigos dos quais foram selecionados 3, por apresentarem melhor consistência

no assunto. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O pré-natal é um importante acompanhamento que toda gestante deve ter e que deve ser iniciado o mais cedo possível, com o objetivo de manter a integridade das condições de saúde da mãe e do bebê, porque no decorrer da gestação são realizados exames laboratoriais que visam detectar e tratar doenças que podem ser prejudiciais à saúde da mãe ou da criança, como as síndromes hipertensivas. O papel da enfermagem frente à prevenção dessas síndromes, deve ser realizado através da conscientização da gestante quanto aos diversos problemas que essas enfermidades podem causar a ela e ao feto, porque quando a mulher assume a responsabilidade de cuidar de sua saúde, ela faz o pré-natal e consegue reconhecer as modificações que necessitam de avaliação, e isso permitirá o diagnóstico e intervenções terapêuticas antes que as formas clínicas se instalem e as complicações ocorram. Mais para que isso aconteça é necessário que a enfermagem atue durante todo o pré-natal, e até mesmo durante as palestras sobre hipertensão, planejamento familiar e diabetes, sempre reforçando quanto a importância do autocuidado. O período de gravidez necessita de atenção da mulher quanto as consultas de pré-natal, bem como sinais e sintomas da hipertensão, pois durante o pré-natal é realizado um maior controle dos níveis pressóricos como também esclarecimentos e orientações que contribuem para percepção precoce e variações da pressão arterial (Parras, et al). O interesse pelos distúrbios hipertensivos, fundamenta-se em alguns aspectos relevantes como a dificuldade de detecção de sua etiologia, a identificação precoce, a profilaxia das formas graves da doença, a comprovação de que se trata de Distúrbios Hipertensivos e que acomete a placenta, o feto e a gestante. Vale ressaltar, que as pacientes sabidamente hipertensas, ou aquelas em que se constata níveis tensoriais elevados desde o início da gestação, podem desenvolver um quadro de Doença Hipertensiva Específica da Gestação (DHEG). São gestantes com mau prognóstico para si e para o feto. O que mais frequentemente se observa é o agravamento progressivo da elevação da pressão. Para SCHIRMER (2012), a equipe de enfermagem é essencial na implementação de cuidado especializado, com a pretensão de singularizar a assistência, visando a prevenção, promoção e recuperação da saúde dessas clientes, por meio do início precoce do pré-natal. **CONCLUSÃO:** Conclui-se então, que é imprescindível que as gestantes comecem a fazer seu pré-natal assim que tiverem a gravidez confirmada, ou antes de completarem três meses de gestação. A assistência pré-natal é fundamental para o preparo da gestante e não deve ser encarada como simples assistência, e sim, como trabalho de prevenção de intercorrências clínico-obstétricas e assistência emocional. Alguns exames feitos durante o pré-natal são importantes para detectar problemas, como doenças hipertensivas que possam afetar a criança ou o seu desenvolvimento no útero. Espera-se que esse estudo possa despertar as gestantes, profissionais, e os demais, para a importância do pré-natal precoce, uma vez que este otimizará o número de casos onde ocorrem as síndromes hipertensivas, e contribuirá para o bem-estar das clientes.

Palavras-chave: Hipertensão. Gestação e Pré-Natal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência pré-natal: normas e manuais técnicos**. 3.ed. Brasília, 1998. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pre_natal.pdf>. Acesso em: 2016.

_____. _____. **Gestação de alto nível**: manual técnico. 5.ed. Brasília.2010. Série A. Normas e Manuais Técnicos disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf>. Acesso em: 2016

GOULART, Elisabeth Leite. **Hipertensão na gestação**. 2012. Disponível em: <
<http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/?lang=pt&q=au:%22Goulart,%20Elisabeth%20Leite%22>>. Acesso em: 2016.

IMPORTÂNCIA do pré-natal. Out. 2015. Dicas em saúde. Disponível em:
<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/90prenatal.html>>. Acesso em: 2016.

POTTER, Patrícia A. et al. **Fundamentos de enfermagem**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PRÁTICAS COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO RIO GRANDE DO NORTE: UM OLHAR SOBRE A MEDICINA ANTROPOSÓFICA

AUTORES:

Cicera Gerliianne Pereira
Shirley Cristiane Barbosa Cortez da Silva
Andressa Dos Santos da Silva
José Décio Silva de Almeida
Thais Stella Magalhães Passos
Isabel Cristina Amaral de Souza Rousso Nelson

INTRODUÇÃO: A medicina antroposófica (MA) é um modelo complementar à medicina convencional e faz parte das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) de saúde pública do Brasil. Ela contempla o ser humano em sua integralidade, considerando fatores determinantes e condicionantes aos processos de saúde-doença do indivíduo e que fogem aos “olhos” da medicina convencional. A MA traz à assistência uma visão holística e humanizada e conta com seus conhecimentos filosóficos para tratar não somente do homem físico, como também, do psíquico e espiritual. Apesar de ser uma PIC de saúde, a MA conta com poucos médicos atuantes nessa especialização em todo o país e, ainda tem estados que não dispõem dos mesmos, como é o caso do Rio Grande do Norte (RN). Diante deste cenário, questiona-se: o que impede a adesão da MA como prática integrativa no sistema público de saúde do RN? Dentro deste contexto, o objetivo deste trabalho é mostrar a importância da MA, o número reduzido de profissionais com essa especialização e a ausência dos mesmos no Estado do RN. No intuito de garantir saúde integral a população brasileira, o Ministério da Saúde, em 2006, implementou uma Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), às quais se pode citar a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) /Acupuntura, Fitoterapia, Homeopatia, Termalismo/Crenoterapia e a Medicina Antroposófica (MA). Esta é uma ampliação e complementação do modelo de medicina convencional, que “[...] apresenta-se como abordagem médico-terapêutica, de base vitalista, cujo modelo de atenção está organizado de maneira transdisciplinar buscando a integralidade no cuidado em saúde”. (BRASIL, 2015, p. 26). Sua origem se deu nos anos 1920 quando, a pedidos de médicos e estudantes de medicina, o cientista e filósofo austríaco Rudolf Steiner, em Dornach – Suíça – ministrou várias palestras sobre doença, saúde, a existência física e espiritual e a arte de curar sob um ponto de vista holístico aos “olhos” da Antroposofia. A partir daí, foram desenvolvidas as bases para a criação da MA. No ano seguinte foi fundada a primeira clínica antroposófica pela Dra. Ita Wegman, na cidade de Arlesheim – Suíça, mantendo seu funcionamento até os dias atuais. Após grande difusão pelos países da Europa Central, houve uma disseminação da MA pelo mundo conseguindo chegar ao Brasil há mais de 60 anos, onde em 1969 foi fundada a primeira clínica antroposófica – Clínica Tobias – pela Dra. Gudrun Burkhard, na zona sul de São Paulo (FOLLADOR, 2013). Apesar de a MA fazer parte da PNPIC e posteriormente ter sido aderida pelas Política Estadual de Práticas Integrativas Complementares (PEPIC) em 2011, e Política Municipal de Práticas Integrativas Complementares (PMPIC) em 2016, pode-se observar que esse modelo complementar da medicina é pouco difundido e, conseqüentemente, pouco conhecido pelos usuários de saúde pública. Alguns estados sequer a inseriram em seus programas de atenção à saúde. No Rio Grande do Norte (RN), segundo a equipe técnica de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde do RN, não há médicos antroposóficos atuando em nenhum dos níveis de saúde pública e a Associação Brasileira de Medicina Antroposófica (ABMA), ainda ratifica essa informação dizendo não haver médicos do RN cadastrados na mesma. A MA utiliza os conhecimentos da medicina convencional para o diagnóstico e a terapêutica, entretanto, segue

uma linha filosófica própria – a Antroposofia – trabalhando, desse modo, com uma visão holística e humanista do homem, considerando-o em sua tridimensionalidade corpo, alma e espírito, dentro do contexto social em que este se encontra inserido (BOTT, 2004 apud FOLLADOR, 2013). Nessa perspectiva, a MA amplia as práticas médicas utilizando-se da multidisciplinaridade e de bases teóricas próprias, integrando terapias que inclui medicamentos – homeopatia, aconselhamento, exercícios da fala, terapia da arte, a eurtímia, musicoterapia e massagem rítmica. (FOLLADOR, 2013). Para Melo et al (2013), o usuário dos serviços de saúde é um ser integral, os profissionais da área devem assisti-lo de forma a englobar todo o seu contexto de inserção, enxerga-lo não somente em suas doenças, como também em sua vida e saúde. Isto é, considerar os fenômenos fisicobiológicos como possíveis causas para suas enfermidades sem, no entanto, descartar outros fatores como, o sociocultural, psicológico e espiritual. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, qualitativa, de cunho descritivo, cujo intuito é responder à questão norteadora deste trabalho e expor o objetivo do mesmo. Como base de dados, utilizou-se a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram pesquisados 14 artigos e apenas 04 foram utilizados devido aos critérios de inclusão que são: artigos com textos na íntegra, em Língua Portuguesa, de conteúdo relevante à proposta do trabalho e que tivessem sido publicados entre os anos de 2010 a 2016, configurando um tempo máximo de seis anos. Além desses artigos, foi revisado também, um caderno de políticas públicas de saúde. E, para fins de exclusão, artigos que fugissem à temática, com textos incompletos, em idiomas que não fosse o português e que a sua publicação tenha ocorrido há mais de seis anos. A busca desses artigos foi norteadora pelos descritores: medicina antroposófica, práticas integrativas e complementares e saúde-doença. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados mostram a ausência de médicos especialistas em medicina antroposófica, bem como, a dificuldade da implementação dessa (PIC) no sistema público de saúde do RN. Mostram ainda, grande dificuldade no acesso às informações necessárias para o desenvolvimento do artigo. Pouco se conhece e pouco se difunde sobre o que é e quais são os benefícios desta modalidade médica. Através de e-mails da equipe técnica de PIC de saúde do RN e da ABMA, foi confirmada a ausência de médicos antroposóficos no estado. É perceptível que existe a fragilidade na divulgação da MA e, em consequência disso, as pessoas não têm acesso às informações sobre a mesma. A inacessibilidade da população à MA é característica de um reflexo da hegemonia do modelo biomédico em seu contexto histórico, político, social e econômico. Para Wenceslau, Röhr e Tesser (2014), a MA não é apenas um acréscimo de humanização à medicina convencional e nem uma alternativa final para tratar de doenças às quais este modelo não conseguiu, mas uma racionalidade integrativa que trata também das questões subjetivas do indivíduo. Rangel, Miranda e Oliveira (2016), discorrem que, os usuários dos serviços de saúde que têm acesso às PICs têm também um aumento na sua qualidade de vida, mas que, apesar disso, ainda há um grande desafio para o uso dessas práticas. Isso porque, elas estão para muito além de uma implementação. É preciso novas percepções, maneiras de pensar e atuar conforme uma ótica mais humana e solidária. **CONCLUSÃO:** É evidente a importância significativa que a medicina antroposófica tem nos processos de saúde-doença do indivíduo, visto que, a mesma contempla-o em sua integralidade e utiliza-se de seus conhecimentos científicos para tratar, não apenas, do sofrimento do doente, mas do doente que sofre, que sente e vive em suas dimensões corporais, psíquicas e espirituais. Entretanto, é perceptível a pequena demanda de médicos atuantes com esta especialidade, e torna-se mais visível ainda, quando se fala em MA no sistema público de saúde. No Estado do RN ela, simplesmente, inexistente. Dessa forma, pode-se concluir que, há um grande desafio a ser enfrentado para a inserção desta prática integrativa na Atenção à Saúde. Isto porque, além da hegemonia do modelo biomédico, existe todo um contexto político, cultural, social e econômico dificultando a adesão desta medicina complementar no sistema. Diante do exposto, faz-se necessária por parte dos gestores,

profissionais e usuários de saúde pública, uma desconstrução de pensamentos e atitudes cartesianas/mecanicistas no cuidar, de maneira a reconhecer o ser humano como ser complexo e que necessita de atenção integral, não apenas em teorias sociopolíticas, mas em práticas cotidianas, a começar por enxergar a pessoa como ser holístico e que necessita de relações interpessoais humanizadas, estejam elas no âmbito da saúde ou não.

Palavras-chave: Medicina Antroposófica. Práticas Integrativas e Complementares. Saúde-doença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de práticas integrativas e complementares no SUS:** atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília, 2015.

FOLLADOR, E. C. R. Medicina antroposófica: um novo paradigma para as questões da medicina moderna. Anthroposophic medicine: a new paradigm for the questions of modern medicine. **Rev Med.**, São Paulo, v.92, n.3, p.166-72, jul./set. 2013.

MELO, S. C. C. et al. Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros. Complementary health practices and challenges of its applicability in hospital: nurses' point of view Prácticas complementarias de salud y desafíos de su aplicabilidad en el hospital: visión de enfermeiros. **Rev Bras Enferm**, v.66, n.6, p.840-6, nov./dez. 2013.

RANGEL, C. T; MIRANDA, F. A. N; OLIVEIRA, K. K. D. A terapia comunitária integrativa e a enfermagem: o fenômeno e seus contextos. Communitarian therapy and nursing: the phenomenon and its context La terapia de la comunidad y enfermería: el fenómeno y su contexto. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, v.8, n.1, p.3770-3779, jan./mar. 2016.

WENCESLAU, L. D; RÖHR, F; TESSER, C. D. Contribuições da medicina antroposófica à integralidade na educação médica: uma aproximação hermenêutica. Contributions of anthroposophic medicine to integrality in medical education: a hermeneutic approach. **Interface Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, v.18, n.48, p.127-38, 2014.

A DEPRESSÃO PÓS-PARTO FRENTE ÀS DIFICULDADES DE DIAGNÓSTICO PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM DENTRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

AUTORES:

Cicera Gerliianne Pereira
Isabel Cristina Araújo Brandão
Shirley Cristiane Barbosa Cortez da Silva
José Décio Silva de Almeida
Andressa Santos da Silva
Ralline Albano de Oliveira

INTRODUÇÃO: A depressão pós-parto é uma doença de ordem psíquica relacionada às alterações do humor e que acomete em média 10 a 20% das mulheres, geralmente, nas primeiras quatro semanas após o parto. É caracterizada por sentimentos de desesperança, sensação de incapacidade, inapetência sexual, distúrbios alimentares e do sono, choro frequente, falta de energia, desmotivação e queixas psicossomáticas, e pode apresentar, ainda, cefaleia, dores nas costas e/ou abdominais e erupções vaginais sem aparente causa orgânica. Essa doença varia no seu grau de intensidade, tanto pode ser leve e breve como pode agravar-se para um quadro neurótico e/ou psicótico. Seus sintomas não diferem de um quadro depressivo em outras fases da vida. Logo, pode ser diagnosticada e tratada de maneira adequada na Atenção Básica de Saúde. Entretanto, existe, por parte dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, uma dificuldade em diagnosticar precocemente a depressão pós-parto, já que essa doença se estereotipou pela probabilidade do suicídio materno, do infanticídio e pela rejeição da mãe à criança. A partir dessa dificuldade, decidiu-se realizar um estudo tendo como base a seguinte questão norteadora: como a equipe de enfermagem pode contribuir dentro da Estratégia de Saúde da Família para a identificação da depressão pós-parto? Diante desta questão, o objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades do diagnóstico precoce da depressão pós-parto às puérperas usuárias da Estratégia de Saúde da Família. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, cujo intuito é encontrar nos artigos científicos a resposta para a questão norteadora deste trabalho. Como base de dados foram utilizadas a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVSMS). Foram encontrados 21 artigos e foram utilizados apenas 08 e um manual do Ministério da saúde, devido aos critérios de inclusão que são: artigos com textos na íntegra, em Língua Portuguesa e que tivessem sido publicados entre os anos de 2005 a 2016, configurando um tempo máximo de onze anos. A busca para estudos foi norteadada pelos descritores: depressão, pós-parto e enfermagem. E, para fins de exclusão, artigos que fugissem à temática, com textos incompletos, em idiomas que não fosse o português e que a sua publicação tenha ocorrido há mais de onze anos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Existe uma série de fatores que podem desencadear a patologia supracitada, dentre eles estão os sociais, culturais, econômicos, laborais, familiares, a pouca idade da mãe, a expectativa em relação ao bebê, distúrbios hormonais e/ou psicológicos preexistentes, os estresses cotidianos, entre outros. Sabe-se ainda que mulheres com situação econômica precária têm também uma prevalência, praticamente, duas vezes maior de fatores estressores e depressão em relação às que possuem uma economia mais favorável. A depressão pós-parto pode agravar-se à medida que não se tem um mecanismo exato de identificação da doença. Este impedimento diagnóstico não ocorre apenas devido à precariedade de conhecimentos e mecanismos para a detecção da patologia, mas também, devido à negligência dos profissionais de saúde e até mesmo das pacientes puérperas. Das mulheres que são acometidas pela depressão pós-parto,

menos de 25% delas recebem tratamento e apenas 50% dos casos são diagnosticados durante as consultas diárias. Há, perceptivelmente, uma grande dificuldade por parte dos profissionais da equipe da Estratégia de Saúde da Família em diagnosticar a depressão pós-parto, tendo em vista que essa depressão tem causas multifatoriais, que vão desde a predisposição genética até o ambiente sociocultural em que as mães estão inseridas. Observou-se que essa dificuldade é devida ao despreparo da equipe em diagnosticar precocemente a depressão pós-parto, à negligência do profissional enfermeiro na identificação dos fatores de risco e à falta da escuta qualificada e humanizada de maneira contínua como forma de prevenção e tratamento desta doença e à ausência de programas e ações efetivas que proporcionem às mães uma gravidez mais saudável e prazerosa. É de grande relevância a participação ativa dos provedores de saúde das mães, de maneira que estes, possam aumentar o nível de atenção à saúde dessas pacientes durante o período pré e pós-natal, no intento de diminuir os impactos dos fatores de risco psicossociais no humor das puérperas. Tal afirmação é ratificada pelo Ministério da Saúde, ao declarar que a equipe de saúde deve compreender os múltiplos significados da gestação, tanto para a mulher gestante quanto para sua família e, que cabe a essa equipe, observá-las desde o seu primeiro contato, seja na unidade de saúde ou na comunidade. Para que haja uma gravidez saudável e prazerosa no período pré-natal, é essencial que a equipe de saúde da família adote medidas apropriadas para este fim, devendo conhecer o contexto em que a mulher se encontra inserida. E o enfermeiro desta equipe precisa estar qualificadamente preparado para perceber os primeiros sinais da doença e, assim, poder intervir ágil e competentemente. Isso porque, trata-se de um profissional que está em contato direto e frequente com essas mulheres, logo, é ele quem tem uma maior facilidade em detectar os seus problemas e, conseqüentemente, ofertar aconselhamento sobre a depressão. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que a equipe de enfermagem dentro da Estratégia de Saúde da Família é a que mais se encontra, direta e continuamente, em contato com as mães. Esse vínculo dá à equipe a oportunidade de se ter uma visão holística dessas mulheres, voltada aos cuidados que vão, desde o momento pré-conceptual até o puerpério tardio e, também, com a sua saúde psicológica. Diante disso, faz-se necessária uma assistência voltada à realização de escutas qualificadas e humanizadas, com o propósito de identificar quais os medos dessas mães, seus anseios, suas dificuldades e resistências, bem como, as suas situações biopsicossocial, familiar, econômica, ambiental e cultural. A partir daí, traçar planos de intervenção, no que tange à promoção, cura e reabilitação da saúde dessas mulheres, bem com a prevenção de seus agravos.

Palavras-chave: Depressão. Pós-Parto. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, P. Palma et al. Relações entre apoio social e depressão pós-parto em puérperas. **Interação Psicol.**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 47-57, jan./abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

CABRAL, F. C.; OLIVEIRA, D. L. L. C. **A invisibilidade da depressão pós-parto no contexto de equipes de saúde da família.** Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Cabral_Oliveira_58.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

CAMACHO, R. S. et al. Transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério: classificação, diagnóstico e tratamento. **Rev. Psiq. Clín.**, v.33, n.2, p.92-102, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Gerlidianne/Downloads/17071-20506-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

CANTILINO, A. **Depressão pós-parto**: prevalência, pensamentos disfuncionais e comorbidade com transtornos ansiosos. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/8299/arquivo4230_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 out. 2016.

DAANDELS, N.; ARBOIT, E. L.; SAND, I. C. P. Produção de enfermagem sobre depressão pós-parto. **Rev. Cogitare Enfermagem**, v. 18, n.4, p. 782-788, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/34937/0>> Acesso em 27 out. 2016.

RUSCHI, G. E. C. et al. Aspectos epidemiológicos da depressão pós-parto em amostra brasileira. **Rev. Psiquiatr.**, Rio Grande do Sul, v.29, n.3, p. 274-280, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082007000300006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 27 out. 2016.

SCHMIDT, E. B.; PICCOLOTO, N. M.; MILLER, M. C. Depressão pós-parto: fatores de risco e repercussões no desenvolvimento infantil. **Psico-USF**, v. 10, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2005.

VALENÇA, C. N.; GERMANO, R. M. Prevenindo a depressão puerperal na estratégia saúde da família: ações do enfermeiro no pré-natal. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 129-139, abr./jun.2010. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/vol11n2_pdf/a15v11n2.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

CONSULTA DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA – PUERICULTURA SOB O PONTO DE VISTA DO ENFERMEIRO

AUTORES:

Uedna Ferreira dos Santos Silva

Allyne Cristiane Maciel Félix Trindade

Lívian Vanessa Rodrigues Bezerra de Brito

Karolina de Moura Manso da Rocha

INTRODUÇÃO: A puericultura é definida como a ciência que reúne noções de fisiologia, higiene, nutrição, sociologia, cultura, desenvolvimento e comportamento capazes de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças. As ações de cuidado na puericultura visam à promoção da saúde e da educação da criança e sua família, prevenindo agravos e, dessa forma, oferecendo melhor qualidade de vida à criança e à família, a partir das orientações dos profissionais de saúde. Esse cuidado exige conhecimento necessário para atender à criança e sua família de forma integral, bem como acolher as necessidades dos usuários dos serviços de saúde e as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Deste modo, a consulta de puericultura apresenta-se como um recurso para a atenção humanizada à criança, à mulher e à família (COSTA et al., 2012). O Programa de Puericultura tem como propósito acompanhar o crescimento e desenvolvimento, observar a cobertura vacinal, estimular a prática do aleitamento materno, orientar a introdução da alimentação complementar e prevenir as doenças que mais frequentemente acometem as crianças no primeiro ano de vida, como a diarreia e as infecções respiratórias (VIEIRA et al., 2012). Para os profissionais de saúde que desenvolvem esse tipo de atendimento é recomendado que sejam implementadas estratégias de educação permanente, com o objetivo de adquirir conhecimento e aperfeiçoar a prática clínica, trazendo maior eficácia para o processo de trabalho, bem como maior resolubilidade para as necessidades da população. O objetivo do trabalho é mostrar através de revisão de literatura os aspectos relacionados à atuação do enfermeiro na puericultura, bem como sua perspectiva diante do processo de trabalho. **METODOLOGIA:** Pesquisa de revisão de literatura realizada em setembro de 2016, com abordagem qualitativa dos artigos encontrados nas bases de dados da biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca virtual de saúde (BVS) e Google Acadêmico; Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis em língua portuguesa, publicados entre 2012 e 2016. Seguindo os critérios de estudo, ao cruzar os descritores foram encontrados 08 artigos e utilizados 05 na revisão de literatura, pois todos se encaixavam no critério de estudo adotado. Descritores: Puericultura; Saúde da criança; Assistência de enfermagem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A puericultura é desenvolvida tanto pelo médico quanto pelo enfermeiro. As atribuições do enfermeiro neste programa são: realizar o exame físico na criança, identificando riscos em seu crescimento e desenvolvimento; agendar a primeira consulta com o pediatra e demais quando forem identificados riscos de agravos à saúde; fornecer a relação dos nascidos vivos para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e solicitar a busca ativa para identificação dos faltosos do programa; preencher o gráfico de peso e estatura nos cartões da criança; verificar e administrar as vacinas conforme o calendário básico de vacinação; incentivar o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até os seis meses; orientar a alimentação complementar após os seis meses; orientar sobre prevenção de acidentes de acordo com a faixa etária; avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor; identificar dúvidas e dificuldades da mãe e de outros membros da família que participam das consultas procurando esclarecê-las (VIEIRA et al., 2012). Em relação à compreensão dos Enfermeiros sobre o Programa de Puericultura, percebe-se que o conceito de puericultura esteve atrelado à prática de orientar. A qual pode ser compreendida também como um momento para realizar a educação em saúde e neste

sentido a família está diretamente relacionada devendo ser ouvida e acolhida. A verificação da carteira de vacinação da criança, assim como a realização de orientações sobre o assunto, o exame físico com realização das medidas antropométricas, visando identificar o estado de saúde e o diagnóstico precoce, questões referentes à higiene da criança que são de suma importância para evitar doenças prevalentes na infância, o estabelecimento de vínculo com a criança e sua família, são ações de grande importância atribuída ao profissional enfermeiro para prestar assistência de qualidade. Vale salientar que alguns aspectos importantes da saúde da criança não foram citados pelos profissionais, tais como prevenção de acidentes na infância, violência domiciliar, cuidados com o coto umbilical, icterícia neonatal, teste do pezinho, entre outros. Dentre as dificuldades citadas para o desenvolvimento do processo de trabalho e prestação de assistência adequada, está a falta de protocolos adaptados às necessidades locais referentes à consulta de puericultura, o não funcionamento do sistema de referência e contra referência, a falta de registros nos prontuários dos pacientes, incapacidade da infraestrutura disponível a atender a demanda existente, a falta de comunicação entre os profissionais de saúde o grande crescimento dos atendimentos de demanda espontânea que compromete a qualidade da consulta de enfermagem, a falta de adesão das mães no comparecimento aos agendamentos, devido ao fato de desconsiderarem a importância de levar a criança saudável ao serviço de saúde e a falta de capacitações específicas para o atendimento integral da criança pela equipe de saúde. A consulta de enfermagem está contemplada na lei do exercício profissional nº 7.498/86, no seu artigo 11, inciso I, alínea “i”.

2. Assegurada pela legislação de Enfermagem, deve ser repensada na perspectiva do Programa de Saúde da Família (PSF) que visa aprimorar e assegurar os princípios do Sistema único de Saúde. A consulta de enfermagem busca, por meio da formação do vínculo, estreitar os laços afeto e respeito entre o profissional de saúde e o usuário, unindo o saber profissional e o senso comum em benefício do bem estar da criança. Estudos constataam que o vínculo estabelecido com a mãe da criança e família durante o acompanhamento pré-natal, pode favorecer o seguimento da puericultura. Segundo Vieira et al (2012), o vínculo também contribui de forma significativa para o alcance de metas de programas como a vacinação, trazendo importante impacto sobre as doenças imunopreveníveis, resultando em mudanças no padrão de adoecimento e morte especialmente da população infantil brasileira.

CONCLUSÃO: O estudo revelou que a concepção dos enfermeiros sobre o programa de puericultura é uma questão ampla e que não se restringe a pesagem e verificação de medidas antropométricas. Trata-se de acompanhamento sistemático e periódico da criança que contempla o seu crescimento e desenvolvimento seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, e possui ênfase na orientação acerca de questões relacionadas à saúde cujo enfoque baseia-se no acompanhamento integral da criança. Muitas limitações são encontradas, pelo fato de alguns profissionais ainda estarem pautados no modelo médico hegemônico, dentre eles uma grande parcela de enfermeiros, implicando em uma atenção tradicional e fragmentada. O Enfermeiro deve compreender os fenômenos na sua totalidade e globalidade. Visto que a necessidade de capacitação dos enfermeiros é imprescindível a adoção da educação permanente para aperfeiçoar o cuidado, visando contribuir com a melhoria da qualidade da assistência de enfermagem voltada a promoção da saúde da criança.

Palavras-chave: Puericultura. Saúde da Criança. Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- COSTA, L. et. al. Significado da consulta de enfermagem em puericultura: percepção de enfermeiras de estratégia de saúde da família. **Cienc Cuid Saude**, Rio Grande do Sul, v.11, n.4, p. 792-798, Out./dez. 2012.
- GASPARINO, R. F.; SIMONETTI J. P.; TONETE V. L. P. Consulta de enfermagem pediátrica na perspectiva de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Rev Rene**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 1112-22, 2013.
- LIMA, S. C. D. et. Al. Puericultura e o cuidado de enfermagem: percepções de enfermeiros da estratégia saúde da família. **J. Res.: fundam. Care. Online**, Maranhão, v.5, n.3, p. 194-202, jul./set. 2013.
- OLIVEIRA, F. F. S. et al. Consulta de puericultura realizada pelo enfermeiro na estratégia saúde da família. **Rev Rene**, Piauí, v. 14, n. 4, p. 694-703, 2013.
- VIEIRA, V. C. L. et. al. Puericultura na atenção primária a saúde: atuação do enfermeiro. **Cogitare Enferm.**, Paraná, v.17, n.1, p.119-25, jan./mar. 2012.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE INTERNAÇÕES POR DIABETES, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO PERÍODO DE 2009 A 2013

AUTORES:

Leonilson Nunes Lisboa Junior
Rafaela Costa de Medeiros Moura
Eliana André do Nascimento Félix
Flávia Danielly Silvestre Albano
Tatiene Oliveira da Costa
Suellen de Farias Rocha

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus atinge em todo o mundo um grande número de pessoas, qualquer que seja sua classe social, configurando-se como um problema de saúde pública, de alta relevância, visto que sua incidência e prevalência têm aumentando nos últimos anos e já alcança proporções epidêmicas. O diabetes é uma síndrome metabólica de origem múltipla, decorrente da falta de insulina e/ou da incapacidade da insulina exercer adequadamente seus efeitos, causando um aumento da glicose (açúcar) no sangue. O diabetes acontece porque o pâncreas não é capaz de produzir o hormônio insulina em quantidade suficiente para suprir as necessidades do organismo, ou porque este hormônio não é capaz de agir de maneira adequada (resistência à insulina). Sua importância nas últimas décadas vem crescendo em decorrência de vários fatores, tais como: maior taxa de urbanização, aumento da expectativa de vida, industrialização, maior consumo de dietas hipercalóricas e ricas em hidratos de carbono de absorção rápida, deslocamento da população para zonas urbanas, mudança de estilos de vida tradicionais para modernos, inatividade física e obesidade, sendo também necessário considerar a maior sobrevida da pessoa diabética. Os principais sintomas do diabetes tipo 1 são a vontade de urinar diversas vezes, fome frequente, sede constante, perda de peso, fraqueza, fadiga, nervosismo, mudanças de humor e náusea e vômito. Já os principais sintomas do diabetes tipo 2 são as infecções frequentes, alteração visual (visão embaçada), dificuldade na cicatrização de feridas bem como o formigamento nos pés e furúnculos. No que diz respeito aos fatores de riscos, pode se dizer que a incidência e prevalência do diabetes mellitus tipo 2 aumentam acentuadamente com a idade, particularmente após os 40 anos, sendo mais frequente nas mulheres do que nos homens. Já a obesidade não está associada com o desenvolvimento do diabetes mellitus tipo 1, porém é importante fator de risco para o diabetes mellitus tipo 2 (3 vezes mais), bem como para o diabetes gestacional (2 vezes mais). Com relação ao sedentarismo, este não está relacionado com o surgimento do diabetes mellitus tipo 1. A inatividade reduz a tolerância à glicose, e o exercício físico a melhora. Como o sedentarismo favorece a obesidade, que por si só é um importante fator de risco para o diabetes mellitus tipo 2, o exercício físico poderá reduzir o risco de desenvolver esse tipo de diabetes. No que concerne aos fatores ambientais, estes podem ter um papel importante na gênese do diabetes tipo 1. Tem-se observado, em vários países, uma variação sazonal de sua incidência. Algumas observações sugerem que um fator ambiental como vírus (sarampo, rubéola, caxumba), indivíduos que possuem certos marcadores genéticos (alguns genes do sistema HLA) apresentam um risco de 4 a 9 vezes maior de desenvolver diabetes mellitus tipo 1 do que os que não possuem. Entretanto, a recorrência familiar não é comum neste tipo de diabetes. Já os familiares em primeiro grau de indivíduos com diabetes mellitus tipo 2 apresentam de duas a seis vezes mais chances de virem a desenvolver diabetes do que pessoas sem história familiar, da mesma idade. Também conhecido como diabetes juvenil ou autoimune, pois o pâncreas não produz insulina suficiente e suas células sofrem um tipo de autodestruição. O diabetes tipo 1 aparece já na infância ou na adolescência e o paciente necessita do uso de insulina diariamente para adequar os níveis de

glicose no sangue. O diabetes tipo 1 é o de menor incidência na população e chega a acometer até 10% do total de pacientes com a doença¹. Já no diabetes do tipo 2, o organismo desenvolve resistência à insulina produzida ou mesmo passa a ter deficiência em sua secreção. Isso acontece, principalmente, devido a uma dieta irregular e prejudicial, com excesso de refrigerantes, açúcares, carboidratos, alimentos industrializados e ricos em gordura. O diabetes tipo 2 é o de maior incidência na população, com quase 90% do número de casos¹. Fatores de risco para o desenvolvimento do diabetes mellitus tipo 2: é um conjunto de fatores que alertam para o possível desenvolvimento de diabetes¹, como: glicemia de jejum alterada (>100 e <126mg/dL) e/ou; Tolerância à glicose diminuída (teste oral de tolerância à glicose >=140 e menor que 200mg/dL) e/ou ; Hemoglobina glicada (HbA1c) entre 5,7% e 6,4%; Histórico de diabetes gestacional. Assim, pode se inferir que, com relação ao perfil epidemiológico brasileiro, as doenças crônicas não transmissíveis emergem como problema de saúde pública. Assim, sendo o diabetes mellitus uma patologia de expressiva participação na morbimortalidade da população brasileira, objetivamos com esta pesquisa apresentar o perfil epidemiológico de internações por diabetes, no estado do Rio Grande do Norte, no período de 2009 a 2013 conforme sexo e idade. **METODOLOGIA:** Trata-se de estudo descritivo de série histórica em um período de 2009 a 2013 por meio do sistema DATASUS. Foram levantados dados quantitativo de internações hospitalares por agravo da Diabetes e Taxa de prevalência de Diabetes Mellitus por sexo e idade. Para fundamentação teórica desta pesquisa, foram utilizadas referências publicadas no ano de 2016 em artigos científicos nas bases de dados eletrônicas indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde BVS/Bireme. Os dados foram coletados em setembro de 2016, abrangendo questões condizentes com a proposta da pesquisa. Como critérios de inclusão, foram consideradas publicações em língua portuguesa, em forma de texto completo, e que respondessem ao nosso questionamento. Os critérios de exclusão adotados foram artigos repetidos entre as bases de dados, em língua estrangeira, que não estivessem disponíveis em texto completo, e que não respondessem ao nosso questionamento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com relação as internações por diabetes, no estado do Rio Grande do Norte, conforme DATASUS, no período de 2009 a 2013, ocorreu maior quantitativo no ano de 2011 (1663), seguido do ano de 2012 (1281) e 2010 (1232). Já no que diz respeito ao quantitativo de internações por diabetes, conforme o sexo, no Estado do RN, de 2009 a 2013, 3.164 indivíduos diabéticos eram do sexo feminino em contrapartida de 2.675 do sexo masculino. Este dado corrobora com pesquisa realizada por Palmeira e Pinto (2015) sobre o perfil epidemiológico do diabetes no estado da Bahia, de 2002 a 2012 onde foi detectado que, quanto à distribuição por sexo, observou-se o maior percentual de novos casos de DM no sexo feminino (2.646; 61,8%). O motivo do elevado número de casos registrados no sexo feminino é devido ao maior cuidado das mulheres com a saúde do que os homens, maior atenção aos sintomas de doenças, além do costume histórico de cuidar de si e de seus familiares, acarretando, com isso, o aumento da procura pela assistência Já com relação ao quantitativo de indivíduos que referem diagnóstico médico de Diabetes Mellitus, por faixa etária, a de maior expressão foi a de 60 a 69 anos (1457) seguida da faixa etária de 70 a 79 anos (1142). Palmeira e Pinto (2015) em pesquisa sobre o perfil epidemiológico de pacientes acometidos pelo diabetes, de 2002 a 2012, acompanhados por uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família de Salvador (BA), foi encontrado percentual de 44,9% de DM para a faixa etária de 50 a 59 anos. Assim, a partir destes dados, pode se inferir que o aumento da expectativa de vida também promove uma elevação dos índices de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), pois existe uma relação diretamente proporcional entre idade e desenvolvimento de doenças crônico-degenerativas. **CONCLUSÃO:** Diabetes Mellitus (DM) vem aumentando a sua importância no cenário da saúde brasileira, pela crescente prevalência e morbimortalidade. Dentro desta perspectiva, com a maior ocorrência de DM nas pessoas de mais idade, os serviços devem preparar-se para

desenvolver estratégias de monitoramento desses agravos bem como discutir sobre as principais abordagens para enfrentamento do problema numa perspectiva global.

Palavras-chave: Enfermagem. Diabetes. Epidemiologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Hipertensão e diabetes (HIPERDIA)**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/ni>>. Acesso em 19 set. 2016.

PALMEIRA, Catia Suely; PINTO, Sayonara Rocha. Perfil epidemiológico de pacientes com diabetes mellitus em Salvador, Bahia, Brasil (2002-2012). **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 29, n. 3, p. 240-249, jul. /set. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/JRMC/Downloads/13158-46501-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

PEREIRA, Pricila Melissa Honorato. **Avaliação da atenção básica para o diabetes mellitus na Estratégia Saúde da Família**. 2007. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação stricto sensu de Mestrado em Saúde Pública pelo CPqAM/FIOCRUZ/MS. Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2007pereira-pmh.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

MEDIDAS REDUTORAS DO ESTRESSE PARA A EQUIPE DE ENFERMAGEM

AUTORES:

Juliana de Medeiros Garcia
Joyce Vitória da Silva Cacho
Gilliard César Alves dos Santos
Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

INTRODUÇÃO: O estresse é um fenômeno que ultrapassa o estado físico, mental e psicológico podendo vir de forma positiva ou negativa. A maneira como cada um reage aos diferentes fatores estressores é um fenômeno particular e circunstancial, mediado pelo social e cultural. Isso devido a vários fatores internos e externos, tais como: problemas familiares, emocionais, sobrecarga de trabalho, trânsito, rotina, entre outros, estando ele interligado com outros elementos que contribuem para o seu agravamento, sendo eles ansiedade e depressão. Diante desse fator, como medidas redutoras podemos citar a utilização das práticas integrativas e complementares em saúde bem como ações relacionadas diretamente com o trabalho da equipe da enfermagem seja de ordem administrativa ou das relações interpessoais. Objetiva-se descrever medidas redutoras do estresse para a Equipe de Enfermagem.

METODOLOGIA: O estudo é uma revisão da literatura. Taylor e Procter (2001) definem “uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico.” As bases de dados utilizados foram a Bireme, mais precisamente na Literatura Latino - Americano e do Caribe em ciências da saúde (lilacs). Os critérios de inclusão foram artigos que evidenciaram fatores amplificadores e/ou redutores do estresse direcionados a equipe de enfermagem, com textos em espanhol e português. A partir dos descritores: Estresse, Equipe de Enfermagem, Enfermagem. Foram encontrados 07 artigos com publicações entre 2004 e 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Percebeu-se que existe um déficit de artigos que possam subsidiar a equipe ao que se refere as medidas redutoras do estresse. Segundo Cova e Maria (2004), o estresse se classifica em três fases, seriam elas: Fase de Alerta: ocorre quando o indivíduo entra em contato com o agente agressor e o seu corpo perde o equilíbrio; Fase Resistência: o corpo tenta recuperar o seu equilíbrio. O organismo pode adapta-se ao problema ou eliminá-lo; Fase de Exaustão: É a mais comprometedora, pois envolve questões referentes a somatização, refletindo diretamente em sinais e sintomas físicos. Pesquisas mais recentes mostram a possibilidade de uma quarta fase que seria a Fase de Quase-Exaustão, que estaria entre as fases de Resistência e a de Exaustão, que se caracteriza pelo enfraquecimento do indivíduo que não está se adaptando ou resistindo ao agente estressor. Diante das pesquisas percebe-se que há uma predominância na fase de Resistência direcionada a equipe de enfermagem.

CONCLUSÃO: Levando em consideração a análise dos artigos, pode-se descrever algumas medidas redutoras do estresse direcionada a equipe de enfermagem como a implantação e implementação das práticas integrativas e complementares em saúde, diminuição da sobrecarga, desenvolver o senso de equipe bem como a cultura da solidariedade promovendo assim maior integralidade nos processos, sem esquecer das questões relacionadas à melhoria de condições de trabalho em relação ao ambiente físico, contexto organizacional, como mudança por exemplo a flexibilidade na elaboração das escalas, estímulo às relações positivas, colaborativas, e intervenções preventivas e de assistência como suporte emocional (MILEQUIN et al., 2004). Destaca-se a importância da criação de um espaço institucional para que os profissionais de enfermagem possam dialogar sentimentos de insatisfação, insegurança e ansiedade, com relação aos usuários, familiares e com a própria equipe. Espera-se que os mesmos tenham a oportunidade de expor pontos negativos e positivos para amenizar qualquer conflito existente, assim aliviando todo o estresse que possa prejudicá-lo. Nesse sentido faz-se necessário ampliar os estudos, técnicas e

medidas redutoras do estresse uma vez que de acordo com o IBGE (2010) no universo de 3,5 milhões de trabalhadores da saúde a que a equipe de enfermagem ocupa o maior contingente em torno de 50% destes profissionais, nesse interim podemos concluir que a redução do estresse direcionada a esta equipe não surtirá apenas o efeito individual mas refletirá diretamente na atenção prestada ao indivíduo, família e a coletividade.

Palavras-chave: Estresse. Equipe de Enfermagem. Enfermagem.

REFERÊNCIAS

COVA, P. R. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n.2, 2004. Disponível em: <<http://www.revi0stas.usp.br/br/reeusp/article/view/41991/44970>> Acesso em: 08 dez. 2008.

DOMINGO, S.J.J.; ALENCASTRO, L.H. **Auriculoterapia**. S.l.: Matinhos, 2011.

KUREBAYASHI, L.S.F. **Auriculoterapia chinesa para redução de estresse e melhoria de qualidade de vida de equipe de enfermagem**: ensaio randomizado. 2013. 277f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA, Caroline de Aquino; MIRANDA, Livia Ceschia dos Santos; PASSOS, Joanir Pereira. **Estresse ocupacional da equipe de enfermagem em setor fechado**. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/346/331>>. Acesso em: 29 mar. 2011

PRADO, Juliana Miyuki do; KUREBAYASHI, Leonice Fumiko Sato; SILVA, Maria Júlia Paes da. **Eficácia da auriculoterapia para diminuição de estresse em estudantes de enfermagem**: ensaio clínico randomizado. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000400013&script=sci_arttext&tlng=p>. Acesso em: 26 jan. 2012.

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review**: a few tips on conducting it. Disponível em <<http://www.utoronto.ca/writing/>> Acesso em: 28 abr. 2016

V. FILHO, H. **O microcosmo sagrado**: o segredo da flor de ouro para saúde e autoconhecimento. 2. ed. São Paulo: Sinte, 2006.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO EXTRAVASAMENTO QUIMIOTERÁPICO

AUTORES:

Silvy Gabriella de Oliveira Ribeiro

Melina de Oliveira Pimentel

Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

INTRODUÇÃO: O Câncer define-se como uma multiplicação e disseminação anormal das células pelo organismo, representando mais de 100 doenças, incluindo tumores benignos e malignos. É a segunda maior causa de morte no Brasil, subsecutivo as cardiopatias. Nos últimos anos, notou-se que o aumento de portadores cresceu significativamente, fazendo o câncer se tornar um grande problema de saúde pública mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), até 2030, pode-se esperar por mais de 27 milhões de casos incidentes de câncer, com 17 milhões de mortes e 75 milhões de cura. Porém, a ciência e a tecnologia seguem em tão grande avanço que possibilita a melhoria nos meios diagnósticos e nos tratamentos para a cura de diversos cânceres, aumentando a expectativa de vida de cada paciente afetado (LIMA et al., 2014). Dentre as modalidades terapêuticas, está a quimioterapia, que consiste em substâncias químicas, isoladas ou combinadas, que atuam diretamente nas células cancerígenas, impossibilitando-lhes a multiplicação (REIS et al., 2008). Pacientes oncológicos utilizam o acesso venoso periférico com maior frequência para administração das substâncias quimioterápicas, pois apresentam uma maior segurança no que se refere ao nível sérico da droga e a sua absorção em comparação a outras vias de administração. O profissional de enfermagem que está diretamente ligado a este procedimento deve possuir habilidades para a punção venosa nesse grupo, pois esses pacientes possuem um tratamento prolongado, fragilidade vascular e cutânea, bem como desgaste progressivo da via endovenosa e plaquetopenia. O extravasamento de quimioterápicos é uma complicação caracterizada por dor, eritema, edema e até necrose tecidual. A toxicidade decorrente de um possível extravasamento constitui um dos principais eventos adversos assistências por partes dos enfermeiros na oncologia, sendo considerada uma emergência oncológica pela morbidade que pode ser ocasionada (SCHNEIDER; PEDROLO, 2011). O tratamento para o extravasamento consiste em sua prevenção para uma boa assistência ao paciente com câncer e, para isso, normas devem ser implantadas e amplamente divulgadas para orientar o enfermeiro que pratica a administração dessas drogas, a saber identificar os locais dessa venopunção, o material indicado para o procedimento, a certificação do acesso venoso para a infusão correta e a observação das reações que o paciente pode ou não apresentar, bem como conhecer cada reação adversa que essas drogas podem causar. Deste modo, estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: qual a importância da assistência de enfermagem no extravasamento quimioterápico? Portanto, o presente estudo objetiva descrever a importância da assistência da enfermagem no extravasamento de drogas neoplásicas. **METODOLOGIA:** O presente estudo é uma revisão de literatura integrativa, que tem por finalidade sintetizar o conhecimento científico sobre determinado fenômeno, para que seja possível obter uma compreensão mais aprofundada sobre o assunto estudado. A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) no período de setembro a outubro de 2016. Os critérios de inclusão adotados foram: publicações em formato de artigos, no recorte temporal de 2008 a 2015 disponíveis em português (Brasil), em texto completo e que abordassem a assistência de enfermagem ao extravasamento de quimioterápicos. Assim, as pesquisas encontradas que não se adequassem ao tema a aos critérios de inclusão foram excluídas. Foram selecionados sete artigos **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os

quimioterápicos podem promover toxicidades dermatológicas locais e sistêmicas, causando inúmeros problemas para o paciente, como prolongar o tempo de internação e a interrupção temporária do tratamento. Entre as toxicidades locais, pode-se destacar o extravasamento, que é um escape dos antineoplásicos para o tecido circunvizinho, seja pelo vazamento ou pela aplicação involuntária da droga no tecido (SCHNEIDER; PEDROLO, 2011). Em relação ao extravasamento, alguns quimioterápicos podem causar lesões teciduais imediatas e outros podem ser rapidamente inativos, evitando danos maiores. Há quimioterápicos vesicantes, que levam a lesão severa causando destruição tecidual e os pacientes apresentam dor, hiperemia, edema, formação de vesículas e até necrose, ocasionando grandes danos. E quimioterápicos irritantes, que causam uma irritação tecidual, mas não chega a evoluir para necrose, causando também hiperemia, dor, edema, inflamação no local da punção e no trajeto venoso, queimação e sem formação de vesículas (BRUNO et al., 2014). Frente a essas problemáticas, são importantes medidas para evitar que ocorra o evento adverso e cada instituição deve ter um protocolo operacional padrão (POP) a fim de evitar extravasamentos e seus danos. Todos esses cuidados devem ser prestados pela equipe de enfermagem, solicitando o médico sempre que ocorrer o evento adverso. Os principais cuidados a se ter, é fazer a escolha adequada do local da punção, sempre em membros superiores, iniciando da formal distal para a proximal. Além da escolha de veias periféricas em membros superiores, deve-se atentar para locais edemaciados, lesionados ou que já foram puncionados previamente, a fim de evitá-los (SOARES; ALMEIDA; GOZZO, 2012). Em virtude da complexidade e diferença em alguns serviços de saúde é preciso que haja uma normatização para o processo do cuidar em quimioterapia, com a finalidade de organizar, padronizar, orientar e comunicar (LIMA et al., 2014). Além disso, é importante que o enfermeiro tenha consciência da sua importância na oncologia, sempre realizando pesquisas científicas a fim de identificar estratégias, intervenções efetivas nos manejos de ocorrências relacionadas ao extravasamento e a rede venosa do paciente em quimioterapia, trazendo assim mais benefícios ao paciente e mais valorização em seu trabalho como enfermeiro. **CONCLUSÃO:** Portanto, entendendo a complexidade da quimioterapia e os riscos que esta traz ao paciente, torna-se imprescindível o conhecimento e habilidades técnico científico acerca do tema aos profissionais da enfermagem que estão diretamente responsabilizados na execução desta prática. Sendo assim, é necessário conhecer e atentar aos sinais que indiquem complicações relacionadas ao extravasamento, uma vez que, causam danos graves ao indivíduo comprometendo o estado atual de saúde, prolongando a internação hospitalar, e suspensão da terapia. A administração dessas substâncias é atribuição privativa do enfermeiro, sendo este, responsável pela técnica e cuidados a respeito do procedimento, garantindo assistir de forma qualificada o paciente que já se encontra em estado físico e emocional desgastado. Dessa forma, é possível visualizar a relevância dos cuidados assistências desde a escolha da punção até as possíveis complicações relacionadas ao procedimento, bem como a importância da qualificação e preparo do profissional que irá desempenhar esta atividade, buscando sempre minimizar os riscos e promover o bem-estar ao paciente.

Palavras-chave: Extravasamento. Quimioterápicos. Cuidados de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

BRUNO, M. L. M. et al. Conduta de enfermagem no extravasamento de quimioterápicos antineoplásicos: procedimento operacional padrão. **Rev enferm UFPE**, Recife, v.8, n.4, p. 974-980, 2014.

GUIMARÃES, R. C. R. et al. Ações de enfermagem frente às reações a quimioterápicos em pacientes oncológicos. **J. Res.: fundam. care**, v.7, n.2, p. 2440-2452, 2015.

LIMA, E. F. A. et al. O cuidar em quimioterapia: a percepção da equipe de enfermagem. **J. Res.: fundam. care**, v.6, n.1, p. 101-108, 2014.

LIMA, I. S. et al. Equipe de enfermagem: conhecimentos acerca do manuseio de drogas antineoplásicas. **Rev. Enferm.**, v.19, n.1, p. 45-49, 2011.

REIS, P. E. D. et al. Efeitos adversos identificados em local de infusão intravenosa periférica por drogas quimioterápicas. **Ciencia y Enfermeria**, v.14, n.2, 2008.

SCHNEIDER, F.; PEDROLO, E. Extravasamento de drogas antineoplásicas: avaliação do conhecimento da equipe de enfermagem. **reme – Rev. Min. Enferm.**, v.15, n.4, p.522-529, 2011.

SOARES, C.R.; ALMEIDA, A. M.; GOZZO, T. O. A avaliação da rede venosa pela enfermagem em mulheres com câncer ginecológico durante o tratamento quimioterápico. **Esc Anna Nery**, v. 16, n. 2, p. 240-46, 2012.

ARQUITETURA E URBANISMO

PLANOS URBANÍSTICOS DE NATAL: A CONQUISTA AMBIENTAL NO SÉCULO XX

AUTOR:

Adriana Carla de Azevedo Borba

INTRODUÇÃO: Trata-se de um estudo acerca da relação cidade – meio ambiente nos Planos Urbanísticos da cidade de Natal durante o século XX, no qual se buscou identificar e analisar os principais documentos que inserem as ideias ambientais dentro dos planos urbanísticos citadinos; contextualizar política e economicamente o cenário em que acontecem as modificações em cada plano estudado; e caracterizar os planos urbanísticos e diretores de Natal, elaborando categorias de análise de tais instrumentos. Procura-se com este estudo contribuir no processo maior de resgate da história de Natal: dada à carência dos registros históricos, espera-se com este trabalho, estimular também outros nichos de pesquisa, que auxiliem numa maior compreensão acerca dos processos de transformação da cidade. Além disto, propõe-se a servir como um instrumento para orientar a elaboração de futuros planos urbanísticos da cidade, especificamente no que se refere às questões ambientais.

METODOLOGIA: O estudo pautou-se em pesquisa documental (sobretudo os planos urbanísticos e diretores objetos de estudo) e bibliográfica (periódicos, artigos da internet e livros). Com relação às fases da investigação, a pesquisa percorreu cinco etapas, que compreenderam as seguintes: 1) acesso aos principais documentos e leis que inserem a discussão do meio ambiente junto aos planos urbanísticos; 2) análise sistemática dos planos urbanísticos de Natal, buscando detectar semelhança e diferença entre os planos, a partir do qual foram elaborados quadros de análise de cada documento; 3) levantamento de informações históricas contextualizando cada período investigado; 4) confronto da análise feita de cada plano com os diversos enfoques históricos encontrados tanto na esfera internacional como na nacional; e finalmente, a construção de um diagnóstico do processo evolutivo do pensamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O primeiro plano estudado, o Plano da Cidade Nova ou Plano Polidrelli (do agrimensor italiano Antônio Polidrelli, em 1901) para a cidade de Natal corresponde na realidade a um projeto para expansão da cidade (MIRANDA, 1981). Corresponde, em linhas gerais, a uma perspectiva meramente estética e de autossegregação da elite, no qual o meio ambiente deveria ser modificado ou esquecido. No plano de 1929 (Plano Geral de Systematização da Cidade, com autoria do escritório Giácomo Palumbo), os planos urbanísticos passam por um momento focado em embelezamento e higienismo (numa clara referência às ideias de Howard (1945). O meio ambiente era visto como um cenário a ser ajardinado e controlado (MIRANDA, 1999). No plano de 1935 (Plano Geral de Obras, de autoria do Escritório Saturnino de Brito), o enfoque ambiental se concentra nas ações sanitaristas (em especial nas questões de abastecimento de água e saneamento básico). Inicia-se neste momento um período de coleta e sistematização de dados ambientais, para a realização de futuros planos urbanísticos, dada a percepção das fragilidades ecológicas de Natal (ESCRITÓRIO..., 1935). Com o Plano de 1968 (ESCRITÓRIO...1968; NATAL, 1968), podemos identificar uma ruptura metodológica (“plano de desenvolvimento” com banco de dados sobre a condição ambiental e infraestrutura de Natal, cuja autoria é do escritório Serete, de Jorge Wilhelm) e ideológica (Usa os postulados da Carta de Atenas, reinterpretando-o – por exemplo, propondo um zoneamento por predominância de atividades). Neste Plano, o Meio ambiente passa a ser visto como peça-chave não só para o bem estar da população, mas como instrumento de desenvolvimento socioeconômico relacionado ao turismo. É também em 1968, que a iniciativa privada e os organismos financiadores aparecem mencionados como parceiros dos mecanismos públicos de gestão da cidade. A partir do Plano de 1974, a cidade de natal passa a contar com um corpo

técnico próprio de engenheiros, que respondem pela elaboração dos planos diretores subsequentes (NATAL, 1974). No caso específico do plano de 1974, embora seja baseado na Carta de Atenas, o meio ambiente não corresponde a uma peça-chave. Neste plano são identificadas as primeiras prescrições urbanísticas de zonas especiais com áreas verdes (recuos, taxa de impermeabilização e porcentagem de adensamento populacional). Alguns aspectos ambientais são pontuados com mais destaque: o solo (questões como erosão do solo, áreas alagadiças, declividades dentre outros aspectos) e abastecimento de água (modificações nas condições físicas, químicas e biológicas dos mananciais freáticos, aterro de lagoas, mudança de curso de rios, dentre outros). No Plano de 1984, as prescrições urbanísticas sofrem uma perda (os recuos permanecem os mesmos de 1974, porém as taxas de impermeabilização aumentam e as densidades básicas residenciais, o que resulta em sobrecarga da infraestrutura e o aumento da impermeabilização dificultando o reabastecimento dos lençóis freáticos) (NATAL, 1984). Do ponto de vista ambiental, por outro lado, ocorrem alguns ganhos - incorporação do termo “equilíbrio ecológico” (como algo que não deve ser prejudicado) e destaque ao clima, à preservação das dunas migrantes (recarga dos lençóis freáticos) e a intenção em aumentar o índice de área verde/ habitante. Por fim, o Plano de 1994 compreende um marco do ponto de vista ambiental. Alguns instrumentos de gestão urbana são introduzidos (tais como transferência de potencial construtivo e o consórcio imobiliário), identifica-se articulações com outras legislações (como a Lei Orgânica do Município de Natal de 1992) (NATAL, 1994). Neste Plano, o meio ambiente é encarado como um dos pilares centrais do instrumento de ordenação urbana. Além disto, o Plano de 1994 traz o emprego de novas terminologias, como por exemplo “subzona de preservação” e “subzona de conservação” dentro da zona de proteção ambiental, deixando claro que o corpo técnico que elaborou o plano de 1994 estava a par dos atuais debates sobre o meio ambiente que ocorriam em esfera internacional. Apesar do saldo negativo que identificamos no Plano de 1994 (como a redução de recuo, aumento das taxas impermeabilização e do adensamento residencial básico) por outro lado, este plano estimula a legitimação de edificações de interesse social. **CONCLUSÕES:** Em síntese, verificaram-se quatro tipologias de planos: os que possuem mais destaque na saúde e estética (1901, 1929, 1935); técnica e ciência (1968); zoneamento e controle (1974 e 1984) e meio ambiente (1994). Os indícios encontrados apontam para a inserção de ideias ambientais por exigência governamental, notadamente no plano de 1994, e em geral com pouca ou nenhuma participação popular – e sem que a mesma apreendesse seus significados e implicações.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Urbanização. Urbanismo. Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6766 de 19 de Dezembro de 1979.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. S.l., 1979.

_____. **Lei nº 6938 de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. S.l., 1981

ESCRITÓRIO Saturnino de Brito. **Saneamento de Natal.** S.l., 1935 (datilografado).

ESCRITÓRIO Serete S/A Engenharia (coord. Arquiteto Jorge Wilhelm). **Plano Urbanístico de Desenvolvimento de Natal.** São Paulo, 1968.

HOWARD. **Garden Cities of To-Morrow**. 1945. p. 42–63

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos 1599-1999**. Natal: Iarte, 1999.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Trezentos e oitenta anos de história foto-gráfica da cidade de Natal 1599-1979**. Natal: Manibu; Fundação José Augusto, 1981.

NATAL. **Lei Complementar n. 022** de 18 de Agosto de 1999. S.l., 1999.

_____. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Natal**. S.l., 1990.

_____. **Lei de número 2.211 de 1974**. Institucionaliza o Plano Diretor do Município de Natal, 1974. S.l., 1974.

_____. **Plano de Urbanismo e Desenvolvimento, 1968**. Natal, 1968.

_____. **Plano Diretor de organização físico territorial do município de Natal**. Lei nº 37/1984. Natal, 1984.

_____. Prefeitura de Natal. **Perfil dos bairros**. Natal: NIPLANAT, 1994.

_____. Prefeitura de Natal. **Projeto de Lei que dispõe sobre o Código do Meio Ambiente do Município do Natal**. Natal, 1992.

NATAL FORMOSA E HIGIENISTA: PLANO POLIDRELLI (1901)

AUTOR:

Adriana Carla de Azevedo Borba

INTRODUÇÃO: Trata do estudo acerca do primeiro plano urbanístico produzido para a cidade de Natal, no início do século XX, precisamente no ano de 1901, e que ficou conhecido na historiografia como “Plano da Cidade Nova” ou “Plano Polidrelli”. Neste sentido, se buscou identificar e analisar o contexto brasileiro e do Rio Grande do Norte na virada do século XX, do ponto de vista político e econômico; estudar os principais documentos que inserem as ideias ambientais dentro deste plano urbanístico; caracterizar o plano da Cidade Nova de acordo com categorias de análise deste instrumento. Procura-se com este estudo contribuir no processo maior de resgate da história de Natal. Dada à carência dos registros históricos, espera-se com este trabalho, estimular também outros nichos de pesquisa, que auxiliem numa maior compreensão acerca dos processos de transformação da cidade. Além disto, propõe-se a servir como um instrumento para orientar a elaboração de futuros planos urbanísticos da cidade, especificamente no que se refere às questões ambientais.

METODOLOGIA: O estudo pautou-se em pesquisa documental e bibliográfica (periódicos artigos da internet e livros). Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Meio Ambiente e Planejamento: A relação cidade-natureza nos Planos Urbanísticos da cidade de Natal no século. XX”. Com relação às fases de investigação, o estudo consistiu de cinco etapas, a saber: acesso aos principais documentos e leis que inserem a discussão do meio ambiente junto aos planos urbanísticos; análise sistemática dos planos urbanísticos de Natal, e em especial do Plano de 1901, objeto de estudo deste artigo; levantamento de informações históricas para elaboração do contexto histórico do Brasil e do RN no período em questão; estudo comparativo entre a análise feita do plano de 1901 e os diversos enfoques encontrados tanto na esfera internacional como na nacional; finalmente um diagnóstico do processo evolutivo do pensamento ambiental no plano estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Em se tratando do contexto histórico do Brasil, o país atravessava o período da República Velha, com o Presidente Campos Sales (1898 a 1902); a Constituição vigente era a de 1891, que preconizava a descentralização política e uma maior autonomia dos Estados brasileiros (em outras palavras, os Estados estavam livres para realizar empréstimos independentes no exterior). Como consequência, o Brasil acabou contraindo uma considerável dívida externa. Buscando sanar este problema, o presidente Campos Sales renegocia com o Banco Rothschild o pagamento das velhas dívidas, refinanciando um novo empréstimo. A partir desta relativa estabilidade econômica, investimentos internacionais voltaram (grandes produtores de café). Entre 1902 e 1910 observa-se em todo o país uma “política de reformas urbanas e portuárias, e de intensiva construção de estradas de ferro” (VIANNA, 1994). A melhoria de portos (que visam a otimização do comércio interno e externo) e as reformas urbanas repercutem em cidades mais estruturadas. A implantação de novas estradas de ferro melhoram a comunicação e o transporte, além de abrir espaço para novas ocupações. Com relação ao contexto histórico potiguar, na virada do século XIX para XX, Natal ainda colhia os frutos do crescimento da cotonicultura (CASCUDO, 1990) (como resultado da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que estimulou a produção de algodão no RN). Estes recursos possibilitaram diversas melhorias: produção, transporte, armazenamento, comercialização e exportação do produto; abertura de novas estradas, a implantação de linhas férreas, estruturação e melhoramento de pontes e instalações portuárias. Além disto, impulsionou a organização da burocracia; a adoção de ações higienistas e de embelezamento; a criação de infraestrutura urbana e de serviços; e um plano de expansão urbana, o primeiro feito para Natal. O Plano da Cidade Nova ou Plano Polidrelli para a cidade de Natal corresponde a um

projeto para expansão da cidade (MIRANDA, 1999), que previa seu crescimento ocupando o quadrilátero formado pela rua Ceará Mirim, avenida Hermes da Fonseca, rua Seridó e avenida Deodoro. À época, esta área era denominada “Cidade Nova” e contava com raríssimas residências, tão distante do núcleo povoado da cidade que somente era acessível por meio de cavalos. Verificou-se que o primeiro plano urbanístico de Natal se pauta em ideias higienistas e de aformoseamento, neste sentido, em total sintonia com o movimento de modernização das demais cidades/ capitais do Brasil da República Velha (como Rio de Janeiro e São Paulo).

CONCLUSÕES: Analisando a relação do traçado urbano proposto pelo Plano da Cidade Nova com o traçado urbano existente, observa-se que a ligação é mínima e em ângulo; a geometria indica que o projetista não considerava a ligação entre estes dois traçados como algo desejável e até mesmo desencorajada. Este aspecto é reforçado quando se verifica sua orientação tanto em relação à cidade existente como à topografia do local, e com relação às diferenças de escala. Especificamente no tocante à diferença de escala, enquanto a cidade antiga apresenta um desenho tipicamente colonial, o traçado proposto por Polidrelli é mais amplo, com quadras maiores, que pressupunha a utilização de meios de transporte (ao passo em que o traçado antigo indica a escala de deslocamento humana). Além disto, não foi pensado um traçado intermediário de transição entre a cidade antiga e a nova, ou algum mecanismo que integrasse as duas linguagens. Em suma, o desenho da Cidade Nova não se propõe a interagir com a cidade existente. A ideia de uma “cidade nova”, situada num local privilegiado (mais alto e mais plano que a cidade até então existente), com o mínimo de contato com a cidade antiga e o seu tratamento diferenciado, é a solução perfeita para “melhorar a cidade” e condiz com os discursos de presidentes de província, médicos e engenheiros que ao longo do século XIX (LIMA, 2001) (belezas naturais de Natal x bexigas, chuvas e miasmas). A saída mais eficaz era, no entendimento dos técnicos do período, deslocar as pessoas desta cidade “condenada” para outra “nova”, “moderna”, “saudável”. Em síntese, o meio ambiente para as classes elitistas de Natal: deveria ser modificado e controlado (aterros, drenagens, pontes), e quando não fosse possível, deveria ser “esquecido”. Apesar de tais ideias não terem se concretizado logo quando, as sementes da auto segregação das elites permaneceram: todos os planos subsequentes redesenharam a cidade incorporando o Plano Polidrelli, consolidando a Cidade Nova (atuais bairros de Tirol e Petrópolis) como o espaço da elite – até os dias de hoje. A análise do Plano da Cidade Nova demonstra que o instrumento, mesmo de forma embrionária, elenca algumas características que já direcionam Natal para novos modelos urbanos, que rechaçavam em certa medida o tecido urbano pré-existente, colonial. Questões como a precária ligação entre a cidade Nova e Velha, as diferenças topográficas e de escala são indicativos de que, para a elite local, o meio ambiente deveria ser modificado e controlado, e quando não fosse possível, deveria ser “esquecido”.

Palavras-chaves: Urbanização. Plano Urbanístico. Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: Manibu/Fundação José Augusto, 1980.

LIMA, Pedro de. **Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

_____. **Natal Século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999**. Natal: Iarte, 1999.

_____. **Trezentos e oitenta anos de história foto-gráfica da cidade de Natal 1599-1979.** Natal: Manibu/ Fundação José Augusto, 1981.

NESI, Jeane Fônsca Leite. **Natal Monumental:** coletânea de artigos publicados no Jornal O Poti. Natal: Manibu/ Fundação José Augusto/ APEC, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1994. (15 ed. revisada até o governo de Fernando Collor por Hernani Donato)

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA: REUSO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL

AUTORES:

Sulamita Alves da Silva
Carolini Macedo dos Santos
Adriana Conceição Silva Costa

INTRODUÇÃO: A *Confederação Católica* está situada na Rua Padre João Manoel, 520 - Cidade Alta, Natal/RN. Ela é um exemplar da arquitetura eclética e uma edificação muito importante para o conjunto arquitetônico de Natal. Foi construída em 1930, sua inauguração foi em 1935 e só passou a funcionar em 1936. Desde sua fundação até os dias de hoje, a Confederação Católica pertence a Arquidiocese de Natal e não passou por nenhuma reforma, sendo classificado assim como um prédio autêntico. Nos anos 1970, parou o funcionamento ficando fechado por 15 anos; tornou a ter uso quando foi alugado, temporariamente, para funcionar um setor do TRE, e em seguida foi alugado a Gráfica Nordeste onde seguiu funcionando até o ano de 2000. Após uma vistoria do Corpo de Bombeiros em 2005, a edificação foi interditada, e em dezembro de 2010 foi tombada pelo IPHAN como Patrimônio Histórico e Cultural, pois está inserida dentro do sítio de tombamento da cidade, que são os bairros das Rocas, Ribeira e Cidade Alta. Em 2014, a cobertura entra em colapso total e as alvenarias tiveram ruínas parcial. Isso posto, este trabalho tem como **OBJETIVO** mostrar a potencialidade e valor histórico que o edifício possui e a relação entre os órgãos de proteção do patrimônio histórico para com o edifício. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, e básica quanto à finalidade, de cunho qualitativo e tendo como técnica de coleta de dados a pesquisa documental, no prédio da Arquidiocese e no IPHAN e bibliográfica, tendo ainda como técnica de coleta uma entrevista feita com o senhor Antônio Nilton Duarte, que é responsável pelo setor de manutenção de registros históricos da Arquidiocese de Natal. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A edificação – atualmente - encontra-se abandonada, conseqüentemente, o perímetro da sua rua também e o bairro em que a edificação está locada é de pouco acesso em alguns períodos do dia. Dessa forma, queríamos trazer para o perímetro da rua e da edificação uma apreciação tão significativa quanto a do seu edifício. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A nossa proposta de intervenção para essa edificação, foi desenvolvida com o objetivo de diferenciar os novos elementos construídos, que utilizasse sistemas e linguagens da construção contemporânea como o aço e vidro, permitindo uma quebra na aparência pesada que a edificação original tinha, trazendo um pouco de leveza e contemporaneidade ao antigo prédio da Confederação Católica. Partindo da ideia de reuso do ambiente construído, optamos por um espaço comercial, cultural e público, adaptando-o com requisitos exigidos para o funcionamento de um ambiente dessa natureza. Estabelecemos um programa de necessidades que inclui: cozinha, área de serviço, despensa, área de consumo, palco, miniauditório, espaços de convivência, duas salas de exposições/aulas e lavabos nos dois pavimentos. Nesse projeto, estabelecemos consolidação das ruínas existentes, na intenção de preservá-las para memória do que já foi e do que restou do prédio, buscando manter sua autenticidade. **CONCLUSÃO:** O prédio da Confederação Católica de fato possui extremo valor histórico-cultural, devido à sua importância histórica para a cidade de natal e essa proposta de intervenção anterior poderia ser acatada pelos gestores públicos, bem como outras já existentes. Entretanto, o desinteresse e até desconhecimento da população e corroborada pelos gestores não indicam uma solução para o problema apresentado. Por enquanto, ficamos com a ideia do que poderia ser feito, mas que - a curto prazo - não acontecerá.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural. Confederação Católica. Reuso.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN.
Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural: cadernos técnicos 1. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

_____. **Patrimônio cultural**, 2014. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 30 de set. 2016.

O PAISAGISMO DE ROSA GRENA KLIASS

AUTORES:

Juliana Debora Santos de Medeiros

Geane dos S. Torres Bezerra

Adriana Silva

INTRODUÇÃO: O paisagismo brasileiro é referência internacional, pelos excelentes trabalhos apresentados nessa extensa e complexa área de estudo. Entre os que contribuíram com a difusão, e a conseqüente posição de destaque do Brasil no cenário mundial, está a arquiteta paisagista Rosa Grená Kliass. Ocupando um lugar de pioneirismo, o resultado de suas intervenções pode ser apreciado em algumas cidades brasileiras, através das obras que comprovam e respaldam sua importância dentro do contexto histórico nacional. A decisão por seguir na carreira de paisagista, depois de formada, veio por admiração e influência do arquiteto paisagista, Roberto Coelho Cardoso, contemporâneo de Burle Marx que também trabalhou com este. Roberto Coelho Cardoso lecionou na FAU-USP, e ocupando a cadeira da disciplina de Arquitetura Paisagística naquela instituição, apresentou uma concepção diferente do que se praticava nas hortas e pequenos jardins naquele período, cujos trabalhos eram mais voltados para a Elite. Segundo Kliass (2006), ao assumir aquela cadeira para lecionar, naquele momento ele estava a impulsionar o campo da profissão de paisagista no país, já que a inspiração dos jardins e hortas que era responsabilidade de jardineiros, tinha uma concepção europeia, trazida e inspirada nas cidades daquele continente. O presente trabalho aplica-se a fornecer o conhecimento e a compreensão da vida e obra da arquiteta paisagista, e apresentando o objetivo e as inspirações que confere forma e identidade às suas intervenções.

OBJETIVO: Este trabalho tem como objetivo escrever a obra da arquiteta e mostrar que seus projetos abrangem diferentes escalas de intervenção. Nessa forma de divisão, e na observação criteriosa, ela busca captar os problemas e as necessidades do espaço, em perspectivas que possibilitam um enfoque de como melhor intervir no lugar. No livro “Rosa Kliass – Desenhando Paisagens, moldando uma profissão”, de autoria da própria Rosa e da escritora Ruth Verde Zein (KLIASS, 2006) é possível observar na apresentação de seus projetos, a divisão das escalas trabalhadas, pela separação dos níveis: Paisagem e ambiente, Paisagem e cidade, e Paisagem e Arquitetura. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa classifica-se como descritiva, quanto à finalidade básica; de cunho qualitativo, tendo como técnica de coleta a pesquisa bibliográfica em sites especializados e livros sobre o autor. Assim gerando a oportunidade de alunos estudantes de arquitetura e urbanismo a se aprofundarem mais sobre o assunto citado no texto acima. Processo esse prazeroso e compensador de conhecimentos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Apesar de apresentar uma carreira independente, esse trabalho em conjunto lhe possibilitou a parceria e amizade com profissionais de renome e em áreas diversas, desde antropólogos, engenheiros, geógrafos entre outros. O resultado desse trabalho minucioso pode ser visto pelas propostas que conferem um excelente resultado de suas intervenções. Seja em projetos de maior ou de menor escala, ela visa corresponder à necessidade e o gosto do cliente (no caso de obra particular), à necessidade e o respeito ao usuário (em obras públicas). No livro “Rosa Kliass Desenhando Paisagens, moldando uma profissão”, de autoria da própria Rosa e da escritora Ruth Verde Zein.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A forma de desenvolvimento em seus trabalhos adequa a estética à integração com o projeto arquitetônico, buscando sua adequação, e fazendo uso de vegetação nativa, que é sua marca registrada. Abordando sobre o respeito em cada projeto, ela se intitula “sem estilo”, justificando que: “o que norteia meu trabalho é o significado e o caráter de um projeto”. E ressalta que um projeto sem significado não é nada. Explicando que dependendo do projeto, aceitará ou não executá-lo, mediante suas convicções e conforme o

significado deste. Esse comportamento de compromisso com as próprias convicções rendeu-lhe o título de “Paisagista Rebelde”, conferida por uma revista chilena. Ainda segundo Kliass, “É um prazer visitar um local que foi projeto meu e constatar que as coisas que você imaginou estão acontecendo. É uma das coisas mais incríveis e prazerosas de uma criação, porque realmente criei algo que foi palco para alguma coisa, que aconteceu mesmo.” A entrevista foi concedida em um período que deu aulas naquele país. Quanto a isso, ela afirma que respeitar o cliente, é esclarecê-lo sobre aquilo que no momento não é do conhecimento dele. **CONCLUSÃO:** Em síntese, pode-se concluir que a arquiteta paisagista Rosa Grena Kliass, considerando sua trajetória, e a repercussão das intervenções paisagísticas concretizadas por ela, assim como o seu consequente sucesso, é assertivamente uma contribuição de peso, para que nosso paisagismo brasileiro possua o merecido destaque no cenário mundial. No decorrer de sua carreira, as experiências realizadas lhes permitiu desenvolver uma concepção livre de estilos, mas com o um senso nacionalista, que cuja intervenção respeita o meio ambiente e o usuário que se utilizará do espaço, por ela desenvolvido.

Palavras-chave: Rosa Kliass. Paisagismo. Vegetação Nativa.

REFERÊNCIAS

GRUPO Pini. Entrevista. Edição 223, out. 2012. Disponível em:< <http://www.au.pini.com.br/>> Acesso 20 set. 2016.

KLIASS, Rosa. Rosa Kliass. **Desenhando paisagens, moldando uma profissão**. São Paulo, Senac São Paulo, 2006

PAISAGEM construída. Revista Vitruvius, v.1, mar. 1997. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo>>. Acesso 24 set. 2016.

VIABILIDADE DA INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS DA EXTRAÇÃO DA SCHEELITA EM CONCRETOS DESTINADOS A APLICAÇÃO DE PISOS CIMENTÍCIOS

AUTORES:

Luanna Nari Freitas de Lima

Fernando Henrique Lucio da Silva

Felipe Ferreira Monteiro

INTRODUÇÃO: Com o aumento dos problemas ambientais, é sabido que eles afetam diretamente a saúde e qualidade de vida da população, um desses problemas é o grande consumo dos recursos naturais pela indústria da construção civil e, conseqüentemente, o descarte incorreto desses resíduos no meio ambiente (PAIVA, 2013). Estima-se que o consumo dos recursos naturais extraídos na construção civil seja responsável por 20% a 50% do planeta (JOHN, 2000). Com os avanços das pesquisas e o ideal de sustentabilidade e uso racional dos recursos naturais, surge a necessidade da utilização de resíduos que são gerados pela indústria da construção civil, como forma de aproveitamento do material e de uma mitigação do impacto gerado, um deles é o resíduo do minério da Scheelita que pode ser incorporação juntamente com o concreto de cimento Portland. O nome Scheelita foi uma homenagem ao descobridor, Honors Karl Wihelm Scheele, pertencente a classe dos tungstatos. O tungstato de cálcio é composto por CaWO_4 (CaO à 19,4% e WO_3 à 80,6%) (ARAÚJO, 2013). O metal tungstênio é não ferroso, apresenta alta densidade, um alto ponto de fusão, sendo superior a 4.500°C e boa condutividade elétrica (MACHADO, 2012). É encontrado nos locais subterrâneo das minas de exploração e é extraído através de emissões de raios ultravioletas, pois apresenta altas sensibilidades a esta radiação (ARAÚJO, 2013). O Rio Grande do Norte é um dos estados mais abundantes em jazidas minerais do Nordeste. A mineração Tomaz Salustino, ou como é conhecida, Mina Brejuí, foi considerada a maior mina de Scheelita da América do Sul, localizada no município de Currais Novos. A Mina iniciou suas atividades de exploração em 1943, data em que foi descoberto o minério no município (PAIVA, 2013). A extração do minério da Scheelita está atrelada aos fatores ambientais, sendo um deles as alterações estéticas da paisagem, em que formam extensas dunas brancas desse resíduo devido as atividades de extração. A Mina produz cerca de 50m^3 de resíduo por dia (365 dias/ano), ou seja, mais de 18.000m^3 de resíduo por ano (PAIVA, 2013). Faz-se necessário diante dessa realidade que alternativas ecologicamente e economicamente viáveis sejam adotadas para a utilização de resíduos dessa atividade mineradora. Diante desse contexto e buscando aproveitar possíveis propriedades do metal tungstênio ainda contidas no resíduo da extração, esse artigo tem como objetivo propor a utilização de resíduos da extração da sheelita como agregados para formulação de concretos destinados a placas usadas para pisos. Sendo assim como a adição do resíduo deseja-se obtenção de maior estabilidade térmica. **METODOLOGIA:** apresentou-se a partir de uma estratégia de pesquisa descritiva, como meios de pesquisa bibliográfica, com um inventário de publicações que identifiquem os aspectos positivos e negativos da adição do resíduo da produção de scheelita no concreto. Há ensaios que se tornam necessários para avaliação das características de concretos com a incorporação de resíduos para aplicações térmicas, como a análise granulométrica do resíduo da extração de sheelita pela norma (ABNT, 2003), testes de resistência a compressão de corpos de prova normatizados (ABNT, 1996) formulados com a substituição de agregados por resíduos, avaliações das propriedades de propagação térmica de placas de concreto formuladas com incorporação de resíduos e testes de emissividade térmica para avaliar o conforto e assim avaliar sua aplicação em ambientes urbanos. Tanto para as propriedades mecânicas, como para a propriedade de barreira térmica torna-se essencial que os testes

verifiquem a contribuição de cada fração granulométrica do resíduo, pois a atividade mineradora está caracterizada por possuir a obtenção de diversos minerais em uma única rocha extraída, esse fato pode conduzir a diferentes propriedades em função da natureza morfológica do tipo de resíduo. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O tungstênio é o 18º elemento mais abundante da crosta terrestre e que o mesmo se apresenta na maioria dos casos na forma de tungstatos: volframita, scheelita, ferberita (FeWO_4) e hubnerita (MnWO_4), com teores de WO_3 da ordem de 75-80% em massa e, que a scheelita e a volframita são hoje a principal fonte do tungstênio produzido no mundo (PAULINO; AFONSO, 2013). Em relação ao concreto, as principais propriedades térmicas são a condutividade térmica, difusividade térmica, calor específico e o coeficiente de dilatação térmica. A maioria dos materiais de construção perdura uma relação direta entre a variação de temperatura e as alterações dimensionais (MORAVIA, 2004). Posto isso, o estudo das propriedades térmicas do concreto é importante para que possamos conhecer, compreender e prever o comportamento deste material com a variação de temperatura. As propriedades térmicas dos concretos de cimento Portland são as propriedades mais ignoradas e menos entendidas na Construção Civil. Quando os coeficientes de dilatação térmica do agregado e da pasta de cimento diferem muito entre si, uma grande variação de temperatura pode causar um movimento diferencial e conseqüentemente, ruptura das ligações entre as partículas dos agregados e a pasta que os envolve (NEVILLE, 1997). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para tanto, os resíduos da extração de scheelita podem ser uma alternativa viável, pois tratam-se de materiais ricos em minerais de sílica (quartzo) e minerais carbonatos (calcita) (MACHADO, 2012). Fernandes (2011) através dela identificou os principais minerais presentes no resíduo como sendo: Quartzo (SiO_2), Calcita (CaCO_3), Albita ($\text{Na}(\text{Si}_3\text{Al})\text{O}_8$), Anortita ($\text{Ca}(\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_8)$) e Biotita ($\text{KMg}_2\text{Al}_2\text{Si}_3\text{O}_{11}(\text{OH})$). Porém, de acordo com Oliveira e colaboradores (OLIVEIRA, 2015) “torna-se importante identificar qual a predominância de cada mineral em cada granulometria desse resíduo, para de posse desse dado direcionar a escolha granulométrica para maximização da contribuição de agregado, bem como, evitar possíveis patologias decorrentes de minerais indesejados”. Ainda de acordo com Fernandes (2011) a distribuição dos teores de WO_3 nas frações de resíduos aumenta com a diminuição do tamanho de partícula e aproximadamente 67% desse teor está distribuído com o tamanho de partícula abaixo de 74 μm . Espera-se então, com a utilização da granulometria e proporções adequadas do resíduo, a placas formuladas apresentem boa propriedade de estabilidade térmica. **CONCLUSÕES** O trabalho poderá gerar uma considerável contribuição para a sustentabilidade, visto que o aproveitamento desse resíduo em relação ao meio ambiente pode minimizar os impactos ambientais, reduzindo os consumos de materiais e com isso, reduzindo os resíduos gerados, tendo assim um aumento e uma conservação na preservação ambiental.

Palavras-chave: Scheelita. Concreto. Fatores Ambientais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. E. **Estudo de caso:** uso de resíduo da Scheelita em argamassa e concreto. 2013. 49 f. Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos/RN, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 7215. Cimento portland.** Determinação da resistência à compressão. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

_____. **NBR NM 248. Agregados.** Determinação composição granulométrica. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

FERNANDES, B. R. **Aproveitamento dos finos de scheelita utilizando concentração centrífuga e lixiviação ácida.** 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

JOHN, V. M. **Reciclagem de resíduos na construção civil:** contribuição para metodologia de pesquisa e desenvolvimento. 2000. 113 f. Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil, São Paulo, 2000.

MACHADO, T. G. **Estudo da adição de resíduo de Scheelita em matriz cerâmica:** formulação, propriedades e microestrutura. 2012. 143 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação de Ciências e Engenharia de Materiais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MORÁVIA, W. G. **Comportamento térmico e avaliação microestrutural de concretos leves produzidos com argila expandida.** 2004. 104f. Dissertação (Mestre em Engenharia Metalúrgica e de Minas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

NEVILLE, A.M. **Propriedades do concreto.** São Paulo: PINI, 1997.

OLIVEIRA A. V. L. C. de et al. Caracterização de resíduos da extração da scheelita e possibilidades de uso na Engenharia Civil. In: ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX – ENEX. Natal. **Anais...** Natal, 2015.

PAIVA, E. H. G. **Avaliação do concreto de cimento Portland com resíduo da produção de Sheelita em substituição ao agregado miúdo.** 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

PAULINO, J. F.; AFONSO, J. C. **Química nova na escola.** v. 35, n.2, p.141-142, maio 2013.

O PUB E BISTRÔ DA CIDADE ALTA – NATAL/RN

AUTORES:

Sandy Silva Sobral
Sueny Geovana Alves da Silva
Vagnei Kledson Ferreira
Monique Lessa Vieira Olimpio

INTRODUÇÃO O presente trabalho objetiva apresentar a proposta projetual de intervenção arquitetônica no Casarão do Arquivo Arquidiocesano, localizado no bairro de Cidade Alta, Natal/ RN. O edifício, de reconhecido valor patrimonial, está situado na recente poligonal de tombamento efetuada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), na área delimitada como Centro Histórico de Natal. A importância deste resumo está vinculada à promoção de uma conscientização sobre a necessidade de preservar edifícios de reconhecido valor patrimonial, adaptando-os às realidades contemporâneas de uso. **METODOLOGIA** O método utilizado, para o desenvolvimento do projeto, consolidou-se a partir do levantamento documental, do edifício em questão, obtido pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Facex – UniFacex, como: projetos arquitetônicos, artigos, publicações na imprensa, entrevista com funcionários do IPHAN e da Arquidiocese de Natal, além da visita in loco, onde pode ser feito registros fotográficos, levantamento arquitetônico, análises do estado de conservação e fatores de risco. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** Conforme pesquisa histórica realizada, a construção do Casarão do Arquivo Arquidiocesano teve início no ano de 1930, sendo inaugurada em 1935, e em 1936 começou o seu funcionamento. Durante muitos anos o edifício funcionou como Confederação Católica e o dispensário Sinfrônio, mas nos anos 1970 ficou desocupado, fechado por quinze anos. Nos anos 80, o prédio foi alugado temporariamente para um setor do TRE. Em seguida foi alugado a Gráfica Nordeste que ficou assumindo até os anos 2000. Em 2005 houve uma vistoria do Corpo de Bombeiros que interditou a edificação até que houvesse uma estabilização. Atualmente, o edifício encontra-se sem uso, e possui um péssimo estado de conservação. Apesar do edifício está parcialmente arruinado ainda é possível determinar seu estilo arquitetônico e seus materiais construtivos. A edificação se classifica como eclética, e é constituído por alguns materiais, entre eles alvenaria de tijolo maciço cozido com argamassa bastarda – areia, barro e cal – arenito de praia, granilite e concreto armado. Todos os dados coletados foram de grande valia para o desenvolvimento deste trabalho. **ANÁLISES E DISCUSSÕES** Pode-se observar que ao longo dos anos, a questão da preservação patrimonial enriqueceu e alargou o seu campo, sendo possível observarmos que o interesse preservacionista está voltado, sobretudo, para conjuntos urbanos, comumente chamados de áreas urbanas centrais ou centros históricos, que atravessaram, ao longo dos anos, um processo de declínio econômico e de consequente deterioração de seus espaços. Tais acontecimentos, normalmente decorrentes da expansão da malha urbana e da formação de novos núcleos periféricos, provocaram, em parte, a perda da importância dos centros tradicionais, que passaram a ser cada vez menos alvo dos investimentos público e privado. Mediante a este cenário, intervenções vêm sendo realizadas ao longo dos anos, objetivando a recuperação não só de aspectos econômicos, mas também simbólicos e culturais destas áreas. Muitas dessas intervenções caracterizam-se por ações e estratégias integradas com intervenções em espaços urbanos, humanização de áreas públicas, recuperação de edifícios degradados, requalificação econômica e incremento a usos de lazer e cultura. Considerando esse fenômeno, é relevante a reflexão realizada por Tiesdell, Oc e Heath (1995) que afirmam que estas áreas são: “evidências visíveis do passado podem contribuir pedagogicamente e educacionalmente para a identidade cultural e a memória de determinado povo ou lugar,

localizando a sociedade contemporânea em relação à tradição anterior e dando sentido ao presente através da interpretação do passado” (TIESDELL; HEATH, 1996, p.15). Diante deste contexto, o Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Facex (UniFacex), possui em sua grade curricular a disciplina Projeto Arquitetônico III: Restauração, na qual foi, pelos alunos do sexto período. O projeto realizado propõe o reuso do edifício, para abrigar um estabelecimento comercial do tipo “pub” e bistrô, com o objetivo de trazer ao local uma movimentação mais frequente ao longo do dia e da noite. Buscou-se referenciar o projeto de restauração de acordo com conceitos e ideologias historicistas, no qual as novas intervenções mantêm a edificação autêntica e não tiram a integridade do projeto original, ou seja, se conserva o estado do bem cultural e de suas características. A proposta de intervenção visa consolidar e conservar as alvenarias externas originais do edifício, embasada na teoria de John Ruskin, que é o pioneiro na defesa da autenticidade, que está diretamente ligada à noção de verdade do valor de um patrimônio e da conservação de uma edificação. Esse teórico tinha como objetivo sugerir uma nova teoria de percepção permitindo evidenciar os aspectos estéticos, ou seja, marcava em suas ideologias a importância da pátina (“mancha dourada do tempo”) realçando os sinais do tempo. A proposta projetual também dialoga com a categoria de intervenção denominada de continuidade contextual, que possui uma posição intermediária, na qual as inserções contemporâneas são inseridas no meio edificado preexistente sem denegrir a integridade deste conjunto. Aponta também, que as inserções arquitetônicas possuem uma relação de “envolvimento com a tradição arquitetônica do contexto procura ser, aqui, não uma cópia ou imitação, mas uma interpretação” (TIESDELL; HEATH, 1996, p. 194-195). Baseados nesta fundamentação teórica, a proposta arquitetônica realizada pelos alunos, propõe a restauração arquitetônica no Casarão do Arquivo Arquidiocesano, com a inserção dos elementos contemporâneos, que possuem como referência o casal Peter e Alison Smithson, ícones da arquitetura nos anos 50 e considerados os fundadores do Brutalismo inglês. Eles fizeram parte de um grupo de artistas que pensavam na cidade e tinham o compromisso com a ética que também é estética, ou seja, trazia à tona a fidelidade dos materiais privilegiando a estrutura. Desse modo eles faziam a relação entre o meio e os materiais, onde o edifício contaria sua própria história. Esse processo é revelado com as estruturas metálicas, alvenaria de tijolo maciço e painéis pré-fabricados aparentes, como no Smith High School, localizado em Husntanton, Norfolk (1949-1954). As fachadas da nova proposta têm influências do casal Smithson que toma como partido o processo construtivo a honestidade estrutural, onde é apresentada na transparência com o uso dos vidros, fazendo com que a luz entre no salão. A textura das paredes em ruínas realça a ideia de verdade estrutural, que se apresenta por meio do uso dos tijolos aparentes, sendo vistos também na parte posterior da edificação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Espera-se a partir da apresentação desta proposta projetual contribuir com a consciência da responsabilidade cultural e social envolvidas em projetos de transformação de áreas urbanas, conjuntos arquitetônicos e edifícios de interesse para preservação como testemunhos únicos, que devem ser transmitidos para gerações futuras, onde as intervenções contemporâneas se manifestem, valorizando o preexistente e promovendo um diálogo com a contemporaneidade.

Palavras-chave: Proposta Projetual. Casarão do Arquivo Arquidiocesano. Revitalização.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Claudio Silveira. John Ruskin e o desenho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. 11., Salvador. **Anais ...** Salvador, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

OLIMPIO, Monique Lessa Vieira. **O registro de procedimentos metodológicos em projetos de intervenção arquitetônica no patrimônio edificado: o caso de Natal-RN**. Natal, RN, 2015.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters**. Oxford: Architectural Press, 1996.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETOS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO. Salvador. **Anais...** Salvador, 2008.

ACESSIBILIDADE NO ENTORNO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX

AUTORES:

Sandy Silva Sobral
Sueny Geovana Alves da Silva
Vagnei Kledson Ferreira
Adriana Conceição Silva Costa
Luana Leão do Nascimento, Fernando Gomes de Souza

INTRODUÇÃO: Este estudo surgiu a partir da observação e reflexão sobre a abordagem da acessibilidade e o deslocamento no entorno do Centro Universitário FACEX, dando ênfase nos principais acessos à instituição, como a BR 101, Avenida Ayrton Senna e Avenida Engenheiro Roberto Freire. Trazendo como discussão o planejamento do espaço urbano, a importância de se identificar as necessidades em relação ao ambiente construído e as dificuldades no seu deslocamento, objetivou-se discutir a acessibilidade de uma forma geral nas adjacências da Universidade Facex, sendo este localizado no bairro Capim Macio/Natal.

METODOLOGIA: Este resumo tem como método de pesquisa dedutivo, “usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão” (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993), sendo esta pesquisa básica quanto à finalidade, e quanto aos objetivos classificada como exploratória. “A pesquisa exploratória procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno” (RICHARDSON, 1989, p. 281). Para se chegar ao objetivo este resumo utilizou como procedimento de coleta de dados uma observação não participante e um levantamento através de um instrumento de coleta (questionário) aplicado à comunidade acadêmica, no entorno do Centro Universitário Facex – UniFacex, pesquisado nos dias 19 e 20 de setembro de 2016 no período noturno. Tendo sido aplicados 100 (cem) cópias do instrumento e devolvidos 97, devidamente preenchidos, nos permitiu inferir observações quanti/qualitativas. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Na pesquisa feita sobre acessibilidade, que de acordo com Azevedo (2003) “ser acessível é a condição que cumpre um ambiente, espaço ou objeto para ser utilizado por todas as pessoas”, identificou-se que 66,67% dos entrevistados utilizam o transporte coletivo para chegar até a instituição de ensino, seguido de 23,23% das pessoas que contam com o carro como meio de locomoção. Posteriormente, foi questionado “se o tipo escolhido for ônibus, qual a parada você utiliza para o acesso à instituição?” e 46,27% responderam que a parada onde esperam o ônibus está localizada na BR 101, conseguinte ponto de ônibus em frente ao Shopping Cidade Jardim, situado na Avenida Engenheiro Roberto Freire, com 22,39% de marcações. Por mais que tenha sido questionado aos respondentes se eles tinham de alguma necessidade especial, e 98,95% destes disseram que não, fica claro que as pessoas estão situadas das falhas existentes no percurso. Um questionamento feito foi dado como afirmativo 78,35%, para os desníveis nos degraus e rampas que atrapalham o trajeto, assim como 67,01% das pessoas identificam avarias (buracos, rachaduras, ondulações) que estejam dificultando ou impedindo a circulação dos mesmos. Outro questionamento feito foi a respeito das calçadas. Foi perguntado “as calçadas que permitem acesso à instituição atendem um bom tamanho para passagem de todo e qualquer usuário?” e 57,73% dos entrevistados disseram que não. Quando indagado sobre a opinião sobre o piso utilizado nas calçadas se atende a toda e qualquer pessoa, independente da sua necessidade, 77,89% disseram que não. Ainda referente ao acesso de qualquer tipo de pessoa, independente da sua necessidade especial, perguntamos se o que as pessoas achavam se as faixas de pedestres presentes no caminho atendiam as necessidades dos usuários e quase a metade dos usuários acharam que sim (49,48%). Em se tratando de equilíbrio nas respostas, metades dos respondentes acha que

há presença de arborização presente no caminho até a faculdade. Quando se pergunta sobre a presença do piso tátil (piso direcionado para deficientes visuais) por todo o trajeto, 65,98% responderam que não. Sobre a acessibilidade mediante os equipamentos urbanos presentes no entorno, 79,17% das pessoas acham que não há possibilidade para acessibilidade das pessoas com deficiência até a unidade. Ao avaliar a questão de uma possível sinalização de trânsito, 56,25% acha desnecessária. E por fim, avaliou-se que um pouco a mais da metade dos questionados (56,70%) acham que em algum ponto do caminho, não existe a falta de calçamento nas vias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O presente estudo evidenciou, com base nas respostas dos usuários, que a questão da acessibilidade ainda é algo preocupante e discutido entre a população que transita no bairro de Capim Macio, em especial o entorno da instituição de ensino Unifacex. Foi observado, a partir dos problemas levantados, que as soluções são possíveis, simples e de baixo custo. O poder público municipal tem a responsabilidade de garantir a função social da cidade, e a acessibilidade urbana deve ter espaço garantido nas discussões e agendas das políticas públicas, buscando reduzir as desigualdades sociais e promover a justiça social e a qualidade de vida urbana. Acredita-se que este estudo possa servir de referência para futuras melhoras de acessibilidade a todos, mas principalmente no entorno da instituição de ensino Unifacex.

Palavra-chave: Acessibilidade. Espaço urbano. Entorno do Unifacex.

REFERÊNCIAS

DARELLI, Lúcio Eduardo. **A ciência e a complexidade: o mundo que construímos, e, que nos contrói.** Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/ciencia-e-complexidade>>. Acesso em: 14 out. 2016, as 10h06min.

INSTITUTO NOVO SER. **Transformando obstáculos em desafios. o que é acessibilidade.** Disponível em: <http://www.novoser.org.br/instit_info_acess.htm>. Acesso em: 14 out. 2016, as 12h18minh.

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE MARKETING – RIMAR. v.2, n.2, p. 21-37, Jul./Dez. 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

DIMENSIONAMENTO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO E DO SISTEMA DE RECALQUE DE UM EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL

AUTORES:

Brenda Gabriela de Araujo Melo

Fernando Gomes de Souza

Luana Leão do Nascimento

RESUMO: O presente trabalho visa realizar o dimensionamento dos reservatórios superior e inferior, e do sistema de bombeamento de uma torre de um empreendimento residencial. Serão apresentados os parâmetros utilizados para os cálculos e o conjunto motor-bomba escolhido para o sistema. No empreendimento, foi utilizado para abastecimento de água fria, o sistema misto com bombeamento em função da altura manométrica a ser vencida. O correto dimensionamento impacta em toda a população, pois se a capacidade de reservação for menor que a mínima, faltará água para os consumidores quando a concessionária suspender o abastecimento para manutenção da rede. Além de ruídos gerados por bombas subdimensionadas e instaladas de forma inadequada. **INTRODUÇÃO:** O consumo de água pode variar muito, dependendo da disponibilidade de acesso ao abastecimento e de aspectos culturais da população, entre outros. Alguns estudos mostram que, por dia, uma pessoa no Brasil gasta de 50 a 200 litros de água. Portanto, com 200 litros de água por dia utilizado de forma racional, vive-se confortavelmente. Baseando-se nisso, o presente trabalho tem como objetivo exemplificar um empreendimento vertical de uso misto e a partir deste determinar o consumo de água do edifício, o dimensionamento e a escolha dos reservatórios, e o dimensionamento e escolha do conjunto motor-bomba. **METODOLOGIA:** Com o intuito de chegar aos resultados de forma mais eficaz foi analisado os tipos de reservatórios, o tamanho ideal, tipo de vazão, tipo de bomba baseando em pesquisas bibliográfica. A principal obra adotada para a pesquisa bibliográfica foi o livro CARVALHO JR., Roberto. Instalações Prediais hidráulico-sanitárias: Princípios básicos para elaboração de projetos. E o projeto. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2014. O embasamento dessa pesquisa foi realizado com natureza qualitativa e quantitativa de forma básica e objetiva. A pesquisa pode ser caracterizada como exploratória. **ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES:** Para o dimensionamento dos reservatórios de água fria é preciso conhecer o consumo diário per capita e o consumo diário da residência. Para calcular o consumo diário de água dentro de uma edificação, é necessária uma boa coleta de informações: pressão e vazão nos pontos de utilização; quantidade e frequência de utilização dos aparelhos; população; condições socioeconômicas; clima; entre outros. O memorial descritivo de arquitetura também deve ser convenientemente estudado, pois algumas atividades básicas e complementares, como piscina e lavanderia podem influenciar no consumo diário. Na ausência de critérios e informações, para calcular o consumo diário de uma edificação, utilizam-se tabelas apropriadas: verifica-se a taxa de ocupação de acordo com o tipo de uso do edifício e o consumo per capita (por pessoa). De acordo com a tabela, para apartamentos, é adotado o valor de 200 per capita. Tanto os apartamentos, quanto os duplex do projeto a ser analisado, possuem 03 dormitórios. O empreendimento residencial possui 03 apartamentos por andar, e 07 andares de apartamentos. Considerando duas pessoas por dormitório, estima-se 6 pessoas por apartamento. Portanto o residencial possui 126 pessoas. Sendo assim o consumo diário do edifício equivale a 126 pessoas que consomem em média 200 l/dia, totalizando 25.200 l/dia. Sabendo do consumo diário do edifício, podemos calcular a dimensão do reservatório que será necessária para o edifício. Multiplicando o consumo por 2 dias, e, teremos o volume de 50.400 litros para reservação do empreendimento. Para maior conforto da estrutura do edifício, recomenda-se que 60 % da capacidade de reservação seja armazenada no

reservatório inferior e 40 % no reservatório superior. Sabendo disso é possível realizar a escolha do reservatório ideal para o empreendimento. Para realizar o dimensionamento do sistema de bombeamento será identificada a vazão total do sistema a ser recalçada e a altura manométrica para escolher a bomba mais adequada para o empreendimento. O sistema de recalque é constituído pela tubulação de sucção, conjunto motor-bomba 1+1, e a tubulação de recalque. A vazão da bomba de recalque foi determinada pela razão do consumo médio diário da torre pelo tempo de funcionamento da bomba. O diâmetro de recalque foi determinado pela equação de Forchheimer que relaciona a vazão da bomba, em m³/s, e as horas de funcionamento da bomba no período de 24 horas. E o diâmetro de sucção adotado foi o diâmetro comercial imediatamente superior ao da tubulação de recalque. Foram consideradas as perdas de cargas localizadas (conexões) e distribuídas (comprimento da tubulação) do sistema. A altura manométrica total (ΔH_{total}) foi determinada pelo somatório da altura manométrica de sucção ($\Delta H_{sucção}$) mais a altura manométrica de recalque ($\Delta H_{recalque}$).

Palavras-chave: Dimensionamento. Reservatório. Consumo. Bombeamento

REFERÊNCIAS

BORGES, Ruth S.; BORGES, Wellington L. **Instalações hidráulico-sanitárias e de gás**. 4. ed. São Paulo: PINI, 1992.

CARVALHO JR., Roberto. **Instalações Prediais hidráulico-sanitárias**: princípios básicos para elaboração de projetos e o projeto. São Paulo: Edgard Blucher, 2014.

CREDER, H. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GONÇALVES, Orestes M. et al. **Execução e manutenção de sistemas hidráulicos prediais**. São Paulo: Pini, 2000.

PRADO, Racine T. A. et al. **Execução e manutenção de sistemas hidráulicos prediais**. São Paulo: PINI, 2000.

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ANÁLISE DO TEMPO DE REVERBERAÇÃO EM SALAS DE AULA DO UNIFACEX

AUTORES:

Eylisson André dos Santos
Jeremias dos Anjos Batista Filho
Carlos Eduardo Ferreira Cruz
Henrique de Sousa Medeiros.

INTRODUÇÃO: Muitos pesquisadores já estudaram os efeitos dos ruídos em professores e alunos em diversas escolas. Dentre os principais problemas relatados nestes estudos estão a influência da acústica das salas de aula, o que traz problemas de voz para o professor, acarretados pela necessidade de falar alto e a dispersão da atenção dos alunos, prejudicando assim o aprendizado. Em acústica, define-se a reverberação como a persistência do som no ambiente. O tempo de reverberação (TR) é uma característica acústica de ambientes fechados que determina o quão rápido o som emitido por uma fonte sonora decai dentro de uma sala. É um importante indicador da qualidade do som dentro de uma sala de aula. O TR é obtido através de modelos matemáticos ou através de medições com instrumentação adequada. Os modelos mais conhecidos para obtenção do TR são os modelos de Sabine e Eyring-Norris. Para calcular o TR estes modelos levam em consideração o volume da sala, os coeficientes de absorção acústico (CA) dos materiais de revestimento de suas paredes, piso e teto, para cada frequência sonora. A equação mais difundida para o cálculo do TR foi desenvolvida pelo grande pioneiro da moderna acústica de salas, o físico norte-americano Wallace Clement Sabine. A Equação de Sabine, como ficou conhecida e leva em consideração o volume da sala e os materiais de revestimento das paredes com seus respectivos coeficientes de absorção sonora (ZANNIN et al., 2004). O objetivo deste trabalho foi calcular os TRs com o modelo de Sabine, em salas de aulas do Centro Universitário Facex – UNIFACEX e comparar os resultados com os padrões recomendados por normas, para diferentes frequências.

METODOLOGIA : Para se atingir os objetivos propostos para esse trabalho foi feita uma revisão bibliográfica, identificando a importância da acústica no desempenho das salas de aula, elaboração de parâmetros de conforto acústico, verificação do tempo de reverberação e os materiais presentes na construção da sala de aula. Foi utilizado o modelo de Sabine na realização dos cálculos envolvidos para o tempo de reverberação, levantados das interferências internas e externas que afetam no conforto acústico em salas de aula, e classificação para propor soluções acústicas para as salas de aula. Para tal foram calculados os tempos de reverberação com vista a obter resultados e conclusões, no intuito de melhorar as condições acústicas das salas de aula. Considerando o volume da sala, sua área e os coeficientes de absorção é possível calcular o tempo necessário para que energia sonora decaia de 10^6 do seu valor inicial. Este tempo é definido como TR da sala. O TR é sempre calculado com a sala desocupada, prevendo-se assim o pior cenário possível dentro da sala de aula, além de portas e janelas fechadas. O modelo utilizado para os cálculos de TR foi o proposto por Sabine, que é dado pela equação abaixo:

$$T_R = 0.163 \cdot \frac{V}{\sum S \cdot \alpha}$$

A avaliação foi realizada nas salas de aula da unidade II do Centro Universitário Facex – UNIFACEX, onde as mesmas obedecem uma padronização, possuindo medidas iguais (pé direito = 2,5m; largura = 12m e comprimento = 7,9m). No interior de cada sala há em média 60 carteiras, uma lousa e um ar condicionado. O piso é revestido com material cerâmico e o

teto com forro de gesso. Há seis janelas do tipo maxim-ar instaladas no fundo da sala, formando uma abertura só para ventilação, medindo 0,4 x 6,3m, em oposição à porta de acesso, que mede 0,74 x 1,95 m. Os coeficientes acústicos utilizados nos cálculos de TR foram retirados da literatura, todos baseados na norma NBR 12179 (1992), onde foram trabalhadas as bandas de frequências de 125, 250, 500, 1.000, 2.000 e 4.000 Hz. Já os limites de TR médio em frequências utilizados, para salas de aula foram retirados da norma ANSI S12.60 (2002), primeira norma no mundo que especifica parâmetros sobre a acústica de escolas. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A relação fonte-ruído diz respeito à capacidade do timbre e potência da voz do Professor serem capazes de ultrapassar o ruído existente na sala de aula. E finalmente, a distância professor-aluno que, quanto maior, mais difícil fica para o aluno entender o que o professor está falando. A questão acústica tornou-se mais importante porque o número de fontes produtoras de ruído é cada vez maior e as suas consequências para o homem são cada vez mais prejudiciais. Não são raros os casos em que professores são obrigados a afastar-se do exercício profissional ou até mesmo a diminuir a carga de trabalho para recuperar a capacidade de fala. Numa sala ruidosa, o professor tende a superar os ruídos competitivos elevando a intensidade da voz. Isso caracteriza o “Efeito Lombard”, que corresponde a essa tendência onde quem fala mantém uma relação constante entre o nível da sua fala e o ruído (DREOSSI, 2004). Com o passar dos anos, o professor começa a descobrir problemas como a rouquidão, dores nas pregas vocais e na laringe, a perda da capacidade normal da fala. Lubman e Sutherland (2003) afirmam que a falta de boa acústica na sala de aula pode explicar a dificuldade com a lição de casa de alguns estudantes e o desgaste físico dos professores, com problemas na voz. Grande parte dos problemas relacionados à voz do Professor, dizem respeito aos detalhes acústicos da sala de aula, onde a reverberação é um dos parâmetros acústicos mais importantes e mais estudados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A norma ANSI S12.60 (2002) indica que o TR deve em salas de aula estar entre 0,4 e 0,6 s. Os valores encontrados de TR são mostrados na Tabela 1, onde o TR médio encontrado para as salas de aula da UNIFACEX foi de 0,9 s, valor este que está acima do recomendado.

Tabela 1: Tempo de reverberação.

Frequência (Hz)	125	250	500	1000	2000	4000	Média
TR (UNIFACEX)	0,6	0,7	0,9	1	1	1	0,9
TR (Recomendado)	0,4 - 0,6						

CONCLUSÃO: O presente trabalho avaliou, pelos métodos teórico e experimental, os tempos de reverberação de salas de aula da unidade II do Centro Universitário Facex - UNIFACEX. De acordo com a normativa, as salas de aula do UNIFACEX possuem características desfavoráveis a acústica ideal para uma sala de aula. A elevação do TR se deve sobretudo às características dos materiais adotados, que não são capazes de absorver a energia sonora. Este trabalho mostrou quais os parâmetros acústicos são importantes no projeto de salas de aula, onde através destes, foram calculados o tempo de reverberação das salas de aula do UNIFACEX. Os resultados mostram que há necessidade de tratamento acústico para obter o conforto desejado, através do uso de elementos de absorção e isolamento acústico, como sugerido na literatura. Em síntese as salas de aula estudadas, apesar de não estarem dentro dos valores recomendados por norma, necessitam de pequenos ajustes para que se possa atingir o conforto acústico desejado, uma vez que o valor médio ficou muito próximo do ideal.

Palavras chave: Sala de Aula. Tempo de Reverberação. Ruído. Acústica.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN NATIONAL STANDARD INSTITUTE – USA ANSI S12.60. **Acoustical Performance Criteria**. Design Requirements and Guidelines for Schools, 2002. Disponível em: <
http://www.sounddivide.com/uploads/content_file/asa_acoustic_requirements_for_schools-50.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **Tratamento acústico em ambientes fechados**: NBR 12179. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.
- DREOSSI, R. C. F. A Interferência do ruído na aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 2, n. 64, p. 38-47, 2004.
- LUBMAN, D.; SUTHERLAND, L. C. **Good classroom acoustics in a good investment**. Classroom Acoustics. S.l.: 2003. p. 1-2, (Papers).
- ZANNIN, P. H. T.; PAZ, E. C.; LORO, C. P. **Acoustical quality of educational buildings: the acoustic of modular classrooms**. Submetido a Applied Ergonomics em 2004.[S.l.:S.n.], 2004.

ENERGIA EÓLICA E SUA APLICAÇÃO NO NORDESTE

AUTORES:

Gislana Pereira de Oliveira

Roberto Eider Lira Neto

Dayanne Karolyne Gomes dos Santos

Ramon Allison de Sousa Figueiredo

Anderson Carlos Cunha Gurgel

INTRODUÇÃO: A energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética formada nas massas de ar em movimento. Seu aproveitamento é feito por meio da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores (ALVES, 2006). A utilização dos ventos é registrado desde 1.000 A.C., foram utilizados pelos povos egípcios, fenícios e romanos entre outros povos para a navegação. Na antiguidade, China e Pérsia utilizavam máquinas para o aproveitamento do vento em 644 A.C. No século XIII, essas máquinas foram levadas à Europa, onde suas aplicações são ampliadas (DUTRA, 2001). O Nordeste brasileiro apresenta mais da metade do potencial eólico Brasileiro, com um total na ordem de 75 GW, disponível no Brasil, equivale a aproximadamente 4 Itaipus. Esse potencial está localizado tanto na faixa litorânea quanto no interior da região, o que possibilita uma melhor distribuição dos parques eólicos. Este presente trabalho tem como objetivo principal entender como é gerada a energia através dos ventos e o porquê da região nordeste brasileira ser um excelente campo para a captação dessa energia limpa. **METODOLOGIA:**

A elaboração deste trabalho de pesquisa que resultou neste artigo, foi utilizada uma revisão bibliográfica. Segundo Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, neste trabalho utilizamos artigos e livros. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Devido à ocorrência da Crise do Petróleo nas décadas de 60 e 70, tornou-se alarmante a situação dos limites das reservas globais de recursos. Foi durante esse período, que o setor de energia renovável começou a atrair investimentos e maiores esforços para o desenvolvimento de novas tecnologias, com o objetivo de se tornar uma alternativa viável para substituir os combustíveis fósseis (JUÁREZ et al., 2014; RINGEL, 2006). Denomina-se energia eólica a energia cinética presente nas massas de ar em movimento, seu aproveitamento ocorre através da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação, com o emprego de turbinas eólicas, também denominadas aerogeradores, para a geração de energia elétrica (ANEEL, 2002). Trata-se de um recurso natural gratuito, renovável, não poluente e que se encontra disponível em todo o território, apesar de ser mais aproveitável em algumas áreas específicas. Regiões que possuem ventos com velocidades mais altas possuem maior potencial de geração de energia. Um fato relevante sobre a construção de parques eólicos é que a maioria ocorre em litorais, já que os ventos nesses locais tendem, por fatores geográficos, a serem mais fortes e constantes, tornando a produção de energia com aerogeradores mais viável. As usinas do Nordeste, em quantidade, são predominantemente térmicas, o que representa um grande risco ambiental, estando a geração de energia eólica com representação insignificante, quase inexistente. No litoral do Nordeste brasileiro, em especial no Ceará e no Rio Grande do Norte, as condições são excelentes, chegando a uma média anual de 8 metros por segundo. No Sul do Brasil,

existem ventos para geração eólica, que atingem uma média anual de 6 metros por segundo. A velocidade do vento, ao longo do ano, é um fator importante, e deve apresentar-se relativamente uniforme, para permitir o funcionamento do aerogerador, sem muita manutenção. Verifica-se, pois, que o Nordeste apresenta amplas condições de aproveitamento da energia eólica, como uma fonte viável e abundante, a complementar a energia hidroelétrica. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A avaliação do potencial eólico de uma região requer trabalhos sistemáticos de coleta e análise de dados sobre velocidade e regime de ventos. Os dados que são coletados em aeroportos, estações meteorológicas e outras aplicações similares podem fornecer uma primeira estimativa do potencial bruto ou teórico de aproveitamento da energia eólica. O Brasil possui o 5º maior território em extensão do mundo e o 1º em extensão na América Latina, temos também uma enorme faixa litorânea propícia para a geração de energia. O nordeste brasileiro tem uma grande capacidade energética, pois os ventos são constantes e sem rajadas, fazendo com que a produção de energia seja bem realizada. Existem alguns impactos socioambientais que devem ser mencionados e avaliados, dentre eles destacam-se os sonoros e os visuais. Os impactos sonoros são devidos ao ruído dos rotores e variam de acordo com as especificações dos equipamentos. A fim de evitar transtornos à população vizinha, o nível de ruído das turbinas deve atender às normas e padrões estabelecidos pela legislação vigente. Também existe a possibilidade da ameaça à pássaros, no caso de instalação em rotas de migração. Porém, esses impactos, podem ser facilmente minimizados, com o aperfeiçoamento tecnológico. Dentre seus pontos positivos, podemos destacar que a usina eólica apresenta, a vantagem de não exigir a desapropriação de grandes áreas, com deslocamentos populacionais, além de preservar os espaços utilizados pela agricultura. **CONCLUSÃO:** Com sua localização totalmente estratégica e com grande potencial eólico, é possível que a matriz energética nordestina tenha como um dos seus principais componentes, a produção de energia através dos ventos. A produção de energia elétrica, como foi mostrado, tem seus impactos ambientais, mas pode suprir grande parte da demanda energética, ampliando o acesso da população nordestina a energia. É interessante relacionar o desenvolvimento da região juntamente com a melhor distribuição da energia gerada, pois o esse melhoria de forma sustentável afeta positivamente o agronegócio e ao incremento da produção industrial nordestina, que necessariamente precisam de um estabelecimento de uma política energética. O mundo clama por medidas capazes de promover o crescimento, mas sem agressões à natureza, é o que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável. A energia é essencial para o progresso econômico e social e para uma melhor qualidade de vida, deve haver a introdução de novas fontes de energia.

Palavras chave: Energia Eólica. Energias Renováveis. Nordeste.

REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Atlas da Energia Elétrica do Brasil**. S.I, 2002.

AQUILA, giancarlo. Análise de políticas de incentivos para o aproveitamento de energias renováveis e as experiências no brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 36., João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2016.

DUTRA, Ricardo Marques. **Viabilidade técnico-econômica da energia eólica face ao novo marco regulatório do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila;

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUÁREZ, A.A. et al. Development of wind power in Brazil: political, social and technical issues. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v.39, p.828-834, 2014.

MOREIRA JÚNIOR, Fernando Delgado. **Viabilidade técnica/econômica para produção de energia eólica, em grande escala, no nordeste brasileiro**. 2009. 53 f. Monografia (Especialização) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

QUEIROZ, Fábio Ribeiro; LUZ, Rodrigo Losso. **Estudo da capacidade do setor de energia eólica à luz da abordagem soft da dinâmica de sistemas**. 2014. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

INICIAÇÃO EM PROJETOS COM ARDUÍNO, PROJETO ROBÔ SEGUIDOR DE LINHA

AUTORES:

Michelli Silva de Oliveira

Ramon Allisson de Sousa Figueiredo

Thayse Borges.

INTRODUÇÃO: O Arduíno foi criado na Itália, no ano de 2005, por Massimo Banzi (e outros colaboradores), com o propósito de criar um dispositivo que fosse utilizado em projetos escolares e que tivesse um baixo custo comparado a outros sistemas de prototipagem disponíveis naquela época. Foi projetado com o intuito de ser de fácil compreensão, fácil programação e de fácil aplicação, sendo de multiplataforma e podendo ser configurado em sistemas Linux, Mac OS e Windows. Consiste em uma plataforma de computação física que possui sistemas digitais ligados a sensores e atuadores, que possibilita construir sistemas que detectem a realidade e respondem com ações físicas. Baseia-se em uma placa microcontrolada, com acessos de entrada e saída, no qual foram desenvolvidas bibliotecas com funções que simplificam a sua programação, por meio de uma sintaxe similar a das linguagens C e C++. Nesse projeto, utilizaremos o Arduíno para fazer com que um robô siga uma linha preta em um circuito específico, onde esse robô irá detectar a partir de seus sensores a curvas e irá executá-las. O objetivo principal deste projeto é iniciarmos várias pesquisas com o intuito de desenvolver tanto a programação quanto a utilização da placa para futuros projetos, ligados às áreas da engenharia. **METODOLOGIA:** Nos procedimentos para a montagem do robô seguidor de linha com Arduíno, a primeira etapa começa com a colocação das duas rodas emborrachadas com os motores no primeiro andar do chassi, depois colocando o Drive Motor na parte de baixo do carrinho e após isso, os fios do motor devem ser colocados no Drive de acordo com as devidas polaridades entre positivo e negativo, com esses componentes colocados na parte de baixo do chassi a segunda etapa é parafusar o segundo andar, depois disso o Arduíno deve ser parafusado no segundo andar com isso o Sensor Shield deve ser encaixado na parte superior do Arduíno com os pinos nas entradas analógica e digitais. A terceira etapa começa com a colocação dos suportes das quatro pilhas e da bateria de 9V, depois conectando os fios do suporte das pilhas no Drive Motor e conectando os fios do suporte da bateria no Arduíno. A quarta etapa é conectar os fios do Sensor Shield das entradas digitais 0, 1, 3 e GND (terra) para as entradas In 1, In 2, In 3 e GND (terra) do Drive Motor. E depois conectar os três sensores de proximidade em infravermelho nas entradas de sensor 0,1 e 2 do Sensor Shield. A quinta e última etapa é escrever o código de programação e passá-lo pelo cabo IDE para o Arduíno, depois que o código estiver salvo, é só colocar as pilhas e a bateria nos seus suportes. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Por definição, o Arduíno é um micro controlador de placa única e um conjunto de softwares para conseguir programá-lo. Em termos práticos, um Arduino é um pequeno computador que você pode programar para processar entradas e saídas entre o dispositivo e os componentes que estejam conectados a ele (MCROBERTS, 2011).

O software que o Arduíno utiliza é o, Arduíno IDE. Este programa é uma aplicação multiplataforma feita em Java. Esse software é de fácil utilização para pessoas não familiarizadas com programação avançada, ele funciona com uma linguagem de programação padrão e um bootloader para rodar os códigos na placa. O hardware do Arduíno é composto por um chip micro controlador Atmel AVR de 8 bits, um cristal oscilador e um regulador de 5 volts. A placa do Arduíno tem um aspecto peculiar, através da exposição dos seus conectores permite uma integração direta entre a CPU com os dispositivos de expansão que são conhecidos como Shields. Nesse projeto, foi utilizado o Arduíno UNO, os seus aspectos

técnicos são a tensão de operação é de 5V, o micro controlador é um Atmel AVR328, um clock de 16 MHz, memória flash de 32 KB, memória SRAM de 2 KB, memória EEPROM de 1 KB, 14 pinos de conexão digital e 6 pinos de conexão analógica. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Nesse projeto foram encontradas várias dificuldades, uma delas é entender a ligação entre a programação e os componentes do circuito montado. Outra dificuldade é a conciliação de horários e o pouco tempo de laboratório com os kits completos do Arduino. Por ser uma plataforma livre e fácil de programar e utilizar, o Arduino pode ser utilizado de várias maneiras, a praticidade e a viabilidade dessa placa é muito grande, já que é uma placa barata e fácil de usar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Inicialmente, estamos em fase de aprendizado e posteriormente multiplicaremos este conhecimento para outras turmas. A escolha do robô seguidor de linha para a apresentação foi feita para que haja uma interação e, conseqüentemente, um interesse dos universitários durante a apresentação, e após o ENEX, aumente consideravelmente a procura pelos discentes da UNIFACEX.

Palavras-chave: Arduino. Robô seguidor de Linha. Sensor Shield. Software.

REFERENCIAS:

BANZI, M. **Arduino**. Disponível em:< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arduino>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MCROBERTS, M. **Arduino básico**. São Paulo: Novatec, 2011.

LOGÍSTICA REVERSA - UMA ANÁLISE DA GESTÃO DE PILHAS E BATERIAS E SUAS PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN

AUTORES:

Larissa Farias Almeida

Roberto Eider Lira Neto

INTRODUÇÃO : Com o crescente aumento do número da população mundial, surge também uma maior preocupação com a preservação do meio ambiente, levando-se em consideração a sobrevivência da geração atual, e preservar recursos para geração futura. Com esse objetivo, o desenvolvimento sustentável foi idealizado. Segundo a organização não governamental World Wide Found for Nature (WWF BRASIL, 2016), a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Uma área que se relaciona diretamente com o desenvolvimento sustentável é a logística reversa, que utiliza canais de distribuição reversos, fazendo materiais que seriam despejados no meio ambiente, causando poluição, terem um ciclo de vida prolongado (pós-consumo), ou serem transformados em novos produtos (reciclagem). Com a criação de novas tecnologias, é natural que exista uma maior rotatividade nos produtos, diminuindo seu ciclo de vida e acarretando um descarte maior dos mesmos. O presente trabalho tem como objetivo principal explicar os conceitos básicos de logística reversa e identificar quais são as principais falhas na cidade de Natal-RN para que ocorra o descarte incorreto desses produtos. **METODOLOGIA:** Este trabalho, através da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tem como objetivo principal identificar os maiores problemas encontrados pela população de Natal-RN, para o descarte correto de pilhas e baterias, utilizando os dados obtidos para gerar uma reflexão da importância da destinação correta desses materiais. Segundo Vergara (2000) a pesquisa é classificada quanto a seus fins e quanto a seus meios. Diante disso, quanto aos fins o estudo será quantitativo, visando conhecer e apresentar as percepções e expectativas dos observados. Quanto ao meio é de caráter qualitativo, buscando-se através de um trabalho de campo coletar os dados utilizando-se de um questionário aplicado aos entrevistados. De acordo com Bogdan e Biklen (2003), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. O questionário foi aplicado na cidade de Natal-RN, por meio eletrônico. 143 pessoas foram entrevistadas dos dias 17/05/2016 ao dia 25/05/2016. O principal papel do questionário, foi entender onde a população descarta pilhas e baterias, suas dificuldades no descarte correto e se eles tem o conhecimento da importância da destinação apropriada para esse tipo de produto. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A logística pode ser entendida como uma das mais antigas e inerentes atividades humanas na medida em que sua principal missão é disponibilizar bens e serviços gerados por uma sociedade, nos locais, no tempo, nas quantidades e na qualidade em que são necessários aos utilizadores (LEITE, 2009). O mesmo autor também explica que nos ambientes globalizados e de alta competitividade em que vivemos, as empresas modernas reconhecem cada vez mais que, além da busca pelo lucro em suas transações, é necessário atender a uma variedade de interesses sociais, ambientais e governamentais, garantindo seus negócios e sua lucratividade. É nesse momento que a logística reversa (LR) entra como agente principal, pois segundo Leite (2009), a LR corresponde a uma área da logística empresarial comprometida no planejamento, operação e controle do fluxo e conhecimentos logísticos reversos. Tem por objetivo tornar possível este

retorno de bens ao ciclo produtivo ou de negócio, sendo estes realizados por meio de canais de distribuição reversos. Estes canais de distribuição reversos podem ser divididos em dois grupos: de bens de pós-consumo ou a bens de pós-venda. Dentro deste contexto, a política Nacional dos Resíduos Sólidos foi sancionada em 2 de agosto de 2010 e prevê uma interação entre todos os atores que compõem os canais de fabricação e distribuição de produtos que caracterizam uma ameaça ao meio ambiente. Os fabricantes, importadores e comerciantes devem criar e manter um canal de logística reversa pós-consumo. A Lei Federal Nº 12.305/2010 dispõe ainda de algumas definições que se fazem necessárias para melhor compreensão do que está regulamentado, cabe aqui citar duas delas: Logística Reversa: “Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”; Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: “conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010). **RESULTADOS E DISCUSSÕES** : O questionário teve como papel principal, identificar qual era o nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao descarte correto das pilhas e baterias que eles utilizam. Foram feitas 8 perguntas, dentre elas: “1- Pra você, qual a importância do descarte correto desses materiais?”, “2- Você conhece os riscos (saúde, meio ambiente) que envolvem o descarte incorreto desses materiais?”, “3- Qual o principal destino de baterias e pilhas na sua residência?”, “4- Em sua opinião, os locais de coleta desses materiais são facilmente encontrados?”. Quando foi questionado a importância do descarte correto, 95,8% dos entrevistados julgou muito importante, quando se foi perguntado sobre os riscos que esses materiais podem nos oferecer, caso eles sejam descartados de maneira incorreta, 63,6% informou que conhecem esses riscos e 33,6% afirmou que pouco conhecem. Uma das informações que mais se confrontou foi exatamente quando foi questionado qual o destino de pilhas e baterias na residência dos entrevistados, 42% informou que jogam no lixo comum. É interessante voltar a primeira pergunta, já que 95,8% dos entrevistados conhecem a importância do descarte correto, porque 42% deles ainda realizam esse ato? Passando para questão adiante, quando foi perguntado sobre a facilidade de encontrar os pontos de coleta, 84,6% responderam que dificilmente é encontrado e passado ao consumidor. Claramente podemos observar um grande obstáculo, a falta de informação que é passada ao consumidor e também os poucos pontos de coleta espalhados pela cidade. **CONCLUSÃO** : Neste artigo, verificamos que a legislação exige que as empresas ajustem seus procedimentos e implantem o sistema de logística reversa de maneira a contribuir para a preservação do meio ambiente. Foi observado que a logística reversa é importante para a empresa trazendo benefícios para a mesma, melhorando sua imagem no mercado. A gestão da Logística Reversa das pilhas e baterias, no município em questão, apresentaram divergências de informações entre as respostas obtidas nas entrevistas, demonstrando a existência de falhas na estruturação do processo, bem como a falta de consistência. No entanto, como relatado por fim, com a melhoria e divulgação da existência de postos de coleta para o recolhimento destes materiais, com os canais de recolhimentos mais claros e mais visíveis, incentiva a população a fazer o descarte correto, pois o acesso à informação é um dos principais passos para que futuras ações sejam realizadas com sucesso.

Palavras-chave: Logística Reversa. Sustentabilidade. Pilhas e baterias.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: maio de 2016.

WWF BRASIL (Org.). **O que é desenvolvimento sustentável**. 2016. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 20 out. 2016

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

PROPOSTA DE UM MODELO DE LAYOUT: ESTUDO DE CASO NUMA FARMÁCIA EM NATAL-RN

AUTORES:

Larissa Farias Almeida

Roberto Eider Lira Neto

INTRODUÇÃO: Com a constante mudança das exigências do mercado e a acirrada competitividade, torna-se necessário que as empresas invistam em diferenciais. Estes podendo ser preço, qualidade do produto, atendimento ao cliente, entre outros. Apesar de não aparecer nitidamente, um desses diferenciais pode ser o layout da empresa. Esta alternativa é bastante eficiente quando o que se objetiva é a qualidade no atendimento e o conforto dos clientes, que indiretamente refletirão no faturamento geral da farmácia. Podemos analisar que o arranjo físico é uma área importante para a conquista da vantagem competitiva da organização. Ele deve condizer com a estratégia da empresa, pois existem arranjos físicos que favorecem a visibilidade de mercadorias, flexibilidade e também a eficiência dos fluxos. O layout pode influenciar na comunicação com o cliente, pois ele tem sempre em mente algo que gostaria de achar rapidamente na loja (produtos ou necessidades) e outras que não estão, mas que, se tiver uma boa visibilidade a sua frente, podem ser desejadas. A instalação de um arranjo físico estabelece a relação física entre as várias atividades. Ele pode ser o arranjar ou até mesmo a mudança física e assim obtendo uma disposição mais agradável no ambiente de trabalho. Porém, este procedimento precisa ser analisado e estudado, pois um simples erro pode levar a grandes problemas na utilização dos espaços, podendo influenciar a ter decisões equivocadas, consequentemente causar custos altíssimos no rearranjo. Para evitar toda perda desnecessária de tempo, espaço e de custo, é necessário observar e realizar um estudo, encontrando o tipo de layout ideal para cada organização. Este artigo terá como objetivo principal o estudo do arranjo físico e uma sugestão de mudança de layout para um melhor aproveitamento de espaço e visibilidade da loja, afim de oferecer um melhor atendimento ao cliente e conforto dos funcionários, que indiretamente refletirão no faturamento da farmácia.

METODOLOGIA: Para a elaboração do trabalho de pesquisa que resultou neste artigo, foi utilizada uma revisão bibliográfica. Segundo Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas principalmente em livros e artigos científicos. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. A metodologia adotada para realização deste trabalho foi o “estudo de caso”, modelo proposto por Tachizawa e Mendes (2001). O objeto de estudo foi uma farmácia por onde foram realizadas visitas *in loco*, o trabalho também se constituiu de entrevistas com funcionários integrantes, além de um levantamento de dados a partir da literatura com o compromisso de orientar e confrontar resultados obtidos. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O arranjo físico é a forma que equipamentos e setores estão organizados na empresa, deve ser estabelecido a partir de um estudo planejado do sistema de informações relacionado com a distribuição das máquinas e pessoas de acordo com o espaço disponível. Tem influência direta no conforto dos funcionários que exercem as atividades na organização e dos clientes que visitam a empresa, podendo ocasionar ganho ou perda na quantidade de mercadorias vendidas. A análise e os ajustes de layout são ferramentas que poderiam ser utilizadas para aumentar a flexibilidade e melhoria de atendimento ao cliente, não necessitando de compra de equipamentos. De acordo com Slack, Chambers e Johnston (2009), o arranjo físico de uma

operação ou processo é como seus recursos transformadores são posicionados uns em relação aos outros e como várias tarefas da operação serão alocadas a esses recursos transformadores. Ou seja, a forma que a instalação, pessoas e materiais são posicionados, levando em consideração o processo produtivo. Segundo os mesmos autores o objetivo de qualquer arranjo físico dependerá dos objetivos estratégicos de uma operação, mas existem alguns objetivos gerais que são relevantes a todas as operações: segurança inerente, extensão do fluxo, clareza de fluxo, conforto para os funcionários, coordenação gerencial, acessibilidade, uso do espaço e flexibilidade ao longo prazo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A farmácia objeto de estudo está localizada no bairro do Alecrim, bairro comercial de Natal de grande circulação. A empresa se localiza de forma bastante estratégica, pois se encontra no cruzamento de duas grandes avenidas da cidade, sendo referência no bairro que se estabelece. O estabelecimento está no mercado à aproximadamente 26 anos e tem uma grande visibilidade pelo ponto comercial, e tem uma grande variedade de produtos que vão desde remédios a entrega de garrafas de água mineral, possui 8 funcionários para o atendimento ao cliente, caixa, entregador e farmacêutico. Funciona todos os dias da semana das 07:00 horas às 21:00 horas. Ficou bastante evidente que o layout atual da farmácia não valorizava o seu espaço disponível, fazendo com que os clientes não circulassem por toda loja e sim por pontos mínimos em comum. Foi observado que todas as pessoas entravam e saíam rapidamente do estabelecimento sem ver nenhum produto, o que atrapalha o fluxo de saída das mercadorias. Qualquer estabelecimento que trabalhe com venda de produtos, seja ele remédios, roupas ou até mesmo comida tem que se preocupar fortemente com a visibilidade de seus produtos de forma que crie desejo do seu público alvo. Segundo a publicitária especializada em merchandising Regina Blessa (2006), o layout pode influenciar direta e indiretamente na comunicação com o cliente. Em farmácias que o arranjo físico é de fácil entendimento e o cliente percebe as categorias disponíveis sem dificuldade, ele irá comprar mais facilmente o que já desejava ao entrar na loja e comprar por impulso aquilo em que não havia pensado. Com as visitas feitas a farmácia chegamos a conclusão que existem áreas nas quais os clientes não trafegavam, impossibilitando a visualização dos produtos expostos. Na proposta de novo layout, foi pensado no aproveitamento de todo espaço possível disponível da farmácia, com o objetivo de melhorar o fluxo de clientes dentro da loja, a melhor exposição dos produtos, conforto dos funcionários e a distribuição das gôndolas de forma organizada onde não obstrua a passagem do cliente. O novo modelo foi feito a partir da observação dos problemas encontrados no antigo arranjo físico, buscando a melhoria da visibilidade dos produtos e do fluxo. **CONCLUSÃO:** Este artigo objetivou o uso de ferramentas, métodos e revisão biográfica, tendo como foco primordial o estudo e a modificação do arranjo físico de uma farmácia. O layout de uma organização busca não só aperfeiçoar as condições de trabalho, mas também, a disposição física dos postos de trabalho e tornar a movimentação das pessoas ainda mais fácil, minimizando filas e aglomerados de clientes insatisfeitos. Podemos concluir que a melhor maneira de obter sucesso na escolha do arranjo, é definindo o tipo de processo produtivo e logo em seguida realizar o estudo de forma que se conheça todas as movimentações das atividades que acontecem dentro da organização. O melhor layout é aquele que oferece melhor a interação entre os colaboradores, o espaço físico e o modo em que os objetos estão arranjados, levando em consideração os objetivos da organização. Várias técnicas podem ser usadas, sendo que em cada caso existe alguma especialmente aplicável, possuindo todas elas as suas vantagens e desvantagens, cada alternativa tem um peso e diferente custo de operação. Com a análise e a criação do novo layout foi percebido que as mudanças podem trazer grandes melhorias para o fluxo de clientes, exposição de produtos, caminhos mais livres pela loja, conforto do cliente e do colaborador. Segundo Corrêa (2008) um bom projeto de arranjo físico pode visar tanto a eliminação de atividades que não agregam valor, como enfatizar as que agregam. O estudo de layout é extremamente necessário para

garantirmos a melhor opção, desta forma poderemos dar maior agilidade aos processos, seja em uma pequena empresa ou até mesmo uma linha de produção mais complexa.

Palavras chave: Layout. Otimização de Layout. Farmácia. Arranjo Físico.

REFERÊNCIAS

BLESSA, Regina. **Merchandising no ponto de venda**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CORREA, Henrique L; CORREA, Carlos A. **Administração de produção e operações:** edição compacta. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração de produção e operações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VILLAR, Antônio de Melo; NÓBREGA JÚNIOR, Claudio Lins. **Planejamento das instalações industriais**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

ENGENHARIA CIVIL

PRESENÇA DE CLORETOS EM MATERIAIS CIMENTÍCIOS GERADA PELA AÇÃO AMBIENTAL

AUTORES:

Alexs Melo dos Santos

Yasmim de Melo Sousa

Gislana Pereira de Oliveira

Hugo Mozer Barros Eustáquio

INTRODUÇÃO: A agressividade ambiental às estruturas está ligada as condições climáticas de uma determinada região, onde zonas costeiras podem ser consideradas de forte risco para estruturas de concreto. O principal objetivo deste estudo foi avaliar a interação da ação de cloretos em argamassas situadas em três pontos com possíveis interações com aerossol marinho na cidade de Natal/RN. Com o uso da identificação de cloretos através da aspersão de solução de nitrato de prata, o estudo demonstrou diferenças de profundidade de penetração de cloretos em função da localização geográfica e da relação água/cimento usada nos corpos de provas. Pretende-se assim gerar contribuições para o melhoramento da construção civil e uma maior vida útil das estruturas, submetidas às interações ambientais locais.

METODOLOGIA: Diversos estudos sobre durabilidade de estruturas apontam a ação dos íons cloretos como um dos principais causadores da corrosão das armaduras do concreto. Diante da constatação que aerossóis marinhos são umas das principais origens dos íons cloretos para o concreto, foram escolhidos pontos estratégicos para o estudo de deposição de cloreto em estruturas cimentícias, considerando a proximidade do mar. O critério de escolha principal foi a diminuição de interrupções que possam inibir a ação do aerossol. Os dados climatológicos do local estudado (Natal/RN), não só dos últimos meses, mas dos últimos anos, foram tomados como base para conhecer as características do local. E o método colorimétrico foi usado para identificar o cloreto na matriz cimentícia. Corpos de provas de argamassas foram expostos em três locais, via costeira, bairro e orla da praia de ponta negra. O primeiro ponto ficou próximo ao Morro do careca um ponto turístico da cidade onde se encontra vários restaurantes. O segundo ponto situado em uma área residencial na rua Des. Vicente da Costa e o terceiro ponto ficou na via costeira, uma região onde se situam vários hotéis da cidade. Espaços de tempos foram estabelecidos e ao termino desse período de exposição os corpos de provas foram levados a laboratório para identificação da profundidade de ação dos cloretos. A aspersão de nitrato de prata foi o método utilizado para avaliar os cloretos depositados no material. Para isso, os corpos de prova foram partidos ao meio e a solução de nitrato de prata foi aspergida sobre este material, decorrido o tempo de uma hora e foram mensuradas as profundidades de penetração. Os corpos de prova (CP's) de argamassa foram cilíndricos nas dimensões de 5 x 10 cm, utilizando cimento CII e as relações de água/cimento foram 0,65, 0,57, 0,50. Corpos de provas foram produzidos em quantidade suficiente para que em cada ponto de investigação fossem retiradas amostras com dois e cinco meses de exposição.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O conjunto de cloretos livres e cloretos combinados são chamados de cloretos totais. De acordo com Andrade (1992) apenas os cloretos livres são os agentes nocivos à armaduras. Os cloretos combinados na forma de cloroaluminatos e cloroferratos podem tornar-se livres através de reações, como, por exemplo, a carbonatação devido à elevação da temperatura do concreto. A quantidade de íons cloretos necessários para romper a camada de óxidos passivantes e iniciar o processo de corrosão das armaduras não é um valor preciso. A NBR 6118 (2003) não se reporta ao teor de cloretos, chamando somente a atenção quanto ao uso de aditivos contendo cloretos. As recomendações britânicas, segundo Page et al (1981), fixam os limites de risco de corrosão para concretos fabricados com cimento Portland comum sem adição de aditivos, em baixo risco: $Cl < 0,4\%$,

em massa de cimento; Risco intermediário: $0,4\% < Cl < 1\%$, em massa de cimento; E alto risco: $Cl > 1\%$, em massa de cimento. Já como adição de aditivos, fixa os limites em 0,2% de cloreto, em massa de cimento resistente a sulfatos, e em 0,4% de cloreto, em massa de cimento Portland comum. A norma brasileira NBR 12655 (ABNT/2006) determina o teor máximo de cloretos sobre a massa de cimento no concreto protendido em 500 mg/l (0,05%), sendo considerada a contribuição de todos os componentes do concreto. A corrosão tem, como consequência, uma diminuição da seção de armadura e fissuração do concreto em direção paralela a esta. Eventualmente, podem surgir manchas avermelhadas produzidas pelos óxidos de ferro. As fissuras ocorrem porque os produtos da corrosão ocupam espaço maior que o aço original. A presença de cloreto nas peças é uma das principais causas da corrosão, considerada por alguns pesquisadores a mais severa das manifestações patológicas que atacam as armaduras. Segundo Cascudo (1997), os cloretos são os principais causadores da corrosão dos metais no concreto. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Depois de cinco meses em contato com os agentes agressivos os CPs foram analisados em laboratório através do método colorimétrico, após a aspersão da solução de nitrato de prata foi possível medir a presença do cloreto. Foi retirada 7 medidas em cada CP depois feito a média. Os resultados demonstraram que o ponto 3 (via costeira) foi a localização com maior influência ambiental na penetração de cloretos. Também se percebe que nesse ponto, a influência foi mais rápida e em dois meses, a penetração já atingiu os valores em centímetros iguais aos encontrados em cinco meses. Esse fato denota uma rápida saturação dos poros do material cimentício em pouco espaço de tempo, comportamento esse registrado em todas as relações água/cimento utilizadas. **CONCLUSÃO** Espera-se que este trabalho estimule uma preocupação com a proteção de estruturas de concreto mediante a ação do meio ambiente, bem como, difundir pesquisas que visem contribuir pela caracterização de patologias simples e de fácil acesso. Ao contribuir para a identificação da influência da névoa salina nas estruturas e a concentração nas áreas afetadas, espera-se que novos investimentos e pesquisas, sejam efetivados na cidade com o intuito de obter tecnologias que favoreçam a durabilidade.

Palavras-chave: Cloretos. Materiais Cimentícios. Ação Ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão de armaduras.** Trad. Antonio Carmona e Paulo Helene. São Paulo: Pini, 1992.

CASCUDO, O. **O Controle da corrosão de armaduras em concreto:** inspeção e técnicas eletroquímicas. Goiânia, 1997.

MOTA, A. C. M. **Avaliação da presença de cloretos livres em argamassas através do método colorimétrico de aspersão da solução de nitrato de prata.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco, Recife, 2011.

PAGE, C. L. *et al.* Diffusion of chloride ions in hardened cement pastes. **Cement and concrete research**, v. 11, p. 395-406, 1981.

AÇÕES PREVENCIÓNISTAS: UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO EM EMPRESAS BRASILEIRAS

AUTORES:

Valeria Gomes Alvares Pereira

Paula de Oliveira Ferreira

INTRODUÇÃO: Ao analisar o cenário da economia mundial e, especificamente, as atividades laborais desenvolvidas no Brasil, verifica-se que são inúmeros os modos de se realizar um trabalho em qualquer que seja o ramo da economia. Assim, implantar medidas que possam controlar e minimizar os acidentes de trabalho não é uma tarefa fácil e até os dias atuais, muito se tem estudado para que a sociedade consiga produzir cada vez mais sem que para isso seja necessário perder ou prejudicar de algum modo a saúde dos trabalhadores. Do ponto de vista prevencionista da segurança do trabalho, toda e qualquer atividade do trabalhador em uma empresa ou indústria de qualquer setor tem um risco específico envolvido. Neste contexto, a norma regulamentadora – NR 09 estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle. Deste modo, segundo a NR-09, consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Segundo Cicco e Fantazzini (2003) pode-se definir riscos de acidentes como sendo todos os fatores que colocam em perigo o trabalhador ou afetam sua integridade física ou moral. São considerados como riscos geradores de acidentes: arranjo físico deficiente; máquinas e equipamentos sem proteção; ferramentas inadequadas; ou defeituosas; eletricidade; incêndio ou explosão; animais peçonhentos; armazenamento inadequado. São considerados riscos ergonômicos: esforço físico, levantamento de peso, postura inadequada, controle rígido de produtividade, situação de estresse, trabalhos em período noturno, jornada de trabalho prolongada, monotonia e repetitividade, imposição de rotina intensa. Os riscos ergonômicos podem gerar distúrbios psicológicos e fisiológicos e provocar sérios danos à saúde do trabalhador porque produzem alterações no organismo e estado emocional, comprometendo sua produtividade, saúde e segurança (ZOCCHIO, 2002). Para evitar que estes riscos comprometam as atividades e a saúde do trabalhador, é necessário um ajuste entre as condições de trabalho e o homem sob os aspectos de praticidade, conforto físico e psíquico por meio de: melhoria no processo de trabalho, melhores condições no local de trabalho, modernização de máquinas e equipamentos, melhoria no relacionamento entre as pessoas, alteração no ritmo de trabalho, ferramentas adequadas, postura adequada, dentre outras (ZOCCHIO, 2002). Apesar da análise de risco aplicada à segurança do trabalho ainda ser bastante restrita, ela é essencial para o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de risco eficaz, o qual poderá reduzir o número de acidentes e incidentes nas indústrias. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento bibliométrico com o intuito de diagnosticar se as ações prevencionistas estão de fato presentes nos mais diversos setores da economia brasileira e se

há de um aumento no interesse dos empresários em investir em prevenção ao invés de apenas adotar medidas corretivas quando um acidente ou afastamento por lesão dos seus funcionários ocorre. **METODOLOGIA:** Para a realização do presente artigo foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa através de dados obtidos nos anais das publicações ocorridas nos últimos 05 anos, na linha de pesquisa 04 intitulada de Ergonomia e Segurança do trabalho, existente no maior congresso em Engenharia de Produção do Brasil, o Encontro Nacional em Engenharia de Produção - ENEGEP. Esta escolha foi motivada pelo grande número de publicações de artigos realizados em empresas pertencentes a diversos ramos da economia, tendo como foco a aplicação das normas técnicas, de procedimentos técnicos e dos conceitos gerenciais existentes na Engenharia de Segurança do Trabalho. A linha de pesquisa analisada possui sete subdivisões que são: projeto e organização do trabalho, psicologia do trabalho, biomecânica ocupacional, projeto e gestão da segurança do trabalho, análise e prevenção de riscos de acidentes; ergonomia do produto e ergonomia dos processos de produção. Porém, somente em quatro delas houve publicações, o que mostra que em algumas atividades laborais ainda não há interesse por parte da comunidade acadêmica ou dos próprios empresários em desenvolver a cultura prevencionista. A presente pesquisa também tem caráter descritivo, pois pretende-se identificar se houve um crescimento da cultura prevencionista e em que ramo da economia possa ter ocorrido este fenômeno. Assim, para a realização desta análise foi utilizada a palavra “risco” como chave das buscas e por ser este um conceito indispensável em todas as ações prevencionistas. Os dados foram tabelados e analisados conforme será explicado nos resultados deste artigo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao tabular os dados ficou evidente que do ano de 2011 a 2015 houve um crescimento significativo, em torno de 37% (trinta e sete por cento) de publicações que envolvem temas relativos as áreas de conhecimento da “Engenharia de Segurança”, mesmo com uma ressalva no que concerne a gestão de segurança do trabalho. Esse crescimento pode ser interpretado como uma valorização da classe empresarial e acadêmica em relação à promoção da cultura prevencionista, ao invés de adotar somente ações corretivas após a ocorrência de um acidente de trabalho. Outro indicador deste crescimento do prevencionismo pode ser verificado no aumento das publicações na subárea “Análise e prevenção de riscos de acidentes (também conhecido em algumas bibliografias como MAPA)”, ou seja, dentre o mapeamento dos acidentes de trabalho para o desenvolvimento de um estudo detalhado que indique as melhores práticas para mitigá-los. O MAPA integra abordagens teóricas já experimentadas em estudos de acidentes fornecendo apoio conceitual útil desde a etapa de coleta de dados à conclusão e intervenção. Além de revelar fragilidades da abordagem tradicional, ajuda a identificar determinantes organizacionais como falhas gerenciais, de concepção de sistemas e da gestão de segurança envolvidas na acidentalidade. Seguidos desta subárea foi identificada a biomecânica ocupacional com um aumento discreto e gradual entre os anos de 2013 a 2015. Este crescimento mostra que existem alguns estudos para que sejam identificadas as melhores formas de adequar o ser humano aos postos de trabalho que hoje são diversos. Isto porque a Biomecânica Ocupacional é uma área de atuação da Biomecânica e está relacionada ao estudo das posturas e tarefas do homem no trabalho. Trata-se de uma área interdisciplinar que possui ligação direta com a Ergonomia e que procura buscar soluções para os problemas decorrentes da adaptação do homem ao ambiente de trabalho e vice-versa. Essa necessidade de se realizar mais estudos sobre como adequar os postos de trabalho com as necessidades do trabalhador foi comprovada com a terceira maior publicação na subárea de ergonomia dos processos de produção com um aumento de publicações entre os anos de 2014 e 2015. A subárea de projeto e gestão da segurança do trabalho surpreendeu de forma negativa devido às poucas publicações realizadas durante o quinquênio, possuindo um número significativo de publicações no ano de 2013. Este fato demonstra que a Engenharia de Segurança empregada nas empresas brasileiras ainda não tem espaço no momento junto à administração das

empresas em que a mesma atua ou que a forma como a segurança dos trabalhadores é realizada ainda encontra-se muito fragmentada e não compõe um projeto de gestão propriamente. A última subárea que trata sobre a psicologia do trabalho não teve publicações significativas mostrando que para empresários e acadêmicos os aspectos psicológicos não são vistos ou não são seriamente considerados como causadores de acidentes de trabalho. Porém, mesmo sendo inexpressiva em quantidade, indicou que houve um despertar para este segmento, que ocorreu entre os anos de 2014 e 2015, o qual pode apresentar uma melhoria considerável em relação à cultura prevencionista. Em relação ao emprego da legislação e de uma cultura prevencionista nos setores econômicos brasileiros, pode-se verificar que não houve publicações no segmento extrativista sendo esta atividade ainda muito pouco fiscalizada e explorada pela comunidade acadêmica. Porém, entre os setores de serviços e o industrial houve mais publicações que as demais publicações de âmbito geral que concernem mais às práticas de gestão que podem ser utilizadas em ambos os segmentos econômicos. **CONCLUSÕES:** Apesar de ser necessário um crescimento ainda maior no prevencionismo das empresas existentes no Brasil, houve um certo avanço ocorrido na prevenção de acidentes e doenças do trabalho, vê-se uma postura diferente nos gestores e até mesmo na área acadêmica que tem se dedicado a dar suporte através de suas pesquisas, aos empresários que desejam desenvolver ações prevencionistas tendo em vista a criação de um ambiente laboral saudável com conseqüente melhoria nos indicadores de desempenho de seus funcionários.

Palavras-chave: Prevencionismo. Saúde e Segurança do Trabalho. Riscos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-09** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>. Acessado em 20 ago. 2016.

CICCO, F. de; FANTAZZINI, M. L. **Tecnologias consagradas de gestão de riscos: riscos e probabilidades**. São Paulo: Séries Risk Management, 2003.

ZOCCHIO, Álvaro. **Prática da prevenção de acidentes: abc da segurança do trabalho**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AValiação DE CUSTOS E PRODUTIVIDADE DE OBRAS

AUTORES:

Adalberto Aguiar Albuquerque

Thiago Porfirio Duarte

INTRODUÇÃO O planejamento de uma obra está relacionado a uma visão global de todo um empreendimento desde antes de seu início, abrangendo fases de concepção do projeto básico, desenvolvimento dos projetos executivos, atendimento a aspectos legais e tributários, avaliação e acompanhamento de cada uma de suas etapas passando desde a fundação do edifício a sua conclusão e entrega do produto final. Portanto, pode ser simplificado que o processo de planejamento consiste na antecipação de todas as fases necessárias para a transformação de insumos em produto final que consiste em uma obra. O presente trabalho de pesquisa visa desenvolver uma ferramenta auxiliar de planejamento prático, de fácil acesso e resultado instantâneo no apoio de decisões e estimativas do efetivo de mão de obra. A ferramenta tem por objetivo poder ser utilizada no computador por equipes envolvidas no processo de planejamento, mas também acessível a dispositivos móveis para estimar mão de obra e prazos previstos para cada atividade, avaliar desempenho diário do efetivo de mão de obra e conferir em campo pontos de perda e produtividade diária, abertas para atuação e avaliação desde o estagiário ao gerente de obra. **METEDOLOGIA** O programa desenvolvido trabalha com interface básica para o planejamento e análise de projeto, desenvolvendo uma ferramenta de pesquisa rápida através do Input de número de dias e o efetivo de mão de obra a qual será extrapolado o efetivo de mão de obra necessário para execução desse item de serviço. Na pesquisa está presente o uso dos ensinamentos de Lakatos como aporte científico metodológico. No desenvolvimento do trabalho foi utilizada a linguagem de programação PHP orientada a objeto para todo o Back-end (processamento de dados) do projeto e HTML com CSS no Front-end (parte visual). Durante a elaboração do referido trabalho de pesquisa o primeiro passo dado foi o detalhamento e aprimoramento do banco de dados de produtividade de insumos de mão de obra para os diversos serviços da construção civil predial. Os serviços foram distribuídos em uma EAP (Estrutura Analítica de Projeto) sequenciando atividades de forma semelhante a execução de um empreendimento, para facilitar a identificação e seleção do serviço requerido. As categorias de serviços dispostas na programação foram: Serviços preliminares, movimento de terra, fundações e supra estrutura, paredes e painéis, esquadrias e ferragens, cobertura, impermeabilização, revestimentos, pisos, pintura, instalações complementares, vidros, aparelhos sanitários e metais, serviços diversos. Depois de inserido na programação o sequenciamento das etapas e os serviços inerentes a cada um do escopo foi refinado o banco de dados no formato de leitura do sistema de programação. A etapa seguinte foi o desenvolvimento da matriz de compatibilidade correta do PHP, os dados da aplicação devem estar em um SGBD visto que para este caso foi escolhido o Mysql. O desafio maior na parte de programação se constituiu na conservação de dados existentes que estavam cadastrados em uma tabela .xls para o Mysql. A solução identificada foi na elaboração de uma espécie de “robô” que lia linha a linha do Excel identificando um padrão para extração correta dos dados e armazenamento no SGBD. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** Segundo Souza (2010) orçamento é o resultado de um montante dos serviços previstos e planejados, necessários à execução de uma obra, variando conforme o tipo. Orçar é prever o custo de uma obra antes da sua execução. É uma previsão de custos e/ou estabelecimento de preços dos serviços a serem realizados. Um orçamento pode se referir ao todo de um empreendimento, ou se referir apenas a alguns itens (serviços) de uma obra. Em geral, para se elaborar um orçamento que seja efetivamente viável do ponto de vista técnico é necessário levantar e conhecer com profundidade o consumo de materiais em cada um dos serviços a serem

realizados, a quantidade de mão de obra, a incidência das leis trabalhistas sobre o custo da mão de obra, o tempo de uso dos equipamentos necessários aos serviços, os custos financeiros decorrentes, os custos administrativos (indiretos), a carga tributária que irá pesar sobre os serviços, entre outros. Além desses fatores, é necessário conhecer a realidade do mercado, das condicionantes regionais e locais, o tipo de gerenciamento que se pretende empregar na execução da obra, os métodos construtivos, a possibilidade de ocorrência de fenômenos climáticos que venham a interferir nos custos da obra. O planejamento de obras é a atividade essencial aos empreendimentos, a qual é desenvolvida desde antes de seu início até sua finalização, assumindo formas e denominações diferentes conforme o conjunto de tarefas desenvolvidas nas suas etapas. Elabora-se, nesta fase, um plano inicial, lógico e racional, com base nos dados relativos ao Projeto, chamado Plano Mestre da obra. (LAUFER, 1990). Em geral, para se elaborar um orçamento que seja efetivamente viável do ponto de vista técnico é necessário levantar e conhecer com profundidade o consumo de materiais em cada um dos serviços a serem realizados, dentre outros fatores. **RESULTADOS E DISCURSÕES** O processo de planejamento do Project inicia das seguintes etapas: inserir a EAP; segundo passo, inserir as atividades, terceiro passo, sequenciamento das atividades, quarto passo, definir recursos, quinto passo, definição do projeto e calendário, sexto passo, inserir a duração/trabalho das atividades. Com o uso da ferramenta do projeto de pesquisa fica fácil e didática a definição de todos os insumos de mão de obra necessários para utilização do serviço. Com uso da ferramenta de pesquisa, essa etapa fica extremamente mais simples, pois com poucos comandos pode-se selecionar os principais itens de serviços da construção civil, calcular e recalcular quantos formatos de mão de obra serão necessários para execução. **CONCLUSÃO** Pode-se afirmar que a falta ou adiamento de decisões, especialmente nas etapas iniciais da fase de projetos, de empreendimentos de construção civil, tanto com relação aos aspectos ligados as características do produto, quanto às definições que envolvem o sistema de produção, potencializa uma grande quantidade de erros e de retrabalho para todos os agentes envolvidos e constitui uma fonte significativa de desperdício, com reflexos negativos sobre a qualidade do produto final entregue. A ferramenta desenvolvida permite que o mesmo elemento de referência utilizado na concepção do processo orçamentário e planejamento seja também utilizada de forma rápida e interativa pelo executor/gestor da obra, fiscais e demais gerentes do projeto, permitindo a análise e a avaliação constante do empreendimento, proporcionando uma ação conjunta e eficaz das equipes de planejamento, orçamentação, fiscalização, execução e clientes finais, gerando uma melhor produtividade e desempenho satisfatório de todo empreendimento. Acredita-se que a utilização e implementação de ferramentas de trabalho como a desenvolvida nesse projeto acadêmico permitirá elevar o nível de profissionalismo presente no desempenho de todos os coordenadores de projeto e demais envolvidos.

Palavras-chave: Planejamento. Orçamento. Custos

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 12721:2006.** Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edilícios – procedimento. Rio de Janeiro, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUFER, Alexander. Essentials of project planning: owner's perspective. **Journal of Management in Engineering, ASCE**, v.6, n.2, p. 162-176, 1990.

SOUZA, Anderson Luiz Almeida de. **Orçamento na construção civil**. São Paulo, 2010.

TISAKA, Maçaiko. **Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução**. São Paulo: PINI, 2006.

ANÁLISE DA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS PRODUZIDAS COM AGREGADOS LEVES

AUTORES:

Fernando Henrique Lucio da Silva
Zodínio Laurisa Monteiro Sampaio
Igor Oliveira Batista da Silva
Miquéias da Silva Campelo
Laura do Carmo Neri Bezerra
Maria Eduarda Queiroz Monteiro dos Santos

INTRODUÇÃO: Com a nova atualização da NBR 15575 (ABNT, 2013) que trata do desempenho das edificações residenciais, o setor da construção civil tornou-se mais rigoroso no que se diz respeito aos sistemas construtivos. Com isso, materiais como vermiculita expandida e argila expandida estão sendo adicionados na formulação de concretos com o intuito de alcançar novas propriedades, sendo uma delas a térmica. A argila expandida é um agregado leve com formato arredondado e a estrutura interna formada por uma espuma cerâmica com microporos e uma casca rígida e de boa resistência, devido ao processo de fabricação, que consiste em aquecer o material e resfriar rapidamente em fornos rotativos. Esse material quando empregado em proporções adequada confere boas propriedades mecânicas ao concreto (SUELEN, 2015). A vermiculita expandida apresenta silicato hidratado de magnésio, alumínio e ferro em sua composição, com uma estrutura micáceo-lamelar. Segundo Luz e Lins (2005), uma das maiores aplicações da vermiculita expandida na construção civil, visa a melhoria no conforto térmico e acústico do ambiente interno da residência. O objetivo deste artigo é substituir parcialmente a areia, para obter a melhoria de determinadas propriedades da argamassa e a redução da sua massa específica. Com esse propósito, a pesquisa se baseia na verificação da resistência das mesmas. **METODOLOGIA:** Para a realização da presente pesquisa, foram utilizados: cimento Portland, areia, vermiculita expandida, argila expandida, plastificante, e água na produção da argamassa. O cimento portland utilizado foi o CP II Z – 32 normatizado conforme a NBR 11578 (ABNT, 1997). O aglomerante foi especificado através dos ensaios normativos regidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Finura: 2,1% NBR 11579 (ABNT, 2012) e Massa específica: 3150 kg/m³ NBR NM 23 (ABNT, 2000). A areia utilizada no experimento é oriunda de jazidas locais, onde foi submetida à lavagem e secagem na estufa pelo período de 48 horas, para que fosse retirada toda a sua umidade. A mesma foi sujeita aos ensaios de massa específica NBR NM 52 (ABNT, 2009) e granulometria NBR 248 (ABNT, 2003). Os dados referentes à caracterização da argila expandida foram fornecidos pelo fabricante CINEPAN. Massa específica e unitária: 1,240 g/cm³ e 0,900 g/cm³. A Vermiculita expandida oriunda do estado da Paraíba, fornecida pelo fabricante MPL (Mineração Pedra Lavada LTDA), bem como seus resultados. Densidade: 90-150 kg/m³; Peso específico: 2,6 g/cm³; Calor específico: 0,84 Kcal/kg^oK e Condutividade térmica: 0,062 – 0,065 W/m^oK. Ao todo foram produzidos 36 corpos de provas com dimensões 50 x 100 mm, num total de 6 traços distinto. Os traços foram fixados na consistência da argamassa seguindo o preconizado na NBR 7215 (ABNT, 1996). A consistência determinada foi de 190 mm. Os corpos de provas foram moldados de acordo com o prescrito na NBR 7215 (ABNT, 1996) e curados de acordo com NBR 5738 (ABNT, 2015). Os mesmos foram submetidos aos ensaios de resistência a compressão nas idades de 7 e 28 dias NBR 5739 (ABNT, 2007). Ao todo foram produzidos seis traços distintos com valores de vermiculita expandida fixados em 5% em relação à massa do cimento e substituído em volume na areia fina e teores de argila expandida de 25%, 50%, 75% e 100% em substituição em volume da areia média fina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A aplicação de argamassas leves produzidas com argila expandida e vermiculita expandida está relacionada às vantagens proporcionadas pela diminuição da massa específica com os vazios presentes no interior dos agregados. Esta redução da massa específica acarreta uma conseqüente redução dos esforços provenientes do peso próprio da estrutura, o que torna viável a utilização deste material em áreas com baixa resistência (BEZERRA, 2002). A vermiculita expandida é um mineral semelhante à mica, constituída por silicatos hidratados de alumínio e magnésio, formada por finas lamínulas. Quando submetida às altas temperaturas em fornos (aproximadamente 900°C) tem sua forma física modificada. Visto que, a vermiculita perde água, ocorre a expansão das lâminas, deixando vazios que lhe proporciona ampla leveza. A vermiculita expandida transforma-se em um floco sanfonado com ar aprisionado, resultando em propriedade térmica e acústica. Por conseguinte, dispõe de múltiplas utilizações em vários setores. A argila expandida é obtida a partir da queima em fornos rotativos com aproximadamente 60 m de comprimento, a temperaturas que chegam até 1200°C, com aditivos piroexpansivos. Finalizado este processo de calcinação. Ela passa por um resfriamento monitorado para vitrificação superficial, assegurando a sua resistência (CINEXPAN, 2015). **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Os resultados indicam uma queda de resistência expressiva aos 7 dias nos traços com adições de materiais argilosos. Nos compósitos com materiais argilosos não houve grande variação de resistência, sendo a maior entre o traço com 5% de vermiculita expandida e 25% de argila expandida (T5V25) e o traço com 5% de VE e 100% de AE (T5V100) de 13,37% de resistência suave. Aos 28 dias o traço referência (TREF) teve ganhos de resistência que superam os 7 MPa, entretanto os traços com adição de materiais argilosos obtiveram ganhos inferiores sendo o maior deles o traço com substituição de 5% de vermiculita expandida (T5V00), mostrando um ganho de 4,62 MPa. O traço que obteve melhor resistência com os materiais argilosos foi o T5V00 com resistência de 15,86 MPa, seguido dos traços com substituição de 5% de VE e 75% de AE (T5V75) com perda de apenas 0,02 MPa. **CONCLUSÃO:** Observou-se que com a adição de materiais argilosos nas proporções estudadas houve uma queda resistência à compressão considerável quando comparado com o traço referência. Para saber qual agregado influência mais nessa perda de resistência, se faz necessário a formulação de novas proporções para estudar tal influência. Pelo fato da pesquisa ter fixado na trabalhabilidade da argamassa, a relação a/c influenciou nas resistências alcançadas neste trabalho, tendo em vista que quanto maior o teor de agregado leve, maior o teor de água absorvida pelos poros dos mesmos.

Palavras-chave: Vermiculita. Argamassa. Resistência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 248:2003 Agregados.** Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 15575- Edificações habitacionais.** Desempenho Parte 5: Requisitos para sistemas de coberturas. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **NBR 11578 Cimento Portland** - Composto. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **NBR 11579 – Cimento Portland.** Determinação da Finura Por Meio da Peneira 75 µm (nº 200). Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR NM 23 – Cimento Portland e outros materiais em pó.** Determinação da massa específica. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **NBR NM 52 – Agregado miúdo.** Determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR NM 248 – Agregados.** Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR NM 5739 Concreto.** Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR NM 5738 Concreto.** Procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 7215 – Cimento Portland -** Determinação da resistência á compressão. Rio de Janeiro, 1996.

BEZERRA, A. J. V. **Utilização do resíduo da indústria de calçados (EVA-Etileno Acetato de Vinila) como agregado leve na produção de blocos vazados de concreto para alvenaria sem função estrutural.** 2002. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

CAMARGO, S. M. **Avaliação da adição de vermiculita expandida em diferentes granulometrias em concretos leves produzido com argila expandida.** 2015. 68f. Dissertação (Mestre em Ciência e Engenharia dos Materiais) – Programa de Pós Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais, PPGCEM, 2015.

LUZ, A.B.D.; LINS, F.A.F. **Rochas e minerais industriais: usos e especificações.** Rio de Janeiro: A.B. de Luz; F.F. Lins, 2005.

ANÁLISE DAS PROPRIEDADES TÉRMICAS DE CONCRETOS PRODUZIDOS COM ADIÇÃO DE VERMICULITA EXPANDIDA E RESÍDUOS DE BORRACHA DE PNEUS

AUTORES:

Fernando Henrique Lucio da Silva

Alba Cesanna Coutinho Rocha

Igor Oliveira Batista da Silva

Miquéias da Silva Campelo

José Milton Torres Neto

INTRODUÇÃO: O setor da construção civil tem sofrido diversas mudanças no que diz respeito às adequações constantes exigidas com o advento da Norma de Desempenho – NBR 15575 (ABNT, 2013). Nas últimas décadas, o setor de construção civil vem crescendo exponencialmente, aumentando o volume de resíduos sólidos gerados (entulhos), causando grandes impactos ambientais. Visando mitigar a agressividade ao meio ambiente, os engenheiros têm desenvolvido produtos que permitem extrair determinados resíduos do meio ambiente adicionando-os aos insumos da construção civil. Entre os entulhos reaproveitados, destaca-se o resíduo de borracha de pneus que pode contribuir com o melhoramento das propriedades térmicas e acústicas dos materiais cimentícios. Rodrigues e Santos (2013) afirmam que a borracha de pneu pode ser utilizadas como agregado reciclado, após o processo de trituração, atribuindo novas características ao concreto ou a argamassa. Entretanto, além de adições de materiais de caráter reciclado, em casos específicos, faz-se necessário a utilização de insumos industrializados, como por exemplo, a vermiculita expandida que apresenta características peculiares na construção civil. Segundo Luz e Lins (2005), este mineral apresenta baixo valor de massa específica decorrente da sua elevada porosidade, provocada pela sua expansão. Diante do exposto, a presente pesquisa visa alcançar um enquadramento deste novo concreto na norma de desempenho NBR 15575 (ABNT, 2013) analisando a propriedade térmica do concreto com adições de Resíduo de Borracha de Pneu (RBP) e Vermiculita Expandida (VE), em relação a massa do cimento. **METODOLOGIA:** Inicialmente foi realizada a classificação dos índices físicos do cimento, metacaulim e dos agregados (areia, brita, vermiculita expandida e borracha), no segundo momento foram definidos os traços que foram produzidos, moldados e curados adequadamente, finalmente foram realizados ensaios térmicos. Foi utilizado o Cimento Portland Composto com Pozolana (CP II Z-32) normatizado conforme a NBR 11578 (ABNT, 1991) e caracterizado através dos ensaios de Finura: 5,4% NBR 11579 (ABNT, 2012), início e fim de pega: 2:30 e 4:15 NBR NM 65 (ABNT, 2003) e expansibilidade: 2 mm NBR 11582 (ABNT, 2012). O Metacaulim foi caracterizado através das normas regulamentadoras cabíveis de massa específica: 2,56 g/cm³ e massa unitária: 0,6 g/cm³. Para os agregados miúdos e graúdos foram realizados ensaios de massa específica e massa unitária, para a areia: 2640 kg/m³ e 1392 kg/m³ NBR NM 52/2009, a Brita: 2701 kg/m³ e 1508 kg/m³ NBR NM 53 (ABNT, 2009) e RBP: 1210 kg/m³ e 380 kg/m³ NBR NM 52 (ABNT, 2009). A Vermiculita expandida utilizada foi proveniente do Estado da Paraíba, onde teve a sua caracterização fornecida pelo fabricante, com peso específico: 2,60 g/cm³, calor especificado: 0,84 kcal/kg^oK e condutividade térmica: 0,062 – 0,065 W/m^oK. Para a elaboração dos traços verificou-se a necessidade do uso de aditivos químicos, visando o melhoramento da trabalhabilidade do material, portanto, foi utilizado o aditivo superplastificante MC-Powerflow 3100. Quanto aos ensaios térmicos, foram realizados com auxílio do equipamento (KD2-Pro) onde foram identificadas as propriedades de calor específico, difusividade e capacidade térmica de 3 corpos de prova por traço. Quanto a definição dos traços, o cálculo de referência foi baseado no método proposto pela

Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP. Logo, foram produzidos 6 traços, o de referência e os demais com teores de adição variando de 1 a 5% de resíduos de borracha de pneu e vermiculita expandida em relação a massa do cimento. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O aquecimento global, a poluição do ar e das águas, a destruição dos ecossistemas são temas de discussões e preocupações atuais em todo o planeta (JOHN, 2010). Devido a essas mudanças a indústria mundial tem visado a elaboração de novos métodos de reaproveitamento de diversos resíduos que outrora eram descartados na natureza sem um tratamento adequado (SAMPAIO, 2014). De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito Brasileiro – DENATRAN, em 2013 só o Brasil teve um descarte superior a 163 milhões de pneus. Rodrigues e Santos (2013) afirmam que as borrachas de pneus após trituradas podem ser usadas como agregados reciclados na indústria da construção civil devido às suas principais características, como: leveza, elasticidade, absorção de energia, propriedades térmicas e acústicas. A microestrutura do agregado leve é constituída por sistema celular de poros isolados entre si por paredes impermeáveis justificando valores de baixa massa unitária (MEHTA; MONTEIRO, 2008). A vermiculita expandida em si apresenta em sua composição silicatos hidratados de magnésio, alumínio e ferro, com uma estrutura micáceo-lamelar. (SILVA JR. et al, 2003) afirma que o mineral quando aquecido expande rapidamente e produz um material com peso leve, sendo usado como agregado para o concreto. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** A difusividade térmica é a razão entre a capacidade de transferência de energia no material pela sua capacidade de armazenamento, e para materiais isolantes térmicos é característico um baixo valor das mesmas (SUELEM, 2015). Observou-se que o RBP teve uma influência melhor na difusividade. Os melhores resultados foram observados para traços com os valores de VE de 1 a 3% e valores de RBP de 3 a 5%. O melhor resultado foi apresentado pelo traço com 5% de borracha e 1% de vermiculita (T5B1V). Condutividade térmica é a facilidade que o material apresenta em conduzir e transportar energia térmica. Quanto maior a capacidade térmica menor a propagação de calor, em contrapartida os materiais que são utilizados para isolamento térmico possuem baixa condutividade. O traço T5B1V apresentou melhor desempenho na ordem dos 14%, seguido do traço com 5% de vermiculita e 1% de borracha (T5V1B) com diferença entre eles de apenas 0,72%. A capacidade que um corpo tem de absorver ou perder calor para o meio é avaliada pelo calor específico. É possível notar que o traço com 3% de borracha e 1% de vermiculita (T3B1V) obteve o melhor resultado com desempenho superior a 20% em relação ao traço referência (TREF). Assim, como pode ser constatado que os traços T5B1V e o traço com 3% de vermiculita e 1% de borracha (T3V1B) apresentam um crescimento referente ao traço padrão respectivo na ordem dos 14,57 e 19,30%. É perceptível que o traço com 1% de vermiculita e 1% de borracha (T1V1B) e o traço T5V1B houve uma redução em sua capacidade térmica em comparação com o TREF, tendo em vista que as adições em porcentagens inadequadas podem gerar um decréscimo nesta propriedade. Nota se que as adições dos materiais em determinadas faixa (3 a 5%) proporções permitem ao concreto uma maior resistência à variação da temperatura. **CONCLUSÕES:** De acordo com os resultados obtidos, notou-se que o teor de 5% RBP apresentou baixos valores referentes à difusividade, demonstrando assim o seu melhoramento desta característica, o que ocorreu com a condutividade térmica, ao diminuir estas propriedades, o material eleva a sua capacidade de transferir energia térmica, aumentando assim o seu isolamento térmico. Já referente a capacidade térmica, é notório que o traço que teve maior ganho desta propriedade, foi o que apresenta 5% de vermiculita expandida (VE). Os concretos ensaiados, apresentaram ganhos significativos das propriedades estudadas, entretanto foi observado uma mistificação das propriedades ganhas entre traços distintos. A presente pesquisa induz maiores estudos, permitindo assim, uma continuidade desta pesquisa para dados mais conclusivos, visando indicar valores ideais para a utilização da (VE e RBP).

Palavras-chave: Propriedades Térmica. Vermiculita Expandida. Borracha.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR NM 52 Agregado miúdo**. Determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR NM 53 Agregado graúdo**. Determinação da massa específica e massa específica aparente e absorção de água. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR 11579 Cimento Portland**. Determinação do índice de finura por meio da peneira 75 µm (nº 200). Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR NM 65 Cimento Portland**. Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 11582 Cimento Portland**. Determinação da expansibilidade Le Chatelier. Rio de Janeiro, 2012.

JOHN, V. M. **Materiais de construção civil e princípios de ciência e engenharia de materiais**. São Paulo: IBRACON, 2010. p. 97-121.

LUZ, A.B.D.; LINS, F.A.F. **Rochas e minerais industriais: usos e especificações**. Rio de Janeiro: A.B. de Luz; F.F. Lins, 2005.

RODRIGUES, J. P. C.; SANTOS, C. C. **Resistência à compressão a altas temperaturas do concreto com agregados reciclados de borracha de pneu**. Coimbra: CILASCI, 2013. p. 1-10.

SAMPAIO, Z. L. M. **Análise da influência das cinzas do bagaço de cana-de-açúcar no comportamento mecânico de concretos**. S.l.: IBRACON Struct. Mater, 2014.

RESISTÊNCIA MECÂNICA DE BLOCOS DE CONCRETO PRODUZIDOS COM MATERIAIS ARGILOSOS

AUTORES:

Zodínio Laurisa Monteiro Sampaio

Fernando Henrique Lucio da Silva

Igor Oliveira da Silva

Luciano Luan Silva Ribeiro

Miquéias da Silva Campelo

INTRODUÇÃO: Os blocos de concretos estruturais ou de vedação por sua vez tem ganhado gradativamente mais espaço no meio construtivo, tendo em vista que o controle tecnológico é bem mais criterioso quando comparado com os blocos cerâmicos convencionais, e, além do mais, o processo construtivo é bem mais rápido. Segundo Prudêncio Junior (2002), a alvenaria com o objetivo de caráter estrutural teve início no século XVIII, e mesmo assim apenas no século XIX e XX foram realizados os primeiros testes de resistência dos elementos estruturais. A adição de materiais em busca de novas propriedades ao concreto tem se tornado cada vez mais constante, e um deles é o agregado leve. Mehta e Monteiro (2008) afirmam que a microestrutura desses agregados é constituída por sistema celular de poros isolados entre si por paredes impermeáveis, justificando valores de baixa massa específica e unitária. A argila expandida (AE) é um agregado leve de formato arredondado com estrutura interna formada por uma espuma cerâmica com microporos e com uma casca rígida e de boa resistência devido ao processo de fabricação em fornos rotativos (CINEXPAN, 2015). Esse material quando empregado em proporções apropriadas confere boas propriedades mecânicas ao concreto (SUELEN, 2015). Neste sentido, a finalidade desta pesquisa é averiguar a conduta da resistência à compressão axial dos blocos de concreto produzidos com argila expandida e vermiculita expandida. **METODOLOGIA:** Para efeito da presente pesquisa foram empregados: cimento, areia, vermiculita expandida, argila expandida, cascalho, pó de pedra e água para a confecção das misturas. O cimento utilizado foi o CP II Z – 32 normatizado conforme a NBR 11578 (ABNT, 1997). O aglomerante foi especificado através dos ensaios normativos regidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Massa específica NBR NM 23 (ABNT, 2003); Finura: NBR NM 11579 (ABNT, 2012); Início e fim de pega: NBR 11582 (ABNT, 2012). O cascalho, a areia e o pó de pedra são derivados de jazidas da região. Estes materiais foram submetidos aos ensaios de massa específica e massa unitária. Cascalho: NBR NM 53 (ABNT, 2009); Areia e pó de pedra: NBR NM 52 (ABNT, 2009). A vermiculita expandida foi oriunda do Estado da Paraíba, o dado foi fornecido pelo fabricante MPL (Mineração Pedra Lavrada LTDA). A argila expandida é proveniente do estado de São Paulo. Os dados foram fornecidos pela fabricante CINEXPAN. O traço de referência foi fornecido pela empresa P&B pisos e blocos, onde o mesmo foi utilizado como referência. Os demais foram substituídos em porcentagem de vermiculita expandida fixada em 3% e argila expandida nas proporções de 25, 50, 75 e 100%. TR.0.0 (0% VE e 0% AE), T3.00 (3% VE e 0% AE), T3.025 (3% VE e 25% AE), T3.050 (3% VE e 50% AE), T3.075 (3% VE e 75% AE) e T3.100 (3% VE e 100% AE). Para cada mistura foram confeccionados 6 blocos com 14 x 19 x 19 cm, respectivamente, totalizando 36 blocos. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A substituição dos agregados usualmente empregados por materiais com peso específico reduzido pode proporcionar alguns benefícios notáveis como maior praticidade para o sistema, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, acelerando a conclusão das obras e redução da carga total das edificações (JULIANA et al). A utilização da argila expandida como agregado graúdo é economicamente viável na fabricação de concretos devido à redução da massa específica que estes agregados proporcionam,

minimizando os carregamentos atuantes nas estruturas (MORAVIA et al., 2006) Segundo Maycá et al (2009), as principais propriedades do concreto influenciadas pelo agregado leve são a massa específica, a trabalhabilidade, a resistência mecânica, o módulo de elasticidade, as propriedades térmicas, a retração e a fluência e espessura da zona de transição entre o agregado e a matriz. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** A resistência dos blocos nas idades de 7 e 28 dias. O traço T3.100 obteve maior queda de resistência a compressão aos 7 dias, dando uma diferença de 39,4% que equivale a 1,37 MPa quando comparado com o traço TR.0.0. Aos 28 dias o traço obteve uma redução de 30,26% quando feita a mesma comparação, atingindo uma diferença de 1,71 Mpa, diminuindo a diferença entre as idades em 19,88%, cerca de 0,34 Mpa. O traço com substituição de 3% de vermiculita expandida mostrou uma queda de resistência aos 7 dias de 4,61% e aos 28 dias um ganho de 0,35%, mostrando que a substituição influência mais nas primeiras idades. Os traços de 25, 50 e 75 % obtiveram valores de resistência semelhante ao T3.100, ficando com 3,52, 3,69 e 3,61 MPa respectivamente. Boa parte da resistência do concreto é devido à presença dos agregados. Os agregados VE e AE apresentam uma resistência inferior ao agregado comum o que resulta em uma queda na resistência à compressão do concreto. Esse fato explica a redução da resistência com o aumento dos teores desses materiais. **CONCLUSÕES:** Quanto maior a substituição dos agregados convencionais por materiais argilosos, menor sua resistência mecânica, tendo em vista que materiais de alta leveza apresentam perda significativa de resistência devido a sua alta porosidade, influenciando diretamente nas propriedades mecânicas do concreto.

Palavras-chave: Resistência. Concreto. Materiais argilosos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR NM 52** Agregado miúdo. Determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **NBR NM 53 Agregado graúdo.** Determinação da massa específica e massa específica aparente e absorção de água. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **NBR 11579 Cimento Portland.** Determinação do índice de finura por meio da peneira 75 µm (nº 200). Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **NBR NM 65 Cimento Portland.** Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 11582 Cimento Portland.** Determinação da expansibilidade Le Chatelier. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **NBR NM 67 Concreto.** Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. **NBR NM 5738 Concreto.** Procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. **NBR 9472 Argamassa e concreto.** Câmaras úmidas e tanques de cura de corpos-de-prova. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 9778 Argamassas e concreto endurecidos.** Determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR 12142 Concreto.** Determinação da resistência a tração na flexão de corpos de prova prismáticos. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **NBR 7222 Argamassa e concreto.** Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR NM 5739 Concreto.** Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR NM 23 Cimento Portland e outros materiais em pó.** Determinação da massa específica. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR NM 65 Cimento Portland.** Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 12118 Blocos vazados de concreto simples para alvenaria.** Métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 2014.

CAMARGO, S. M. **Avaliação da adição de vermiculita expandida em diferentes granulometrias em concretos leves produzido com argila expandida.** 2015. 68f. Dissertação (Mestre em Ciência e Engenharia dos Materiais) – Programa de Pós Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais, PPGCEM, 2015.

LUZ, A.B.D.; LINS, F.A.F. **Rochas e minerais industriais: usos e especificações.** Rio de Janeiro: A.B. de Luz; F.F. Lins, 2005.

MAYCÁ, Jeferson; RECENA, F.A.P; CREMONINI R.A. **Estudo da resistência à compressão de concretos leves produzidos com argila expandida nacional.** [S.l:s.n], s.d.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais.** IBRACON. São Paulo, 2008.

MICHEVIZ, J; COSTA, J.S; NONATOo, R.A. **Análise experimental de blocos de concreto com função estrutural produzidos com agregados leves.** [S.l:s.n], s.d.

MORAVIA, W. G. et al. **Caracterização microestrutural da argila expandida para aplicação como agregado em concreto estrutural leve.** [S.l:s.n], s.d.

PRUDÊNCIO JÚNIOR, L.R., OLIVEIRA, A.L., BEDIN, C.A. **Alvenaria estrutural de blocos de concreto.** Grupo de Tecnologia em Materiais e Componentes à Base de Cimento Portland. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SAMPAIO, Z. L. M. **Análise da influência das cinzas do bagaço de cana-de-açúcar no comportamento mecânico de concretos.** S.l.: IBRACON Struct. Mater, 2014.

ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE BLOCOS DE CONCRETO PRODUZIDOS COM ARGILA EXPANDIDA E VERMICULITA EXPANDIDA

AUTORES:

Adalberto Aguiar Albuquerque,
Fernando Henrique Lucio da Silva
Igor Oliveira Batista da Silva
Miquéias da Silva Campelo
Kettylin Luize de Araújo Pinheiro
Thamires Dantas de Oliveira Godeiro

INTRODUÇÃO: Com o crescimento do setor da construção civil, a cada dia surgem novos materiais com intuito de se adequarem às constantes exigências do setor e, os blocos de concreto estruturais ou de vedação, por sua vez, vêm ganhando mais espaço no meio construtivo, tendo em vista que seu controle tecnológico é mais rigoroso que os blocos cerâmicos convencionais. A formulação de concretos com novas propriedades acarreta na maioria das vezes um custo a mais quando comparado com o convencional, e em alguns casos os valores são tão expressivos que fica inviável sua utilização. A adição de materiais leves como argila expandida e vermiculita expandida acarreta um aumento no custo final dos blocos, porém apresentam propriedades satisfatórias. Mehta e Monteiro (2008) afirmam que microestrutura dos agregados leves é constituída por um sistema celular de poros isolados entre si por paredes impermeáveis justificando valores de baixa massa específica e unitária. A argila expandida (AE) é um agregado leve de formato arredondado com estrutura interna formada por uma espuma cerâmica com microporos e com uma casca rígida e de boa resistência devido ao processo de fabricação em fornos rotativos (CINEXPAN, 2015). Esse material quando empregado em proporções apropriadas confere boas propriedades mecânicas ao concreto (SUELEN, 2015). Neste sentido, a finalidade desta pesquisa é averiguar a viabilidade econômica dos blocos de concreto produzidos com argila expandida e vermiculita expandida. **METODOLOGIA:** Para efeito da presente pesquisa foram empregados: cimento, areia, vermiculita expandida, argila expandida, cascalho, pó de pedra e água para a confecção das misturas. O cimento utilizado foi o CP II Z – 32 normatizado conforme a NBR 11578 (ABNT, 1997). O aglomerante foi especificado através dos ensaios normativos regidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Massa específica: 3100 NBR NM 23 (ABNT, 2000); Finura: 2% NBR 11579 (ABNT, 2012); Início e Fim de pega: 2:30 e 4:15 horas NBR NM 65 (ABNT, 2003) e Expansibilidade: 2 mm NBR 11582 (ABNT, 2012). O cascalho, a areia e o pó de pedra são derivados de jazidas da região. eles foram submetidos aos ensaios de massa específica e massa unitária, estando de acordo com as normas vigente. Cascalho: 2,66 g/cm³ e 1,28 kg/dm³ NBR NM 53 (ABNT, 2009); Areia: 2,63 g/cm³ e 1,51 kg/dm³ NBR NM 52 (ABNT, 2009); Pó de pedra: 2,64 g/cm³ e 1,52 kg/dm³ NBR NM 52 (ABNT, 2009). A vermiculita expandida foi oriunda do Estado da Paraíba, o dado foi fornecido pelo fabricante MPL (Mineração Pedra Lavrada LTDA). Massa específica: 90-140. A argila expandida é proveniente do estado de São Paulo. Os dados foram fornecidos pela fabricante CINEXPAN. Massa específica: 1,24 g/cm³; Massa unitária: 0,90 g/cm³; resistência à compressão por esmagamento: 20 Mpa e Absorção de água por imersão (% em volume 24h): 6. O traço de referência foi fornecido pela empresa P&B pisos e blocos, onde foi utilizado como referência. Os demais foram substituídos em porcentagem de vermiculita expandida fixada em 3% e argila expandida nas proporções de 25, 50, 75 e 100%. TR.0.0 (0% VE e 0% AE), T3.00 (3% VE e 0% AE), T3.025 (3% VE e 25% AE), T3.050 (3% VE e 50% AE), T3.075 (3% VE e 75% AE) e T3.100 (3% VE e 100% AE). Para cada mistura foram confeccionados 6 blocos com 14 x 19 x 19 cm respectivamente, totalizando 36 blocos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Existe uma grande preocupação de redução de custos na construção civil. Toda a estrutura de uma obra tem sido dimensionada com o mínimo de material necessário o que ocasionou a projetar com pequenas espessuras, o que tornou necessário a procura de materiais leves. O concreto a base de vermiculita possibilita que as peças sejam menos espessas e por isso mais econômica devido a sua baixa densidade e, sem perda de qualidade da construção quando adicionado em teor adequado com boa resistência mecânica e, assim aliviando a estrutura por ser mais leve que os materiais convencionais (SUELEN, 2015). Morávia (2004) afirma que na maioria dos casos, o concreto leve é mais caro do que o convencional, devido o maior consumo de cimento, tendo em vista que a fabricação dele necessita de uma quantidade de água maior devido à alta absorção dos agregados leves. A argila expandida, por sua vez, apresenta boas características a resistência na confecção de concretos leves quando comparados com outros agregados de massa específica semelhante. Os vazios presentes nesses agregados dão propriedades de leveza, porque, segundo (MEHTA; MONTEIRO, 2008) sua microestrutura é constituída por sistema celular de poros isolados entre si por paredes impermeáveis justificando valores de baixa massa. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** Na diferença de custo de materiais para a confecção de um bloco de dimensão 14 x 19 x 39 cm, observa-se que quanto maior a adição dos materiais argilosos, maior o custo para a produção do mesmo visto que esses insumos possuem maior custo de produção. Quando comparado o traço T3.100 com o TR.0.0 nota-se um aumento de custo de R\$ 0,24 reais, cerca de 22,85%. O traço T3.00 apresentou menor diferença de valor, sendo apenas de 1,23%. **CONCLUSÕES:** Quanto maior a substituição dos agregados convencionais por agregado leve maior será seu custo, tendo em vista que estes agregados têm um maior custo de fabricação que conseqüentemente é transferido para o consumidor final. Apesar de aumentar o preço unitário do bloco, na visão macro o mesmo reduz custo em fundação, aço, fck do concreto aplicado dentre outros, bem como a redução da mão de obra, devido à redução de trabalhos na fundação e corte e dobra do aço, mostrando uma diminuição bem significativa.

Palavras-chave: Vermiculita. Custo. Argila Expandida.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR NM 52 Agregado miúdo.** Determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **NBR NM 53 Agregado graúdo.** Determinação da massa específica e massa específica aparente e absorção de água. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **NBR 11579 Cimento Portland.** Determinação do índice de finura por meio da peneira 75 µm (nº 200). Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **NBR NM 65 Cimento Portland.** Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 11582 Cimento Portland.** Determinação da expansibilidade Le Chatelier. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **NBR NM 67 Concreto.** Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **NBR NM 5738 Concreto**. Procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 9472 Argamassa e concreto**. Câmaras úmidas e tanques de cura de corpos-de-prova. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR 9778 Argamassas e concreto endurecidos**. Determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR 12142 Concreto**. Determinação da resistência a tração na flexão de corpos de prova prismáticos. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **NBR 7222 Argamassa e concreto**. Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR NM 5739 Concreto**. Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR NM 23 Cimento Portland e outros materiais em pó**. Determinação da massa específica. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR NM 65 Cimento Portland**. Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 12118 Blocos vazados de concreto simples para alvenaria**. Métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 2014.

CAMARGO, S. M. **Avaliação da adição de vermiculita expandida em diferentes granulometrias em concretos leves produzido com argila expandida**. 2015. 68f. Dissertação (Mestre em Ciência e Engenharia dos Materiais) – Programa de Pós Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais, PPGCEM, 2015.

LUZ, A.B.D.; LINS, F.A.F. **Rochas e minerais industriais: usos e especificações**. Rio de Janeiro: A.B. de Luz; F.F. Lins, 2005.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais**. São Paulo: IBRACON, 2008.

MORÁVIA, W. G. **Comportamento térmico e avaliação microestrutural de concretos leves produzidos com argila expandida**. 2004. 104f. Dissertação (Mestre em Engenharia Metalúrgica e de Minas). [s.l.:s.n.], 2004.

PRUDÊNCIO JÚNIOR, L.R., OLIVEIRA, A.L., BEDIN, C.A. **Alvenaria estrutural de blocos de concreto**. Grupo de Tecnologia em Materiais e Componentes à Base de Cimento Portland. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SAMPAIO, Z. L. M. **Análise da influência das cinzas do bagaço de cana-de-açúcar no comportamento mecânico de concretos**. S.l.: IBRACON Struct. Mater. J., 2014.

COMPORTAMENTO DA ESTABILIDADE DIMENSIONAL DE MATERIAIS CERÂMICOS USADOS PARA PISOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDIANTE A PRESENÇA DE UMIDADE E VARIAÇÃO TÉRMICA

AUTORES:

Alisson da Silva Lima,
Felipe Ricardo do Nascimento
Guilherme Fernandes Galvão
Gislana Pereira de Oliveira
Hugo Mozer Barros Eustáquio

INTRODUÇÃO: Todos os corpos existentes na natureza, sólidos, líquidos ou gasosos, quando em processo de aquecimento ou resfriamento, ficam sujeitos à dilatação ou contração térmica. O processo de contração e dilatação dos corpos ocorre em virtude do aumento ou diminuição do grau de agitação das moléculas que constituem os corpos. Ao aquecer um corpo, por exemplo, ocorrerá um aumento na distância entre suas moléculas em consequência da elevação do grau de agitação das mesmas. Esse espaçamento maior entre elas se manifesta através da escansão das dimensões do corpo, as quais podem ocorrer de três formas: linear, superficial e volumétrica. O contrário ocorre quando os corpos são resfriados. Ao acontecer isso as distâncias entre as moléculas são diminuídas e em consequência disso há diminuição nas dimensões do corpo. Na construção civil, a dilatação térmica está presente em materiais vastamente utilizados como tijolos, cerâmicas, revestimentos e etc. sendo necessário um estudo prévio desses materiais, visando a determinação da expansão seja ela linear, superficial ou volumétrica que esses materiais sofrem, ajudando assim conhecer melhor a aplicação e junção de cada tipo de material. O Objetivo desse trabalho foi a avaliação do comportamento dimensional de peças cerâmicas submetidas variações de temperatura e umidade.

METODOLOGIA: Para a avaliação dimensional dois tipos de materiais foram escolhidos, revestimento cerâmico e o porcelanato. Para maior precisão dos resultados três corpos de prova de cada foram usados para os testes. Foram realizados dois tipos de ensaios, um submetendo os corpos de prova a presença de umidade por 72 horas, seguindo o proposto pela norma de desempenho NBR-15575: Sistema de pisos. No outro ensaio, colocamos a mesma quantidade de corpos de prova em estufa, submetendo o material a temperatura de 50°C por um tempo de 24 horas. Os ensaios foram visando mostrar a dilatação térmica de dois materiais vastamente utilizado dentro da construção civil, o revestimento cerâmico que tem como principais matérias-primas o feldspato, sílica e a argila. Além dos três principais componentes descritos, podem ser adicionados aditivos com a finalidade de incrementar as propriedades das peças. Após submetida a uma secagem lenta à sombra para retirar a maior parte da água, a peça moldada é submetida a altas temperaturas que lhe atribuem rigidez e resistência mediante a fusão de certos componentes da massa, fixando os esmaltes das superfícies. Já o porcelanato tem características técnicas do que dependem do seu processo de fabricação, declarado pela Norma ISO 13006/NBR13818 com especificação de um material prensado com absorção baixíssimo, chegando no máximo 0,5%. Em virtude da presença de materiais de constituição diferentes, entre os dois, há coeficientes de dilatação diferentes o que proporciona expansões características de cada um. Todos os ensaios foram realizados no laboratório da UNIFACEX (Centro Universitário da Facex).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A água é o principal agente de degradação de um amplo grupo de materiais de construção. Ela está presente no solo, na atmosfera, nos sistemas e procedimentos de higiene da habitação e, portanto, em permanente contato com alguns dos seus elementos ou sistemas. O adequado controle da umidade em uma edificação habitacional ou sistema é a chave para o controle de muitas manifestações patológicas que abreviam sua vida útil, reduzindo seu valor

de uso e de troca de uma habitação (*NBR-15575: Sistema de pisos.*). Elementos cerâmicos tais como blocos para alvenaria, placas de revestimento de pisos, fachadas e louças sanitárias estão suscetíveis ao fenômeno físico-químico da expansão por umidade, principalmente quando produzidos a partir de matérias-primas ou condições de processamento inadequadas. Expansão por umidade (EPU) é o aumento das dimensões do corpo cerâmico devido à absorção de água. Esta característica tem grande influência na vida útil dos materiais cerâmicos, visto que elevados valores de expansão facilitam o desprendimento da cerâmica em relação a argamassa. Um corpo sólido, submetido a ação do calor, apresenta alterações em suas dimensões a medida que sua temperatura varia, essas alterações se manifestam através da escansão das dimensões do corpo, as quais geram formas linear, superficial e volumétrica. (MARINO, 1997). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diferentemente do material metálico que é contínuo como aço, alumínio, cobre e etc. os materiais cerâmicos têm sempre espaços vazios, que decorrem do processo de fabricação. E por ter esses espaços vazios, no ensaio que submetemos os corpos de prova a estufa, eles apresentaram uma redução de algumas dimensões e principalmente uma redução de massa, isso acontece em materiais cerâmicos, pois é essencial a presença poros para aderir a argamassas que irão auxiliar no seu assentamento. No ensaio de ataque por água onde submetemos os corpos de prova em água, o fenômeno ocorre ao contrário, por conter uma grande presença de poros, os materiais cerâmicos tendem a ter aumento de massa e possivelmente algumas dimensões. Com os resultados obtidos a partir dos dois ensaios, foi possível constatar que o porcelanato não sofre variações dimensionais ou de massa durante os ensaios chegando a valores inferiores a 0,1% em ambos os casos. Durante a variação de temperatura, a cerâmica para revestimento teve comportamento semelhante, porém, mediante as 72 horas em água esse tipo de material teve um ganho de 12,7% em massa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste trabalho buscou mostrar o processo de contração e dilatação dos corpos que ocorre em virtude do aumento ou diminuição do grau de agitação das moléculas que constituem os corpos. Demonstrando assim em materiais utilizados na construção civil dentre eles os revestimentos cerâmicos e o porcelanato. No intuito de buscar por meios de ensaios, respostas para fenômenos de dilatação que interferem na utilização dos materiais no dia a dia. Entretanto, o método de fabricação de materiais cerâmicos (sinterização) caracteriza-se por produzir estruturas contendo poros. Estes poros desempenham papel importante. Em algumas ocasiões, os poros são desejáveis, mas há sempre uma observação a fazer sobre determinadas estruturas pois as mesmas podem ser fonte de decréscimos de resistência.

Palavras-chave: Vermiculita. Custo. Argila Expandida.

REFERÊNCIAS

AMÓROS, J.L Belda. **Cerâmicas industriais:** material de pavimento cerâmico gresificado. [s.l:s.n], s.d.

ANDRÉ VIEIRA. **Um experimento sobre a dilatação térmica e a lei de resfriamento.** 2007. Monografia (conclusão de curso). [s.l:s.n], 2007.

ASTM, STEVAN BETEOR. **Standard test method for linear termal expansion of porcelain enamel and glaze.** 2001. Dissertação (doutorado), 2001.

HALLIDAY, RESNICK, WALKER. **Fundamentos de Física.** 8. ed. São Paulo: LTC, 2009. V.2.

MARINO, L.F.B estudos da expansividade de revestimentos cerâmicos porosos segundo a composição. 1997. Dissertação (Mestrado) - UFSCar, São Carlos, 1997.

INSTALAÇÃO ELÉTRICA RESIDUAL AUTOMATIZADA

AUTORES:

Katyucia Valeria Rodrigues dos Santos

Daniel José de Carvalho Neto

Rafael Nonato Moreira da Silva

Leonardo Martins Caetano

INTRODUÇÃO: A eletricidade é indispensável para a vida de muitos. É cada vez mais perceptível o crescimento quanto ao uso de aparelhos eletroeletrônicos instalados à rede elétrica. Ela é um elemento fundamental em todos os ramos de atividades. Em casas, comércios, indústrias, hospitais e em outras edificações, a energia elétrica está presente. A preferência pelo seu uso está baseada pela facilidade na sua conversão em outras formas de energia, como em energia luminosa no uso das lâmpadas, energia mecânica no uso de motores e alimentação de vários equipamentos eletro - eletrônicos de suma importância (televisão, geladeira, computadores). A descoberta da eletricidade ajudou a acelerar o desenvolvimento do homem. As instalações residenciais são o exemplo mais comum e mais simples. As cargas têm uma característica resistiva predominante e destina à alimentação de equipamentos elétricos e eletrônicos do cotidiano e a iluminação artificial. As instalações prediais têm uma semelhança básica com as instalações residenciais. Suas cargas têm uma pequena parcela indutiva devido à introdução de motores como elevadores e bombas. Outra diferença consiste no tipo de fornecimento. Tipicamente uma instalação residencial possui fornecimento monofásico devido à quantidade de potência instalada de até 15 KW. Já uma instalação predial possui fornecimento trifásico devido a uma potência instalada maior que 15 KW e menor que 75 KW a fim de haver uma defasagem de 120° entre as fases do sistema de distribuição. Outra razão está na ligação de motores trifásicos ou outros equipamentos que possam existir. Com isso objetivamos apresentar um projeto de nova disposição de lâmpadas..

METODOLOGIA: Bancada que simula a instalação elétrica numa residência, onde ficarão dispostas as lâmpadas, nos respectivos cômodos, e dispositivos, como o motor do portão, representados aqui simbolicamente também por lâmpadas, que serão acionados tanto manualmente como remotamente, através de um aparelho celular smartphone conectado a internet. O projeto inclui além das lâmpadas (uma em cada compartimento do imóvel), bocais simples, interruptores, um disjuntor (que será usado como chave geral da bancada), fios (que estarão de acordo com a NBR 5410, que determina o padrão de cores para instalações elétricas de baixa tensão dos condutores: neutro, fase, retorno e terra), uma placa de automação, um roteador para fazer uma rede local dessa placa, relés (que receberá os pulsos da placa e enviará para o local do comando destinado) e uma base de MDF (para agregar todos os componentes mencionados). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Trabalho aborda a temática dos sistemas elétricos, com a opção de conexão à rede de computadores da residência, via WIRELESS ou cabos, deixando os proprietários controlá-los remotamente a partir de qualquer computador ou dispositivos móveis. Apresentam alternativas para a inclusão no projeto de automação de conexões wireless por todos os pontos onde haverá automação, ou a disponibilidade de conexão à internet via cabos para o dispositivo automatizado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Esse projeto é um demonstrativo que na realidade pode ir bem mais além de comandar lâmpadas, como abrir e fechar portões, acionar equipamentos, tais como, ar condicionado, câmeras de segurança, sprinters de jardim ou qualquer eletroeletrônico. De acordo com o projeto as ligações são tanto simples como automatizadas. Essas ligações simples podem ser feitas a ligação three way, que também será utilizada para a automação. Independente da automação tem que existir a tradicional instalação elétrica, pois a principal característica do trabalho é a demonstração da tradicional

instalação elétrica residencial, incrementada por um sistema que emprega processos automáticos. **CONCLUSÃO:** Vê-se então, a necessidade de antes mesmo de realizar o projeto de automação residencial, ter projetado a instalação elétrica residencial, que consiste em: Determinar as quantidades necessárias de lâmpadas e tomadas e suas localizações; Criar e dimensionar os circuitos elétricos com suas respectivas fiações, lâmpadas e tomadas; Definir o tipo e a localização dos dispositivos de proteção (disjuntores, DDR), e comando (interruptores), bem como os demais acessórios (quadro de distribuição e medição de energia). A função mais fundamental de qualquer sistema de automação residencial é integrar dispositivos elétricos uns com os outros. No passado, os sistemas controlados por meio de automação residencial muitas vezes eram conectados diretamente no sistema elétrico de uma casa, ou usavam as mesmas instalações. Os sistemas modernos são muitas vezes ligados à rede de computadores da casa, via wireless ou cabos, deixando os proprietários controlá-los remotamente a partir de qualquer computador ou dispositivos móveis. Portanto, no projeto de automação, você tem que considerar sua conexão wireless por todos os pontos onde haverá automação, ou a disponibilidade de conexão à internet via cabos para o dispositivo automatizado.

Palavras-chave: Eletricidade. Automação. Wireless.

REFERÊNCIAS

CREDER, Helio. **Instalações elétricas**. 15. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007

LEMOS, Manoel. **Automação com arduino: luzes e iluminação**. Disponível em: <<http://blog.fazedores.com/automacao-com-arduino-luzes-e-iluminacao/>>. Acesso em 24 out. 2016

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Projetos de instalações elétricas prediais**. 14.ed. São Paulo: Erica, 2014

SIMONE, Jean de. **Iluminação automatizada**. Disponível em: <http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed16/ed_16_Automacao.pdf> Acesso em 24 out.2016

INFLUÊNCIA DA NATUREZA CRISTALOGRÁFICA E GRANULOMÉTRICA DE RESÍDUOS DA EXTRAÇÃO DA SCHEELITA NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS

AUTORES:

Hugo Mozer Barros Eustaquio
Antônia Vilaneide Lopes Costa de Oliveira
Joyce Rodrigues Cordeiro
Fernanda Flávia Garcia Pinto
Antônio Fernandes Rodrigues Junior

INTRODUÇÃO: No estado Rio Grande do Norte encontra-se a maior concentração de scheelita do Brasil. Este mineral é uma das principais fontes de Tungstênio (W) metal conhecido por não ser ferroso, apresentar alta densidade e alto ponto de fusão, 4.500 °C. A geração de toneladas de resíduos é relatada por alguns pesquisadores como as consequências da exploração do mineral desde a década de 40, no nosso estado, mais especificamente em Currais Novos. De acordo com Fernandes (2011) estima-se que cerca de 3.110.400,0 toneladas seja o volume encontrado na mina Brejuí, concentrados em duas grandes pilhas. Ainda sem estudos suficientes que busquem a utilização dessa grande quantidade de resíduos produzidos surge a perspectiva de tornar os resíduos dessa atividade mineradora fonte de materiais que podem ser utilizados na área da Engenharia Civil. Um dos possíveis destinos é usar esses resíduos na formulação de argamassas, em substituição parcial de seus agregados miúdos. Desse modo, o presente artigo teve como objetivo avaliar a contribuição de cada fração granulométrica do resíduo da extração da sheelita utilizando-o com agregado, evidenciando, sobretudo, a contribuição da natureza cristalográfica na resistência à compressão de argamassas. **METODOLOGIA:** Após a coleta do resíduo da scheelita na Mina Brejuí, localizada no município Currais Novos/RN, foi realizada a análise granulometria de acordo com a norma vigente (ABNT, 2003). Quatro intervalos de diâmetros foram estabelecidos: Retido na peneira 1,2; entre 1,2 e 0,6 mm; entre 0,6 e 0,3 mm e entre 0,3 e 0,15 mm. Em cada fração foi realizada a caracterização química por fluorescência de raios X (FRX). Após a caracterização, as frações granulométricas do resíduo da scheelita e de areia (agregado miúdo comum) foram utilizadas na formulação de corpos de prova (CP's) para o ensaio de determinação da resistência à compressão seguindo a norma vigente (ABNT, 1996). O cimento usado foi o portland CP II Z 32 e a relação água cimento 0,65. Os corpos de provas foram feitos em triplicatas em cinco tipos de formulações, sempre com composição granulométrica do agregado composta do material retido nas peneiras de abertura 1,2; 0,6; 0,3 e 0,15 mm. A primeira com o uso de apenas areia como agregado e quatro com substituição parcial de areia por resíduo da scheelita, onde para cada preparo de argamassa foi retirada uma fração granulométrica da areia e adicionado resíduo da scheelita em tamanho de partícula equivalente. Todos os corpos de provas foram desmoldados com vinte e quatro horas e deixados em cura ao ar. O rompimento ocorreu no décimo sexto dia. Três granulometrias foram escolhidas para ensaios complementares de difração de raios x e reatividade. A granulometria de maior quantidade retida na análise granulométrica, maiores e menores resultados no ensaio de compressão. Os difratogramas foram analisados com o uso do software X'Pert HighScore Plus para identificação semiquantitativa dos minerais presentes. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Agregado pode ser definido como um material granular, relativamente inerte, com dimensões e propriedades variáveis, podendo ainda ser de origem natural ou que tenha passado por um processo de britamento de rochas cuja sua função é fornecer ao produto em estudo, maior durabilidade e maior rigidez. De acordo Marques (2001), o agregado aplicado na construção civil deve ser duro, tenaz, forte, durável, bem

graduado e possuir resistência a abrasão. Já argamassa pode-se conceituar como um material composto, constituído de agregado miúdo, aglomerante e água. Visando a preservação recursos naturais frente a crescente demanda no setor da construção civil torna-se importante a pesquisa de novas fontes de agregados. Para trabalhar alguns desses problemas a Agenda 21 propõe um movimento denominado de “Construção sustentável”, que prever a redução e a otimização do consumo de materiais e energia, redução dos resíduos gerados, preservação do ambiente natural e melhoria da qualidade do ambiente construído (BRASIL, 2015). Esse movimento torna a utilização de resíduos de outras atividades como extração mineral em argamassas e concretos, uma alternativa que corrobora com as definições do Ministério do Meio Ambiente. A principal observação é a manutenção das propriedades de plasticidade e dureza do produto final. Para tanto, os resíduos da extração de scheelita podem ser um alternativa viável, pois, tratam-se de materiais ricos em minerais de sílica (quartzo) e minerais carbonatos (calcita) (MACHADO, 2012). Sem, portanto haver uma caracterização profunda do material, torna-se inseguro a utilização em larga escala, pois é forte a tendência de mudanças de propriedades em função da granulometria, da densidade entre outras variáveis do processo de extração e beneficiamento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados da análise granulométrica identificaram que boa parte do resíduo tem granulometria entre 0,6 e 0,3 mm. A fluorescência de raios X identificou que em todas as granulometrias há uma alta concentração do óxido de cálcio e do óxido de silício. Para as frações granulométricas retidas nas peneiras de 0,6 mm e 1,2 mm, o percentual identificado de CaO ultrapassou 50% da análise química, 60,94 e 55,95%, respectivamente. As quantidades de maiores sílica registradas foram encontradas nas granulometrias de 0,15 e 0,30 mm, respectivamente, 22,14 e 23,19 %. Compostos de cálcio e de silício diferem bastante em relação a rigidez, e diferentes quantidades da presença desses elementos podem conduzir alterações nos valores de resistências dos materiais formulados utilizando-os como agregados. Outro detalhe importante na análise química foi a presença de zircônio apenas na granulometria de 0,15 mm. Com os resultados médios de resistência à compressão das argamassas formuladas percebe-se que exceto a formulação usando a granulometria de 1,2mm, todos os CP's com resíduos obtiveram valores superiores ao normal. Considerando os desvios padrões ainda pode-se perceber que CP1.2 tem em média valor de resistência igual a CP0.6. Os resultados médios e seus respectivos desvios, ainda demonstram uma igualdade de resistência entre CP0.6, CP0.3 e CP0.15. Porém o maior valor de resistência encontrado, 33,80 Mpa, foi em CP0.15. A análise de DRX com avaliação do software X'Pert HighScore Plus pode explicar o comportamento das argamassas a compressão, tomando como base a caracterização química. Percebe-se que as amostras retidas na peneira 1,2 mm basicamente são compostas do mineral quartzo e de calcita, onde foi registrado na análise semiquantitativa, 81% de calcita romboédrica (01-086-2341) e 19% quartzo alfa hexagonal (01-089-8940). Entre 0,6 e 0,3 mm ainda houve a presença majoritária dos elementos de óxidos de cálcio e de silício. Porém o quartzo hexagonal (01-087-2096 e 01-0832466) nessa granulometria apresenta de modo semiquantitativo com 52%, a calcita (01-086-2340) (3%) e o carbonato de cálcio (01-085-1108) (45%), ambos romboédricos, completam os componentes da amostra. Em 0,15 mm foram registrados a presença de diferentes estruturas cristalográficas. O quartzo hexagonal (01-078-1255) foi a estrutura majoritária com 73%, porem há a presença da calcopirita (CuFeS₂) (03-065-2728) com 18% e do óxido de cálcio zircônio (Ca_{0,15}Zr_{0,85}O_{1,85}) (00-026-0341) com 14%. O aumento da quantidade de quartzo e a presença do cálcio formando estruturas diferentes da calcita são essenciais, pois conduz a mudança da dureza total da fração granulométrica. Como demonstrado na análise química, o Zircônio foi encontrado apenas nessa granulometria e isso foi o precursor de todo esse comportamento mineralógico. Tal comportamento também justifica o maior valor de resistência encontrado, 33,80 Mpa em CP0.15 comentado anteriormente. **CONCLUSÃO:** A caracterização cristalográfica por DRX

demonstrou uma importante eficiência em identificar a representatividade de cada cristal em cada intervalo de tamanho de partícula. Ao aliar essa análise aos valores tabelados de dureza desses minerais é possível, por exemplo, maximizar a contribuição do agregado nas propriedades mecânicas de argamassas e concretos. Em pesquisa mais aprofundada pode-se também identificar possíveis contribuições desses minerais à propriedades térmicas, acústicas e de proteção contra eventos patológicos de corrosão.

Palavras-chave: Scheelita. Resistência. Resistência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR NM 248. Agregados.** Determinação composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 7215. Cimento Portland.** Determinação da resistência à compressão. Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Construção sustentável.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/constru%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 10 fev. 2015.

FERNANDES, B. R. **Aproveitamento dos finos de scheelita utilizando concentração centrífuga e lixiviação ácida.** 2011. 89 f. 2011. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MACHADO, T. G. **Estudo da adição de resíduo de Scheelita em matriz cerâmica:** formulação, propriedades e microestrutura. 2012. 143 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação de Ciências e Engenharia de Materiais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MARQUES, G. L. O. Procedimentos de avaliação e caracterização de agregados minerais usados na pavimentação asfáltica. In: SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO AO DOUTORADO – COPPE. 1., Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2001.

AVALIAÇÃO DA POTENCIALIDADE DO USO DE RESÍDUOS CERÂMICOS MOÍDOS COMO MATERIAL POZOLÂNICO

AUTORES:

Hugo Mozer Barros Eustaquio
Ronaldo Moura Gomes de Lima Filho
Suerda Silvany da Silva
Natália Lacerda dos Santos
Kimberly Gabriela D. de Melo
Fernanda A. de A. Pinheiro

INTRODUÇÃO: O material pozolânico é definido como silicosos ou silicoaluminosos que possuem baixas ou nenhuma atividade aglomerante. Contudo, quando finamente separados e misturados à água, reagem com hidróxido de sódio formando assim compostos com propriedades ligantes. Existem diversos materiais relatados com ação pozolânica, sendo o metacaulim o mais conhecido e utilizado em grande escala. Porém há desvantagens associadas ao processo de fabricação que parte da transformação da caulinita. Uma importante alternativa usada para minimizar os custos associados a produção desses materiais com atividades pozolânicas é a busca por tais propriedades em resíduos antes sem valor agregado associado. Resíduos do próprio setor da construção civil tem se tornado um considerável vilão, principalmente pela grande quantidade de matéria prima necessária. A indústria cerâmica, por exemplo, é percebida como fornecedora de produtos para vários setores, entre eles, destaca-se a construção civil como um dos mais expressivos consumidores (RIBEIRO; LABRINCHA; MORELLI, 2012). Levantamentos de informações em diversos aglomerados produtivos localizado no Estado de São Paulo estabelecem que as perdas em produtos cerâmicos apresentam-se na faixa de 3% à 5%, dando origem a resíduos, os quais, representam uma estimativa anual de descarte em cerca de 0,8 à 1,3 milhão de toneladas desses resíduos cerâmicos, nessa região (GARCIA, 2015). Nesse intuito, o objetivo geral desse trabalho foi avaliar a partir de um grupo de análises de caracterização a potencialidade do uso de resíduos cerâmicos moídos (RCM) como material pozolânico. **METODOLOGIA:** O resíduo cerâmico foi adquirido junto a empresa Cerâmica Tavares situada no município de Parelhas (RN), onde a origem advém de tijolos que não obtiveram resistência adequada durante o processo de fabricação. O cimento utilizado foi CP II F 32, obtido comercialmente. O agregado miúdo utilizado, também adquirido comercialmente, foi areia de origem natural, com dimensão máxima característica de 4,8 mm. Os resíduos de blocos cerâmicos passaram basicamente por dois processos de cominuição: no primeiro, foram triturados de forma manual e com o auxílio de martelos, no intuito de padronizar as dimensões dos cacos. No segundo, fez-se a moagem dos cacos proveniente do primeiro processo em um moinho de bolas. Os resíduos coletados foram submetidos ao peneiramento em pó a se aproximar de totalmente passante na peneira 300 mesh (54 μ m) (ABNT, 2014). Após essa etapa, o material passou pelo processo de secagem em estufa, por um período de 48 horas, a uma temperatura de 105 °C \pm 5 °C, com a finalidade de eliminação da umidade do resíduo. Na caracterização dos materiais, para o RCM aplicou-se as análises de difração de raios-x (DRX) com o uso do software X'Pert HighScore Plus para identificação semiquantitativa dos minerais presentes nos difratogramas, fluorescência de raios-x (FRX) e microscopia eletrônica de varredura (MEV). Para o agregado miúdo, desenvolveu-se a análise granulométrica, através do peneiramento, de acordo os as especificações em norma (ABNT, 2003). A determinação do índice de atividade pozolânica, expansibilidade e teor de umidade seguiram as metodologias indicadas pelas normas vigentes, respectivamente ABNT (1992), ABNT (1991) e DNER (1994). Para a expansibilidade, como forma de comparação foram feitos corpos de prova com

cimento e com 20 e 30% de substituição do cimento por RCM. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Há algumas formas de identificar quimicamente a propriedade pozolânica, a principal tem como exigências físicas e químicas estabelecidas o valor mínimo de 70% para a soma dos teores de $\text{SiO}_2 + \text{Al}_2\text{O}_3 + \text{Fe}_2\text{O}_3$ apresentar um teor de SO_3 no máximo de 4% e perda ao fogo máxima de 6% (ABNT, 2014). A presença do caráter amorfo também é bem vinda, pois novas estruturas cristalinas são geradas mediante as reações de endurecimento na presença de água. O conceito de resíduo sólido dar-se-á por serem materiais oriundos de atividades de origem industrial, domésticos, agrícolas, entre outros (ABNT, 2004). Agregar valor a tais materiais, sobretudo com o aproveitamento de uma propriedade tão importante para cimentos, torna-se fundamental também por aspectos que envolvem a atual preocupação com o meio ambiente. Tal problemática surge do alargamento da geração de resíduos resultantes da atividade de produção. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** De acordo com o ensaio de granulometria, o agregado utilizado apresentou uma variação das suas dimensões entre 0,075mm como menor dimensão, e aproximadamente 4,8mm, para maior dimensão. As Análises de FRX realizadas em laboratório, trouxeram comprovações que o resíduo cerâmico moído (RCM) apresentou um valor de somatório dos teores de SiO_2 , Al_2O_3 e Fe_2O_3 aproximadamente igual a 90,52%, o que caracteriza o material como pozolânio (GARCIA, 2015). Há também registrada em menores frações a presença de CaO , TiO_2 , MgO , SO_3 , ZnO , MnO . O difratograma de raios X demonstrou que há uma fração cristalina no material apesar da região amorfa. Os resultados do FRX, juntamente com a análise dos difratogramas com avaliação do software X'Pert HighScore Plus evidenciou que a parte cristalina é composta 99% do mineral quartzo hexagonal SiO_2 e de uma pequena quantidade (1%) de vermiculita ($\text{Mg}_{2,36}\text{Fe}_{0,48}\text{Al}_{0,16}(\text{Al}_{1,28}\text{Si}_{2,72})\text{O}_{10}(\text{OH})_2(\text{C}_6\text{H}_{14}\text{NO}_2)$). A análise por Microscopia eletrônica de varredura (MEV) dos resíduos confirmaram a identificação de estruturas cristalinas e parte amorfa. Com identificação usando detectores de elétrons retroespalhados, percebem-se nas micrografias regiões com maior brilho que indicam diferença de composição química e organização. A presença de compostos cristalinos e amorfos dentro do resíduo pode conduzir também a modificações durante as reações de endurecimento de um aglomerante hidráulico. Tal fato pode ser comprovado pelo ensaio de expansibilidade. A quente não houve expansão em nenhum dos testes. Porém a frio, os resultados demonstraram um valor de 1 mm para corpo de prova apenas do cimento e para um corpo de prova com 30% de RCM. Com a adição de 20% houve uma expansão 1,8 mm. O teor de umidade do resíduo foi de 1%. **CONCLUSÃO:** No estudo que se apresentou, foi resolvida a possibilidade de substituição do cimento portland pelo resíduo de tijolos moído, visto que há comprovações pelos ensaios de caracterização que o material é dotado de propriedades pozolânicas.

Palavras-chave: Material Pozolânico. Potencialidade. Resíduo Cerâmico.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 12653:2015** **Materiais Pozolânicos:** requisitos. Rio de Janeiro, 2014.
- _____. **NBR 10004:2004 Resíduos Sólidos.** Classificação. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **NBR 11582:1991 Cimento Portland.** Determinação da expansibilidade de Le Chatelier. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **NBR 5752:1992 Materiais pozolânicos.** Determinação de atividade pozolânica com cimento Portland - Índice de atividade pozolânica com cimento Rio de Janeiro 1992.

_____. **NBR NM 248:2003. Agregados.** Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DNER-ME. Norma DNER-ME 5294. Solos e agregados miúdos. S.l., 1994.

GRACIA, E. et al. Avaliação da atividade pozolânica dos resíduos de cerâmica vermelha produzidos nos principais polos ceramistas do Estado de S. Paulo. **Cerâmica**, n.61, p.251-258, 2015.

RIBEIRO, D. V; LABRINCHA, J.A.; MORELLI, M.R. Análise da difusão de cloretos no concreto contendo lama vermelha IBRACON **Structures and Materials Journal**, São Paulo, v. 5 n.2, 2012.

SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE CIMENTO PORTLAND POR RESÍDUOS CERÂMICOS MOÍDOS EM ARGAMASSAS SUBMETIDAS A AMBIENTES AGRESSIVOS

AUTORES

Hugo Mozer Barros Eustaquio

Suerda Silvany da Silva

Fernanda A. de A. Pinheiro

Ronaldo Moura Gomes de Lima Filho

Natália Lacerda dos Santos

INTRODUÇÃO: A área da construção civil é uma das mais crescentes no Brasil. Através desse progresso, estudos voltados a substituições parciais em massa do cimento por minerais vêm se desenvolvendo. Associada à resistência e a dificuldade das entradas de cloretos na argamassa ou concreto, o critério durabilidade atualmente recebe atenção. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo a substituição parcial de cimento portland por resíduos cerâmicos moídos (RCM) visando avaliar a contribuição da ação da pozolana em barreiras contra o avanço de cloretos na matriz cimentícia de argamassas. **METODOLOGIA:** O resíduo cerâmico foi adquirido junto a empresa Cerâmica Tavares situada no município de Parelhas (RN), onde a origem advém de tijolos que não obtiveram resistência adequada durante o processo de fabricação. O cimento utilizado foi CP II F 32 obtido comercialmente. O agregado miúdo utilizado, também adquirido comercialmente, foi areia de origem natural, com dimensão máxima característica de 4,8 mm. Os resíduos de blocos cerâmicos passaram basicamente por dois processos de cominuição: no primeiro, foram triturados de forma manual e com o auxílio de martelos, no intuito de padronizar as dimensões dos cacos. No segundo, fez-se a moagem dos cacos proveniente do primeiro processo em um moinho de bolas. Os resíduos coletados foram submetidos ao peneiramento em pó a se aproximar de totalmente passante na peneira 300 mesh (54 μ m) (ABNT, 2014). Após essa etapa, o material passou pelo processo de secagem em estufa, por um período de 48 horas, a uma temperatura de 105 °C \pm 5 °C, com a finalidade de eliminação da umidade do resíduo. E, como forma de identificação da propriedade pozolânica, a caracterização química por fluorescência de raios-x (FRX) foi desenvolvida com a parceria do Departamento de Materiais da UFRN. Para o agregado miúdo, desenvolveu-se a análise granulométrica, através do peneiramento, de acordo com as especificações em norma (ABNT, 2003). A análise de massa específica também foi desenvolvida para determinar a propriedade física desses materiais, com base nas determinações das normas para o agregado miúdo (ABNT, 1997) para o cimento e o RCM (ABNT, 2001). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Argamassas são materiais de construção com propriedades de aderência e endurecimento obtido a partir de uma mistura homogênea de aglomerantes, com a função de proporcionar maior trabalhabilidade, resistência mecânica e capacidade de absorver deformações (RIBEIRO; PINTO; STARLING, 2000?). Há algumas formas de identificar quimicamente a propriedade pozolânica, a principal tem como exigências físicas e químicas estabelecidas, o valor mínimo de 70% para a soma dos teores de SiO₂+Al₂O₃+Fe₂O₃, apresentar um teor de SO₃ no máximo de 4% e perda ao fogo máxima de 6% (ABNT, 2014). A localização das estruturas é determinante para o reconhecimento da agressividade ambiental em que o concreto estará submetido por toda sua vida útil. Este reconhecimento é necessário e extremamente importante, no sentido de serem estabelecidas ponderações em projeto e na execução das estruturas, a fim de se conseguir maior durabilidade às edificações submetidas a determinadas classes de agressividades (LIMA; MORAIS; TINOCO, 2000?). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A caracterização química por fluorescência de raios X (FRX) confirmou a propriedade pozolânica do resíduo cerâmico

moído (RCM), pois houve um valor de somatório dos teores de SiO₂, Al₂O₃ e Fe₂O₃ aproximadamente igual a 90,52%, superando o aconselhado pela norma vigente (ABNT, 2014). Há também registrada em menores frações a presença de CaO, TiO₂, MgO, SO₃, ZnO, MnO. De acordo com o ensaio de granulometria, o agregado utilizado apresentou uma variação das suas dimensões entre 0,075mm como menor dimensão, e aproximadamente 4,8mm, para maior dimensão. O resultado da média de índice de consistência de acordo com a norma NBR 13276:2002 foi 290mm pra 0%,300mm pra 20% e novamente 290mm pra formulação de 30%, já o índice de finura por meio da peneira de 75micrômetro foi de 0.04%, sabendo-se que a quantidade de cimento inicial foi de 50g de acordo com a norma com o fator de correção da peneira igual a 1. No caso do ensaio de consistência normal onde o mesmo foi realizado de acordo com a NBR NM 43:2002, sendo os percentuais de RCM de 0%, 20% e 30% respectivamente e o de água de 30% para as duas primeiras porcentagens do resíduo e 31% para a ultima porcentagem, obtendo os seguintes resultados de consistência: para 0% de RCM a consistência de 5mm e os demais percentuais, 20% e 30%, com a consistência de 7 mm. A massa específica do cimento Portland II – F-32, seguindo a norma vigente ABNT (2001), onde foi obtida a média de 3,12 g/cm³, já do resíduo a média foi de 2,43 g/cm³. No caso da massa específica do agregado miúdo o resultado foi obtido de acordo com a NBR 9776:1987, onde a média foi de 2,66 g/cm³. Além desses resultados foi realizado o ensaio de resistência à compressão nos corpos de prova de argamassa, com diferentes idades e diferentes porcentagens do resíduo de acordo com a NBR 5739:2007. As idades trabalhadas foi 28, 63 e 110 dias com percentuais de RCM de 0%, 20% e 30% e as respectivas médias de 19,785 MPa, 21,36 MPa e 13,36 MPa para a primeira idade, 21,909 MPa, 21,40 MPa e 18,67 MPa para segunda idade e na ultima idade com 21,775 MPa, 25,64 MPa e 17,15 MPa. **CONCLUSÃO:** Com base no que foi descrito o resíduo de cerâmica moída (RCM) tem todos os requisitos pozolânicos previstos em norma. A argamassa com adição do resíduo de 20%, obteve maior eficiência referente a resistência, tendo em vista que sua eficácia é visivelmente representada com idades acima de 110 dias.

Palavras-chave: Resistência. Cloretos. Ambientes Agressivos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 12653:2015**

Materiais Pozolânicos: requisitos. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **NBR 10004:2004 Resíduos Sólidos.** Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 7215:1996** Determinação da resistência à compressão. Rio de Janeiro 1996.

_____. **NBR 9776:1987 Agregados.** Determinação da massa específica de agregados miúdos por meio do frasco de Chapman. Rio de Janeiro 1987.

_____. **NBR NM 23:2001 Cimento Portland e outros materiais em pó.** Determinação da massa específicas. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR NM 248:2003 Agregados.** Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

GARCIA, E. et al. Avaliação da atividade pozolânica dos resíduos de cerâmica vermelha produzidos nos principais polos ceramistas do Estado de S. Paulo. **Cerâmica**, n.61, p. 251-258, 2015.

LIMA, Laércio; MORAIS, George Neres; TINOCO, Hênio F. F. Avaliação do nível de agressividade ambiental em estruturas de concreto na zona litorânea de Natal/RN – Brasil. [s.l:s.n], 2000?

MEIRA, G. R. et al. Comportamento de concreto armado com a adição de resíduos de tijolo cerâmico moído frente à corrosão por cloretos. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 4, p. 33-52, out./dez. 2014.

RIBEIRO, C. C.; PINTO, J. D.S.; STARLING, T. **Materiais de construção civil: argamassas**. [S.l:s. n], 2000?. Cap,26.

RIBEIRO, D. V; LABRINCHA, J.A.; MORELLI, M.R. Análise da difusão de cloretos no concreto contendo lama vermelha. **IBRACON Structures and Materials Journal**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2012.

SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO RESÍDUO DE GRANITO PROVINIENTE DO BENEFICAMENTO DE ROCHAS ORNAMENTAIS NO CIMENTO PORTLAND PARA A FABRICAÇÃO DE ARGAMASSAS

AUTORES:

Hugo Mozer Barros Eustaquio
José Mateus de Medeiros Silva
Aluízo Alves dos Santos Filho
Hirlan Medeiros Morais

INTRODUÇÃO: A temática ambiente vem sido protagonista em diversas discussões em nível global, entre eles, pode-se destacar o descarte indevido de resíduos sólidos provenientes das atividades da construção civil. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade da reutilização do pó de granito proveniente do beneficiamento das rochas ornamentais em substituição parcial do cimento para a produção de argamassas, levando em consideração os benefícios ambientais, sociais e econômicos através da destinação adequada dos resíduos industriais e por meio da economia do Cimento. Pretende-se assim, também avaliar possíveis propriedades pozolânicas presentes nesses resíduos. **METODOLOGIA:** O resíduo em estudo é oriundo do processo de beneficiamento do granito produzido por uma pedreira, localizada no estado do Rio Grande do Norte, onde o processo de corte é dado através da utilização de um fio diamantado. A metodologia de estudo consiste em duas etapas, a primeira refere-se à caracterização do pó de granito por ensaios físicos de massa específica, finura e microscopia eletrônica de varredura. Ainda nessa etapa foi realizada análise química e cristalográfica de fluorescência e difração de raios x, com os difratogramas sendo analisados pelo software X'Pert HighScore Plus para identificação semiquantitativa dos minerais presentes. A segunda, consiste na produção de corpos de provas de argamassas com diferentes percentuais de resíduo (5%, 10%, 20% e 30%) para avaliar a resistência em duas idades distintas (28 e 63 dias). De forma semelhante à pesquisa de Moura e Leite (2011) o pó foi secado em uma estufa a uma temperatura de aproximadamente 100 °C por um período mínimo de 48 horas. Após esse processo, o resíduo foi destorroado e realizado o módulo de finura de acordo com a NBR 5734 (ABNT, 1989). Seguindo as recomendações da norma obteve-se o valor de 5% (porcentagem de um montante de 50g retida na peneira 0,075 mm) para o módulo de finura do resíduo. Em seguida, foi realizado o processo de análise da massa específica da areia e do resíduo conforme as NBR 9776 (ABNT, 1987) e 12653 (ABNT, 2015). Por fim, foi realizada a análise granulométrica do agregado utilizado na moldagem dos corpos de prova de argamassas usando o traço de 1:3 com um fator $c/\alpha = 0,6$. A granulometria da areia foi feita de acordo com a NBR 7217 (ABNT, 1987). Foi utilizado Cimento CP III – 28 e os agregados miúdos consistem em areia com granulometria normal. Após caracterização, ocorreu a moldagem dos CPs de acordo com a norma 7217 (ABNT, 1996), com 0%, 5%, 10%, 20% e 30% de resíduo. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Os processos de reciclagem e reutilização dos resíduos fazem parte do conjunto de ações do desenvolvimento sustentável, pois há uma agregação de valor a resíduos e economias do uso de matérias-primas não renováveis. Levando em consideração que o Brasil é o quinto maior produtor de rochas e ornamentais do mundo (MOURA; LEITE, 2011) e, reconhecendo os impactos ambientes causados pela extração da matéria-prima e do resíduo gerado pelo processo de beneficiamento das rochas ornamentais, deve-se admitir que é necessário o desenvolvimento de técnicas que possam minimizar as transgressões ambientais causadas por essa atividade sem impedir o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, a produção do cimento Portland agrega o beneficiamento de diversos resíduos gerados a partir do processo industrial (Bauer). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A caracterização do resíduo revelou

que o material apresenta uma massa específica de 2,70 g/cm³ e uma finura de 5%. As microscópias demonstraram grãos de tamanhos e morfologias variadas, aparentemente demonstrando poucas variações de brilho na interação com o feixe de elétrons. O difratograma de raios X demonstrou que há uma fração cristalina no material. A análise dos difratogramas com avaliação do software X'Pert HighScore Plus evidenciou que a parte cristalina é composta 45% do mineral quartzo hexagonal (SiO₂), de uma quantidade (27%) de Albita ordenada (NaSi₃O₈) e uma outra (28%) de Microline, um silicato de alumínio e potássio (K_{0,94}Na_{0,06}Al_{1,01}Si_{2,99}O₈). Os resultados são coerentes com a rocha granítica original que é caracterizada como um composto de feldspato, quartzo e mica. De acordo com os valores obtidos em laboratório observou-se um decréscimo de resistência quando substituímos parcialmente o pó de pedra pelo o cimento em uma idade de 28 dias. Contudo, observa-se que com 10% de substituição há o menor decréscimo de resistência. É importante considerar que, em virtude da natureza química do material, há uma possibilidade que este resíduo demonstre propriedades pozolânicas. Sendo assim em idades mais avançadas a utilização desse material pode demonstrar maiores viabilidades sobre a ótica do parâmetro resistência a compressão. Tal fato demanda mais estudos comprobatórios. **CONCLUSÃO:** Apesar dos CPs de argamassa sem o pó de pedra de apresentar uma resistência aos 28 dias, ligeiramente superior aos que tiveram substituição parcial do resíduo ao cimento. Acredita-se que, por se tratar de um material com possível atividade pozolânica, o incremento de resistência possa acontecer a longo prazo. Daí a necessidade de realizar mais estudos com CPs de idades maiores, inclusive para elucidar qual a interferência da cristalinidade no comportamento pozolânico.

Palavras-chave: Argamassas. Resistência. Comportamento Pozolânico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 5734. Peneiras para ensaio com telas de tecido metálico.** Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 12653. Materiais pozolânicos:** requisitos. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 7215. Cimento Portland.** Determinação da resistência à compressão. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **NBR 7217. Determinação da composição granulométrica.** Rio de Janeiro, 1987.

_____. **NBR 9776. Determinação massa específica pelo frasco de Chapman.** Rio de Janeiro, 1987.

MOURA, W. A.; LEITE, M. B. Estudo da viabilidade da produção de blocos com utilização de resíduo de serragem de rochas ornamentais para alvenaria de vedação. **REM: R. Esc. Minas**, Ouro Preto, v.64, n.2, p.147-154, abr./jun. 2011.

AValiação DA ADIÇÃO DE ARGILA EXPANDIDA COMO AGREGADO DE ARGAMASSA AUTONIVELANTE

AUTORES:

Hugo Mozer Barros Eustáquio
Armando Roberto da Costa Filho
Jeniffer Hellen Santos de Aquino
João Paulo Medeiros do Vale Pires
Mario Jonas da Silva Filho

INTRODUÇÃO: Os concretos autoadensáveis começaram a ser investigados no Japão, em 1980. Mas, a argamassa autonivelante (AAN) vem sendo estudada há poucos anos e é uma tecnologia espanhola. No Brasil, a AAN ainda possui poucas aplicações em obras, embora o estudo da mesma esteja sendo intensificado a cada dia. O uso da AAN ocorre na renovação ou na produção de novos pisos. Contudo, são argamassas usinadas, com traços elaborados em laboratórios, devido às quantidades de aditivos. E, por este mesmo motivo, o custo é elevado. Entretanto, comparando-se à argamassa convencional, a AAN permite rápida execução, acabamento de forma acelerada, melhor qualidade e economia na mão de obra, mas é usada apenas em piso. Com isso, pode-se analisar que o custo final fica semelhante ao método convencional. Mas, a AAN ainda pode ser desenvolvida para uma argamassa autonivelante leve, considerando a diminuição do aglomerante (cimento) que, além de gerar economia, aproveita a argila expandida como recurso mineral. Sendo assim, torna-se essencial expor a importância da argamassa autoadensável, mostrando as vantagens e desvantagens em relação à argamassa convencional e informar a inovação da argamassa autonivelante leve (AANL), cujo tema ainda é pouco explorado na literatura. O objetivo da pesquisa é avaliar a consistência e resistência de argamassas com argila expandida discutindo a viabilidade do uso de tais misturas como argamassas autonivelantes leves. **METODOLOGIA:** Este trabalho acadêmico tem como finalidade uma investigação básica. Sendo a pesquisa – quanto ao objetivo - exploratório-descritiva, tendo como instrumento de pesquisa o levantamento bibliográfico, de cunho qualitativo. A parte experimental envolveu ensaios de resistência à compressão e ensaios de consistência de argamassas com agregados comuns e com agregados mediante a substituição da fração granulométrica retida em 1,20 mm por argila expandida na mesma granulometria. A consistência normal foi determinada usando os procedimentos da NBR NM 43:2002. E o índice de consistência de acordo com a NBR 13276:2002. A resistência a compressão com e sem resíduos foi avaliada pela norma NBR 7215. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A argamassa autonivelante é indicada para recuperação e nivelamento de bases de concreto e começou a ser usada em 1990. Entretanto, apesar do tempo, o custo benefício e as várias especificações para poder utilizá-la, são os fatores que ainda restringem a venda em larga escala. A qualidade, o desempenho, a espessura, a diminuição do custo de mão de obra e a liberação de 24h para a execução de outros serviços após a aplicação da camada de AAN, são os principais diferenciais desse contrapiso. Não obstante, deve-se verificar a presença de umidade, e para isto é recomendada a realização de impermeabilização prévia da base. Contudo, deve-se evitar também aplicá-la em locais expostos a agentes químicos, óleos e graxas, pois pode ocorrer redução de resistência, manchas, entre outros. Todavia, mostrar, descrever e informar os motivos para a adesão da AAN são os fatores importantes. Mas também expor o quanto pode ser interessante o aprofundamento do estudo para torná-la uma argamassa autonivelante leve (com o uso de argila expandida). Desse modo, é preciso verificar que há substâncias as quais aumentam ou diminuem a plasticidade das argilas. E é sabido que, esta plasticidade depende, também, do tamanho, formato e comportamento dos grãos. Isso influencia no traço assim como o

acréscimo de aditivos plastificantes. E se tratando da argila, os fatores que aumentam a plasticidade também aumentam a retração. Por estes motivos a AAN e a AANL para atenderem a um bom desempenho, devem ter resistência à compressão e à flexão bem definidos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para entender o comportamento de argamassas com argilas expandidas é necessário que as variáveis que influenciam o comportamento do material sejam reduzidas à apenas uma. Nesse sentido, o passo inicial foi a determinação da massa aparente dos agregados de igual granulometria usada. Para o agregado comum de retido na peneira 1,2mm esse valor foi de 1,41 g/cm³. A mesma granulometria da argila obteve o valor de 0,85 g/cm³ de massa aparente. Esse fato refletiu diretamente no índice de consistência, seguindo a norma vigente, a argamassa comum obteve 193 mm e argamassa com substituição do agregado por argila expandida obteve o valor de 203 mm. Durante o ensaio ainda foi possível observar que a argamassa demonstrou-se bastante seca, porém como evidencia o resultado, capaz de espalhar-se. Tal comportamento está associado à afinidade da argila expandida por água, mas também por sua baixa densidade que gera menores barreiras ao fluxo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É evidente que os ensaios preliminares denotam a necessidade de estudos mais aprofundados, para dentre outras coisas identificar se é possível substituir parcialmente os agregados pela argila expandida e em quais proporções. Deste modo, também se torna importante os usos de aditivos compatíveis tanto com a argila quanto com a reologia e propriedades mecânicas. Isso para que não ocorra a segregação e/ou consequências distantes da realidade necessária para argamassas.

Palavras-chave: Argila Expandida. Resistência. Compressão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6023. Informação e documentação: referências: elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 7215. Cimento Portland.** Determinação da resistência à compressão. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **NBR NM 23:2001 Cimento Portland e outros materiais em pó.** Determinação da massa específicas. Rio de Janeiro, 2001.

BAUER, L.A Falcão. **Materiais de construção 2: novos materiais para construção civil.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

BORJA, E.V. **Efeito da adição de argila expandida e adições minerais na formulação de concretos estruturais leves autoadensáveis.** 2011. Tese (Doutorado) – UFRN, Natal, 2011.

BORJA, E.V.; MORAES, M.L.V.N. Influência de agregados leves e aditivos na reologia e propriedades mecânicas de argamassas autonivelantes leves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO – CBC. 57., Bonito-MS. **Anais ...** Bonito-MS, 2015.

COUTO, J.; MOREIRA, N. Caracterização e exigências funcionais dos massames e argamassas de regularização. In: CONGRESSO NACIONAL DAS ARGAMASSAS DE CONSTRUÇÃO – APFAC. 2., Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2007.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto**: microestrutura, propriedades materiais. São Paulo: IBRACON, 2008.

TECHNE, execução de contrapiso autonivelante industrial. Disponível em <<http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/192/artigo286998-1.aspx>>. Acesso em 06 abr. 2016.

FILTRO COM MATERIAIS GRANULARES DE BAIXO CUSTO PARA ADEQUAÇÃO DA ÁGUA DE CHUVA ÀS CONDIÇÕES POTÁVEIS

AUTORES:

Hugo Mozer Barros Eustaquio
José Milton Torres Neto
Miqueias Campelo da Silva
Igor Oliveira Batista da Silva
Fernando Henrique Lúcio da Silva

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos a crise hídrica tem se intensificado devido a ausência de chuvas, causando grandes impactos, principalmente na região Nordeste. Com isso se fez necessário a realização de medidas sustentáveis para amenizar a situação do cenário atual. Neste aspecto diversas pesquisas voltadas ao reaproveitamento de águas foram surgindo com o intuito de trazer medidas eficazes no que se diz respeito a reutilização da mesma. A utilização de filtros tornou-se uma medida eficaz para tal finalidade, onde a redução de impurezas dependendo do seu formato e composição é bem significativa. Diante o exposto, a presente pesquisa pretende apresentar um sistema de tratamento de água simples, composto por filtros com materiais granulares e um sistema de desinfecção simples (Solar Water Disinfection – SODIS) com a finalidade de reaproveitar a água de chuva para dar condições aceitáveis de potabilidade, bem como o baixo custo de confecção e manutenção de tal sistema. **METODOLOGIA:** A pesquisa propoz a confecção de um sistema de filtração e desinfecção para a obtenção de água potável dentro dos parâmetros aceitáveis. Para isso usou argila expandida de duas granulometrias, brita miúda e placas de polipropileno. Os ensaios foram feitos de acordo com o regido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Os agregados utilizados para a confecção do meio filtrante foram submetidos aos ensaios de Percolação NBR 13929 (ABNT, 1995); Granulometria NBR 248 (ABNT, 2003) e Massa específica NBR 52 (ABNT, 2009). Ao término do processo de filtração a água foi submetida aos ensaios de turbidez, cor e odor, seguido de um processo de desinfecção SODIS. O filtro é composto por duas camadas de 7,5 cm de brita 6,3 mm e 2 mm, seguido de uma camada de argila expandida retida na peneira 1,2 mm e outra retida na peneira de 600µm, ambas com 15 cm de comprimento e todas com diâmetro de 100 mm. Todas as camadas foram separadas por uma camada de polipropileno de 0,33 mm de espessura, totalizando 3 camadas. Antes da montagem do sistema todos os agregados componentes do filtro foram desinfetados com água sanitária por um período de 90 minutos. Após todo o processo de montagem o filtro foi testado para avaliar sua eficácia, passando a água pelo filtro, retirando um amostra para os ensaios de turbidez, cor e odor, seguindo para a desinfecção (SODIS) e por fim repete os ensaios na água. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A escassez e a poluição dos recursos hídricos fizeram com que a sociedade percebesse a necessidade de uma melhor utilização e gerenciamento desse bem (CAMPOS, 2007). Usam-se telhados como superfície para captação de água de chuva, com calhas que as conduzem para reservatórios de armazenamento. Segundo Carvalho et al (2007), um adequado dimensionamento do reservatório de armazenamento é de fundamental importância para a viabilidade técnico-econômica da implantação de um sistema de aproveitamento de água de chuva. Anon (1988) afirma que a inativação dos organismos patogênicos pela luz solar se dá com uma combinação de temperatura e radiação, mas Reed (1977) afirma que outros fatores estão envolvidos como aeróbiose da água. Nesse caso, a inativação acontece pela transformação do oxigênio dissolvido (O₂) na água, em ozônio (O₃) pela fluência da radiação. Segundo Dasberg & Bressler (1985), os filtros de granulares são efetivos para a retenção de materiais sólidos em suspensão, como algas, outros materiais orgânicos, areias finas e partículas de silte.

ANÁLISE E DISCUSSÕES: A massa específica dos agregados obteve os seguintes resultados: a brita miúda com 2,62 g/m³, argila expandida retida na 600µm com 1,83 g/m³ e retida na 300µm com 2,02 g/m³. Espera-se que com a variação de granulometrias no meio filtrante sejam gerados intervalos maiores de possibilidades de filtração, devido à disponibilidade de diferentes tamanho de poros. A desinfecção pelo processo SODIS configura-se o método mais economicamente possível, o que torna o sistema adequado a populações de baixa renda. Porém a desinfecção deve ser avaliada com a medição de parâmetros associados à organismos patogênicos e demais bactérias. **CONCLUSÃO:** Pretende-se com o sistema proposto contribuir para a discussão do tema tratamento de água de chuva para fins potáveis. Tema que atualmente não há normas em vigência que padronize os métodos.

Palavras-chave: Água. Custos. Tratamento.

REFERÊNCIAS

ANON, S. **Evaluation of solar disinfection of Nile and underground water for drinking purposes in Egypt.** Project Report to IDRC, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR NM 52** Agregado miúdo. Determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR 248:2003** Agregados. Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, A. L. et al. Estudo para o aproveitamento de água da chuva em uma montadora de veículos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 24., 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABES, 2007. p. 1-8.

CARVALHO, G. S. et al. Cálculo do volume do reservatório de sistemas de aproveitamento de água de chuva: comparação entre métodos para aplicação em residência unifamiliar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE SISTEMAS PREDIAIS, 10., 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: SISPRE, 2007. p. 1-10.

DASBERG, S.; BRESSLER, E. **Drip irrigation manual.** Bet Dagan: International Irrigation Information Center, 1985.

DRENAGEM URBANA: ANÁLISE DO DESLIZAMENTO DE TERRA NO BAIRRO DE MÃE LUIZA, NATAL (RN)

AUTORES:

Alice da Silveira

Tamara Ferreira de Souza

Hugo Mozer Barros Eustáquio

INTRODUÇÃO: A ocupação desordenada sem o devido planejamento integrado das diversas infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável dos centros urbanos vem desencadeando problemas de drenagem por ocasião de eventos hidrológicos de alta intensidade (NATAL, 2014). Devido a essa ocupação desordenada, em 14 de junho ocorreu um deslizamento na encosta do bairro de Mãe Luiza, zona leste do município de Natal (RN). Por causa das grandes chuvas que convergiram para a região e pela possível impermeabilização do solo devido a ocupação, ocorreram deslizamentos de residências, calçadas, pedras e muita terra, com abertura de uma cratera de aproximadamente setenta metros de extensão e mais de sete metros de profundidade. Por esse motivo, o presente estudo tem como objetivo abordar os efeitos que a falta de drenagem e a ocupação urbana desordenada pode acarretar, mostrando como foco o deslizamento da encosta no bairro de Mãe Luiza. **METODOLOGIA:** A drenagem urbana é necessária para a qualidade e manutenção do meio ambiente e da população. Desta forma, o estudo do desastre com localidade na Rua Guanabara e Av. Gov. Silvio Pedrosa no bairro de Mãe Luiza no município de Natal-RN foi realizado através de pesquisa bibliográfica e descritiva com levantamento de informações sobre a drenagem urbana do local. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Atualmente a capital se depara com desafios como a falta de saneamento, tratamentos de esgoto e drenagem urbana. Ela é afetada normalmente pelos seguintes fatores: a remoção da vegetação nativa para dar espaço à pavimentação, calçadas, casas etc. Isso consequentemente influenciará no escoamento superficial, dificultando a passagem da água para o solo. Na drenagem urbana, conjuntamente com o meio ambiente, existe a falta da conscientização da população, quando joga lixos em vias públicas, causando consequências como o entupimento de bueiros e boca de lobo, impedindo o escoamento da água. Desta forma, quando ocorrem às precipitações o acúmulo da água ocasiona enchentes, entupimentos dos condutos e contaminação dos mananciais. Os sistemas de drenagem são classificados de acordo com suas dimensões. O sistema de macrodrenagem está relacionado à rede de drenagem natural preexistente à urbanização (antes da ocupação), a captação das águas escoadas superficialmente (drenagem primária), e aos escoamentos dos deflúvios provenientes das ruas, sarjetas, valas e galerias. As águas são conduzidas para os rios e córregos, localizados nas junções mais profundas de vales. Já o sistema de microdrenagem está relacionado à coleta das águas pluviais por meio de um conjunto de entradas, onde são compostos por pavimento das ruas, sarjetas, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e canais de pequenas dimensões. Esse conjunto de entradas está destinados a receber e conduzir as águas das precipitações vindas das construções, ruas, calçadas etc. Além disso, o sistema de microdrenagem possui uma série de bacias de drenagem, denominado de sistema fluvial ou rede de drenagem. Em Natal, o sistema de drenagem predominante é o de galerias de microdrenagem (bacia de drenagem fechada com solos permeáveis). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A ocupação desordenada em locais impróprios como ocorrem no local do desabamento, propiciam fatores como a impermeabilização do solo e falta de arborização. Grandes quantidades de chuva por um período consecutivo prolongado, em conjunto com esse tipo de falta de planejamento urbano e social, trazem consigo a consequência do aumento de fenômenos naturais. De acordo com o monitoramento pluviométrico do ano de 2014 resultou

em uma análise de precipitações acumula de 1.758,8mm e no mês de junho foi de 538,5 mm, diante disso o mês de junho teve precipitações de aproximadamente 30,62% com base nas precipitações anuais (EMPARN, 2014). Os dias de grandes precipitações próximos ao evento foram dia 13 de junho com 103mm, no dia do ocorrido com 77mm e o dia após com 152mm (INMET, 2014). Aliado a isso, tem-se uma realidade divulgada por meio do Laudo técnico do Ministério Público do Rio Grande do Norte constatando que antes do deslizamento havia obstrução do sistema de drenagem, ocorrendo o vazamento de águas servidas. Além de toda problemática social amplamente relatada na imprensa, houve também implicações ambientais importantes (BRASIL, 2016). Em uma publicação em 26 de junho de 2014 realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), apresentou o levantamento sobre a balneabilidade da praia de Areia Preta pelo programa Água Azul, revelou um índice vinte e quatro vezes maior que o considerado para o banho, decorrente dos deslizamentos de terra ocorrido (IDEMA, 2014). Os eventos climáticos são dotados de tempos de retorno que tornam muitas vezes periódicas as altas intensidades de precipitações. Desse modo, como caráter preventivo, faz-se necessário que ações de saneamento voltadas para drenagem sejam desenvolvidas. De acordo com o novo sistema de drenagem proposto no Diagnóstico de Saneamento, o qual foi executado, tem-se atualmente um sistema de microdrenagem, responsável pela captação e direcionamento das águas pluviais para o sistema de macrodrenagem. No final do sistema, conta com caixas de controle de vazão e dissipadores de energia, objetivando a diminuição da velocidade da água que chega à praia, para que se reduza a erosão da mesma (NATAL, 2014). **CONCLUSÃO:** Segundos os laudos disponibilizados pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) ficou nítido que uma das maiores causas para a ocorrência do desastre descrito foi a ausência em alguns trechos e o subdimensionamento (em outros trechos) da rede de drenagem pluvial instalada na comunidade. O local afetado diretamente pelo desastre corresponde ao ponto topograficamente mais baixo, que recebia todas as águas de chuva das Ruas Guanabara, Atalaia e adjacentes (BRASIL, 2016). Torna-se essencial que o estudo das causas e consequências desse trágico evento seja amplamente divulgado e debatido no ambiente acadêmico. Dessa forma, a comunidade científica, como num todo, possa fazer o seu papel para sociedade, alertando e auxiliando os gestores públicos na prevenção de eventos com grandes impactos socioambientais.

Palavras-chave: Terra. Deslizamento. Drenagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Público do Rio Grande do Norte. **Desastre de Mãe Luiza**. 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/RI003U> >. Acesso em 14 out. 2016.

EMPRESA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - EMPARN. **Monitoramento pluviométrico**. 2014. Disponível em: <<http://189.124.201.150/monitoramento/2014/graficos/qmes8101.htm>>. Acesso em: 28 maio de 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE – IDEMA. **Programa Água Azul**. 2014. Disponível em < <http://programaaguaazul.rn.gov.br/>>. Acesso em: 29 maio 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. 2014. Disponível em:
< http://www.inmet.gov.br/sim/abre_graficos.php>. Acesso em: 28 maio de 2016.

NATAL. Prefeitura Municipal do Natal. **Plano Municipal de saneamento do Município de Natal**: diagnóstico da situação do saneamento. Produto 02. Natal, 2014.

USO DE APLICATIVOS MÓVEIS NA DISCIPLINA DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIFACEX

AUTORES:

Alisson da Silva Lima
Guilherme Fernandes Galvão
Eryson Alan Medeiros Azevedo
Matheus Henrique Alves dos Santos
Michelli Silva de Oliveira

INTRODUÇÃO: As tecnologias advindas da informática, atualmente, são ferramentas que podem ser utilizadas com maior profundidade e abrangência sem causar grandes contrariedades e distorções, principalmente nos cursos de Engenharia que requerem cálculos aprofundados, que saem do sistema tradicional do uso da matemática, vista e ensinada no Ensino Médio. Todavia, a inserção das novas tecnologias, principalmente dos celulares, que praticamente todos na atualidade têm acesso, podem e devem ser usadas nas salas de aula, com o intuito de auxiliar os professores na familiarização dos novos conceitos da matemática. Disciplinas de maior complexidade como Cálculo Diferencial e Integral 1 e 2, Álgebra Linear, Geometria Analítica e as disciplinas de Física que são apresentadas nos Cursos de Engenharia podem ser encontradas nos aparelhos celulares por meio de aplicativos (APP) que são baixados da internet em sites específicos, como por exemplo o Play Store que contempla a grande maioria de aplicativos gratuitos nas mais diversas áreas do conhecimento e também de entretenimentos, jogos, músicas e outros. Assim, objetivamos demonstrar o uso de Aplicativos Móveis na Disciplina de Cálculo Diferencial e Integral I no curso de Engenharia Civil da UNIFACEX. **METODOLOGIA:** Foi realizado um levantamento dos Aplicativos Móveis, que fossem possíveis trabalhar o conteúdo sobre integrais definidas. Vários aplicativos foram selecionados para análise, entre eles: Integral Step-by-Step Calc, One Second Solver- Math Solver, Calculadora de Integrais, WolframAlfa, Photomath e o Calculus. Estão disponíveis para celulares que possuam sistema operacional Android, este sistema operacional é baseado no núcleo do Linux para dispositivo móvel, foi desenvolvido pela Open Handset Alliance, liderada pela Google Inc. Para baixar estes aplicativos é preciso acessar o *Google Play* ou através de um aplicativo disponível de fábrica para celulares com Android, chamado Play Store. Participaram da pesquisa 30 alunos que cursam a disciplina Cálculo Diferencial e Integral I, os alunos pertencem à faixa etária entre 18 e 40 anos e a maioria possui celulares com o sistema Android. Os alunos que não possuíam celulares com este sistema não ficaram prejudicados, pois a atividade foi realizada em grupo. Após escolha dos aplicativos que seriam utilizados em sala de aula, foi elaborada uma proposta de ensino do conteúdo a ser trabalhado utilizando a metodologia da sala de aula invertida (Flipped Classroom). O vídeo escolhido foi do site de reprodução (YouTube), do canal (Me Salva!), bastante respeitado na área de vídeos aulas, com título de (Me Salva! INT12 - Integral Definida). Essa metodologia visa um tipo de aprendizagem mista, que inverte o tradicional ambiente de aprendizagem, através de planejamento do professor que passa vídeos aulas para que o aluno assista e desenvolva o conteúdo previamente em casa, e o aluno passa tirar dúvidas e desenvolver os conceitos em sala de aula com a orientação do professor. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Teoria da Aprendizagem Significativa afirma que o conhecimento se torna muito mais significativo à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento do aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio (AUSUBEL, 1982). Quando o conteúdo que está sendo aprendido não consegue ligar-se a algo já conhecido, ocorre o que Ausubel (1982) chama de aprendizagem mecânica, isto é, as ideias não se relacionam de forma lógica e clara com outra

ideia já existente na estrutura cognitiva do discente e são simplesmente decoradas. Neste formato de aprendizagem, cujas informações são pautadas somente em técnicas de memorização, acabam sendo rapidamente esquecidas, sobretudo quando o aluno não entra em contato frequente com aquele conhecimento. As disciplinas de exatas, mais especificamente as da matemática, necessitam que os alunos façam ligações entre conhecimentos prévios iniciados desde sua base no Ensino Fundamental até a Universidade. Como a construção do pensamento matemático pressupõe um nível crescente de complexidade – e, portanto, de dificuldade – é imprescindível construir no aluno o conhecimento significante, para que ao longo dos anos os conhecimentos básicos aos poucos avancem rumo aos mais complexos. Diante do cenário atual, a utilização em sala de aula de dispositivos móveis como telefone celular, smartphone entre outros, fazem com que as aulas se tornem mais atrativas, mais dinâmicas e compartilhadas em tempo real. É através do uso de dispositivos móveis, modalidade esta conhecida como aprendizagem móvel ou, em inglês, *mobile learning* (FERNANDES, 2012). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Dentre os aplicativos demonstrados na pesquisa foram separados dois para ser utilizado em sala, o One Second Solver- Math Solver e o Calculus. Ambos tiveram boa aprovação, com leve vantagem do aplicativo Calculus, pois observou-se que o mesmo tem a opção passo a passo, que ajuda o aluno ter um melhor entendimento, e ainda para resolução das integrais não à necessidade da conexão com a internet, um diferencial dentro dos aplicativos demonstrados, já que a maioria à necessidade da conexão. Neste trabalho, buscou-se mostrar que a sala de aula pode ser expandida para qualquer lugar, desde que o aluno esteja com seu aparelho celular em mãos, fazendo do seu celular um aliado para o aprendizado de Cálculo diferencial e integral I, através do uso de aplicativos destinados para este fim. Contudo, o enfoque foi mostrar que há possibilidades de ser utilizado para o estudo de outras disciplinas. **CONCLUSÃO:** O modelo de aula proposto neste trabalho, com a utilização de aplicativos móveis e o conceito de sala de aula invertida, demonstram potencialidade para o desenvolvimento de aprendizagem significativa, pautada nos conhecimentos prévios dos alunos, tornando - se, portanto, significativa do ponto de vista da Teoria de Ausubel. Combinada com a metodologia da Sala de aula invertida (*Flipped Classroom*), o modelo apresentado pode facilitar o ensino-aprendizagem dos conteúdos das disciplinas de exatas em Universidades e favorecer o processo de interação homem - tecnologia.

Palavras Chave: Aplicativos Móveis. Aprendizagem Significativa. *Flipped Classroom*

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa:** a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

MATHSTOOLS, Carlos. **Calculadora de Integrais.** Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.mathstools.integrals&hl=pt_BR>. Acesso em: 14 out. 2016.

OLIVEIRA, M.S.; FERNANDES. Uso de aplicativos móveis no ensino: uma análise a partir da disciplina de cálculo diferencial e integral. In: CONGRESSO REGIONAL SOBRE TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO. 2016. Natal. **Anais...** Natal, 2016. p. 127-138.

SINGH, Rohit; SUMAN, Sweta. **Calculus.** Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.swt.calculus>>. Acesso em: 15 out. 2016.
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DO NATAL-RN

AUTORES:

Jonas Candido Venancio da Silva

Michelli Silva de Oliveira

INTRODUÇÃO: A Indústria da Construção Civil (ICC), iniciada na segunda metade do século passado, ocorreu paralelamente ao estabelecimento de um mercado imobiliário. Então, foi nesse cenário que nasceu o operário da construção civil, deixando sua marca característica na própria cultura urbana do período. A utilização de um trabalhador mais qualificado se faz necessário para a execução e desenvolvimento de tarefas de forma a se atingir os objetivos com eficiência e eficácia. As constantes mudanças na economia, na tecnologia, no meio-ambiente no qual se está inserido e nos modelos organizacionais, provocam uma acirrada concorrência no mercado mundial. O mercado brasileiro de **construção civil** vive uma crise sem precedentes. Segundo levantamento de MELHORES E MAIORES publicado na revista EXAME.com, a rentabilidade do setor caiu de 11,2% em 2013 para 2,3% em 2014. Apenas três das 23 empresas de construção classificadas entre as 500 maiores do país conseguiram crescer no último ano. A Odebrecht, a maior delas, teve queda de 32% nas vendas. Por estes motivos, a qualificação profissional é uma forma eficaz de agregar valor não só ao capital humano como também às organizações, e, conseqüentemente, ao produto final que é oferecido ao cliente. Entendendo que o ramo da construção civil pesada é o setor que possui relevada importância no desenvolvimento da sociedade, por ser uma atividade base, o ponto de partida, o alicerce que proporciona todas as outras obras, objetivou-se com o presente trabalho, avaliar a importância da qualificação profissional dos operários da construção civil pesada na cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de encontrar sugestões para este melhoramento. Na **METODOLOGIA:** este trabalho foi elaborado com base em uma observação participante e na coleta de dados (questionários e entrevistas) na empresa IM terraplenagem que visam reunir as opiniões entre os participantes das pesquisas (mão-de-obra, engenheiros/construtores), nas quais se utilizará o método quantitativo como principal meio para alcançar os objetivos pretendidos, bem como, para a compilação dos dados. A **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Hirschfeld (1996, p. 21) destaca que sendo a construção civil uma atividade geralmente itinerante, em que a maioria do pessoal é recrutada na própria região onde está sendo executada a obra, não é fácil encontrar elementos treinados e com capacitação profissional. Portanto, faz-se necessário que se reúna todo o pessoal selecionado e a fim submetê-los a instruções profissionais e treinamentos habilitando-os, mesmo que de uma forma básica e superficial, a atingir aos objetivos propostos. Para Vieira Netto (2006, p. 113) já faz algum tempo que as empresas redescobriram o valor dos setores de recursos humanos e voltaram a considerá-los como prioritários, dentro das suas estruturas. Na construção civil, embora essa consciência seja ainda tímida, já há empresários que perceberam que não são empresários de obras, mas de pessoas que realizam obras. Ribeiro (2006, p. 4) faz, ainda, o seguinte comentário: A tendência atual, porém, está voltada para muito mais além: fala-se agora, em “**administração com as pessoas**”. Administrar com as pessoas significa tocar a organização juntamente com os colaboradores e os parceiros internos que mais entendem dela e de seu futuro. Trata-se de uma nova visão das pessoas, não mais como um recurso de uma organização, mas como um objetivo. Por estas razões os profissionais da área de gestão de pessoas deve saber diferenciar as pessoas com as quais trabalha diariamente, deve conhecer suas personalidades, levando em consideração suas diferenças e particularidades, suas habilidades, capacidades a fim de adotar uma estratégia de relacionamento adequada às necessidades da organização e das pessoas que fazem a

organização, provendo, de forma constante, a qualificação profissional dos recursos humanos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A indústria da construção civil vivencia ao longo da evolução da sociedade um contínuo processo de transformação que afeta profundamente as pessoas que nela trabalham. A exemplo disto, podemos citar: o desenvolvimento tecnológico e os novos processos de trabalho. Esses fatores têm exigido, cada vez mais, a capacitação da força de trabalho com mais habilidades e competências necessárias para desempenhar as atividades requeridas, e este segmento da força de trabalho, construção civil pesada, tem se mostrado deficiente nesses requisitos. As novas tecnologias não são responsáveis, em si mesmas, pelo desemprego. Elas só se tornam destrutivas quando regime contratual do trabalho se torna inflexível. **CONCLUSÃO:** Desta forma, com treinamentos nos canteiros de obras para os operários a construção civil ganharia credibilidade e eficácia, garantindo assim, melhor qualidade de vida, ganho de produtividade, menor desperdício e perdas, menos danos ao meio ambiente e mais segurança aos trabalhadores, ocasionando um ganho tanto para o operário da construção civil quanto para a empresa, e revertido para a sociedade. Os resultados demonstrados nesta pesquisa podem subsidiar ações futuras no sentido de melhorar a qualificação da mão-de-obra da construção civil pesada do Natal-RN, proporcionando maior eficácia para a obtenção da qualificação profissional do ser humano, melhores resultados para as empresas, e conseqüentemente melhores produtos para a sociedade, que é o principal cliente.

Palavras-chave: Qualificação. Crise na Construção Civil. Rotatividade de Funcionários.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lucas. Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil. **Revista Exame**. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/109202/noticias/a-crise-e-a-crise-da-construcao>> Acesso em: 14 out. 2016.

HIRSCHFELD, Henrique. **A construção civil e a qualidade:** informações e recomendações para engenheiros, arquitetos, gerenciadores, empresários e colaboradores que atuam na construção civil. São Paulo, 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva, 2006.

VIEIRA NETTO, Antônio. **Construção civil e produtividade:** ganhe pontos contra o desperdício. São Paulo: Pini, 1993.

ELETROMAGNETISMO INSERIDO NA ENGENHARIA CIVIL

AUTORES:

Jose Ivani Cerqueira Costa Junior

Francisco de Assis Pires do Rego

Michelli Silva de Oliveira

INTRODUÇÃO: Com o aprofundamento dessa matéria e o descobrimento de como os motores elétricos são importantes no dia a dia, e por estarmos cercados deles por todos os lados, nos facilitando a vida e também inseridos nas construções civis. Os motores elétricos desempenham papel fundamental em uma obra, onde as máquinas, tão necessárias para o bom andamento dos projetos terão destaque relevante se conhecidos, não só o seu uso, mas também o funcionamento, este importantíssimo até para baixar os custos com energia elétrica dispendida e a cara manutenção desses equipamentos, bem como a troca desses motores. Motores elétricos em geral estão divididos em grupos, e esses por sua vez em subgrupos. Os mais conhecidos são os motores monofásicos e trifásicos de uso geral, bombas hidráulicas, furadeiras elétricas, ventiladores, grupos geradores, motores de elevador, todos de corrente alternada (AC), são motores usuais de um campo eletromagnético induzido por bobinas em espiral. O outro grupo se define pelos motores de corrente contínua (CC), cujos motores usam ímãs fixos para contrapor o campo eletromagnético gerado pelo rotor fazendo-o assim girar. Esses mesmos ímãs também servem de comutadores, ou seja, dependendo do seu posicionamento (norte, sul), eles farão o giro mudar de direção. A simples demonstração de seu funcionamento, já acarretará em sanar várias dúvidas e curiosidades referentes ao: “Como funciona?”; “O que é um rotor?”; “Como o magnetismo o faz funcionar?”; “Como a energia elétrica flui por ele?”; “O que é tensão?”; “O que é carga?”; Muito disso, nós estudantes, só temos a oportunidade de conhecer apenas teoricamente, e é preciso vivenciar na prática a situação, para haver bom entendimento. Em uma obra de pequeno ou grande porte, nós, estudantes e engenheiros, teremos contato com máquinas elétricas de todo tamanho. Estas fazem parte do projeto até o final da obra, pois cada máquina tem seu uso determinado para cada tipo de serviço e quase sempre sem o auxílio delas os prazos de construção podem ser extrapolados, gerando custos adicionais para o empreendimento. Essas mesmas máquinas podem não somente gastar energia, mas também podem gerar energia, se forem montadas de modo propício a isso. Sendo esse um dos temas tratados pelo presente artigo.

METODOLOGIA: O estudo prático foi realizado mediante construção e depois consequente demonstração de um sistema em funcionamento de um rotor de corrente contínua e ímãs permanentes que podem dar a ideia física do comportamento da maioria dos motores elétricos. Foi construído em oficina própria depois de análise de alguns vídeos explicativos na internet, diga-se (you tube). Após interessante visualização, ficou constatada a necessidade de melhor aprendizado sobre a matéria. Após a montagem do mesmo, os testes foram iniciados, e os dados obtidos são especificamente visuais, detectando, através de seu manuseio, o tipo de funcionamento sem risco de lesão para o operador, pois trata-se de um equipamento de corrente contínua de 25V, sendo alimentado por um transformador de vídeo game comum. Esse conceito de motor elétrico foi desenvolvido com o intuito didático, mas sua construção nos fez passar por um intenso teste de paciência até encontrarmos as dimensões e pesos específicos para o correto funcionamento, pois usamos um rotor de motor de liquidificador para o experimento, sabendo que o ele funciona com corrente alternada, mas comparando-o com um rotor de motor (Corrente Contínua), eram semelhantes, ou de mesma construção. A partir daí o sistema foi desenvolvido com escovas (contatos) de placa de aço cortadas e parafusadas na base madeira em que o conjunto foi desenvolvido. O rotor foi preso a duas

rodas de skate, pois essas possuem rolamentos, o que facilita o movimento de giro do sistema, e os contatos foram ligados ao transformador do videogame, usamos dois ímãs fixos retirados de um micro-ondas, para servirem de oposição à carga instalada nas espiras do rotor. Após isso se iniciaram os testes e comprovamos nossa teoria. Outro sistema, sendo esse eólico, usamos um tripé de aço com hélice acoplada em que instalamos um motor de impressora para gerar energia de corrente direta (Corrente Contínua), podendo também corrente alternada usando um circuito de inversor de fase para torná-la assim. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Parte do princípio de que todos os motores elétricos, sem exceção, funcionam mediante excitação de corrente elétrica circulante, através de bobinas de cobre, gerando campo eletromagnético (sistema de eletroímã), posicionados estrategicamente em pólos contrários. Ocorrendo assim o deslizamento da corrente, seja contínua ou alternada, em volta do rotor, ocasionando seu movimento de giro. Segundo Lobosco e Dias “*Michael Faraday*”, no dia 28 de agosto de 1831, descobre a lei da indução, comprovando-a através de um gerador, que num campo magnético é possível fazer girar espiras condutoras. Em consequência disso foram desenvolvidos muitos projetos diferentes sobre um mesmo tema. É de imprescindível saber que alguns tipos de motores elétricos não apenas gastam energia elétrica, dependendo de sua construção e forma de uso, eles também produzem energia, baseados no mesmo sistema que os fazem funcionar. Bastando apenas que o sistema seja induzido por forças externas, como por exemplo, um motor a combustão, ou um gerador eólico acoplado ao eixo desses motores, a energia será produzida. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O resultado da pesquisa didática não substitui o aprendizado em sua totalidade, mas abre precedentes para que, através de uma melhor compreensão dos atributos de funcionamento desses maquinários, novas ideias e projetos sejam atribuídos a ela, bem como, através da aproximação prática de seus recursos funcionais, se tenha um melhor aproveitamento dos seus usos. Nosso sistema nos mostrou como é fácil sua construção e funcionamento, poucas peças móveis, o que dá ao sistema uma robustez acima das expectativas, apesar de inicialmente nos depararmos com dificuldades de montagem, pois o receio do não funcionamento era grande. Depois de pronto e ajustado, o sistema é de funcionamento leve e preciso, a corrente contínua nos deixa seguros a usá-la de todas as formas sem risco algum de choque elétrico, tornando o estudo de seus movimentos muito mais proveitoso. **CONCLUSÃO:** A pesquisa, disposta neste artigo, identificou que os conhecimentos mais aprofundados dos sistemas de motores elétricos de corrente contínua contribuem de fundamental importância para o seu uso e conseqüente aprendizado, podendo ainda serem desenvolvidos projetos e aplicações não usuais nos canteiros de obra, para implementação de sistemas de produção de energia elétrica renovável. Também podem ser aproveitadas nesse mesmo sistema, a energia produzidas pelos mesmos motores desse estudo, montados em geradores eólicos portáteis e os painéis solares que montados nos canteiros de obra, ajudariam a recarregar baterias para os motores 12V (CC) e com o uso de inversores podem gerar também corrente alternada, concomitantemente, com a energia de rede doméstica, visando o aproveitamento desses mananciais no nosso estado (RN) e no Brasil, nas áreas propícias aos seus usos. Reduzindo assim os gastos. Tais ideias são limitadas tão somente pelo costume ou falta de visão para que aconteçam, pois esses sistemas irão apenas requerer investimentos iniciais, podendo depois de finalizada a obra, serem desmontados e levados para outra locação.

Palavras-chave: Motores. Corrente Contínua. Eletromagnetismo.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Max. **Hoje na história**: 1831 - físico Michael Faraday descobre a indução eletromagnética. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/14705/conteudo+opera.shtml>>. Acesso em: 2016.

LOBOSCO, O. S., DIAS, J. L. C. **Seleção e aplicação de motores elétricos**. McGraw-Hill, Siemens, 1988. v.1

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

O IMPACTO DAS ESTRADAS SOBRE A FAUNA SILVESTRE: UM ESTUDO DE CASO NAS RODOVIAS DO RN

AUTORES:

Glauber Henrique Borges de Oliveira Souto,
Herandy de Araújo Cabral,
Thatiane Brito da Silva Medeiros,
Daniele Bezerra dos Santos

INTRODUÇÃO: As rodovias são empreendimentos que apresentam impactos ambientais positivos e negativos, ocorrendo nos meios físico, biótico e socioeconômico. Dentre os impactos negativos, mencionamos os que ocorrem no meio biótico, são eles: fragmentação e perda de habitats, formação de barreiras intransponíveis e atropelamento de exemplares da fauna. Diante destes impactos, o estudo em questão tem como objetivo mapear as ocorrências de atropelamentos da fauna silvestre em algumas rodovias, federais e estaduais, do Rio Grande do Norte, apontando as espécies mais afetadas. **METODOLOGIA:** foram percorridas as seguintes rodovias: BR-406 (São Gonçalo do Amarante – João Câmara), RN-120 (João Câmara – Pedra Grande) e BR-101 (São Miguel do Gostoso – São Gonçalo do Amarante). As atividades de campo foram realizadas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2015. Foram percorridas as rodovias uma única vez a cada mês, sendo das 07:00 as 09:00 para a BR-406 e RN-120, e das 13:00 as 14:00 na BR-101. Os monitoramentos ocorreram por meio de visualizações e marcações via gps dos pontos de encontros de carcaças. As mesmas foram quantificadas e qualificadas ao menor nível taxonômico possível. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** As rodovias são empreendimentos que visam o deslocamento terrestre de pessoas e cargas (BANDEIRA; FLORIANO, 2005). Tais empreendimentos contribuem de forma positiva para as atividades humanas, porém, seus impactos ambientais são inúmeros, ocorrendo nos ecossistemas naturais e nos antrópicos. Devido a esses impactos, tais empreendimentos deverão de acordo com as resoluções Conama nº 001/86 e Conama nº 237/97, apresentar estudos de impacto ambiental e propor medidas mitigadoras para os possíveis impactos. De acordo com Ferreira et al. (2004) ao implantar uma rodovia, proporcionamos um processo de fragmentação florestal com grande impacto, devido a alteração da cobertura vegetal, influencia no efeito de borda e modifica a paisagem, interferindo na dinâmica da fauna terrestre local, pois os mesmos irão utilizar a estrada para deslocamentos diários, migrações, procura de alimento e ocupação de território (VIEIRA, 1996; FARIA E MORENI, 2000) resultando em atropelamentos e, conseqüentemente, perda de biodiversidade (FORMAN et al., 2003). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No período de agosto a outubro de 2015 foram encontrados 07 animais mortos, sendo 04 animais na BR-406 e 03 animais na BR-101. Das espécies registradas na BR-406 destacamos a raposinha (*Cerdocyon thous*) com 02 carcaças registradas, 01 timbú (*Didelphis albiventris*) e 01 urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*). Na BR-101 foram registradas uma jiboia (*Boa constrictor*), uma raposinha (*Cerdocyon thous*) e uma iguana (*Iguana iguana*). Quanto a distribuição dos atropelamentos nas rodovias do Rio Grande do Norte, podemos observar que a distribuição espacial dos atropelamentos não apresentou um local de maior incidência, assim como o observado por Milli e Pasamani (2006). **CONCLUSÃO:** Até o momento, nos dados mostram impactos negativos sobre a fauna silvestre nas rodovias do RN, porém, existe a necessidade de ampliar as atividades de monitoramento no Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Atropelamentos. Fauna silvestre. Fragmentação

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, C.; FLORIANO, E. P.; **Avaliação de impacto ambiental de rodovias**. S.l.: Santa Rosa, 2004. Caderno Didático, 8.

FARIA, H.; MORENI, P. D. C. Estradas em unidades de conservação: impactos e gestão no parque estadual do morro do diabo, Teodoro e Sampaio, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. 2., Mato Grosso do Sul. **Anais...** Mto Grosso do Sul, 2000. p. 761-769.

FERREIRA, A. A.; PRADO, T. R.; GUIMARÃES, Z. F. S. Levantamento de animais silvestres atropelados na BR-153/GO-060 nas imediações do parque Altamiro de Moura Pacheco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA. Brasília. **Anais...** Brasilia, 2004. p. 434.

FORMAN, T. T. R. et al. **Road Ecology, Science and Solutions**. Washington, DC, Island Press, 2003.

MILLI, S. M.; PASSAMANI, M. Impacto da Rodovia Josil Espíndula Agostini (ES-259) sobre a mortalidade de animais silvestres (Vertebrata) por atropelamento. **Natureza on line**, n.4, p.40-46, 2006.

VIEIRA, E. M. Highway Mortality of Mammals in Central Brazil. **Ciências e Cultura Journal of the Brazilian Association for the Advancement os Science**, n.48, p.270-272, 1996.

ETNOBIOLOGIA DOS ANIMAIS COMO RECURSOS MEDICINAIS: APROXIMANDO E INTEGRANDO CONHECIMENTO DOS ALUNOS NAS AULAS DE BIOLOGIA

AUTORES:

Adna Maria da Silva

Lucia Maria de Almeida

Glauber Henrique Borges de Oliveira Souto

Daniele Bezerra Dos Santos

INTRODUÇÃO: A utilização de recursos animais é um fenômeno historicamente antigo na medicina popular brasileira, dos quais os registros da utilização destes recursos na medicina popular datam desde o século XVII através das obras de Guilherme Piso, Georg Marcgrave e Johannes de Laet (PINA, 1946 *apud* COSTA NETO, 2011). De acordo com Costa Neto (2005), a utilização destes recursos na medicina popular é passada de geração a geração através da comunicação e costumes populares. De acordo com Silva et al (2007), Costa Neto (2011) os animais também têm importância na cura de doenças físicas, as quais são associadas às causas naturais (biológicas) e não-físicas, “espirituais”. O presente trabalho tem como objeto de reflexão a valorização dos saberes populares de alunos, estudantes das disciplinas de Biologia, sobretudo aqueles saberes denominados de etnobiológico. Infelizmente, muitos dos animais usados como recursos terapêuticos, também denominados de zooterapêuticos (COSTA NETO, 2011) estão listados como espécies ameaçadas de extinção. Neste sentido, a realização de trabalhos que integrem a relação entre educação x ambiente x saúde, são de suma importância para o desenvolvimento das comunidades, para a integração de conhecimentos entre os alunos na educação básica proporcionando uma visão holística dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. A educação ambiental é uma importante ferramenta utilizada pelas escolas com a finalidade de reconhecer a percepção dos alunos e sensibilizar os educandos para a construção de conceitos, valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade. Considerando a importância do uso de animais medicinais no Estado do Rio Grande do Norte, este trabalho visou analisar o conhecimento dos alunos de uma escola pública no município de Natal, teriam conhecimentos sobre os recursos medicinais à base de animais. Tendo em vista que a escola é uma das instâncias que têm a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação, estudos e sensibilização, além disso ela não é a única responsável por formar uma nova cultura de responsabilidade frente à necessidade de respeitar todas as formas de vida e utilizar os recursos com racionalidade, o qual é um dever de todos. **REVISÃO DA LITERATURA:** A medicina popular realizada por várias culturas, desde os tempos antigos, utilizam vários os animais, suas partes e seus produtos (LEV, 2006). De acordo com Alves et al. (2008) e Lima e Santos (2010) estes recursos representam uma alternativa aos medicamentos alopáticos e seus usos são impulsionados pela diversidade biológica, acessibilidade e disponibilidade dos recursos faunísticos, eficácia percebida e aspectos socioeconômicos e culturais. A utilização de animais ou produtos derivado destes para fins medicinais é definida como zooterapia (COSTA NETO, 2011) e resulta do conhecimento tradicional acumulado e transmitido de geração a geração, especialmente por meio da tradição oral, e ocorre principalmente em locais que não oferece fácil acesso a médicos e drogas farmacológicas, representando uma alternativa aos medicamentos alopáticos (ALVES et al., 2008). **METODOLOGIA:** Este trabalho foi desenvolvido durante a realização do estágio supervisionado (prática de ensino em Biologia). Foi realizado junto aos alunos do ensino médio (1^a, 2^a e 3^a series) da Escola Estadual Walfredo Gurgel, localizada no bairro de candelária, município de Natal, RN, no ano de 2015. Participaram da presente pesquisa 113 alunos, dos quais assinaram o termo de

Consentimento Livre e Esclarecido para participação junto à pesquisa, devidamente autorizados pelos pais. Para analisar o conhecimento popular dos alunos sobre o uso de animais como recursos medicinais, foi solicitado aos alunos que os mesmos escrevessem numa folha em branco o nome do animal e o fim terapêutico para os quais eram utilizados. Ao final, os dados foram analisados e categorizados de acordo com a proporção das respostas. Ao final, foram recolhidos os papéis e, num momento posterior foi ministrado uma palestra focando na importância da biodiversidade para do meio ambiente e da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Dos 113 alunos que participaram da pesquisa, 69% não souberam indicar o uso de animais para fins medicinais, informando que desconheciam que os animais poderiam ter fins terapêuticos. 15% informaram os nomes dos animais, mas não souberam registrar o uso do mesmo para fins terapêuticos, apenas lembravam do nome dos animais devido as tradições familiares. Das respostas analisadas, 16% relataram o nome dos animais e seus respectivos fins terapêuticos. Os mais utilizados para os fins terapêuticos foram: a banha de tijuáçu (*Tupinambis merianae*) para para inflamação na garganta e dor de ouvido; sebo de carneiro (*Ovis aries* Linnaeus, 1758) indicado para para dores nas articulações; gema do ovo da galinha caipira (*Gallus gallus domesticus*, Linnaeus 1758) para para curar a asma; o chá feito da cauda da lagartixa (*Tropidurus torquatus*, Wied 1820) para curar a asma; o mel de abelha (*Apis mellifera mellifera*, Linnaeus 1758) para gripe e infecções na garganta; barriga do sapo para problemas na pele ou verrugas. Observamos que os alunos tem mínimo conhecimento com relação à utilização de animais para fins medicinais. Resultados negativos também foi observado no trabalho de Guedes et al (2016) trabalhando com insetos e por Sousa et al (2013) em pesquisa entomológica junto a alunos da educação básica. Alguns alunos registraram espécies vegetais e seus fins terapêuticos. Os resultados demonstram e sugerem que os professores quando for trabalhar os conteúdos referentes à biodiversidade, devem contextualizar seus conteúdos com demonstrações de animais e sua relação com o dia a dia dos alunos, que ajudará na fixação dos conhecimentos dos diferentes grupos de seres vivos.

CONCLUSÃO: Neste trabalho, evidenciamos que os alunos apresentam um baixo conhecimento popular sobre o uso de animais como recursos medicinais, o que pode ser um reflexo das praticas pedagógicas abordadas em sala de aula. Após a palestra observamos que os alunos puderam associar os conteúdos de zoologia as suas necessidades diárias.

Palavras-chave: Animais. Ambiente. Saúde.

REFERENCIAS

ALVES, R.R.N.; T.C., SOARES E J.S., MOURÃO. Uso de animais medicinais na comunidade de Bom Sucesso, Soledade, Paraíba. **Sitientibus**, v. 8, n. 1, p. 42-47, 2008. (Série Ciências Biológicas)

COSTA NETO, E. M. A zooterapia popular no Estado da Bahia: registro de novas espécies animais utilizadas como recursos medicinais. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 16, n.1,p.1639-1650, 2011.

_____. Entomotherapy, or the medicinal use of insects. **J. Ethnobiol.**, v. 25, n.1, p.93-114, 2005.

GUEDES, R. da S. et al. Percepção entomológica de alunos do ensino médio em escolas da cidade de Patos, Paraíba, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 11, n. 2, p.1-7, 2016.

LEV, E. Cura com animais no Levante a partir do dia 10 ao século 18. **Journal of Ethnobiology Etnomedicina**, 2006.

LIMA, J. R. B.; SANTOS, C.A.B. Recursos animais utilizados na medicina tradicional dos índios Pankararu no Nordeste do estado de Pernambuco, Brasil. **Etnobiología**, v. 8, p. 39-50, 2010.

PINA, L. E. **Flora e fauna brasílicas nos antigos livros médicos portugueses**. Brasília, 1946. p.149-357. v.3.

SILVA, A. L.; TAMASHIRO, J. Y.; BEGOSSI, A. Ethnobotany of the Riverine Populations from the Rio Negro, Amazonia (Brazil). **Journal of Ethnobiology**, v. 27, n. 1, p. 43-72, 2007.

SOUSA, R. G. et al. Percepção Entomológica de Educandos de 6º e 8º ano de Escolas no Município de Anápolis, Goiás. **Ambiente & Educação**, Anápolis, v. 18, n.2, 2013.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE OS INVERTEBRADOS NAS AULAS DE CIÊNCIAS: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE QUADROS DESCRITIVOS

AUTORES:

Dalvan Henrique Luiz Romeiro
Vanessa Pulcheria Pinheiro da Costa
Joneany Margylla de Medeiros Silvestre da Rocha
Alvaro da Costa Freire
Lucia Maria de Almeida
Daniele Bezerra dos Santos

INTRODUÇÃO: Os seres do reino animal são muito diversos, em geral todos apresentam células eucariontes, são multicelulares e heterótrofos e, a ciência responsável pelo seu estudo é a Zoologia (LOPES; ROSSO, 2005). Os animais são divididos em dois grandes grupos, os invertebrados e vertebrados, que se caracterizam pela ausência ou presença de uma coluna vertebral. Os invertebrados compreendem o maior número de espécies, e seus principais grupos são os poríferos, cnidários, platelmintos, nematódeos, moluscos, anelídeos, artrópodes e equinodermos, que são os grupos mais estudados (CARNEVALLE, 2012). Visando compreender as características e a classificação dos animais para o ensino de ciências e, buscando desenvolver o senso crítico nos alunos em relação ao seu lugar entre os seres vivos, é de grande relevância realizar trabalhos práticos para desenvolver competências pedagógicas que, além de proporcionar a aprendizagem, propõem uma quebra na rotina nas aulas tradicionais (expositivas) que de forma geral tornam o ensino de ciências sem atratividade para os alunos. O trabalho teve por objetivo analisar a percepção zoológica dos alunos do Ensino Fundamental II, no reconhecimento das características de representantes de animais invertebrados durante uma aula prática de zoologia, além de buscar compreender a caracterização dos animais invertebrados e sua respectiva importância para o homem.

METODOLOGIA: O trabalho foi desenvolvido junto a 28 alunos devidamente matriculados no 7º ano do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual Centro Educacional Alferes Tiradentes, localizado no município de Natal/RN. A metodologia realizada está focada no entendimento das concepções dos alunos sobre processos desenvolvidos durante a aprendizagem a partir do uso imagens ou até mesmo da apresentação de animais (PRAMPERO *et al.*, 2013). Para a realização do trabalho, inicialmente, dividimos os alunos em grupos (total 7 grupos), o qual cada grupo recebeu um roteiro explicativo da atividade e uma folha contendo um quadro em branco. Neste quadro, esperava-se que os alunos observassem os animais representantes trazidos para visualização e, em seguida, preenchessem as características solicitadas no quadro (referentes a numeração do animal, representante com nome popular, grupo/filo, características gerais, habitat e importância para o homem). Em seguida, foram apresentados 6 animais invertebrados em frascos de vidro com álcool 70%, cujos representantes foram: esponja-do-mar, caravela-portuguesa, polvo, minhoca, caranguejo e ofiúro, dos quais os alunos foram estimulados a pensar e refletir através do reconhecimento das características morfológicas e ecológicas vistas anteriormente nas aulas teóricas. Para desenvolverem a atividade problematizadora proposta, os alunos deveriam pensar em conjunto, sobre atributos destes animais através da análise visual e, posteriormente preencher corretamente o quadro com o que foi proposto. Como critério para análise dos dados (respostas preenchidas pelos alunos no quadro), foi considerado como respostas corretas, quando os alunos conseguiram atribuir alguma informação/característica correta em cada coluna solicitada do quadro para o referido animal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Os conteúdos de zoologia no ensino de ciências e biologia na educação básica

têm por justificativa evitar concepções alternativas dos alunos em relação ao estudo dos animais. No entanto, estudos apontam que a maior parte dos professores de ciências utiliza apenas as orientações diretas oferecidas pelos livros didáticos adotados na escola ou de outros colegas docentes (SANTOS; TERÁN, 2013). Carneville (2012) e Lopes e Rosso (2005), autores de livros didáticos apontam uma visão mais técnica adotada pelos professores para ensinar os conteúdos de zoologia, tendo por finalidade a construção e auxílio didático do conhecimento para o ensino de ciências, justificando e respondendo assim a preocupação de Santos e Terán (2013). No entanto, Vasconcelos e Souto (2003) em seu estudo sobre critérios para escolha do livro de ciências, tendo o foco principalmente nos conteúdos de zoologia, afirmaram que muito tem crescido a discussão sobre a qualidade dos livros didáticos, e que muitos professores não têm acesso a ferramentas de análise dos livros. Nesse estudo, os autores analisaram ainda que os critérios utilizados como atividades práticas trazidas pelos livros didáticos, que consideraram como um ponto positivo de análise na escolha do livro. As práticas, segundo Silva *et al* (2016), assim como o uso de recursos alternativos em sala de aula podem ser utilizadas pelos professores como metodologias de abordagem inovadoras para despertar interesse dos alunos, servindo como eficientes metodologias didática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Observamos uma participação total dos alunos na prática, através da construção e preenchimento em conjunto das características dos animais apresentados. Ao analisarmos o preenchimento do quadro proposto, observamos que no espaço destinado a indicação do REPRESENTANTE animal, todos os grupos conseguiram informar o nome popular dos animais apresentados. Em relação ao GRUPO/FILO solicitado, apenas 4 grupos souberam identificar os 6 grupos de animais invertebrados a qual os representantes pertencem, porém 1 dos grupos não soube identificar o grupo do ofiúro e escreveu “artrópode”. Em relação às CARACTERÍSTICAS GERAIS, apenas 4 grupos conseguiram apresentar pelo menos uma característica morfológica dos grupos animais. Em relação ao HABITAT, todos os grupos souberam identificar corretamente o ambiente em que aqueles animais vivem, apenas ao observar a morfologia externa do animal. Em relação à IMPORTÂNCIA, apenas 3 grupos relacionaram uma importância ecológica para o homem.

CONCLUSÃO: Observamos que a atividade motivou a participação e a construção de conhecimentos em grupo, através do reconhecimento dos animais e reflexão conjunta entre os alunos. No entanto, ainda consideramos que a percepção dos alunos é insuficiente sobre as características relacionadas ao grupo/filo, características gerais e importância.

Palavras-chave: Prática. Invertebrados. Ensino de Ciências. Quadro de Características. Animais.

REFERÊNCIAS

CARNEVALLE, M. R. **Jornadas.cie:** ciências - 7º Ano. Ensino fundamental. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, S.; ROSSO, S. **Biologia:** volume único. São Paulo: Saraiva, 2005.

PRAMPERO, A.C. et al. A utilização de imagens no ensino de zoologia de invertebrados na concepção de alunos de um curso de graduação em ciências biológicas. **REB**, v. 6, n. 2, p. 118-137, 2013.

SANTOS, S. C. S.; TERÁN, A. F. O planejamento do ensino de zoologia a partir das concepções dos profissionais da educação municipais de Manaus-Amazonas, Brasil. Manaus-AM. **SciELO. REIEC**, v.8, n.2, 2013.

SILVA, C. D. D. et al. Aprendendo sobre o corpo humano: contribuições do PIBID para o ensino de ciências. **Carpe Diem: Revista de Cultura e Científica do Unifacex**, Natal, 2016.

VASCONCELOS, S. D.; SOUTO, E. O livro didático de ciências no ensino fundamental – proposta de critérios para análise de conteúdo zoológico. **Scielo. Ciência & Educação**, v. 9, n. 1, p.93-104, 2003.

CARACTERIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DE ALIMENTAÇÃO E LIMPEZA DA MOSCA-DA-FRUTA *ANASTREPHA ZENILDAE* EM LABORATÓRIO

AUTORES:

Dalvan Henrique Luiz Romeiro
Thatiane Brito Da Silva Medeiros
Alvaro Da Costa Freire
Lucia Maria De Almeida

INTRODUÇÃO: As moscas-das-frutas são insetos holometabólicos (metamorfose completa), com ciclo de vida apresentando as seguintes fases: ovo, larva, pupa e adultos. A duração média do ciclo de vida em condições de laboratório e à temperatura de 25°C é de aproximadamente 30 dias para *A. fraterculus* (MORGANTE 1991). O ciclo de vida e a biologia desses insetos estão na dependência das condições ecológicas do meio onde vivem especialmente o clima, a temperatura, o substrato de oviposição (hospedeiro) e a disponibilidade de alimento (SALLES, 2000). De acordo com Malavasi e Morgante (1981), a população de adultos está na dependência da fenologia da planta hospedeira. Na ausência desta, ocorre um decréscimo na população, o que pode causar ataque a uma nova planta hospedeira. As espécies polípagas possuem distribuição geográfica mais ampla do que as espécies consideradas especialistas, muitas vezes apresentando sobreposição na maior parte da sua distribuição geográfica e podendo utilizar o mesmo hospedeiro. De um modo geral, estes insetos exibem um alto grau de plasticidade em relação à maioria das atividades diárias, sendo estas bastante influenciadas por fatores abióticos, principalmente temperatura, luz e umidade (ALUJA et.al., 2000). Uma das principais atividades dos adultos são seus movimentos de deslocamento. De acordo com Bateman (1972), as moscas-das-frutas podem apresentar dois tipos de movimentos: os não dispersivos, relacionados às atividades de alimentação, acasalamento e oviposição, e os dispersivos ou migratórios, que ocorrem quando diminui a disponibilidade de recursos para sua sobrevivência, bem como de frutos que sirvam de sítios de oviposição. Este trabalho teve como objetivo caracterizar o perfil diário das atividades de alimentação e limpeza, da espécie *Anastrepha zenildae*. **METODOLOGIA:** Os insetos da espécie estudada foram obtidos de frutos de goiaba (*Psidium guajava* L.) coletados no município de Parnamirim-RN. As populações foram mantidas em sistema de gerações descontínuas. Foi utilizado o mamão (*Carica papaya*) como substrato para oviposição das fêmeas e desenvolvimento larval. Os insetos foram mantidos em uma sala com condições controladas de temperatura (26±2 °C) e iluminação. As observações comportamentais foram realizadas em ciclo claro/escuro 12:12 h, com intensidade de 750 lux na fase de claro e abaixo de 1 lux na fase de escuro com luzes acesas entre 07:00 e 19:00 h, através da técnica de “varredura”, em janelas de 15 minutos a cada hora e registro a cada minuto, durante três dias consecutivos. Esses comportamentos foram analisados em função da hora de observação. As comparações foram feitas entre as horas e entre os sexos utilizando o teste de Friedman e em caso de significância, foi realizada a comparação dentro de cada variável utilizando o teste de Wilcoxon. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A família Tephritidae, uma das maiores dentro da ordem Díptera, apresenta ampla distribuição geográfica, ocorrendo em regiões de clima tropical, subtropical e temperado. (BATEMAN, 1972). O gênero *Anastrepha* apresenta distribuição Neotropical, se destacam como praga de grande importância econômica na fruticultura. Com relação ao padrão de utilização de hospedeiros, as moscas das frutas são classificadas em três tipos (FLETCHER, 1989). As espécies monófagas exploram uma única espécie de planta pertencente a um mesmo gênero ou família; as espécies oligófagas utilizam um pequeno número de hospedeiros, em geral da mesma família, e as espécies polípagas,

exploram muitas espécies de plantas de diferentes famílias. *A. zenilidae* apresenta distribuição geográfica com registro de ocorrência em vários estados brasileiros (CANNAL et al., 1998), sendo um desses o Rio Grande do Norte. Generalista e morfologicamente semelhante a outras espécies do seu grupo taxonômico, tem como principais hospedeiros o juá (*Zizipus joazeiro* Mart.) família Rhamnaceae e a goiaba (*Psidium guajava* L.) família Myrtaceae (ARAÚJO et al 2005). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O perfil de atividade diária de indivíduos adultos de *A.zenilidae* apresentou regularidade na sua organização temporal, com uma variação horária ao longo da fotofase. O comportamento de limpeza apresentou maior frequência na segunda metade da fase de claro em ambos os sexos. As fêmeas apresentaram diferença significativa com relação à hora ($X^2 = 122,3$) com maior frequência em 0800 HZ ($p < 0,05$). Normalmente o comportamento ocorria após os episódios de alimentação, as moscas esfregavam as patas anteriores uma na outra, tocando com a probóscide. Esta atividade também foi observada com frequência após a cópula. Os machos limpavam o final do abdômen utilizando as patas posteriores e as fêmeas, o ovipositor. No comportamento de alimentação, observou-se diferença significativa entre machos e fêmeas. Nas fêmeas, a atividade ocorreu principalmente na segunda metade da fase de claro, com maior frequência entre 0700 e 0800 HZ ($X^2 = 193,7$) enquanto que nos machos a maior frequência ocorreu em 0600 HZ ($X^2 = 174,6$). O estudo dos padrões comportamentais exibidos pelas moscas-das-frutas do gênero *Anastrepha* vem sendo realizado com o objetivo de se utilizar este conhecimento para o desenvolvimento de métodos mais eficazes de controle dessa praga. (ALUJA et al., 2000). No perfil diário de atividade de indivíduos adultos, os movimentos realizados geralmente estão relacionados à forrageamento, procura por sítios de abrigo, descanso, sítios de oviposição e acasalamento (ALUJA et al., 2000; SUGAYAMA; MALAVASI, 2000). Observamos que *A. zenilidae* realizou suas atividades ao longo da fase de claro com horários relativamente fixos, o que sugere a existência de um padrão circadiano no perfil de atividade destas moscas. Estudos que enfatizam o comportamento alimentar de adultos em espécies do gênero *Anastrepha* tem como finalidade o desenvolvimento de iscas tóxicas, uma vez que este comportamento está diretamente relacionado ao desenvolvimento de métodos eficientes de monitoramento pela utilização destas iscas. Observamos que o comportamento alimentar de *A. zenilidae* variou com relação à hora do dia. Nas fêmeas, a alimentação ocorreu principalmente na segunda metade da fotofase. Também foi observada diferença com relação ao sexo, uma vez que as fêmeas se alimentaram mais que os machos, o que provavelmente está relacionado ao fato das fêmeas precisarem de um suporte alimentar maior devido à produção de ovos (ZUCOLOTO, 2000). **CONCLUSÃO:** As atividades de locomoção e limpeza estão restritas a fase de claro, a expressão dos comportamentos em horários relativamente fixos ao longo dessa fase indica a presença de uma organização temporal diária nos comportamentos estudados. O comportamento de limpeza foi observado com maior frequência após os episódios de alimentação e cópula. O comportamento de alimentação mostrou diferença significativa entre machos e fêmeas.

Palavras-chave: Moscas-da-fruta. Comportamento. Laboratório. *Anastrepha zenilidae*.

REFERÊNCIAS

ALUJA, M. et al. Behaviour of Flies in the Genus *Anastrepha* (Trypetinae:Toxotrypanini). In: FRUIT *Flies* (Tephritidae): **Phylogeny and Evolution of Behavior**. Boca Raton, Flórida: CRC Press, 2000. p. 375-406.

ARAÚJO, E. L. et al. Moscas-das-frutas (Díptera: Tephritidae) no Semi-Árido do Rio Grande do Norte: Plantas hospedeiras e índices de infestação. **4eotrop. Entomol**, n.34, p.889-894, 2005.

BATEMAN, M. A. The ecology of fruit flies. **Ann. Rev. Entomology**, n.17, p.493-518, 1972.

FLETCHER, B. S. Life history strategies of tephritidae fruit flies. In: FRUIT flies, their biology, natural enemies and control. World Crop Pest. Amsterdam, 1989. p.289, 1991.

MORGANTE, J.S. Moscas-das-frutas (Tephritidae): características biológicas, detecção e controle. **Boletim técnico de recomendação para os perímetros irrigados do Vale do São Francisco**, n.2. 2000?.

MALAVASI, A.; MORGANTE, J. S. Adult and larval population fluctuation of *Anastrepha fraterculus* and its relationship to host availability. **Environ.Entomol.**, n.10, p.275-278, 1981.

MALAVASI, A.; ZUCCHI, R. A.; SUGAYAMA, R. L. Biogeografia. In: MOSCAS-DAS-FRUTAS de importância econômica no Brasil conhecimento prático e aplicado. Ribeirão Preto: Holos, 2000. p.93-98.

SALLES, L. A. **Biologia e ciclo de vida de *Anastrepha fraterculus* (Wied.)**. S.l.: A.&, 2000.

SUGAYAMA, R. L.; MALAVASI. Ecologia comportamental. In: MOSCAS-DAS-FRUTAS de importância econômica no Brasil conhecimento básico e aplicado. Ribeirão Preto: Holos, 2000. p.103-108.

ZUCOLOTO, F.S. Alimentação e nutrição de moscas-das-frutas. In: MOSCAS-DAS-FRUTAS de importância econômica no Brasil. Conhecimento básico e aplicado. Ribeirão Preto: Holos, 2000. p.67-80.

MORFOLOGIA DOS ARBOVÍRUS: MODELIZAÇÃO UMA POSSIBILIDADE DIDÁTICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS

AUTORES:

Vanessa Pulcheria Pinheiro da Costa
Herandy de Araújo Cabral
Joneany Margylla de Medeiros Silvestre da Rocha
Priscila Pereira da Silva
Lucia Maria de Almeida
Sílvia Beatriz Fonseca de Melo

INTRODUÇÃO: Diante do grande aumento da frequência e prevalência dos números de casos registrados de Dengue, Chikungunya e Zika, vem crescendo a preocupação com tais enfermidades. Assim, campanhas a nível nacional e regionais vêm sendo realizadas na tentativa de diminuir a incidência e frequência do mosquito vetor das referidas doenças. Muitas campanhas trazem informações acerca de medidas profiláticas para combater a proliferação do vetor e informando a população os sinais e sintomas característicos das enfermidades, enfatizando a necessidade da participação da população no combate ao mosquito vetor. Portanto, a escola como instituição de destaque na participação social das comunidades como produtora e disseminadora do conhecimento, tem um papel relevante na conscientização e promoção de valores. Portanto, conhecer os mecanismos de ação do agente etiológico dessas doenças, bem como o ciclo biológico do vetor, são conhecimentos importantes que podem ser vivenciados nas escolas. Partindo do pressuposto que a população tem maior conhecimento sobre o agente transmissor (vetor) e as maneiras de combatê-lo e prevenir, poucos conhecem sobre os vírus e o que ele desencadeia dentro do corpo humano para surgirem os sinais e sintomas, muitas vezes semelhantes (STEPHENS et al., 2009), nos propusemos a enfatizar a morfologia dos vírus. Os vírus da dengue, chikungunya e zika são do tipo arbovírus caracterizados por possuírem o ciclo de replicação através dos insetos hematófagos, sendo transmitidos, pela sua picada, para seres humanos e outros animais (STEPHENS et al., 2009). Determinadas infecções apresentam um conjunto de sintomas específicos. Vale salientar que o mesmo vírus também pode causar sintomas clínicos diferentes, também sendo possíveis diferentes tipos de vírus apresentarem os mesmos sintomas (STEPHENS et al., 2009). Os vírus da dengue e zika pertencem à família *Flaviviridae* e ao gênero *Flavivirus*. O vírus da zika é envelopado e icosaedral com um genoma de RNA não segmentado, de cadeia simples (OLIVEIRA, 2015), o vírus do dengue é um vírus esférico e envelopado, com diâmetro aproximado de 50nm, contendo três proteínas estruturais (capsídeo C, membrana M e envelope E) e o RNA. O vírus da chikungunya pertencente à família *Togaviridae* de gênero *Alphavirus*, possui genoma de RNA positivo de fita simples (FIGUEIREDO, 1999). Este trabalho teve como objetivo demonstrar através da modelização a morfologia dos vírus da dengue, zika e chikugunya, enfatizando as diferenças estruturais relacionadas à sintomatologia das enfermidades. **METODOLOGIA:** A atividade sobre os arbovírus foi realizada na escola estadual José Fernandes Machado, no ensino fundamental II na turma do 7º ano “A”. Inicialmente, realizamos uma aula dialógica com uma problematização sobre as similaridades e diferenças dos sinais e sintomas das referidas enfermidades, perguntando aos mesmos quem já havia sido acometido pelas enfermidades, e se sabia diferenciar os sinais e sintomas; em seguida demonstramos através de imagens utilizando o data show e imagens impressas a morfologia correspondente de todos os vírus, enfatizamos as diferença nas morfologias e composição proteica dos mesmos responsáveis pelas diferenças na resposta imune e nos sinais e sintomas, bem como enfatizamos os mecanismos de ação e multiplicação dos mesmos dentro do corpo do hospedeiro. Na etapa

seguinte, propomos aos discentes elaborar modelos apresentando as estruturas e diferenças morfológicas encontradas nos respectivos vírus. Para a confecção dos modelos, foram utilizados materiais recicláveis, acessíveis a todos, visando diminuir possíveis custos na realização do trabalho reaproveitando materiais que seriam jogados na natureza, como: Garrafas pet, isopor, tinta guache, retalhos de panos usados, alfinetes, cola branca, pinceis e papel crepom. Ao final, fizemos uma exposição na qual os grupos mostraram e explicaram seu modelo elaborado no grande grupo. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A maneira que vem apresentada nos livros didáticos de Biologia informações, imagens, esquemas e principalmente figuras representativas de muitos microrganismos, nem sempre correspondem à realidade de como eles realmente são. Muitos conhecimentos que não podem ser visualizados de forma mais elaborada e que tem uma conotação bastante abstrata, são de difícil assimilação pelos discentes, dificultando de forma considerável o processo de ensino e aprendizagem. A modelização é apontada como estratégia didática utilizada para proporcionar o debate e a participação efetiva dos alunos no conteúdo a ser ministrado em sala de aula (DUZO et al., 2013). De acordo Nascimento (2015) os modelos didáticos se constituem como instrumentos eficazes da prática didática em escolas que não dispõem de laboratórios ou outros recursos, pois estimulam o interesse do aluno possibilitando-lhe despertar seu lado lúdico, bem como a construção do conhecimento. Esse tipo de método é apontado como sendo parte integrante das teorias, pois, representam de maneira análoga os conceitos abstratos apresentados pelos conceitos apresentados pelos assuntos abordados em classe (DUZO et al., 2013). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Percebemos durante as atividades desenvolvidas que a maioria dos discentes conhecia, ou sabia de alguém na escola que foi acometido pelas enfermidades enfatizadas, alguns relataram que eles já tinham sido acometidos pela dengue, a mais comum e frequente entre os discentes, inclusive por também conhecerem mais sobre os sinais e sintomas dela, provavelmente por ser a mais antiga e disseminada na cidade. Durante o desenvolvimento das atividades, percebemos também o interesse dos discentes em participar de forma mais ativa das etapas das atividades. Com relação à morfologia e diferença dos vírus, poucos demonstraram saber como diferenciá-los em termos estruturais e de composição; alguns relataram ter visto nos esquemas ou figuras apresentadas nos livros didáticos, mas que não conseguiam fazer a relação entre estrutura e composição dos vírus com a sintomatologia apresentada. Após as aulas dialogadas, o processo de elaboração e construção dos modelos virais ocorreu com a participação ativa dos discentes, muitos opinaram e chegaram a experimentar os diversos materiais para a confecção dos modelos, utilizando cores, texturas diferentes para caracterizar os vírus de acordo com a sua morfologia. Observamos que a atividade proporcionou uma satisfação e grande participação dos discentes, proporcionado através do lúdico uma melhor aprendizagem dos conhecimentos relacionados à temática (Beserra; Brito, 2012; Nascimento et al., 2015). Após a modelização apresentamos um boneco confeccionado durante o processo, mostrando nele os sintomas que diferenciava cada virose. **CONCLUSÃO:** A atividade executada possibilitou melhorar o processo de ensino e aprendizagem uma vez que os discentes conseguiram diferenciar as estruturas presentes em cada um dos vírus apresentados e relacionar com os sintomas e sinais das enfermidades.

Palavras-chave: Arbovírus. Morfologia. *Aedes aegypti*.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2009.
- BESERRA, J. G.; BRITO C. H. Modelagem didática tridimensional de artrópodes, como método para o ensino de Ciências e Biologia. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Bananeiras, Paraíba, v. 5, n. 3, p. 70-88, 2012.
- DUSO, Leandro et al. Modelização: uma possibilidade didática no ensino de biologia. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 15, n. 02, p. 29–44, 2013.
- FIGUEIREDO, Luís Tadeu. Patogenia das infecções pelos vírus do dengue. **Medicina**, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <Revista.fmrp.usp.br/patogenia_infeccoes>. Acesso dia 13 mar. 2016 as 15:30.
- NASCIMENTO, L. C.; BEZERRA, R. S.; ALMEIDA, L.M. O uso de modelização como estratégia didática no ensino de platelmintos. **Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX**, Natal, v. 13, n. 1, 2015.
- OLIVEIRA, W. K. de. **Zica vírus**: informações sobre a doença e investigação de síndrome exantemática no Nordeste. S.l.: Coordenação Geral de Vigilância e Resposta às Emergências de Saúde Pública Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis Secretaria de Vigilância em Saúde, 2015.
- STEPHENS, P. R. S. et al. **Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios de saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, p.125-220, 2009.

AVALIAÇÃO DA SENSITIVIDADE E USO DO HABITAT POR AVES NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM REMANESCENTE DE MATA ATLÂNTICA, NATAL-RN

AUTORES:

Herandy de Araujo Cabral

Thatiane Brito da Silva Medeiros

Glauber Henrique Borges de Oliveira Souto.

INTRODUÇÃO: A Mata Atlântica é considerada um dos hotspots para a conservação da sua biodiversidade. Isto se deve ao elevado grau de endemismo, principalmente no que se refere ao grupo das aves. Com o intuito de conhecer melhor as espécies presentes nos fragmentos florestais localizados no extremo norte da Mata Atlântica, o presente estudo tem como objetivo descrever a composição da comunidade de aves no Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte, bem como relacionar essa composição à sensibilidade e ao uso do habitat nos quais as espécies ocorrem. **METODOLOGIA:** Foram realizadas 08 excursões entre os meses de outubro de 2015 a maio de 2016. As amostragens foram realizadas por meio de transectos lineares estabelecidos na área do Parque. Em cada excursão, foram percorridos dois transectos com 500 metros cada. Tais transecções estão dispostas paralelamente um ao outro, com distância entre si de 300 metros. As premissas para coleta dos nos transectos seguiu as recomendações de Buckland et al (1993). A avaliação de sensibilidade e uso de habitat seguiu a proposta estabelecida por Silva et al (2003). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Devido ao intenso processo de fragmentação, a mata atlântica tornou-se um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta, sendo considerado com uma área de grande importância para a conservação da biodiversidade (MYERS et al., 2000). Sabe-se que a fragmentação de habitats é uma das maiores ameaças para a biodiversidade, principalmente no que concernem as aves (STOTZ et al., 1996; MARINI; GARCIA, 2005), afetando negativamente o sucesso reprodutivo, proporcionando declínios populacionais e diminuição de espécies (MELO; MARINI, 1997). Diante destes aspectos, alguns esforços estão sendo feitos para conhecermos melhor a avifauna desses fragmentos. Podemos citar as pesquisas com aves realizadas no Centro de Endemismo Pernambucano que contabilizam mais de 50% das aves registradas para a Mata Atlântica (UCHOA NETO; TABARELLI, 2002). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As espécies identificadas foram classificadas quanto ao uso do habitat e sensibilidade. Foram registradas 65 espécies. Com relação ao uso do habitat, 37 (56,92%) espécies de aves independentes de áreas florestadas, 22 (33,85%) espécies semidependentes de áreas florestadas e 06 (9,23%) espécies dependentes de áreas florestadas. As análises de sensibilidade classificaram 53 (81,54%) espécies com baixa sensibilidade aos distúrbios causados pelo homem e 12 (18,46%) espécies com sensibilidade média. O que mostra que as espécies existentes ainda no Parque Dom Nivaldo Monte são aquelas que sofrem menos danos causados pelo homem, aquelas que por ventura já existiram antes e que não apresentam mais ocorrência mostram que a interferência humana é um fator de interferência alta nesse habitat. **CONCLUSÃO:** Tais observações quanto à riqueza, uso do habitat e sensibilidade das aves presentes no Parque da Cidade nos mostra um fato já observado em estudos em fragmentos florestais urbanos. A interferência humana se torna um fator de seleção artificial perante as espécies que ainda conseguem sobreviver em tais ambientes. Mostra que o plano de manejo e conservação precisa ser reconsiderado já que tais fatores contribuem diretamente no aumento ou desaparecimento de espécies na região. A sociedade precisa ter a consciência que sem tais áreas de preservação a sobrevivência de inúmeros indivíduos se torna inviável e que sua interferência acaba causando um desequilíbrio há habitat de tais espécies o que também contribui para o seu desaparecimento.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Sensitividade. Riqueza.

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, S. T. et al. **Distance sampling, estimating abundance of biological populations**. London: Chapman e Hall, 1993. p.401

MELO, C.; MARINI, M. Â. Predação de ninhos artificiais em fragmentos de Matas do Brasil Central. **Ornitologia Neotropical**, v.8, p. 7-14, 1997.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, n.403, p. 853-858, 2000.

SILVA, J.M.C. et al. Aves da Caatinga: status, uso do habitat e sensibilidade. In: LEAL, I.R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. **Ecologia e conservação da caatinga**. Recife: UFPE, 2003.

STOTZ, D.F. et al. **Neotropical birds: ecology and conservation**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

UCHÔA NETO, C.A.M.; TABARELLI, M. **Diagnóstico e Estratégia de Conservação do Centro de Endemismo Pernambucano**. Conservation International do Brasil. Centro de Pesquisas Ambientais do Brasil (CEPAN), 2002.

AVALIAÇÃO DOS DISTÚRBIOS E DA QUALIDADE DO SONO EM PACIENTES COM IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV/AIDS)

AUTORES:

Edna Fernanda Pereira da Silva

Aline Silva Belísio

INTRODUÇÃO: Sabemos que o sono é uma atividade necessária para o nosso organismo; ele é importante na regulação de muitas funções biológicas e psicológicas. Por exemplo: o sono ajuda a regular as substâncias químicas do nosso cérebro e pode impactar, consideravelmente, o funcionamento de vários sistemas biológicos, como o sistema imunológico e vários processos cognitivos, como: a memória, a atenção e a percepção. Num indivíduo normal, as fases ou estágios do sono são assim divididos entre: o sono não-REM e sono REM. O primeiro é caracterizado pela ausência de movimentos rápidos dos olhos, pela diminuição da frequência respiratória, cardíaca e pela rara ocorrência de sonhos ilógicos. Além disso, o sono não REM é subdividido, também, em três estágios: o estágio N1 acontece quando os olhos estão fechados, movem-se mais lentamente e você ainda pode ser acordado facilmente. É a transição entre o estado de vigília para o sono. O estágio N2 se refere ao sono intermediário, enquanto que o estágio N3 corresponde ao sono profundo, comumente referido como sono de ondas lentas. A atividade do sono de ondas lentas também sofre influência de fatores homeostáticos, pois pesquisas demonstram que após uma noite de privação de sono há um aumento no sono de ondas lentas na noite de recuperação. Durante os estágios de sono não-REM, o movimento dos olhos é interrompido, os ritmos cardíacos e respiratórios diminuem e a temperatura corporal diminui (KRYGER, 2000; NUNES, 2002). Durante o sono REM, ocorre o movimento rápido dos olhos, diminuição do tônus muscular (atonia muscular), irregularidade dos movimentos respiratórios e cardíacos, temperatura semelhante a do ambiente e presença de sonhos. Assim, os dois estágios de sono se alternam de maneira que as duas primeiras horas de sono correspondem ao sono profundo, ocorrendo logo após o primeiro estágio do sono REM (FERNANDES, 2006). Todo mundo tem suas noites de sono mal dormidas, mas algumas pessoas vivem essa dificuldade com bastante frequência. A insônia é considerada um distúrbio do sono caracterizado pela dificuldade de iniciar o sono, se manter dormindo ou não ter uma qualidade de sono satisfatória, mesmo que as pessoas tenham condições e qualidades adequadas para dormirem. Mas, a insônia pode ser provocada por muitos fatores, como: estresse, ansiedade, depressão, condições médicas, maus hábitos de sono, medicações, idade, cafeína, nicotina, álcool, comer muito tarde, condições ambientais e aspectos cognitivos têm seu papel importante. Com base nesse aspecto temos o exemplo em relação às condições médicas de pacientes que vivem com HIV/AIDS, os quais possuem inúmeros fatores que podem influenciar negativamente na sua qualidade do sono, referente a isso se tem os medicamentos ingeridos por eles, para seu tratamento. Com base nisso, aparecem alguns efeitos colaterais das medicações antirretrovirais, uma delas é a medicação Efavirenz (EFZ) que possui reações adversas comuns, como por exemplo: alucinações, pesadelos, perda de sono ou até mesmo excesso de sono e tonturas. Esses efeitos colaterais são imediatos no início do tratamento, pois a medicação Efavirenz é muito eficiente nas células do sistema nervoso central. Por isso, esse trabalho tem como objetivo avaliar as características do sono em pessoas infectadas pelo HIV/AIDS e verificar a associação entre os distúrbios e a qualidade do sono com base no medicamento antirretroviral, o Efavirenz; que demonstrou ser fator independente associado a distúrbios do sono (insônia, sono agitado e pesadelos, no entanto, apresentando melhoras com o tempo de tratamento).

METODOLOGIA: A metodologia foi realizada através de pesquisa bibliográfica em diferentes bases de dados (MEDLINE, SCIELO e Science Direct) e em alguns livros. Foram

selecionados cerca de 51 artigos (entre os anos de 1982 a 2014; utilizando as seguintes palavras-chaves: Sono, Insônia, HIV/AIDS, Qualidade do sono, Distúrbio do sono, Antirretrovirais). A partir da leitura dos artigos selecionados e capítulos de livros, preparou-se um artigo de revisão bibliográfica abordando principalmente os temas sobre o sono e vigília, distúrbios e a qualidade do sono em pessoas com HIV, as opções terapêuticas disponíveis, as reações adversas e interações medicamentosas mais frequentes, bem como os efeitos colaterais aos antirretrovirais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O sofrimento clínico da pessoa portadora de distúrbio de sono varia conforme os prejuízos ou consequências sofridas e a importância atribuída à área prejudicada. Com isso, a pessoa desenvolve estratégias para manejar essas dificuldades e melhorar suas condições e qualidade de vida. Os esforços para compensar os déficits percebidos remetem ao conceito de enfrentamento, que envolve a adaptação do organismo a situações adversas, como mudanças drásticas no curso da vida ou problemas que exigem novas formas de comportamento (GIMENES, 2000). Após a identificação do agente causador da AIDS, os avanços mais expressivos têm ocorrido no desenvolvimento de fármacos antirretrovirais (ARV) efetivos para o tratamento dos indivíduos infectados com HIV (DOMINGOS, 2006). Porém, somente disponibilizar os antirretrovirais não é suficiente, visto que os medicamentos apresentam muitos efeitos adversos, sendo os mais frequentes a neuropatia periférica, erupção cutânea, neutropenia (pequena quantidade de neutrófilos no sangue), intolerância gastrointestinal, náusea, vômito, insônia, sonolência diurna, piora na qualidade de sono, diarreia, entre outros, o que, na maioria das vezes, dificulta a adesão medicamentosa (SCHAURICH et al., 2006). Desse modo, a falta de atividade física, qualidade do sono e a qualidade de vida de pessoas que vivem com HIV/AIDS vêm sendo uma preocupação bastante relevante no âmbito da saúde sendo avaliado como a falta de motivação e estímulos para a busca de uma vida ativa e hábitos saudáveis, contribuindo para o aumento da obesidade, distúrbios, sedentarismo entre outras (FERREIRA, 2012). De uma forma genérica a Organização Mundial de Saúde (OMS) denomina qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Essa é uma definição multidimensional que envolve diferentes domínios (psicológico, físico, social e ambiental), em que a avaliação proporciona a verificação das dimensões onde os tratamentos serão eficazes, podendo direcionar ações terapêuticas mais adequadas e, provavelmente, diminuir os custos de saúde (JESUS; OLIVEIRA, 2014). **CONCLUSÕES:** O ser humano precisa dormir assim como precisa respirar e se alimentar; tamanha é a importância do sono para toda estrutura do corpo, tanto físico e mental. De acordo com o estudo realizado, observaram-se diversos fatores (sonolência diurna, tonturas, insônia, náuseas, pesadelos, alucinações, cefaléia e fadiga), que podem influenciar negativamente na qualidade do sono em pessoas com HIV/AIDS. Contudo, a qualidade de vida das pessoas portadoras de HIV/AIDS deve ser essencial para um bem-estar adequado e equilibrado.

Palavras-chave: Qualidade do Sono. Distúrbios do Sono. HIV/AIDS.

REFERÊNCIAS

DOMINGOS, H. **Efeitos metabólicos associados à terapia anti-retroviral potente em pacientes com AIDS**. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Convenio Rede Centro-Oeste UnB/UFG/UFMS, Campo Grande, 2006.

FERNANDES, R.M.F. O sono normal. **Medicina**. Ribeirão Preto, p. 157-168, 2006.

FERREIRA, R.E.R. et al. Sono, qualidade de vida e depressão em mulheres no pós-tratamento de câncer de mama. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, p. 506-513, 2012.

GIMENES, M.G. A teoria do enfrentamento e suas implicações para sucessos e insucessos em psico-oncologia. In: GIMENES, M. G.; FÁVERO, M. H. Fávero (Orgs.). **A mulher e o câncer**. São Paulo: Livro Pleno, 2000. p. 111-147.

JESUS, W.A.; OLIVEIRA, A.C. Avaliação da qualidade de vida em pacientes imunodeprimidos HIV/Aids: revisão de literatura. **Revista Uningá**, v. 18, n. 3, p. 44-49, 2014.

KRYGER, M.H. Management of obstructive sleep apnea hypopnea syndrome: overview. In: KRYGER, M.H.; ROTH, T.; DEMENT, W.C. **Principles and Practice of Sleep Medicine**. Philadelphia: W.B. Saunders Company, 2000.

NUNES, M.L. Os distúrbios do sono. **J.pediatr.**, Rio de Janeiro, v.78,supl. 1, p. 563-572, 2002.

SCHAURICH, D. et al. A cronicidade no processo saúde-doença: repensando a epidemia da AIDS após os anti-retrovirais. **R. Enferm.**, p. 455-62, 2006.

LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: GENÉTICA E AMBIENTE

AUTORES:

Ana Iris Silva Freitas

Alice Maria Silva Freitas

Maria Samara Martins

Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele

INTRODUÇÃO: Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é definido como uma doença autoimune que atinge diversos órgãos, é caracterizada pela produção de autoanticorpos (sistema imunológico), estes atacam substâncias que fazem parte do próprio organismo, como proteínas ou outras macromoléculas. Isso acontece devido aos autoanticorpos reconhecerem essas substâncias como um "corpo estranho", causando inflamação e dano tecidual (MONTICIELO et al., 2008). O sexo feminino apresenta maior predomínio de casos, com média de idade por volta dos 36 anos. A etiologia de LES é pouco conhecida, embora a participação de fatores ambientais, genéticos, hormonais e imunológicos têm mostrado associação com o aparecimento da doença. O tratamento para LES é variado, acontece de acordo com os sintomas que cada paciente apresenta, é feito a partir da administração de medicamentos e objetiva controlar os sintomas, já que não tem cura (CASTRO et al., 2008; JESUS; CAMARGO, 2011). Na Cidade de Natal (RN) têm sido observados e confirmados altos índices de casos de LES, esses valores vêm aumentando a cada ano, entretanto, pouco se discute ou conhece a respeito dessa enfermidade nesse município (VILAR; SATO, 2002; VILAR et al., 2003). Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi conhecer e contribuir com informações a respeito do Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), bem como, as possíveis causas dos altos índices de manifestação no Município de Natal (RN), a partir de pesquisa bibliográfica. **METODOLOGIA:** Para realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do ponto de vista técnico e do tipo exploratória quanto aos objetivos (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa bibliográfica aconteceu de março à setembro de 2016, como base nos seguintes bancos de dados indexados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), onde foram utilizados os descritores: Lúpus Eritematoso Sistêmico; Natal; incidência. Foram empregados critérios de inclusão priorizando artigos nos idiomas inglês e português, considerando artigos publicados entre 2001 a 2016. Após refinamento da pesquisa, foram selecionados 13 artigos que serviram como base para a elaboração do trabalho, além de livros para consulta conceitual. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Estudos epidemiológicos têm mostrado que a incidência de Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) na população mundial varia em torno 4,3 pessoas afetadas em cada 100.000 (VILAR et al., 2003; RUS et al., 2007; BERTSIAS et al., 2012; JAKES et al., 2012). Os principais sintomas de LES são artrite; lesões do tipo *Rash* malar ou discoide (erupções no rosto); fotossensibilidade; úlcera oral; alteração renal; serosite; nefrite; vasculite; miosite; manifestações mucocutâneas; hemocitopenias imunológicas; diversos quadros neuropsiquiátricos; hiperatividade reticuloendotelial; e pneumonite (SATO et al., 2002; VILAR; SATO, 2002; BORBA et al., 2008). Os mecanismos moleculares envolvidos na origem de LES não estão esclarecidos, entretanto, conhece-se que fatores ambientais (medicamentos, drogas, excesso de raios solares e hormônios) estão associados ao manifestação da doença. Outros fatores que também podem influenciar o aparecimento de LES são etnia, gênero, idade, bem como, localização geográfica e fatores socioeconômicos (OLIVEIRA, 2011). Em relação a etnia foi observado que a incidência de LES varia de acordo com as características de cada população, quanto ao gênero, foi verificado que a doença é 3 vezes mais frequente em mulheres do que homens, esse índice pode ser ainda

maior durante a idade reprodutiva, atingindo 9 vezes mais mulheres, provavelmente devido à influência dos hormônios femininos (RUS et al., 2007; BERTSIAS et al., 2012). Dessa forma, a manifestação dos sintomas da doença podem aparecer tanto devido a fatores ambientais, como devido à fatores genéticos, de forma associada ou isolada (RUS et al., 2007; BERTSIAS et al., 2012; JAKES et al.; 2012). Castro et al (2008), apresentam evidências da participação de fatores genéticos no desenvolvimento da doença, esses fatores contribuem em conjunto com a expressão de autoanticorpos pelo organismo. Em todo o mundo tem sido observado que a condição genética é preponderante para a manifestação de LES. O índice esperado para desenvolvimento de LES em familiares de pacientes com a doença é 100 vezes superior ao da população em geral. Mães lúpicas (positivas para o teste de lúpus) apresentam em seus descendentes fator antinuclear em aproximadamente 30% das vezes, sem necessariamente desenvolver um quadro clínico compatível com a doença LES (MURASHIMA et al., 2004). O Município de Natal (RN) apresenta alta concentração de raios ultravioletas. Segundo a Estação Meteorológica desse estado, a quantidade de luz solar na cidade varia entre 205 e 288 horas por mês (Long 1996). Em estudo epidemiológico realizado por Villar et al. (2002) na cidade de Natal (Região Nordeste do Brasil), a incidência de indivíduos diagnosticados com LES foi em torno de 8,7 por 100.000, duas vezes superior ao observado em escala global, que é de 4,3, como citado anteriormente. A incidência foi calculada dividindo o número de casos novos encontrados na amostra populacional do Município com idade maior ou igual a 15 anos de acordo com o Censo de 2000. O protocolo básico de notificação foi constituído por dados populacionais como sexo, idade, data de nascimento, cor e dados clínicos como duração da doença. A justificativa é que a alta exposição aos raios solares (ultravioleta) e os hábitos de vida das pessoas tem elevado esse índice. O estudo mostra que as mulheres são mais afetadas, totalizando em 38 mulheres (88,3%) para 5 homens afetados (11,6%), também são mais afetados indivíduos que se auto referenciaram brancos, num total de 77% em relação à 23% não brancos. Ainda segundo os pesquisadores, a grande diversidade de misturas de "etnias" também deve ter influenciado no resultado da pesquisa, já que a maioria da população de Natal é descendente de Europeus, negros e índios, semelhante ao que acontece em todo território brasileiro. Parece inquestionável a contribuição ambiental para o aumento expressivo de casos de LES nesta região. Em estudo posterior, Rahman e Isenberg (2008) apontam que mudanças epigenéticas, como a metilação do DNA que acontece devido à questão ambiental, estão associadas com o aparecimento da doença. Outros exemplos de fatores ambientais propostos são a exposição à luz ultravioleta e diversas toxinas ambientais, como por exemplo, aquelas presentes no cigarro. Dessa forma, esses dados corroboram com o estudo anterior, onde é proposto que a exposição acentuada à radiação ultravioleta no Município de Natal deve ser um fator preponderante ao alto índice de LES. **CONCLUSÃO:** A alta incidência de LES em Natal é um fato intrigante que parece estar associado ao fator ambiental (alto índice de radiação ultravioleta) e não somente determinado pelo fator genético, como acontece com a maioria dos locais com alta incidência da doença no mundo, isso se deve, provavelmente a sua localização no globo. Esses dados são um alerta e parece mostrar a necessidade de maior atenção à doença, o que, conseqüentemente, levaria a melhoria das condições de tratamento e diagnóstico precoce. Também é possível propor novos estudos que apontem a identificação de quais fatores genéticos e ambientais (exatamente) podem estar associados à esse índice na Cidade de Natal, e também ampliá-los a outros municípios e regiões brasileiras, contribuindo com novas formas de tratamento para melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: Lúpus. Ambiental. Doença.

REFERÊNCIAS

BERTSIAS, G. K.; CERVERA, R.; BOUMPAS, D. T. Systemic Lupus Erythematosus: Pathogenesis and Clinical Features. **European League Against Rheumatism (EULAR Textbook on Rheumatic Diseases)**, v. 20, p. 476–505, 2012.

BORBA, E. F.; LATORRE, L. C.; BRENOL, J. T. C.; et al. Consenso de Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Rev Bras Reumatol**, v. 48, n.4, p. 196-207, 2008.

CASTRO, J.; BALADA, E., et. al. The complex immunogenetic basis of systemic lupus erythematosus. **Autoimmun Rev**, v.7, n.5, p.345-351, 2008.

JAKES, R. W. et al. Systematic Review of the Epidemiology of Systemic Lupus Erythematosus in the Asia-Pacific Region: Prevalence, Incidence, Clinical Features, and Mortality. **Arthritis Care & Research**, v.64, n.2, p. 159 –168, 2012.

JESUZ A. K.; CAMARGO R. S. Modalidades de tratamento no lúpus eritematoso sistêmico: revisão de literatura 2000 a 2010. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba, v.2, n.6, p.23–44, 2011.

MARQUES-NETO, J. F. et al. Estudo multicêntrico da prevalência da artrite reumatóide do adulto em amostras da população brasileira. **Rev Bras Reumatol**, v.33, p 169-173, 1993.

MONTICIELO, O. A. et al. The role of mannose-binding lectin in systemic lupus erythematosus. **Clin Rheumatol**, v.27, n.4, p.413-419, 2008.

MURASHIMA, A. et, al. Long term prognosis of children born to lupus patients. **Ann rheumdis**, v.1, n.63, 2004.

NOGUEIRA, C. F. et al. Influência da cinesioterapia na qualidade de vida de portadores de Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Conscientiae Saúde**, Campo Grande, v 8, n.1, p. 11-17, 2009.

RAHMAN, A.; ISENBERG, D. A. Systemic lupus erythematosus. **N Engl J Med**, v.358, n.9, p.929-939, 2008.

LODAMIN FUTURO INIMIGO DO CÂNCER

AUTORES:

Ana Iris Silva Freitas

Adna Maria da Silva

Marcella Araújo do Amaral Carneiro

INTRODUÇÃO: O câncer surge a partir de uma única célula que foi induzida a mudar suas características naturais relacionadas à sua vida celular. A transformação de uma célula normal numa célula de tumor é um processo em andares múltiplos, tipicamente uma progressão de uma lesão pré-cancerosa aos tumores malignos. Essas mudanças são o resultado da interação entre fatores genéticos de uma pessoa e 3 categorias de agentes externos, incluindo: carcinógenos físicos, tais como raios ultravioleta e radiação ionizante; cancerígenos químicos, como o amianto, componentes do fumo do tabaco, a aflatoxina (um contaminante de alimentos) e arsênico (um contaminante água potável); e carcinógenos biológicos, tais como as infecções provocadas por certos vírus, bactérias ou parasitas (STEWART; WILD, 2014). A OMS (Organização Mundial de Saúde), através da Agência Internacional de Investigação do Câncer (IARC), além de conduzir e coordenar a investigação sobre as causas do câncer, também recolhe e publica dados relacionados à ocorrência do câncer em todo o mundo. Em 2012, foram identificados 14,1 milhões de novos casos de câncer, 8,2 milhões de mortes por câncer e 32,6 milhões de pessoas vivendo com câncer (dentro de 5 anos após o diagnóstico) em todo o mundo. (FERLEY et al., 2012; FERLEY et al., 2014). A medicina e a tecnologia avançaram, e hoje em dia há mais pacientes que conseguem se curar ou, ao menos, prolongar bastante suas vidas mesmo após a descoberta de um tumor. Uma das abordagens que vem sendo frequentemente estudada diz respeito a terapia utilizando anti-angiogênicos, proposta inicialmente por Judah Folkman (FOLKMAN, 1971). O objetivo da terapia anti-angiogênica é inibir formação dos vasos sanguíneos em tumores e interromper o suprimento de sangue à massa cancerígena, destruindo-o. Atualmente, mais de 1000 laboratórios estão estudando a angiogênese, e mais de 1,2 milhões de pacientes tomam medicamentos anti-angiogênicos para combater o câncer e outras doenças (LENZER, 2008). Um dos resultados mais promissores está na substância lodamina, uma droga desenvolvida usando nanotecnologia e um fungo da espécie *Aspergillus fumigatus fresenius*. Diante do exposto e da relevância dessa temática, o presente estudo foi idealizado com o objetivo de analisar as produções científicas relacionadas às recentes descobertas sobre a Lodamina e demonstrar o quanto a ciência vem evoluindo positivamente na descoberta de um meio eficaz no tratamento do câncer. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura, sendo utilizados para a seleção dos artigos, os principais veículos de divulgação científica na área em questão através das ferramentas de buscas da US National Library of Medicine/National Institutes of Health (PUBMED), e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Os palavras-chaves utilizadas para a busca foram: “Dolamina”, “terapia anti-angiogênica” e “*Aspergillus fumigatus fresenius*”, sendo selecionados os trabalhos que apresentavam estudos relacionados ao tratamento de câncer. Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos artigos foram: artigos completos, nos idiomas português ou inglês e publicados entre 1971 e 2014; foram excluídos estudos disponíveis no formato de dissertações e teses. **RESULTADOS: E DISCUSSÕES:** Lodamin ou mais conhecido como Lodamina é um medicamento que está em fase de testes e apresenta resultados muito promissores. O princípio ativo da droga foi descoberto por acaso, de forma semelhante ao ocorrido com o antibiótico penicilina, produzido igualmente por um fungo (*Penicillium chrysogenum*). Donald Ingber (REF) e sua equipe de pesquisadores da Universidade de Harvard, descobriu o fungo por acidente, após contaminação de seus experimentos relacionados aos cultivos de células endoteliais de vasos

sanguíneos. Eles conseguiram identificar que o fungo apresentava potencial antiangiogênico após constatar que ele inibiu o crescimento dos capilares sanguíneos. Entretanto, a substância isolada possuía efeitos colaterais, causando depressão e tonturas, além de permanecer por pouco tempo no organismo. Desta forma, a equipe de pesquisadores de Judah Folkman (1971) vem tentando melhorar a fórmula há 20 anos e, recentemente com o auxílio da nanotecnologia, criou uma formulação cujos efeitos colaterais são praticamente inexistentes. Apesar de promissores resultados preliminares, a terapia do cancro/câncer destinada a destruição seletiva dos vasos sanguíneos do tumor enfrenta vários obstáculos. Após o uso do medicamento Lodamin evidências sugerem que a privação de fornecimento de sangue é eficaz em induzir a regressão de tumores primários e diminuir a frequência e a extensão de metástase. Ensaios clínicos em curso provaram a eficácia de agentes anti-angiogênicos, tais como anticorpos monoclonais neutralizantes ou inibidores de pequenas moléculas orientadas para o fator de crescimento endotelial vascular (VEGF-A) via de sinalização, no aumento da sobrevivência de pacientes com doença avançada, do rim, do cólon e possivelmente câncer de mama (FOLKMAN, 2007). Observando que os tumores não conseguem progredir na ausência de angiogênese, o falecido Judah Folkman primeiro estabeleceu a ideia de que a integração com o sistema circulatório é um pré-requisito para o crescimento avançado de câncer (FOLKMAN, 1971). Este fenômeno foi denominado o "interruptor angiogênico" - o ponto em que um tumor adquire um suprimento de sangue funcional dedicado, facilitando o crescimento e disseminação de células cancerosas para outros órgãos. Este conceito foi inicialmente confrontado com ceticismo porque era difícil imaginar como o crescimento de células endoteliais tumorais poderiam ser seletivamente inibida sem comprometer o fornecimento de sangue para outros órgãos vitais. No entanto, estudos posteriores demonstraram que a transformação maligna está associada com a sobre-regulação dos fatores angiogênicos específicos de tumor que induzem seletivamente o conjunto de vasos tumorais e são menos essenciais para a manutenção dos leitos vasculares normais quiescentes (HANAHAN, 1996). TNP-470, um análogo sintético da fumagilina (isolado a partir do fungo *Aspergillus fumigatus fresenius*), é eficaz no bloqueio da angiogênese neo-tumoral (INGBER, 1990) e foi um dos primeiros medicamentos anti-angiogênicos utilizados em ensaios clínicos. Em ensaios humanos essa substância diminuiu a progressão de tumores sólidos e, em alguns casos, ainda resultou na sua regressão. No entanto, foi também neurotóxico, com efeitos secundários tais como tonturas, perda de memória de curto prazo, confusão, depressão e problemas com a coordenação motora. O grupo de Folkman eliminou estes efeitos secundários neurológicos por conjugação de TNP-470 a um polímero que impede a passagem através da barreira sangue-cérebro (SATCHI-FAINARO et al., 2004). No entanto, a droga pode ainda não ser eficaz quando administrado por via oral, além de ter uma meia-vida extremamente curta na circulação, necessitando de frequentes (várias vezes por semana) e contínua (mais de 1 h) infusões intravenosas. Como estes tratamentos dispendiosos resultam em desconforto substancial ao paciente, uma formulação oral seria de grande benefício. Entretanto, a insolubilidade relativa de TNP-470 tem impedido a administração de uma dose clinicamente eficaz por via oral. A administração oral de lodamina mostrou uma capacidade marcante para inibir o crescimento de ambos os tumores primários e metastáticos em comparação ao TNP-470. Com doses orais diárias de ambos os compostos, o crescimento do tumor foi significativamente inibido apenas em animais tratados com lodamina. Lodamina também afetou significativamente o desenvolvimento de metástases do fígado: vinte dias após a injeção nas células cancerosas, 100% dos ratos tratados com lodamina estavam vivos, enquanto que mais de metade dos ratos tratados apenas com TNP-470 tinham morrido. A capacidade acentuada de lodamina em impedir a metástase do fígado preenche uma grande promessa da terapia anti-angiogênese e pode proporcionar um benefício substancial na supressão da progressão das células cancerosas malignas dentro do fígado e em outros órgãos

(BHARGAVA et al., 1999). **CONCLUSÃO:** Neste trabalho, evidenciamos que, em um futuro próximo, será possível existir a cura permanente contra o câncer graças ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das terapias anti-angiogênicas utilizando medicamentos que inibem o desenvolvimento dos vasos sanguíneos nos tumores.

Palavras-chave: Câncer. Pesquisa. Cura.

REFERENCIAS

BHARGAVA, P. et al. A Phase I and pharmacokinetic study of TNP-470 administered weekly to patients with advanced cancer. **Clinical Cancer Research**, v. 5, n. 8, p. 1989-1995, 1999.

FERLAY J. et al. **Globocan 2012 v1.0, Cancer Incidence and Mortality Worldwide**: IARC CancerBase No. 11. Lyon, France: International Agency for Research on Cancer; 2013. Disponível em: <<http://globocan.iarc.fr>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Cancer incidence and mortality worldwide: sources, methods and major patterns in Globocan 2012. **International Journal of Cancer**. 2014. doi:10.1002/ijc.29210 PMID:25220842. Acesso em: 20 out. 2016.

FOLKMAN, Judah. Tumor angiogenesis: therapeutic implications. **New england journal of medicine**, v. 285, n. 21, p. 1182-1186, 1971.

_____. Angiogenesis: an organizing principle for drug discovery. **Nature reviews Drug discovery**, v. 6, n. 4, p. 273-286, 2007.

HANAHAN, Douglas; FOLKMAN, Judah. Patterns and emerging mechanisms of the angiogenic switch during tumorigenesis. **cell**, v. 86, n. 3, p. 353-364, 1996.

INGBER, D., et al. Synthetic analogues of fumagillin that inhibit angiogenesis and suppress tumour growth. **Nature**, n.348, p.555-557, 1990.

LENZER, J. Moses Judah Folkman. **BMJ**, v. 336, n. 7638, p. 282-282, 2008.

SATCHI-FAINARO, R. et al. Targeting angiogenesis with a conjugate of HPMA copolymer and TNP-470. **Nature medicine**, v. 10, n. 3, p. 255-261, 2004.

STEWART, B. W.; WILD, C. P. World Cancer Report 2014. International Agency for Research on Cancer. **World Health Organization**, v. 505, 2014.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

AUTORES:

Katyuscia Vanessa Goncalves e Silva

Tarso Rocha Lula Pereira

Francisco Alberto Cavalcante Lundberg

INTRODUÇÃO: Buscando a importância de preparar cidadãos para a vida, para que eles sejam capazes de agir de maneira saudável e com responsabilidade, é que se vê a importância da inserção da educação financeira como um meio facilitador mostrando formas que possibilitem o conhecimento e/ou aprimoramento financeiro dos alunos de ensino fundamental e médio. No Brasil, pouca ou nenhuma educação financeira é transmitida, além disso, muitos anos de inflação, desinformação e erros cometidos, sucessivamente, por governos passados resultaram em conceitos financeiros errôneos, absorvidos sem contestação e passivamente pela população. (FRANKENBERG, 1999) Dessa forma, a educação financeira é uma maneira de melhorar o uso do seu próprio dinheiro, sendo um processo que contribui para a formação de indivíduos e sociedade responsável, comprometidos com o futuro. O não esclarecimento sobre educação financeira nas escolas é indicado como principal fator em formar adultos inaptos em planejar suas próprias finanças. Assim, tem-se como objetivo verificar qual o atual estágio das pesquisas sobre a inclusão da educação financeira nas escolas. Este estudo justifica-se, primeiramente, pela necessidade da formação das crianças e jovens acerca do assunto abordado, e mais especificamente, pela importância de se conhecer os resultados obtidos na área da educação, principalmente, por se tratar da formação de crianças e jovens, ou seja, os adultos do futuro, para que possam ter uma vida financeira saudável. Diante do exposto, pretende-se responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a importância da inserção da educação financeira nas escolas?** Será mostrado dessa forma, o que foi, e o que está sendo pesquisado e as considerações finais na área analisada.

METODOLOGIA: Segundo Gil (2002) o significado da pesquisa tem por objetivo fundamental “descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”. O método utilizado no presente artigo é a pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2008), é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Assim, é importante destacar que esse tipo de pesquisa é sempre realizado para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, de forma a auxiliar com os elementos que contribuem para a análise dos dados em questão. A pesquisa bibliográfica é utilizada para levar o leitor ao entendimento do tema proposto no trabalho, sendo as principais fontes de pesquisas livros, revistas, periódicos, dicionários, entre outros (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). A busca pelas pesquisas se deu através do Google e Google Acadêmico que listou os estudos aqui considerados com a utilização das palavras-chave: Educação Financeira e Educação Financeira nas Escolas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Kiyosaki (2000) é bastante enfático ao mencionar a importância de se começar cedo a ensinar a educação financeira às crianças e adolescentes, pois infelizmente a maioria dos pais não assume esse compromisso, nem tem condições de fazê-lo, cabendo aos professores e educadores, ajudar a interromper esse ciclo vicioso, educando-os financeiramente e orientando -os a serem mais racionais e menos emotivos no campo das finanças. Espera-se dessa forma, um resultado onde elas passarão a implantar tal conhecimento formando uma nova cultura financeira na sociedade. A educação financeira é fundamental na sociedade, visto que influencia nas decisões econômicas individuais e familiares. As mudanças na economia e o aumento da inflação nos últimos anos mudam a forma de como a população lida com seus recursos financeiros. No entanto, o sistema educacional brasileiro não supre a necessidade com relação à educação financeira. Até o presente momento não existe uma preocupação relacionada ao

gerenciamento do dinheiro no Brasil, e com isso os jovens acabam o ensino médio, em sua maioria sem nenhum tipo de conhecimento sobre finanças pessoais. Em 2007, foi aprovada a criação de um grupo para desenvolver e propor uma Estratégia Nacional de Educação Financeira, sob a administração da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) passa a ser instituída no ano de 2010, através do Decreto nº 7.397/2010, tendo como suas principais finalidades: fortalecer a cidadania, disseminar a educação financeira e previdenciária, promover a tomada de decisão financeira consciente e autônoma e aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro. Tem-se o programa de Educação Financeira nas Escolas, que é coordenado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-BRASIL), sendo essa uma instituição sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Algumas das ações da estratégia é a materialização do Programa de Educação Financeira nas Escolas, apoiado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC); tais conceitos já estão semeados nos livros didáticos do Programa para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. A inserção da educação financeira nas escolas dar-se-á através de inter-relações de ideias e fenômenos entre as diferentes disciplinas já estudadas. Observou-se como exemplo o Centro Universitário Facex, que já realizou projeto em uma entidade sem fins lucrativos para crianças no ano de 2015, e realizou também no presente ano um evento onde pôde ter um contato mais direto com o público jovem. Nesse contexto, pode-se ver a necessidade e interesse de muitos em aprender a entender um pouco mais sobre a organização financeira. Dessa forma, a educação financeira nas escolas beneficiará muitos jovens em todo o país, através da capacitação adequada e do desenvolvimento de material educativo dinâmico e informativo. Segundo Savoia apud MEC (BRASIL, 2007), a educação financeira está relacionada com o ensino da matemática, por isso, recomenda-se estimular a capacidade de leitura e interpretação de textos com conteúdos econômicos; a habilidade de análise e julgamento dos cálculos de juros nas vendas a prazo; a compreensão do relacionamento entre a matemática e os demais campos de conhecimento, como a economia. Assim, a educação financeira, além de informar, também forma e orienta indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A falta do conhecimento pode muitas vezes fazer com que as pessoas tenham a ideia errada de que investir seria comprar um bem, como roupas, objetos eletrodomésticos e eletrônicos, ou até mesmo um serviço, quando na verdade, investir significa aplicar excedentes financeiros em bens e direitos que gerarão renda ou valorização futura. Por isso, é de extrema importância o conhecimento, pois só assim elas entrarão em um caminho adequado para a compreensão do mundo financeiro, melhorando a forma de visualizar as suas finanças pessoais. Mas para que isso aconteça é necessário um processo educativo. Esse processo educativo teve início nos anos de 2010 e 2011 com um projeto piloto inserido em 891 escolas públicas de ensino médio, em 6 Estados do país. Nesse projeto, foi elaborado material didático para alunos e professores. O conhecimento através desse material favorece o conhecimento não apenas de alunos e professores, como dito anteriormente, mas com a disseminação do conhecimento com todos os seus familiares e amigos. Através dos estudos realizados na presente pesquisa podemos observar através de Savoia (2007), que existem várias instituições brasileiras que transmitem o conhecimento da educação financeira, alguns deles são: MEC, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Bolsa de Valores de São Paulo, Federação Brasileira de Bancos, Serasa, Associação Nacional dos Bancos de Investimento e algumas outras instituições financeiras, como bancos privados.

CONCLUSÃO: Foi concluído que os benefícios da inclusão da educação financeira, não ficarão restritos apenas aos alunos, esses se estenderão aos pais, familiares e até mesmo para a própria escola, uma vez que a escola irá se destacar pelo ensino

diferenciado, além de ter o índice de inadimplência reduzido, em razão da quebra do ciclo onde gerações eram endividadas. Assim, verifica-se o quão importante pode ser a educação financeira sendo mais presente na vida acadêmica dos alunos, sejam eles de ensino fundamental, médio ou a nível superior. O aprendizado poderá gerar um adulto mais consciente e conseqüentemente uma sociedade mais preparada. Concluindo, a educação financeira entra no mundo escolar para ajudar o aluno a entender a área financeira, preparando-o para a interação e integração social dentro de uma adequada situação financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento Financeiro.

REFERÊNCIAS

ESTRATÉGIA Nacional de Educação Financeira - ENEF. Disponível em:<
<http://www.vidaedinheiro.gov.br>>. Acesso em: out. 2016.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 16.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER Sharon L. **Pai rico, pai pobre**. Tradução: Maria Monteiro. 46. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rap**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 41, p.1121-1141, nov. 2007.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS CIA. TECIDOS SANTANENSE E GUARARAPES S/A: UM ENFOQUE NOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO

AUTORES:

Naiane Theresa Bessa Nogueira
Gladston de Araujo Santiago
Paulo Ricardo Oseas Monte
Daniyel Ferreira de Medeiros

INTRODUÇÃO: A indústria têxtil é uma das áreas que mais cresce em todo o mundo, buscando sempre pela inovação, mas a concorrência com a indústria chinesa tem feito com que a indústria nacional procure novos caminhos para se manter competitiva. O processo de industrialização no Brasil teve seu início com a indústria têxtil. hoje o Brasil é o sexto maior produtor têxtil no mundo, e, a maioria das indústrias fica centralizada no sul e sudeste do país. Neste contexto a empresa Cia. Tecidos Santanense que atua no polo têxtil desde 1891, é uma das empresas referência em nosso país, conta hoje com três unidades produtivas e oferece ao mercado aproximadamente 60 milhões de metros lineares de tecidos. Ousadia, solidez e agilidade são as marcas que qualificam a empresa, permitindo assegurar uma qualidade final capaz de atender às demandas do mercado que está cada vez mais competitivo. Visando melhorar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade dos recursos organizacionais da Santanense, é de suma importância uma correta análise financeira, pois indica os pontos fracos e fortes do seu desempenho operacional e financeiro. Além disso, as análises das demonstrações financeiras podem ser usadas para prever como as decisões estratégicas, ou a expansão das atividades econômicas de uma empresa que são capazes de afetar os desempenhos financeiros futuros. O uso desses instrumentos financeiros auxilia no processo de tomada de decisão e evitam problemas de insolvência futuros, onde as aplicações dos princípios econômicos e financeiros, através dos dados retirados das demonstrações contábeis fornecem subsídios necessários para um acompanhamento detalhado da situação em que a empresa se encontra naquele determinado momento. Assim sendo, segundo Nascimento, Pereira e Hoeltgebaum (2010), nos últimos anos a avaliação do desempenho financeiro no contexto empresarial vem se tornando uma ferramenta necessária na gestão das organizações, onde a mensuração da insolvência conjectura-se como uma das inúmeras dificuldades as quais as empresas estão suscetíveis, e a análise das demonstrações contábeis auxilia na obtenção dessas informações sobre o desempenho organizacional. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo, analisar a estrutura de endividamento da empresa Santanense, no período de 2013 a 2015, comparativamente com a empresa Guararapes S/A, com base nos índices de endividamento. Na **METODOLOGIA:** a classificação da pesquisa, toma-se como base a taxonomia apresentada por Vergara (2013), que a classifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Para esse estudo utilizou-se quanto aos fins, a pesquisa do tipo descritiva, explicativa e quanto aos meios, documental, bibliográfica e estudo de caso. Para Vergara (2013) o universo e amostra trata de definir toda a população, e população amostral, um conjunto de elementos que possuem as características que serão objetos de estudo. O universo da pesquisa é o setor financeiro das empresas e a amostra são os demonstrativos financeiros (Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício - DRE). No que se refere ao instrumento de coleta de dados, foram coletados dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial e DRE) das empresas bem como livros, artigos e sites na internet. Segundo Vergara (2013) os dados podem ser tratados de forma quantitativa, isto é, utilizando-se de procedimentos estatísticos. O artigo em questão utilizou-se de uma abordagem quantitativa, uma vez que utilizou a ferramenta Microsoft Excel versão

2010 para efetuar cálculos, criar tabelas e gerar gráficos para fins de análises. A **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** apresenta o embasamento teórico que foi a base para a elaboração do trabalho. Para Rosa (2014), a gestão financeira é um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras da empresa. Dentro da análise financeira, os índices estão agrupados em quatro categorias: Índice de Rentabilidade; Índice de Endividamento; Índice de Liquidez e Índice de Atividade. Para fins deste trabalho, o grupo de índices estudado foi o de Endividamento. O Índice de Endividamento Geral (IEG) ou Grau de Endividamento (GE) mensura, em percentual, o quanto do ativo da empresa está comprometido, quanto de recursos de terceiros está utilizando, quando maior esse percentual, maior será sua alavancagem financeira (ASSAF NETO, 2008). Índice de Cobertura de Juros (ICJ) permite avaliar a capacidade da empresa em honrar com as obrigações com juros contratuais, o ideal está entre 3,0 e 5,0, quanto maior for esse índice maior será o risco de não conseguir cumprir com as obrigações de juros sobre dívidas (GITMAN, 2002). Índice de Independência Financeira (IIF) mensura o quanto a empresa está financiando com recursos próprios, percentualmente, onde, quanto menor esse índice melhor será para a empresa (MEDEIROS, 2015). Índice de Segunda Financeira (ISF) mensura o quanto a empresa possui de financiamentos a longo prazo, quanto maior esse percentual, maiores serão as dívidas e recursos a longo prazo (MEDEIROS, 2015). Índice de Estrutura dos Investimentos (IEI) mensura o quanto a empresa possui de investimentos a longo prazo, quanto maior esse percentual, maiores serão os investimentos a longo prazo (MEDEIROS, 2015). Índice de Estrutura de Financiamento dos Investimentos (IEFI) este índice correlaciona os financiamentos e investimentos a longo prazo, considerado o índice mais importante entre todos os apresentados, pois se não estiver dentro da expectativa ocasionará problemas com a liquidez e alto endividamento (MEDEIROS, 2015). Na seção **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** após análise da situação financeira no que tange o endividamento das empresas, apurados os resultados dos exercícios no período de 2013 a 2015, comparativamente entre as empresas Santanense Guararapes S/A, no Índice de Endividamento Geral (IEG) a empresa Santanense apresentou um índice de 37,98% e a Guararapes S/A 46,30%. No Índice de Cobertura de Juros (ICJ) a empresa Santanense teve uma média de (R\$ 2,10) negativo e a Guararapes S/A uma média de (R\$ 5,07). No Índice de Independência Financeira (IIF) a Santanense encontra-se com percentual de 62,02%, enquanto a Guararapes S/A tem percentual de 53,70%. No Índice de Segurança Financeira (ISF), a empresa Santanense apresentou o índice de 72,69% e a empresa Guararapes S/A 69,22%. No Índice de Estrutura dos Investimentos (IEI) a Santanense apresentou um percentual de 48,19%, já a Guararapes S/A possui índice de 42,07%. No Índice de Estrutura de Financiamento dos Investimentos (IEFI) Santanense apresentou um resultado de 1,51 e a Guararapes S/A 1,65. Na visão de Silva (2008), as análises financeiras devem refletir a situação dos dados financeiros da empresa, dos exercícios anteriores, bem como das condições internas e externas que afetam financeiramente a empresa. Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** o presente trabalho desenvolveu um estudo comparativo entre os níveis de endividamento total e a longo prazo das empresas Santanense e Guararapes S/A, por meio de indicadores econômicos e financeiros. Utilizou-se para tanto, valores reais obtidos das demonstrações de resultado contidos no balanço patrimonial dos exercícios de 2013 a 2015. Dentro do analisado, no índice IEG a Guararapes possui mais alavancagem financeira, no ICJ ambas empresas apresentaram resultados insatisfatórios, comprometedores, sugere-se que seja realizado um estudo para equilibrar este índice, no IIF a Santanense está financiando mais com recursos próprios, no ISF a Santanense apresentou um percentual maior de dívidas e recursos a longo prazo, no IEI a Santanense demonstrou ter mais investimentos a longo prazo e no IEFI a Santanense está um pouco acima da margem aceitável diferente da Guararapes que está mais a cima, mas dentro da análise são resultados fáceis de serem

convertidos, mas se não houver acompanhamento dos gestões poderá comprometer os financiamentos e investimentos a longo prazo e afetar a liquidez da empresa.

Palavras-chave: Índices. Endividamento. Análise Financeira.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

MEDEIROS, Daniyel Ferreira. **Análise estratégica das demonstrações financeiras**. Natal: UNIFACEX, 2015. (apostila de sala de aula).

NASCIMENTO, S.; PEREIRA, A. M; HOELTGEBBAUM, M. Aplicação dos modelos de previsão de insolvências nas grandes empresas aéreas brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 40-51, jan./abr., 2010.

ROSA, Everton Carsten da. **A importância da gestão financeira**. 2014. Disponível em <<http://www.ecrconsultoria.com.br/biblioteca/artigos/gestao-financeira/a-importancia-da-gestao-financeira>> Acesso em 16 de Outubro de 2016. Acesso em 26/10/16.>. Acesso em: 2016.

SILVA, J. **Análise financeira das empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA GUARARAPES CONFECÇÕES S/A X CIA DE TECIDOS SANTANENSE S/A

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Ligia Maria de Oliveira Vieira
Karla Beatriz de Lima Azevedo
Maria Luiza Dias da Silva Araújo
Jaqueline Taionara Costa dos Santos
Camila Bruna Alves de Oliveira

INTRODUÇÃO: A indústria têxtil brasileira iniciou no período colonial, desenvolveu-se a partir do século XX, e se solidificou na década de 1940. Sofreu forte impacto nos anos 1980 com a estagnação econômica, abertura comercial e forte concorrência internacional resultando, nos anos 1990, no fechamento de muitas unidades fabris no país, as que resistiram tiveram que se modernizar para concorrer com a indústria internacional e recuperar o setor. Vendo a necessidade de se fortalecer diante da concorrência, a área das finanças torna-se uma aliada importante para garantir a análise precisa das demonstrações financeiras das organizações, pois através dessas informações, criar estratégias visando o objetivo principal dos empresários. Espíndola (2016) aponta que “a análise dos indicadores financeiros e econômicos propicia ao administrador informações adicionais de grande importância, possibilitando a gerenciar a execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de fornecer resultados de significativa margem de segurança”. Diante deste cenário, o presente trabalho tem o objetivo de analisar os índices de endividamento da Cia de Tecidos Santanense S/A, em comparação à Guararapes Confecções S/A, no período de 2013 à 2015. **METODOLOGIA:** De acordo com Costa e Costa (2009, p.5), a metodologia “consiste em estudar e avaliar vários métodos disponíveis, identificando suas limitações, ou não, em nível das implicações e suas aplicações”. Gil (2008) define pesquisa como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. De acordo com Vergara (2007), “os tipos de pesquisa podem ser definidos por dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios”. Quanto aos fins a pesquisa foi classificada como descritiva e explicativa, quanto aos meios, documental e bibliográfica. O universo estudado foi o setor financeiro das empresas, as amostras utilizadas, suas demonstrações financeiras, especificamente o Balanço Patrimonial e DRE (Demonstração de resultado de exercício). A coleta de dados foi feita através de livros e documentos da empresa dentre eles, os Balanços Patrimoniais e as DREs. Como o trabalho tem uma abordagem quantitativa, os dados coletados foram lançados em planilhas eletrônicas, realizados cálculos em tabelas para posterior análise e discussão dos resultados. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Marques (2011) afirma que “a análise das demonstrações financeiras envolve a avaliação da liquidez, rentabilidade e solvência de uma empresa. Inclusive possibilita a avaliação da evolução financeira e econômica ao longo do tempo e a comparação entre empresas do mesmo ramo”. A utilização de variáveis de liquidez, endividamento e lucratividade são apontadas por vários autores, tais como Matarazzo (2003), Silva (2005) e Iudícibus (2008), como representativos de uma boa situação contábil-financeira. Os índices financeiros são classificados em quatro grupos: liquidez, endividamento, giro ou gestão de ativos e rentabilidade. Liquidez mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo. Endividamento indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros. Gitman (2010) afirma que “quanto mais dívidas uma empresa usa em relação ao seu ativo total, maior sua alavancagem financeira”. Quanto ao giro de estoque, este mede a liquidez do estoque de uma empresa. A rentabilidade e suas várias

medidas permitem avaliar os lucros das empresas em relação às vendas, aos ativos ou aos investimentos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste trabalho foram analisadas as demonstrações financeiras, especificamente os índices de endividamento da Guararapes Confecções S/A e Cia de Tecidos Santanense. Para os autores Neves e Viceconti (2007) “o endividamento indica o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Os índices de endividamento calculados são apresentados na sequência. IEG – Índice de Endividamento Geral que mede a proporção do ativo total financiando pelos credores, de acordo com este índice, na média dos últimos três anos, o total de investimentos de capital de terceiros da empresa Cia de Tecidos Santanense (37,98%) foi menor que a Guararapes Confecções S/A (46,30%). O segundo índice é o ICJ – Índice de Cobertura de Juros mede a capacidade da empresa de pagar os juros contratados, analisando esse índice, observa-se que, na média dos últimos três anos, para cada R\$1,00 que a Cia de Tecidos Santanense paga de juros restam R\$2,59 para o lucro operacional, enquanto que a Guararapes Confecções S/A fica com R\$5,07. O terceiro índice é o IIF- Índice de Independência Financeira que mede o quanto do financiamento representa percentualmente os recursos próprios da empresa, nesse índice pode-se perceber que na média dos últimos três anos da Guararapes Confecções S/A, do total de investimentos, 53,70% é de capital próprio, enquanto que a Cia de Tecidos Santanense é 62,02%. O quarto índice é o ISF – Índice de Segurança Financeira que mede o quanto representa percentualmente os financiamentos a longo prazo, pelo estudo observou-se que na média dos últimos três anos, do total de financiamentos da Guararapes Confecções S/A 69,22% é a longo prazo, enquanto a Cia de Tecidos Santanense teve 72,69%. O quinto índice é o IEI – Índice de Estrutura dos Investimentos demonstra o percentual de investimento total a longo prazo, analisando a média dos últimos três anos das empresas estudadas, constatou-se que do total de investimentos feitos pela Guararapes Confecções S/A, 42,07% foi a longo prazo e a Cia de Tecidos Santanense investiu 48,19% a longo prazo. Por último tem-se o IEFI- Índice de Estrutura de Financiamento dos Investimentos que representa a relação entre investimentos e financiamentos a longo prazo, na análise vê-se que na média dos últimos três anos para cada R\$1,00 investido a longo prazo a Guararapes Confecções S/A financia R\$1,65 e a Cia de Tecidos Santanense financia R\$1,51. **CONCLUSÃO:** Após análise das demonstrações financeiras das duas empresas foi constatado que em relação aos investimentos de capital de terceiros a Guararapes Confecções S/A tem um percentual de 8,32% maior que Cia de Tecidos Santanense, em relação aos investimentos de capital próprio o maior percentual ficou para Cia de Tecidos Santanense. Sobre a capacidade de pagamento de juros contratuais a Guararapes Confecções S/A se sobrepõe à Cia de Tecidos Santanense em R\$2,97, ambas atendem as obrigações devidas, contudo a Guararapes tem uma maior folga financeira. Em relação ao financiamento a longo prazo, a Santanense tem 3,47% mais folga financeira para pagar seus financiamentos, já os investimentos a longo prazo, a Cia de Tecidos Santanense também obteve 6,12% maior que a Guararapes Confecções S/A e para cada R\$1,00 financiado a longo prazo a Guararapes S/A tem R\$1,65 e a Cia de Tecidos Santanense tem R\$1,51.

Palavras-chave: Demonstrações Financeiras. Análise. Índices de Endividamento.

REFERÊNCIAS

COSTA, M.A.F.da; COSTA, M.F.B.da. **Metodologia da pesquisa:** conceitos e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ESPÍNDULA, Fábio. **Estrutura e análise financeiro-econômica das demonstrações contábeis**. Monografias Brasil Escola.2016. Disponível em: <<http://brasileSCO.la/m1176>>. Acesso em 13 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. Tradução Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pearson, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de . **Análise de balanços**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Monica Brandão. **Análise das demonstrações financeiras**. 4.ed. Rio de Janeiro: UCAM, 2011. Disponível em: <
http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33240163/ANALISE_DEMONTRACOE_S_FINANCEIRA.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1476368988&Signature=xNPmzNLG4Nd8GYdPUHDWdc4QsFM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAnalise_das_Demonstracoes_Financeiras_Di.pdf>. Acesso em 13 out. 2016.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15.ed. São Paulo: Frase, 2007.

SILVA, J. Pereira da. **Análise financeira de empresas**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE UM EMPREENDIMENTO: PLANO DE NEGÓCIO DA DALL LINGERIE

AUTORES:

Andreza Silva Maia

Deborah Louise Marinho da Silva

Luana Vanessa Paz da Silva

Daniyel Ferreira de Medeiros

INTRODUÇÃO: A realidade das corporações já não é a mesma da década passada. O avanço tecnológico influenciou o surgimento da gestão integrativa, ou seja, o foco é o cliente junto com o fornecedor de produtos e/ou serviços. Nesse sentido, o planejamento é um instrumento inerente à gestão, o qual contribui para a elaboração do plano de negócios que defini a avaliação de mercado, público-alvo, investimentos (bancos, incubadoras), mão-de-obra, além de outros recursos, a fim de oportunizar as estratégias conforme os interesses da empresa. A partir dessa análise, o investidor escolhe os recursos necessários para abrir o estabelecimento, além de adquirir as habilidades do perfil empreendedor, como: assumir riscos, analisar oportunidades, conhecimento, organização, tomar decisões, liderança, otimismo, dinamismo e a intuição da viabilidade do negócio. Segundo Dornelas (2003) o plano de negócios é uma ferramenta para planejar os investimentos e/ou ações nas questões financeiras, estruturais, riscos, retornos e a obtenção do lucro. O plano de negócios não possui formato padrão, pois varia de acordo com as necessidades da empresa e perfil dos consumidores, bem como atualizações no documento. Face ao exposto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a viabilidade para abertura da loja Dalll Lingerie, por meio da elaboração de um plano de negócio. **METODOLOGIA:** No que se refere à tipologia da pesquisa, o presente trabalho foi descritivo, bibliográfico, documental e estudo de caso. O universo da pesquisa é o setor de moda íntima e amostra é a empresa Dalll Lingerie. No que se refere aos dados necessários à elaboração do trabalho os mesmos foram coletados por meio de livros, sites e documentos informativos sobre o mercado de moda íntima. No tocante à análise dos dados, os mesmos foram analisados dentro da abordagem quantitativa, utilizando-se do software Microsoft Excel versão 2016, para elaboração de tabelas, gráficos e demais cálculos necessários à elaboração do presente trabalho. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo Dornelas (2005, p. 109) “uma das principais utilidades de um plano de negócios é o seu suporte para a venda de uma ideia ou projeto. O plano de negócios acaba sendo uma ferramenta extremamente útil quando utilizada com este propósito. É à partir do plano que o empreendedor pode definir alternativas de apresentação que julgue mais adequadas para buscar o convencimento do público-alvo”. Dornelas (2003, p. 111) afirma que “para que o plano de negócios possa se tornar um instrumento eficaz de gerenciamento é importante que as informações nele existentes possam ser divulgadas internamente na empresa de uma forma satisfatória”. Ainda conforme Dornelas (2003, p. 111-112) o plano de negócios pode se transformar em um instrumento dinâmico de implementação da estratégia empresarial, tornando-se uma ferramenta fundamental de gestão que, certamente, auxiliará o empreendedor a alcançar o sucesso almejado ou, então, mostrará a esse empreendedor que o momento não é propício para o negócio vislumbrado (a janela do tempo não está aberta para a oportunidade em questão), evitando decepções futuras. Não existe uma estrutura específica para fazer um plano de negócios, pois o modelo varia de acordo com as particularidades de cada negócio, não existindo, portanto, uma estrutura padrão para todos os negócios. Na concepção de Dornelas (2005, p. 108-109) independentemente do tamanho e do tipo do plano de negócios, e se o mesmo é feito com o auxílio de software ou não, sua estrutura deve conter as seções antes apresentadas não de forma isolada e sim estreitamente relacionadas, a fim de

completar o ciclo de planejamento do negócio, com ações coerentemente definidas e com projeções de resultados viáveis de se obter, com base em uma boa análise de mercado (fator crítico para a obtenção de um bom plano de negócios) e da situação atual da empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Neste trabalho, foi analisada a viabilidade para abertura da empresa Dalll, atuante no segmento de moda íntima. Para Gitman (2010, p. 11) “as decisões de investimentos determinam a combinação e os tipos dos ativos que a empresa detém. As de financiamento determinam a combinação e os tipos de financiamento por ela usado”. A referida empresa é composta por 30% de capital próprio e 70% de capital de terceiros (banco). Na visão de Gitman (2010, p.287) os custos do financiamento com capital próprio costumam ser mais elevados do que os com capital de terceiros. Um motivo para isso é o fato de que os fornecedores de capital próprio assumem maiores riscos devido o seu direito subsidiário sobre resultados e ativos. Apesar do maior custo, o capital próprio é necessário para o crescimento das empresas. Todas as sociedades por ações devem ser inicialmente financiados com algum componente de capital próprio. A Dalll realiza a renovação de estoques a cada 30 dias, com prazo médio total de 22 dias tanto para quitar as dívidas, quanto para receber o valor referente as vendas, o que demonstra que apesar de possuir um curto prazo para efetuar seus pagamentos a empresa apresenta um índice de vendas satisfatório, já que precisa renovar o estoque mensalmente. De acordo com Gitman (2010), a idade média dos estoques é o primeiro componente no que diz respeito ao ciclo de conversão do caixa, uma vez que a finalidade da administração de estoques é girá-los o mais rápido possível sem provocar prejuízos de vendas em virtude de faltas. Cabe, então, ao administrador financeiro monitorar os estoques, mesmo não exercendo um controle direto sobre os mesmos, mas fornecendo dados que contribuam para o gerenciamento dos mesmos. A Dalll é uma microempresa regida pelo imposto SIMPLES, o qual corresponde a 28% do seu faturamento mensal; com a variação de 0,50% para os 12 primeiros meses e uma projeção de crescimento de 8,00% ao ano a partir do 2º ano. Além disso, os custos fixos operacionais correspondem a 20,68% do faturamento mensal, com uma taxa de crescimento de 0,02% ao mês para os 12 primeiros meses e 0,04% ao ano a partir do 2º ano, além dos custos referentes a mão de obra que correspondem a 7,38% do faturamento mensal. Para Gitman (2010, p. 117) se a empresa tiver custos fixos, esses custos não mudarão com o aumento das vendas, o efeito será o aumento do lucro. Mas, por ficarem inalterados em caso de queda das vendas, tais custos tenderão a reduzir os lucros. Assim, o uso de taxas anteriores de custos e despesas costuma subestimar os lucros quando as vendas estão em ascensão (e da mesma forma, superestimar os lucros quando as vendas estão em declínio). A melhor maneira de corrigir esse viés ao preparar uma demonstração do resultado pró-forma é decompor os custos e despesas históricos da empresa em seus elementos fixo e variável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Em tempos de crises econômicas, a taxa de desemprego aumenta e as pessoas buscam montar o seu próprio negócio, sem nenhum preparo, apenas com o desejo de possuir uma renda, os chamados empreendedores. Eles são muito importantes para o desenvolvimento econômico do país, porém não possuem o devido conhecimento para perpetuar o crescimento da empresa. Para isso, é preciso o planejamento eficiente, contínuo e de acordo com as variações da economia, pois uma das ferramentas a serem utilizadas, é o plano de negócios, o qual averigua os planos operacionais, recursos humanos, financeiro e de marketing. Nesse sentido, o empreendedor identificará os riscos e, posteriormente apresentará os planos, a fim de minimizar ou eliminar os erros, ao invés de cometê-los na prática, com o objetivo de alcançar o sucesso ou simplesmente verificar a probabilidade da abertura ou melhorias da empresa, evitando assim, o fracasso. Ao longo desse estudo, pode-se concluir que a empresa Dalll Lingerie demonstrou viabilidade em diferentes vertentes, tais como: os pontos fortes e fracos em relação à concorrência, o ambiente, o mercado, as estratégias de marketing para os produtos e serviços, o desempenho financeiro, investimentos, retorno sobre o capital

investido, enfim, é uma ferramenta dinâmica e organizada para facilitar a compreensão dos recursos, com o propósito de explorar as potencialidades do negócio.

Palavras-chave: Plano de Negócio. Empreendedorismo. Inovação.

REFERÊNCIAS

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. 3. ed. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Empreendedorismo**. Disponível em: <<http://www.josedornelas.com.br/plano-de-negocios>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE SÉRIES TEMPORAIS DOS INDICADORES CONTÁBEIS – FINANCEIRO PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO DA GERDAU

AUTOR:

Saulo Medeiros Diniz

INTRODUÇÃO: Com a globalização e o advento das novas tecnologias, as empresas estão ocupando um mercado onde à agilidade e veracidade das informações são importantes. Entre todas as informações disponibilizadas pela empresa, as informações financeiras fornecidas pela contabilidade, pelos seus demonstrativos, para consecução de obter melhores resultados, é considerada um fator fundamental para a tomada de decisão pelos administradores e acionistas, pois estas permitem maior segurança e rapidez, tornando-se assim um diferencial em relação às empresas concorrentes. Nesse sentido, pretende-se através deste trabalho fazer uma análise e avaliação das séries temporais dos indicadores contábeis e financeiros para tomada de decisão da empresa, com o intuito de conhecer como o gestor da referida empresa realiza as suas tomadas de decisões com vistas a solucionar as situações surgidas na instituição. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada na pesquisa foi feita através de estudo teórico-empírico. De acordo com Borba *et al* (2004, p.82) “o estudo teórico-empírico: consiste em trabalhar a questão teórica e prática que se desdobram por intermédios de momentos de ênfase em um ou outro esforço por parte do investigador percorrendo e fazendo sua própria história intelectual, respondendo as questões postas pelas suas realidades”. Nessa perspectiva, este estudo tem como ponto de partida uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em livros especializados nessa área e sites da Internet, com relação ao tipo de pesquisa esta será quantitativa. Segundo Fachin (2006), a pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber. O universo estudado foi GERDAU, onde o setor escolhido para análise foi o setor financeiro e a amostra analisada foram os dados do ano de 2009 com relação aos dados de 2008. Para Mattar (1997 apud VERGARA, 2007), um instrumento de coleta de dados corresponde a um documento que possibilita apresentar perguntas e questionamentos aos pesquisados, proporcionando a aquisição das respostas aos dados coletados. Os dados foram coletados do setor financeiro da empresa Gerdau, a partir de uma análise dos demonstrativos da empresa dos anos 2008 e 2009. Os dados foram analisados de forma quantitativa, com vista, a entender a realidade exposta na problemática da pesquisa. Bourdon (1989) concebe como característica dos métodos quantitativos a pressuposição de uma população de objetos de observação comparáveis entre si. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O principal papel da contabilidade é organizar os dados de modo que o gestor possa transformá-lo em informações úteis que sirvam como mais uma ferramenta base para auxiliar o gestor na tomada de decisão gerencial e estratégica. O desafio é conseguir analisar corretamente e transformar toda essa gama de dados de maneira clara e objetiva, zelando principalmente pela veracidade dos registros. Nesse sentido, Padoveze (2000 apud STRASSBURG *et al.*, 2006, p.43) conceitua a informação como um “dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas. Os usuários da informação, de acordo com Matarazzo (2003) são todos que se relacionam ou querem relacionar-se com a empresa de alguma forma, quer como acionistas, financiadores, fornecedores ou até empregados. Ressaltando-se que cada grupo de usuário está interessado em algum ponto específico da empresa. Ainda de acordo com Matarazzo (2003, p.35):”O principal grupo de usuários são os administradores que utilizam a análise das demonstrações contábeis como uma ferramenta para formulação de estratégias, e também

como fornecedoras de informações fundamentais como a rentabilidade, a liquidez da empresa com relação a balanços atuais comparando-os com balanços orçados, analisando com isso possíveis eventos que possam vir afetar a empresa”. Com relação às informações necessárias aos administradores, Silva (2005, p.47) acrescenta que: “A análise financeira é uma ferramenta que possibilita visão abrangente e detalhada dos resultados alcançados. “Indicadores como o crescimento das vendas, o retorno sobre o capital investido pelos proprietários, a valorização das ações e até a reputação da empresa no mercado poderão estar presentes”. A comparação dos indicadores da empresa com os de seus concorrentes fornecerá instrumentos para novos direcionamentos das ações estratégicas e operacionais da empresa. **Dessa forma, a contabilidade fornece ao gestor financeiro técnicas de análise das demonstrações contábeis que nelas estão inclusas as avaliações horizontal e vertical através de índices que facilitarão ao gestor identificar todo e qualquer tipo de divergência que esteja ocorrendo no patrimônio e até mesmo possíveis falhas que possam estar ocorrendo no dia-a-dia da organização.** De acordo com Matarazzo (2003) percebe-se que é importante que as organizações tenham seus índices financeiros organizados, para que estas possam tomar suas decisões sem correr riscos que venha trazer consequências a sua organização. A esse respeito Brigham e Houston (1999) expõem que as demonstrações contábeis tanto a posição estática da empresa quanto suas operações passadas, podem assim, serem utilizados para prever lucros e os dividendos futuros da empresa. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** De acordo com o balanço patrimonial, observou-se que o circulante representava 35,18% do ativo total em 2008, passando a representar 31,77% do ativo em 2009, o que mostra uma queda de 3,41%. Já o não circulante representava 64,82% do ativo total em 2008, passando a representar 68,23% do ativo em 2009 obtendo assim um crescimento de 3,41%. Portanto, a estrutura do ativo não foi modificada. Ao realizar a análise vertical e horizontal em relação à demonstração do resultado do exercício, no que diz respeito ao lucro bruto, observou-se que o custo das vendas representava 74,02% da receita líquida em 2008, passando a representar 83,30% da receita líquida em 2009. Já o lucro bruto representava 25,98% da receita líquida em 2008, passando a representar 16,70% da receita líquida em 2009. Em termos de representatividade, a variação do lucro bruto (negativa) não superou a variação dos custos (positiva). Desse modo, pode-se afirmar que a empresa não administrou bem os seus custos no período analisado. A companhia decidiu reduzir seus custos durante o ano de 2009 em 2 Bilhões, o seu capital de giro em 5 bilhões e sua dívida líquida em 8 bilhões, estas reduções, realizaram com sucesso a renegociação dos seus gestores e uma emissão de 1,25 bilhão em ações, confirmando sua credibilidade junto ao mercado financeiro. Diante disso, presume-se que a Gerdau é uma empresa que planeja, estuda e conhece bem o mercado que atua percebendo que ao final de 2009 já poderia retomar seus investimentos, que foram paralisados devido a crise, com um plano de 9,5 bilhões para os próximos 5 anos, visando principalmente adicionar valor a seus produtos na cadeia de aço. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Após as pesquisas bibliográficas e as análises realizadas no setor financeiro da empresa Gerdau, pode-se perceber que a referida empresa, apesar de alguns decréscimos na sua parte financeira, conseguiu sobreviver à crise, e isto se deu ao fato desta possuir uma técnica que consiste em publicar uma nota explicativa que mostra as ações que ela tomou durante todo o ano, explicando inclusive o porquê do não crescimento no período junto com as demonstrações contábeis. Observou-se diante das reduções ocorridas durante o ano de 2009 que a Gerdau manteve a sua política de remuneração aos acionistas que consiste no pagamento mínimo de 30% do lucro líquido ajustado de suas companhias abertas, comprovando assim que a empresa honra seus compromissos.

Palavras-chave: Indicadores Contábeis. Análise Financeira. Tomada de Decisão.

REFERÊNCIAS

- BORBA, J. T.; et. al. **Monografia para a economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BOURDON, R. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989
- BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI, L. C.; EHRHARDT, M. C. **Administração financeira: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração financeira**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- _____. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- MOTTA, R. da R. CALÔBA, G. M. **Análise de investimentos: tomada de decisão em projetos industriais**. São Paulo: Atlas, 2.002.
- PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PEREIRA, J. da S. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, J. P. da. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005
- _____. **Modelos para classificação de empresas com vistas a concessão de crédito**.1982. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1982.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

O MELHOR REGIME TRIBUTÁRIO PARA TRANSPORTADORA DE CARGAS

AUTORES:

Levy Ruanderson Ferreira da Silva
Paula Gabrielle de Brito Pires
Maria Diana de Freitas Dias Gentil
Roberto dos Santos Lima Júnior
Emanuele Oliveira da Silva
Werley Hermenegildo da Costa Fernandes

INTRODUÇÃO: O planejamento tributário é de grande importância para a gestão de uma empresa. Tendo como propósito, reduzir a carga tributária utilizando-se de um estudo prévio de acordo com cada atividade empresarial e a adequação correta da legislação aos procedimentos da empresa para que sejam tomados os créditos, calculado da melhor forma, etc. A empresa que não fizer uso devido de um planejamento tributário pagará valores maiores do que o necessário na sua carga tributária, havendo então, despesas maiores com os tributos. Através de informações teóricas e práticas confiáveis, bem como com um modelo aplicado em uma situação real, objetivando passar uma visão do todo, observando-se assim possibilidades eficazes na aplicação ao caso. Assim, conclui-se que é necessário encontrar o regime tributário mais benéfico para esta empresa, de uma forma que ela vá reduzir de forma considerável os impostos a serem pagos. Especificamente almeja-se descrever as formas de regimes de tributação federal no Brasil, acerca de demonstrar o melhor conceito e melhor apresentação para a empresa do mesmo ramo de suas atividades, apresentando-lhes a forma mais viável. Objetivo geral: Saber qual o regime de tributação, que venha a ser mais econômico para empresas e para microempresas atuantes no transporte de cargas dentro e fora do estado de sua localização. Objetivo específico 1: Identificar as melhores condições enquadráveis em cada imposto e contribuições incidentes sobre toda e qualquer movimentação financeira da empresa em questão. Objetivo específico 2: Identificar os erros cometidos no regime atual, caso já seja uma empresa antiga, para que possam ser corrigidos ou mudado. Objetivo específico 3: Promover a difusão de procedimentos amparados por lei, que venham também auxiliar os profissionais a ampliar suas possibilidades de redução no recolhimento dos seus impostos. **METODOLOGIA:** Através deste estudo pretende-se elaborar um planejamento tributário levando em consideração todas as informações possíveis, demonstrações e análises para contribuir com a forma de tributação menos onerosa à empresa. Para isso, a metodologia abordada para a elaboração deste projeto de pesquisa, utilizou como ponto de partida a coleta de dados, estudos de casos, dados bibliográficos, informações obtidas através de profissionais contábeis, participação passiva de informantes, pesquisa de lei de tributo. A presente pesquisa pode ser classificada como aplicada, tendo o objetivo gerar conhecimentos para aplicação de práticas dirigidas à resolução de problemas específicos como também exploratória, visando proporcionar maior embasamento com os problemas encontrados, tendo em vista torná-lo transparente, como também o levantamento e a construção de hipóteses. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Como um ramo da Contabilidade, a Contabilidade Tributária aliada a uma contabilidade bem elaborada e correta constituem uma base para a qualidade informativa das entidades. Segundo Fabretti (2003, p. 29) “como ramo da contabilidade, deve demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma clara e precisa, rigorosamente de acordo com os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade”. Conforme Oliveira et al (2003, p. 34) pode-se entender Contabilidade Tributária como: “Especialização da contabilidade que tem como principais objetivos o estudo da teoria e a aplicação prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária e ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas

diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais.” Sobre o objetivo da contabilidade tributária, segundo Fabretti (2003, p. 31), “O objeto da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extra-contábil as exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro determinando a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titular da firma individual.” Ainda, segundo Fabretti (2003, p. 32) o método da contabilidade tributária consiste basicamente em: “a. adequado planejamento tributário (que exige conhecimento da legislação tributária); b. relatórios contábeis eficazes que demonstrem a exata situação das contas do patrimônio e do resultado (que exige conhecimento de contabilidade).” As entidades utilizam-se da contabilidade tributária principalmente como ferramenta de gestão, não apenas para a apuração dos tributos, como anteriormente. Hoje, a partir dela pode-se realizar um estudo de análise tributária de grande valia para as empresas, baseado na redução da carga fiscal. Ainda, para a realização da análise tributária é necessário conhecer, em primeira etapa, os regimes de tributação, cada qual com suas especificações, levando sempre em consideração o ramo de atividade da empresa em estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No que diz respeito aos lucros acumulados da empresa, uma alternativa inteligente seria distribuí-lo aos sócios na proporção de suas quotas, para que estes incluam na declaração de imposto de renda da pessoa física, mesmo sendo isento, pois este lucro já foi tributado na pessoa jurídica. Para efeitos de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, a empresa pode deduzir os juros creditados individualizadamente a titulares, sócios ou acionistas, a título de remuneração de capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados a variação diária da TJLP. Nesse caso, retem-se 15% dos sócios na fonte, mas se deduz integralmente como despesa financeira na pessoa jurídica. Para fins de dedutibilidade, pode ser utilizado o produto da multiplicação do patrimônio líquido pela variação da TJLP, cinquenta por cento do lucro do exercício ou cinquenta por cento dos lucros acumulados, desses três, o maior, e sobre esta parcela dedutível é calculado então o imposto de renda na alíquota de 15%. **CONCLUSÃO:** O trabalho realizado teve como objetivo principal realizar o planejamento tributário e comparar as formas de tributação que se aplicam as empresas, verificando o impacto sobre o resultado. Assim, foi realizado um estudo revisional dos embasamentos teóricos da legislação tributária, contabilidade tributária e planejamento tributário. Foram coletados dados, documento e relatório para auxiliar na realização dos cálculos, bem como, comparações e análises. Foram realizados cálculos nas quatro formas de enquadramento tributários pertinentes a empresa, isto é Lucro Presumido, Lucro Real Trimestral, Lucro Real Anual e Simples Nacional para assim identificar qual é o regime de tributação federal mais adequado para a empresa. e a empresa jurídica optar pelo lucro presumido, que é praticamente a estimativa, terá a facilidade quanto à apuração, sem ter que recorrer à complexa apuração pelo lucro real. A apuração dos impostos se dará pela presunção do lucro imposto pela legislação, base de cálculo, onde se aplicará a alíquota para obter o valor a ser recolhido. Já a tributação pelo lucro real, é feita através do lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela 92 legislação vigente. Por sua vez, a pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer dos incisos do art. 14 da Lei nº 9.718/98, não poderá optar por outra forma, terá que obrigatoriamente ser tributada com base no lucro real. Para as demais pessoas jurídicas a tributação pelo lucro real será uma opção. Após o estudo, pode-se concluir que a melhor forma de tributação para a pessoa jurídica estudada é com base no lucro real.

Palavras-chave: Planejamento Tributário. Carga Tributária. Lucro Real.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NOTAS Preliminares. Os tributos no Brasil. Disponível em:
<<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>> Acesso em: 27 Out. 2016.

PORTAL CONTABILIDADE Equipe. Lucro Real, Presumido ou Simples. Disponível em:
<http://www.portaltributario.com.br/noticias/lucroreal_presumido.htm> . Acesso em: 27 Out. 2016.

ZANLUCA, Júlio César. **A importância da gestão tributária nas empresas**. Disponível em:
<<http://www.portaltributario.com.br/artigos/gestaotributaria.htm>>. Acesso em: 27 Out. 2016.

DIREITO

10 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA - UM GRITO DE SOCORRO

AUTORES:

Jeane Goreth Silva

Yuli Batista Pereira

INTRODUÇÃO: o presente resumo traz a evidência, os objetivos que foram traçados e projetados para se ter um maior conhecimento acerca do recorte social em análise. Com isso passaremos a evidenciar de maneira clara e objetiva as peculiaridades que envolve este tema que é de tamanha discussão na sociedade. Para isso, faz-se necessário expor o objeto de investigação histórico e cultural, assim como mencionar a importância de se conhecer o tema em questão por um olhar contemporâneo evidenciando assim, sua eficácia social trazendo uma relação profunda com a eficácia jurídica pelo qual se assenta a violência contra a mulher embasado desta maneira na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/07 de agosto de 2006) alguns dados se faz necessários para melhor compreensão do resumo, como alguns dados estatísticos extraídos de fontes como, por exemplo, a central de atendimento a mulher. No 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10% violência psicológica; 6,51%. Violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93% violência patrimonial; diante do evidenciado torna-se claro que há uma manifestação de violência no âmbito nacional contra as mulheres partindo destes dados e afirmativos, percebe-se como este vem fazendo parte da realidade da maioria das mulheres e das jovens mulheres. De acordo com o artigo n 5º da lei 11.340, configura-se violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou matéria porem, e importante ressaltar que a Lei Maria da Penha contribuiu positivamente para alteração comportamental entre autores da violência e vítimas com a eficácia jurídica e social atual. **METODOLOGIA:** no trabalho investigativo do ponto de vista metodológico foi optado pelo uso de métodos de acesso de pesquisas na internet e bibliográficos e das abordagens das Leis em vigor, e em especial foi baseado também no método cartográfico como principal ferramenta de suporte. A pretensão diante dos métodos apresentados e mostrar a sociedade esse conhecimento específico, torna-las pessoas mais críticas e reflexivas quer seja por questões atuais para a realidade em que vivemos. O processo de pesquisa andou-se lado a lado com o método cartográfico desbravando o método cartográfico através da norma jurídica trazendo assim a (escala) da Lei 11.340/07 de agosto de 2006 que proporcionou a partir de dados estatísticos entender a efetividade/eficácia/ jurídica (projeção) da Lei Maria da Penha, possibilitando assim entender que a projeção representa simbolicamente (simbolização) trazendo para a sociedade algo ainda muito limitado sendo evidente que existe uma certa distância entre eficácia jurídica e social. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** após pesquisa realizada por meio da internet e relatada pela própria (Maria da Penha) e bibliográfica: “é verdade que por muito tempo o estado brasileiro se omitiu e foi ineficaz ao tratar de questões referentes ao gênero. Prova isto. A acusação que recebeu da Organização dos Estados Americanos (OEA) por ser negligente aos casos de violência doméstica praticada contra as mulheres. No meu caso, foram 19 anos e seis meses buscando por justiça através do cumprimento das Leis na tentativa de salvaguardar a minha dignidade. Contudo, antes e depois do meu caso”. Para: Dias (2007, p.27) “A Lei Maria da Penha vem para atender esse compromisso constitucional. Porém, chama a atenção que, na sua ementa, há referência não só a norma constitucional, mas também são mencionadas as convenções sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e sobre a interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.” **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após apresentado o projeto na inicial, projetou-se alcançar resultados satisfatórios partindo

sempre do fato social em análise dentro do contexto jurídico. Percebeu-se neste sentido que a Lei 11.340/ 07 de agosto de 2006 tem conseguido de certa forma amenizar a violência contra a mulher. Contudo, é necessário dizer que o grande efeito da Lei nº 11340/2006 não está em punir os homens, mas em punir os homens agressores. A eficácia é limitada a Lei Maria da Penha não precisa ser alterada. Ela precisa ser cumprida, efetivada, fortalecida na sua implementação pelos gestores público e operador do Direito. Assim, AO COMPLETAR 10 ANOS, A Lei nº 11340/2006- Lei Maria da Penha não deixa dúvidas de que várias foram as mudanças ocorridas, tais como: criação significativa do número de delegacias especializadas de atendimento às mulheres (DEAM's); criação das varas de violência contra a mulher, criação de casas abrigos e centro de referências, definições das medidas protetivas para a mulher vítima e criminalização da cultura da violência com a Lei do Feminicídio. O não cumprimento da Lei gera uma sanção legal para aqueles que tentarem infringir. **CONCLUSÃO:** Por fim, podemos concluir para acabar com a violência contra a mulher, é preciso, antes de tudo, mudar certas atitudes culturais e crenças da sociedade, as quais permitem a ocorrência e continuidade do comportamento abusivo de homens que acreditam na resolução das divergências e controvérsias utilizando a força, a brutalidade e a violência. Finalizamos afirmando que este trabalho não pretende esgotar o assunto, no entanto, contribuir modestamente e para o conhecimento acerca do tema estudado. Concluímos, então, que é preciso tratar a violência contra a mulher, não apenas como uma questão de justiça penal, mas também como uma questão social, de educação e cultura, visto que uma sociedade com essas bases bem estruturadas e uma sociedade mais consistente, correta e justa. É notório que somente o tempo dirá se a Lei Maria da Penha atingirá seu objetivo.

Palavras-chave: Violência contra Mulher. Lei. Efetividade da Lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **A lei Maria da Penha e sua eficácia.** Disponível em: < <https://www.ambito-juridico.com.br> > Acesso em: 26 out. 2016.

_____. **Compromisso e atitude lei Maria da Penha.** Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estaticas-sobre-violencia-contra-mulher> >. Acesso em: 26 out. 2016.

_____. **Dez anos da lei Maria da Penha (por Maria da Penha).** Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/10-anos-da-lei-maria-da-penha>.> Acesso em: 26 out. 2016.

_____. **Lei Maria da Penha completará 10 anos em 2016.** Disponível em: <<https://rafaelsouzarachel.jusbrasil.com.br/noticias/20719511/lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 26 out. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Rio Grande do Sul: revista dos tribunais, 2007.

A ARBITRAGEM COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL

AUTORES:

Ednaldo Januário De Farias

Irthyane Wanderley Vale

INTRODUÇÃO: O estudo da Lei nº 9.307/96, a Lei de Arbitragem é um assunto um tanto frágil, por se tratar de um instituto novo, no qual muitas pessoas da sociedade em comum e até mesmo alguns advogados creem na insegurança, ao compará-lo com o Poder Judiciário. A arbitragem é o meio alternativo e privativo de solução de conflitos referentes a direitos patrimoniais e disponíveis, tais direitos são aqueles que podem ser avaliados pecuniariamente e que podem ser comercializados ou transacionados livremente por seus titulares. É uma forma de autocomposição das partes, estas convencionam que na ocorrência de um litígio irão resolvê-lo perante árbitro, afastando a situação do judiciário, que irá impor uma decisão com força de sentença judicial e capacidade executiva de título judicial. Hoje, os vários tipos de conflitos que surgem diariamente podem estar presos ao interesse comum dos conflitantes, ou seja, um único propósito dentro do conflito, se visto por atender ambas as partes, seria resolvido de forma sucinta, rápida e eficaz o litígio, dando fim ao que pudesse se tornar algo de maior complexidade. Alguns princípios importantes norteiam a arbitragem como: autonomia da vontade, boa-fé entre as partes, devido processo legal; imparcialidade do árbitro; livre convencimento do árbitro; motivação da sentença arbitral; autonomia da lei arbitral ou cláusula compromissória; e a competência. Esta pesquisa tem como objetivo analisar de forma breve a arbitragem como meio alternativo de resolução de controvérsias, que além de célere, representa uma forma pacífica de tratamento de conflitos, sob uma perspectiva da conciliação e da arbitragem. **METODOLOGIA:** O presente estudo teve como base o método hipotético-dedutivo e o cartográfico social para levantarmos hipóteses e registrar relatos sócio espaciais no processo de auto mapeamento. Definimos três elementos básicos da cartografia social, a escala, nesse caso o recorte geográfico é nosso País, o Brasil. A projeção que consiste na constatação da efetividade das normas jurídicas pertinentes ao assunto as leis nº 9.307/96, nº 13.129/2015 (que reforma a lei da Arbitragem) e a lei nº 13.105/15 que associadas para aplicabilidade e simbolização são os dados e estatísticas apresentados, ou seja o resultado que pretendemos alcançar. Utilizamos como base a ferramenta da internet para buscar através de legislações e artigos científicos o conhecimento necessário sob o tema abordado e transmitir ao público de forma objetiva e clara a efetividade da Arbitragem como solução de conflitos no Brasil. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para analisar a temática, faz-se necessário compreender o novo instrumento de democratização da justiça. Corroborando aludido entendimento, Didier (2007, p.72) afirma que prevalece, atualmente, na doutrina o entendimento de que: A arbitragem, no Brasil, não é equivalente jurisdicional: é propriamente jurisdição, sem qualquer diferença, a não ser que é privada e o juiz é escolhido pelos litigantes. Para tanto, a mentalidade social precisa se adaptar à nova conjuntura e às novas exigências factuais. Isso porque não é o suficiente a ampliação do acesso a justiça. Outrossim, consoante acrescenta Muniz (2006, p. 40), somente os direitos disponíveis podem ser objeto de convenção de arbitragem, razão porque as partes, quando o celebram, estão abrindo mão da faculdade de fazerem uso da jurisdição estatal, optando pela jurisdição arbitral. Por fim verificamos que a cada dia que passa os litígios entre os membros da sociedade têm aumentado, por vários motivos, mas especialmente pelo fato de que os cidadãos estão tomando consciência de seus direitos e do direito de exigí-los, garanti-los e protegê-los, sobrecarregando o poder judiciário. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diante dos dados colhidos através de notícias e estudos estatísticos obtidos, podemos dizer que os conflitos resolvidos com o uso da arbitragem cresceram 73% nos últimos seis anos. No

período, os procedimentos solucionados extrajudicialmente somaram mais de R\$ 38 bilhões. Os dados são da pesquisa Arbitragem em Números e Valores, produzida pela advogada Selma Leme. O novo CPC influenciará de forma significativa os procedimentos arbitrais e tal repercussão já vem sendo apontada pela doutrina. A arbitragem não almeja substituir a jurisdição normal (ou tradicional), mas é uma alternativa dela em algumas áreas, tendo em vista que o judiciário brasileiro está cada vez mais realçando problemas que já se revelam como insolúveis, por exemplo, a morosidade, característica intrínseca do judiciário. É nesse sentido que a arbitragem vem para contribuir e, mesmo que parcialmente, amenizar a morosidade crônica da justiça comum. A arbitragem tem vários benefícios, porém a celeridade do procedimento é um dos mais fortes. Há também muitas vantagens como: economia, informalidade, o sigilo, prestígio da autonomia da vontade, na arbitragem as partes tem maior autonomia, desde a escolha dos árbitros até mesmo na escolha da norma a ser aplicada; exequibilidade, por ser considerado título executivo judicial, a sentença arbitral pode ser imediatamente executada. O instituto de arbitragem vem sendo a melhor saída para litígios envolvendo micro e pequenas empresas. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, concluímos que a arbitragem está sendo um dos meios alternativos mais vantajosos a se optar para resolução de conflitos. As vantagens de optar por um meio alternativo de resolução de conflito, como a arbitragem são muitas: a celeridade com que acontecem os procedimentos, a falta de formalismo, apesar dos procedimentos se darem sob a ótica dos princípios do devido processo legal, são informais, além de resolver o conflito sem necessitar intervenção do Estado. O Estado assume o dever de intervir no conflito e resolvê-lo através de uma sentença definitiva, onde uma das partes sai vencedora e outra perdedora, mas esse ente estatal não consegue cumprir com a sua promessa de pleno acesso à justiça, ou seja, a ideia de que todos os cidadãos poderiam resolver suas pendências através do judiciário, em um prazo razoável não é atendido plenamente, por isso a criação dos meios alternativos, privados, para sanar essa falha do ente estatal. A arbitragem representa uma maneira de resolver o conflito de maneira pacífica e célere. O que nos parece certo, é a necessidade de reavaliarmos a nossa justiça e em sintonia com o contido preâmbulo da Constituição Federal, isto é, o comprometimento da sociedade, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, implementar de vez o sistema que se une, perfeitamente, com os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Arbitragem. Novo CPC. Resolução de Conflitos. Lei 13.129/2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm> Acesso em 21 out. 2016.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 9. ed. Salvador: JusPODIVM, 2007. V.1

FORMAS solução de conflitos e os meios alternativos de resolução dos conflitos. Disponível em <<http://phmp.com.br/noticias/formas-de-solucao-dos-conflitos-e-os-meios-alternativos-de-resolucao-dos-conflitos/>> Acesso em 10 out. 2016.

LEI de arbitragem e seus efeitos. Disponível em <<http://www.cmaj.org.br/%E2%80%9Ca-lei-de-arbitragem-e-seus-efeitos%E2%80%9D/>> Acesso em 26 out. 2016.

MUNIZ, Tânia Lobo. **Arbitragem no Brasil e a Lei 9.307/96**. Curitiba: Juruá, 2006.

ROSAS, Isabella. **Arbitragem e seus pontos principais**. Disponível em <<http://isabellarosa.jusbrasil.com.br/artigos/189325889/a-arbitragem-e-seus-pontos-principais>> Acesso em 23 out. 2016.

A CORRUPÇÃO COMO UM FATOR CULTURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE AO JEITINHO BRASILEIRO

AUTORES:

Francisca Marisabel Ferreira da Costa

Waleska De Andrade Bassani Valle

INTRODUÇÃO: A corrupção, que “significa transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor” (BOBBIO, 1998), é um fenômeno presente no desenvolvimento da cultura brasileira há séculos e, Segundo Palma (2015), iniciado historicamente pela chegada da corte ao Brasil, a exemplo de Don João, que oferecia títulos de nobreza de ordem religiosa em troca de propriedades. Ainda conforme Palma (2015), a partir desse momento a corrupção começou a evoluir de forma rápida e contagiosa, se espalhando pela sociedade. Quando se tem o mesmo interesse de obter vantagem em relação a outras pessoas, todavia, para isso, são empregados meios considerados imorais, vê-se o “jeitinho”, forma comum de manifestar a corrupção no cotidiano sem considerá-la algo grave. O jeitinho, ao contrário da corrupção, não é datado de um período específico da história, sabe-se apenas que ele sempre fez parte dela. A corrupção é tratada como fato social por ser refletida na forma de agir e mesmo de pensar da sociedade brasileira, estando presente no cotidiano dos cidadãos, em suas ações e pensamentos, disfarçada de mero “jeitinho”, conforme cita Almeida (2013, p.57). Sendo também um fato jurídico, entretanto, como afirma Jorge Barrientos-Parra, professor da Unesp: “o mais inquietante em relação ao enfoque jurídico da corrupção é que não consegue chegar ao cerne do problema, porque considera somente os casos mais grosseiros, por exemplo os casos de enriquecimento ilícito de certas autoridades e as malversações de fundos onde as contrapartidas são claramente definidas. Entretanto, a corrupção é um fenômeno de intercâmbio insidioso e difuso, muitas vezes invisível porque profundamente enraizado nas relações sociais.” Vale salientar que os atos de corrupção são mais notados pelo povo no governo do Estado, contra o patrimônio público, onde pode-se citar como mecanismos de defesa a Lei 12.846/2013, popularmente conhecida como Lei Anticorrupção e a Lei 8.666/1993 – que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Neste artigo, observamos o princípio da moralidade, incluído na Constituição Federal como um reflexo da preocupação em relação a ética na Administração Pública e com o combate à corrupção e à impunidade no setor público” (DI PIETRO, p. 886). Nesse momento, faz-se mister trazer à discussão a relação entre os Estatutos da Pessoa com Deficiência¹ e do Idoso² com o “jeitinho”, pois este é uma maneira de agilizar processos do cotidiano ou de obter vantagem em determinada circunstância, aparentemente sem que ninguém se prejudique. Por diversas vezes, idosos e deficientes se depararam com situações em que sofreram prejuízos devido ao fato de que outras pessoas, fora dessas condições, tentavam levar vantagem em determinados momentos. Visando coibir essa prática do “jeitinho” em situações tão delicadas, o direito precisou tomar providências como os Estatutos já citados. Com isso, a justiça brasileira tenta coibir ou mesmo controlar a corrupção ou mesmo o jeitinho tão conhecido no Brasil, visando encurtar os caminhos para atingir um determinado fim, seja este a emissão de um documento por um órgão público ou mesmo o simples ato de ir sentado no assento do ônibus por todo o caminho – ignorando a presença de idosos, gestantes etc. Propomos como objetivos: 1) refletir sobre a conduta da sociedade brasileira; 2) mostrar, por meio de pesquisas bibliográficas e de opinião, que a

¹ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

² Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.

corrupção é um fator cultural no Brasil; 3) refletir sobre a importância interferência do Direito no contexto da corrupção e 4) analisar a origem da corrupção. Para tal, a **METODOLOGIA:** adotada foi, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, a partir de leituras de artigos publicados, notícias, visitas a *websites* e do livro *A Cabeça do Brasileiro*, de Alberto Carlos Almeida. Visando uma análise mais aprofundada e empírica do tema abordado, foi desenvolvida pelas autoras uma pesquisa de opinião que, em respeito aos entrevistados, preservou o anonimato de todas as respostas, através da plataforma online de pesquisas *Typeform*, onde 50 cidadãos brasileiros, residentes no Brasil, responderam a perguntas sobre práticas popularmente elencadas como “jeitinho brasileiro”. Vale salientar que, com o intuito de complementar os resultados obtidos a partir da pesquisa de opinião realizada, analisamos os resultados obtidos a partir da pesquisa feita pelo antropólogo Roberto DaMatta, publicados no livro de Alberto Carlos Almeida, *A Cabeça do Brasileiro*. Os estudos feitos por Roberto DaMatta, Alberto Carlos Almeida e, ainda, os resultados obtidos pela PESB (Pesquisa Social Brasileira) foram instrumentos cuja importância é indiscutível para **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** e a consequente realização deste trabalho, tendo em vista as esclarecedoras explicações acerca do jeitinho e sua diferença entre favor e corrupção, além das estatísticas apresentadas, mostrando que, na prática, o jeitinho é mais aceito do que se imagina, pois, pela perspectiva de Roberto DaMatta, a aceitação do jeitinho pelos brasileiros varia na mesma proporção que o grau de escolaridade, de maneira que os mais escolarizados (especialmente os que possuem formação superior) são consideravelmente mais críticos a qualquer forma de corrupção que os menos escolarizados (especialmente os analfabetos e estudantes do nível fundamental). Todavia, os resultados obtidos pela PESB mostram que as pessoas com menor grau de escolaridade são menos adeptas ao jeitinho do que, por exemplo, os universitários, porém, deixando claro que os menos escolarizados simplesmente não têm ciência do que seja o tão famoso “jeito” ou “jeitinho”. Dessa forma, é preciso esclarecer que, ainda que a educação seja um fator considerável para o desenvolvimento da criticidade e a possível aceitação de práticas corruptas na sociedade brasileira, são inúmeros os estímulos dados, ainda que de maneira possivelmente inconsciente, para que o brasileiro, desde a sua infância, creia que “com um jeitinho, tudo dá certo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** indicam sincronia, visto que, desde o início das discussões que visavam à realização de uma pesquisa que esclarecesse e comprovasse que a corrupção é um fator cultural no Brasil, disfarçado sob a denominação gentil de jeitinho, tínhamos consciência da aceitação do brasileiro em relação a qualquer ato de corrupção praticado no cotidiano e, também, da maior criticidade do povo quando os mesmos atos são praticados por integrantes do poder público, desde um guarda de trânsito até o Presidente da República. Partindo para uma análise empírica, os resultados obtidos a partir da pesquisa de opinião cujas perguntas foram elaboradas pelas autoras do presente trabalho, conforme já foi esclarecido, mostram que a maioria dos entrevistados é contra a corrupção, não obstante uma parte considerável destes declararem praticar algum ato corrupto da seguinte forma: Dentre os entrevistados, 94% declararam ser contra a corrupção, 36% afirmaram que aceitariam um cargo público fantasma, 28% afirmaram furar filas e 12% declararam estacionar seus carros em vagas para deficientes físicos ou conhecer alguém que o faça. Dos 94% que não concordam com a corrupção, 50% destes praticam algum ato corrupto ou aceitariam cargo fantasma. Vale salientar que 62% dos entrevistados são do sexo feminino, 60% compreendem-se na faixa etária de dezesseis a vinte anos e 38% trabalham e, dentre estes, 18% têm renda superior a três salários mínimos. Chegamos, então, à **CONCLUSÃO:** de que a corrupção, além de ser um fator cultural que se manifesta desde o ambiente familiar até o profissional e a esfera pública é, também, uma consequência do baixo desenvolvimento educacional do Brasil. Outro importante ponto observado após a realização deste trabalho foi que, sendo a corrupção um fator tão enraizado na cultura do brasileiro, a aceitação é evidente, o que apenas contribui para que os avanços econômicos, éticos e sociais do Brasil estacionem,

pois, se há aceitação, não há luta. Dessa forma, após analisar a origem da corrupção, manifestada na forma de jeitinho ou mesmo de favor e realizar reflexões sobre a conduta corrupta da sociedade brasileira e a importância da interferência do direito nesta realidade, é de suma importância propor mudanças na educação do povo brasileiro, seja esta a doméstica – voltada para a criação dos filhos e os princípios construídos por eles – ou mesmo a escolar, visando cooperar, cada vez mais, com a formação de cidadão críticos e conscientes de que nem sempre um jeitinho é a solução, além de limitar consideravelmente a ideia de que “só não há jeito para a morte” e esclarecer os limites da hierarquia imposta por muitos cidadãos, manifestada corruptamente na forma da tão conhecida expressão “você sabe com quem está falando?”.

Palavras-chave: Corrupção. Jeitinho. Cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 8.ed. São Paulo, 2013.

ANDRADE, Thiago Xavier de. **As possíveis causas da corrupção brasileira**. [S.l.:s.n.], 2014.

ARACAJÚ (Estado). Controladoria-Geral do Estado do Sergipe. **Corrupção cultural ou organizada**. Disponível em: <<http://www.cge.se.gov.br/inex.php/noticias/1187-corrupcao-cultural-ou-organizada>> Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Brasil possui diversas leis para punir corrupção, mas aplicação é falha**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/473365-BRASIL-POSSUI-DIVERSAS-LEIS-PARA-PUNIR-CORRUPCAO,-MAS-APLICACAO-E-FALHA.html>> Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. [S.l.:s.n.], 1990.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015. [S.l.:s.n.], 2015.

_____. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. [S.l.:s.n.], 2003.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. **Lei anticorrupção**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacaode-empresas/leianticorrupcao>>. Acesso em: 15 out. 2016.

GNOATO, Gilberto. A lei do jeitinho brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v.19, n. 4056, 9 ago. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29642>>. Acesso em: 12 out. 2016.

GUIMARÃES, Thiago. **Educação básica deixa Brasil entre 'lanternas' em ranking de capital humano**. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-Encontro-Científico-e-Cultural-do-UNIFACEX-ENEX>>

noticias/educacao/2016/06/29/educacao-basica-deixa-brasil-entre-lanternas-em-ranking-de-capital-humano.htm> Acesso em: 15 out. 2016.

MATRA. A corrupção é um problema cultural do brasileiro, diz Promotor Roberto Livianu. Disponível em: <<http://matra.org.br/2014/10/28/a-corrupcao-e-um-problema-cultural-do-brasileiro-diz-promotor-roberto-livianu/>> Acesso em: 22 ago. 2016.

MUSEU da corrupção. Panorama da corrupção mundial.

Disponível em: <http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=474:panorama-da-corrupcao-mundial&catid=45:corrupcao-pelo-mundo> Acesso em: 13 ago. 2016.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB SP. Combater a corrupção, dentro do Estado Democrático de Direito. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/palavra-do-presidente/2015/combater-a-corrupcao-dentro-do-estado-democratico-de-direito>> Acesso em: 22 ago. 2016.

A FAMÍLIA E A CONSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE DA REDE DE PROTEÇÃO AO IDOSO

AUTORES:

Ana Aline Freitas

Carolina Barreto Martins da Costa Lima

INTRODUÇÃO: O Brasil é um país cujo número de idosos aumentou bastante de 1950 para 2002: de 2 milhões, o número saltou para 15,4 no início do século XXI. Essa expansão acarretou na inevitabilidade da geração de um sistema que assegurasse todos os direitos aos quais os idosos requerem. Assim, do início da década de 90 até os dias atuais, uma rede de proteção aos direitos desses indivíduos foi se formando. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a estrutura referente a essa rede de proteção ao idoso e até que ponto ela é eficiente no Brasil. Dessa maneira, a pesquisa foi voltada com o intuito de entender o tripé fundamental necessário para a eficiência desse sistema assistencialista e como ele funciona, tornando-se fundamental para o crescimento do país que se preocupa com essa parcela da sociedade. Portanto, é de fundamental importância que a população entenda o Direito especial destinado as pessoas de terceira idade e se empenhe com o objetivo de garantir a sua efetividade e legitimidade. **METODOLOGIA:** foi utilizado o método cartográfico tendo suas subdivisões: a escala referente ao Estatuto do idoso, conjunto de normas que norteiam os direitos desse beneficiário; projeção, mecanismos usados para a proteção no Brasil, que são os órgãos e sistemas que agem como ferramentas de garantia de seus direitos fundamentais, como Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais, Disque 100, Sistema Único de Saúde, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa, Ministério Público e Polícia Civil; e a simbolização aborda a nossa realidade social mudada com essas leis infraconstitucionais. Além disso, como fonte de pesquisa foram usados livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações jurídicas sobre o assunto discutido. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para Vargas (1983), a velhice tem como pontos principais a grande perda de adaptação, decaimento da vitalidade e aumento da fragilidade de muitas funções do indivíduo, tornando essa classe merecedora de atenção especial por parte do poder público e dos demais atores da sociedade. Partindo desse ponto de vista, em janeiro de 1994, o governo brasileiro, com a lei nº 8.842, criou o Conselho Nacional do Idoso que como disposto no artigo 1º, tem como objetivo assegurar os direitos sociais da parcela da população, proporcionando a classe autonomia e integração na sociedade. Em 1996, essa lei foi regulamentada através do decreto nº 1.948, ao dispor sobre a Política Nacional do Idoso. Finalmente, em 2003, a lei nº 10.741 cria o Estatuto do Idoso, que vem para regular seus direitos, e estabelece que idoso refere-se a qualquer pessoa com idade igual ou maior que 60 anos. Seus direitos fundamentais são inerentes à pessoa humana, como à vida, liberdade, saúde, educação e habitação. O Estatuto afirma, no artigo 3º, que é obrigação da família, da comunidade e do Estado zelar com absoluta prioridade por tais prerrogativas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O Estatuto do idoso apresenta três pilares essenciais para sua realização, segundo o artigo 3º: a família terá o dever jurídico de prestar assistência material ou afetiva caso necessário; a sociedade tendo o dever de fiscalizar e denunciar caso necessário; e o Poder Público assegurando a coerção, sanções e assistência material, caso necessário. Assim, o primeiro pilar está tendo um distanciamento social por parte das novas gerações no qual a informática e a tecnologia são os principais fatores segundo o livro de Neri (2007), pois os jovens estão vivendo cada vez mais cedo os aspectos referentes aos idosos. Além disso, o próprio idoso, não conhece os seus direitos de verdade, pois 61% só ouviram falar do Estatuto do Idoso, segundo a pesquisa SESC/FPA. Também, o segundo pilar apresenta uma deficiência no qual, segundo a Fundação Perseu Abramo (FPA) em uma

pesquisa presente na obra de Neri (2007), mostra que 68% dos entrevistados não idosos apenas ouviram falar do Estatuto do idoso. Mostrando assim, a ineficácia desse pilar, pois como a sociedade pode ajudar a fiscalizar os direitos dessa parcela da população se não conhecem quais são eles? Já o terceiro pilar é o Poder Público, e tem o dever no qual afirma o artigo 9º “é obrigação de o Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde”, mas infelizmente o Sistema Único de Saúde (SUS) não consegue atender a demanda de idosos, mesmo eles tendo preferência no atendimento. Também, essa instituição tem o dever jurídico de prover o Benefício de Prestação Continuada (BPC) sendo concedidas as pessoas com mais de 65 anos que não tenha renda remunerada e cuja renda familiar mensal por pessoa seja inferior a um quarto do salário mínimo. **CONCLUSÃO:** as pesquisas apresentam que toda a rede de proteção está ineficiente, pois percebe-se o dever de fazer as leis desse Estatuto entrar em vigor na sociedade, mas com os três pilares com deficiência na sua efetividade. Os direitos, de forma geral, são vistos meramente na teoria, uma vez que sua efetividade depende da colaboração dessas bases trabalhando harmonicamente em prol de um bem comum, os direitos do idoso. Além disso, o beneficiário não conhecer sobre seus direitos é algo alarmante, pois como poderá contesta-lo ou reclamar caso seja infringido, se não o conhece. Isso torna necessária a sua compreensão para ter um futuro melhor no qual os benefícios sejam efetivamente impostos e observados na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Idoso. Proteção. Constituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do idoso:** lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

COLUCCI, Maria da Glória. **Vulnerabilidade na velhice e o Estatuto do Idoso.** Rubicandaras Colucci, Paraná, 23 abr, 2011. Disponível em: <<http://rubicandarascolucci.blogspot.com.br/2011/04/vulnerabilidade-na-velhice-e-o-estatuto.html>> Acesso em: 20 maio 2016.

DIAS, Patrícia da Silva Ribas; ZIKAN, Maria Cecília. Violação de direitos a pessoa idosa: limites e desafios dos serviços sócio assistenciais. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7., 2015. Maranhão. **Anais...** São Luís: MA, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/violacao-de-direitos-a-pessoa-idosa-limites-e-desafios-dos-servicos-socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

FERNANDES, M. das G. M.; SANTOS, S. R. dos. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. **Revista Achegas.Net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 34, abr. 2007.

FERRIGNO, José Carlos. O estigma da velhice: uma análise do preconceito à luz das ideias de Erving Goffman. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, v. 13, n.24, p. 48-56, abr. 2002.

FONTOURA, Djenane de Araújo; CAVALCANTE, Ivana Vieira. **Em busca da cidadania:** perspectivas do fazer profissional do Assistente Social junto às Promotorias de defesa do idoso. 2003. Monografia (Curso de Serviço Social) – UFRN, Natal, 2003.

KARAM, Adriane Leitão. **Responsabilidade civil: o abandono afetivo e material dos filhos em relação aos pais idosos.** Fortaleza, 2011

MACHADO, Ana Karina da Cruz. **Direito do idoso, marco legal e mecanismos de efetivação: um enfoque na realidade do município de Natal/RN.** Rio de Janeiro: Editora JC, 2013. Disponível em: < <http://www.editorajc.com.br/2013/01/direito-do-idoso-marco-legal-e-mecanismos-de-efetivacao-um-enfoque-na-realidade-do-municipio-de-natalrn/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Fundação Pesser Abramo, 2007.

PAULA, Rouseane da Silva. **Representações sociais do ser idoso e suas implicações na assistência e nas práticas educativas voltadas à população idosa residente em Natal/RN.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UFRN, 2012.

PEREIRA, Marco Tulio Pettinato. **O idoso e o papel da família.** 2009. Monografia (conclusão de curso) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:< <http://pt.slideshare.net/geriatric/o-idoso-e-o-papel-da-familia-15726861> >. Acesso em: 20 maio 2016.

TEIXEIRA, Fátima. O idoso e a família: os dois lados da mesma moeda. **Revista Partes**, São Paulo, nov. 2000. Disponível em: < http://www.partes.com.br/terceira_idade08.html >. Acesso em: 20 maio 2016.

VARGAS, H.S., **Psicologia do envelhecimento.** São Paulo: Fundo Editorial BYK-PROCIENX, 1983.

A FUNÇÃO DO DIVÓRCIO NA SOCIEDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS

AUTORES:

Cristina Aparecida de Lima Campos
Jefferson Farias Felipe

INTRODUÇÃO: O casamento é instituto pelo qual as pessoas se unem com o objetivo de constituir uma família e garantir direitos. Desta forma, o Estado com o intuito de proteger a família dificultava a dissolução desse vínculo. Todavia, em alguns casos o objetivo inicial do casamento deixava de existir, assim ocorrendo à dissolução matrimonial. Logo, com o aumento do número de separação judicial e tendo como base o princípio da liberdade e dignidade da pessoa humana, a legislação passou a permitir o divórcio, que é o rompimento legal e definitivo do casamento. O divórcio passou, então, a ser um ato comum na vida dos casais e os altos índices de casos de divórcio estão relacionados diretamente com os problemas social, as mudanças do mundo e o novo papel da mulher na sociedade, pois ela se encontra adquirindo uma liberdade jamais vista e assumindo um papel de protagonismo na sociedade atual. Todas essas causas aqui citadas englobadas com a falta de preparo individual do sujeito social, desconhecimento das consequências do processo de separação, com as facilidades desse processo são os principais propulsores desses altos índices de divórcios que a todo o momento se elevam cada vez mais. Segundo dados, o Brasil registrou 341,1 mil divórcios em 2014, ante 130,5 mil registros em 2004. É um salto de 161,4% em dez anos. O dado está presente na pesquisa Estatística do Registro Civil 2014, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo em vista esse aumento nos índices de casos de separação judicial, fica evidente que a sociedade passou a aceitar com naturalidade e a recorrer com mais frequência à justiça para formalizar o ato. Todavia, o divórcio produz diversas consequências, e na maioria dos casos, os casais a desconhecem, como por exemplo, sofrimento emocional dos filhos, o desgaste dos ex-cônjuges, entre outros.

METODOLOGIA: A escolha do tema proposto, numa dimensão de pesquisa, utiliza o método cartográfico, sendo a extensão territorial o Brasil. Iniciando com a exposição da escala, ou seja, a dimensão do direito na regulamentação do divórcio no Brasil, aplicando a projeção, relacionando o conflito, o aumento do divórcio e suas consequências, com o direito, no âmbito nacional. Logo, a dimensão das consequências do divórcio é maior que o direito poderia prever, e é devidamente comprovada pela simbolização, isto é, pesquisas relatando desde os primeiros artigos que relatam esse fato. Assim, mostrando que o aumento nos índices apresentados durante a pesquisa está interligado quanto à facilidade de se executar o divórcio e/ou a separação de corpos para que fosse feito de forma mais fluida e com rapidez em seu processo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O casamento segundo Tartuce (2011, p. 65) pode ser conceituado como a união entre pessoas de sexos distintos, reconhecida e regulada pelo Estado, formada com o objetivo de constituição de uma família e baseado em um vínculo de afeto. Contudo, o casamento não é indissolúvel e com a sociedade cada vez mais dinâmica, obtém-se uma independência de um para com o outro no lado econômico, ocasionado na maior parte pelo novo papel da mulher na sociedade atual, que vem resultando em relacionamentos cada vez mais curtos, uma tendência assim apontada pelo especialista em Direito, Aldo de Medeiros Lima Filho. Desta forma, sucedendo o divórcio, um processo que implica várias fases, iniciando pela discussão com o cônjuge e com os outros, consultando advogados, as consequências da dissolução do casamento são fatores que precisam ser pensadas e planejadas para que o sofrimento dos filhos, familiares, e de cada parceiro, seja mínimo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: As principais causas ou problemas para que essa medida seja tomada, contribuindo assim para o aumento do número de divórcios, são listados em 12 fatores primordiais como a monotonia, falta de compromisso de ambas as partes dos

conjugues, intimidade, divergências em opiniões, acarretando em brigas intermináveis, infidelidade, e, as principais, matrimônio cedo resultando uma falta de maturação da relação, dinheiro, expectativas irreais, violência doméstica e abusos e, finalmente, os filhos. A medida do divórcio resulta em consequências sociais e jurídicas. As sociais se caracteram como a dissolução do casamento dentro dos preceitos religiosos, problemas financeiros, arcando com os honorários advocatícios, os quais podem alavancar os gastos de todo o processo. Outros problemas sociais como de saúde dos envolvidos no processo, sofrimento emocional, podendo até ser desenvolvido depressões profundas e o principal que é as relações sociais entre os casais e seus filhos, pois o afastamento será notório mediante a decisão do juiz sobre a guarda e consenso, a frequência em que poderá ter uma socialização entre filhos e os pais divorciados. As consequências jurídicas só terão resultado após Conforme o preceituado no art. 32 da Lei nº 6.515/77, o divórcio somente produzirá efeitos jurídicos a partir de seu registro no Cartório do Registro Público competente. Com o divórcio, será dissolvido definitivamente o vínculo matrimonial civil e faz cessar os efeitos civis do casamento religioso que estiver obviamente transcrito no Registro Público (Lei nº 6.515/77, art. 24; CC, art. 1.571, § 1º); põe fim aos deveres recíprocos dos cônjuges; extingue o regime matrimonial de bens, precedendo a partilha conforme o regime. Assim, o divórcio pode ser concedido sem necessidade de prévia partilha de bens, que poderá dar-se ulteriormente em ação ordinária ajuizada para esse fim, dividindo o patrimônio dos ex-cônjuges conforme o regime de bens; faz cessar o direito sucessório dos cônjuges, que deixam de serem herdeiros um do outro, em concorrência ou na falta de descendentes e ascendentes; possibilita o novo casamento aos divorciandos, observando o disposto no art. 1.523, § III e parágrafo único, do Código Civil; não admite reconciliação entre os cônjuges divorciados, de modo que se quiserem restabelecer a união conjugal só poderão fazê-lo mediante novo casamento (Lei n. 6.515/77, art. 33); possibilita o pedido de divórcio sem limitação numérica, pois a Lei n. 7.481/89, no art. 3º, ao revogar o art. 38 da Lei n. 6.515, permite, hodiernamente, no Brasil, a faculdade de uma pessoa divorciar quantas vezes quiser. Terá também como consequência jurídicas ao que se remete aos filhos, pois haverá uma decisão sobre a guarda das crianças, estando presente no Capítulo XI da proteção da pessoas dos filhos do Código Civil/2002 do ar. 1.583 ao 1.590, tendo também como consequência jurídica assistência alimentícia e ajuda de custo em forma de pensões, presentes no capítulo VI, do regime de separação de bens CC/2002, subtítulo III, dos alimentos do art.1.694 ao 1.710. **CONCLUSÃO:** Como citado anteriormente, o casamento é uma das maneiras de constituir uma família, e os membros dessa família não são apenas os consortes, como também os filhos, os acendestes de ambos, os companheiros, uma união sanguínea e por afinidade. Logo, quando há uma separação judicial todos esses envolvidos sofrerão com o rompimento, ocorrendo diversas consequências, que vale ser ressaltados; desgastes dos cônuges durante o processo, procurar advogados, participar de audiências, como também o sofrimento dos filhos diminuindo o vínculo do pai ou da mãe, presenciando a discussão dos pais, podendo ocorrer até alienação parental, além dos acendentes que quebrará o vinculo afetivo com o seu genro ou nora. Logo, sucedendo sequelas, morais, psicológicas, materiais, familiar e até mesmo sentimental.

Palavras-chave: Divórcio. Causa. Consequência.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **A trajetória do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado Democrático de Direito**. 17 out. 2010. Disponível em: <www.ibdfam.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 13 set. 2015.

ALMEIDA, Crislaine Maria Silva de. A Emenda Constitucional nº 66 de 2010 e seus efeitos. **DireitoNet**. 13 dez. 2011. Disponível em: <www.direitonet.com.br>. Acesso em: 15 set. 2015.

ALTIERI, Juliana Fernandes. **Divórcio direto**: família. São Paulo. 22 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/>>. Acesso em: 12 set. 2015

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Novo Código de Processo Civil**: pensões, divórcio e guarda. Brasília. 25 maio 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/488721-NOVO-CODIGO-DE-PROCESSO-CIVIL-PENSOES,-DIVORCIO-E-GUARDA-BLOCO-3.HTML>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

DEZ anos a taxa de divórcios cresce de 160 país. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/em-10-anos-taxa-de-divorcios-cresce-mais-de-160-no-pais>> Acesso em 19 out. 2016.

DIAS, Berenice Dias, **A cobrança dos alimentos no novo CPC**. Rio Grande do Sul. 13 nov 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI229778,21048-A+cobranca+dos+alimentos+no+novo+CPC>>. Acesso em 05 mar. 2016

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1998. V.5.

TARTUCE, Flávio, José Fernando Simão. **Direito civil**: direito de família. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2011. V.5.

A INFLUÊNCIA DO PODER ECONOMICO NO SUFRÁGIO POPULAR: UMA QUESTÃO DE LEGITIMIDADE

AUTORES:

Álvaro Augusto Paiva de Oliveira

Paulo Hemetério Aragão Silva

INTRODUÇÃO: Ao vivermos em um Estado Democrático de Direito, o que se presume é que este poder emanado seja titularizado pelo povo e para o povo, por meio de representantes eleitos ou diretamente como dispõe o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988. Isso permite que qualquer cidadão, em uma democracia como o Brasil, investido de pleno gozo dos seus direitos políticos, conforme o art. 14 da CF, possa exercer um mandato eletivo, concedido pelos eleitores, após o pleito democrático. Paralelo a este contexto que permite que qualquer um do povo possa ser alçado ao poder, existem subliminarmente as questões do forte poder econômico e os interesses particulares geralmente de quem financiou a campanha em detrimento dos interesses coletivos no exercício de um mandato. Essas condutas são claramente ilegítimas e antidemocráticas, pois mancha todo um processo de representação que culmina em retirada de interesses coletivos em benefícios de grupos que financiaram os candidatos. Sobrestando a indagação: qual o interesse de uma empresa em dar dinheiro para determinado candidato ou grupos políticos em detrimento de outrem? O que se vê nessa indagação é a participação direta ou indireta desde a campanha eleitoral culminando nas gestões do poder econômico, os políticos financiados por grandes empresas, distorcendo a soberania popular e rompendo com o voto livre. Exemplos que sustentem a prática mencionada não faltam no Brasil. Mais recente, temos em curso a Operação Lava-Jato que investiga desvio de dinheiro público, por intermédio de diretores da Petrobras para os seus partidos políticos. Diante desta realidade, cabe analisar a atual conjuntura do que está envolvido em um processo eleitoral, desde as propostas dos candidatos até a fiscalização/acompanhamento pelos eleitores. Objetiva-se aqui com esta pesquisa científica ampliar a discussão sobre a temática proposta analisando-o seu contexto na sociedade brasileira e suas consequências, sob o ponto de vista do autor baseando em similares produções científicas de consideráveis autores, além de propor reflexões sobre as posturas no cotidiano que resultará em um processo eleitoral probado, além de revisão da forma de campanha eleitoral, associada com a mudança dos hábitos dos eleitores e cidadãos com a política, atualmente tão desacreditada pela opinião pública. A partir desse ponto, a afirmação trazida aqui é perceptível na sociedade brasileira, principalmente a cada dois anos, período em que há eleições no Brasil. Cumpre elencar tímido, mas significativo avanço sobre a questão, com a inovação legislativa recente, pela Lei nº 13.165/15 – minirreforma eleitoral, que entre outras coisas permitiu somente para a doação de campanhas, a doação do próprio partido político e de pessoas físicas, proibindo-se a doação de pessoas jurídicas. A mudança foi positiva, mas carece o ordenamento jurídico de outras leis, que aprimorem a lisura de um processo democrático e um pleito mais igualitário para os postulantes. **METODOLOGIA:** o método utilizado durante o processo de produção deste, fora o hipotético – dedutivo, a forma se dera com leitura de reportagens, artigos científicos além de análises de leis e doutrinas, e, sistematização – compilação destas em forma de texto. Resultando em pesquisa basicamente bibliográfica, em meios que trouxeram outras contribuições a temática semelhante. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A soberania popular está diretamente relacionada com a autonomia da vontade dos eleitores, a escolha de um eleitor por seu representante é algo precioso sendo um pilar em uma democracia, enxergado como um direito inalienável. Dessa forma, deve ser feito de forma livre e exclusivamente unilateral, qualquer meio que retire ou manipule o princípio da liberdade de escolha do voto que deve ser compreendido como

antidemocrático. Outro fundamento legal é o dispositivo constitucional em seu art. 14, § 9º que tutela a moralidade para o exercício do mandato, além da legitimidade das eleições. Outrora com o financiamento de campanhas por empresas, que ao conceberem toda uma estrutura para o candidato exigiriam dele, durante o exercício do mandato favores tais como leis que os favorecessem votos em matérias de seus interesses, salientando-se em detrimento do interesse público. Canotilho (1996) evidencia que na concorrência eleitoral o dever de se ter o princípio da igualdade de oportunidades entre os postulantes é necessário, pois assim, favorece aquele cidadão que possui boas ideias, mas não tem como estratégica e financeiramente disputar com outrem que possua uma grande estrutura econômica, com elevando número de cabos eleitorais, altas doações principalmente de empresas, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: É necessário para a discussão do tema aqui tratado fazer referência a reforma eleitoral que houve no ano de 2015, sendo esta, responsável pelo fim do financiamento por parte das empresas – pessoas jurídicas em campanhas políticas, o que deve ser visto de forma progressista na sociedade, permitindo somente a doação, oriunda do fundo partidário, conforme o art. 38 da lei 9.096 e do cidadão comum – pessoa física. Vem à tona a reflexão: qual é o interesse de uma empresa privada em fornecer recursos a favor de uma candidatura política? Na prática temos como exemplo vários casos de corrupção dentre eles a Operação Lava-Jato. Nesse sentido, uma candidatura que é financiada com altos valores é marcada pelo comprometimento no exercício do cargo político, pois o mandatário atuará em proveito de quem o financiou e em desfavor da coletividade. Com isso, cabe analisar a legitimidade de um mandato conquistado por meio de força econômica, visto que estaria totalmente vinculado aos interesses dos seus patrocinadores. Dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE que fez um balanço comparativo dos valores das campanhas eleitorais de 2012 – 6,24 bilhões e de 2016 – 2,1 bi até o primeiro turno, a diferença entre elas foi de um terço. Evidenciando que o fim do financiamento empresarial as campanhas eleitoral sofreram avanços consideráveis, como a diminuição do custo/tempo, propiciando assim, uma disputa mais equânime, marcada pela diminuição da influência do poder econômico, financiando candidatos e exigindo resultados em benefícios (*lobby*).

CONCLUSÃO: Ante o exposto, conclui-se, portanto, que se atinge o objetivo proposto deste, em acrescentar considerações pertinentes à temática, baseando-se em contribuições doutrinárias, legais e dados oficiais, gerando reflexões e discussões sobre o tema aqui abordado, diante do público alvo. Apresentou-se aqui uma perspectiva do conflito de interesses da soberania popular e a participação do poder econômico em financiar as campanhas políticas, pretende-se que o eleito represente em seu mandato o interesse dos financiadores. Objetiva-se com a proposta de viável contribuição para a problemática social, com a discussão do tema e a adoção da proposta que alcance resultados efetivos nas eleições, buscando a redução da influência econômica na política. O exercício da democracia não consiste em só votar, mas sim, em garantir que todos os cidadãos possam com as mesmas oportunidades terem mandatos eletivos, e, que esta relação não sofra interferências de terceiros. O voto secreto pode está maculado desde o início, e o sufrágio universal prejudicado. Esperando que o eleitor seja convencido por propostas de melhorias para a coletividade e não por interesses econômicos pessoais ou de terceiros em campanhas, e que estas não tenham candidatos como produtos de marketing político. A ruptura dos padrões éticos nas eleições ameaça a legalidade e a legitimidade da representação popular. É na crise de representatividade que se localiza a raiz de problemas na política brasileira, os quais, em seu conjunto, constituem um dos mais sérios óbices à consolidação da democracia no Brasil. Faz-se urgente a discussão de uma reforma política provoque além de mudanças nas posturas de eleitores e de postulantes a um mandato, permitindo o enfraquecimento da interferência do capital financeiro em detrimento do aumento das discussões acerca das políticas públicas que capacitem o Brasil para o futuro com desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Palavras-chave: Soberania popular. Poder Econômico. Campanha Eleitoral.

REFERÊNCIAS

BIM, Eduardo Fortunato. **O polimorfismo do abuso de poder no processo eleitoral: o mito de Proteu.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45918>> Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Lei nº 13.165/15.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. **Lei nº 4.737/65.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm>. Acesso em: 21 ago. 2016.

_____. **Lei nº 9.504/97.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm> Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. **Lei nº 9.709/98.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm> Acesso em: 27 ago. 2016.

CAMPANHA eleitoral deste ano gastou até agora um terço da de 2012, diz TSE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/noticia/2016/10/candidatos-declaram-gasto-um-terco-menor-com-campanha-diz-tse.html>> Acesso em: 03 out. 2016.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional.** 6.ed. Coimbra: Almeida, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

A POSSIBILIDADE DO ERRO VICIAR À AUTOCOMPOSIÇÃO JUDICIAL

AUTORES:

Jessé Rodrigo de Almeida Dantas

Moser Aytak Guimarães da Silva

INTRODUÇÃO: O processo civil existe como um meio pelo qual se busca uma decisão reconhecendo determinada relação jurídica, para, além disso, o Estado satisfazer o direito submetido a juízo por intermédio da tutela executiva. Assim, tendo o credor um fato constitutivo do seu direito e não sendo-lhe apresentado fato impeditivo, modificativo ou extintivo do mesmo, que seja suficiente à supressão da relação creditícia, haverá a almejada sentença de mérito a seu favor. O desencadear do processo necessita guiar-se pelos princípios da efetividade e da tempestividade da tutela jurisdicional – princípios que estão em diálogo constante, aliás. No entanto, o altíssimo contingente de litígios judiciais no Brasil gera um determinado quê de morosidade naturalizado nos processos judiciais deste país. Nessa toada, os meios de autocomposição se demonstram importantes para, além de estabelecer resoluções amigáveis de conflitos, favorecerem um ganho temporal ao judiciário e às partes. Acontece que nem sempre as concessões refletem a vontade real das partes, pois muita das vezes existe uma desigualdade econômica, ou a maior prevalência de uma grande necessidade sobre aquele determinado bem da vida, e a parte credora aceita abrir mão de boa parte do que teria direito para garantir a rápida satisfação de sua vontade. Destarte, o Novo Código de Processo Civil passa a incentivar os meios autocompositivos em qualquer tempo do processo. O presente trabalho busca avaliar os incentivos legais a esses meios de resolução de conflitos, a forma como se dá a os efeitos do tempo para as partes no processo, bem como a específica posição do credor com a hipótese de, em situações especialíssimas, os defeitos do negócio jurídico incidirem na transação realizada. **METODOLOGIA:** Este trabalho adota um método de pesquisa indutivo, com a análise exploratória do objeto de estudo, lastreada em pesquisa bibliográfica. Os procedimentos adotados foram: escolha do tema; levantamento bibliográfico; formulação do problema; fichamento; organização do assunto; e redação do texto. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Marinoni (2016, p. 221-224) aponta a demora no processo civil como um problema de ordem prejudicial à parte credora (autora) da ação na medida em que o bem da vida do qual se almeja uma tutela satisfativa permanece ausente à margem de sua disposição. Sendo assim, o réu (devedor) passa a ter o tempo ao seu favor, de forma que a procrastinação do processo pode vir a ser um de seus ardis para, dentre outras consequências, ter condições de transacionar acordos mais benéficos para si, em detrimento de considerável perda do objeto *sub judicie* para a parte autora. A autocomposição, para Didier Jr. (2015, p.165), consiste na "forma de solução do conflito pelo consentimento espontâneo de um dos contendores em sacrificar o interesse próprio, no todo ou em parte, em favor do interesse alheio". Pode ocorrer de ser judicial ou extrajudicial, sendo esta passível de sentença homologatória. Pode, ademais, ser realizada sob duas espécies: transação ou renúncia. Na primeira, as duas partes cedem parte de seus interesses. Na segunda, há a desistência (se pelo autor) e/ou o reconhecimento de procedência do pedido (se pelo réu). Na manifestação de vontades ínsita nesse negócio jurídico, há de se questionar se, como noutra qualquer, poderão os defeitos do negócio jurídico – o erro, em específico – torná-la viciada. Afirma Rodrigues (2003, p. 187), “Erro é a ideia falsa da realidade, capaz de conduzir o declarante a manifestar sua vontade de maneira diversa da que manifestaria se por ventura melhor a conhecesse.” A possibilidade de anular o negócio jurídico, nesse caso, parte da premissa de que o erro seja substancial e escusável. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Sabe-se que os processos nem sempre são lastreados pela celeridade, por isso são lançadas medidas para assegurar a tempestividade do processo, caso *e. g.* da autocomposição judicial,

onde as partes resolvem *de per si* o processo, seja abrindo mão de tudo daquilo que almejam em juízo, ou existindo concessões mútuas. O vigente Código de Processo Civil incentiva a autocomposição, determinando já nos §§ 2º e 3º do art. 3º, o dever dos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público para com o estímulo a este modo de resolução do litígio em qualquer fase processual. Além disso, deixa exposto todas as formas de incentivo à esta opção pelo diploma processual, senão vejamos: O Poder Legislativo tem reiteradamente incentivado a autocomposição, com a edição de diversas leis neste sentido. O CPC ratifica e reforça essa tendência: a) dedica um capítulo inteiro para regular a mediação e a conciliação (arts. 165-175); b) estrutura o procedimento de modo a pôr a tentativa de autocomposição como ato anterior ao oferecimento da defesa pelo réu (arts. 334 e 695); c) permite a homologação judicial de acordo extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III; art. 725, VIII); d) permite que, no acordo judicial, seja incluída matéria estranha ao objeto litigioso do processo (art. 515 § 2º); e) permite acúmulos processuais (sobre o processo, não sobre o objeto do litígio) atípicos (art. 190). (DIDIER JR., 2015, p. 165-166). Assim, fica visto o *quantum* de importância observada pelo legislador se pode perceber nesta alternativa à longa caminhada processual. Por outra via, nessa relação processual há de se cogitar a hipótese de a parte autora, em determinados casos, ser excessivamente impelida a transacionar seu direito de crédito, de forma a buscar uma fuga à morosidade processual, além de ter uma necessidade iminente do bem da vida a que se busca a satisfação. Além disso, pode ocorrer de a parte autora não ter cultura jurídica suficiente para fazer um prognóstico do resultado possível do processo, nem a representação e assistência de advogado. Em tais casos, poderia acontecer que em situações outras, munido do necessário esclarecimento e sem o amplo incentivo legal existente, o credor preferisse não ter firmado o acordo de vontades pelo qual abriu mão de parte do seu direito. Nessa hipótese, poderia ser caracterizado o instituto do erro como defeito do negócio jurídico passível de ter viciado sua vontade, devendo, para tanto, ser pleiteada a anulação da sentença homologatória que ratificou o método autocompositivo das partes por meio da ação rescisória, conforme dispõe o CPC, em seu artigo 966, §4º. **CONCLUSÃO:** Este trabalho investigou o fenômeno da autocomposição, especialmente judicial, tal como incentivada pelo diploma processual civil, os efeitos do tempo para as partes do processo, bem como a possibilidade da incidência dos defeitos do negócio jurídico (o erro, em específico) nessa manifestação de vontades, passível de torná-la viciada, portanto. A hipótese de anulação da sentença homologatória de tal negócio passa a ser viável em decorrência da ação rescisória tal como dispõe o Código de Processo Civil. Muito distante de poder fazer uma análise exaustiva do tema – por razões de limitações auto evidentes, como a própria destinação de espaço a que se propõe este trabalho e a natureza volátil do pensamento humano –, o presente tratou da problemática sob a perspectiva de um processo civil, em regra, moroso e prejudicial ao bem jurídico ao qual o autor se pretenda titular. Nesse ponto em específico, fica o interesse em posteriores pesquisas e maior atenção da academia para as consequentes problemáticas.

Palavras-chave: Vício. Autocomposição. Novo CPC.

REFERÊNCIAS

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**. 17.ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2015. v.1

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. V.1.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 34.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. V.1.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2014. V.1.

A PURIFICAÇÃO DO DIREITO

AUTOR:

Felipe Gustavo Barbosa Borges

INTRODUÇÃO: Demonstra-se ser inegável a forte influência do positivismo jurídico no Direito, principalmente no tocante a formação dos Estados modernos, os quais são marcados pela prevalência da lei escrita. Essa corrente filosófica durante muito tempo, ainda se vislumbrando fortes resquícios deste pensamento na atualidade, foi confundida com a própria concepção do que é o Direito, ou seja, considerando-se “direito somente aquilo que é positivado através das formas previstas por normas de organização e competência” (MÖLLER, 2011). Dentro do conjunto de pensamentos disso que se convencionou chamar de positivismo jurídico há um pensamento que se destaca, a qual seja: a purificação do Direito. Ideia esta que por sua importância foi posta como título de um dos clássicos literários da filosofia da jurídica, a “Teoria pura do Direito” de Hans Kelsen. Surge uma indagação basilar para a compreensão deste movimento no universo intelectual, por que se buscou purificar o Direito? E se ele era impuro, o que lhe tornou assim? Essas duas questões motivarão nossas reflexões neste trabalho. **METODOLOGIA:** Para fins deste trabalho, vamos nos utilizar do método dedutivo para atingirmos nossos escopos. Neste sentido, pretendemos produzir uma forma lógica validamente aceita onde sua conclusão é o resultado da validade de suas premissas, assim abordaremos fundamentadamente premissas mais gerais em vista de atingirmos determinadas conclusões que ao final serão expostas. Entendemos ser esta a melhor abordagem para os fins almejados nesse trabalho uma vez que desejamos expor os conceitos filosóficos do positivismo como meio de compreendermos sua busca pela purificação do direito. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo a matriz de saber positivista a humanidade caminhar necessariamente rumo ao estado positivista, ou seja, apesar de representarem um conjunto de saberes ligados a ciência o positivismo crer de maneira quase que fideísta que o mundo terá o seu conhecimento calcado exclusivamente nas ciências (REALE, 1994). Fundamentados neste pensamento os adeptos desta corrente esforçarem-se intelectual e politicamente para promoverem a passagem do mundo do estado metafísico ao estado positivo, assim se deu, outrossim, com o Direito, deixando de lado as interferências morais e passando a ser concebido como uma ciência autônoma, como se concebe, por exemplo, na já citada teoria pura de Kelsen, isso do ponto de vista intelectual. Já pelo viés político o contexto histórico que produziu essa corrente de pensamento lhe foi bem peculiar e suscitava esses tipos de ideias. A sociedade liberal e burguesa após se solidificar passou a lutar por segurança em suas relações, nesse sentido começou-se a ser confeccionado um padrão de burocracia jamais vista na humanidade, como também o crescimento de legicentrismo. Contudo essas leis que seriam elaboradas diferenciariam das suas antecessoras pela busca de precisão terminológica, visando a exatidão dos dispositivos jurídicos em vista da certeza e seguranças o que as regras indicavam. Começou-se a si pensar um direito autônomo o suficiente para proteger esse modelo de sociedade. Entretanto em que sentido se vislumbra essa autonomia? Sem dúvida essa é a questão basilar deste trabalho, perguntar sobre a autonomia do direito é o mesmo que se questionar sobre a sua purificação onde os teóricos do direito passam a se preocupar em concebê-lo como ciência, livre de interferências externas, como por exemplo a vontade do Estado (MÖLLER, 2011). Segundo as próprias palavras de Kelsen uma teoria pura é “purificada de toda a ideologia política e de todos os elementos de ciência natural, uma teoria jurídica consciente da sua especificidade porque consciente da legalidade específica do seu objeto” (KELSEN, 1994), se outrora o direito era aquilo em que os governantes queriam, por exemplo com os senhores feudais onde o seu querer se fazia lei, ou fruto os elementos, nem sempre sólidos, das ciências naturais, agora ele

passa a tomar consciência de sua própria força e autonomia interna. Assim deve se proceder quanto ao escopo de purificação do direito, sendo um meio de transição entre um conhecimento jurídico eivado de valores e ideologias passando para a construção de uma ciência jurídica que em quanto teoria pretende investigar exclusivamente o seu objeto científico, ou nas palavras de Kelsen esse processo é “quando a si própria se designa como 'pura' teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quando não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito” (KELSEN, 1994). Portanto o projeto de purificação do direito visa torná-lo ciência, compreendendo a si mesma a fim de alcançar sua maturidade de autoconhecimento. Ou ainda em outras palavras, o escopo máximo do positivismo jurídico é retirar desse campo do saber todas as impurezas que destoam sua verdadeira essência, seria como um processo de higienização interna onde retirasse tudo o que não for vital. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Como produto resultante de nossas investigações temos elementos a serem destacados. Em meio a história do direito existe uma corrente de pensamento que influenciou e continua a influenciar o meio jurídico, esta é o positivismo jurídico. Como objetivo máximo deste pensamento temos a busca constante pela elevação desta área do conhecimento ao status de ciência, deste modo empreendeu-se uma busca pela sua purificação, retirando de dentro do seu conglomerado de postulados tudo aquilo que lhe fosse desnecessário, exemplo os valores morais, e encontra partida enxertando novos postulados que lhe confirmam o juízo de certeza e objetividade. **CONCLUSÃO:** Diante de tudo o que aqui foi exposto, podemos indicar que na tradição jusfilosófica uma corrente de pensamento ganhou destaca, o positivismo jurídico, desde sua feitura até os dias atuais. Destarte como escopo máximo tal forma de pensou buscou promover a elevação do direito ao status de ciência, tentando retirar de si toda a mescla de impurezas que porventura possam impedir essa elevação. Nesse sentido o positivismo jurídico pretendeu dá ao direito um nível de autoconhecimento jamais visto na humanidade.

Palavras-chave: Positivismo Jurídico. Purificação do Direito. Filosofia do Direito.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico:** lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 2006.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MÖLLER, Max. **Teoria geral do neoconstitucionalismo:** bases teóricas do constitucionalismo contemporâneo. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** São Paulo: Saraiva, 1990.

A TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O CONFRONTO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

AUTORES:

Jessé Rodrigo de Almeida Dantas

Moser Aytak Guimarães da Silva

Rodrigo Ribeiro Vitor

INTRODUÇÃO: O fenômeno da terceirização nas relações de trabalho tem sido, ao longo de anos, motivo de debate entre pessoas com posicionamentos a favor e contra. Os defensores da terceirização, entendem-na como diminuidora do custo com mão-de-obra, simplificadora da gestão empresarial, e também por ser atrativa no desenvolvimento de serviços especializados, os quais impulsionam um ganho de qualidade. Já os que militam contra, aduzem que a terceirização macula os direitos essenciais aos trabalhadores, colocando-os em situação de maior vulnerabilidade, pondo-os, destarte, em situação de maior risco no tocante à saúde, segurança, do que a um efetivamente empregado. Situação específica ocorre no setor elétrico brasileiro, onde devido importante movimento por privatização desde 1995, tem-se intensificado o processo de terceirização. O número de empregados terceirizados, contratados pelas concessionárias de geração transmissão e distribuição da energia elétrica chega a superar, em muito, o de empregados próprios, sendo que os acidentes de trabalho com estes são muito menos recorrentes do que os ocorridos com aqueles. Tal situação deve, portanto, ser analisada à luz de princípios constitucionais, balizadores de relações humanas como o princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade e não discriminação. Assim sendo, o presente trabalho trata de analisar a relação entre a terceirização dos trabalhadores no setor elétrico brasileiro com a possibilidade de existentes violações a princípios constitucionais.

METODOLOGIA: Este trabalho adota um método de pesquisa dedutivo, com a análise exploratória do objeto de estudo, lastreada em pesquisa bibliográfica e análise de dados estatísticos. Os procedimentos adotados foram: escolha do tema; levantamento bibliográfico; formulação do problema; análise de dados estatísticos; organização do assunto; e redação do texto. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para Delgado (2010, p. 414) a terceirização é o fenômeno que se localiza quando “se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justabalhista que lhe seria correspondente.” No entanto, tal terceirização não deve suprimir direitos fundamentais do ser humano; não pode ultrajar a própria condição do ser humano, visto que quando o trabalhador se submete a condições precárias de trabalho, acaba por renunciar direitos irrenunciáveis, posto que esses não se submetem a "variações hierárquicas, renúncia ou alienação", conforme assevera Gurgel (2007, p. 40-41). Seria a Dignidade da Pessoa Humana, no contexto aqui analisado, como sendo considerada ultrajada sempre que um trabalhador for rebaixado a objeto, a um mero meio, instrumento, perdendo sua identidade enquanto detentor de direitos (GOMES, 2008, p. 53). Com isso, sabendo-se que o setor elétrico é um ramo de atividade não só dos mais perigosos da economia, mas também perigoso e inseguro, a preocupação com as condições dos trabalhadores terceirizados é excessiva devido ao grande aumento do número desses trabalhadores, onde, para se ter uma ideia, em 2003 o setor contava com 97.390 trabalhadores próprios e 39.649 trabalhadores terceirizados, enquanto que em 2012 o número de trabalhadores próprios era de 108.133 e o de trabalhadores terceirizados já alcançara a marca de 146.314, e ainda segundo pesquisa do DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE) os números avançam, sobretudo, em atividades consideradas inerentes ou atividades-fim das empresas concessionárias. Com o aumento gradativo de terceirizados no setor tem-se no Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro – 2012, apresentado pela Fundação COGE (2012), o aumento também da

quantidade de acidentes destes em relação aos dos com trabalhadores com vínculo empregatício. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O fenômeno da terceirização das atividades empresariais, consistente na contratação de terceiro, por empresa tomadora de serviços, que não realize atividades fins da mesma, salvo nos casos expressamente previstos em lei. Deve sua ampla utilização às circunstâncias de menor custo com mão de obra, do não gerenciamento da realização das atividades pela empresa tomadora e a consequente simplificação da gestão empresarial. A terceirização, além de promover esse ganho econômico, também é atrativa por desenvolver serviços especializados, os quais impulsionam um ganho de qualidade. Aplicando-se a lei que trata da permissão e concessão de serviços públicos (Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995) ao setor elétrico, em razão da interpretação de seu art. 25 § 1º, há de se entender ser a própria atividade fim passível de contratação terceirizada, senão vejamos *in verbis*: "sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados". O termo "inerente", pois, sugere a respectiva atividade fim. Ademais, a atividade fim em tal setor pode ser entendida com maior ou menor abrangência, na dependência da interpretação realizada pela jurisprudência. O empregado terceirizado, diferentemente do empregado próprio, não tem a expectativa de uma continuidade prolongada na atividade da empresa tomadora de serviços, consequentemente também tende a ter tratamento diferenciado relativo aos treinamentos, EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e EPCs (Equipamento de Proteção Coletiva) e maior diligência nos serviços realizados. Assim, num setor tão perigoso quanto este, a terceirização dos serviços indica a consequência de maiores acidentes de trabalho por razões tais como essas apresentadas. **CONCLUSÃO:** Este trabalho tratou do tema da terceirização posto diante de benefícios e problemas enfrentados na relação empregatícia que desenvolve as atividades terceirizadas, especialmente no setor elétrico, onde ocorre uma situação específica: (primeiro) pela disposição legal que possibilita a terceirização até mesmo de atividades fins de concessionárias e permissionárias de serviço público; (segundo) pelo perigo elevado inerente ao exercício deste labor; e (terceiro) pelos diferentes modos de preparo dos empregados da prestadora de serviços se comparados aos trabalhadores próprios das empresas tomadoras de serviços. De tal situação, decorrem problemas relativos à violação de princípios constitucionais, tais quais, a dignidade da pessoa humana e a liberdade. Em consequência, a própria atividade torna-se inconstitucional quando exercida sob essas circunstâncias. Por fim, longe da pretensão de esgotar toda a investigação sobre o tema ora em comento, o presente trabalho busca tem o escopo de enfatizar as reflexões acadêmicas a respeito do assunto, podendo contribuir mais interesses voltados à busca da harmonização entre o fenômeno objeto deste estudo, seu exercício prático no setor elétrico e o respeito à constitucionalidade das atividades.

Palavras-chave: Terceirização. Setor Elétrico. Princípios Constitucionais.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 9 ed. São Paulo: LTr, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIIESE. **Relatório técnico:** o processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil, Convênio SE/MTE nº 04/2003, Processo nº 46010.001819/2003-27. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

FUNDAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO EMPRESARIAL (Fundação COGE). **Relatório de estatísticas de acidentes no setor elétrico brasileiro – 2012**. Disponível em: <<http://www.funcoge.org.br/csst/relat2012/indexpt.html>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

GOMES, Fábio Rodrigues. **O direito fundamental ao trabalho: perspectivas histórica, filosófica e dogmático-analítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GURGEL, Yara Maria Pereira. **Direitos humanos, princípio da igualdade e não discriminação: sua aplicação às relações de trabalho**. 2007. 316f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ACIDENTES DE TRÂNSITO – EFICÁCIA DA LEI SECA

AUTORES:

Isaac Gabriel Paiva

Maria Gracilene Carvalho de Oliveira

INTRODUÇÃO: É notório que a imprudência no trânsito é a principal causa de acidentes fatais nas estradas em todo o Brasil e o consumo de bebida alcoólica aliada à direção de veículo automotor constitui a mais perigosa das imprudências. Obviamente isso não poderia ser diferente no Rio Grande do Norte. Uma dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas pela UFRN apresentou estudos feitos em amostras de sangue de 277 vítimas mortas em acidentes de trânsito no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2007, que comprovaram a presença de álcool no sangue de 66,43% dessas vítimas, sendo que em 96% destas, a concentração foi igual ou superior a 0,2 g/L (SANTIAGO, 2008), ou seja, apenas a terça parte do valor estipulado em lei como sendo crime de trânsito, que é de 06 dg/l de sangue. Para tentar frear esse comportamento e diminuir o número de mortes, foi instituída no ano de 2008 a lei nº 11.705/2008, popularmente conhecida como “lei seca” e, posteriormente, em 20 de dezembro de 2012, entrou em vigor a lei nº 12.760 que alterou o CTB, lei nº 9.503/1997, mais especificamente os artigos 165, 262, 276, 277 e 306, dando maior rigidez para a norma até então vigente e buscando com isso uma maior eficácia. É justamente com base nessas normas que iremos demonstrar à população os resultados alcançados na diminuição das mortes, despertando a consciência do público para a gravidade do comportamento combatido pela lei bem como de sua importância para que se maximizem os resultados. **METODOLOGIA:** Os métodos que utilizamos na pesquisa foram o hipotético-dedutivo e o cartográfico social, pois nos permitiram realizar o levantamento de hipóteses e construir nossas conjecturas além de mapear a efetividade da lei seca dentro do nosso Estado, que foi o recorte geográfico escolhido, sendo assim, utilizamos as leis 11.705/2008 e 12.760/2012 como escala para medir a projeção que as mesmas alcançaram no Rio Grande do Norte e concluir sobre a simbolização sentida atualmente em nossa população. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A lei seca objetiva primariamente a redução do número de mortes no trânsito e mesmo estando em bastante evidência nos últimos anos, atingindo uma grande projeção em todo o país, ainda percebe-se certa carência de autores e trabalhos científicos sobre sua efetividade, principalmente dentro do Estado do Rio Grande do Norte. Entretanto, encontramos autores de outros Estados que versam sobre a eficácia da norma num âmbito geral, como (PADOVANI; SANTOS, 2014), que mencionam que a Lei Seca pode ser considerada eficaz, pois, em face de sua imperatividade, promove a coerção ao condutor, conduzindo-o a pensar na possibilidade de ser flagrado, na sanção prevista e na coação que determina a punição. Entretanto, ainda mais esclarecedores foram (RIBEIRO; SILVA, 2014) que atentaram para importância da logística na construção da lei seca e após análise sobre o excuro histórico, dados estatísticos e do conjunto de medidas tomadas pelos órgãos responsáveis, que evoluem desde a correção de falhas da lei 11.705/2008 através da lei 12.760/2012, até a massiva publicidade dada a lei, afirmam categoricamente que a soma dos esforços não poderia apresentar resposta diversa: vencidos os maiores obstáculos, a Lei Seca é eficaz. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** diante dos dados colhidos através de notícias diversas externas e locais, bem como dos conhecimentos compartilhados de autores de outros Estados e finalmente através de estatísticas de acidentes obtidos dentro e fora de nossa unidade federativa, podemos deduzir que a lei seca, mais precisamente a lei nº 12.760/2012, que é a que está em vigor até a presente data, alcança sim sua finalidade precípua que é a de diminuir a quantidade de vítimas de acidentes de trânsito. Deduzimos ainda, que este grau de eficiência atual só pôde ser obtido principalmente em função de três pilares básicos quais

sejam: a rigidez da norma atual, que excluiu a possibilidade do condutor se recusar a fazer a verificação da alcoolemia pelo ar alveolar sem que, com essa mera recusa, já fosse sancionado. Isso só foi possível através da diminuição para zero da concentração de álcool permitida no sangue e no ar alveolar dos condutores; A rigidez e continuidade da fiscalização da norma, pois se a conduta típica não for fiscalizada de maneira intensa e contínua a lei acaba em desuso, acaba por se tornar ineficaz, como ocorre com tantas outras normas no país e; A publicidade que foi dada à norma pelos meios de comunicação, que contribuiu significativamente para que a norma tenha alcançado a projeção que verificamos hoje em dia. Esses três pilares, somados a tantas outras medidas, fizeram com que a lei 12.760/2012 finalmente alcançasse o escopo pretendido, coisa que não ocorreu com a lei 11.705/2008, aja vista que mesmo sendo conhecida como lei seca, a lei anterior permitia uma tolerância legal para o consumo de álcool e direção de veículo e essa tolerância era quase sempre extrapolada em virtude do costumeiro excesso de confiança do indivíduo que ingere álcool, que pensa sempre estar em pleno controle de seus movimentos. Além disso, como já foi dito, essa margem não permitia punição para as pessoas que se recusavam a realizar o teste, tendo em vista que o agente de trânsito não poderia comprovar se o condutor estava ou não dentro da margem de tolerância quando este se recusava a soprar o etilômetro, gerando uma sensação de impunidade que encorajava a perpetuação do comportamento combatido pela lei, o que nos faz refletir sobre o porquê ser tão necessária a temida rigidez da norma atual de proibir qualquer concentração alcoólica, por mais inofensiva que pudesse parecer, sob pena de grande taxa de impunidade em caso de permissibilidade de ingestão alcoólica. **CONCLUSÃO:** sendo assim, concluímos que a lei é eficaz para o que se propõe no curto prazo, pois é visível a redução de acidentes através das estatísticas e a mudança comportamental, mesmo que ainda tímida, já é sentida nos círculos sociais do nosso Estado. Entretanto, só sua eficiência em combater os infratores não é suficiente para garantir resultados mais duradouros em longo prazo, para isso ainda temos um longo caminho a percorrer, pois um comportamento que é costumeiro em todo o país, mesmo *contralegem*, não pode ser mudado apenas com repressão, sem se alcançar sua origem. O início do percurso desse caminho deverá ocorrer justamente através da educação na base de formação dos indivíduos, realizando campanhas voltadas para os jovens e adolescentes que ainda sequer dirigem, mostrando para eles os grandes riscos da combinação entre álcool e direção, tentando assim evitar que eles venham a desenvolver o costume *contralegem* e incorrer na infração.

Palavras-chave: Lei Seca. Mortes no Trânsito. Eficácia.

REFERÊNCIAS

- PADOVANI, Maria Carolina; SANTOS, Marco Lívio T. dos. Lei seca: eficácia e validade. **Gazeta de São João Del Rei**. São João Del-Rei, 19 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadesaojoadelrei.com.br/site/2014/07/artigo-lei-seca-eficacia-e-validade/>>. Acesso em 25 out. 2016.
- RIBEIRO, Fernanda P. M; SILVA, Marcelo S. L. da. Lei seca: eficácia amparada na legística. **Letras Jurídicas**, Belo Horizonte, set. 2014. Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=629>>. Acesso em 25 out. 2016.
- SANTIAGO, Edna de Farias. **Alcoolemia em vítimas fatais de acidentes de trânsito no Rio Grande do Norte empregando cromatografia em fase gasosa**. 2008. 93 f. Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação (mestrado em Ciências Farmacêuticas) - UFRN. Natal, 2008.

AMBIENTE ESCOLAR E O RACISMO

AUTORES:

Fabia Jordania da Silva Leite

Rodrigo Xavier Silva

INTRODUÇÃO: A chegada dos portugueses ao Brasil se dá por volta do século XVI, quando então se inicia todo um processo exploratório. Inicialmente foram os nativos da região, os índios, e, posteriormente, os povos da África a serem escravizados aqui no país. Vistos como mercadoria, os escravos africanos foram, por um longo período, a principal mão de obra utilizada pelos portugueses para produzir e extrair recursos naturais. No final do século XIX começam a surgir movimentos abolicionistas e importantes diplomas normativos foram publicados nesse sentido, como por exemplo, a Lei Áurea. Contudo, ainda que a partir de então o trabalho escravo fora considerado ilegal, não tão raro se presenciava casos em que pessoas eram submetidas à escravidão devido à cor de sua pele, revelando seu aspecto cultural discriminatório. Nesse sentido, mais que uma simples herança, essa problemática racial permanece de diversas formas em nosso cotidiano. O legado da discriminação racial parece cada vez mais pujante no cenário atual, e a frequência com que isso ocorre muitas vezes não se pode estimar. Com isso, dizemos se tratar de uma problemática em potencial devido à forma velada pela qual se desenvolve e acomete a população negra do país, principalmente em ambientes cujo objetivo maior é a formulação do saber e de atitudes responsáveis, a citar, a escola. Sendo assim, objetivamos analisar de forma crítica a maneira pela qual é abordada a temática no âmbito educacional, perpassando desde a atuação do Poder Público à da própria escola. **METODOLOGIA:** A pesquisa realizada apresenta o método cartográfico, formado por escala, projeção e simbolização. A escala é baseada no território brasileiro, tornando-se, assim, relevante retratar a história evolutiva do racismo no país, a fim de possibilitar melhores análises sobre suas consequências no âmbito educacional. A projeção é fixada na relação entre o fato social, caracterizado pelo racismo, e o fato jurídico, que irá considerar tal prática como sendo crime. Para tanto, recorreremos a leis e estatutos pertinentes, além de livros, de artigos e de periódicos publicados por teóricos que abordam o assunto, visando objetividade e clareza. Por último, a simbolização, como forma de evidenciar a realidade, visa discutir situações fatídicas que acabam por ferir todo esse ordenamento jurídico. Sendo assim, buscou-se maior interação com a escola através de entrevistas com profissionais da área. Ainda, com vistas a problematizar o assunto, recortes de noticiários e de portais de internet que relatam casos de racismo na escola foram de fundamental importância. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Constituição Federal do Brasil de 1988, como Lei Suprema, é de suma importância nessa abordagem, tendo como desdobramento de sua aplicabilidade normas como a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que veio reforçar alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961. Seguindo essa linha de raciocínio, buscamos também respaldo em renomados teóricos que abordam a temática como por exemplo Martha Abreu, Krauss e Rosa, Magnoli (2009) e Cavalleiro (2005), a qual afirma: Localiza-se nos programas escolares, pelas falas dos profissionais da educação, a necessidade de fortalecimento da identidade racial. Isso pode se depreender no que se refere à diversidade. Há um esforço para melhorar atitudes, valores, comportamento e aceitação do “outro” que é discriminado. Entretanto, o dia a dia das escolas não indica a elaboração/realização de novas práticas educativas. Observa-se que ocorrem, no cotidiano escolar, a disseminação de ideologias racistas, bem como a de práticas discriminatórias dirigidas às crianças negras, tanto por profissionais da educação quanto pelos colegas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Esse aspecto pejorativo que acompanha a

história brasileira obviamente tem reflexo em nossa educação. No que diz respeito ao racismo, previsto constitucionalmente como crime, tornaram-se, ainda que inaceitáveis, comuns algumas práticas em nosso meio, como por exemplo, apelidos genericamente ditos “carinhosos”. Também a legislação cada vez mais parece querer impor diferenciações, seja porque o legislador não tem a preocupação de vivenciar a realidade e buscar a efetividade da norma, seja porque de fato o Poder Público não tem interesse em promover a devida igualdade racial. O que se sabe é que um dos principais princípios norteadores da democracia vai ficando em segundo plano, o da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a forma pela qual o tema é abordado frente à sociedade, mais especificamente nas escolas, contribui significativamente para a manutenção de uma consciência social bitolada, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontando que as desigualdades raciais seguem se reproduzindo no Brasil. Frente a essa reprodução das desigualdades raciais, o Governo adota algumas políticas públicas e vem positivando no ordenamento jurídico ações, como por exemplo, oferecer material didático específico para se abordar a história da cultura africana no Brasil, o que também merece questionamentos. Em entrevistas realizadas com coordenadores de duas escolas, houve consenso quanto à atuação do Poder Público frente ao racismo na esfera educacional, entretanto entendem que a atuação governamental está mais ligada ao viés de promoção político-partidária. Questionamos, ainda, acerca da capacitação dos professores frente à problemática do racismo no âmbito escolar, e os entrevistados entendem que a maioria dos educandos não possui o preparo adequado para lidar com o problema. Nesse contexto, a efetividade da legislação pertinente, assim como a atuação governamental e a capacitação profissional dos educandos são postas em xeque.

CONCLUSÃO: Sabemos que desde os primórdios o Brasil traz consigo marcas advindas do racismo e, especificamente, da exclusão dos negros. Dessa forma, a trajetória sobre um tema tão polêmico como a discriminação racial proporciona diversas reflexões no que diz respeito à convivência social. Podemos observar o descaso vivido pelas vítimas de racismo em um ambiente considerado um dos maiores contribuintes no processo de aprendizagem e desenvolvimento que é a escola. Nesse contexto, o Brasil contemporâneo vem intensificando as práticas racistas em diversas áreas da sociedade, entretanto muitas vezes são mascaradas, como o que ocorre com as políticas públicas de desigualdade racial, claramente evidenciando o jogo político em manter a segregação racial através de uma atuação aparentemente plausível para quem as analisa superficialmente, como por exemplo, na área da educação. A escola deve ser um campo aberto à diversidade, onde os temas urgentes da humanidade podem ser debatidos, livres de qualquer viés vicioso, inclusive o racismo. O trajeto para superação dessa prática discriminatória se encontra em reflexões e análises históricas, questionando e criticando suas fundamentações e mecanismos legitimadores justamente no local cujo principal objetivo é a produção do conhecimento e da conscientização. Deve-se reconhecer a eminência estratégica a qual tem o espaço escolar, e não deturpá-lo a fim de manter implícitas questões entravadoras do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Racismo. Educação. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acesso em 05 set. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 05 set. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **SECAD**, p.65-104, 2005. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhoc_a_bertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Julio César da. A importância da temática de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. **Revista Antítese**. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/4572>> . Acesso em 15 set. 2016.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**. São Paulo: Contexto, 2009. (História do pensamento racial).

AS MUDANÇAS DOS CRIMES PRATICADOS NA INTERNET E A APLICABILIDADE DA LEI

AUTORES:

Ezyle Rodrigues de Oliveira

Inêz Cristina Freitas Holanda

INTRODUÇÃO: Antes da década de 90, a Internet era uma rede de comunicação restrita ao uso exclusivo norte americano militar. No decorrer da década se difundiu de forma absurda em outros países através da *Word Wide Web*, sigla criada pela CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear) que significa "Rede de Alcance Mundial". Desde modo, a internet se popularizou penetrando na sociedade e alterando-a, dando início a Revolução Digital. O mundo, a partir dessa Revolução Digital, passa a ser uma sociedade global interligada pela rede de computadores conhecida como Internet, mas a Revolução Digital veio com oportunidades e riscos. Nesse novo ambiente eletrônico observou-se uma transformação nos bens privados, onde o que antes eram apenas bens materiais passaram a ser imateriais. Entretanto, esse novo ambiente demonstrou-se falho, criando possibilidades para ataques a programas que contenham brechas de programação, falhas de segurança e engenharia social. Assim, surge uma série de novos crimes, colocando em cheque a jurisdição, a competência e a soberania do Estado, uma vez que há o choque dos espaços geográficos alterados pela rede de computadores de forma que estes precisam ser reinterpretados bem como os instrumentos jurídicos necessitam serem repensados em face dos cibercrimes. Por causa desses choques, a justiça brasileira se vê frente às lacunas normativas em diversas áreas do direito no que diz respeito aos princípios civis e constitucionais, pois são eles que vão dar a segurança moral às pessoas, tendo que se englobar principalmente a parte especial do Código Penal. O presente trabalho tem como objetivo geral, identificar e compreender os limites e os crimes existentes dentro do espaço virtual, buscando dessa forma, entender como a internet, em princípio, uma nova tecnologia de comunicação, pode se transformar em um instrumento para a prática de condutas delitivas. E como objetivos específicos: a) compreender o fato social e o ambiente ao qual ele pertence; b) entender como se apresenta as normas aplicáveis ao fato social; c) os impactos causados; e, d) apresentar as contribuições do direito ao fato social.

METODOLOGIA: Este trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira parte foi feita uma pesquisa na internet, em jornais e revistas sobre alguns fatos sociais que estavam dando impacto nas vidas das pessoas, posteriormente foi feita outra pesquisa em livros de outras áreas que se relacionavam ao tema proposto, fazendo uma filtragem dos principais objetivos a serem tratados no projeto. Na segunda e última parte foram feitas as análises e abstração do que foi pesquisado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A sociedade sofre transformações de tempos em tempos a partir das revoluções, na qual as que mais se destacaram como agente transformador da sociedade foram as revoluções burguesas, especificamente a revolução francesa e a revolução industrial. Ao mesmo passo que as revoluções trouxeram avanços significativos para a sociedade, elas também trouxeram problemas e preocupações. Entretanto, o cenário passado não mudou o recente, surgindo assim uma nova revolução denominada como Revolução Digital. Spencer Toth Sydow conceitua Revolução Digital da seguinte forma: "Entende-se por Revolução Digital um movimento de inserção na sociedade de novas tecnologias e serviços que utilizam desenvolvimentos recentes e que modificam a forma como o cotidiano cidadão progride." (SYDOW, 2013, p. 19). Com o avanço de novas tecnologias aliada à informática se desenvolveu novos hábitos e comportamentos, e assim, novos valores de relevância social e moral que necessita de meios para preservação e proteção dos valores morais da sociedade. Nesse universo digital, novos conceitos passaram a existir com a tecnologia, surgiram diversas expressões utilizadas representadas pela língua inglesa,

uma vez que a doutrina adotou e não buscou explicá-las. Enquanto o conservadorismo dos tribunais não procurar estudar e conhecer novas formas de doutrina para adaptá-las à realidade social, sua incapacidade de prever formas de condutas atrasa o sistema jurídico frente a evolução acelerada da tecnologia e o dinamismo tecnológico, fazendo com que a Revolução Digital responda a esse atraso de forma negativa e prejudicando a sociedade. Esses sujeitos que se refere Spencer são usuários, que utiliza todos os recursos da informação e tecnologia em casa, no trabalho e em instituições de ensino, lugares esses onde há o maior número de incidentes de delitos na internet. Mas os sujeitos ditos como mal-intencionados são aqueles denominados hackers. Diante disso, os cidadãos comuns são a maior parte das vítimas do delito informático, ou cibercrime, pois não são instruídos a terem a capacidade de compreender como as ferramentas da tecnologia virtual funciona. Por não ter essa compreensão o meio em que estão surgem as dificuldades e prejuízos causados pelo uso incorreto da internet. No Brasil houve um desenvolvimento lento das leis sobre o crime da informática. Inicialmente começou com a lei nº 12.735/2012 conhecida como a Lei Azeredo que modificou alguns artigos penais em relação aos crimes na internet; depois foi sancionada a lei nº 12.737/2012 conhecida como Lei Carolina Dieckman que fala sobre a invasão de dispositivo informático, ação penal, interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, falsificação de documentos particular e falsificação de cartão. Atualmente temos a lei nº 12.965/2014 conhecida como Marco Civil que aborda direitos e deveres dos usuários na internet e tem como principal objetivo apresentar definições, regram as atualizações do provedor e dos usuários etc. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Esses crimes são feitos por diversas pessoas que têm um nível de entendimento superior aos demais, não precisam ser necessariamente formadas em alguma ciência da computação, pois a própria internet disponibiliza em sites e cursos *online* as falhas existentes e as diversas formas de invadir sistemas. Existem várias práticas ilícitas, as mais praticadas são invasões, pornografia infantil, disseminação de vírus em programas e sites, lavagem de dinheiro, roubo de dados pessoais, ciberterrorismo ocorridos em países e com conflitos políticos, falsidade ideológica, roubo, clonagem de cartão, entre outros. É importante entender que esses crimes não são só ocorridos em desktop, notebooks ou netbooks, mas abrange os dispositivos eletrônicos também, como celulares e tablets, pois uma grande maioria das pessoas para terem maior disponibilidade de informações estão depositando informações em seus dispositivos que se conectam com e-mails, redes sociais, ferramentas de gerenciamento de contas bancárias. Entretanto, algumas pessoas usam a internet para se vigiar, chantagear, agredir moralmente outra pessoa, ameaçar, são diversas facetas apresentadas atualmente pela rede de computadores. Esses novos projetos de leis que se discutem têm causado demasiada repercussão nas entidades jurídicas e acadêmicas devida as pesquisas feitas e a busca de uma maneira que não deixe lacunas na lei, além das limitações impostas aos criminosos da rede, como os crackers, hackers, invasores de sistema, contaminadores, pedófilos online e outros que visam se beneficiar com esses atos ilícitos. Entretanto, esse projeto é de suma importância para a delimitação dos crimes digitais e de assuntos correlatos, mas é necessário o amadurecimento das ideias e o desenvolvimento de uma legislação específica ou a devida adequação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É fato que a sociedade e a internet são dois conjuntos essencialmente interligados, ou seja, essa interligação faz com que haja uma comunicação entre elas. Como sabemos, qualquer tipo de relação existente há direitos e deveres que devem ser cumpridos. É a partir disso que o direito entra em campo para delimitar esses direitos e deveres dos usuários na internet. O direito como agente de coação vai assegurar que essas leis sejam regidas pelo Estado, dessa forma, que as pessoas tenham consciência das consequências ao praticar um ato ilícito na internet.

Palavras-chave: Cibercrime. Leis. Mudanças. Aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 84/1999**: Projeto de lei. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15028>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

IOCCA, Érica Cristiane. **Crimes cibernéticos e a sociedade atual**. Disponível em: <<http://ienomat.com.br/revista/index.php/judicare/article/view/50/159>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MARCO civil da internet tramitará junto com lei de cibercrimes. Disponível em: <<http://www.prodeb.ba.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1227>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SYDOW, Spencer Toth. **Crimes informáticos e suas vítimas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRESAUM. **Mas afinal o que é cibercrime**. Disponível em: <<https://cibercrimes.wordpress.com/2011/03/24/mas-afinal-o-que-e-cibercrime/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CADA TELHADO, UMA USINA - A GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA RESOLUÇÃO ANEEL 482/2012

AUTORES:

Rafael César Coelho dos Santos

Vanda Luiza Farache Lemos

INTRODUÇÃO: No presente trabalho, encontram-se os principais pontos do projeto de pesquisa “A mudança do clima e o desenvolvimento sustentável no direito brasileiro” realizado no Programa de Iniciação Científica 2015-2016 do UNIFACEX na área de Direito Ambiental. Nesse projeto, foi feito um estudo acerca das temáticas das energias renováveis e da sustentabilidade no que se refere às mudanças climáticas. Tomou-se como objeto de pesquisa, a Resolução 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a qual estabelece “as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação de energia elétrica” (art. 1º da referida resolução). No que se refere ao Direito Ambiental, faz-se importante destacar a crescente necessidade de se falar sobre a questão ambiental no cenário mundial, onde, desde o século passado, conferências e reuniões são promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a finalidade de fomentar o debate quanto à temática, tanto que, em um desses encontros ocorrido em 2015, foram instituídos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre esses Objetivos, destacam-se o 07 “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos” e o 13 “Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”; esses objetivos contêm as bases internacionais que viabilizam a resolução 482/2012 da ANEEL, pois, apesar de terem sua publicação em ano posterior ao da resolução, tais objetivos já vêm sendo discutidos há muito tempo no cenário internacional e o Brasil vem participando de todo o processo de sua elaboração e se comprometendo com os mesmos. No que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, o país tem uma intenção muito clara de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual está previsto no artigo 225 da sua Constituição Federal (CF). De tal forma, fica evidente a necessidade de se falar sobre a resolução 482/2012 da ANEEL, explicando, no processo, temáticas relacionadas a ela, a saber: o que são as energias eólica e solar; a definição de política pública e seus instrumentos, bem como sua importância para a realização do desenvolvimento sustentável no Brasil. **METODOLOGIA:** O trabalho é baseado em pesquisas bibliográficas referentes ao assunto da sustentabilidade, mudanças climáticas e energias renováveis. Além disso, destaca-se o estudo mais especificamente da resolução 482/2012 da ANEEL, a qual corresponde ao objeto central da pesquisa. Pode-se citar ainda como fontes importantes a legislação brasileira, especialmente o mencionado artigo 225 da CF, bem como acordos e objetivos firmados internacionalmente pelo Brasil, como os já referidos ODS. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para um melhor entendimento da temática, é importante destacar as modalidades de energias renováveis mais comuns no Brasil, a saber: (a) a energia eólica, que segundo Goldemberg, Lucon (2008), utiliza-se da força dos ventos para gerar energia elétrica; e (b) a energia solar, que, de acordo com Hinrichs, Kleinbach, Reis (2012), consiste na energia proveniente da radiação solar, a qual pode ser convertida em energia elétrica (b.1) a partir do calor do sol, a chamada energia termossolar, ou (b.2) diretamente a partir da luz do sol, a chamada energia fotovoltaica. Ressalte-se que o Brasil se destaca no mundo pelos seus grandes potenciais eólico e solar. Quando se fala sobre a resolução 482/2012 da ANEEL, nota-se a tentativa de alcançar objetivos próprios da administração pública relacionados ao meio ambiente – como a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável – tudo isso por meio das políticas públicas e seus instrumentos, as quais, segundo Ronaldo Seroa da Motta (2000),

referem-se aos “programas de ação que visam a consecução de objetivos que não se pode esperar que o mercado sozinho possa atingir”. Segundo a classificação feita por Grau (2006), os instrumentos de políticas públicas podem realizar a intervenção do Estado sobre a economia, a qual pode ser fragmentada nas modalidades de (1) intervenção por direção, que se configura quando o Estado exerce pressão sobre a economia através da imposição de normas de comportamento obrigatório aos agentes econômicos, cominando-lhes punições para o caso do seu descumprimento e (2) intervenção por indução, onde a desobediência ao comportamento desejado pelo ordenamento jurídico não constitui um ilícito e, conseqüentemente, não sujeita o desobediente a uma punição do direito, mas tão somente faz com que este perceba uma desvantagem econômica (maior custo) – daí serem chamados instrumentos econômicos neste caso. Ademais, a utilização desses instrumentos econômicos está em consonância com o pensamento mais moderno do Direito do Meio Ambiente e tem como fundamentos a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o art. 170, VI, da CF, que coloca “a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” como princípio da ordem econômica brasileira e o art. 9º, XIII, da Lei 6.938/1981, que prevê os instrumentos econômicos como espécie de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Dito isso, pode-se, então, falar mais sobre a resolução 482/2012 no que diz respeito ao seu texto propriamente dito. Como já explanado, tal resolução trata da geração distribuída, e a ideia básica é que cada cidadão possa ter sua mini ou microgeradora de energia, sendo essa ligada diretamente à rede da distribuidora de energia elétrica local – o que representa um dos principais diferenciais da presente resolução, tendo em vista que até então o consumidor que adotasse sistemas sustentáveis de energia elétrica estaria completamente dependente dele, o que o deixava em desvantagem quando, por exemplo, estivesse no período da noite, em se tratando de um sistema de autogeração com placas solares, ou ainda, quando se tratasse de um sistema de autogeração eólica, em períodos em que não houvesse vento suficiente; fomentando, assim, uma troca de energia e créditos de energia entre ambas as partes, a partir do sistema próprio de compensação de energia elétrica que irá contabilizar a relação “geração/consumo” de cada unidade geradora. Algo muito importante na referida resolução é o fato de ela possibilitar a realização de diferentes modalidades de vinculação, abrangendo seu uso para condomínios, empresas e empreendimentos maiores, admitindo, portanto, (a) o arranjo onde o consumo de energia obtida da rede distribuidora é realizado pela própria unidade consumidora onde está instalada a central geradora e (b) os arranjos onde o consumo de energia retirada da rede de distribuição é realizado por uma unidade diferente daquela unidade onde a energia foi produzida (art. 7º, VI, da Resolução ANEEL 482/2012), podendo ser (b.1) geração compartilhada, (b.2) autoconsumo remoto ou (b.3) empreendimento com múltiplas unidades consumidoras. Assim, nota-se a importância e relevância da resolução 482/2012 da ANEEL, por se tratar de uma excelente forma de incentivo à utilização sustentável dos recursos naturais no país, de forma a promover o acordado pelo Brasil em reuniões internacionais sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, fenômeno esse tão crítico para a humanidade atual. Sem, é claro, esquecer das questões econômicas e sociais, as quais fazem parte da conjuntura capitalista em que se vive na atualidade. **CONCLUSÃO:** Dessa forma, percebe-se que a resolução 482/2012 consiste em política pública centrada no uso de instrumentos econômicos (intervenção por indução) que visam induzir os agentes do mercado a produzirem sua própria energia a partir de fontes renováveis, estando, pois, em linha com o pensamento mais atualizado do Direito Ambiental. O objetivo maior é a participação ativa de todos os cidadãos na tentativa de minimizar os impactos climáticos existentes na geração convencional de energia, fazendo com que eles tenham a possibilidade de transformar suas residências,

empresas ou condomínios em mini ou microgeradoras de energia elétrica por meio tanto da utilização da energia eólica como da solar.

Palavras-chave: Energias Renováveis. Geração Distribuída de Energia. Resolução ANEEL 482/2012.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Perguntas e respostas sobre a aplicação da Resolução Normativa nº 482/2012** – atualizado em 1/03/2016. Disponível em:

<http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/FAQ_GD_Atualizado.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ATLAS Solarimétrico do Brasil: banco de dados solarimétricos. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. **Revista de direito administrativo**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 83-85, abr./jun. 2005.

CHEHAB, Gustavo Carvalho. Jurisdição constitucional, direitos fundamentais e relações privadas. In: MENDES, Gilmar Ferreira (org.). **Jurisdição constitucional**. Brasília: Idp, 2012.

GOLDEMBERG, Jose; LUCON, Oswaldo. **Energia, meio ambiente e desenvolvimento**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

HINRICHS, Roger A.; KLEINBACH, Merlin; REIS, Lineu Belico dos. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. Instrumentos econômicos e política ambiental. **Revista de direito ambiental**, n. 20. p. 86 - 93, out/dez. 2000.

MÜLLER, Johannes. **The german experience on the renewable energy sources as reference to Brazil and Northeast benefit from their enormous renewable potential**. Palestra em Natal/RN em 27 de agosto de 2015.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. Desenvolvimento sustentável do Brasil e o Protocolo de Quioto. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 37, 2005.

SANTOS, Rafael César Coelho dos; MAIA, Américo Nobre de Mariz. As fontes renováveis de energia e o desenvolvimento sustentável do NE: o problema das receitas públicas. **O Jornal de Hoje**, Natal, p. 7 , 18 jul. 2012.

SANTOS, Rafael César Coelho dos; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. Os incentivos fiscais ao biodiesel à luz da constituição brasileira. In: XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar (orgs.). **O direito das energias renováveis**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 172-195.

VOTO DISTRITAL: CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE DA DESIGUALDADE REGIONAL

AUTORES:

Álvaro Augusto Paiva de Oliveira

Matheus de Araújo Paiva Varela

INTRODUÇÃO: Analisando a atual situação político-eleitoral brasileira e as discussões da reforma política, dentre outras percepções, evidencia-se a desigualdade político-regional e econômica entre municípios e estados brasileiros. Nesse contexto, como contribuição para tal problemática social, vem à discussão como possível solução, a adoção ao sistema eleitoral brasileiro do Voto Distrital, que é oportuno se discutir no presente momento com a sociedade e os representantes legítimos. Ressaltando-se que o debate dessa situação já se iniciou no Congresso Nacional, por iniciativa do Senador Reguffe/DF através da propositura da PEC - Proposta de Emenda a Constituição 09/2015 que dispõe sobre a adoção de tal sistema ao processo eleitoral brasileiro. A proposta inova, pois a relação política é acentuada com a cobrança de resultados a serem aplicados para a localidade, resultando assim, em desenvolvimento e crescimento. Observando-se a desigualdade regional nas localidades, exemplificam-se: Obras de desenvolvimento viabilizadas por parlamentares através das emendas impositivas, onde o mesmo foi mais votado em detrimento de locais que não teve ou obteve poucos votos, gerando assim distorções e desigualdades. É perceptível que há uma crise de representatividade e nela a relação do eleito com o eleitor, ação essa que implica na problemática social – desigualdade em todos os sentidos. Isso posto convém propor reflexões sobre essas posturas e a forma de eleições no Brasil, é salutar sobre a mesma que ocorra diálogo com o Congresso Nacional e a sociedade. **METODOLOGIA:** Este estudo utilizou como metodologia de pesquisa, base bibliográfica por meio virtual e físico, dentre esses, doutrina, publicações em sites que versam sobre a temática, legislação relacionada. Bem como o método hipotético-dedutivo, para discussão de ideias e aplicabilidade que resultaram nesta sistematização. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O Direito tem como principal função nas eleições garantir e tutelar a soberania popular através do voto livre e limpo, além de auxiliar na organização do processo eleitoral conforme a Lei nº 4.737/65 – Código Eleitoral e a Constituição, as funções supracitadas já são geridas pelo TSE. Conforme o Art. 3, inciso III da Constituição, é um dos objetivos fundamentais do Estado: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” a discussão sobre o Voto Distrital é uma alternativa salutar e que serve de exemplo onde existe, como em alguns países da Europa – Alemanha, França, Inglaterra. Busca-se efetuar de forma efetiva a segunda parte do inciso supracitado. Para tanto, faz-se necessário a implementação do Voto Distrital por uma inovação no ordenamento jurídico cabendo ao poder legislativo a discussão da PEC, que vise alterar a redação do art. 45 – *caput* da CF. A doutrina traz ao tema considerações relevantes. Para Cunha (1991), há uma diferença entre sistema distrital e Voto Distrital. Segundo o referido autor, Voto Distrital já existe atualmente no Brasil, nas eleições para Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, quando cada estado membro funciona como um grande distrito, onde eleitores só poderão votar em candidatos destas localidades - estados. Por outro lado, o sistema é distrital quando, além da divisão da circunscrição em distrito, a eleição dos candidatos se dá pelo sistema majoritário. A doutrina majoritária compreende que “a divisão do colégio eleitoral em distritos, devendo os eleitores votar apenas em candidato de seu respectivo distrito” (DALLARI, 1989, p.164). Há duas variações desse sistema: o Voto Distrital puro e o distrital misto. Denomina-se voto distrital puro o sistema no qual “o país e estados são divididos em regiões (distritos) e todos os parlamentares são escolhidos por votação majoritária” (CERQUEIRA, 2004, p. 1451), de tal forma que não haja

repassa de votos de um distrito para outro. Entende-se por voto distrital misto o sistema no qual “o país e estados são divididos em regiões (distritos) e somente metade dos parlamentares são escolhidos por votação majoritária, sendo que a outra metade escolhida pelo sistema proporcional de listas partidárias” (CERQUEIRA, 2004, p. 1451), de tal modo que o eleitor tem direito a dois votos: um no candidato do distrito e outro na lista partidária. Na democracia representativa, o povo delega parte de sua soberania aos representantes eleitos, para legislarem em seu nome e respeitando a sua vontade, por conseguinte, pressupõe-se a existência de uma relação de confiança entre representantes e representados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O Voto Distrital em síntese consiste em uma divisão estratégica de uma determinada localidade (município/estado) em distritos os quais, eleger-se-iam diretamente os seus representantes e esses deveriam exercer os seus mandatos em prol de quem os elegeu, sendo viável para os cargos do poder legislativo, na respectiva jurisdição. Nesse sentido, o sistema eleitoral brasileiro na forma em que se encontra está defasado, necessitando ser rediscutido pelo parlamento junto com a sociedade. Para tal feito, o sistema de eleição proporcional não é tão representativo como o distrital, já que, cada vez mais vemos representantes com muitos votos não assumindo cadeira e representantes com muito menos sendo eleitos por votos da legenda, como no caso em Natal/RN nas eleições municipais de 2016, onde a candidata do PSTU Amanda Gurgel obteve 8.002 votos válidos e não se reelegeu e o candidato Sueldo Medeiros do PHS teve 1.829 votos e conquistou uma cadeira na câmara municipal. O Efeito Jurídico de tal fato é mais uma mudança na Constituição bem como alteração no Código Eleitoral e que afetará o ordenamento jurídico, o modo de realizar campanha política entre outros, beneficiando na visão de quem o defende, e afetando a vida do cidadão brasileiro. Este presente produto científico tem como objetivos gerais e específicos contribuir de forma apartidária ao debate e aumentar as discussões do assunto, propor a viabilização do Voto Distrital assim como sua contribuição e seus impactos diretos e indiretos no combate a desigualdade político-econômica dos estados e municípios. Sendo viabilizado por meios jurídicos possíveis para a implementação do referido sistema no Brasil e contribuir ao debate que está presente na sociedade, através de reflexões e maiores estudos sobre o tema. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que no presente cenário brasileiro um dos fatores geradores da crise é esse atual modelo de se fazer política. constata-se que os representantes já não representam mais na totalidade o povo, em busca de interesses próprios, esse, por sua vez, já não se interessa pelos assuntos políticos mais relevantes no cotidiano do país, por exemplo em candidatar-se a um cargo eletivo, não participar de debates públicos. Ao adotar-se o Voto Distrital ao sistema eleitoral brasileiro, terá primeiramente uma nova experiência no modo de se fazer eleições, tornando a campanha mais barata, maior participação do eleitor e um contato próximo ao candidato para discussão de propostas, ser um sistema que já é usado em outros Estados, cumpre elencar que são desenvolvidos economicamente. Propõe-se conjuntamente com a implementação da medida que sejam os cidadãos desde cedo, estimulados no âmbito escolar e familiar, a terem atuação política, responsabilidade com o voto, pensamento crítico e liberdade de opinião. Visto que, atualmente grande parte do dia-a-dia apresenta alguma relação com a política, e o afastamento dos cidadãos desta, não é salutar para a democracia, pois, torna-se o indivíduo vulnerável às práticas de corruptos eleitos e nem para sociedade que é a vítima principal da má política. Por fim, surge como alternativa viável e com conformidade ao ordenamento jurídico brasileiro, a implementação do Voto Distrital nas eleições para cargos legislativos. Nesse sentido, a aprovação da PEC 09/2015 faz-se necessário para tal realização.

Palavras-chave: Desigualdade Regional. Representatividade. Voto Distrital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016

_____. Senado Federal. **Voto distrital**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119664>> Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Lei nº 4.737**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm> Acesso em: 28 set. 2016

_____. **Lei nº 9.504/97**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm> Acesso em: 27 ago. 2016.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **O que é voto distrital**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 162-258.

EU voto distrital. Disponível em: <<http://www.euvotodistrital.org.br/#entenda>> Acesso em: 07 ago. 2016.

IAS, Renata Livia Arruda de Bessa. **Justiça eleitoral**: composição, competências e funções. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-4/justica-eleitoral-composicao-competencias-e-funcoes>> Acesso em: 09 out. 2016.

PROJETO do voto distrital será votado em Plenário. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/05/projeto-do-voto-distrital-sera-votado-em-plenario>> Acesso em: 07 ago. 2016.

SETTI, Ricardo. **Senado pode decidir hoje sobre voto distrital para vereadores**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/510168/>> Acesso em: 05 set. 2016.

CARTOGRAFIA MODERNA DUAL: OS DESAFIOS DO ENSINO JURÍDICO

AUTOR:

André Luiz de Lima

INTRODUÇÃO: o tema estudado tem como foco a análise da formação e desenvolvimento do ensino jurídico no Brasil, objetivando identificar as estruturas do paradigma dominante eurocêntrico, constituidores da cartografia moderna dual que se forma através do monopólio do conhecimento (cartografia epistemológica) e do paradigma jurídico (cartografia jurídica). Entende-se que o ensino jurídico, inserido sistemicamente, na realidade política, econômica e social é justificador dessa Cartografia Moderna Dual, como lhe denomina Santos (2010), reproduzindo inicialmente as características predominantes do período colonial baseada na apropriação e violência, parecendo perpetuar-se, sistematicamente, através dos processos de colonialidade do poder/saber nas mudanças políticas, econômicas e sociais da formação do estado brasileiro. Nesse contexto, a estruturação dos cursos de Direito no Brasil, no primeiro momento, objetivou valorizar os grupos dominantes na clara intenção de coabitar o Estado em formação, seja na época colonial, reinado ou na república. Assim, o acesso ao ensino passa por um grande processo de exclusão social, o que reforça a proposta do paradigma eurocêntrico na formação da Cartografia Moderna dual para os países colonizados ou pós-colonizados, qual seja, aumento da tensão entre apropriação e violência, justificando a impossibilidade do desenvolvimento da emancipação, sobreposta pela regulação. Com isso, a estrutura de exclusão social e o não acesso à justiça e ao ensino, tornam-se também uma característica da própria estrutura do Estado, administrador das injustiças cognitivas e sociais. Posteriormente, com a institucionalização da República brasileira, inicia-se um novo período político, econômico e social no Brasil. A cartografia moderna dual redimensiona seus mapas, através do processo de colonialidade do poder/saber, provocando uma ressignificação da tensão entre emancipação e regulação constituindo novas escalas, projeções e simbolizações³. O novo período apresenta a emancipação como proposta moderna de progresso, organizando-se, principalmente, nos centros urbanos econômicos que se tornam expressões dessa realidade emancipatória. Por outro lado, a periferia em franca expansão nos meios urbanos e, expressão máxima no meio rural, continuou reproduzindo as injustiças cognitivas inversas à proposta emancipatória republicana, naturalizando-se nos processos de coabitação com o poder. Assim, a tensão entre emancipação e regulação social provoca na segunda, modificações nas estruturas basilares da sua sustentação. Os princípios do Estado, do Mercado e da Comunidade diante do processo emancipatório redimensionam suas cartografias direcionadas pelo paradigma dominante e baseadas na constituição da cartografia moderna dual, ou seja, monopólio do conhecimento (cartografia epistemológica) e do paradigma jurídico (cartografia jurídica). O desenvolvimento do Estado republicano objetiva uma racionalização institucional que garanta, entre outras coisas, o monopólio do Direito, a administração da justiça e a reprodução do mercado capitalista. O desenvolvimento educacional segue essa instrumentalização o que dinamiza a criação de novos cursos superiores, entre eles os cursos de Direito, dando sequência a ideologia que se iniciara quando o Brasil era ainda colônia, para formar, via de regra, “burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, formar profissionais liberais” (CUNHA apud GICO, 1994, p.

³ Mecanismos que compõem a Cartografia simbólica do Direito, conforme Santos (2011a). Escalas: “primeiro grande mecanismo de representação/distorção da realidade [...] é a ‘relação entre a distância no mapa e a correspondente distância no terreno’ (p.201); projeções: “segundo grande mecanismo da produção dos mapas é a projecção; os mapas para serem úteis têm de ser facilmente manuseados e armazenados” (p.203); simbolizações: “terceiro grande mecanismo da representação/distorção cartográfica da realidade. Diz respeito aos símbolos gráficos usados para assinalar os elementos e as características da realidade espacial selecionadas” (p.204).

7). Desse modo, a tensão entre emancipação e regulação percorre a história do ensino no Brasil desde a sua gênese, acentuando-se nos séculos XIX e XX, estendendo-se ao século XXI, avançando em algumas áreas Estatais, é certo, mas também legitimando-se junto ao mercado capitalista; se por um lado a comunidade urbana lentamente vai ganhando espaço democrático, por outro, na periferia esse quadro não se apresenta. Assim, em termos educacionais o Brasil republicano convive com altas taxas de analfabetismo que não foram devidamente equilibradas; essa situação limitou a participação política, através do voto, de grande parte da população que foi induzida a uma prática cidadã eivada de instrumentos clientelistas, redimensionando práticas coloniais do coronelismo na estrutura oligárquica onde domina a questão econômica e política de boa parte da nossa história, como pensam Cotrim e Parisi (1979), persistentes e reconfiguradas com outras roupagens ainda no século XXI. Assim, o monopólio do Direito Estatal iniciados na República brasileira e a administração da justiça tornam-se distantes da periférica população, e se transforma numa prática central urbana que perdura. A formação dos cursos segue essa dinâmica Estatal e econômica, porém, não perdem cartograficamente sua importância simbólica, graças a reprodução da escala estratégica instrumental que projeta no seu ensino um direito geocêntrico, eficiente e abrangente que atinge centro e periferia. Assim, temos como objetivo analisar a evolução da cartografia do ensino jurídico no Brasil, apresentando sua relação com a cartografia moderna dual. **REFERENCIAL TEÓRICO:** A dinâmica hegemônica do paradigma dominante definiu a caracterização colonial, conforme afirma Santos (2010), reafirmando a tensão entre apropriação (destruição física, material, cultural e humana) e violência (incorporação, cooptação e assimilação), desenvolvendo o que Quijano (1992), classifica de colonialidade do poder/saber, responsável pela perpetuação do sistema-mundo europeu, através das injustiças cognitivas, pela monocultura da mente, e pela sociologia das ausências, amplamente teorizadas por pensadores pós-coloniais, como Quijano (1992), Dussel (2010), Wallerstein (2002), Shiva (2009), Todorov (2011), Santos (2010). **METODOLOGIA:** A proposta metodológica parte das constituições cartográficas de teses e dissertações produzidas e constando no repositório CAPES e ABTD sobre o ensino do Direito no Brasil entre anos de 2006 – 2016. O espaço temporal se justifica pela dinâmica anterior pós constituição de 88, destacando-se os debates sobre o papel social da educação e do ensino do Direito que percorrem toda década de 90 e início do século XXI, tendo como marco orientador a resolução nº 09 CNE/MEC 2004, que orienta os cursos de Direito no Brasil para uma proposta interdisciplinar, e a previsão da inserção da complexidade social brasileira na redefinição das práticas de ensino, extensão e pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para promover uma dinâmica de mudança emancipatória, o ensino jurídico, segundo Santos(2011b), precisa se aprimorar através das suas estratégias pedagógicas, produzindo uma cultura generalista baseada na interligação dos saberes; viabilizando estratégias entre teoria e prática, ampliada ao entendimento dos desempenhos sistêmicos judiciais, o que expõe os seus problemas e possíveis soluções. Destaca-se também, o entendimento do sistema de poder, saindo de uma deificação das funções jurídicas e nivelando todas ao patamar democrático de direitos e deveres, na valorização da simplificação burocrática e suas possíveis soluções que aproximem decisões através da conciliação e não da judicialização. **CONCLUSÃO:** O campo social, político e econômico brasileiro continua a apresentar sua colonialidade. De um lado toda essa demanda social, tecnológica e de comunicação, e do outro, o desafio de integrar os excluídos históricos nesse processo. Percebe-se o redimensionamento da cartografia dual nas demandas sociais para o idoso, criança e adolescente, questões raciais e homoafetiva, entre outros. Assim, o ensino jurídico passou a ser um dos pilares para continuidade emancipatória do Direito, debatendo a realidade da estruturação cartográfica dentro e fora da academia. Algumas reflexões, pensadas por Santos (2011b), direcionam para possibilidade da crítica ao

processo de colonialidade, abrindo caminho para uma cultura técnico-democrática, pautada no aprimoramento técnico e na acessibilidade a justiça.

Palavras-chave: Cartografia Moderna Dual. Colonialidade. Ensino Jurídico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DUSSEL, Enrique. Mediações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. cap.10. p.341-391.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GICO, Vânia de Vasconcelos. **Contexto social, estrutura universitária e biblioteca: o caso da UFPE**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, PE, 1990.

MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. **Evolução do ensino jurídico no Brasil**. < Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf> > Acesso em: 03 set.2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (Org.). **Los conquistados**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011a

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da colonialidade à descontinuidade. In: MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

_____. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011b.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

DESMITIFICAÇÃO DA NATUREZA: CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL PARA A CRISE AMBIENTAL

AUTOR:

Manoel Cipriano de Oliveira Bisneto

INTRODUÇÃO: A questão ecológica em torno da sustentabilidade é pertinente e de fundamental importância na contemporaneidade, haja vista a grande contribuição humana para o processo de defasagem da natureza. É válido salientar, primeiramente, que a sociedade está em constante evolução, e é resultado dessa constante mudança, objetivando assim este trabalho vislumbrar o processo evolutivo histórico-cultural que nos levou, de certa forma, a não nos vermos inseridos na natureza, mas antes tomarmos a natureza como algo subordinado a nós, humanos. Todavia, ainda pairam algumas dúvidas a respeito da verdadeira finalidade da natureza e se estamos, deveras, começando a entender o verdadeiro processo de subordinação. Outrossim, ver-se que com a perda da proximidade e devoção pela natureza, o homem começa a transformá-la compulsoriamente, acarretando em um dinamismo que ora é benéfico e ora é prejudicial para a sociedade, cabendo tão somente à sociedade, evoluir, pensar, refletir acerca de uma justa medida, para que não haja posteriormente danos maiores do que os já causados. Com o advento dos pensadores pré-socráticos, inicia-se lentamente uma ruptura com o pensamento grego antigo, que explicava todos os fenômenos e acontecimentos por meio dos mitos, passando-se à necessidade de explicar a natureza de forma racional e, com isso, esquecendo-se a essência e importância dela. O que vai nos levar a refletir o verdadeiro significado da palavra natureza, já que isso está ligado ao conjunto de elementos do mundo natural, no qual está inserido o homem, como elemento de vontades e ações que modificam grandemente os outros elementos. Nota-se, facilmente, uma ruptura com a “religião” ao deixar de explicar os trovoes, a chuva, a seca, pela ótica dos desejos dos deuses. Havia-se, então, começado a trilhar o caminho para o conhecimento científico. Porém, esse mesmo caminho que nos levaria à uma crise ambiental imensa, como se vê hoje. Todavia, não se deve condenar essa escolha. Todos sabemos que a ciência é imprescindível para o desenvolvimento humano, visto que ajuda-nos a entendermos melhor o meio ambiente que nos cerca, e nos entendermos melhor, nos autoconhecermos. Proposta essa que vem a ser posta por Sócrates e Platão, que buscam, por meio da reflexão e análise, do mundo que nos cerca e de nossas atitudes, o autoconhecimento, um *epoché*, elevação da alma para um mundo racional, despregando-nos de mitos que nos mantêm a ferros, não permitindo que enxerguemos a realidade das coisas. Destarte, é de fácil percepção que essa quebra foi elementar para o desenvolvimento da sociedade, e até mesmo para que essa possa pensar em soluções adequadas para tentar amenizar a questão ambiental contemporânea. Deve-se atentar para a ponderação e uma justa medida de usos de recursos para produzir, desenvolver, utilizar e reutilizar a natureza de forma que os danos sejam os menores possíveis, e obtermos, dessa forma, maiores vantagens. Em meados do séc. XVII e XIX, o grande filósofo René Descartes, traz uma ideologia que já vinha sendo construída, ao aludir que o conhecimento e o domínio da natureza devem ser utilizados a nosso favor e para suprir nossas necessidades, aduzindo o seguinte na sua obra O Discurso do Método: “Logo que adquiri algumas noções gerais relativas à Física, julguei que não podia mantê-las ocultas, sem pecar grandemente contra a lei que nos obriga a procurar o bem geral de todos os homens. Pois elas me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam úteis à vida e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza. O que é de desejar, não só para a invenção de uma infinidade de utensílios, que permitiriam gozar, sem qualquer custo, os frutos da terra e de todas as comodidades que nela se acham, mas principalmente também para a conservação da saúde, que é sem dúvida o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida”. Com o

advento das revoluções francesa e industrial inglesa, começa a se vislumbrar hipóteses jurídicas, nunca antes pensadas, ou discutidas. Devido à grande evolução industrial manufatureira, que utilizava grandes quantidades de trabalhadores e recursos naturais, foi-se discutido, a priori a criação de direitos de primeira dimensão – diretos políticos e civis - que legitimavam a estada dos burgueses no poder, servindo de escudo contra oposição. Em decorrência disso, fez-se necessário a criação de direitos de segundo grau – direitos e garantias individuais e coletivos, culturais e “econômicos” -, porém, há de se observar que mesmo com essas garantias não havia uma harmonização social, devido a direitos transindividuais estarem sendo desrespeitados a torto e a direito. Fazendo mister a atenção do direito para tais questões, que dentre elas está a questão ambiental, o direito ao meio ambiente, tendo que conservar este para poder se desenvolver com felicidade, paz e em um ambiente comumente harmônico. Norberto Bobbio (1992, p. 43), ao se referir ao problema dos direitos humanos de terceira geração, afirmou que o mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído.

METODOLOGIA: Metodologia Científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas (TARTUCE, 2006). Utilizamos nesta pesquisa de finalidade básica, o Método Cartográfico, com objetivo descritivo através de pesquisas bibliográficas de natureza quantitativa e qualitativa, desenvolvida em laboratório, onde, sofre uma tripartição, que consiste em escala, projeção e simbolização. Utilizando como escala as Leis, em especial e sempre hegemônica as Constitucionais, bem como a evolução histórica, principiológica e axiológica, que dão azos a essas leis. Mostrando que isso se projeta em todos nós, sendo necessário, portanto, vislumbrar seus reais e efetivos efeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Faz-se mister observar que, o rompimento da religião com o a natureza foi de grande importância para a evolução científica, essa que proporcionou verdadeira revoluções em todos os aspectos imagináveis, “melhorando” e “confortando” a vida humana. É inegável também, que tal ruptura beneficiou grandemente a filosofia, instrumento de aquisição de conhecimento para todas as áreas da gnose humana. Todavia, deve ser refletido se tal rompimento fora um dos grandes responsáveis pela crise ambiental que vivenciamos atualmente. E, se não houvesse essa quebra, se estaríamos devastando a natureza tão drasticamente, haja visto que veríamos a natureza como parte de nós, e não algo que é subordinado a nós.

CONCLUSÃO: Conclui-se, destarte, que é necessário pensarmos na natureza e na preservação desta, antes mesmos de pensar em nossas necessidades, pois essas necessidades seriam amenizadas com a devida sustentabilidade e racionalidade na utilização daquela. Vislumbra-se que, o ideal seria que pensássemos no humano como extensão da natureza, e dessa maneira acarretando em uma maior reflexão sobre os atos cometido contra a natureza, pois nota-se facilmente que, na sociedade atual há uma famigerada vontade de tomadas de decisões impensadas, sem o mínimo de reflexão que é necessário, haja vista que quando se trata de direitos transindividuais, deve-se, portanto, serem tratado com o máximo de diligencia possível, pois, se assim não for feito, é bem provável que enfrentaremos dias demasiadamente turbidos.

Palavras-chave: Direitos transindividuais. Sustentabilidade. Religião.

REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultura, 1973. (Coleção Os Pensadores, 15).

IBAIXE, João. **Os pré-socráticos e a physis**. Disponível em: <<http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/26/artigo190183-1.asp>>. Acesso em: 20 out. 2016.

OBBIÓ, Norberto. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DIFICULDADES NO AVANÇO DO MERCOSUL: PROBLEMA DE INSTITUCIONALIDADE

AUTOR:

Marconi Neves Macedo

INTRODUÇÃO: Percebe-se que o constituinte de 1988 quis instituir o dever de o Estado brasileiro promover a integração regional, estabelecendo-o em um significativo grau de prioridade, a julgar por sua inserção constitucional no art. 4º, parágrafo único. Tendo em vista a consecução desse fim, destaca-se o bloco regional Mercado Comum do Sul (Mercosul), inserido nos objetivos que motivaram a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Em razão de uma debilidade de fundo institucional, aponta-se as fracas exigibilidade e exequibilidade das normas provenientes da iniciativa integracionista mercosulina, desenhando nível insatisfatório de segurança jurídica para os agentes econômicos privados atuantes no Mercosul. Essa debilidade institucional, por sua vez, opera-se em razão de limitações de ordem constitucional respaldadas em uma concepção arcaica do elemento da soberania no contexto estatal, revelando uma problemática jurídica que precisa ser enfrentada. **METODOLOGIA:** A abordagem da temática toma inicialmente a análise das implicações desse processo integracionista à soberania do Estado brasileiro, abordando a sua evolução histórica e conceituação, bem como suas repercussões nas relações internacionais, tanto em razão das relações travadas pelos Estados entre si quanto considerando as relações destes com as organizações internacionais que integra, considerando a situação dos agentes econômicos privados, a partir do prisma econômico, por meio da revisão de normativa internacional de integração e de normativa constitucional, além de doutrina especializada sobre cada uma das temáticas envolvidas, contextualizada pela observação de notícias que relatam o estágio atual do processo de integração. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para analisar a temática adequadamente, é imprescindível compreender a natureza multidisciplinar do fenômeno da integração regional, liderado por necessidade de cunho econômico, conforme evidenciam (BAUMANN; CANUTO, 2004, p. 107), que acabem por exigir uma institucionalidade (órgãos e normas) capazes de atender a essas necessidades. Por outro lado, necessário se faz compreender adequadamente o instituto da soberania, através das lições de CASELLA (apud MELLO, 1999, p. 71), para verificar que em nada se incompatibiliza com os fenômenos integracionistas. Ainda, faz-se mister compreender que é muito importante realizar esses propósitos, tendo em vista que as iniciativas de integração fazem parte de uma estrutura muito maior que é o sistema econômico internacional, nos termos apresentados por CARREAU (2003, p.16) e por BICHARA (2008, p. 09). Por fim, todo sistema econômico depende fundamentalmente de segurança jurídica para que os agentes econômicos sintam-se atraídos diante da possibilidade de previsão e controle de riscos (VALEMBOIS, apud Conseil Constitutionnel, 2004, p.129). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Efetuadas as reformas constitucionais devidas que permitissem a efetiva realização da iniciativa integracionista, o Mercosul necessitaria de uma estrutura institucional adequada e necessária à condução de um bloco de integração em nível de mercado comum, conforme construção da doutrina econômica sobre o tema. No presente momento, no entanto, constata-se a existência de uma estrutura institucional típica de instituições de cooperação quando, na verdade, o objetivo perseguido pelo Tratado de Assunção (1991) reflete a natureza de um projeto de efetiva integração. O Protocolo de Ouro Preto (1994), instrumento que dotou o Mercosul de capacidade jurídica e que deveria estabelecer, em definitivo, sua estrutura institucional, acabou por fornecer uma solução provisória. Registre-se, a provisoriedade referida decorre da confrontação do objetivo de constituir um mercado comum com a estrutura fornecida, em que se constata que esta não é capaz, tecnicamente, de operar aquele, conforme já visto. A

capacidade jurídica, conferida pelo Protocolo de Ouro Preto aos órgãos mercosulinos produtores de normas derivadas, por ser muito limitada, é insuficiente para a realização do Tratado de Assunção. A criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul) aponta para o início de uma movimentação nesse sentido, visto que já ostenta dentre seu rol de funções a atribuição de propor projetos de normas perante o principal órgão da atual estrutura decisória do Mercosul, Conselho de Mercado Comum, tendo este a obrigação de remeter-lhe semestralmente relatórios sobre o andamento da proposição. No entanto, essa tendência só pode ser continuada e confirmada de modo a garantir efetivamente a segurança jurídica quando as constituições brasileira e uruguaia forem submetidas a procedimentos de reforma que lhes permitam admitir estruturas supranacionais de integração aptas a produzir direito derivado dotado de primazia, aplicabilidade imediata e efeito direto, condição para sua plena exigibilidade. Já para obrigar o cumprimento de uma norma vigente no contexto de seu sistema jurídico, é necessário um sistema jurisdicional que o faça, compelindo entes públicos e privados ao respeito e ao cumprimento da norma. Este é o conteúdo do ato de executar uma norma, através do qual, em caráter exclusivo, pode-se forçar alguém a cumprir uma norma. A exequibilidade da norma, então, garante a eficácia e, conseqüentemente, a efetividade, consagrando a segurança jurídica em um determinado sistema, por operar a observância da norma no melhor grau de eficiência possível. Nesse sentido, as normas do Mercosul, para terem garantidas a sua exequibilidade, dependem de condições internas de cada Estado Membro e da própria confiabilidade e força vinculante da estrutura institucional de jurisdição estabelecida pelo bloco de integração regional. Para o efetivo alcance da segurança jurídica, os litígios decorrentes das relações surgidas no âmbito do Mercosul devem ser tratados pelo seu próprio tribunal – que possa contar com uma estrutura perene, estável e isenta, apta a seguir um procedimento claro e preciso, o que não ocorre – em virtude do risco de que as decisões jurisdicionais estatais possam conter elementos de preferência nacional.

CONCLUSÃO: Em cumprimento ao art. 1º do Tratado de Assunção e ao princípio fundamental estatuído no parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal de 1988, conclui-se que, para além de soluções como o recurso aos acordos executivos ou à criação de um tribunal de justiça mercosulino, é necessária a reforma constitucional brasileira – e, também, uruguaia. Isso para ver funcionando efetivamente o Mercado Comum do Sul. O ponto chave dessa reforma seria a harmonização do texto constitucional com seu próprio dispositivo integracionista, no sentido de admitir a criação de instituições supraestatais para o Mercosul, aptas a produzir normas de direito comunitário, necessárias à integração regional do tipo mercado comum por exigência de caráter puramente macroeconômico. A reforma deveria, então, transformar a Constituição no sentido de permitir o desenvolvimento institucional da integração regional para o nível supranacional para que as suas normas sejam dotadas de primazia, aplicabilidade imediata e efeito direto, sem olvidar da necessidade reflexa de criação de um tribunal de jurisdição também supranacional encarregado de lidar com as controvérsias surgidas em sede do sistema jurídico comunitário. Estas medidas configuram o caminho necessário para a promoção efetiva da segurança jurídica no Mercosul e, conseqüentemente, para a plena realização do Tratado de Assunção e do dispositivo integracionista da Constituição brasileira.

Palavras-chave: Estrutura Institucional. Segurança Jurídica. Agentes Econômicos Privados.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional – teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BICHARA, Jahyr-Philippe. **La privatisation au Brésil: aspects juridiques et financiers**. Paris: L'Harmattan, 2008.

CARREAU, Dominique; JUILLARD, Patrick. **Droit international économique**. Paris: Dalloz, 2003.

CASELLA, Paulo Borba. **Soberania, integração econômica e supranacionalidade**. In: MELLO. Anuário direito e globalização, 1: a soberania. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 71-97.

VALEMBOIS, Anne-Laure. **La constitutionnalisation de l'exigence de sécurité juridique en droit français**. In: CONSEIL CONSTITUTIONNEL. Cahiers du Conseil Constitutionnel n° 17/2004. Paris: Dalloz. 2004, p. 127-132.

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL – PROTEÇÃO E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

AUTORES:

Maria Jhulia Da Silva Lima
Vitória Beatriz Barreto Isidio

INTRODUÇÃO: A exclusão histórica das pessoas com deficiências é uma problemática sociocultural enraizada na sociedade, e uma razão pela qual existe um alto índice de desqualificação profissional, gerando o desemprego destes indivíduos. Fontes históricas relatam que na cultura indígena Brasileira, o bebê que nascia com algum tipo de deficiência era eliminado e os que adquiriam ao longo da vida eram isolados do convívio social. Esta prática foi utilizada também em outras civilizações, como na Roma antiga, em que nobres e plebeus tinham permissão para sacrificarem os que nascessem deficientes. A discriminação que acompanhou estes indivíduos ao longo da história surte efeitos atualmente, desrespeitando normas inclusivas e protetivas que contribuem para o bem-estar dos deficientes nas empresas e no convívio geral. De acordo com o IBGE, 6,2% da população brasileira possui algum tipo de limitação, considerando os quatro tipos de deficiências: física, auditiva, mental e visual, a deficiência afeta um percentual significativo na sociedade, que torna ainda mais relevante o estudo sociocultural desta problemática que envolve o indivíduo com deficiência e o mercado de trabalho. A Lei 13.146, sancionada em julho de 2015, que instituiu o estatuto da pessoa com deficiência, apresenta um avanço na elaboração do princípio da dignidade da pessoa humana e na proteção dos direitos e das liberdades fundamentais dos indivíduos supracitados, visando à garantia da inclusão social e a acessibilidade, viabilizando o convívio que por muitas décadas foi de exclusão dos menos favorecidos, bem como, auxiliando no processo de inserção destes na qualificação e vida profissional. O estudo objetiva analisar as reais dificuldades passadas pelas pessoas com deficiências ao longo da história, buscando entender as causas que influenciaram no desfavorecimento da inclusão social, com a proposta de viabilizar o entendimento dos aspectos que dificultam a contratação do profissional com limitação, seja ela física, auditiva, mental, visual ou deficiência múltipla. **METODOLOGIA:** O modelo metodológico apresentado é o cartográfico, escala – projeção – simbolização, e tem como pilares a história que retrata a evolução da pessoa com deficiência na sociedade e estas ferramentas de análises alternativas que permitem um melhor entendimento do assunto abordado. A escala se baseia no território nacional e regula a inserção da pessoa com necessidade especial no mercado de trabalho através de leis e estatutos para que haja o acolhimento dessas pessoas nos grupos sociais. Já a projeção é fixada na relação entre o fato social – que é a inclusão dos deficientes no mercado do trabalho – e o fato jurídico que vai configurar crime o não cumprimento da constituição, leis, decretos que protegem os interesses das pessoas portadoras de necessidades especiais. E a simbolização visa apresentar os problemas enfrentados por eles para que possam ser inclusos no mercado de trabalho, explicando os direitos a favor dessa classe e argumentado sobre a importância desses componentes na sociedade. Utilizamos para fundamentação do trabalho a pesquisa bibliográfica baseada no Estatuto da Pessoa com deficiência, Tomazini, Fonseca e a própria Constituição da República Federativa do Brasil, analisando os aspectos que permeiam a trajetória da pessoa com deficiência a partir da técnica exploratória, fazendo o levantamento de dados, para facilitar a familiarização com o estudo da temática e consequentemente favorecer a compreensão acerca da pessoa com deficiência e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Constituição Federal Brasileira, no artigo 7º, inciso XXXI, deixa claro que: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (...)”, então é direito da pessoa portadora de necessidades especiais trabalharem sem distinção entre os demais. Já na nossa lei nº 13.146/15 – Estatuto da pessoa com deficiência aborda com mais afinco o direito ao trabalho dos portadores de deficiências, como se especifica no artigo 34º onde afirma que: “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.” De acordo com Tomazini (1996) o trabalho constitui a atividade vital do ser humano, pois é a fonte de objetivo e através dele que o mundo e o homem se transformam enquanto sujeitos da sociedade. Sendo assim o trabalho tem suma importância na vida da pessoa com deficiência, já que ele define a posição do homem nas relações sociais. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (2000) descreve que “Erroneamente é o portador de deficiência entre nós tratado de forma assistencialista, ou seja, fica assistido por instituições não governamentais ou então recebendo pensão assistencial da Previdência, o que caracteriza um cunho excessivamente paternalista que acaba por tolher ou retirar mesmo, o inarredável direito de cidadania plena, como constituir família, exercer suas vocações ou inibindo seu desejo – e mesmo necessidade – de entrar no mercado de trabalho”, afetando na sua vida em sociedade, pois desmerece o valor real da pessoa com deficiência. Mas “Muitos estudos mostram que promover a diversidade no mercado de trabalho traz muitos benefícios para as empresas. Pessoas com formação diferente, com visões diferentes sobre os mesmos problemas, com origens, idades, orientações políticas e religiosas diferentes, reunidas em um mesmo ambiente, proporcionam uma visão mais holística e promovem a criatividade e a inovação. Em um grupo heterogêneo, a troca de experiência e opiniões enriquece todos os indivíduos. Por este motivo, as empresas devem cultivar a diversidade como uma estratégia para ampliar a sua visão global e integrada da sociedade em que atuam (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2010)”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** É notório que além do baixo número de qualificação das pessoas com deficiências motivado por dificuldades sociais históricas, outro fator que dificulta é o preconceito por parte dos empregadores, que os julgam como incapazes de desempenharem tarefas além das manuais, repetitivas e mecânicas. A pessoa com deficiência enfrenta também outras barreiras: arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, etc. Há na sociedade a falta de humanização para conviver harmonicamente com a diversidade, contribuir com este processo de sensibilização social é um ponto mal visto pelo empregador que não quer ter custos com a acessibilidade do ambiente laboral. Com a cominação legal da contratação de pessoas com deficiências, as empresas passaram a ter mais interesse em admissão e em como gerir seu trabalho, mas ainda com discriminação em relação a capacidade e a qualificação a pessoa com deficiência. O Art. 35 do estatuto do deficiente, objetiva garantir a inserção no mercado de trabalho com igualdade de oportunidades, seja em serviços públicos, concursos públicos ou em contratações administrativas. No Brasil, é usado o sistema de cotas ou reserva legal para incluir os deficientes no mercado de trabalho, através do contrato entre empregado e empregador ou por meio reserva legal em concurso público, que no Art. 37, inciso VIII, da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil), onde se exige que a lei estabeleça um percentual de vagas em cargos e empregos públicos para a pessoa com deficiência, favorecendo a sua inclusão no mercado de trabalho. **CONCLUSÃO:** Em uma sociedade diversificada, a troca de aprendizados e opiniões contribui para a pluralidade de conhecimento das empresas, dessa forma, facilitando a integração das pessoas com necessidades especiais no contexto social. A Inserção da pessoa com deficiência na vida profissional gera a diminuição de dependência, auxiliando na participação ativa como sujeitos de direitos integrantes da sociedade, levando em conta que o trabalho coopera para o processo de estruturação e formação do mundo psíquico contribuindo para a autoestima e fortalecendo o respeito na sociedade com o portador de necessidades especiais que é visto e se sente como

cidadão. Os deficientes estiveram segregados da nossa realidade por tanto tempo, que reforçaram as barreiras de preconceito mantendo-os separados da coletividade, receber os deficientes no ambiente organizacional torna a empresa mais humana e comprometida em desempenhar o papel social ajudando os menos favorecidos, por outro lado, empregadores analisam esta questão com maus olhos por gerar custos com acessibilidade, a lei de cotas tenta solucionar este problema destinando um número de vagas para esses indivíduos, garantindo assim a integração e a igualdade de oportunidades, facilitando a interação no meio profissional e no convívio geral.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Inclusão. Mercado de Trabalho. Acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Segraf, 2015.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **A inserção do deficiente no mercado de trabalho**. In: ÂMBITO JURÍDICO, Rio Grande, I, 2000. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4976&revista_caderno=25>. Acesso em: 15 set. 2016.

GOLDSCHMIDT, Andrea. **Os desafios da inclusão de deficientes no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/os-desafios-da-inclusao-de-deficientes-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

RESENDE, Marlene das Graças. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/wp-content/uploads/A_inclus_de_pessoas.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

RIBEIRO, Tatiana Salim. **A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a ineficácia da aplicação da lei de cotas nas empresas privadas**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11835>. Acesso em: 14 set. 2016.

ENSINO RELIGIOSO E ESTADO LAICO: UMA QUESTÃO DE TOLERÂNCIA

AUTORES:

Luis Filipe Henrique de Moura

Marcel Cavalcanti de Melo

INTRODUÇÃO: O conceito da palavra “laico” vem da Antiguidade e refere-se ao que não faz parte do clero. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 18, afirma que “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”, essa liberdade religiosa não pode ser entendida como a consumação de um Estado laico, uma vez que esse é bem mais amplo do que aquela, pois inclui não só o direito de ter e seguir qualquer religião, como também o de não professar religião alguma. A laicidade não deve ser compreendida como algo antirreligioso, mas sim, como a separação entre a Administração Pública e a religião, sendo respeitada toda e quaisquer forma de crença e tratamento igualitário aos cidadãos. De acordo com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” a laicidade deve colocar o ambiente escola acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo dogmatismo sectário. O trabalho tem por objetivo o entendimento da realidade atual, buscando uma forma de adequação dela ao texto normativo, a fim de se estabelecida uma norma (GRAUS, 2009). **METODOLOGIA:** A pesquisa foi baseada no método cartográfico, dividido em escala, projeção e simbolização. Na escala, temos os textos normativos, partindo da CF, passando Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) e complementada pelo o Acordo de Santa Sé (Decreto 7107/2010). Já na projeção, temos um conflito aparente de normas, sendo importante uma adequação delas para que se possa garantir um segurança jurídica bem como uma clareza na interpretação. Na simbolização, temos a realidade apresentada pelo fato social e o apresentado pelos textos normativos, ou seja, o mundo do ser e do dever-ser, visualizando assim todas as nuances e dificuldades de implementar um estado laico em um país multireligioso e de dimensões continentais como o nosso. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** Do ensino religioso aplicado nos estados, apenas em São Paulo se desenvolveu um quadro normativo laico para ministrar suas aulas. Já no Rio de Janeiro, o primeiro estado a regulamentar esse ensino, detectou-se que concursos públicos para seleção de professores são abertos a um reduzido grupo de religiões, e que para tomar posse no cargo, exige-se do candidato a apresentação de um documento emitido pela igreja à qual ele se vincula (DINIZ; CARRIÃO, 2010). Os materiais didáticos voltados para o ensino religioso são os únicos que não são avaliados pelo Ministério da Educação, dessa forma o governo não tem o mínimo controle do que é ministrado em sala de aula, ficando prejudicada não só o ensino como também a formação social das crianças e adolescentes. **CONCLUSÕES:** Fica bastante claro a falta de harmonia entre o direito estabelecido e a realidade praticada no país. No momento que ocorre a preponderância de uma religião sobre todas as outras, é ferido um dos fundamentos posto na nossa Constituição, que seria o pluralismo político, uma vez que dando ênfase a uma religião em detrimento das outras, não se estar dando oportunidades iguais para um debate de ideias, ou seja, há praticamente uma imposição do Estado, indo assim de encontro a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que seria a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Um país como nosso, que desde o seu descobrimento até os dias atuais, exala preconceitos de todas as formas e situações, não pode prescindir da educação como uma forma de combate efetivo da intolerância, iniciando desde o ensino infantil, se coadunando com o estabelecido pela “Declaração de Princípios sobre a Tolerância” aprovada na Conferência Geral da Unesco, que assegura a educação como meio mais eficaz de prevenir a intolerância, sendo necessária a promoção de métodos sistemáticos e racionais de ensino da tolerância centrada nas fontes

culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas, mostrando assim que as pessoas são diferentes, mas que essas diferenças não significam ser melhor ou pior, sendo os professores, treinados e capacitados profissionalmente para que questões de foro íntimo não induzam os alunos, peças imprescindíveis e o ensino não proselitista algo fundamental.

Palavras-chave: Laicidade. Dogmas. Ensino Religioso. Tolerância.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e o ensino religioso no Brasil**. Brasília: Unb, 2010.

DOMINGOS, Marília de F. N. **Ensino religioso e estado laico: uma lição de tolerância**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2016.

GRAUS, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a Interpretação: aplicação do direito**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SILVA, José Afonso da; **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

UNESCO. **Declaração de princípios sobre a tolerância**. Paris: Unesco, 1995.

EUTANÁSIA – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COM REFERÊNCIA AO ESTUDO DE CASO CHANTAL SÉBIRE

AUTORES:

Kerolaine Vanderley Moreira

Priscilla Karla de Lima

INTRODUÇÃO: O Direito é considerado atuante direto ou indireto em basicamente todas as áreas sociais. A defesa de princípios fundamentais ao ser humano é recorrente em primeira linha e são evidenciados inúmeros direitos e deveres constitutivos. Entretanto, como a sociedade vive em constante mudança, o Direito se amolda de acordo com os envolvimento entrelaçados em cada corpo social, acompanhando as novas necessidades, podendo manifestar direitos antes não concedidos ou mesmo impor novos meios de controle social, não descartando as novas discussões a respeito de temas polêmicos. A eutanásia é vista como uma das questões polêmicas. Ela envolve dois dos direitos fundamentais: O direito da dignidade da pessoa humana e o direito à vida. Porém, envolve princípios constitucionais e não constitucionais; discussões de princípios morais, éticos, políticos, sociais, religiosos e culturais. Etimologicamente, eutanásia significa “boa morte”, morte sem dor, sem sofrimento; morte de indivíduo que sofre por uma doença dolorosa e incurável. O presente trabalho visa promover uma discussão sobre a transdisciplinaridade da concordância ou não da eutanásia em diferentes países, destacando seu controle de constitucionalidade; analisar a eutanásia como fato social possivelmente vigente em qualquer tipo de sociedade, o controle de constitucionalidade em um caso concreto ocorrido na França (caso Chantal Sébire). Chantal Sébire era uma mulher, natural da França, de 52 anos, três filhos e exercia sua profissão como professora. Em 2008 descobriu um raro tumor nasal incurável, um tipo de doença chamada esteseoneuroblastoma. Com o passar do tempo o tumor causava dores, atingiu a visão causando cegueira progressiva, o olfato, a gustação e já estava se alastrando para o cérebro. A francesa entrou com uma ação na justiça pedindo o direito de morrer dignamente.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada foram pesquisas através da internet, artigos científicos, consulta à obra do reconhecido autor de Direito Constitucional Paulo Bonavides, bem como legislações pertinentes, como a Constituição Federal, enriquecida com o conhecimento pertinente estudado no curso de Direito. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A eutanásia é um fato histórico. Antigamente ocorria situações de resquílios em diversas sociedades em estado de natureza, que ainda não possuíam normas positivadas, não se constituía sociedades civis e o cotidiano se baseava em costumes e crenças. Algumas situações com o sentido exato da eutanásia, outras com características parecidas. Crianças com anomalias e idosos eram sacrificadas devido a não contribuição econômica. No Brasil, os idosos eram mortos por não participar das caças. Na Índia, os enfermos sem perspectivas de cura eram jogados no Rio Ganges. Em Roma, os próprios enfermos procuravam os médicos a fim de aliviar a dor por meio da morte. Na Alemanha Nazista, a implantação do Aktion T4 eliminava indivíduos que “não mereciam a vida a ser vivida”. Goldin (2015) esclarece o equívoco em relação à chamada eutanásia praticado na Alemanha, mas que pode ser entendida ao equívoco de outros eventos. Goldin explana que nessa situação não havia a preocupação em diminuir o sofrimento de um determinado indivíduo e tal ser não estava consciente de tal ato. Daí a conseqüente classificação não muito aceita entre os autores em eutanásia terapêutica, eliminadora e econômica. Francis Bacon anunciou o termo “eutanásia” pela primeira vez em sua obra “Historia vitae et mortis” retratando a boa morte aos enfermos incuráveis. Um pouco mais tarde, surgiu a classificação da eutanásia em ativa e passiva, bem como as distinções entre eutanásia, ortotanásia e distanásia. **RESULTADOS E**

DISCUSSÕES: Há quem defenda que a eutanásia é o fenômeno em que só pode ser considerado se, o paciente em estado terminal, esteja consciente de tal situação e o próprio escolha pela morte “digna” ou natural. Outros defendem que mesmo quando o enfermo esteja em estado terminal, inconscientemente e sem nenhuma manifestação, a família pode responder por tal indivíduo. A eutanásia passiva se caracteriza pela omissão ou interrupção de um tratamento e confronta o princípio da beneficência, refletindo-se o prolongamento do sofrimento, seja físico e/ou moral, pode acarretar em algum bem para o enfermo, se a vida dependente de uma máquina, sem a menor esperança de melhora e em estado vegetativo faz alguém dignamente feliz. A Alemanha permite a eutanásia passiva levando em consideração exclusivamente da decisão do paciente, fazendo jus ao princípio da autonomia, o qual estabelece o direito de escolha do paciente em utilizar ou não determinado tratamento quando o mesmo está com condições mentais normalizadas. Não se pode confundir a eutanásia passiva e a econômica. Uma ressalta a autonomia do paciente sobre sua própria vida, a outra trata-se da morte de enfermos em estado terminal para disponibilizar os aparelhos para outros pacientes, se baseando no princípio do bem estar máximo, respectivamente. A eutanásia ativa retrata o ato de morte de um enfermo por fins caritativos. Neste ato, um agente tira a vida de um enfermo em estado terminal ou que não dispõe de capacidade suficiente para praticar a ação. No caso Chantal Sébire, ao acionar o pedido de morte digna ao judiciário (eutanásia ativa), teve seu pedido negado de acordo com a legislação francesa de 2005, Lei Leonetti, que defende a eutanásia passiva, a aplicação de analgésicos e sedativos para diminuição do sofrimento e instaurada no lema de “deixar morrer”. Em meados de 2014, a Assembleia Nacional Francesa decidiu por maioria a administração da sedação profunda e contínua por médicos em pacientes em estado terminal, resultando em um avanço da Lei Leonetti. A França não concedeu o direito de morrer dignamente a Chantal Sébire que cometeu suicídio em sua casa. Após a morte da francesa, o representante do governo, Luc Chatel, declarou a necessidade de análise de casos mais dolorosos como exceções, a análise de insuficiência nas legislações, assim, contradizendo a decisão tomada pelo governo francês. Vale ressaltar a importância de casos reais para se obter alguma modificação, no entanto, também é importante a valorização do fato social que é fato pertinente no âmbito jurídico e frente a realidade a qual a sociedade se encontra. A justiça poderia ter erguido a dignidade humana frente a uma doença dolorosa e sem expectativas de melhoras, analisado moralmente e religiosamente, se fosse o caso, qual seria a melhor decisão. O órgão legislativo poderia ter ido junto ao conselho de medicina analisado em termos científicos do ramo qual poderia ser o melhor rumo a ser seguido. O mais importante, seria ao menos tentar um resultado diferente. Não apenas seguir formalmente a constituição, mas procurar uma evolução significativa, um controle material, um controle por via de exceção em um caso concreto. Assim, como explana o controle concreto, o caso Chantal Sébire poderia ter sido sentenciado como uma exceção, não anulando completamente a lei, mas modificando o seu parecer em um caso particular para posteriormente abrir um debate acerca do tema. Uma parte se manifestou, Chantal Sébire se pronunciou ao Estado para um pedido coerente e particular, o controle difuso se fez presente a todo o momento e o dever jurídico se fez apenas formalmente. **CONCLUSÃO:** O caso Chantal Sébire foi mais um que despertou um dos capítulos de discussão na França referente à eutanásia. Vários outros enfermos também tiveram negados os seus pedidos de direito à morte digna. A Lei Leonetti sendo juridicamente válida e aplicável compreende os meios constitucionais da França, atendendo a hierarquia jurídica. Mesmo havendo o tal posicionamento os pedidos do direito à morte digna sempre reacenderam o debate, mas muitas vidas foram perdidas indignamente, se pode ser dito isso. Há muito se tem conhecimento da eutanásia e o sistema legislativo em geral pouco dá a devida importância ao assunto social. O tema sempre reacende quando há um caso concreto, mas nem sempre se prolonga em se tratar de uma decisão constitucional. Os casos do tipo da francesa exposto

anteriormente requerem uma resposta rápida e responsável por parte do judiciário. Aconteceu um controle formal referente à Lei, porém careceu de controle material de tal ordenamento. Alguém já se perguntou qual seria a real vontade se estes estivessem no lugar de um dos enfermos em estados terminais? Será que prefeririam ter uma morte natural e o sofrimento como resultado de um forçoso prolongamento da vida? Provavelmente não. A resolução do Caso Chantal Sébire no Brasil talvez não ocorresse muito diferente. Frente a um histórico da eutanásia e feita a distinção entre os variados tipos, o tema é polêmico e pouco discutido. O que falta nos países abrangentes é uma maior interação para com o fato e discutir com outros ramos envolvidos a melhor decisão jurídica ou melhor legislação construída. Necessita-se de uma maior relação entre o controle constitucional formal e material, bem como a preponderância de ambas as faces do controle difuso. Se há uma parte ativa que requer uma maior atenção, mesmo que se tenham duas possibilidades de resultados, a procedência ou a improcedência deve ser atingidos com a fiscalização, acompanhamento e estudo da sociedade vigente, ou mesmo, do caso concreto.

Palavras-chave: Eutanásia. Princípios. Constitucionalidade. Caso Chantal Sébire.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

GOLDIM, José Roberto. **Eutanásia**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/eutanasi.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

RIBAS, Ângela Mara Piekarski. **O Direito à vida sob uma ótica contemporânea**. In: **ÂMBITO JURÍDICO**, Rio Grande, XI, n. 54, jun 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2986>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SOARES, Seline Nicole Martins; CANFIELD, Felipe Valdiere Soares. **O Conselho Federal de Medicina e o consentimento informado à eutanásia diante do direito**. In: **ÂMBITO JURÍDICO**, Rio Grande, XVII, n. 121, fev 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14293>. Acesso em: 14 nov. 2015.

SUICÍDIO reacende debate sobre eutanásia na França. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080320_eutanasiafranca.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2015.

EUTANÁSIA NO BRASIL – OS EFEITOS DA SUA ILEGALIDADE

AUTORES:

Thalita da Silva Brito

Thamara Regina Lopes de Araújo

INTRODUÇÃO: Eutanásia é o ato de proporcionar morte sem sofrimento a um doente atingido por afecção incurável, que lhe cause sofrimentos intoleráveis. No Brasil, os códigos que regeram a vida colonial durante vários séculos preservaram a vida e garantiam severas sanções contra essa prática. Atualmente, a legislação considera a prática da Eutanásia ilegal, visto que ainda é considerada como forma de homicídio, pois se nega o direito de cuidado e preservação à vida de um paciente em estado terminal ou com alguma doença incurável que o cause dor e sofrimento (LUIZ, 2012). O presente trabalho teve como objetivo descrever a aplicabilidade das normas que proíbem a Eutanásia, tendo em vista a preservação à vida como direito fundamental presente na Constituição da República Federativa do Brasil. Apesar de ser um ato ilegal, a Eutanásia levanta vários debates e opiniões divergentes em relação ao assunto, visto que, existem pessoas que defendem a prática como uma forma de minimizar os danos causados ao paciente e a família. Por outro lado, muitos indivíduos se posicionam contra a prática, pois levam em consideração os preceitos éticos, morais e religiosos de preservação à vida. Dessa forma, o assunto deixa de ser considerado um problema interno da medicina e do direito, e passa a ser um problema social. A relação entre o direito e o dever, mostra que a liberdade está presente até mesmo onde estão limitadas algumas escolhas individuais. (URBAN, 2009). **METODOLOGIA:** O método cartográfico foi o modelo metodológico utilizado, dividindo-se em escala, projeção e simbolização. A escala abrange as leis, desde a Constituição Federal em seu Art. 5º, até o código penal em seu Art. 121 (matar alguém) e Art. 135 (omissão de socorro). É projetada de forma igualitária e estabelecida por lei, já que se encontra no âmbito do direito positivado. Na simbolização percebe-se o fato social em sua realidade em oposição ao fato jurídico, apresentando assim, as dificuldades existentes para quem convive com tal situação. Foi, também, um estudo bibliográfico analítico, onde se consultou a legislação, jurisprudência e contexto histórico do tema abordado. Além disso, houve a utilização de artigos jurídicos para auxiliar a pesquisa e fomentar o desenvolvimento sobre o tema. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Constituição Federal Brasileira, mais precisamente em seu art. 5º, resguarda a todos o direito à vida, tornando assim ilegal qualquer prática cuja intenção seja a violação desse direito, como é o caso da Eutanásia. Como cita o filósofo Kant: “Se, para escapar a uma situação penosa, se destrói a si mesmo, serve-se de uma pessoa como de um simples meio para conservar até ao fim da vida uma situação suportável. Mas o homem não é uma coisa; não é portanto objeto que possa ser utilizado simplesmente como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado em todas as suas ações como fim em si mesmo. Portanto, não posso dispor do homem na minha pessoa para o mutilar, degradar ou matar.” (MORAES, 2013, p.11). Com a vida resguardada pela lei, os pacientes portadores de doenças degenerativas ou em casos terminais - sendo considerados os casos mais comuns na busca pela Eutanásia - passam a contar com o auxílio da medicina. O Conselho Federal de Medicina é considerado uma autarquia, que acaba padecendo do controle administrativo por parte do Poder Público. Dessa forma, tendo em vista que os servidores dessa autarquia são considerados públicos, estes deverão agir em concordância com a lei. Com isso, segundo (SOARES; CANFIELD. 2014, p.1) Meirelles apud. (*op.cit.*, pág. 89) “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei, para o particular, significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”.

Portanto, todo profissional da medicina ligado ao CFM, como agente público, não pode agir contra a lei, nesse caso em especial com a prática da Eutanásia. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A Eutanásia sofre uma grande carência com relação às normas aplicadas no Brasil, visto que não há eficiência e nem tampouco fiscalização por meio de instituições. Apesar de a Constituição Federal assegurar o direito à vida, o Código Penal não trata o caso de maneira específica, apenas o considera como homicídio simples ou qualificado, o que vem a dificultar para as famílias em possíveis brigas judiciais, tornando-as extensas e por muitas vezes cansativas, podendo durar até anos. Em alguns hospitais ocorre a falta de aplicação da norma, onde apesar da ilegalidade da prática no país, há casos que são submetidos ao ato, mesmo que silenciosos e totalmente clandestinos, fugindo da jurisprudência, o que pode vir a prejudicar o profissional da saúde em sua totalidade, como foi o caso da médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de praticar eutanásia em pacientes internados em estado grave na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba (LOMBA, 2003). **CONCLUSÃO:** Mediante as lacunas presentes na legislação, conclui-se que a justiça é falha em relação à Eutanásia. Devido à ausência de lei específica, não existe uma fiscalização assídua. É importante a criação de determinada lei para que fique definida de forma clara e objetiva a posição judicial e a respectiva sanção, em caso de descumprimento da norma. Observou-se que é de suma importância a vigilância nos ambientes hospitalares, onde é interessante a criação ou nomeação de uma instituição responsável, que ficará encarregada pela verificação, logo, seria um acompanhamento mais próximo que acarretaria na eficácia do dispositivo legal. É perceptível que a legalização da Eutanásia geraria uma série de conflitos, principalmente no âmbito religioso, pois defendem que os homens devem morrer de forma natural e não provocada por outros homens. É importante ressaltar, também, que há por meio da indústria farmacêutica um interesse mascarado no que diz respeito à Eutanásia, pois o paciente ficará dependente do auxílio de medicamentos por um longo espaço de tempo, gerando assim, uma visão econômica lucrativa para o mercado. Por fim, torna-se fundamental uma decisão em curto prazo para zelar de forma correta e coerente o bem maior do ser humano, que é a vida.

Palavras-chave: Eutanásia. Vida. Ilegalidade.

REFERÊNCIAS

LOMBA, Luis. **Médica acusada de praticar eutanásia em UTI de Curitiba é indiciada.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/medica-acusada-de-praticar-eutanasia-em-uti-de-curitiba-indiciada-7633340>>. Acesso em: 24 maio 2016.

LUIZ, Inácio de Lima. **A legalização da eutanásia no Brasil.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/legaliza%C3%A7%C3%A3o-da-eutan%C3%A1sia-no-brasil>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2011.

MORAES, Dax. **O Dualismo Kantiano e sua crítica por Schopenhauer.** Disponível em: <<http://www.principios.cchla.ufrn.br/arquivos/33P-411-447.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

SOARES, Seline Nicole Martins; CANFIELD, Felipe Valdiere Soares. **O Conselho Federal de Medicina e o consentimento informado à eutanásia diante do direito.** In: ÂMBITO JURÍDICO, Rio Grande, XVII, n. 121, 2014. Disponível em: <<http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14293>. Acesso em: 10 out. 2016.

URBAN, Cícero de Andrade. **A questão da eutanásia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/a-questao-da-eutanasia-no-brasil-beylcrsz9pieiu6teug66164u>>. Acesso em: 03 maio 2016.

IMPOSTOS – DO SURGIMENTO À COMPLEXIDADE SOCIAL ATUAL

AUTORES:

Douglas Rodrigues da Silva

Pedro Felipe Silva Queiroz

INTRODUÇÃO: Uma das origens do surgimento do imposto foi na Mesopotâmia, com a civilização Suméria (os primeiros povos a habitar a região da Mesopotâmia). Os sumérios foram os primeiros a desenvolver cidades e a construir uma civilização, por volta de 3.000 a.C., onde os Patesis (chefes militares e sacerdotes) cobravam tributos para administrar a agricultura; as obras hidráulicas, que servia para armazenar águas dos rios para prevenir-se na seca etc. Atualmente, impostos são valores pagos ao Estado, em moeda nacional (no caso do Brasil, em real), por pessoas físicas e jurídicas. Resgatando esta materialidade histórica, é perceptível a transformação e complexidade do termo em questão, quando trazemos para o Século XXI. Atualmente, quando tratamos de impostos, necessariamente aludimos diretamente à economia local e internacional. O controle e arrecadação é uma atividade de responsabilidade do Estado (Federal, Estadual e Municipal). É importante que a sociedade tenha noção clara da tributação como um elo legítimo entre governante e governados, e que o Estado respeite este elo dentro das restrições e controle democrático, que a população perceba os tributos como meio para a construção do bem-comum, na qual todos devem participar da sua escolha, monitoramento e benefícios. A questão fundamental é a equidade e a noção de justiça fiscal. Certamente que, na teoria, não há como definir o que é justiça, mas, na prática, cada sociedade sabe e responde quando o sistema tributário passa a ser visto como injusto. O governo deve ter claro o porquê de o custo tributário estar socialmente distribuído de uma determinada forma e o que fazer para torná-lo mais justo ou mais coerente com a distribuição de renda do país. Essas informações devem ser efetivamente comunicadas à sociedade, que deve perceber que o sistema tributário é administrado de acordo com os mais altos valores da honestidade, retidão de caráter, integridade e aplicação imparcial das leis. Justamente pelo fato de a tributação referir-se a dinheiro, e dar margem a comportamentos que corrompem os valores mencionados. Trata-se especificamente do ‘dever ser’. Ademais, a importância da ética deve extravasar para todo o governo, pois a aplicação correta dos recursos públicos, sem desvios, é um importante fator para que a sociedade aceite a tributação a ela imposta. Portanto temos como principal objetivo transparecer a finalidade do dinheiro arrecadado, e assim debater o desenvolvimento do imposto, desde a antiguidade aos tempos atuais, tais como o fato gerador do descrédito do Estado por não cumprir com as expectativas da população; o pagamento e o modo como esse erário deveria ser transformado e devolvido em benefício para a sociedade. **METODOLOGIA:** Com a deliberação dos alunos, foi escolhido o tema para ser desenvolvido, após isto, iniciaram a pesquisa do tema em questão, em princípio buscaram a problemática social, em segundo momento, aprofundaram o conhecimento resgatando a materialidade histórica desde a origem do surgimento dos impostos até a complexidade que se reflete na atualidade. Os meios de pesquisas para os desdobramentos feitos até em então, foram extraídos de páginas da internet. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Os impostos estão relacionados à economia que o país adota para seus fins, um mercado monetário utilizando da moeda nacional e para tanto, querendo ou não, a sociedade está subordinada as oscilações do mercado. O comportamento do Estado quanto a arrecadação dos impostos é cada vez mais intervencionista. Na seara jurídica, os impostos são parte dos tributos. O direito financeiro, bem como o direito tributário, irá tratar com propriedade os possíveis desdobramentos suscetíveis à sociedade quanto a todo universo de tributos. A doutrina aborda a supremacia do poder estatal para exercer tal atividade. Um grande teórico espanhol aponta os impostos como sendo uma obrigatoriedade a sociedade, abordando

princípios de contribuição. “O imposto é como uma obrigação de Direito Público estabelecida por lei para a satisfação dos gastos públicos de acordo com o princípio da capacidade contributiva”. (LAPATZA, Ferreiro). Tem-se a definição legal do imposto no artigo 16 do CTN (Código Tributário Nacional), que ressalta que: "Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte". É importante definir o papel da Constituição Federal com relação a essa atribuição recebida por eles; convém lembrar também que o art. 3º do CTN define tributo como "toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". Parece não haver dúvidas de que tributar seu próprio povo tem sido fonte tradicional de desgaste político e de quedas de regimes. Seria natural, portanto, esperar que governos tivessem lançado mão de alternativas à tributação. E, de fato, ao longo da história países têm utilizado diversas fontes de geração de recursos, muitas vezes no claro intuito de minimizar a cobrança direta de tributos sobre seu povo. As fontes alternativas mais comuns têm sido a pilhagem; a cunhagem de dinheiro; o endividamento interno ou externo; a venda de bens e de serviços produzidos pelo poder público; e o controle direto dos recursos nacionais. Cada uma dessas fontes, bem como a própria tributação, tem suas limitações econômicas, políticas e sociais, e cada governo, a depender de suas possibilidades históricas, escolhe uma delas ou uma combinação delas para se financiar. É fundamental resgatar a noção de tributo como instrumento concedido legitimamente ao Estado, por meio de um contrato social, para a obtenção do bem-comum. É justamente a quebra entre pagamento e benefício direto – que existe na própria definição de tributo, em oposição à noção de preço – que deve ser recomposta ao se caminhar da percepção individual para a percepção social, assumindo-se uma noção compartilhada de responsabilidade coletiva. Para tanto, é fundamental que a sociedade seja partícipe da escolha pública e que seja informada e beneficiária dos bens e serviços concedidos pelo Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A realidade transparece o sentimento de revolta do cidadão brasileiro: de um lado, o Estado que necessita arrecadar impostos para tentar manter o país e de outro, a sociedade indignada por carregar o país nas costas, com isso, não aguentar mais pagar por impostos tão altos e não obter retorno em forma de benefícios. Diante disto, gira a discussão, pois pretende-se debater e tentar encontrar uma resposta/solução para a situação. Remetendo ao início, onde antigamente os impostos eram cobrados para que fossem criadas e mantidas as obras em benefício da população para a própria sobrevivência, e era perceptível estes resultados em benefícios para a população, hoje, a população não acredita mais que os impostos realmente terão outro fim, a não ser o bolso daqueles que os administram.

CONCLUSÃO: O Estado deveria agir de maneira proativa para controlar os gastos e, conseqüentemente, amenizar o bolso do contribuinte brasileiro. Pagamos muitas vezes por algo que não usufruímos, a citar: um serviço estrutural com pavimentação de ruas; segurança, quando na verdade, a violência é marco daquela localidade, educação digna para a população, etc. Via de regra, o brasileiro está condicionado a ideia errônea de que os impostos pagos é a garantia dos serviços públicos efetivados. Vale frisar, portanto, o direito de cobrar do Estado, melhores condições nos serviços prestados, uma vez que há normatização e respaldo para tanto.

Palavras-chave: Tributação. Arrecadação. Inaplicabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Principais impostos federais, estaduais e municipais**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Rede. **O conceito de impostos**. 2010. Disponível em: <<http://www.redebrasil.inf.br/o-conceito-de-imposto/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

NUNES, Paulo. **Imposto**. 2008. Disponível em: <<http://old.knoow.net/cienceconempr/economia/imposto.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SCAFF, Facury. **50 anos de tributação e finanças como um desafio ao país**. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-25/contas-vista-50-anos-tributacao-quem-pensando-pais>>. Acesso em: 15 set. 2015.

TRIBUTÁRIO, Equipe Portal. **Fiscalização Tributária**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/noticias/fiscalizacaotributaria.htm>>. Acesso em: 13 out. 2015.

VIOL, Andréa Lemgruber. **A Finalidade da tributação e sua difusão na sociedade**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/Eventos/SeminarioII/Texto02A-FinalidadedaTributacao.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016

INSUFICIÊNCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

AUTOR:

Gabriel Conte Rodrigues

INTRODUÇÃO: Sabemos que a arma de fogo em mãos erradas é extremamente perigosa, e sua utilização para atos ilícitos gera a uma parte da sociedade uma falta de credibilidade ao exercício subjetivo de portar uma arma de fogo. Vivemos em um país onde o “cidadão de bem” está cercado de pessoas mal-intencionadas, e o porte e manuseio de uma arma de fogo pode ter uma finalidade boa ou não. E os crimes cometidos com arma de fogo deveriam ser combatidos/punidos com mais rigor. Também a forma de aquisição deveria ser mais rígida, visando sempre o melhor preparo possível do adquirente, tanto técnico e psicológico. A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º afirma ser inviolável o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Portanto o “cidadão de bem” tem o direito ao porte de arma para sua defesa e de terceiros, já que o Estado não poderá garantir sempre a segurança de todos. Por isso a necessidade de se possuir e poder portar uma arma de fogo, posto que esse direito à segurança da parte do Estado é quase inexistente. No Brasil, foi criado um Projeto de Lei 3722/2012 para dar ao cidadão brasileiro o direito de ter e portar armas de fogo para defesa. Esse projeto de lei, se aprovado, revogará o Estatuto do Desarmamento. Esse PL 3722/2012 dá uma flexibilidade ao acesso a armas e a munições e ao mesmo tempo cria agravantes para as penas dos crimes realizados com armas de fogo. Este trabalho tem a finalidade de mostrar a ineficácia da Lei nº 10.826, de 2003, O Estatuto do Desarmamento, e para isso será utilizado o conhecimento de Direito Constitucional e Direito Penal. Podendo também esclarecer eventuais dúvidas para as pessoas que não utilizam arma de fogo em sua rotina e para as que usam. Conquistar direitos em decorrência da utilização, seja por exigência da profissão ou por terem a autorização para o porte de arma de fogo. Diante disso, o trabalho visa, em seus objetivos gerais, demonstrar a ineficácia do Estatuto do Desarmamento e o direito ao porte de arma para defesa. E como objetivos específicos: a) destacar a ineficácia do Estatuto do Desarmamento e a liberação do porte de arma para defesa; b) defender o direito de liberdade, segurança e a vida; e c) instruir a população para o uso adequado do armamento. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi feito em sua totalidade em pesquisas na internet, sendo buscado informações em jornais para serem analisados os fatos sociais que estavam dando impacto nas vidas das pessoas para entender também outras áreas relacionadas ao tema proposto, fazendo uma seleção dos principais objetivos a serem tratados no projeto. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O primeiro homicídio da história da humanidade registrado na Bíblia e relatados em vários livros, foi quando Caim matou seu irmão Abel, por motivos de ciúmes, armando-lhe uma emboscada e ceifando-lhe a vida com o uso de uma pedra. Pode-se destacar, de início, que a vontade de praticar algo perverso ou reprovável não depende do porte de uma arma de fogo. No entanto, pessoas que possuem armas são consideradas soberanas em certas periferias e nos locais mais desenvolvidos da cidade, e o uso descuidado dessas armas tem causado verdadeiras tragédias. Como já foi dito, no Brasil foi criado projeto de lei sobre o acesso ao porte de armas. Esse projeto diz que a posse de arma é um direito assegurado a qualquer cidadão apto e sem antecedentes criminais, podendo ser permitido a qualquer cidadão que comprove aptidão técnica e psicológica. Entretanto, é necessário o registro de arma que permitirá o seu transporte, desmontada, sem permitir seu emprego imediato, esse registro de arma não expira, mas sua licença para porte tem validade mínima de 5 anos. Outra característica desse projeto, que causa preocupação, é o porte de arma liberado para maiores de 21 anos, que poderão possuir até 3 armas curtas, 3 armas longas, de alma raiada e 3 armas longas, de alma lisa. Já a Lei 10.826/03 diz que o porte de arma deve ser condicionado à aprovação da Polícia Federal e só será permitido

apenas a políticos, forças armadas e outras classes. O registro de arma não permite o seu transporte, tem validade de 3 anos e sua licença de 1 ano. Apenas maiores de 25 anos podem adquirir armas. O cidadão pode ter até 2 armas curtas, 2 armas longas de alma raiada e 2 armas longas de alma lisa. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Atualmente esse tema vem sendo discutido com bastante relevância pois, para uns seria um desastre a liberação, enquanto que para outros, seria a preservação de sua vida ou de terceiros. É inadmissível privar o cidadão de possuir uma arma dentro de sua casa, para defesa própria e de seus familiares, num contexto em que a violência tem assolado a sociedade. O Estado brasileiro deve conscientizar a população sobre o que não pode fazer e punir rigorosamente quem utiliza ou comercializa arma de fogo de maneira ilícita e para os que usam ou comercializam de maneira lícita o Estado deve proteger e dar suporte a todos. Entretanto, para obter a eficácia da diminuição da criminalidade, o governo tem que instruir a população, investindo na educação, para assim, ter êxito como teve nos Estados Unidos. Em países que é liberado o uso de armas para os cidadãos, sem dúvidas eles são bastante desenvolvidos e o número de criminalidade é reduzido. Para comprovar isso uma das universidades mais conceituadas do mundo, Harvard, divulgou um estudo na qual comprova que, quanto mais armas os indivíduos de uma nação têm, menor é a criminalidade. Em outras palavras, há uma robusta correlação positiva entre mais armas e menos crimes. Isso é exatamente o oposto do que a mídia quer nos fazer acreditar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, para a conquista desse direito de porte de armas, vai além da aprovação desse Projeto de Lei ao mais complexo de tudo que é mudar o pensamento de toda a população em relação a liberação de armas. Para essa mudança o Estado brasileiro deverá dar condições a todos como informação, educação. “Uma pesquisa de doutorado feita pela USP (Universidade de São Paulo) mostra a cada 1 % investido em educação, 0,1 de criminalidade é reduzido”, essa pesquisa mostra claramente que o Estado deve investir em educação como base para assim ser aplicada a lei do armamento a população, tanto é que o armamento e a educação iriam diminuir a criminalidade no Brasil.

Palavras-chave: Insuficiência. Porte de Arma. Desarmamento. Leis.

REFERÊNCIAS

ARMA de fogo mata 116 por dia no país, segundo mapa da violência. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/arma-de-fogo-mata-116-por-dia-no-pais-segundo-mapa-da-violencia.html>>. Acesso em: 26 out. 2016.

ATIRADOR da noruega disparou por 90 minutos na Ilha de Utoya. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/atirador-da-noruega-disparou-por-90-minutos-na-ilha-de-utoya/n1597096744968.html>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei:** 3722/2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541857>>. Acesso em: 26 out. 2016.

JACINTO, Lucas. **Pesquisa mostra que investimento em educação reduz criminalidade.** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/05/pesquisa-mostra-que-investimento-em-educacao-reduz-criminalidade.htm>>. Acesso em: 26 out. 2016.

PEDUZZI, Pedro. **Guerra do Iraque contabiliza 174 mil mortes em dez anos.** Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-17/guerra-do-iraque-contabiliza-174-mil-mortes-em-dez-anos>>. Acesso em: 26 out. 2016.

WILLIAMS, Walter; PAUL, Ron. **Direito da posse de arma reduz criminalidade, afirma Harvard.** Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/direito-posse-de-arma-reduz-criminalidade-afirma-harvard/#.V9w0HFsrLIV>>. 26 out. 2016.

LEI MARIA DA PENHA E A INEFICÁCIA DE SUAS MEDIDAS PROTETIVAS

AUTOR:

Andrea de Guimaraes Aguiar Bezerra

INTRODUÇÃO: O presente trabalho abordará o tema “violência contra a mulher” com base na Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, em que serão apresentadas suas prerrogativas jurídicas e seus contextos, buscando a posição de mulheres as quais sofrem agressões ou qualquer outro tipo de violência. Diversas são as situações de violência, trazidas pela Lei Maria da Penha que trata da proteção do Estado e que cria e estabelece mecanismos para bloquear à violência doméstica e familiar contra as mulheres, reafirmando sua importância, orientando para que as vítimas tenham novos mecanismos para efeitos de denúncia e formalização de agressões. Sua aplicação estabelece medidas de Assistência Social como, a inclusão da mulher em momentos de riscos no cadastro dos programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal. Cavalcanti (2015, p.29) traz a seguinte definição: “Violência é, pois, o ato de brutalidade, constrangimento, abuso, proibição, desrespeito, discriminação, imposição, invasão, ofensa, agressão física, psíquica, moral ou patrimonial contra alguém, caracterizando relações que se baseiam na ofensa e na intimidação pelo medo e pelo terror”. As medidas protetivas, claramente cautelares, visam proteger à mulher e prevenir a ocorrência de novos atentados, possibilitando a resolução de problemas urgentes decorrentes de situação fática de violência doméstica. As citadas cautelares podem ser divididas em: medidas protetivas civis (artigo 22, incisos II, IV e V), medidas protetivas penais (artigo 22, inciso III) e medidas protetivas administrativas ou assistenciais (artigo 22, inciso I; artigo 34, artigo 38 e artigo 39). A pesquisa tem o objetivo de analisar a Lei 11.340/06 e seus efeitos na proteção às vítimas da violência. Objetiva-se delinear um histórico das políticas desenvolvidas em obediência ao dispositivo legal, do qual pretende-se compreender as políticas de apoio que são ineficazes para as mulheres, à luz da Lei 11.340/06. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa, quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, que, para Marconi e Lakatos (2000, p.77), os estudos descritivos têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como ele se constitui, as características e processos que dele fazem parte. Nas pesquisas descritivas, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la; quanto à natureza enquadra-se como qualitativa; tendo como técnica de coleta de dados o levantamento bibliográfico, atrelado a outras fontes de pesquisa. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Dentre os diversos argumentos e situações que apresentam o caso, uma análise significativa em torno do tema vêm buscar uma compreensão da consolidação das leis, e os diferentes casos que se dispõem na sociedade, a referida lei possibilitou o acesso de situações sobre a violência contra mulheres. De acordo com Pacheco (2015), torna-se impossível uma solução em alguns casos em que as vítimas não fazem a denúncia e os agressores permanecem impunes, no entanto, naqueles que são denunciados efetivamente, as medidas impostas não são suficientes para que o autor das agressões não volte a praticá-los. Nota-se que é a dificuldade da aplicação e da fiscalização das medidas protetivas quando se trata de conferir uma efetiva das determinações judiciais, tendo em vista que, muitas vezes, torna-se impossível aplicar tais dispositivos em sua integralidade; vários são os fatores que contribuem para a não concretização dessas medidas (SOUZA, 2014). Contudo, a lei que garante proteção à mulher vítima de violência doméstica mostra suas falhas e lacunas, não sendo medida eficaz para o combate aos inúmeros casos que o Brasil vem enfrentando. Conforme afirma o jurista Miguel Reale Júnior, em entrevista realizada ao Jornal Recomeço, com a Tribuna do Direito. “Não adianta reformar a lei se não ocorrer uma mudança de mentalidade. Há uma resistência, especialmente na Magistratura, na adoção de novas medidas (SOUZA,2014). Não é um

fenômeno que ocorre só no Brasil, mas também em vários outros países, onde foram criadas as penas restritivas, que são fáceis de ser aplicadas, de ser controladas e cujo resultado no plano preventivo e também como punição é extraordinário. E se não se aplica gera-se a impunidade” Logo, faz-se necessário a celeridade na aplicabilidade da lei Maria da Penha em punir com rigor àqueles que promovem a violência, buscando condições e agilidade no cumprimento da lei contra os possíveis agressores no âmbito familiar. Corroborando com o exposto Brandão (2012) cita que a Lei constitui-se em um fato social e jurídico que vêm ao encontro dos anseios sociais de programar medidas, trazendo inovações legislativas, que propõem mecanismos que visam desde a prevenção dos delitos, até às medidas de urgência, e a punição severa para o agressor. As dificuldades identificadas na aplicação deste instituto resultam de determinações exteriores à vontade da lei, e impedem sua eficácia. É necessário estimular campanhas, através dos veículos de comunicação e projetos propostos através de parceria com esferas não governamentais, informando os direitos das vítimas e estimulando a denúncia. As dificuldades identificadas na aplicação deste instituto resultam de determinações exteriores à vontade da lei, e impedem sua eficácia. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Na atualidade, ainda é perceptível a necessidade de um avanço na conscientização do valor da referida lei que passa a ser inovação, sobretudo no universo da mídia e meio jurídico. A Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 07 de agosto de 2006, homenageia Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência doméstica por parte de seu esposo, por seis anos, sofrendo agressões constantes. Foi no ano de 1983, que marido tentou assassiná-la por duas vezes, com arma de fogo, eletrocussão e afogamento, atos estes que a deixaram paraplégica. Após períodos incessantes de agressões, Maria da Penha denunciou o agressor as duas tentativas de homicídios, em que o agressor permaneceu por dois anos preso. Ante a demora do andamento processual, e o risco da impunidade do agressor, o Brasil foi representado junto à comissão Interamericana de Direitos Humanos, que responsabilizou o Estado Brasileiro pela negligência e omissão nos casos de violência doméstica. Diante da pressão internacional, em 2002 o processo foi encerrado e em 2003 o ex-marido da Maria da Penha foi preso. Uma das consequências dessa representação do Brasil na Corte Interamericana foi justamente a exigência de que criar uma lei que desse maior proteção à mulher vítima da violência doméstica. Apesar de ter sido um grande marco, a Lei 11.340/2006, unicamente, não basta para a repressão da prática de crimes que envolvam violência doméstica. Faz-se necessária uma mudança em toda percepção da própria sociedade. É preciso modificar o pensamento social, como a educação nas escolas, mediante políticas públicas eficazes e concisas contra a cultura de violência doméstica. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, torna-se perceptível a necessidade de um empenho maior do poder público no combate à violência contra a mulher, notadamente, a criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher em todas as cidades, a intensificação das políticas de proteção com o objetivo de reduzir o alto índice de feminicídio, a fim de garantir as perspectivas das medidas promovendo justiça.

Palavras-chave: Violência. Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha:** STF decide que agressor pode ser processado mesmo se vítima retirar queixa. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/02/09/lei-maria-da-penha-stf-decide-que-agressor-pode-ser-processado-mesmo-se-vitima-retirar-queixa>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CAVALCANTI, Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica.** Salvador: Podivm, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, P. R. A. Lei Maria da Penha e sua contribuição na luta pela erradicação da discriminação de gênero dentro da sociedade brasileira. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.12, n. 61, fev 2009. Disponível: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5886>. Acesso em: 14 set. 2016.

WESTIN,R. Lei Maria da Penha protege mulher de espancamento e assassinato. **Jornal do Senado**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/especiais/2013/07/04/criada-em-2006-lei-maria-da-penha-protege-mulher-de-espancamento-e-assassinato>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MUTAÇÃO DO ARTIGO 226 §3º CF/1988 – PSEUDO-INCONSTITUCIONALIDADE

AUTORES:

Joana Darc Costa da Silva Oliveira

Michele Melo de Oliveira

INTRODUÇÃO: A Carta Magna de 1988 inaugurou o contexto democrático de direito no Brasil e ampliou os direitos fundamentais com ênfase no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, dessa forma, busca-se atender de forma satisfatória a diversidade e pluralidade desta sociedade. Em seu Artigo 226, § 3º, a CF/1988 reconhece e protege a união entre o homem e a mulher. Nota-se que, numa “interpretação literal” do texto, são reconhecidas apenas três categorias familiares: a constituída pelo casamento entre um homem e uma mulher; a constituída pela união estável entre um homem e uma mulher e a família monoparental. Deixando assim, de fora a família homoafetiva, um novo modelo existente no corpo social brasileiro, que difere da família tradicional-patriarcal. Nesse sentido os princípios: Igualdade, pluralidade de famílias e dignidade da pessoa humana estavam sendo diretamente feridos pelo dispositivo. Resolveu-se então através da ADPF 132 e ADI 4277, rever o conceito Constitucional de família, a vista da multiplicação dos pedidos para reconhecimento da união homoafetiva, do apelo social, midiático e a caracterização mais latente do novo ideal familiar. A decisão proferida pelo STF, em 2011, foi que a união entre somente pessoas de sexos opostos não corresponde mais a realidade social, e tornou possível a união estável por pessoas do mesmo sexo. Após dois anos, o CNJ aprovou resolução visando dar efetividade à decisão tomada pelo Supremo, tornando totalmente possível a realização do casamento homoafetivo. Dessa forma, a decisão do STF sobre o novo entendimento do conceito de família e a possibilidade do casamento homoafetivo, gerou diversas críticas, quanto à legitimidade do poder judiciário em detrimento do legislativo, e ainda pela forte cultura cristã na sociedade, ocasionando até os dias atuais desconforto e falácias. Faz-se necessário, portanto, através da análise do artigo 226, § 3º, da CF, apresentar a falsa inconstitucionalidade da decisão do CNJ, através do esclarecimento da hermenêutica utilizada para garantir ao possibilidade dos casamentos homoafetivos, ou seja, o Controle de Constitucionalidade Difuso, um método legítimo, que não necessita de Emenda Constitucional e que não objetiva usurpar competência do legislativo. Também, fazer compreender que o dispositivo colide com princípios importantes, demonstrando o avanço que se obteve após o entendimento do STF. Por fim, promover essa nova entidade familiar, conscientizando pessoas do significado e importância dessa garantia.

METODOLOGIA: Foi realizada pesquisa bibliográfica de autores que abordam o tema da homoafetividade. Buscou-se o resgate das principais críticas, as quais estavam disponíveis em sites. Utilizou-se do método comparativo, apurando notícias, posições e avaliando as hipóteses levantadas. Analisou-se artigos e monografias referentes ao conteúdo deste trabalho. De forma a atingir maior veracidade possível, examinando com um olhar investigativo situações concernentes ao objeto estudado. Com o intuito de estabelecer maior esclarecimento do tema proposto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Com a decisão favorável à ADPF 132 e ADI 4277, a CNBB, em sentido contrário disse que o modelo constitucional não foi discutido na Casa Legislativa, sendo supostamente contrário à vontade dos legisladores de 1988, e que não seria “um voto” que mudaria o conceito de família. Lenio Luiz Streck, conceituadíssimo na filosofia e hermenêutica jurídica, também fez relevante oposição, dizendo tratar de um ativismo judicial, ou seja, quando a Justiça se antecipa ao Legislativo, e que a CF teria de ser emendada, porque o texto legal fala em “homem e mulher”. E ainda, os ministros Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski foram contrários à possibilidade de a Corte assegurar o casamento civil homossexual, por concordarem apenas com a união estável. Pode-se observar o equívoco nos posicionamentos legalistas, buscando a “vontade” do

legislador de 1988 e não o da sociedade, que são “os verdadeiros intérpretes”, como diz o jurista alemão Häberle (2002). Pois o dispositivo não traz proibição alguma na expressão “entre o homem e a mulher”, não existindo elemento que impeça reconhecer a lacuna normativa sobre o tema. A opinião que sugere o (“apenas” homem e mulher) é arbitrária. O legislador ao elaborar esta lei não imaginou a possibilidade da família homoafetiva, todavia, se houvesse a palavra “apenas”, lançaria fora os limites semânticos que fomentam a exegese constitucional utilizada pelo Supremo. Ao interpretar o texto constitucional, deve-se dar maior ênfase às normas de caráter principiológico. Quanto ao conflito destas normas, a regra maior de todo o ordenamento jurídico é o respeito à dignidade humana, o princípio que fundamenta a República Federativa do Brasil. Restringir as uniões de caráter homoafetivo é retirar dos indivíduos que optaram por esta orientação sexual, a sua própria dignidade. Como ensina Maria Berenice Dias, dar efeito jurídico às uniões heteroafetivas, em detrimento daquelas formadas por indivíduos do mesmo gênero, é um claro desrespeito à igualdade. Luís Roberto Barroso traz ensinamentos de que a Interpretação Conforme enseja a Interpretação Extensiva ou restritiva de acordo com o caso concreto, legitimando o conteúdo da norma que esteja em harmonia com o sistema jurídico. Todavia, o novo sentido dado à norma sempre encontrará limites nos princípios constitucionais estruturantes. O jurista alemão Peter Häberle diz que a interpretação da norma constitucional deve buscar a realidade no tempo vigente. Não constituindo uma decisão prévia e acabada, mas algo em contínua construção. À exemplo disso, tem-se a jurisprudência da Suprema Corte dos EUA que negava direitos aos negros em relação aos que eram concedidos para os brancos. Mais tarde, garantiram os mesmos direitos com a condição de que não ocupassem o mesmo espaço utilizado pelos brancos. Para finalmente reconhecer-lhes, de forma igualitária, esses direitos. Uma evolução sem qualquer alteração na letra constitucional estadunidense.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: É fato público e notório que relações homoafetivas sempre existiram, o que modificou neste século foi a quantidade e a possibilidade dessas relações serem vistas como familiares. O conceito de família foi mudado pela própria sociedade que, aos poucos, está quebrando o paradigma patriarcal. O STF apenas reconheceu este novo modelo. No método utilizado para interpretação não há que se falar em inconstitucionalidade ou mesmo no banimento do parágrafo 3º do 226, da CF, pois é norma criada da mesma forma das de caráter principiológico. E no texto não existe limite que impeça a interpretação e o reconhecimento da união homoafetiva, pois a doutrina e jurisprudência diz que só não há possibilidade de interpretar quando há palavras explícitas que proíbam ou restrinjam como: apenas, somente ou exclusivamente. Nesse sentido, a interpretação concedida foi a amplitude do rol de família, quaisquer que forem, deixando compreendido a não necessidade de emenda, uma vez que o texto não é aquele que necessita deste ritual. A Constituição brasileira, que é “rígida”, não pode sofrer constantemente modificações, cada vez que surgir um novo modelo familiar. Para isso, os juízes dos Tribunais inferiores e as varas utilizam-se da Mutação Constitucional, onde o sentido do texto não se esgota, podendo sequer corresponder mais a intenção dada pelo legislador original, cabendo-lhes estabelecer qual o sentido que atende à essencialidade da CF em situações de violação concreta de direitos. Assim, o dispositivo constitucional não pode servir para desigualdade jurídica diferenciando o casal hétero do casal homoafetivo.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, tem-se, portanto, que o STF não foi ilegítimo ao aplicar a Mutação Constitucional, pelo referido dispositivo não proibir a união homoafetiva, decisão não incompatível com a jurisprudência da Corte sobre a “Interpretação Conforme”. O fato de o art. 226, §3º, da CF/88 a primeira vista ser heteroafetivo em virtude de seu enunciado, não deve ser interpretado atualmente desta forma, com o reconhecimento dos princípios fundamentais. Interpretar a Constituição não é ativismo judicial, neste caso é apenas identificar direitos já emanados pela própria Constituição. Todos são iguais e podem usufruir

dos mesmos direitos, independentemente de sua opção sexual, argumentos que envolvem a fé religiosa não são cabíveis pela laicidade estatal, além de desrespeitarem a liberdade, intimidade e dignidade destas pessoas. Essa garantia trouxe dignidade para os casais homoafetivos, que sofriam com o tratamento desigual conferido pela letra fria da lei e que padeceram por muito tempo pela influência histórica, mas que hoje podem constituir um lar familiar.

Palavras-chave: Homoafetividade. Família. Constitucionalidade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. **Diferentes, mas iguais:** o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/7810>> Acesso em: 27 ago. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual:** aspectos sociais e jurídicos. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5524>. Acesso em: 27 ago. 2016.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional:** a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e 'procedimental' da Constituição". Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

LASSALE, Ferdinand. **A essência da Constituição.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica em crise:** uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 4. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. O STF e a União Estável Homoafetiva Resposta aos Críticos, Primeiras impressões, Agradecimentos e a Consagração da Homoafetividade no Direito das Famílias. **Conteúdo Jurídico**, Brasília: 13 maio 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.32025&seo=1>>. Acesso em: 14 set. 2016.

O ASSÉDIO SEXUAL E VERBAL SOFRIDO PELAS MULHERES EM LOCAIS PÚBLICOS

AUTORES:

Rayane Carolayne Da Silveira

Thiago Maciel Pinto Nobrega de Araújo

INTRODUÇÃO: A ideologia do machismo, que é o comportamento expresso por opiniões e atitudes de um indivíduo que se recusa aceitar a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino em detrimento do feminino, está culturalmente incutida na consciência coletiva brasileira, há séculos, seja no sistema econômico ou político, nas religiões e no próprio núcleo familiar. Construtor da sociedade e fundamentador do regime patriarcal, a figura masculina apresenta-se como detentora de liderança e privilégios. Este ponto de vista, recheado de pré-conceitos e ideias obsoletas, pode explicar as relações de gênero ainda hoje tão vivenciadas. Diante do panorama apresentado, os objetivos/compromissos do estudo ora proposto visam contribuir, frente à sociedade, com a construção da cidadania e a conscientização social, possibilitando o desenvolvimento da aprendizagem, a partir da realidade empírica, especialmente, colocando as pessoas como protagonistas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **METODOLOGIA:** O estudo pauta-se em dois métodos de reflexão para a Ciência Jurídica: Método Cartográfico (aplicado às Ciências Sociais) e o Método hipotético-dedutivo. Assim sendo, o primeiro, é fragmentado em três análises: a) escala, b) projeção, c) simbolização. Da mesma forma, o hipotético-dedutivo fora usado objetivando a observação da realidade social, visando construir uma resposta para o problema. Suas etapas são: a) problema, b) hipóteses, c) tese das hipóteses, d) conclusões. Além disso, para fins de apresentação, será necessário utilizar: a) exposição oral e dialogada; aplicação do conteúdo exposto na realidade empírica; c) informações jurídicas/jornalísticas sobre a temática. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O presente trabalho visa contribuir para o avanço da sociedade, tendo em vista a responsabilidade social da IES e dos futuros Operadores do Direito. Uma pesquisa feita pelo “Diário do Vale”, um jornal do Estado do Rio de Janeiro, aponta que 80% das mulheres já sofreram assédio físico, verbal, sexual ou emocional. Outra pesquisa do instituto YouGov no Brasil (2016), revelou que a região Centro-Oeste é onde as mulheres sofrem mais assédio nas ruas, com 92% de incidência do problema. Em seguida, vem Norte, com 88%, Nordeste e Sudeste com 86% e Sul, 85%. É fato que as mulheres necessitam de proteção e segurança, quando se trata de assédio. Entretanto, por não haver uma repressão adequada, as normas jurídicas tornam-se obsoletas quanto a sua projeção e efeitos. Portanto, somado as constatações empíricas da própria sociedade, o Artigo Científico “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica” Pedro (2005). “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, de Condell e James Messerschmidt (2013) e “Regulações de Gênero” Butler (2011), bem como, os livros “Casa-grande e senzala”, Freyre (2005), “Gênero: uma categoria útil na análise histórica” de Scott (1995), “Breve história do feminismo” de Garcia (2011), foram essenciais para o desenvolvimento do raciocínio jurídico-social. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao observar a realidade social pelas lentes do Direito, verifica-se que a norma que incide sobre o fato social (assédio sexual) está disposto no artigo 216 do Código Penal, que se caracteriza por constrangimentos e ameaças no ambiente de trabalho, com a finalidade de obter favores sexuais, feita por alguém de posição hierarquicamente superior à vítima. Quanto às chamadas “cantadas”, quando alguém fala coisas invasivas de conotação sexual, aplica-se o artigo 61 da Lei das Contravenções Penais n. 3.688/1941. Conclui-se, dessa forma, que a projeção dessas normas é extremamente limitada, além do que muitas mulheres não têm sequer conhecimento da lei ou não sabem os meios

para acioná-la. E, por fim, a norma não representa algo de relevante na sociedade, somado aos fatores culturais, visto que o próprio crime do assédio verbal é considerado um crime-anão, ou seja, potencial ofensivo baixo, dificultando sua entrada na consciência coletiva, não se projetando como algo favorável. **CONCLUSÃO:** Desde dos tempos da formação da família brasileira, a mulher é apresentada como dominada, passiva aos desejos masculinos, sexo frágil, emocional e insignificante. Dessa forma, o assédio sexual ou o assédio verbal sofrido pelas as mulheres são reflexos de um passado que ainda insiste em se fazer presente. O ideal machista de representar masculinidade e virilidade, muitas vezes, utiliza das mulheres como “objeto sexual”, causando diferentes formas de assédio, seja para enaltecer o seu próprio ego ou para “provar” sua macheza a terceiros. O resultado disso são assobios, “cantadas”, olhares insistentes, comentários de cunho sexual, xingamentos e toques em partes do corpo, que muitas vezes passam omissos por falta de uma repressão legal e efetiva a esses comportamentos. Grandes são as barreiras culturais e sociais que a mulher enfrenta na sociedade brasileira, é tanto que ainda ganha 30% a menos do que os homens. Por isso, é preciso lutar pela equiparação e trazer a sensibilização de que este problema é de ordem social, não jurídica, necessitando, portanto, de conscientização. Portanto, a elaboração do presente trabalho, e o objetivo ora apresentado, não é somente uma utopia. É, antes de tudo, um desafio, que pode ser construído por meio de um viés preventivo e alertando que o Direito existe não para resolver conflitos, mas preveni-los.

Palavras-chave: Machismo. Assédio. Gênero. Mulher.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero:** a construção de um campo teórico e de investigação. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922014000200008&script=sci_arttext >.

Acesso em: 10 out. 2016.

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero.** Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2016.

CONNELL, Robert W. **Masculinidade hegemônica:** repensando o conceito. Florianópolis: Estudos Feministas, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** 50. ed. [s.l.]: Global Editora, 2005.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

O PARADOXO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL, E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS REFLETIDOS NA SOMBRA DO MITO PLATÔNICO

AUTOR:

Josinaldo de Souza Alves

INTRODUÇÃO: Ao contrário do que muitos acreditam, a existência dos problemas presentes nas gerações atuais contem, em si, um conteúdo normativo jurídico que defende os direitos fundamentais e sociais da sociedade. Dentre estes, do ponto de vista jurídico e filosófico, podemos refletir sobre a grande problemática da violência sexual infantil atual, relacionada ao Mito da Caverna, do Filósofo Platão (2015). Ao realizar uma análise da sociedade, busca-se descobrir a existência de paradigmas habituais em comum e contextos históricos que envolvem a atualidade. A violência sexual infantil apresenta múltiplas e complexas causas que assustam e está coberta por um manto de tabu e silêncio, da sociedade, dos agressores e até da própria Lei). A violência sexual infantil no Brasil mesmo com a presente ordem jurídica (Constituição Federal de 1988) tem um índice crescente de casos subscrito violentos, sendo o segundo maior tipo de violência mais comum contra as crianças de diversas classes e idades. E qual é o nosso papel diante disso? A norma é esquecida, ou a sociedade não quer ver esse problema? O que fazer? A quem recorrer? Qual o papel jurídico do Estado diante do problema? Tratar a violência como assunto ultrapassado, ou deixá-la incidir como assuntos banais é um erro. A partir de agora proponho uma viagem ao mundo jurídico baseado na filosofia real e histórica. **METODOLOGIA:** A função deste trabalho é proporcionar maior familiaridade com o problema (violência sexual infantil), levando em consideração que necessitamos de conexões uns com os outros para experiências e conhecimentos. Com a função de proporcionar e construir hipóteses envolvendo levantamentos, a especificação desse resumo expandido que foi caracterizada por estudos filosóficos e jurídicos, histórias e dados científicos bibliográficos através de pesquisa via internet a respeito do tema classificado, envolvendo verdades e objetivos em virtude do fato, além dessa grande ferramenta virtual o resumo foi baseado em livros que abordam a problemática. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O professor universitário e escritor Hugo Monteiro Ferreira, (2012), após estudos e convivências em organizações sociais e orfanatos para crianças vítimas do abuso sexual, nos despertou em criar um projeto baseado em seu livro “Antônio”, acreditando que podemos nos tornar uma ferramenta que poderá ser usada para inspirar, encorajar, informar e potencialmente promover mudanças na vida das crianças e da própria sociedade, em mundo que insiste em viver na caverna e virar as costas para os problemas infantis. No Mito da Caverna, do filósofo grego Platão, encontramos um grande relativismo no qual podemos ressaltar muitas identificações e verdades questionáveis com a sociedade e governo atual, condicionados em seus padrões de pensamentos limitados e que insistem em não enxergar as possibilidades que podem cessar a violência sexual infantil, diante da própria legislação. Sendo assim a aplicação das normas jurídicas se tornam ficções diante da socialização para o desenvolvimento infantil, uma sociedade com necessidades de interagir e colaborar com essa transformação que vêm ocorrendo nas diferentes classes sociais, isto é simples, mas talvez difícil de compreender para muitos, pois estão submersos na “caverna”, presos e amedrontados, sem interagir de forma mínima para colaboração e aplicação da normatividade. O livro “Antônio” narra a história de uma criança que “sentia muito medo e fazia tudo o que o agressor queria, depois ficava com trauma, com frio e com uma dor que não era no corpo, talvez fosse na alma”. O autor traz a atualidade um tema que é deixado em silêncio, mesmo sendo uma grave e injustificável violência que aflige de maneira impactante o desenvolvimento de crianças e adolescentes e, em decorrência disso, atinge suas famílias, lares e repercute na própria sociedade, além do medo, criando no interior da criança,

a opressão, a culpa e uma sensação muito grande de estarem desprotegidas. Ou seja, o abusador atribui à criança uma culpa que ela não tem. O livro “Antônio” é como um grito de socorro que poderá colaborar na salvação ou no resgate de muitas crianças. Mesmo com a existência específica do sistema judiciário, podemos destacar a ineficiência em punir esses agressores em casos que são denunciados ao poder público, fragilizando a própria justiça e formando uma situação de impunidade quase generalizada. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O resultado para com a sociedade é a compreensão e aprendizagem de todos, analisando esse problema que está relacionado ao direito, em que podemos criticar a ausência de meios que levem a sociedade a entender que as crianças não são apenas objetos que podemos deixar sob a subordinação de outros. É necessária obediência e respeito à lei e, principalmente, no que tange as nossas crianças que são sujeitos de direitos fundamentais, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, quando estabelece uma política de proteção integral da criança e do adolescente, trazendo para nossa sociedade os avanços obtidos para a responsabilização das gerações adultas para com a infância, defendendo a comprovação de que as crianças necessitam de uma atenção especial e centralizada. Neste sentido, a Carta Magna, em seu artigo. 227, estabelece obrigações e deveres da família, da sociedade e do Estado, como dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência e opressão. Como requisitos básicos constitucionais, a constituição federal é a base para o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, que apresenta uma política de proteção integral visando assegurar à criança e o adolescente o gozo de todos os direitos inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes, por meio de políticas públicas, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, e social, em condições de liberdade e da sua dignidade como pessoas humanas. Além do mais, é necessário o entendimento de toda a sociedade para combater esse tipo de violência sexual que se caracteriza especificamente com abusos e maus-tratos sexuais de maneira única, repetitiva e intencional, a criança, que não possui uma especial condição de maturidade biológica e psicológica para enfrentar o agressor. O objetivo é quebrar esse tabu da síndrome do segredo, onde a criança vítima tende a se proteger em uma rede de segredos, mantida através de ameaças e barganhas do agressor. **CONCLUSÃO:** Em virtude dos fatos mencionados é necessário que a sociedade em geral promova o exercício de cidadania, a partir do pensamento coletivo, sistematizando o entendimento para o controle do crescimento e progresso da criança, a violência sexual infantil tem se tornando cada vez mais difícil ignorar a sua existência no meio social, entre suas características danosas, suas repercussões psicológicas e negligentes, são fatores que decorrem de uma série de problemáticas que afetam a criança, capaz de gerar sérias distorções inconscientes por parte da mesma, sendo assim abordamos aqui a importância do conhecimento jurídico a todos, levando em consideração a evolução da sociedade atual. Os primeiros passos são dados, entre a teoria e a prática, e há um universo a ser percorrido. É preciso denunciar e tornar público o que vivemos. A falta de conhecimento jurídico acaba ampliando mais esse fato, dessa forma, a necessidade de adquirir essas noções básicas e repassar a importância do direito, que protege, ampara, defende, e insiste que prevaleça a sua existência para todos, é necessário, que todos entendam que existe comportamentos apoiados pela lei que rege as condutas estabelecidas as crianças, onde estamos envolvidos. Presenciamos o problema e nos encontramos ignorantes diante disso, um fenômeno que possui raízes destruidoras, a sociedade tem um grande papel para combater esse caos sombrio.

Palavras-chave: Direito. Violência. Crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

FERREIRA, Hugo Monteiro. **Antônio**: ilustrações de Camila Carrosine. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2012.

PLATÃO. **O mito da caverna**. Tradução e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2015.

TRÁFICO DE MULHERES – ENTRE O CONSENTIMENTO E O CRIME DE EXPLORAÇÃO

AUTOR:

Thuanny Talyne Gomes da Silva

INTRODUÇÃO: Compreendida como uma das maiores afrontas da contemporaneidade aos direitos humanos, bem como ao princípio da dignidade da pessoa humana contida no Texto Maior de 1988, o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual corresponde à terceira atividade ilícita mais lucrativa do mundo. Contudo, as raízes históricas em torno da prática da exploração fundam-se, a exemplo, desde os tempos da Grécia antiga e, por sua vez, ainda compreendem como atrativo bastante lucrativo aos criminosos. O aliciamento das vítimas depende-se de um característico perfil de vulnerabilidade social – a pobreza, baixa escolaridade, questões de gênero são condicionantes especialmente as mulheres, enfoque deste trabalho, como também, crianças e adolescentes. Nessa conjuntura, em torno desta problemática mundial, o Direito Internacional através do Protocolo de Palermo trouxe o consentimento da mulher como aspecto pertinente para configuração do tráfico. À luz do direito brasileiro, através da promulgação do Protocolo de Palermo, juntamente com o Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Punição e Repressão do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, por meio dos Decretos-Leis nº 5.015/04 e 5017/04, além disso o Código Penal em concomitância aos protocolos, também expressa em seus artigos 231 e 231-A o compromisso de fiscalizar e combater o crime organizado referente ao tráfico humano para fins de exploração sexual, seja internamente, seja internacionalmente. Entretanto, apesar de promulgar no território brasileiro os supracitados protocolos, o Código Penal não realiza distinção entre o consentimento e a prostituição forçada, constituindo-se de tal maneira, segundo Adriana Piscitelli (2004), a ausência dos núcleos verbais contidos no código não explicita de maneira objetiva, generalizando todas as ações que levem ao mercado do sexo a característica de crime. Acarretando, desse modo, uma lacuna patriarcal e moral opressora às mulheres que escolhem, ainda que em meio às arbitrariedades desse sistema, exercer esta profissão em território nacional ou por meio de migração. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar os desdobramentos acerca do Protocolo de Palermo seguido do Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Punição e Repressão do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, juntamente com a legislação brasileira, refletir acerca dos desafios do enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, bem como as lacunas notáveis que alcançam às profissionais do sexo.

METODOLOGIA: A presente análise fará uso do método de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, analogamente, utilizará do método cartográfico aplicado ao Direito, em que possui divisão em três fases. Primeiramente, a Escala, em que, neste trabalho compreende o Protocolo de Palermo, como também o Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Punição e Repressão do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças e os Decretos-Leis nº 5.015/04 e 5.017/04 os quais promulgaram os protocolos no Brasil. Em seguida, o patamar da detecção que confere as dificuldades do reconhecimento da prática criminosa, tendo em vista, a complexidade desta extensa rede, bem como as vítimas subordinadas dessa atividade, ademais, a questão do consentimento, imprescindível para caracterização do tráfico. O patamar da discriminação corresponde, neste trabalho, à proteção das vítimas pertencentes ao esquema do tráfico. Por conseguinte, o patamar da avaliação baseia-se nos direitos humanos, e, concomitantemente, com o princípio da dignidade da pessoa humana. Segundamente, a etapa da Projeção diz respeito à validade normativa no território em que configura-se a atividade ilícita do tráfico de mulheres. Em síntese, a etapa da Simbolização trata da realidade social do fenômeno do tráfico de mulheres após vigente a

legislação, e sua efetividade no que cerne ao social. O enfoque será direcionado ao tráfico de mulheres sob a ótica da exploração sexual e do consentimento da mulher. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O advento do Protocolo de Palermo, bem como do Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Punição e Repressão do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças trouxe um amparo de caráter internacional à problemática da moderna forma de escravidão, bem como as nuances em seu dispositivo enfatizam o enfoque de proteção às vítimas ludibriadas no esquema de tráfico. No entanto, o vigente Código Penal Brasileiro indica para a necessidade de alterações consideráveis e relevantes em seu dispositivo no que cerne ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, em virtude dos anacronismos com os Decretos-Leis promulgados no Brasil. Também foi possível analisar, a complexidade das rotas, fruto da globalização, o acesso às tecnologias, uso dos sistemas de transportes, a facilidade com o controle das fronteiras, caracterizam a dificuldade de identificação dos criminosos. Além disso, o receio da vítima em realizar a denúncia, tendo em vista as pressões psicológicas enfrentadas, constituem-se de mais um fator favorável à impunidade. Some-se a isto, ainda há de constatar-se que os meios corruptivos dentro do Estado por meio dos agentes públicos, garantem aos traficantes a manutenção do mercado ilícito. **CONCLUSÃO:** Ao final do trabalho, pode-se concluir que os obstáculos da fiscalização efetiva acarretam malefícios tanto às vítimas traficadas, como as profissionais do sexo que optam ou são condicionadas ao exercício da profissão, em virtude de uma moral arraigada na sociedade, refletida de modo segregacionista. Dessa forma, é salutar que haja a mudança na vigente legislação de tal maneira que seja possível a consonância entre os âmbitos internacional e nacional, bem como com a concordância mediante o Estado democrático de Direito. Em última instância, ainda há de se mencionar os prejuízos financeiros ao Estado, uma vez que se tratando de prestação de serviços, impostos deixam de serem arrecadados.

Palavras-chave: Tráfico de Mulheres. Consentimento. Direito Penal Sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____. **Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848.html>. Acesso em: 13 set. 2016.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima (orgs). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil - PESTRAF:** Relatório Nacional. Brasília: CECRIA, 2002. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Pestraf_2002.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

MOURA, S. N. C. O Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual: a questão do consentimento no Protocolo de Palermo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 8, p. 2009-2028, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Brasileiras na indústria transnacional do sexo. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 12 mars 2007. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/3744> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.3744> . Acesso em: 19 set. 2016.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA

AUTORES:

Joab Chacon Ferreira

Maria Lucicléia Líns Bezerra

INTRODUÇÃO: O presente trabalho traz à evidência os objetivos que foram traçados e projetados para se ter um maior conhecimento acerca do recorte social em análise. Com isso passaremos a evidenciar, de maneira clara e objetiva, as peculiaridades que envolvem este tema complexo como a violência, que é de tamanha discussão entre grandes estudiosos. Para isso, faz-se necessário expor o objeto de investigação pelo viés histórico e sociocultural, assim como mencionar a importância de se conhecer o tema em questão por um olhar contemporâneo, evidenciando assim sua eficácia social, fazendo uma relação profunda com a eficácia jurídica pelo qual se assenta a violência contra a mulher embasada desta maneira na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). A exposição alguns dados se faz necessária para melhor compreensão do resumo, como alguns dados estatísticos extraídos de fontes como, por exemplo, o da central de atendimento à mulher da secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república (SPM-PR). Segundo a referida central, em 74% dos relatos de violência registradas pelo serviço ligue 180 a violência é diária ou semanal. Em 72% dos casos as agressões foram cometidas por homens com quem as vítimas mantêm ou mantiveram uma relação efetiva. Diante do evidenciado, torna-se claro que há uma manifestação de violência no âmbito nacional contra as mulheres no mínimo semanalmente por homens que residem com suas companheiras. Partindo destes dados e afirmativas, percebe-se como estes vem fazendo parte da realidade de todos os brasileiros sobretudo no âmbito familiar e doméstico, por isso, perceber juridicamente o conceito de violência doméstica no âmbito familiar é essencial, assim, violência contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero, âmbito de unidade doméstica, âmbito familiar e relação íntima de afeto e qualquer ação de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Art. 5º e 7º da CF de 1988). Além disso, é importante expor aspectos histórico pelo qual permeia a referida violência em relação com a eficácia jurídica e social atual. **METODOLOGIA:** No trabalho investigativo, do ponto de vista metodológico, optou-se pelo uso do método de pesquisa bibliográfica e das abordagens das leis em vigor, e em especial foi baseado também no método cartográfico como principal ferramenta de suporte. A pretensão diante dos métodos apresentados é mostrar a sociedade esse conhecimento específico, torná-las pessoas mais críticas e reflexivas, pois estarão abastecidas de conhecimentos, quer seja por questões atuais, quer seja por questões históricas e jurídicas. O processo de pesquisa andou lado a lado com o método cartográfico, desbravando o fato social através da norma jurídica (escala) da lei 11.340/2006 que proporcionou a partir de dados estatísticos entender a efetividade/eficácia jurídica (projeção) da lei Maria da Penha, possibilitando assim, entender que a projeção representa simbolicamente (simbolização) para a sociedade algo ainda muito limitada sendo evidente que existe uma certa distância entre eficácia jurídica e eficácia social. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Após pesquisa realizada em fontes bibliográficas e informações subsidiárias, constatou-se que falar da violência contra a mulher principalmente no âmbito familiar e doméstico no cenário atual e sobretudo, pelo contexto jurídico não é suficiente para se ter dimensão do porquê de tamanha violência sofrida. É necessário entender a raiz, desde que momento este mal está entrelaçado à sociedade. Historicamente desde as civilizações antigas em se tratando de relacionamento de homem para com a mulher no ambiente doméstico, o “*pater*” era o detentor de todo poder e dono de toda e qualquer propriedade, sendo a mulher e filhos parte dessa propriedade, evidenciando assim, desde esse período a mulher como um ser

reduzível no espaço familiar. Para Wolkmer (2007, p.105) “o *pater familias* era ao mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz, constituindo-se assim, a família como unidade da sociedade antiga...” Segundo exposto, percebe-se da grande relação que existe do passado com o presente, em que o contexto histórico-cultural em meios a grandes conquistas por parte da sociedade aqui em especial a da mulher, ainda é capaz de sobreviver ao tempo e permanecer com grandes influências no contexto atual de uma sociedade. Para corroborar com o pensamento de Carlos Antônio Wolker, expõe-se: para Dias (2007, p.16) “Apesar de todos os avanços, da equiparação entre o homem e a mulher (...) a ideologia patriarcal ainda subsiste. (...) A sociedade protege a agressividade masculina (...) Os homens precisam ser super-homens, não lhes são permitidos ser apenas humanos”. Mediante este pensamento, há de se perceber que embora exista uma lei que estabelece o proceder mediante punição legal, este problema jamais deixará de existir haja vista, necessidade que já é intrínseca ao comportamento, quer seja do próprio homem, ou até mesmo da própria sociedade como um todo. Para dimensionar como o contexto histórico ainda está vivo e vem prosseguindo lado a lado com a sociedade, e mais especificamente não mais a séculos de distância, mas em um passado recente. Antes de 2006, ano que o governo sancionou a lei, para Matias (2014) “Os homens, histórica e culturalmente tinham liberdade para agredir indiscriminadamente suas companheiras (...) Antes de 2006 a violência doméstica era julgada como qualquer outro crime pela justiça comum.” Segundo exposto, fica notório que as estatísticas e notícias já mencionadas na introdução deste resumo, evidencia o contraste do que ocorria antes e após da lei Maria da Penha, deixando claro assim, ainda que antes da mesma, havia uma precariedade de preocupação com a figura feminina que não teve a devida atenção nem da sociedade nem dos que legislam e muito menos do judiciário. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após apresentado o projeto na inicial, projetou-se alcançar resultados satisfatórios partindo sempre do fato social em análise dentro do contexto jurídico. Percebeu-se, neste sentido, que a Lei 11.340/2006 tem conseguido, de certa forma, segundo as estatísticas, amenizar a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Mas há de se considerar que essa amenização não implica em um resultado eficaz, diante de um problema de tão grande monta, ou seja, a eficácia ainda é muito limitada. Uma das explicações para esta constatação está no fato de que, historicamente, desde as civilizações antigas, em se tratando de relacionamento de homem para com a mulher no ambiente doméstico, o “*pater*” tem sido o detentor de todo poder e dono de toda e qualquer propriedade, sendo a mulher e filhos parte dessa propriedade, evidenciando assim, desde esse período a mulher como um ser reduzível no espaço familiar sendo alimentado esta perspectiva pela própria sociedade, que revela ser convergente com esta maneira errada de tratar a mulher. Olhando por outro ângulo, a efetividade da Lei 11.340/2006 pelo viés não mais histórico, mas sim, pela resposta à aplicabilidade da própria letra da lei, percebe-se algumas falhas, senão vejamos: Embora sendo um princípio fundamental da Constituição Brasileira (CF/88, art. 1º, III) a dignidade da pessoa humana e o Estado assegurando a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, a lei Maria da Penha que tem fundamento nestes dois artigos, não tem sido executado de maneira retilínea pela própria sociedade e esse contexto acaba deixando claro que a lei e a realidade não interagem de modo harmônico e natural. Exemplos desses contrastes de eficácia social *versus* eficácia jurídica, percebe-se na letra da lei nas Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor. Aqui será exposto um dos incisos do art.22 que mais entra em evidência da pouca interação entre a lei em questão e a realidade. Vejamos: II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; Este inciso, é corriqueiramente entendido como determinação pouco respeitado, embora devendo ser cumprido sobre ciências que o não cumprimento gera uma sanção legal para aqueles que tentar infringi-lo. **CONCLUSÃO:** Por fim, a ação errada do homem alimentada até mesmo

pelo própria sociedade gera um mal comportamento, inclusive influenciando as ações de nossos filhos que serão o futuro retrato dessa sociedade atual. Partindo desta afirmativa, pensamos a educação como um dos principais meios para tentar solucionar senão, amenizar os problemas em foco. A justificativa para essa linha de raciocínio, está assentada na própria lei Maria da Penha, quando menciona no seu inciso v art. 8º , sobre as medidas de prevenção a violência doméstica e familiar contra a mulher deixando claro que, é necessário por parte dos gestores utilizassem de políticas públicas voltadas para a violência contra a mulher, utilizando o espaço escolar como um dos principais meios para tentar a solução deste problema devendo ser efetivada, já ensinando aos futuros parceiros de lar, como agir este procedimento pode ser talvez não uma resposta imediata aos nossos anseios, mas um primeiro passo para num futuro próximo conseguirmos ver uma sociedade menos estereotipada.

Palavras-chave: Violência. Histórico. Lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei Maria da Penha: **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

COMPROMISSO e atitude. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

MATIAS, Isabela P. Magno. **Violência doméstica contra a mulher antes e depois de 2006**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/57033/violencia-domestica-contra-a-mulher-antes-e-depois-de-2006>>. Acesso em: 24 out. 2016.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história do direito**. S.l.: Del Rey, 2007.

O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, UM DEBATE NECESSÁRIO

AUTORES:

Aline Lindomara Braz

Carlos Henrique Bezerra da Silva

Ítalo Batista de Souza

Manoel Erik Pereira Maia

INTRODUÇÃO: Parcerias público-privadas têm desempenhado um papel importantíssimo no enfrentamento à falta de estrutura para o devido acompanhamento dos ingressantes de variados programas de reabilitação social, disponibilizando oficinas profissionais, para que os presos possam aprender novos ofícios ou mesmo aprimorar técnicas já conhecidas por alguns deles. Isso geralmente resulta na possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, afasta os reabilitados do meio criminoso. No cenário internacional, diversos debates sobre o tema têm tomado proporções cada vez maiores, uma vez que os países que integram um grupo interamericano convencionaram o Tratado Internacional de San José da Costa Rica. Nesse tratado, estão pactuados os Direitos Humanos que, por sua vez, são observados nos textos normativos brasileiros, desde a Carta Constitucional Federal, (1998), até as Leis Especiais que versam sobre a execução penal. Tal proposta não é observada na prática do sistema carcerário brasileiro, que clama por uma reforma intensa e eficaz, já que os indivíduos são ignorados, guardados em escaninhos escuros e esquecidos da consciência coletiva. Os presídios Brasileiros, de uma maneira geral, não conseguem promover aos detentos a ressocialização esperada. Essa reflexão parte de uma pesquisa que objetiva a constatação da realidade do sistema carcerário percebida no âmbito nacional, bem como a viabilização de propostas de intervenção, a posteriori, que visem a uma adequação do sistema, quer normativa ou efetivamente aplicável. **METODOLOGIA:** Este trabalho se vale das metodologias dedutiva e bibliográfica, através de pesquisas realizadas pelos autores sobre normas constitucionais, normas do direito penal, observando também o processo de ressocialização no sistema prisional e seus reflexos na sociedade em geral, enfatizando o princípio da dignidade da pessoa humana. Os resultados obtidos com essa pesquisa são submetidos ao prisma da metodologia cartográfica de análise, onde restou esclarecido que na escala do método, percebemos uma estrutura normativa muito prolixa, em comparação ao cenário internacional. Já na projeção, percebe-se que a relação do sistema carcerário brasileiro com o normativismo jurídico internacional, observa os tratados e convenções nos dispostos de cada Lei especial Penal. Por fim, na simbologia, constatamos que a realidade observada é incondizente com a expectativa das normas, já que essas normas ainda são criticadas por boa parte da sociedade, por sua ineficácia. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A obra “Dos delitos e das penas”, (BECCARIA, Itália, 1764), em suma, trata de pontuar a humanização e proporcionalidade das penas como sendo o propósito primordial de todo e qualquer sistema prisional que proponha a pena, não como forma de castigo, mas como forma de reinserir o criminoso na sociedade. Isso já é percebido pelo autor desde o ano de 1764, quando intensas mudanças revolucionárias sacudiam a forma de pensar sobre assuntos como o tratado em tela. Além dessa, há também a obra "Tratado de Direito Penal" (BITENCOURT, 2015), que de uma forma bastante pedagógica aborda uma comparação do Direito Penal brasileiro com o Direito penal Eurocontinental. Baseado na própria Carta Maior de nosso país no plano superior das normas que versam sobre execução penal, quais sejam: Código Penal Brasileiro, Código de Processo Penal e a Lei de execuções Penais. Logicamente, como os autores deste têm o objetivo de abordar o assunto de forma a melhor esclarecer sobre o sistema prisional, destacamos uma relação entre a expectativa dos autores aqui mencionados e a realidade observada no cotidiano da execução penal, confrontando as constatações entre si, provocando

um debate mais aprofundado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O principal resultado esperado é que a proposta aqui apresentada alcance a todas as camadas sociais. Espera-se ainda desenvolver um senso comum de que é imprescindível a atuação do direito, especialmente da seara criminal, para o enfrentamento das questões apontadas, e que ao final do evento os participantes tenham adquirido o conhecimento compartilhado, sensibilizando a sociedade, por meio do uso de linguagem acessível, acerca da propositura da temática. Cabe a seguinte indagação: existe um sistema carcerário perfeito? Deve ser apresentada a resposta ao objetivo da pesquisa elencando as limitações existentes na esfera criminal, bem como as prováveis soluções já percebidas e aplicadas, gerando reflexões ao longo da exposição da temática. A extensa pesquisa realizada pelos autores deste apresentou uma notória problemática no meio jurídico-social, dando azo às discussões no meio político, jurídico e mesmo acadêmico. **CONCLUSÃO:** Diante da situação apontada, o assunto será abordado sistematicamente em uma mesa de debate, sugerida pela instituição de ensino, promovida e estruturada pelos discentes do segundo período do curso de Direito Unifacex, como uma atividade de extensão livre, apresentando conhecimentos empírico-científicos a partir de debatedores, profissionais da área convidados.

Palavras-chave: Sistema Carcerário. Reflexão Social. Normas.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Rafael Damasceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Direito Net**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2015. V.1
- BRASIL. **Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm> Acesso em: 19 set. 2016.
- DULLIUS, Aladio Anastacio; HARTMANN, Jackson André Müller. **Análise do sistema prisional brasileiro**. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10878&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 06 set. 2016.
- RODRIGUES, Filipe Azevedo. **Análise econômica da expansão do direito penal**. S.l.: Del Rey: , 2014.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA CERAMISTA NA REGIÃO DO RN

AUTORES:

Andrea de Guimarães Aguiar Bezerra

Idayane Clementino dos Santos

INTRODUÇÃO: O presente trabalho abordará “Os impactos ambientais da indústria ceramista na região do RN” - a ação humana em degradar a natureza dar-se a expansão de explorar suas riquezas naturais onde o desenvolvimento econômico é fator para corroborar com os impactos sofridos. Essa expansão vem se dando em algumas áreas territoriais dos municípios do Rio Grande do Norte, apresentando uma nova dimensão, de caráter mecanizado, e que acarreta possibilidades de reprodução social em algumas parcelas populacionais. Atualmente, em decorrência de uma ação dinâmica, aumentou o número de empresas neste setor industrial e geração de empregos, porém as questões de ordem socioambientais contribuem para a problemática que passa a ser discutida e questionada no âmbito jurídico. Segundo Carvalho (2003), o Estado do Rio Grande do Norte apresenta cerca de 159 cerâmicas em atividades situadas nos 39 municípios diferentes. A maioria dos pólos produz telhas coloniais extrusadas. O autor aponta questões em que essas empresas são consumidoras de lenha, obtida da mata nativa do Seridó, agravando a questão do problema ambiental em áreas que já acusam processo de desertificação. A primeira fábrica de peças de cerâmica instalou-se com a chegada dos colonizadores portugueses, que organizaram e centralizaram a mão-de-obra. Diante da modificação do procedimento usado pelos índios e incorporação de rodadeiras, os produtos cerâmicos passaram a ser mais simétricos, os acabamentos foram aprimorados e houve a redução de tempo de trabalho. A indústria de cerâmica é dividida em segmentos, são esses: cerâmica estrutural (vermelha), revestimentos (pisos e azulejos), matérias primas naturais, refratários, cerâmica técnica, especiais, sanitários, louça de mesa e adorno, fritas, vidrados e corantes, matérias-primas sintéticas, cerâmica elétrica, equipamentos para cerâmica e abrasivos (Bustamante & Bressiani, 2000). “Os impactos ambientais gerados em cada cerâmica variam de acordo com o seu porte e potencial poluidor, em alguns casos a cerâmica pode causar um baixo impacto ambiental em outros casos alto impacto”. A pesquisa tem o objetivo de analisar os Impactos ambientais da indústria ceramista que está se expandindo em áreas territoriais dos municípios do Rio Grande do Norte, a fim de ressaltar as conseqüências geradas por esse fato social, considerando a legislação que regula o meio ambiente. Ressaltando a efetividade das normas jurídicas e sua aplicabilidade pertinentes à preservação ambiental. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa, quanto aos objetivos classifica-se como descritiva, e nas pesquisas, descritivas. O pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la. Para Triviños, (1987), os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (1987, p. 112), quanto a natureza adapta-se como qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados o levantamento bibliográfico, encadeado a outras fontes de pesquisa. **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA:** Dentre os diversos argumentos e situações que o caso apresenta a atividade ceramista por ter um potencial causador de degradação ambiental é considerada de potencial poluidor. Diante do aumento das atividades e instalações de pólos industriais ceramistas no Rio Grande do Norte, houve uma busca pela intervenção do direito nas causas do meio ambiente com a finalidade de minimizar os danos ocorridos pela degradação e danos projetados pelos homens. Nessa ocasião, é importante ressaltar que a eficiência do processo de licenciamento ambiental como instrumento de controle depende da avaliação e identificação dos métodos e tecnologias

aplicáveis a eliminação, ou redução dos impactos gerados pela atividade. Porém, a lei de crimes ambientais (Lei n.º 9.605/98) que são classificados dos tipos de crimes diferentes, publicada em 1998 dispõe sobre sanções penais e administrativas provenientes de condutas lesivas ao meio ambiente. Sales (2001) acrescenta que “a lei prevê crimes contra a fauna e flora, crime de poluição, crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, contra a administração ambiental, além de tratamentos específicos às atividades mineradoras, de uso, transporte e gestão de produtos químicos, e de construção de empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente”. Nessa ótica, o Direito Ambiental aponta que no Brasil quanto à legislação do Meio Ambiente salienta-se a Lei n.º 6.938/81 que se refere sobre a Política Nacional do Meio Ambiente onde assegura a manutenção do equilíbrio ecológico, tendo em vista o uso coletivo e a Lei n.º 7.347/85, a qual vem disciplinar a ação civil pública de responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente, encaminhando o acesso convívio à Justiça para defesa do ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Na atualidade, é perceptível a necessidade de mecanismos de fiscalização ambiental sejam mais eficazes no combate efetivo ao meio ambiente, principalmente, no tocante ao Poder Público que dever fiscalizar e executar o instrumento legal para efetividade da lei. No Estado do Rio Grande do Norte, através da Lei Complementar n.º 129 de 02 de fevereiro, foi criado o IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, que entre suas competências cabe coordenar, executar a política estadual de preservação, conservação e uso racional dos recursos ambientais. Observou-se que existem várias normas que culmina esse fato social, citando a Lei n.º 6.938/81, que traz o enfoque da Política Nacional do Meio Ambiente assegurando a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido. Na Constituição Federal em seu art 225, *caput*, dispõe do reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio com extensão ao direito à vida, seja pelo aspecto da própria existência física e saúde dos seres humanos, seja quanto à dignidade desta existência, medida pela qualidade de vida. Este reconhecimento impõe ao Poder Público e à coletividade a responsabilidade pela proteção ambiental.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, a efetivação da norma e do direito ambiental requer, a intensificação no controle e fiscalização dos Órgãos de proteção ambiental. Em relação ao Direito, a legislação brasileira demonstra um avanço no aspecto da proteção da fauna e flora, todavia alguns fatos necessitam ser debatidos com a população em geral, principalmente no que tange a interpretação legal dos artigos. Pode-se afirmar que a efetividade das normas jurídicas assegura o meio ambiente e tem um perfil de rigor em sua aplicação. Porém, é necessária a busca pelo conhecimento e parcerias com programas que fiscalizam tais atividades nos diversos setores da sociedade.

Palavras-chave: Impacto Ambiental. Indústria Ceramista. Direito Ambiental.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE CERÂMICA - ANFACER.
Disponível em: <<http://www.anfacer.org.br/#!/historiaceramica/c207w>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BUSTAMANTE, Gladstone Motta; BRESSIANI, José Carlos. **A indústria cerâmica brasileira**. São Paulo. 2000. Disponível em:
<http://ceramicaindustrial.org.br/pdf/v05n03/v5n3_5.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.

CARVALHO, O. de C; LEITE, J. Y. P; REGO, J. M. do. **Perfil industrial da cerâmica vermelha no Rio Grande do Norte: uma síntese.** Natal: FIERN/SENAI, 2003.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA (2012). **Resolução INEA nº 53 de 27 de março de 2012.** Dispõe sobre a listagem com os novos critérios de determinação do porte e potencial poluidor de empreendimentos e atividades poluidores ou utilizadores de recursos ambientais. Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1354982492.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

OS PROBLEMAS CONDOMINIAIS E O DIREITO: EXISTEM OUTROS MEIOS?

AUTORES:

Éder Artur Souza de Assis

Maria Eugenia de Souza Soares

INTRODUÇÃO: O fato social que será abordado é a normatividade da convivência social dentro de um espaço específico (o condomínio), verificando a sua aplicabilidade, funcionalidade e eficácia. Para alcançar o objetivo previsto se faz necessário a exposição de um fato social e analisá-lo sob uma ótica jurídica, como também buscar soluções através do diálogo. **METODOLOGIA:** A partir do estudo dos documentos usados na pesquisa, foi formulada uma pergunta-problema para levantamento de hipóteses. Com isso, foram criadas definições operacionais como a entrevista com o síndico, coleta dados para então, chegar às considerações finais. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O texto base utilizado para a investigação externa foi o Estatuto Interno do Edifício Quartier Latin em Natal/RN, Brasil, e o Código Civil Brasileiro, (2000), para ser possível entender não somente o funcionamento de um espaço delimitado, mas a atuação do fenômeno jurídico nele. Além disso, houve a análise de artigos científicos que abordam o tema. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** Vivemos um momento crítico da história, no qual desfrutamos de um sentimento de liberdade quase que infinito. Essa sensação acarreta uma incerteza e angústia no ser, frente às possibilidades da vida. Fazendo com que o indivíduo seja tomado por sentimentos adversos como a violência e intolerância na convivência em comunidade. Tais conflitos são gerados por impasses interpessoais frutos de reações desproporcionais aos fatos, sociabilidade defasada e autocentramento. Esses conceitos são citados no artigo Mal estar contemporâneo e conflito entre vizinhos, também usado como referencial para o presente trabalho, que traz um projeto de solução para esta questão como sendo a interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Direito. Essa proposta vem sendo amplamente adotada no Brasil e entende que após a realização do trabalho de conscientização com os condôminos, com relação à importância dos cumprimentos das normas condominiais, obtém-se como resultado uma queda no número de infrações cometidas e, consecutivamente, uma melhora significativa na convivência entre seus moradores, tornando assim o ambiente mais harmonioso. Por conseguinte, com a utilização de saberes psicológicos de resolução de conflitos de grupos, evita-se um desgaste desnecessário entre as partes, não sendo necessários a aplicação de multas ou um acionamento judicial. Assim, para resolver conflitos criados por estas reações humanas, os indivíduos recorrem à justiça, pois este passou a ser o referencial de autoridade em nossa sociedade contemporânea para resolver. **CONCLUSÃO:** O presente trabalho visa analisar de forma normativa a convivência nas habitações verticais, tendo como referencial o Estatuto do Condomínio em questão e o Código Civil. Seu objetivo maior é fundamentar práticas que tenham o poder judiciário como última possibilidade de intervenção uma vez que a maioria dos conflitos é gerada por relações interpessoais defasadas, podendo solucioná-los a partir da interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Direito. Ou seja, criando espaços de diálogo nos quais os envolvidos possam expor suas diferenças e juntos elaborar alternativas de solução do litígio. Neste sentido, sugere-se que os desentendimentos entre vizinhos possam ser tratados de maneira mais adequada com um trabalho de mediação de conflitos, de natureza transdisciplinar.

Palavras-chave: Medidas Alternativas. Psicologia. Direito.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LEVY, Lidia et al. Mal-estar contemporâneo e conflitos entre vizinhos. **Revista Mal-Estar Subj**, Fortaleza , v. 11, n. 3, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SINDICONET. **Novo código civil - capítulo condomínios**. Disponível em:
<<http://www.sindiconet.com.br/448/Informese/Codigo-Civil--Capitulo-sobre-Condominios>>.
Acesso em: 20 out. 2016.

OS SERVIÇOS DE TELEFONIA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AUTOR:

José Israel Rodovalho Costa Júnior

INTRODUÇÃO: O presente trabalho relatará sobre a Telefonia à luz do Código de Defesa do Consumidor, suas implicações contratuais e jurídicas, além das controvérsias existentes acerca do assunto. Este trabalho tem por fim explicar sobre os serviços de telefonia, que, por vezes, são contratos de longa duração, de trato sucessivo e que implicam numa obrigação de resultado, pois se espera da empresa que comercializa os serviços de telefonia um ato preciso. Por essa razão, cria-se uma expectativa de segurança ao consumidor. Este trabalho tem como objetivo estudar os Serviços de Telefonia à luz do Código de Defesa do Consumidor, expondo de modo sucinto, como são os contratos de consumo e todas aquelas relações contratuais ligando um consumidor a um fornecedor de bens ou serviços, relacionando à obrigação de fazer por parte das Operadoras de Telefonia. **METODOLOGIA:** O estudo tem por base experiências vivenciadas pelo Autor em ambos os pólos da discussão, além do método dedutivo/indutivo, haja vista que também foi embasado com conceitos jurídicos e pesquisa bibliográfica. A pesquisa utiliza o método eclético ou comparativo, uma vez que houve o estudo de determinados escritos, como também o de tipo ideal, visto que foi feito um levantamento das características do assunto em comento. Pesquisa bibliográfica em que se procederá a leituras e discussões envolvendo o conceito de Consumidor, Fornecedor, bem como as espécies de contratos, utilizados como base para justificar o tipo de relação existente entre os consumidores e as empresas Prestadoras de Serviço de Telefonia. Pesquisa jurisprudencial para demonstrar como os tribunais estão se posicionando, hodiernamente, acerca do assunto. Além da pesquisa virtual em sites da área, por meio de artigos eletrônicos, assim como em revistas de tribunais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Pode-se verificar a aplicação de alguns princípios na relação contratual objeto de estudo desse trabalho, como por exemplo, o princípio da equivalência material, o qual busca realizar e preservar o equilíbrio real de direitos e deveres no contrato, antes, durante e após sua execução, para harmonização dos interesses, rompe a barreira de contenção da igualdade jurídica e formal, que caracterizou a concepção liberal do contrato. Nas relações de consumo, no que concerne à informação o princípio da boa-fé volta-se em grande medida ao dever de informar do fornecedor, a boa-fé é cláusula geral de abertura, permite ao aplicador ou intérprete o teste de compatibilidade das cláusulas ou condições gerais dos contratos de consumo. Portanto, pode-se dizer que o fornecedor de serviços responderá, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Mostra que atualmente, denominam-se contratos de consumo a todas aquelas relações contratuais ligando um consumidor a um profissional, fornecedor de bens ou serviços. Esta terminologia tem como mérito englobar a todos os contratos civis, nos quais, por estar em um dos pólos da relação um consumidor, existe um provável desequilíbrio entre os contratantes. Foi adotada, no Código de Defesa do Consumidor, e posteriormente no Código Civil de 2002, a técnica legislativa denominada de "cláusulas gerais", na qual são utilizados conceitos jurídicos cuja completa determinação caberá à atividade criadora do Juiz. Busca mostrar que, o legislador, ciente da velocidade na qual ocorrem as mudanças sociais, transfere ao Juiz, limitado pela própria lei e pelos princípios do sistema jurídico no qual ela está inserida, a tarefa de delimitar precisamente o âmbito de aplicação da lei. **CONCLUSÃO:** Conclui-se assim que o serviço de telefonia, um serviço público essencial, seu fornecimento, deve ser contínuo e sem interrupção, além do adequado, eficiente e segura, a responsabilidade da empresa de telefonia

móvel é objetiva. Assim, se existir falha na prestação do serviço pelas empresas de telefonia, a responsabilidade será a objetiva. O Código de Defesa do Consumidor, no seu art. 6º, protege a integridade dos consumidores. Portanto, pode-se dizer que o fornecedor de serviços responderá, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Palavras-chave: Consumidor. Contrato. Responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo C. A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor- o momento em que se aplica a inversão e outras questões. **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro, 2003. V.13.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos; et al. **Comentários ao código de proteção e defesa do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 1991.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. **A responsabilidade civil do fornecedor pelos riscos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001

GRINOVER, Ada Pellegrini; et al. **Teoria geral do processo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

PASSADO DE POUCOS "DESQUITES" E UM PRESENTE DE MUITOS DIVÓRCIOS

AUTORES:

Felipe Nathanael de Medeiros

Mayse Kelly Medeiros da Fonseca

INTRODUÇÃO: Segundo dados, o Brasil em 2011 atingiu a maior taxa de divórcios nos últimos 26 anos, sendo um índice preocupante no âmbito social e jurídico. Os brasileiros nunca se divorciaram tanto, perdendo assim o conceito de casamento, preferindo banalizar o ato da separação legal diante de qualquer circunstância adversa que sofram em sua união. "No ano de 2010 foram registrados 243.224 divórcios entre processos judiciais e escrituras públicas - 36% mais que no ano anterior resultando em 1,8 em cada mil pessoas de 20 anos ou mais dissolveu o casamento legalmente" (MILAN e FRAVETTO, 2011; Gazeta do Povo). As crises conjugais são o pontapé inicial para se iniciar um processo de divórcio, que teve vários facilitadores judiciais como a Emenda Constitucional n.º 066/2010, conhecida como "PEC do amor" ou "PEC do divórcio" para que casais pudessem ter meios legais mais fáceis para que a separação fosse legal aos olhos do Direito. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas aponta que o número de divórcios no Brasil cresce 75% a cada cinco anos. Hoje cerca de 140 mil casamentos são cancelados por ano, até 2006 o número não passava de 80 mil, segundo a mesma pesquisa. Entre os principais motivos desse aumento estão as transformações socioeconômicas da sociedade e das famílias e as mudanças no código civil. Com a sociedade cada vez mais dinâmica, obtém-se uma independência de um cônjuge com o outro no lado econômico, ocasionando na maior parte pelo novo papel da mulher na sociedade atual, que vem resultando em relacionamentos cada vez mais curtos, uma tendência assim apontada por especialista no assunto. As principais causas ou problemas para que essa medida seja tomada, contribuindo assim para o aumento, são listados em 12 fatores primordiais como a monotonia, falta de compromisso de ambas as partes dos conjugues, intimidade, divergências em opiniões acarretando em brigas intermináveis, infidelidade, e as principais, matrimônio cedo resultando uma falta de maturação da relação, dinheiro, expectativas irreais, violência doméstica, abusos e finalmente os filhos. A medida do divórcio resulta em consequências judiciais e jurídicas, já as sociais se caracterizam como a dissolução do casamento dentro dos preceitos religiosos, problemas financeiros, arcando com os honorários advocatícios, os quais podem alavancar os gastos de todo o processo, outros problemas sociais como de saúde dos envolvidos no processo, sofrimento emocional, podendo até ser desenvolvido depressões profundas e o principal que é as relações sociais entre os casais e seus filhos, pois o afastamento será notório mediante a decisão do juiz sobre a guarda e consenso, a frequência em que poderá ter uma socialização entre filhos e os pais divorciados. As consequências jurídicas só terão resultados após o que se estabelece no art. 32 da Lei n.º 6.515/77. O divórcio somente produzirá efeitos jurídicos a partir de seu registro no Cartório do Registro Público competente. Com o divórcio, será dissolvido definitivamente o vínculo matrimonial civil e faz cessar os efeitos civis do casamento religioso que estiver obviamente transcrito no Registro Público (Lei n.º 6.515/77, art. 24; CC, art. 1.571, § 1º); põe fim aos deveres recíprocos dos cônjuges; extingue o regime matrimonial de bens, precedendo a partilha conforme o regime. Assim, o divórcio pode ser concedido sem necessidade de prévia partilha de bens, que poderá dar-se posteriormente em ação ordinária ajuizada para esse fim, dividindo o patrimônio dos ex-cônjuges conforme o regime de bens; faz cessar o direito sucessório dos cônjuges, que deixam de ser herdeiros um do outro, em concorrência ou na falta de descendentes e ascendentes; possibilita o novo casamento aos divorciandos observando o disposto no art. 1.523, III e parágrafo único, do Código Civil; não admite

reconciliação entre os cônjuges divorciados, de modo que se quiserem restabelecer a união conjugal só poderão fazê-lo mediante novo casamento (Lei n.º 6.515/77, art. 33); possibilita o pedido de divórcio sem limitação numérica, pois a Lei n. 7.481/89, no art. 3º, ao revogar o art. 38 da Lei n. 6.515, permite, hodiernamente, no Brasil, a faculdade de uma pessoa divorciar-se quantas vezes quiser. **METODOLOGIA:** O trabalho foi desenvolvido mediante a escolha de um tema para ser relatado ao público, análise do tema escolhido e sua relação com o direito, elencando os fatos sociais e suas consequências juntamente com as consequências jurídicas, reunião para a divisão das partes pesquisadas, fragmentação do resumo expandido, recolhimento de informações na internet, jornais, artigos, livros e pesquisas diversas, abrangendo conceitos históricos e dados no âmbito nacional, análise de todo conteúdo obtido e por fim, a elaboração e organização da parte física do resumo expandido. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O divórcio no Brasil vem passando por uma evolução histórica, onde a quase dois séculos luta-se pelas garantias de direitos individuais. A proclamação da república em 15 de novembro de 1889 foi o marco inicial para uma necessidade de separação legal, um meio jurídico para a dissolução dos casamentos, onde no país houve a separação entre o Estado e a igreja, havendo assim uma necessidade de regulamentação jurídica dos casamentos e processo de separações. Em 1891 foi expedido um novo decreto, o Decreto n.º 521, 26 de julho 1890, que o casamento civil deveria preexistir às cerimônias religiosas, deveria ser regulamentado no âmbito jurídico para que depois pudesse haver a consagração no âmbito religioso. A partir desse momento, a separação ganhou aspectos legais, sendo estipuladas circunstâncias legais aceitáveis para que esse processo pudesse ser iniciado como adultério; sevícia ou injúria grave; abandono voluntário do domicílio conjugal por dois anos contínuos; e mútuo consentimento dos cônjuges se fossem casados há mais de dois anos. Em 1893, foi exposta a primeira proposição divorcista e em 1900 foi recusado o projeto de divórcio vincular. Observa-se então uma historicidade do divórcio, pois até 2010 temos registros de necessidades de modificações para se adequar a evolução dos casamentos e processos de separação legal como em 1934 que a indissolubilidade do casamento se torna constitucional na carta magna de 1934, a Constituição de 10 de novembro de 1937 reiterou que a família é constituída pelo casamento indissolúvel, o mesmo preceito foi repetido nas constituições de 1946 e de 1967, em 1946 quando houve várias tentativas de modificação no sentido da introdução do divórcio no país. Em 1975 foi apresentada o projeto de emenda à Constituição de 1969 (EC n.º 5, de 12/03/1975) que propôs ser permitindo a dissolução do vínculo matrimonial após cinco anos de desquite ou sete de separação de fato. No ano de 1977, houve a instituição oficialmente do divórcio, com a emenda constitucional n.º 9 28 de junho de 1977, que caso a convivência fosse insuportável poderia entrar com um processo de "desquite". **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** Analisando o projeto de pesquisa, a partir do seu resumo expandido, pôde-se chegar a um entendimento que o divórcio pode ser considerado um problema social e também jurídico, sendo um meio para que conjugues pensem em uma solução para o casamento que se encontra em decadência devido a fatores já citados na introdução. O divórcio que por via de fato deveria ser adotado em última opção, em casos de extremas necessidades é contrário com a real situação da realidade do processo legal de separação, ao analisar os fatos, casos concretos e motivos que a sociedade justifica a adoção do meio para a dissolução do matrimônio, percebe-se um desvio da real finalidade do meio legal para a dissolução do casamento, necessitando, portanto de meios jurídicos facilitadores para que o processo de divórcio possa ocorrer. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao ser observado todo o estudo sobre o divórcio, pode-se chegar a uma conclusão que existe um mau acompanhamento do judiciário perante a sociedade quando se é tratado o assunto de separação legal no Brasil, onde o mesmo poderia ser dotado de ações preventivas, mostrando todas as dificuldades, consequências jurídicas e sociais, que vão desde os bens até aos danos emocionais, sentimentais, morais entre toda a

família de ambas as partes, que poderão ser ocasionadas por tal atitude dos conjugues, pois com essa deficiência no amparo a sociedade é observada que tal ação é adotada em primeiro lugar mediante as adversidades encontradas na vida conjugal, indo de encontro com a principal finalidade do divórcio, que apesar das facilidades apresentadas para a consumação do meio, tem como objetivo de ser a última instância a ser tomada, quando todas as possibilidades de salvação do casamento de fato estiverem esgotadas, pois as consequências no presente e futuras são de enorme impacto para a vida de todos os envolvidos neste processo. Portanto, abre-se uma grande discussão social sobre os meios jurídicos a serem adotados para que a população seja provida de meios auxiliares na forma prática e até mesmo teórica, indo desde a adoção de fóruns reconciliadores, aparados por servidores jurídicos totalmente providos no assunto e na esfera da reconciliação, meios de conscientização tendo o devido e merecido apoio do judiciário para que possa ser esclarecido todo o processo com suas consequências, entre outros inúmeros meios cabíveis a serem tomados para que seja proporcionado a sociedade alternativas que resulte em uma não consumação da ação de divórcio, podendo assim fazer jus aos verdadeiros conceitos de casamento, união e família, evitando a banalização da separação matrimonial, para que de fato tal processo de divórcio não seja a primeira atitude a ser tomada e sim a última.

Palavras-chave: Divórcio. Banalização. Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Crislaine Maria Silva de. **A Emenda Constitucional nº 66 de 2010 e seus efeitos**. 13 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7008/A-Emenda-Constitucional-no-66-de-2010-e-seus-efeitos>>. Acesso em: 15 set. 2016.

ALTIERI, Juliana Fernandes. **Divórcio direto - família**. São Paulo. 22 abr. 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1510>. Acesso em: 15 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **A trajetória do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado Democrático de Direito**. 17 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/noticia/2989/A+trajet%C3%B3ria+do+div%C3%B3rcio+n>>. Acesso em: 13 set. 2016.

MILAN, Polianna; FAVRETTO, Angélica. **Brasil alcança a maior taxa de divórcio dos últimos 26 anos**. Vida e Cidadania. 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-alcanca-a-maior-taxa-de-divorcio-dos-ultimos-26-anos-9szdzdv8sv55ridijb022yn2m>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PEC DAS DOMÉSTICAS - MUDANÇA SÓCIO-JURÍDICA

AUTORES:

Joana Darc Costa da Silva Oliveira

Michele Melo de Oliveira

INTRODUÇÃO: Durante muito tempo a categoria dos trabalhadores domésticos foi desrespeitada à medida que às demais profissões usufruíam de diversos benefícios. Isso é resultado de uma herança escravagista e patriarcal, pois grande parte dos escravos foram realizar trabalhos braçais e às mulheres coube o trabalho doméstico em condições muito semelhantes às do período anterior à abolição. O direito do trabalho surgiu para fiscalizar e equiparar a relação vertical que acontece entre empresas e trabalhadores, relação que é histórica, intensificada na Primeira Revolução Industrial. No que tange os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, observamos que a lei que consolida a legislação trabalhista no Brasil datada de 1942 deixa a margem esses trabalhadores, com a alegação que não constituíam uma categoria profissional, somente após 30 anos (1972), foram reconhecidas como profissionais. Em 1988, a Constituição Federal garantiu o pagamento do salário mínimo e da licença-maternidade de 120 dias. Quanto à jornada de trabalho e o FGTS, só foi estendido à categoria em 2001, mas à escolha do patrão. A emenda constitucional nº 72/13 surgiu para modificar o antigo regimento, proporcionando várias garantias, pois é incabível uma categoria que sequer tenha os mesmos direitos conquistados pelos trabalhadores em 1930. Em junho de 2015 instituiu a Lei complementar número 150/15 que regulamentou esta emenda. Nessa perspectiva, propõe-se a conscientização e orientação sobre os direitos adquiridos e sua legislação que está em vigor, a qual foi obtido gradativamente.

METODOLOGIA: Para este trabalho foram feitas pesquisas e análises através das leituras em livros e também em artigos encontrados na internet. Revisões das leis trabalhistas que foram surgindo, bem como as que estão em vigor atualmente no ordenamento jurídico que fazem parte do objeto deste estudo. Por fim, foi possível imergir na pesquisa através do contato direto com empregadas domésticas por meio de uma intervenção, a qual ficou evidente a necessidade de divulgação deste trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A PEC das domésticas normatizada pela Emenda Constitucional número 72/13 e regulamentada pela Lei Complementar número 150/15 é a concretização da tentativa de equiparar os trabalhadores domésticos aos demais. Amparada através da Dignidade da pessoa Humana (entende-se ser o princípio norteador da Constituição/88) e no âmbito dos direitos sociais constitucionais, esta Emenda resguarda o Direito a previdência, a uma jornada de trabalho digna, o seguro desemprego, férias e as demais garantias que condiciona ao trabalhador e ao empregador segurança jurídica adequada. Outros princípios como efetividade e inviabilidade também norteiam esta Emenda, pois foi criada com o objetivo de ser efetiva, para que o Direito responda a necessidade social e não viole garantias que deve se estender a todos os trabalhadores. Segundo a Agenda Brasil menos de 28% dos domésticos possuía a carteira assinada em 2009, assim, milhares de trabalhadores, que continuamente cuidam do lar e família, são profissionais informais, não podendo obter os benefícios que legalmente deveriam. Esse número cresceu para 40,9% em 2014 informa a Fundação Seade que realizou essa pesquisa no estado de São Paulo. Interessante mencionar que o beneficiado nesta emenda não é somente o empregado doméstico, mas beneficia-se toda a sociedade, pois gera crescimento do PIB no país proporcionando melhorias a demais categorias econômicas, como vem explicar um projeto realizado por Edson Domingues e Kênia de Souza (Cedeplar/UFMG) em parceria com a ONU.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Mostra-se, portanto que a contratação das empregadas domésticas desencadeia na economia uma elevação não somente da renda desta classe, mas de consumo como um todo, de serviço e

bens. As problemáticas que cercam esta PEC são: a falta de informação tanto do patrão quanto do empregado sobre a real importância, segurança e interpretação da Lei, bem como a necessidade de fortalecer o Sindicato desta classe, para ter uma maior representatividade ante a Justiça do Trabalho e maior poder de decisão dos novos direitos e deveres que virão. Complicado será também para o Judiciário a enxurrada de processos, os quais farão as decisões judiciais se tornarem mais ociosas, além da crise econômica latente no país que dificulta a relação entre as partes (empregador x empregado), o que gerou enorme demissão, pois torna-se mais viável contratar uma diarista que manter um empregado com direitos básicos necessários por consequência mais custoso. Apesar das dificuldades apontadas, fez-se extremamente necessário a conquista destes direitos, para igualar os domésticos aos demais trabalhadores, em uma busca Constitucional do Brasil de agregar os desiguais na medida de suas desigualdades, para torna-se mais justo. Entende-se também apropriada esta equiparação, pois é uma maneira do Estado formalizar as relações de trabalho para que não ocorra a servidão ou escravidão. Assim, é necessário a divulgação assertiva da PEC DAS DOMÉSTICAS, explicações acerca dos direitos e obrigações às empregadas domésticas e seus empregadores. Com isto, espera-se ajudar o entendimento de como funciona esta mudança, seus benefícios e sua eficácia. **CONCLUSÃO:** Nas colocações acima, acerca da importância da Lei 150\15 na sociedade brasileira, foi apresentado à necessidade que se tinha da equiparação e mudança não somente na letra da lei, mas também no cenário social para que os domésticos sejam qualificados e respeitados como trabalhadores são. De acordo com a pesquisa realizada, entende-se que o novo é acometido gradativamente, portanto, passados quase três anos de criação e promulgação da Lei citada, é compreensivo que o corpo econômico/político/social esteja se reformulando para tornar viva a matéria da lei, isto implica dizer que o empregado e o empregador, a economia, a informação e o Estado Brasileiro, deverão estar alinhados quanto aos direitos e deveres desta classe trabalhadora supracitada. Pois o conhecimento de como se dá a prática empregatícia dos domésticos é por meio da informação; é preciso melhorar a economia atual, visto que é fato público e notório a crise econômica brasileira onde gera demissões em massa e dificulta a contratação de domésticos; e o Estado que é o responsável atual por regular e controlar as relações trabalhistas, precisa estar preparado para demanda grande que já tem e que virá de processos nesta área além de precisar promover melhoras econômicas. Entende-se também a importância do papel do sindicato, que deverá se ampliar e se tornar mais ativo, assim irá realizar mais acordos buscando melhorar a relação empregatícia entre as partes, além de ser um dos principais responsáveis na fiscalização e apoio ao trabalhador. Em virtude dos fatos e argumentos expostos, é imprescindível que haja mais comunicação entre trabalhadores e empregadores, que o processo da informação e do conhecimento se amplie, pois o objetivo da Lei 150\15 e da Constituição é que o trabalho seja o mais justo e regularizado possível, porque é digno que todo cidadão possa trabalhar, sem ser explorado. Por isso tudo, faz-se necessário a maturação quanto à aplicação da Lei e para isso precisa-se de tempo, de conscientização e melhoria no grau econômico do país em relação a crise financeira existente, então assim, proporcionará uma efetiva prática desta relação trabalhista dos empregados e empregadores domésticos.

Palavras-chave: Doméstica. Direitos. Mudança.

REFERÊNCIAS

CAIRO, J. R. J. **Curso de direito do trabalho:** direito individual e coletivo do trabalho. 11. ed. Revista, ampliada e atualizada. S.l.: JUSPODVIM, 2016.

COMENTÁRIOS à emenda constitucional 72/2013. Disponível em:
<<http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/conteudo/coment%C3%A1rios-%C3%A0-emenda-constitucional-722013-pec-das-dom%C3%A9sticas>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CRESCER o número de empregadas domésticas com carteira assinada. disponível em:
<<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/04/cresce-numero-de-empregados-domesticos-com-carteira-assinada>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

DOMINGUES, Edson; SOUZA, Kênia. **Os impactos das mudanças no mercado brasileiro de serviços domésticos sobre o bem-estar**. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager180.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

NOVOS direitos dos empregados domésticos (A nova PEC das domésticas). Disponível em:
<<http://www.migloadvogados.com.br/advogados-associados/pec-das-domesticas.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PEC das domésticas aprovada. Disponível em:<<http://domesticalegalnoticias.blogspot.com.br/2015/06/lei-que-regulamenta-pec-das-domesticas.html>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PRECISAMOS FALAR SOBRE CORRUPÇÃO (NA LIDA COM O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO BRASILEIRO)

AUTOR:

Lorena Neves Macedo

INTRODUÇÃO: Em tempos de crise, manifestada no aspecto econômico por desequilíbrio nas relações de mercado e balanças comerciais, bem assim no aspecto financeiro por desequilíbrio orçamentário – relação receita e despesa -, os modelos econômico-políticos passam a ser mais aventados e discutidos: qual seria o mais adequado? O liberalismo, o intervencionismo ou o neoliberalismo? Isso porque, para o equilíbrio do orçamento estatal, medidas são adotadas, independentemente de orientação político-partidária, para equilibrar o orçamento, pois se trata nada menos do que um resultado matemático o fechamento de contas. Vê-se, agora, tanto a discussão da impopular PEC 241 neste momento como se viu, momentos antes, a discussão do impopular pacote de junho de 2015 – aumento do IOF; elevação do PIS/COFINS sobre combustível e importados, retorno da CIDE e equalização do IPI. Verifica-se que, tanto num governo com orientações de direita em direção ao Estado mínimo, quanto num governo com orientações de esquerda em direção a um Estado mais volumoso, a discussão da redução de gastos é uma constante, sendo modificadas as opiniões quanto aos setores de corte em acordo com tais orientações de modelo econômico-político. E essas discussões devem considerar, ainda, as escolhas políticas fundamental-constitucionais, sobretudo num país com características de Estado Social e Democrático de Direito de um lado (art. 5º, §1º c/c art. 6º da CF/88), e de Estado regulador de outro (art. 173, *caput*, c/c art. 174, *caput*, da CF/88). Isso a fim de tentar minimamente uma aproximação dessas escolhas políticas fundamentais, de modo a determinar um efetivo direcionamento de rubricas orçamentárias para as áreas que afetam os direitos sociais, serviços públicos tais como saúde, educação e acesso à Justiça, bem assim conferir atenção à participação reduzida do Estado nas atividades de ordem econômica. Por outro lado, uma conta não bate diante de tantos cortes e aumentos tributários: alguns estudos chegam a afirmar que o Brasil, maior carga tributária latino-americana e uma das mais altas do mundo (tributo é a principal fonte de receita), deveria apresentar serviços públicos com padrão de país considerado desenvolvido, com alto IDH. Pois teria renda suficiente para tanto. *Teria*. É certo que se faz necessária a discussão da política de investimentos – parte da reforma tributária – que diferenciou a ascensão de Brasil e Coreia do Sul, por exemplo. É uma das discussões imperiosas. Ocorre, contudo que falta mais algo nessas discussões, para além (na verdade, aquém, pois se refere às bases) da forma e programa de investimento: falta uma contextualização cultural. É necessário saber o que se passa no substrato cultural sobre o qual repousam, caso a caso, esses modelos político-econômicos, pois, como afirma a própria denominação, são moldes a serem aplicados a determinadas nações. Como se sabe, a nação compreende, também, o aspecto cultural. Na **METODOLOGIA:** adota-se o método teórico-investigativo, no sentido de buscar na teoria (doutrina) a construção de novos raciocínios, novas soluções também teóricas com repercussões práticas, típicas da metodologia jurídica de ciência social aplicada, consoante já demonstrado, compreende-se a necessidade de consideração da corrupção como base cultural e interferente, entre outros fatores jurídicos, no equilíbrio econômico-financeiro. Acerca disso e na **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Sérgio Buarque de Holanda nos ajuda a compreender a nossa nação-cultura, brasileira, ao afirmar que “portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários”, realidade transportada às raízes do Brasil, na qual Holanda vai identificar em outra obra sua o homem cordial, avesso à impessoalidade e

à racionalidade formal. Holanda se firma em fundamentos weberianos os quais, lembre-se, dividem a evolução do tratamento da coisa pública basicamente em dois: o patrimonialismo, o qual tende a confundir o público e o privado e acreditar comuns locupletamentos a custa de cargos públicos, e a burocracia, a qual tende a estabelecer requisitos racionais para tratamento isonômico de pessoas e casos, mecanismo de racionalização, herança da Modernidade, bases fundantes dos princípios da Administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, de início) direito administrativo. Resultado da nossa nação-cultura ainda aproximada da concepção patrimonialista é que os desvios de finalidade do múnus público e do erário custam aos cofres públicos milhões de reais que fazem toda a diferença na receita (e na impossibilidade de despesa) dos entes federativos. Custam tanto no desvio em si, quanto no favorecimento contra princípios da Administração pública (cuja baixa produtividade ou resultado despense mais dinheiro sequencialmente) e, ainda, na persecução criminal e punição a tais atitudes. Estimava-se que a corrupção custasse aos cofres públicos cerca de 69 bilhões de reais por ano. Tenebrosa coincidência ou não, esse foi exatamente o primeiro número do déficit orçamentário anunciado no mês de abril de 2015, como sendo o primeiro grande número da crise econômico-financeira. Para piorar um pouco mais a perspectiva, há estimativas que, atualmente, lançam números mais altos: 200 bilhões de reais/ano. O que se pode aferir disso é algo que já se tornou senso comum: nosso país está fundado na corrupção, nasceu nesse substrato cultural que perdura até hoje. Essa noção de que temos uma formação corrupta tornou-se senso comum, repita-se. *Falta* ingressar na teoria jurídica. Falta uma comunicação sistêmica da teoria da corrupção com a Jurisprudência (no sentido de ciência ou tecnologia do direito). Muito embora ela já seja claramente imperiosa, consoante se demonstrou com repercussões práticas no parágrafo anterior. Acerca do termo “sistêmica”, tenha-se em conta que a organização das ciências em sistemas data de meados de 1970 e é herança da biologia (também Moderna, somos eternos modernos). Basicamente, distingue-se, já em aplicação ao direito, duas tendências, sendo uma delas a autopoiese, com fechamento sistêmico e abertura cognitiva, devendo qualquer influxo se moldar ao seu sistema binário lícito-ilícito, e a alopoiese, com abertura sistêmica e sem necessidade de identificação interna para ingresso. De um jeito ou de outro, é possível inserir a teoria da corrupção na teoria jurídica. Para essa inserção sistêmica, considere-se que corrupção, no sentido vulgar-dicionarial, significa “1. Depravação; 2. Suborno; 3. Alteração; 4. Sedução”. Transportado para o campo político, é necessário lançar o referencial político em relação ao qual se aplique a corrupção. Em outras palavras: depravação/suborno/alteração/sedução em relação a quê? A qual referencial político? Isso porque, como é cediço, uma escolha política fundamental pode ir do poder divino (completamente sujeito a dogmas incontestes e a puras vontades irracionais) a modelos racionalizantes, estando o Estado Democrático de Direito da Constituição Federal de 1988 justamente entre eles. Bases as duas completamente incompatíveis, então, as quais precisam ser escolhidas (tal como ora se escolheu a racionalizada CF/88) para por sobre elas se trabalhar. Filgueira, por sua vez, aponta alguns referenciais para definição de corrupção, tais como o elemento republicano (corrupção seria ausência de institucionalização); elemento autoritativo (falha do soberano em garantir obediência dos súditos); liberal (ausência de poder dividido e iniquidade do soberano); comunitário (degeneração dos costumes). Aproximando-nos do referencial democrático, então, Aristóteles afirma que a Constituição é que define o *ethos* da organização coletiva, sobre ela, referencial, podendo repousar corrupção. Foucault identifica em Édipo Rei o primeiro fundamento racionalizador contra a corrupção. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A base sobre a qual se funda nossa proposta, então, é a do Estado Democrático de Direito, entendendo-se tudo o que vá de encontro a ele como corruptor dessa base. Com tais afirmações, é possível perceber que nossa sociedade possui em sua base cultural um fator gerador de caos à base política democrática, sendo aquela *corruptora* desta. A corrupção

como comportamento cultural afrontoso ao pensamento racional (referencial), à racionalização (para o referencial delimitado no parágrafo anterior) típica do sistema democrático, ocasiona, entre tantas negatividades tal como a mais básica que é a desvalorização do poder do povo (desigualando o tratamento dos cidadãos e produzindo a deslegitimação democrática e do sistema de normas), o desequilíbrio econômico-financeiro aqui tratado como estopim por ser o mais afetado dos fatores jurídico-econômicos. O objetivo buscado com a inserção da teoria da corrupção na rota da teoria jurídica é juridicizar a corrupção, ainda que seja entendendo-a como um instituto de natureza ilícita na pequena abertura cognitiva da autopoiese (por óbvias questões de espaço nem se entra nesse mérito aqui). Nesse passo, deve-se intencionar mapear a corrupção enquanto instituto jurídico num sentido amplo: num sentido objetivo, demarcando suas medidas preventivo-culturais e suas medidas repressivas e, nesse último mister, destacando sua natureza jurídica multidisciplinar de ilícito civil, administrativo e criminal. Num sentido subjetivo, novamente se pronuncia o aspecto cultural no sentido educacional e, como medida repressiva, a extensão de todos esses ilícitos às autoridades públicas e à relação entre particulares. No tocante ao aspecto objetivo, tem-se um ensaio com a improbidade administrativa e o crime de corrupção, necessitando-se de uma sistematização que compreenda, entre outras coisas, a obrigação de devolução do valor desviado extensível ao máximo possível (aumento do tempo de prescrição em favor da Fazenda Pública, ausência de diminuição da dívida), bem assim a tipificação da corrupção como crime hediondo, cujo bem jurídico é dos mais inestimáveis. Como medida das mais necessárias é a aposição da corrupção dentro das categorias materiais do direito financeiro, de modo a identificá-la e dimensioná-la como uma espécie de passivo, melhor forma de controle do desequilíbrio econômico-financeiro que provoca. No tocante à **CONCLUSÃO**: verifica-se a deficiência na comunicação entre as teorias jurídicas e teoria da corrupção e a resposta profícua que essa comunicação tende a proporcionar.

Palavras-chave: Teoria da Corrupção. Teoria do Direito. Equilíbrio Econômico-Financeiro.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Ana Cristina Melo de Pontes. **A corrupção política e seu estudo à luz da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann e sua projeção nos sistemas jurídico e político.**

Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/2164.pdf>.

Acesso: 27 out. 2016.

DICIONÁRIO AURÉLIO - on line. Disponível em:

<<https://dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Corrupcao>>. Acesso em: 27 out. 2016.

FILGUEIRAS, Fernando. **A teoria política da corrupção.** Disponível em:

<<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/TPC.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. **O homem cordial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MACEDO, Fausto. **Corrupção desvia R\$ 200 bi por ano no Brasil.** Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/corruptao-desvia-r-200-bi-por-ano-no-brasil-diz-coordenador-da-lava-jato/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

PIMENTEL FILHO, André. **(Uma) Teoria política da corrupção**: corrupção, Estado de Direito e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL. **O preço da corrupção no Brasil**. Disponível em: <<https://sindjufemont.jusbrasil.com.br/noticias/2925465/o-preco-da-corrupcao-no-brasil-valor-chega-a-r-69-bilhoes-de-reais-por-ano>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Tradução de Claudia Berliner. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. Editora Pioneira, [20--?].

ZANINI, Juliano Cesar. **Corrupção administrativa e mecanismos de controle externo**: discussão doutrinária principiológica. Disponível em: <<http://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/1590/Juliano.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

RACISMO: UMA OBSERVAÇÃO SOB O PRISMA LEGAL

AUTORES:

Adriana Conceição Silva Costa

Danyelle Lemos Uchoa

Jullya Costa do Nascimento

INTRODUÇÃO: Entende-se por racismo a atribuição que se faz entre determinadas características biológicas, intelectuais e qualidades morais e também comportamentais, normalmente, explicitando uma hierarquização na qual se entende a existência de “raças” humanas superiores e inferiores. Usando fatores como a cor da pele ou o formato do crânio faz-se relação com uma série de qualidades aleatórias, como a inteligência ou a capacidade de comando. Historicamente, discursos racistas têm servido para respaldar relações de dominação, desigualdades de todos os tipos e até justificando atrocidades e genocídios. Sabe-se – além disso – que, no século XVIII e XIX, a ciência trouxe muitos estudos que justificaram a existência de raças superiores e inferiores. Segundo Poliakov (1974), os homens deveriam ser divididos em quatro ou cinco raças de homens, divididas em: “europeus, aos que se juntavam os egípcios e os hindus morenos, cuja cor é apenas acidental, causada pelo fato de se exporem ao sol; os africanos, cuja negrura é essencial; os chineses e os japoneses, com ombros largos, rosto chato, nariz achatado, e “pequenos olhos de porcos”. Este e outros conceitos sobre raças ampararam, durante muito tempo, a ideia de que existem “raças superiores e inferiores “. Hoje, têm-se o conceito de etnia derrubando as antigas ideias de que somos divididos por raças, para o Prof. Dr. Kabengele Munanga (2016) a palavra grega *ethnos* (povo) pode ser entendida como um grupo de pessoas que se diferenciam das demais por afinidades culturais, históricas, linguísticas e morfológicas. “Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. Ainda assim, tem-se, no Brasil, a cultura do racismo arraigada na sociedade brasileira, tem uma nuance muito perigosa, pois, trata-se de um racismo velado, em que os praticantes, muitas vezes, entendem que são apenas piadas mal-entendido ou vitimismo dos que recebem as ofensas racistas. Nesse trabalho, far-se-á uma análise de frases que são socialmente aceitas e repetidas todos os dias por muitas pessoas, mas que apresentam forte conteúdo racista, especialmente para quem é alvo das frases. Na **METODOLOGIA:** Foi utilizado o método dedutivo, porque permite que parta de verdades menores, pontuais, para generalizações que causam reflexões teórico-empíricas. O procedimento realizar-se-á por meio de observação direta, porque é uma observação de fatos e fenômenos, tais como ocorrem naturalmente. A obtenção dos dados se dará através de pesquisa bibliográfica, utilizando as contribuições dos diversos autores sobre o tema determinado. Isso porque deve a pesquisa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. O trabalho usa Através de pesquisas em livros, artigos, trabalhos científicos e apresentações. O material documentado será organizado na forma de resumo expandido. A **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Foi retirada de dois autores Léon Poliakov e o Prof. Dr. Kabengele Munanga. O Prof. Kabengele explica como o termo “raça” foi introduzido na sociedade e como aconteceu a divisão delas. Kabengele (2016) traz um questionamento do qual também compartilhamos: por que classificar a diversidade humana em raças diferentes? Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças. Poliakov (1974) abordou a sua percepção. Ao analisar o mito ariano sob uma ótica de longa duração, percebeu que as bases do arianismo já se encontravam na Europa desde a Idade Média. O autor destaca a importância dos “*mitos de origem*” nas sociedades europeias, que, no século XIX, combinado com as teorias raciais, ditas científicas

deram a sustentação ideológica para o surgimento do mito ariano, que, mais tarde, foram utilizadas no discurso hitlerista. Além dos autores citados, encontramos também SANTOS (2013) que traz uma abordagem jurídica da problemática. Na seção **RESULTADOS E DISCUSSÕES**: Verificamos o artigo 140 do CP, que prevê como injúria os atos racistas, podemos perceber que o racismo é um fato social onde há sanções previstas na CF/88, na lei de nº 7.716/1989 e no Código Penal para ser combatido e também a lei Caó ou “Antidiscriminação” que caracteriza a prática do racismo como crime no artigo 1º. Em nossa Constituição Federal de 1988, artigo 5º, §2º e 3º temos disposição a respeito da incorporação de Tratados Internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro. Ainda tendo por base a Carta Maior, considere-se que no: artigo 5º, incisos XLI e XLII - considera a prática do racismo crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; artigo 1º, inciso III - Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é um valor essencial nos países livres; artigo 3º, inciso IV - é um dos objetivos principais da República combater o preconceito e a discriminação; artigo 4º, inciso VIII - reafirma o compromisso da República de combater o racismo em todas as suas manifestações. Santos (2013, p.45) afirma que “milhares de processos penais foram analisados para se chegar às conclusões estarrecedoras apresentadas neste livro: a cada 17 denúncias de racismo no Brasil, apenas uma vira ação penal; entre as ações, 92% são enquadradas como injúria, não como racismo, o que resulta em uma pena mais branda.” Isso nos mostra o quanto o mito da democracia racial está enraizada em nossa sociedade, e, no quanto as autoridades competentes que deveriam se mobilizar para fazer algo, preferem fechar os olhos. Entendendo como se as agressões fossem apenas brincadeiras, uma total falta de sensibilidade e empatia a quem sofre o preconceito. Na **CONCLUSÃO**: Verificamos que embora prevaleça no país a ideia de que não existe preconceito contra os negros e seus descendentes, esse assunto ainda não foi totalmente superado pelos brasileiros, pois, as pessoas não se intitulam como racistas, mas têm pensamentos racistas. Isso foi facilmente percebido em nosso questionário com as respostas que tivemos, a maioria julgou como normal as frases apresentadas, isso significa que muito provavelmente eles devam utilizá-las. Ao término da pesquisa, podemos perceber que o racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país. Expressão esta que já devia ter sido banido da sociedade brasileira, visto que metade de nossa população é negra.

Palavras-chave: Racismo. Etnia. Raça.

REFERÊNCIAS

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano**: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SANTOS, Ivair. **Direitos humanos e as práticas do racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

UNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS NO TOCANTE ÀS AÇÕES DE LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AUTORES:

Heriberto Medeiros Filho

Matheus da Costa Vale Lima

INTRODUÇÃO: Ao longo dos anos ficou evidente a despreocupação do Estado em realizar ações de regularização fundiária, visando garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A população, por sua vez, também tem sua parcela de culpa neste contexto. Mesmo havendo normas que tinham o objetivo de realizar esse procedimento legal, não havia interesse por parte da população em investir na regularização do imóvel adquirido, pois acreditavam que o simples fato de conseguir o espaço físico para moradia era suficiente. Nessa perspectiva, a falta de interesse da população em regularizar a situação documental de seus imóveis, bem como a omissão do Estado na criação de políticas públicas destinadas ao problema apresentado pode gerar problemas de ordem social, econômica e ambiental, afetando diretamente a vida das pessoas e o desenvolvimento estatal. Desse modo, este estudo tem como objetivo geral compreender e expor à sociedade o grau de sincronização das normas jurídicas que tratam de ações que visam a regularização fundiária no estado do RN. Já como objetivos específicos, podemos listar os seguintes: a) identificar a relação entre a realidade social e o direito aplicado a essa realidade no estado do RN; b) identificar os benefícios trazidos pela aplicação da norma; e, c) sensibilizar a sociedade em relação à temática proposta através de exposição oral. **METODOLOGIA:** O presente estudo teve como base o método da cartografia social, que consiste na busca em registrar relatos e representações sócio espaciais no processo de auto mapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território pelas comunidades. No direito, a cartografia tem por principal objetivo mapear a efetividade jurídica. Desse modo, definimos os três elementos básicos da cartografia social, quais sejam: a escala, que nada mais é do que a intensidade ou tamanho da abordagem, que em nosso projeto apontamos o estado do Rio Grande do Norte como sendo a escala do estudo; a projeção, que consiste na constatação da efetividade das normas jurídicas pertinentes ao assunto proposto; e pôr fim a simbolização, que são os dados e estatísticas apresentados, ou seja, os resultados que pretendemos alcançar ao fim da pesquisa. Com base nas conceituações apresentadas, utilizamos a ferramenta da internet para realizar buscas de legislações, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, com a pretensão de adquirir o conhecimento necessário sobre o tema abordado e posteriormente transmitir ao público de forma clara e objetiva, além de verificar a efetividade das normas jurídicas no tocante a regularização fundiária no RN. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A problemática aqui apresentada, embora com um enfoque limitado ao RN, na realidade é uma preocupação que muito além do território norte-riograndense. Para se ter uma ideia, de acordo com Alfonsin (2000), a cidade de Porto Alegre, vista como a cidade brasileira mais avançada em termos de legislações urbanísticas, só deu início às ações de regularizações fundiárias propriamente ditas a partir de 1988, coincidentemente após a promulgação da Constituição Federal, medidas começaram a ser tomadas, principalmente voltadas às pessoas de baixa renda, tentando garantir-lhes o direito à moradia. É importante destacar que as ações de regularização fundiária recebem um enfoque maior nas populações de baixa renda, pois são exatamente nas regiões periféricas que ocorrem os maiores índices de ocupações desordenadas do território. Segundo Nascimento (2013), durante as últimas décadas, a

preocupação com o tema aqui abordado ganhou destaque, porém, o Estado assumiu um papel muito mais burocrático do que um garantidor do direito à moradia propriamente dito, tendo em vista a criação de diversas leis e os mais variados mecanismos de regularização imobiliária, reconhecendo o problema, mas pouco se fazendo para resolvê-lo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Merece destaque o fato de que diversas legislações que tratam do assunto foram criadas ao longo da história, dentre as quais devemos apontar a leis federais nº 6.766/1979, que trata do parcelamento de solo urbano, a lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a lei nº 11.977/09, a mais recente e específica sobre o tema. Contudo, mesmo com essa gama de dispositivos normativos, verificou-se que ao longo dos anos nunca houve uma preocupação em relação à regularização fundiária do RN, tanto por parte do poder público como pela população. Muito embora, nos últimos anos observa-se um crescente interesse pelo tema, como identificado através da análise dos dados estatísticos obtidos junto ao IBGE, onde no ano de 2001 apenas 506 dos 5.507 municípios existentes no Brasil desenvolveram ações ou programas de regularização fundiária em seus territórios (IBGE, 2001). No decorrer do tempo, ao perceber a gravidade do problema e aliado à criação de uma norma específica que trata do assunto, 1.743 municípios desenvolveram programas de regularização, segundo dados do IBGE do ano de 2011 (IBGE, 2011). Além disso, o Governo do Estado vem buscando parcerias para regularizar a situação dos imóveis de diversas famílias, principalmente trabalhadores rurais do interior, como mostra a reportagem do Novo Jornal, de julho de 2016, onde através da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA-RN), desde o ano de 2015 cerca de 1.000 títulos de propriedade já foram emitidos e entregues aos proprietários de terras, contemplando a região do Mato Grande e do Alto Oeste, e espera-se que até o fim de 2016 cerca de 500 títulos ainda sejam entregues. Nesse sentido, a capital potiguar vem trabalhando arduamente na solução deste problema, com destaque na atuação de regiões de periferia e instituiu uma meta de entregar 10.000 títulos fundiários no prazo de um ano. Embora exista uma grande preocupação em relação a regularização fundiária no Estado, é visível ainda uma grande lacuna nesse processo evolutivo tomando como referência dados e pesquisas realizadas no território regional. Nessa perspectiva, tomando como base a capital potiguar, no ano de 2015 havia uma estimativa de que cerca de 80% dos imóveis da cidade não possuíam escrituras públicas lavradas em cartório, trazendo prejuízos ao proprietário, mediante a insegurança jurídica a que estava exposto, bem como ao Estado, que deixa de arrecadar tributos inerentes aos imóveis (PORTAL G1 RN, 2015). Na mesma linha de pensamento foi averiguado através de novas pesquisas que 98 municípios dos 167, cerca de 59%, não possuem regularização, desconhecendo assim grande parte da malha fundiária do Estado, segundo Raimundo Sobrinho (Secretário da SEARA-RN).

CONCLUSÃO: Diante do cenário apresentado, verificamos que a efetividade da lei de regularização fundiária (lei nº 11.977/09) no estado do Rio Grande do Norte está aquém da realidade almejada. Mediante as pesquisas constatamos que embora alguns esforços tenham sido realizados nos últimos anos, o problema ainda persiste de forma significativa em grande parte do território do estado, tendo como maiores prejudicados os municípios do interior, tendo em vista que o foco, na maioria das vezes, está voltado para as cidades polos. Após o estudo realizado, ficou evidente que se cumpridos todos procedimentos em relação ao tema, haverá inúmeros benefícios, tanto para população como para o poder público, uma vez que ao conseguir o registro do imóvel, o cidadão poderá ter, de forma mais abrangente, acesso ao mercado de crédito financeiro, garantirá a segurança jurídica do bem imóvel, permitindo assim a comercialização do imóvel ou a transferência aos seus herdeiros. Para o ente público, cada imóvel regularizado gera receitas referentes aos impostos inerentes à ocupação e possíveis transações imobiliárias. Em contrapartida, os aspectos negativos quanto ao não cumprimento da legislação podem acarretar problemas de ordem social, econômica e ambiental, afetando diretamente a vida das pessoas e o

desenvolvimento estatal. Portanto, depreende-se que a criação de dispositivos normativos que regulamentem os procedimentos de regularização de imóveis de nada tem serventia se a forma de aplicar e a efetivação dessas ferramentas jurídicas não estão de acordo com o fato social existente. Desta forma, embora existam normas específicas, a aplicabilidade está longe de alcançar a totalidade no estado do RN.

Palavras-chave: Regularização Fundiária. Estado do RN. Lei 11.977/09. Efetividade da Norma.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – Século XX.** Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2000.

BRASIL. **Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Traça o perfil administrativo de todos os municípios brasileiros.** Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>>. Acesso em: 08 out. 2016.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros 2011.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip_xls.shtm>. Acesso em: 08 out. 2016.

NASCIMENTO, Mariana C. G. **Regularização fundiária urbana de interesse social no direito brasileiro.** 189 p. Dissertação. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

PORTAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS. **Finalmente a população de Jardim de Piranhas poderá regularizar seus imóveis.** Disponível em: <<http://portaldejardimdepiranhas.blogspot.com.br/2015/12/finalmente-populacao-de-jardim-de.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PREFEITURA planeja grande programa de regularização fundiária em Natal. **Portal G1 RN.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/especial-publicitario/prefeitura-do-natal/natal-a-nossa-cidade/noticia/2015/09/prefeitura-planeja-grande-programa-de-regularizacao-fundiaria-em-natal.html>>. Acesso em: 08 out. 2016.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL NA INTERNET DO BRASIL

AUTOR:

Oswalter de Andrade Sena Segundo

INTRODUÇÃO: Com o atual estágio de desenvolvimento e complexidade da rede mundial de computadores (Internet) e sua utilização em massa para os mais variados objetivos, muito se tem discutido sobre o real alcance da legislação vigente, tanto na seara cível quanto na penal, frente às novas situações de afronta aos mais variados bens tutelados pelo Direito. As relações pessoais (envolvendo pessoas físicas e pessoas jurídicas) já não se baseiam necessariamente na presença física de todos os envolvidos em um ambiente comum de relacionamento. Inúmeras situações corriqueiras e novas deste mundo virtual em rede (em permanente modificação) potencializaram as circunstâncias causadoras de danos em geral, sejam a bens e valores materiais e morais (e suas variações). Na vertente cível, objeto desta pesquisa, especificamente no que pertine à aplicação da responsabilidade civil extracontratual (oriunda do desrespeito a uma ordem legal, e não contratual) em vigor no Brasil, surge uma importante problemática central relacionada a verificação da aplicabilidade imediata e total, ou não, das regras e princípios atuais de Direito que sintetizam as teorias e institutos da responsabilidade civil no Brasil. Até mesmo quando se analisa a questão probatória (em seus mais variados tipos, previstos na legislação processual civil) verifica-se graves e complexos problemas, pois muitas vezes a ausência de “materialidade” das informações disponíveis são verdadeiros obstáculos a solução de um litígio. No presente trabalho se objetiva analisar a legislação vigente no Brasil relativa a Responsabilidade Civil Extracontratual visando reconhecer sua imediata e total aplicabilidade técnico-jurídica, ou não, no cenário virtual da rede mundial de computadores (Internet). Como se sabe, a teoria da responsabilidade civil integra o direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta, para seu autor, de reparar o dano, obrigação está de natureza pessoal, que se resolve em perdas e danos. A responsabilidade civil, tradicionalmente, baseia-se na ideia de culpa. O art. 186 do CC define o que entende por comportamento culposo: “ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência”. Em consequência, fica o agente obrigado a reparar o dano (art. 927). Nos últimos tempos vem ganhando terreno a chamada teoria do risco, que, sem substituir a teoria da culpa, cobre muitas hipóteses em que está se revela insuficiente para a proteção da vítima. A responsabilidade seria encarada sob o aspecto objetivo: o agente indeniza não porque tenha culpa, mas porque é o proprietário do bem ou o responsável pela atividade que provocou o dano. No cível, há ainda várias hipóteses de responsabilidade por ato de outrem (por exemplo, art. 932 do CC). Entretanto, qualquer ação ou omissão pode gerar responsabilidade, desde que viole direito e cause prejuízo a outrem (art. 186 CC). Objetiva-se, assim, com este trabalho, chamar a atenção dos usuários de internet em geral para as atuais normas jurídicas em vigor no Brasil, no âmbito da Responsabilidade Civil Extracontratual, tanto para evidenciar o alcance e a aplicabilidade delas nas mais variadas situações e circunstâncias corriqueiras em que se discute a reparação indenizatória por perdas e danos, sejam morais e/ou materiais; seja para constatar a não aplicabilidade plena ou tecnicamente adequada, em certas situações, devido à falta de normas específicas para a natureza virtual do ambiente de internet e suas peculiaridades, o que vem trazendo (nestes últimos casos) alguns problemas de solucionamento jurídico tanto de alcance de direito material, quanto de direito processual. **METODOLOGIA:** A presente pesquisa tem sua metodologia inicial baseada na análise dedutiva da dogmática (normas jurídicas positivadas, em especial o Código Civil Brasileiro) aplicável a questão da responsabilidade civil extracontratual no Brasil frente os danos causados em ambientes virtuais de rede de computadores. A partir da definição das premissas observadas e identificadas na fase inicial,

se partirá para uma abordagem teórica da doutrina aplicável a questão, visando a identificação e consolidação dos conceitos básicos utilizados nestas circunstâncias. Utiliza-se, neste trabalho, conforme já anunciado, do método dedutivo, tendo-se em vista se partir de premissas já conhecidas de modo preliminar (apresentadas e pré-estabelecidas), quando do estudo e análise dos institutos envolvidos nos seus vários aspectos, para que se possa, assim, estabelecer conclusões e deduzir-se outros entendimentos úteis e aplicáveis a matéria abordada. O procedimento utilizado foi o do método histórico-comparativo. A técnica de pesquisa empregada foi efetivada por pesquisa documental combinada com pesquisa bibliográfica. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Restou evidenciada a limitada aplicabilidade das normas legais atualmente existentes no âmbito da responsabilidade civil extracontratual em ambientes virtuais de rede de computadores aberta. Verifica-se a necessidade de criação de novas interpretações legais e conceitos técnicos jurídicos aptos a enfrentar o ambiente da Internet visando impor as sanções reparatórias cabíveis sempre que um dado bem tutelado pelo direito seja atingido injustamente. Reconhece-se a imediata necessidade de incorporação (pela via doutrinária, jurisprudencial e legal) dos muitos conceitos técnicos e ideias próprias do ambiente virtual para a correta e “precisa” aplicação das leis de forma especializada. Necessita-se de uma doutrina jurídica realmente especializada e nova diante da lacuna existente entre a realidade dos ambientes virtuais (com toda sua complexidade e oportunidades relacionais) e o Direito enquanto sistema de proteção social. **CONCLUSÃO:** Ao se analisar a legislação vigente no Brasil relativa à Responsabilidade Civil Extracontratual visando reconhecer sua imediata e total aplicabilidade técnico-jurídica, ou não, ao cenário virtual da rede mundial de computadores (internet), percebeu-se que apesar de toda discussão doutrinária existente, não existem, do ponto de vista estritamente jurídico, impedimentos de ordem legal para a aplicação imediata das legislações gerais atuais não específicas ao ambiente de internet (Código Civil e Código de Defesa do Consumidor), mas de regulação de responsabilidade civil, pois as mesmas mesmo não apresentando um substrato específico e técnico de aplicação, podem ser aplicadas, conforme demonstrado por meio da jurisprudência nacional ora em processo de sedimentação e das novas interpretações doutrinárias, sem nenhum problema. Algumas especificidades podem surgir em alguns contextos de regulação de responsabilidade civil, em especial a de origem contratual, mas que não se apresentam de imediato na seara extracontratual, pois nesta o problema surge com o desrespeito a norma geral de conduta oriunda de lei, causando a terceiro uma situação danosa ao seu patrimônio (moral e material). Neste sentido pode-se apontar, como resultado da pesquisa, a identificação de uma legislação relativamente recente (Lei nº 12.034/2009, especificamente nos seus dispositivos analisados) que vem permitindo ao Poder Judiciário e a doutrina identificar com certa facilidade as situações de responsabilização civil dos provedores de acesso ou de conteúdo e/ou serviços em ambiente de internet, sempre que os mesmos, em relação aos conteúdos postados ou danos causados pelos seus usuários, forem apontados como responsáveis pelos danos causados a terceiros. Somente se poderá apontá-los como responsáveis pelos danos causados quando se comprovar que tais provedores foram devidamente informados/notificados de uma situação danosa ou ofensiva em plataformas virtuais de sua responsabilidade, e nada fizeram no sentido de cessar a conduta danosa. No âmbito da teoria da responsabilidade civil vigente no Brasil, mesmo na sua componente objetiva (sem culpa), não se pode olvidar da regra básica que diz que não se reconhecendo de imediato a periculosidade de uma dada atividade, não se pode dela forma apontar responsabilidade para alguém que não responde ou controla, por força de lei ou de contrato, as atividades e ações de outras pessoas.

Palavras-chave: Internet. Responsabilidade Civil Extracontratual. Indenização.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Carlos Alberto. **Responsabilidade civil: teoria e prática**. 5. ed. revista e atualizada de acordo com o novo código civil por Eduardo C. B. Bittar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 8. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2008.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GARCEZ NETO, Martinho. **Responsabilidade civil no direito comparado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Contratos via internet**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das obrigações - parte especial: responsabilidade Civil**. 4. ed. revista. Tomo II. Série Sinopses Jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Flávio Alves. **A boa-fé objetiva e sua formalização no direito das obrigações brasileiro**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- REIS, Clayton. **Avaliação do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- SOUZA, José Franklim de. **Responsabilidade civil: causas de exclusão**, 2006.
- STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil: responsabilidade civil e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial**. 5. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: RT, 2001.
- TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Método, 2008.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SUA INFRAESTRUTURA INSATISFATÓRIA

AUTORES:

Damiana Wellynna Xavier Valentim

Regia Caroline Cunha de Oliveira

INTRODUÇÃO: No país em que vivemos, a situação em que o sistema prisional se encontra é insatisfatória e degradante, tanto para os presos quanto para a população. Pois, esta problemática vem acarretando diversos resultados negativos para o crescimento do país, quando relacionado à segurança e a atuação dos governos, principalmente. Um dos fatores principais para uma análise crítica desse fato é a infraestrutura dos presídios em nosso país. É dela que advêm vários problemas, como: superlotação, rebeliões, falta de assistência médica e educacional. E é perceptível que esse fator ocorre pela omissão dos governos em proporcionar na prática o que está ratificado em nosso ordenamento jurídico. Ou seja, não é impossível que se tenha diversas melhorias nesse sentido. Bastando assim, o Estado tomar medidas cabíveis para esse grande problema, pois é seu dever zelar pela integridade do sistema prisional. De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Justiça em 2014, o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. Mas não possui uma estrutura física adequada e nem recursos básicos a serem proporcionados aos presos. Podendo-se afirmar que esse é um dos grandes motivos para as rebeliões, que infelizmente atingem direta ou indiretamente a sociedade, pois está se torna vítima da situação e dos efeitos relacionados a esse fato social, que precisa ter um maior relevo e preocupação dos nossos representantes. O nosso objetivo geral é relatar e demonstrar que a problemática do sistema carcerário em relação a sua infraestrutura é precária. E que não só os presos, mas toda a população sofre as consequências desse fator, seja direta ou indiretamente. Sendo assim importante a aplicabilidade das normas que garantem aos presos os direitos básicos que possuem. Em última análise pode-se visualizar que o trabalho tem por finalidade específica, expor o problema social citado, bem como discorrer sobre as causas e motivos desse fato; **METODOLOGIA:** Os métodos utilizados na pesquisa se deram pelo uso de artigos, sites no que tange o assunto, bem como de suma importância a utilização da nossa constituição federal de 1988, para frisarmos assim todos os direitos e garantias que defendem a nossa tese. De acordo com o nosso tema, foi necessário a especificação das normas relacionadas ao assunto, para efeito da necessidade de aprofundarmos o conhecimento sobre a lei 7.210/1984. Lei de execuções penais (LEP). Torna-se válido ressaltar, que todos os meios e modos utilizados têm como finalidade proporcionar uma discussão sobre o tema, sendo exposto assim para alunos da nossa instituição, por meio de palestra, apresentando-o no ENEX. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Com base nos dispositivos que se referem ao fato social abordado, é de extrema importância uma análise de toda a base legal que fundamenta o nosso projeto, como por exemplo; a Lei de execuções penais (LEP) e a nossa Constituição Federal, pois nesses dispositivos estão presentes direitos e garantias que protegem diretamente os apenados e proporcionam meios para que se cumpram as penas impostas pelos seus atos, sem ferirem nenhuma norma constitucional, ou seja, sem prejudicar nem descumprirem os direitos humanos, já que este direito tem como característica a irrenunciabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade. Cumpre frisar que para aprofundarmos o conhecimento e mostrarmos a problemática sobre a crise do sistema penitenciário, superlotação, ausência de trabalho na unidade prisional e a ineficácia da punibilidade no Brasil, gerando assim a reincidência. Utilizamos como referência os conhecimentos do autor (COSTA NETO, 2013) expostos no seu artigo “ sistema penitenciário brasileiro: A falibilidade da prisão no tocante do seu papel

ressocializador” que aborda e traz consigo várias informações sobre o sistema carcerário e suas deficiências. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Nesse contexto, com as diversas informações obtidas durante toda a pesquisa, é pertinente dizer que com o passar do tempo, esse transtorno continua sendo um tema bastante preocupante e cada vez mais difícil de achar soluções para a resolução dessa problemática. Pois de acordo com o que foi analisado, as unidades prisionais estão superlotadas e com isso é possível presenciar mais de 20 presos num único local. Diante disso, é visível perceber o quão as normas e direitos verificados não estão sendo concretizados da maneira em que o nosso ordenamento jurídico prevê. A exemplo do não exercício do trabalho, bem como a prestação de serviços relacionados a educação e saúde. **CONCLUSÃO:** Parece claro afirmar que, diante de um país que tem como objetivo a ressocialização, ou seja, não apenas punir o preso e sim reeduca-lo para que seja uma pessoa melhor no convívio social, ainda precisa ocorrer inúmeras melhorias em todos os sentidos, pois de acordo com o que pesquisamos e estudamos durante toda a pesquisa, o nosso sistema prisional se encontra num estado drástico, onde se é impossível pagar pelo ato cometido. A totalidade de problemas relacionados ao tema não se limitam unicamente a vida do apenado, já que atinge diretamente seus familiares e indiretamente a sociedade que não tem vínculo algum com esse grupo social. Diante da inércia do Estado, é notório a ineficácia das normas quanto a sua aplicabilidade, onde tem por objetivo proteger e resguardar os direitos dos presos. Por tudo isso, é válido ressaltar que é necessária a punição para aqueles que por diversas razões cometem um ilícito, mas que sejam estabelecidos meios para que as penas sejam cumpridas de forma digna e humana, para que assim as prisões tenham em seu escopo a função de ressocialização e não mais de escolas para o crime organizado.

Palavras-chave: Problemática. Prisões. Ineficácia. Ressocialização. Infraestrutura. Presos. Rebeliões. Superlotação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damaceno. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro.** Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BEZERRA, Raphael Lopes Costa. **Da falência do sistema penitenciário e ineficácia da lei de execução penal.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36376/da-falencia-do-sistema-penitenciario-e-ineficacia-da-lei-de-execucao-penal>> Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** República Federativa Brasileira de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho e 1984.** Institui a Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

COSTA NETO, Nilo de Siqueira. **Sistema penitenciário brasileiro**: a falibilidade da prisão no tocante ao seu papel ressocializador. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sistema-penitenci%C3%A1rio-brasileiro-falibilidade-da-pris%C3%A3o-no-tocante-ao-seu-papel-ressocializ>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SILVA, Jose de Ribamar da. **Prisão**: ressocializar para não reincidir. 2013. 60 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VIANA, Johnnatan Reges. **A crise do sistema carcerário brasileiro**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12228>. Acesso em: 10 set. 2016.

SUPERLOTAÇÃO PRISIONAL: A FALHA NA APLICABILIDADE DA IDEOLOGIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

AUTORES:

Joyce Thais de Alcantara Silva

Manoel Cipriano de Oliveira Bisneto

INTRODUÇÃO: A atual conjuntura do sistema carcerário do Brasil é preocupante, haja vista a grande, e facilmente perceptível quebra dos princípios elementares e fundamentais, nos quais norteiam o nosso ordenamento jurídico. Objetivamos com este trabalho apresentar os motivos que conduzem à falha do sistema penitenciário brasileiro, bem como identificar e analisar as normas que permeiam a pessoa do apenado. É bem verdade que o sistema prisional vem passando, ao longo dos séculos, por uma série de transformações, permitindo assim, a sua lenta, porém progressiva evolução. Nos séculos anteriores, mas precisamente entre XVII e XVIII, não se tinha uma concepção definida de como seriam de fato as prisões e as aplicações das penas, só por volta dos séculos XIX e XX é que a pena privativa de liberdade começou a ser implantada como uma possibilidade de substituir a pena de morte e “nasceram” as primeiras reflexões sobre a importância e imprescindível socialização do preso, buscando assim uma maior humanização. Nesses aspectos de transformações se faz necessário citar o filósofo Michael Foucault, (2000) que em sua obra “Vigiar e punir: o nascimento das prisões” já afirmava que as seções de torturas, ou o abandono dos criminosos em lugares fechados e degradantes não diminuiria a taxa de criminalidade pelo contrário, poderia chegar a multiplicá-las e em vez de devolver ao meio social indivíduos corrigidos, espalharia na população delinquentes ainda mais perigosos. O maior representante do iluminismo penal Cesare Bonesana-Beccaria, deixou seus legados de contribuições, denunciou a crueldade, a desproporcionalidade na aplicação das penas. Buscava na justiça um meio de prevenir e socializar o apenado, visando o bem da coletividade, aduziu ainda que o *ius puniendi* cabe tão-somente ao estado. Nesse contexto, tendo em vista as influências recebidas, houve uma evolução significativa no direito penal formal brasileiro, todavia todos nós sabemos que a aplicabilidade deste fica comprometida devido a várias nuances governamentais. As cadeias brasileiras transformaram-se em grandes depósitos onde os direitos inerentes aos seres humanos são desrespeitados, no sistema democrático de direitos. É de se assustar que um dos princípios fundamentais do direito penal o *bis in idem* que impede que seja aplicado duas penas pelo mesmo fato seja desrespeitado sem que nós e nossos governantes se deem conta, bem como vários outros princípios e normas, exemplificativamente temos o Decreto N° 40 que deixa explícito que não aceita penas cruéis, desumanas e degradante. Atualmente, não obstante, o sistema carcerário brasileiro deixa o apenado a mercê da sorte, não dando os devidos cuidados, impedindo que possa pagar sua dívida com a sociedade de maneira digna. Ver-se-á que devemos analisar o que consideramos cruel, pois, há uma grande falha em todo o sistema, a relação de saber e poder está fragilizada. Quando falamos em crueldade contra os apenados, pouco se vê reações, há, devido a falha nos outros sistemas, um conformismo gigantesco. Contribuindo, destarte para a estagnação e superlotação do sistema carcerário brasileiro. **METODOLOGIA:** Científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas (TARTUCE, 2006). Utilizamos nesta pesquisa de finalidade básica, o Método Cartográfico do Direito, com objetivo descritivo através de pesquisas bibliográficas de natureza quantitativa e qualitativa, desenvolvida em laboratório, onde, sofre uma tricotomia, que consiste em escala, projeção e simbolização. O primeiro grande mecanismo de representação é a Constituição Federal, no qual, várias outras leis infraconstitucionais, buscam o seu plano de validade na norma hipotética superior, como por exemplo, a LEP – Lei

de Excussões Penais. O segundo grande mecanismo é até onde às leis se projetam e tem efetividade, buscando a proteção da pessoa do apenado, nas dimensões dos presídios, no qual, as normas são imprescindíveis para a harmonia do sistema prisional. O terceiro grande mecanismo abrange como seria a realidade se tais normas e leis fossem criteriosamente aplicadas. A luz do grande jurista brasileiro Paulo Nader (2015, P.94), “o Direito sem efetividade é letra morta; existirá apenas formalmente.” Caracterizando-se pela preocupação em interagir as discontinuidades da interação social e jurídicas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A priori faz-se mister salientar que a ideologia do sistema carcerário brasileiro, na teoria, é uma das mais desenvolvidas do mundo. Todavia, devido à má gestão, a falta de conscientização, e cultura pouco desenvolvida, há uma castração das ferramentas necessárias para com que a prisão cumpra seu papel de fato, de devolver o infrator, reintegrado à sociedade. Contudo, deve-se fazer algumas perguntas bastantes recorrentes para que possamos refletirmos acerca da situação exposta: a sociedade está preparada para receber o infrator? Será que é só o infrator que é culpado pela reincidência? Esse bloqueio cultural, é culpa da sociedade ou dos governantes que nos mantém a ferros? As leis e princípios se aplicam só as pessoas “de bem?”. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que são várias as causas que levam o sistema carcerário brasileiro a estar em um processo de defasagem incontrolável, aspectos que, perpassam o direito, e devem ser discutidos diariamente. As normas que permeiam a pessoa do apenado, são desrespeitadas em favorecimento de interesses de grandes, fazendo-se necessário que quebrems a “gôndola de vidro” em que os nossos “representantes” nos colocam. Vislumbra-se que, o infrator não é totalmente culpado pela reincidência criminal, haja vista que, ao negarmos assistência, ao até mesmo, sendo indiferente com um ex-presidiário, estamos contribuindo para que esse venha a reingressar na sua vida delituosa, tendo então, uma coculpabilidade por parte da sociedade, ou seja cada um de nós contribuimos, direta e indiretamente para com que o apenado volte a sua vida criminosa. Necessário se faz, destarte, que haja uma melhoria em todos os aspectos do sistema prisional, bem como, em todos os outros sistemas que permeiam, tais como saúde, educação, política social, dentre outros. Tendo em conta que, vivemos em uma sociedade sistemática, de solidariedade orgânica, no qual a falha em qualquer um desses sistema, prejudica de forma imensa todos os outros, faz-se mister então, uma relação harmônica entre estes, para uma real e efetiva funcionalidade.

Palavras-chave: Princípios. Desrespeitados. Socialização.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Sande Nascimento de. **Sistema carcerário brasileiro**. Disponível em: <<http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/59/sistema-carcerario-brasileiro-a-ineficiencia-as-mazelas-e-o-213019-1.asp>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. República Federativa Brasileira de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 15 de fev. 1991.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho e 1984.** Institui a Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL – A NOVA FACE DOS RESGATADOS

AUTORES:

Jullya Costa do Nascimento

Meire Martins de Resende

INTRODUÇÃO: A escravidão contemporânea como é chamada atualmente, é o trabalho forçado envolvendo como principal característica a privação de liberdade do trabalhador. E em casos mais extremos, a falta de pagamento por seu trabalho. Enfrentamos este problema desde a época do Brasil colonial até os dias de hoje. Segundo o projeto de combate ao trabalho escravo no Brasil da OIT (Organização Internacional do trabalho), as condições atuais são ainda piores que as sofridas pelos negros até o final do século 19. Hoje em dia, o indivíduo é descartável – solto. Retirar. Se um trabalhador fica doente ou morre, ele pode ser facilmente substituído por outra pessoa que vai se submeter a isso. Antigamente os negros podiam ser castigados fisicamente, mas eram bem alimentados, já que um escravo saudável e forte era bem mais valioso. Atualmente, os dados estatísticos sobre a fiscalização são feitos por dois órgãos muito importantes na luta contra este crime. São eles a OIT (Organização Internacional do trabalho) e o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) que vem, frequentemente, fazendo operações de resgate destes trabalhadores. O trabalho análogo ao escravo ocorre, em maior parte, em espaços rurais distantes de centros urbanizados e rotas de transporte para fuga, onde os trabalhadores são geralmente coagidos a continuarem laborando sob a alegação da existência de dívidas com fazendeiros, e por ser distante das áreas urbanas dificulta supostas fugas. Com esses fatos, queremos instruir os mais leigos sobre o que realmente é o trabalho escravo contemporâneo, de forma que instruídos serão capazes de se “defenderem”, além disso, buscamos conscientizar a população de seus direitos mostrando os órgãos fiscalizadores que se tem a disposição no combate de tal crime. Na **METODOLOGIA:** Foi utilizado como orientação metodológica o método dedutivo. Foi analisado o caso do jovem Maatsura, resgatado de um navio cruzeiro por sofrer maus tratos junto com outros trabalhadores que estavam vivendo, como ele, uma situação de trabalho escravo contemporâneo. Ele e outros trabalhadores resgatados pelo MTE do navio da MSC cruzeiros entraram com uma ação coletiva contra a empresa e estão aguardando ser proferida a ação da juíza Priscila Cunha Lima de Menezes, da 37ª Vara de Salvador. Então se a abordagem do MTE serviu para fazer justiça e diminuir com as irregularidades, pressupõe-se que com a intensificação destas inspeções os números de trabalhadores sofrendo esta situação diminuiria muito. Obtivemos nossos dados por meio da pesquisa nos sites da OIT e do MTE, e em sites adversos obtivemos a parte histórica da problemática abordada. Nossa base teórica foi retirada principalmente do livro (Direitos fundamentais nas relações de trabalho) do Dr. Arion Sayão e de outro livro (Trabalho escravo: a abolição necessária) do Dr. Rodrigo Garcia, onde ambos trazem a realidade cruel do trabalho análogo a condição de escravidão. Na seção **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Gostaríamos de mencionar que 127 anos após a lei Áurea o Brasil ratificou normas internacionais que definem e proíbem tanto a escravidão quanto o trabalho forçado. Através do Decreto nº 41.721, de 1957, o Brasil promulgou a Convenção nº 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), comprometendo-se a abolir o trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas. O Brasil ainda promulgou a Convenção nº 105, da OIT, através do Decreto nº 58.822, de 1966, comprometendo-se a suprimir o trabalho forçado em todas as suas modalidades. A constituição Federal veda o trabalho análogo ao de escravo, quando cita no art. 1º, III e IV os princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e no art. 5º, caput, e incisos III, XV, XLVII, c e, LIV e LXVII garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade; assevera que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; decreta que

é livre a locomoção no território nacional; assegura que não haverá penas de trabalhos forçados e cruéis; recomenda que ninguém seja privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal e garante que não haverá prisão por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel. O art. 149 do Código Penal (CP), por sua vez, define e pune com reclusão de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência, o crime de redução à condição análoga à de escravo. No entanto, se todas estas normas não forem efetivadas não impedirão a exploração do trabalho análogo à escravidão. De positivo, podemos dizer que temos a Consolidação das Leis Trabalhistas e os Tribunais da Justiça do Trabalho. Dois autores juristas dissertaram sobre nossa problemática, o Dr Arion Sayão e o Dr. Rodrigo Garcia, ambos trouxeram conceitos e perspectivas sobre o trabalho análogo ao escravo. Como disserta Arion Sayão Romita dissertou em sua obra: “Entretanto, as condenações judiciais e as medidas punitivas (como a restrição de crédito), posto que necessárias, são insuficientes, se não acompanhadas de ações desenvolvidas no âmbito de políticas públicas para criar condições de desenvolvimento regional e fixar as pessoas nos seus locais de origem, com emprego formal, de modo a evitar que o trabalhador liberto retorne a submeter-se à servidão, além de criar programas específicos de manutenção das crianças e adolescentes nas escolas” (2009, p. 283). Por fim, conforme dispõe Rodrigo Garcia Schwarz em sua obra: “A ‘lista suja’ tem se revelado um instrumento efetivo de combate à escravidão, uma vez que o próprio Ministério do Trabalho e Emprego tem verificado, através de constante monitoramento, que há proprietários rurais que se adequaram à legislação trabalhista após os danos causados pela inclusão nesse cadastro, abstando-se, a partir de então, de recorrer à prática do escravismo. No entanto, a “lista suja” também permite verificar a insistente reincidência de casos de trabalho escravo em algumas propriedades” (2008, p.151). A OIT (Organização Internacional do trabalho) que implantou desde 1995 o Grupo móvel de fiscalização do trabalho, oito anos depois foi criado o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Ainda em 2003, surgiu a Lista Suja do Trabalho Escravo, que é pública e atualizada a cada seis meses pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Repórter Brasil e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Empregadores que entram nela ficam por dois anos, período durante o qual têm de provar que extinguiram a prática. Entre os empecilhos trazidos a eles, está a impossibilidade de obter empréstimos e financiamentos de instituições públicas de crédito. Na **CONCLUSÃO** percebemos que o que tange a demora na efetivação da lei é o conhecimento dos cidadãos em seus direitos e política pública voltada para essa atuação desse direito essencial na vida do ser humano, pois através dele concretiza a dignidade da pessoa humana. Precisa-se de mais mobilização do governo para criar políticas públicas com o objetivo de erradicar o trabalho análogo ao escravo. Além de existirem as limitações, que é o caso da falta de efetivação da lei, geralmente as pessoas que cometem o crime raramente são condenadas. Assim, pode-se pensar que a lei não está adequada ao problema, por ela se efetivar de forma tão mínima.

Palavras-chave: Trabalho. Escravidão. Contemporânea. Lei. Efetivação.

REFERÊNCIAS

REIS, Taiuan. **Métodos de abordagem:** indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23225906/METODOS-de-ABORDAGEM-Indutivo-Dedutivo-Hipotetico-Dedutivo#scribd>>. Acesso em: 20 set. 2016.

ROMITA, Arion Sayão. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2009, p. 283.

SATO, PAULA. **O que caracteriza hoje o trabalho escravo no Brasil.** Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/caracteriza-trabalho-escravo-hoje-469810.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SERAPIAO AFONSO; DRIELLI. **Escravidão contemporânea:** possibilidades jurídicas de combatê-la. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13781&revista_caderno=25>. Acesso em: 19 out. 2016.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo:** a abolição necessária. São Paulo: LTr, 2008.

TRÁFICO DE PESSOAS – MERCADO DO SEXO

AUTORES:

Ana Carolina Justino de França

Milena de Araújo Costa

INTRODUÇÃO: O presente trabalho abordará o tema do tráfico humano para fins de exploração sexual, baseado na legislação brasileira, a qual fundamenta-se no tratado internacional conhecido como Protocolo de Palermo. Segundo a ONU (2000), o tráfico pode ser definido como sendo “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração”. No ordenamento jurídico brasileiro, há previsão desse crime no Código Penal nos seus artigos 231 e 231 A, sendo regulamentado pelos Decretos n.º 5.017/04, n.º 5.948/06 e n.º 6.347/08. Este último implementou o Plano Nacional de Enfrentamento, o qual objetiva prevenir, reprimir o tráfico humano, responsabilizar os seus autores e garantir atenção às vítimas. Segundo o Ministério da Justiça, o número de denúncias de casos de tráfico de pessoas cresceu 865% entre 2011 e 2013, tendo por alvos principais mulheres, crianças e adolescentes, o que corrobora a necessidade de intervenção estatal na proteção a determinados grupos sociais de forma estratégica. O objetivo da pesquisa é, primordialmente, analisar os aspectos gerais da legislação brasileira sobre o tráfico de pessoas com enfoque na exploração sexual, levando em conta também os problemas sócio jurídicos e, secundariamente, refletir sobre os desafios ao enfrentamento do tráfico de pessoas. Na **METODOLOGIA:** O presente estudo se utilizará do método de pesquisa bibliográfica com abordagem quantitativa, bem como utilizará do método cartográfico aplicado ao Direito. Tal método divide-se em três fases. A primeira é a Escala, a qual abrange, neste trabalho, o Protocolo de Palermo e o Decreto n.º 5.017/04, o qual promulgou o Protocolo no Brasil. O patamar de detecção refere-se à dificuldade de identificação das vítimas e do crime, devido à própria natureza abrangente do tráfico. O patamar de discriminação reflete a atenção especial à proteção dos mais vulneráveis, ou seja, mulheres e crianças. Já o patamar de avaliação está baseado no princípio da dignidade da pessoa humana. A segunda fase do método é a Projecção, que se refere ao território dentro do qual as normas têm validade, mesmo porque muitas das rotas do tráfico se expandem a outros países. Por fim, a simbolização é representada pela realidade social do fenômeno do tráfico após a implantação da legislação e sua efetividade no âmbito social. Este trabalho dará enfoque no tráfico especificamente para fins de exploração sexual seguindo o método supracitado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao final da pesquisa, chegou-se a diversos resultados, quais sejam: a difícil identificação do crime na sociedade, ou seja, como reconhecer o delito e as vítimas, em busca de efetivar a fiscalização; a falta de um sistema unitário que reúna todos os dados sobre as ocorrências do tráfico no território brasileiro, uniformizando as informações com o fim de direcionar as políticas públicas; falta de campanhas mais efetivas e combativas no trabalho de conscientização da população, especialmente aos grupos mais vulneráveis. Em síntese, há diversos fatores que dificultam a efetivação da legislação brasileira dentro da realidade. Mostra-se necessário uma integração dos atores governamentais e não governamentais com o escopo de prevenir e reprimir o tráfico bem como apoiar as vítimas. **CONCLUSÃO:** Em nosso país, a legislação acerca do tráfico humano é completa e atualizada bem como embasada em acordos e convenções internacionais de direitos humanos, porém sua efetividade mostra-se precária em relação às três diretrizes (prevenção, repressão e apoio às vítimas). O problema não jaz nas normas em

si, mas na falta de competência dos órgãos e atores envolvidos na aplicação concreta e eficaz da Política Nacional de Enfrentamento ao TP. Destarte, há falta de interesse e de estrutura que enseje um bom desenvolvimento dos planos e diretrizes previstas. Portanto, pode-se dizer que o crime tratado no presente trabalho não possui soluções simples ou unitárias, pelo contrário, é de suma importância a interação entre diversos órgãos e entre os países envolvidos a fim de derrubar os muros dos aliciadores, que escondem suas vítimas num véu de medo e vergonha social.

Palavras-chave: Tráfico Humano. Vulneráveis. Legislação Brasileira.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Marcelo. **Brasil teve 1,7 mil casos de tráfico de pessoas de 2000 a 2013, diz CNMP**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/04/brasil-teve-17-mil-casos-de-trafico-de-pessoas-de-2000-a-2013-diz-cnmp>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório nacional sobre tráfico de pessoas**. 2013.

_____. **Decreto n.º 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Decreto n.º 5.948, de 26 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Decreto n.º 6.347, de 08 de janeiro de 2008**. Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm>. Acesso em: 04 mai. 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Pesquisa ENAFRON - diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Disponível em: <<https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=510>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

CECRIA. **Pesquisa sobre tráfico de Mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Relatório Nacional. Brasília: 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças (Protocolo de Palermo)**. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OIT-Protocolo-de-Palermo.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

PLASSAT, Xavier. **Contrae, trabalho escravo e exploração sexual**. Disponível em:
<<http://reporterbrasil.org.br/2013/02/contrae-trabalho-escravo-e-exploracao-sexual/>>.
Acesso em: 05 abr. 2016.

UCHOA, Pablo. **Brasil dominou tráfico de escravos no mundo**. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_escravos_database_pu.shtml>. Acesso em: 04 mai. 2016.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA CIDADE DE NATAL/RN

AUTORES:

Kerolaine Vanderley Moreira

Priscilla Karla de Lima

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos as metrópoles brasileiras vem crescendo de maneira vertiginosa. A expansão dessas cidades sem planejamento traz como consequência problemas de ordem ambiental e principalmente social, tal como, o grande número de imóveis irregulares dentro desses espaços geográficos. Paralelamente a isso, a região da grande Natal se iguala as demais cidades. No município de Natal, o espaço urbano se apresenta altamente segregado. A maioria dos imóveis encontra-se em completa irregularidade, tais quais: falsidade do título de propriedade; imóvel registrado, mas sem matrícula; imóvel sem registro ou registrado em nome de outra pessoa. O déficit desses requisitos devidamente regulamentados impede que o morador seja o efetivo dono do bem, pois a transação financeira não é suficiente para lhe fazer proprietário, sendo a legalização do ato perante o poder público essencial e imprescindível para sua concretização. Atualmente, estima-se que cerca de 80% dos imóveis da cidade do natal estão em situação irregular. Uma pesquisa realizada por Leonardo Tinoco e apresentada na 4ª conferência da cidade do natal (2009) já revelava o crescimento paulatino dessa estatística, apontando que dos 469 loteamentos em Natal, 193 não eram registrados em cartório e 276 possuíam o registro, (exceto favelas, invasões ou assentamentos clandestinos), neste número 41,15% infringiam a legislação urbanística. Observando que as regiões com maior incidência de loteamentos irregulares eram a Norte e Leste, com 88,24 % e 39,67% respectivamente. O grande número de imóveis a margem da lei tem ligação direta com o posicionamento adotado pelos habitantes potiguares. A maioria da população desconhece totalmente o processo e a importância da regularização; outros sabem da necessidade desses atos, mas devido aos entraves burocráticos e os altos custos preferem continuar de maneira irregular. Diante disso, o transcurso da pesquisa tem como objetivo trazer à tona uma reflexão sobre a fundamental importância da “implementação” da regularização fundiária, versando sobre a percepção da necessidade de atuação do poder público, na incorporação de políticas públicas que viabilizaria de maneira simplificada, a grande parte da população a ter o título da concernede propriedade que se encontram. A análise detalhada dos veículos legislativos, norteadores do procedimento de concretização do programa de regularização fundiária na capital, possibilitará o entendimento acerca da complexidade do tema, bem como qual é o órgão público responsável por programar e executar o projeto de regularização dentro da capital (na qual a passos lentos está sendo inicializado). **METODOLOGIA:** A pesquisa realizada procurou fazer uma profunda investigação sobre a situação jurídica dos imóveis consolidados na área urbana de natal. Tal especulação foi feita de maneira abrangente, englobando por completo todas as quatro zonas em que é oficialmente dívida a capital potiguar, (norte, sul, leste e oeste). De início foi realizado um trabalho perquirição junto a determinados moradores de alguns bairros, para saber em lato sensu a real situação de grande parte dos imóveis. Demonstrando assim para os tais cidadãos participantes, a seriedade da pesquisa, a responsabilidade, como também o livre arbítrio para o morador responder ou não as respectivas perguntas feitas. Foram coletados alguns dados precisos na internet e em artigos científicos (já que não existe nenhuma obra que fale especificadamente sobre o tema), servindo como complemento para a concretização do resumo expandido. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O direito à moradia/propriedade é considerado um dos direitos fundamentais, que independe de condições pessoais e se encaixa

nos direitos às prestações, a qual se exige uma intervenção do Estado. Sua apresentação inicial encontra-se no artigo 5º, caput, inciso XXII, bem como no artigo 6º da CF/1988. Além do Direito previamente apresentado na mencionada constituição, o assunto é retratado também no Estatuto da Cidade, que é um aprofundamento dos artigos 182 e 183, CF/1988, estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”, conforme menciona o parágrafo único de seu artigo 1º. Para melhor regulamentar tais normas e na tentativa de assegurar os direitos descritos, o Estatuto da Cidade (lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) nomeia instrumentos de auxílio no processo de política urbana, dentre eles, os planos diretores, os quais terão legislação própria de cunho municipal. O Plano Diretor da Cidade de Natal, possui um objetivo amplo e completo, porém os critérios que asseguram seu cumprimento dependem de uma descentralização de poderes envolvendo planejamentos, fiscalização, envolvimento de outros ramos da administração pública e iniciativa de ação. A falta dos ditos critérios na cidade de Natal revela-se em números teóricos e reais quanto à regularização fundiária, no qual é o primeiro meio para se obter segurança jurídica quanto à propriedade particular de seus habitantes. Embora formalmente expresso pelo ordenamento jurídico, grande parte da população potiguar não possui seu efetivo direito à moradia. Entretanto, a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (Seharpe) iniciou um programa que compreende a Regularização Fundiária de conjuntos habitacionais, porém o tal projeto é trabalhado de forma fracionada, aonde cada região é de responsabilidade de parceiros distintos, o que acaba dificultando a progressão simultânea. Além disso, a inobservância de uma das principais e mais recentes normas jurídicas. A Lei nº 11.977/2009 a qual trata sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (destacando o seu artigo 59º que aborda a legitimação de posse) vem impedindo o andamento do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A concretização da pesquisa expuseram de forma bastante clara, a dificuldade da prefeitura de natal em aplicar e dar celeridade ao projeto de regularização fundiária, devido aos entraves burocráticos, ocorridos internamente. Existe uma desorganização na sua estrutura, bem como a insuficiência de instrumentos sólidos para sua plena realização. O andamento do programa é extremamente dificultoso, pois órgãos incumbidos para sua realização não seguem por completo aquilo está previsto de maneira positivada. Assim o que era para estar beneficiando um contingente largo de habitantes, garantido a real propriedade do imóvel de maneira simples, prática e desburocratizada, a tempos não avança significativamente.

CONCLUSÃO: O tema abordado evidenciou a urgência da implementação do programa de regularização fundiária na capital potiguar. Os dados alarmantes só comprovam a real situação dos imóveis na área urbana. Os principais habitantes beneficiados seriam aqueles com menor poder aquisitivo, que conseqüentemente são leigos quanto á importância de se ter o bem registrado em seu nome. Sabe-se, contudo que o grande número de imóveis irregulares, ocorre devido aos altos custos para obter o registro. A melhor forma de conceder esse título é a atuação de políticas públicas eficazes. Em Natal os moldes para essa atuação já está acontecendo, contudo a lentidão para colocar em prática o projeto, acaba tornando cada vez mais distante a garantia do efetivo direito a propriedade, daqueles moradores do qual delas necessitam. O empenho do poder público em dar celeridade na viabilização deste título, com certeza traria uma resposta positiva aquilo que se espera. Os órgãos responsáveis devem tomar ciência que a efetiva implantação do projeto, trará benefícios não só para os moradores, mas também para a capital potiguar. Pois será possível ter o controle da quantidade de imóveis existentes na região, bem como tais moradias estando devidamente regulamentadas, surgirá de pronto a obrigação sobre o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Este valor arrecadado compõe uma boa parte da renda dos municípios e geralmente é destinado para obras de infraestrutura, como asfaltamento,

saneamento, educação, saúde, segurança e outros investimentos. Percebe-se então que a implementação regularização fundiária nada mais é que um ciclo, em que haverá de forma mútua um benefício para ambas as partes (poder público e morador)

Palavras-chave: Irregularidade. Imóveis. Implementação. Regularização Fundiária. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (coord). **Direito à moradia e segurança da posse no estatuto da cidade**. Diretrizes, Instrumentos e Processos de Gestão. Belo Horizonte: Ed Forum, 2004. p. 17.

ATAÍDE, Ruth. Regulação pública e acesso a moradia: uma análise da experiência de Natal / RN. **Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales**, n. 194, v. 9. Barcelona. Scripta Nova, 2005.

BENTES, Dulce; GÓIS, Fábio. **Outorga onerosa**: análise a partir do Plano Diretor de Natal (Lei Complementar 007/94). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. 3., Disponível em <<http://www.ibdu.org.br/imagens/outorgaonerosa.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. **Regularização fundiária urbana**: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009 - Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013. 56p. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/826725.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

FUTATA, Rosiane. **Direito à cidade sustentável**: análise à luz dos direitos à moradia e ao meio ambiente. Monografia. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31477/1463%20ROSIANE%20TIEMI%20PECHUTTO%20FUTATA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 set. 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.23, n. 66. v. 23, 2009.

EDUCAÇÃO FÍSICA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

AUTORES:

Igrety da Cunha Cardoso

Joyce Mariana Alves Barros

Rita de Kassia de Lima Silva Nascimento

INTRODUÇÃO: O trabalho aborda um relato de experiência vivenciado por estudantes de Educação Física no cumprimento da Disciplina de Estágio Supervisionado I, sob a orientação da Docente Me. Joyce Mariana Alves Barros, aplicado no Ensino Fundamental I. As atividades do Estágio Supervisionado I, cujo tema abordado foi o Ensino da Cultura Afro-brasileira na Educação Física escolar, o qual ressaltou a valorização do povo Africano, destacando o papel da Educação Física no tocante à prevenção e a discriminação racial na escola. Levando em consideração que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, nº 9.394/96) estabelece a História e a Cultura Afro-brasileira como conteúdos obrigatórios no currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil. Desta maneira, a História da África deve assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação brasileira, para que cada cidadão, ao completar seu ciclo escolar, compreenda a importância do povo africano neste contexto (conforme art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008). Além de expor, a partir desse tema, o papel da Educação Física como formadora de cidadãos, envolvendo os aspectos físicos, sociais e culturais, pois, um dos objetivos da Educação Física para o ensino fundamental, baseia-se no reconhecimento e na valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como dos aspectos socioculturais de outros povos e nações, para que dessa forma o aluno venha a se posicionar contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997). **METODOLOGIA:** As atividades do Estágio Supervisionado I ocorreram de forma sistemática, com a turma do 4º ano, no turno vespertino contendo um total de 16 alunos, com faixa etária de 9 a 10 anos de idade. O trabalho foi realizado na Facex, localizada na Rua Orlando Silva Nº 2896, Capim Macio, no Município de Natal/RN. As ações tiveram início no dia 22/08/2016, e término no dia 28/09/2016. Inicialmente, ocorreu um processo de observação da turma e, após esse momento de reconhecimento, foram iniciadas as semiregências, nas quais o professor de Educação Física foi auxiliado no desenvolvimento de suas aulas. Após observação e coparticipação das aulas, iniciou-se as regências, em que foi desenvolvido o ensino da Cultura Afro brasileira. Em seguida, foram iniciadas as regências (três aulas). Na primeira aula, foi trabalhado o conteúdo jogo, em que foi vivenciada a atividade “troca de quilombos”, nesta separamos os alunos em trios, distribuídos da seguinte forma: dois representaram o Quilombo e o outro, representou o escravo que se refugiava no Quilombo. A partir desse jogo, foi discutida a influência da Cultura Africana em diversos seguimentos da cultura brasileira e destacou-se a necessidade de prevenir o pré-conceito contra o negro. De acordo com Freire (1997, p.119):” No contexto da educação escolar, o jogo proposto como forma de ensinar conteúdos às crianças aproxima-se muito do trabalho em discussão. Não se trata de um jogo qualquer, mas sim de um jogo transformado em instrumento pedagógico”. A segunda regência foi ministrada seguindo o conteúdo de atividades rítmicas e expressivas, destacando o samba, pois esta dança possui raízes africanas. Ressaltou-se que este ritmo tão característico e reconhecido mundialmente como parte da cultura nacional possui contribuições do povo africano em sua criação. Em conformidade com a regência apresentada, Soares (1992) aponta a necessidade de resgatar a Cultura Brasileira na dança através da tematização das origens culturais, dentre elas, as dos

negros, como forma de despertar a identidade social do aluno no projeto de construção da cidadania. Com isso, foi executada a terceira e última aula, com a brincadeira de roda, conhecida como “escravos de Jó”, a partir dessa atividade foi possível compreender que no Brasil existe uma vasta riqueza e variedade de jogos e brincadeiras, uma vez que os herdamos de vários povos, dentre estes, os negros (DARIDO, 2014). Diante dessa riqueza cultural, ministramos a aula de forma lúdica, proporcionando um momento prazeroso no processo de ensino e aprendizagem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No final do Estágio Supervisionado I, ao avaliarmos os alunos com uma roda final de conversa, notamos que eles passaram a entender melhor a Cultura Afro brasileira e a valorizar as contribuições culturais trazidas pelos escravos. Mesmo não sendo possível transformar o comportamento dos alunos em apenas três aulas, entendemos que através de nossos ensinamentos foi possível despertar um olhar diferenciado com relação à participação do negro na construção da Cultura Brasileira, logo, o objetivo do trabalho foi alcançado. O componente curricular Educação Física não se restringe apenas às práticas do esporte, como historicamente já foi generalizado. Esta área também é responsável por formar cidadãos, compreendendo que os caminhos que conduzem à *práxis* são norteados pela teoria e pela consciência de que ela é determinante das *práxis* (BARREIRO, 2006). A Educação Física, assim, faz com que o indivíduo pratique aquilo que está aprendendo em sala de aula, estabelecendo um vínculo maior com a realidade social. **CONCLUSÃO:** Concluimos com este trabalho que é possível ministrar aulas com o tema “Cultura Afro brasileira na Educação Física Escolar”, não apenas por ser um conteúdo obrigatório na Educação Básica, mas principalmente por entender que todas as áreas de conhecimento têm o seu papel na formação de cidadãos, prevenindo-os de atitudes contrárias ao bom convívio social, como por exemplo, a discriminação racial. Portanto, ressaltamos que cabe ao professor (a) organizar aulas que contemplem os seguimentos que regem o convívio social, traçando metas para alcançar os objetivos, colaborando assim para a formação de pessoas para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação física escolar. Sistematização. Cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de educação ensino fundamental I. **Educação física.** Brasília: MEC, 1997.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya C. **Educação física na escola: implicações para a pratica pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2014.

FREIRE. João Batista S. **Educação Física de corpo inteiro: teoria e pratica da educação física.** Campinas: Scipione, 1992.

ESGRIMA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTORES:

Clébio Rodrigues de Oliveira

Erika Alcantara de Araujo

Joyce Mariana Alves Barros

Júlio César Medeiros de Andrade

INTRODUÇÃO: A Educação Física no Brasil tem marcas históricas do militarismo, com características acentuadas de formar o indivíduo para ser um corpo forte, preparado para o combate e a guerra, ao perceber este cenário configurado no espaço escolar, era possível identificar uma busca aos alunos mais preparados fisicamente. Assim, a utilização de uma metodologia que consistia em movimentos repetitivos em que os educandos muitas vezes faziam parte de um treinamento militar, não visando o conhecimento dos diversos assuntos da Educação Física, a não ser o melhoramento da aptidão física, privou o sujeito de ser percebido de uma forma sensível e de vivenciar outras experiências pedagógicas no espaço escolar. Modificando esta visão tecnicista das aulas de Educação Física, utilizou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS - 1998) como ferramenta de trabalho. Sistematizando o conteúdo lutas, percebeu-se uma gama de possibilidades na escola. As lutas se originaram desde os tempos antigos com os guerreiros, atualmente, através das artes marciais identifica-se, a disciplina, o respeito, a cultura e a filosofia como temas possíveis de permear o espaço escolar. Diante disso, a Esgrima surge como um esporte inserido no cenário dos jogos olímpicos e, conseqüentemente, possível no contexto escolar. **METODOLOGIA:** Este trabalho se caracteriza como um relato de experiência do componente curricular Estágio supervisionado II, realizado nos anos finais do Ensino Fundamental de uma instituição privada de ensino da cidade do Natal-RN. Partindo de aulas teóricas, foram transmitidos conhecimentos sobre o surgimento das Olimpíadas e a caracterização histórica da Esgrima, enfatizando a vivência prática desta modalidade. Partindo de uma metodologia desenvolvimentista, proporcionamos aos alunos, a execução dos movimentos de forma progressiva, ou seja, em que a complexidade fosse aumentando de acordo com o desenvolvimento corporal do aluno, assim, estes movimentos foram realizados de forma lúdica desde o alongamento personalizado com passos básicos até o combate propriamente dito (CARTAXO, 2011). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para o desenvolvimento do conteúdo lutas na escola, o trabalho se referenciou nos PCNS (BRASIL, 1998), na busca de desconstruir estereótipos e preconceitos existentes na aplicação de aulas relacionadas ao assunto. Segundo Brasil (1998), as lutas proporcionam aos praticantes a experimentação de diversas situações como equilíbrio, imobilização, combinações dos tempos entre o ataque e a defesa, porém, não incentiva atitudes violentas ou falta de Fair Play (“jogo “limpo”). Desta forma, as vivências práticas valorizaram as três dimensões dos conteúdos, na busca de ampliar o conhecimento sobre a Esgrima, pois, conforme exposto por Brasil (1998), os conteúdos de aprendizagem são apresentados dentro dos blocos, segundo sua categoria conceitual (fatos, princípios e conceitos), procedimental (ligados ao fazer) e atitudinal (normas, valores e atitudes). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao final do Estágio Supervisionado II, foi analisado o proposto durante a realização das regências, identificando e avaliando o que foi absorvido pelos alunos além dos sentimentos presentes entre eles durante o ensino da Esgrima, como respeito pelas regras, cordialidade com o oponente, a participação da aula e a socialização sem a distinção de gênero. Além disso, o aumento do repertório motor dos alunos, ao vivenciar uma nova modalidade esportiva, dentro do espaço escolar, foi significativo. **CONCLUSÃO:** Após essa experiência nas aulas na Educação Física, identificamos que os objetivos do trabalho foram alcançados e, com isso, percebe-se a

importância de se trabalhar lutas no âmbito escolar, pois abrange inúmeros aspectos socioculturais, quando organizado e planejado pelo professor esta prática pedagógica deixa de lado qualquer tipo de ação da violenta e promove processos de aprendizado.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Lutas. Esgrima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Educação física**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1998.

CARTAXO, Carlos Alberto. **Jogos de combate**: atividades recreativas e psicomotoras: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011.

A INFLUÊNCIA DO ESPORTE NO DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES ATLETAS DE VOLEIBOL

AUTORES:

Danielle Coutinho De Medeiros

Gabriel Victor de Moraes Silva

INTRODUÇÃO: O desempenho escolar é parte integrante do complexo processo de avaliação escolar que é componente do processo de ensino, em que os conteúdos de ensino escolhidos pelo professor devem emergir daqueles conteúdos culturais universais, constituindo-se em domínio de conhecimento relativamente autônomo, incorporado pela humanidade e reavaliado, permanentemente, em face da realidade social. Tendo-se clareza de que o processo educativo não ocorre somente no âmbito escolar, mas a escola se torna local institucionalmente organizado para isso, o processo ensino aprendizagem se faz tanto nas aulas regulares, como no ensino e treinamento de esportes em horários alternativos no contra turno. Partindo desse contexto, o objetivo desse estudo foi a influência que o esporte exerce no aprendizado dos alunos atletas. **METODOLOGIA:** A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa comparativa, de caráter exploratório e descritivo. Sua amostra foi composta de 16 alunos atletas de voleibol das categorias infantil juvenil, idade entre 12 e 17 anos, sexo masculino. Sendo assim, o estudo consistiu na aplicação de um questionário com os alunos, compreendendo a rotina do estudante, seu interesse e participação em sala de aula, bem como análise do boletim escolar para avaliar seu rendimento. O boletim escolar foi analisado categorizando as notas da seguinte maneira: notas de 0 a 5 (muito abaixo da média); notas de 6 a 6,9 (abaixo da média); notas de 7 a 7,9 (na média); e notas de 8 a 10 (acima da média). Diante dos dados obtidos nesses dois instrumentos foi feita uma análise reflexiva entre as respostas para poder adquirir um maior poder inferência sobre o tema abordado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados apontam que a maioria dos estudantes atletas não está na média esperada no seu rendimento escolar (entre 7,0 e 10,0), havendo uma contradição suas respostas no questionário, quando afirma ter interesse e participação durante as aulas e relata estudar entre 30 minutos e 2 horas por dia, demonstrando interesse não só na prática esportiva, mas também nos estudos. Os alunos também relataram que outros fatores interferem no seu processo de aprendizagem, como falta de concentração, falta de interesse em determinadas matérias, ansiedade e dificuldades de aprendizagem, tornando o seu aprendizado mais lento, mas reiteram sempre a vontade de dar seu melhor, e melhorar seu rendimento no fim de cada semestre. Já na entrevista com os professores, eles confirmam a falta de concentração e desinteresse descrito acima pelos alunos. Na versão dos professores, eles relatam que a prática extracurricular do esporte deveria modificar algumas atitudes dos alunos tornando-os mais disciplinados, responsáveis e sociais. Nessa perspectiva, Oliveira (2012) afirma que quando se pensa em esporte na escola o mesmo deve influenciar positivamente na formação humana e, conseqüentemente na educação dos alunos. E, por fim, atentando para a disciplina em sala de aula, relatam sobre as notas que não estão de acordo com o esperado pelos mesmos, mas que estão dispostos a auxiliar os alunos sempre que precisarem, dando seu melhor para que os estudantes atletas possam alcançar melhores resultados. **CONCLUSÕES:** O esporte escolar pareceu exercer prejuízos ao rendimento escolar dos estudantes-atletas estudados, possivelmente devido à dificuldade de conciliação entre os estudos com as altas cargas de treinamento e as obrigações com as competições. Apesar disso, é inegável os bons aspectos da prática regular de esportes para o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas, além de outros aspectos como sociais e relacionados à saúde. Ademais, não há como culpabilizar, exclusivamente, o esporte em si pela queda no rendimento escolar dos alunos, visto que o desempenho escolar depende de

muitos outros fatores além da disponibilidade para os estudos. Dessa forma, sugere-se aos estudantes-atletas, que precisam conciliar o esporte com o rendimento escolar, maior determinação e disciplina com os estudos, aliado a um maior esforço de concentração em sala de aula e realização das tarefas de casa, considerando que estes fatores são cruciais e representam uma boa influência para o desempenho escolar, sendo importante também o apoio e colaboração dos professores no que tange o auxílio em suas disciplinas

Palavras-chave: Rendimento escolar. Aprendizagem. Atleta.

REFERÊNCIAS

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. 4. ed. Brasília: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Antônio. **A influência do esporte no rendimento escolar na opinião de alunos e professores da escola estadual Cora Coralina de Ariquemes/RO**. 2012. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PESERICO, Cecília. **Relação esporte desempenho escolar**: visão de estudantes atletas e professores de uma escola particular de Maringá/PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2009.

VIACELLI, Samoara. Desporto e Rendimento Escolar. **Revista Digital EFDEPORTES**, Buenos Aires, v.8, n. 55, 2002.

VIVENCIANDO DIFERENÇAS: UMA MANEIRA PRÁTICA DE FAVORECER A INCLUSÃO

AUTORES:

Danielle Coutinho de Medeiros
Rayane Estefany Silva do Nascimento
Ruthy Sabrina De Souza Silva

INTRODUÇÃO: O esporte adaptado e a educação inclusiva são as duas vertentes que a educação física traz. Dessa forma, no âmbito adaptado pode ser percebido que nas últimas décadas tem apresentado bons resultados em relação a competições esportivas. Porém, no âmbito escolar, as políticas inclusivas ainda não ganharam a expansão e a importância que merece, visto que muitas crianças, adolescentes e adultos jovens ainda são excluídas nas escolas regulares, em face da falta de ações que promovam a inclusão. Diante desse contexto, o objetivo do estudo foi investigar a influência da realização de uma estratégia de ensino que permita a vivência da deficiência por alunos que não apresentam deficiência no processo de inclusão. **METODOLOGIA:** A amostra foi composta por 15 alunos, com idade entre 15 e 17 anos, de ambos os sexos, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Tais alunos não apresentavam qualquer deficiência. Dessa forma, foi aplicada uma intervenção com a prática do golbol com esses alunos, adaptando o espaço e materiais para permitir a possibilidade de os alunos vivenciarem as reais dificuldades na prática da atividade física enfrentadas pelos alunos com deficiência visual. Em seguida, foi aplicado um questionário que avaliava a influência dessa prática no processo de inclusão. Esse instrumento consistiu em 10 questões envolvendo os seguintes domínios: dificuldades encontradas durante o jogo (2 questões), percepção sobre a deficiência (4 questões) e inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de educação física (4 questões). Cada questão apresenta um escore de 1 a 2 pontos (contabilizados por ordem decrescente das alternativas – a primeira alternativa corresponde a 2 pontos e a segunda, 1 ponto), com exceção das questões que apresentam três opções (estas variam de 1-3 pontos, contabilizadas da mesma maneira que a anterior), totalizando 23 pontos. Assim, a classificação do questionário se deu pela ordem crescente de pontuação, ou seja, quanto maior a pontuação, maior a influência da realização da prática adaptada com a maior conscientização sobre a deficiência, culminando na facilitação do processo de inclusão pelos próprios alunos durante as aulas de educação física. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No domínio “dificuldades encontradas no jogo”, percebeu-se que a maioria dos alunos sentiram dificuldades em realizar a prática com os olhos vendados, simulando uma situação real de deficiência visual, e que o medo e a insegurança estiveram presentes nesse contexto, pois até então, nenhum dos participantes do estudo havia se submetido a uma experiência de praticar um esporte em que pudesse vivenciar, na prática, uma deficiência. Nesse contexto, Junior e Santos (2007), concordam que uma criança que não possui uma deficiência visual (DV) precisa de um campo de estímulo maior para se desenvolver. Já uma criança com deficiência visual deve buscar seu estímulo no próprio corpo, descobrindo seus limites e suas dificuldades no espaço e na situação em que se encontram. A partir daí ele pode encontrar em si mesmo o estímulo e a motivação para realizar qualquer tipo de ação que as outras crianças que não tem a DV também apresentam. No domínio “visão sobre a deficiência”, observou-se que boa parte dos alunos passou a ter outro olhar sobre a realização de atividades físicas adaptadas para a inclusão de alunos com deficiência. E no domínio de inclusão das pessoas com deficiência, os resultados foram bastante positivos, demonstrando os melhores escores entre todos os domínios supracitados. É importante discutir, dentro desse contexto, que alguns já tinham a consciência da necessidade dessa inclusão, porém os que ainda não tinham tal entendimento passaram a adquiri-lo após a

experiência prática, evidenciando assim, a importância de se trabalhar o conteúdo “inclusão” tanto no ambiente escolar quanto nas aulas de educação física, tendo em vista a melhoria da percepção dos alunos sobre a deficiência e a convivência deles com as diferenças de uma forma natural. Tais evidências corroboram com o posicionamento de Winnick (2004), que remete o termo inclusão à educação regular, de modo que a escola apresenta o papel de assumir a responsabilidade do que é necessário para o seu desenvolvimento inserido entre as crianças que não possui deficiência. **CONCLUSÃO:** O estudo contribuiu para o despertar dos alunos sobre as reais dificuldades enfrentadas por uma pessoa com deficiência e uma maior conscientização e respeito por elas, favorecendo a facilitação do processo de inclusão através da experimentação da deficiência. E através desse choque de realidades promovido por essa experiência que parte da experimentação das diferenças, fez florescer uma mudança radical de visão sobre essa população, promovendo nesses participantes uma maior conscientização e respeito pelas pessoas com deficiência, fazendo-os enxergar a necessidade de inclusão dessas pessoas nas aulas de educação física e na sociedade de uma maneira mais ativa.

Palavras-chave: Educação Física. Deficiência. Inclusão

REFERÊNCIAS

FALKENBACH, Atos P; LOPES, Elaine R. Professores de educação física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Revista Pensar a prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 118, set./dez. 2010.

JUNIOR, Walter. R.; SANTOS, Leonardo. J. M. Judô como atividade pedagógica desportiva complementar em um processo de orientação e mobilidade para portadores de deficiência visual. **Revista Digital Efdportes**, Bueno Aires, n. 35, 2007.

LIMA, Francisco José de; GUEDES, Lívia Couto; GUEDES, Marcelo Couto.
Áudiodescrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. Disponível em: <<http://rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/download/28/22>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MACIEL, Maria. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.2, abr./jun. 2000.

WINNICK, J. P. **Educação Física e esportes adaptados**. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.

VISÃO DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ANTES E APÓS INTERVENÇÃO INCLUSIVA.

AUTORES:

Danielle Coutinho de Medeiros

Maria Fernanda Campos de Oliveira

INTRODUÇÃO: A exclusão nas escolas lança as sementes do descontentamento e da discriminação social. A educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas que devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Esta é a mensagem que foi claramente transmitida pela Conferência Mundial de 1994 da UNESCO sobre necessidades Educacionais Especiais. Há três componentes interdependentes no ensino inclusivo: o primeiro é uma rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipe e de indivíduos que apoiam uns aos outros através das conexões formais e informais. O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, o componente do procedimento, que envolve indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos para planejar e implementar programas para diferentes alunos em ambientes integrados. O terceiro é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino que está relacionado à criação de uma atmosfera de aprendizagem em sala de aula em que alunos com vários interesses e habilidades possam atingir seu potencial. Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi avaliar a visão dos alunos do ensino médio sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola e nas aulas de educação física antes e após intervenção inclusiva. **METODOLOGIA:** Pesquisa do tipo qualitativa de caráter exploratório, sendo sua amostra composta por 28 alunos, idade entre 15 e 17 anos e ambos o sexo, cursando o ensino médio na turma do 1º ano B da Escola Estadual Professora Herondina Caldas (EEPHC), Serra Caiada, Rio Grande do Norte. Realizou-se uma intervenção com 2 etapas: 1 aula teórica e 1 prática, utilizando uma abordagem construtivista, possibilitando, assim, conhecimento e vivências sobre o tema abordado. Como forma avaliativa foi aplicado um questionário com nove questões antes e após a intervenção para se obter uma análise prévia sobre a visão dos alunos acerca da inclusão e, posteriormente, avaliar o efeito da intervenção sobre essa visão. A análise dos resultados foi realizada de maneira reflexiva e comparativa entre avaliação prévia e após a intervenção. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados revelaram que a intervenção aplicada proporcionou uma melhoria na visão dos alunos sobre a deficiência e a inclusão, abrangendo seus olhares para a convivência na escola e possibilidades de participação dessas pessoas nas aulas de educação física, identificados através da comparação de relatos pré e pós-intervenção. Observou-se que no questionário inicialmente aplicado os alunos tiveram grande dificuldade em falar sobre o tema abordado, além de relataram que nunca tiveram aulas que pudessem falar e debater sobre a importância da inclusão social no âmbito escolar. Essa falta de oportunidade de trabalhar com veemência a relevância do tema, desvia os olhares da inclusão, deixando uma percepção de desigualdade social, favorecendo o bloqueio do aluno em desenvolver nas aulas a reflexão, cooperação, igualdade, diferenças e principalmente o respeito pelas necessidades psicológicas, biológicas e fisiológicas do outro. Após a intervenção os alunos sentiram a necessidade e interesse em incluir as pessoas com deficiências, como algo natural em qualquer ambiente, principalmente nas aulas de educação física, havendo uma maior aceitação às diferenças. Nesse sentido, esses resultados são muito positivos, de modo que o desenvolvimento desse interesse na inclusão e melhor aceitação permitirá que o trabalho em equipe (professor e alunos) consiga desenvolver várias habilidades na turma (FERGUSON & ASCH, 1989; WEHMAN, 1990). Mendes (2006) propõe que os apoios a serem fornecidos

para favorecer a inclusão escolar podem ser: assistência de outras pessoas (colega, adultos), adaptação do ambiente, adequação de materiais, ou qualquer outra estratégia que assegure a participação ativa e significativa nas atividades, as interações efetivas com os colegas e a integração no grupo, e que produzam resultados significativos e consistentes com o clima e a cultura da situação natural. De modo geral, pode-se dizer que a formação dos educadores, bem como a oferta de suporte para o pessoal envolvido, nunca devem ser menosprezadas porque são estes fatores que irão determinar o sucesso ou fracasso dos programas inclusivos. **CONCLUSÃO:** A intervenção sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiências nas aulas de educação física, utilizando uma abordagem construtivista, promoveu aos alunos do ensino médio uma reflexão do ser humano como alma, desejos e sonhos realizados através de oportunidades, igualdade e conquistas, quebrando o preconceito e as limitações impostas sobre a pessoa com deficiência. Além disso, a intervenção também contribuiu para abranger a visão dos alunos sobre as necessidades da inclusão para o desenvolvimento físico e psicossocial dessa população, bem como a importância que eles (alunos) enquanto sociedade tem nesse processo, favorecendo a inclusão através do companheirismo e cooperação tanto na escola de ensino regular.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Abordagem Construtivista.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Educação física**. Brasília: MEC, 1998.
- COLL, César. et. al. **O construtivismo na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- DE AZEVEDO, Edson Souza; SHIGUNOV, Viktor. Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em Educação Física. **Kinein - Revista de Estudos do Movimento Humano**, v.1, n.1, dez, 2000.
- FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdo para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, p. 387-404, 2014.
- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Análise funcional de comportamentos inadequados e inclusão: uma contribuição à formação de educadores. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 261-271, 2008.
- _____. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
- NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação especial e educação inclusiva: Aproximações e convergências**. In: ANAIS DA 1ª SEMANA DE

PEDAGOGIA/FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA, 2011. Disponível em:
<<http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VISÃO DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO SOBRE O CONTEÚDO DE LUTAS APÓS INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA UTILIZANDO UMA ABORDAGEM CRÍTICO-EMANCIPATÓRIA.

AUTORES:

Danielle Coutinho de Medeiros
Leonel Nicácio da Cunha Júnior
Marine Gisele de Carvalho Nunes

INTRODUÇÃO: As lutas fazem parte dos conteúdos da Educação Física Escolar, porém há restrições nas aulas devido aos preconceitos relacionados à associação desse conteúdo com o termo briga (violência). Partindo dessas limitações, a prática pedagógica nas escolas sobre o conteúdo lutas precisa ser repensada e revista, sugerindo assim a utilização de uma abordagem competente para reverter essa concepção e consequente discriminação sobre essa modalidade esportiva, afim de que haja uma aprendizagem significativa, saindo do senso comum e instigando o aluno ao senso crítico. Sendo assim, a abordagem crítico-emancipatória se mostra uma metodologia relevante para se trabalhar esse conteúdo no contexto da educação física escolar, pois está relacionada ao ensino dos esportes para a Educação Física Escolar de maneira que dispõe de possibilidades de ensinar os esportes pela sua transformação didático-pedagógica, tornando o ensino escolar uma forma de educar as crianças e jovens para a competência crítica e emancipada. Dessa forma, a esgrima parece ser uma opção interessante para se trabalhar nesse contexto, visto que ela desenvolve os aspectos de desenvolvimento motor, social, até os afetivos, cognitivo e psicomotores. Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi avaliar a visão dos alunos de ensino médio acerca do conteúdo de lutas na educação física escolar, partindo de uma intervenção pedagógica utilizando a abordagem crítico-emancipatória. **METODOLOGIA:** A pesquisa é caracterizada como qualitativa de caráter exploratório e descritivo. O estudo contou com um público de 30 alunos, idade entre 16 e 18 anos, de ambos os gêneros sexuais, cursando o ensino médio, turma do 2º ano na Escola Estadual Mauricio Freire, localizada na cidade de São Paulo do Potengi-RN. Realizou-se uma intervenção em 4 etapas: 2 aulas teóricas e 2 aulas práticas, em que os alunos pudessem vivenciar e conhecer o conteúdo Lutas e, especificamente, a Esgrima, utilizando a abordagem crítico-emancipatória. Como forma de avaliação, aplicou-se um questionário antes e após a intervenção, o qual consistiu em 13 questões subdivididas em 3 competências: social, envolvendo 8 questões sobre o conhecimento geral dos alunos acerca do conteúdo de lutas na escola e condições materiais e físicas da escola para a realização das aulas; objetiva, envolvendo 4 questões sobre vivência, conhecimento, interesse e benefícios das lutas e da esgrima na escola; e comunicativa, com apenas 1 questão sobre a capacidade de comunicação do ser humano através das lutas. A análise dos resultados foi realizada de maneira reflexiva e comparativa entre a avaliação prévia e após a intervenção. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados apontaram na competência social para uma melhoria e maior abrangência sobre o conhecimento dos alunos sobre as lutas como conteúdo escolar, diversificando e ampliando o seu olhar para outras artes marciais menos difundidas, desmistificando o preconceito existente entre essa modalidade esportiva como forma “briga” e incitando no aluno a visão de disciplina e respeito ao próximo como preceito da filosofia das lutas. Ainda nessa competência, percebeu-se também que a intervenção utilizando a abordagem crítico-emancipatória pareceu contribuir positivamente para que os alunos ampliassem seus horizontes sobre as possibilidades de se trabalhar o conteúdo de lutas na escola a partir da ludicidade, adaptação e criatividade, fazendo-os ter o discernimento de reconhecer que essas possibilidades não estão relacionadas com o espaço físico, mas com o interesse do professor que está à frente do processo fazer acontecer a aula, não sendo

necessária estruturas e materiais específicos para o seu acontecimento. Esses resultados favoreceram a construção e consolidação de novos conhecimentos. Segundo Pelizzari (2002), a construção das aprendizagens significativas implica na conexão ou vinculação do que o aluno já sabe com os conhecimentos novos, saindo do senso comum e instigando o aluno ao senso crítico. Adicionalmente, Silva (2003), afirma que o desenvolvimento do senso crítico é um dos principais objetivos presentes nos parâmetros curriculares nacionais (PCN,s - 1998)), já que neles se torna clara a intenção de promover um ensino voltado para a formação de cidadãos. Em relação à competência objetiva, não foi diferente. Após a intervenção os alunos mostraram mais interesse pelo conteúdo e pela esgrima, conseguindo relatar mais equipamentos inerentes a essa prática, em comparação com a avaliação prévia, depois de ter vivenciado a esgrima de maneira lúdica e criativa e conseguiram relatar benefícios mais específicos obtidos com essa prática como melhorias no raciocínio, respeito, socialização, relaxamento e a importância da vivência das lutas como esporte para tirar o aluno das drogas. Nesse sentido, Darido (1999) contempla a importância do papel do docente na emancipação crítica do aluno, utilizando a estratégia de transcendência de limites para realizar o confronto do aluno com a realidade de ensino os quais eles estão familiarizados. E quanto a competência comunicativa, os resultados apenas reforçam os anteriores, evidenciando uma emancipação crítica bem superior à avaliação pré-intervenção, conseguindo o aluno atentar para as formas de comunicação que a luta é capaz de proporcionar, relatando a linguagem não formal (gestos e sinais corporais), interação e socioafetividade como meio de comunicação através das lutas. **CONCLUSÕES:** A intervenção com a esgrima como conteúdo de lutas, utilizando a abordagem crítico-emancipatória, promoveu uma transformação crítico-emancipatória nos alunos do ensino médio, de maneira que ampliou a visão e o conhecimento dos alunos sobre o conteúdo, possibilidades e estratégias de se trabalhar o conteúdo de lutas nas escolas. Além disso, a intervenção foi capaz de quebrar mitos e preconceitos sobre as lutas, instaurando a consciência de responsabilidade, disciplina e respeito ao próximo, inerentes à filosofia das artes marciais. Não obstante, essa vivência promoveu também o rompimento de barreiras à prática da Educação Física Escolar mostrando que dentro das aulas de educação física é possível inserir qualquer conteúdo desde que haja criatividade, dedicação e interesse do professor e dos alunos, de maneira que o espaço pode ser adaptado e os materiais construídos, tornando a aula possível, produtiva e prazerosa.

Palavras-chave: Lutas. Abordagem crítico-emancipatória. Esgrima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. **Educação física**. Brasília: Secretaria Fundamental, MEC / SEF,1998.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Topazio, 1999.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ed. Unijui, 1994.

_____. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

NASCIMENTO, Paulo Rogério Barbosa do; DE ALMEIDA, Luciano. A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades. **Movimento**, v. 13, n. 3, p. 91-110, 2007

PELIZZARI, Adriana; et al. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. **Revista PEC**, v. 2, n. 1, p. 37-42, 2002.

SILVA, Elisabeth Ramos da. O desenvolvimento do senso crítico no exercido de identificação e escolha de argumentos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 3, n. 1, p. 57-68, 2003.

MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTORES:

Danielle Coutinho de Medeiros

Yasmin Luiza Souto Dantas

INTRODUÇÃO: A motivação é considerada como uma peça fundamental para a compreensão da aprendizagem e do desempenho de habilidades motoras, pois tem um papel importante na iniciação, manutenção e intensidade do comportamento. Sem a presença da motivação, os alunos não são capazes de exercer as atividades nas aulas de Educação Física, ou então, farão mal ao que for proposto (MAGGIL,1984). É preciso repensar e analisar a Educação Física no ensino médio, a fim de mostrar a importância desta disciplina para os alunos, fazendo que eles deem mais importância a Educação Física, despertando, mesmo com todas as dificuldades, o interesse em aprender conteúdos diversificados, a importância da educação pelo movimento e tudo que ela pode lhe proporcionar. Sabemos que problemas no cotidiano são algumas das principais dificuldades enfrentadas por muitos educadores. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi avaliar a motivação dos alunos de ensino médio para as aulas de educação física. **METODOLOGIA:** A pesquisa é caracterizada como qualitativa e descritiva. O estudo contou com um público de 18 alunos, idade entre 17 e 19 anos de ambos os sexos, cursando o ensino médio, turma do 3º ano na Escola Estadual Presidente Roosevelt, localizada na cidade de Parnamirim-RN. Como forma de avaliação, aplicou-se um questionário abordando perguntas sobre a motivação dos alunos nas aulas de educação física. Tal instrumento consistiu em 10 questões envolvendo 8 perguntas fechadas sobre a importância da atividade física em diversos âmbitos, estrutura da escola e sentimentos adquiridos perante as aulas de Educação Física e satisfação com a disciplina; e 2 perguntas abertas sobre conteúdos abordados na aula e motivação em participar das aulas. A análise dos resultados foi realizada de maneira reflexiva e comparativa com os dados obtidos no questionário. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados foram bastante conflitantes, apontando que embora os alunos reconheçam a importância da atividade física no âmbito escolar, no rendimento e na saúde e associem a sua prática a sentimentos de prazer e bem-estar, eles não dão a devida importância às aulas de educação física na escola. Essa constatação foi feita diante dos relatos dos próprios alunos, os quais afirmam se fazerem presentes nas aulas, mas não tem participação efetiva. Sua presença é apenas para garantir a nota. Além disso, apesar de os alunos relatarem gostar das aulas de educação física, a maior parte dos alunos revela sentirem-se desmotivados em relação à prática, destacando a repetitividade do conteúdo abordado como principal motivo (queimada para as meninas e futsal para os meninos, quando tem prática). Essa confirmação no quesito desmotivação é reforçada pelo grau de insatisfação com as disciplinas, de maneira que, surpreendentemente, os alunos citaram a disciplina de Educação Física como a que menos os satisfazem, atingindo um patamar de insatisfação equivalente à matemática e inferior a física e química. Corroborando com esse contexto de inadequação do planejamento como fator preponderante para a desmotivação dos alunos, Correia (2008) destaca que é preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que respeitem as características das crianças e jovens que atualmente frequentam as escolas, a organização do ano letivo, dos programas ministrados, das aulas, a arquitetura dos prédios e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência. Complementando, Bracht (1992), apresenta a educação física escolar no campo da vivência social, numa perspectiva de educação transformadora, propondo em sua pesquisa alguns procedimentos que contemplem o

incentivo e a possibilidade de participação do aluno no planejamento das aulas; o incentivo aos alunos a expressarem ideias para a realização e modificação dos jogos; a condução de reflexões e discussões com os alunos sobre as atividades desenvolvidas, levando-os a um pensamento mais elaborado sobre suas vivências. Outro ponto relevante a ser destacado que contribui para a desmotivação dos alunos é da falta de estrutura da escola. Em relação a este último, como a escola, no momento, não dispõe de uma boa estrutura e nem de materiais, as práticas estão suspensas. Nesse sentido, Bracht (2005) afirma que a existência de materiais e espaços físicos específicos para a Educação Física é importante e necessária, e sua ausência ou insuficiência podem comprometer o trabalho do professor. **CONCLUSÃO:** Após a experiência realizada, pôde-se concluir que os alunos do ensino médio da Escola Estadual Presidente Roosevelt não se sentem motivados para as aulas de Educação Física, pois a escola não apresenta estrutura física nem materiais para a realização das aulas práticas e quando estas acontecem o professor não apresenta planejamento adequado, sendo sempre a mesma aula: queimada para as meninas e futsal para os meninos. Diante da falta de estrutura física da escola, as aulas no momento apenas são teóricas, que para muitos acham desinteressantes, a não ser que se proponham conteúdos voltados aos seus interesses. Sendo assim, cabe aos professores atentarem aos reais interesses dos alunos diante dos conteúdos para a elaboração das aulas de Educação Física, saindo mais dos assuntos de esportes e introduzindo todos os temas que a educação física engloba, pois apenas dessa forma a realidade poderá ser mudada e as aulas no Ensino Médio se tornarão mais atrativas e motivantes.

Palavras-chave: Desmotivação. Ensino Médio. Educação Física.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: Educação Física para quê. **Rev. Brasileira de Ciências do Esporte**, v.13, n. 2, p. 282-287, 1992.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. **Pesquisa em ação:** educação física na escola. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. **Educação física**. Brasília: Secretaria Fundamental, MEC / SEF, 1998.

CORREIA, W. R. **Educação física no ensino médio:** questões impertinentes. São Paulo: Plêiade, 2009. 195p.

LORENZ, C. F.; TIBEAU, C. Educação Física no Ensino Médio: estudo exploratório sobre conteúdos teóricos. **Revista digital Efdeportes**, Buenos Aires, ano 9, n. 66, 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd66/medio.htm>> Acesso em: 28 ago. 2016.

MAGGIL, R. A. **A aprendizagem motora:** conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 1984.

UMA RELAÇÃO ENTRE O AIKIDO E A PSICOMOTRICIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO INOVADOR

AUTORES:

James Carlos da Silva Araújo

Moaldecir Freire Domingos Junior

INTRODUÇÃO: A Psicomotricidade é a ciência que visa estudar o homem através da expressão dos seus movimentos, relacionando-os a sua consciência de mundo, e a como esse indivíduo interage com os outros (OLIVEIRA, 1997). Nesse estudo, nosso objetivo é encontrar pontos em comum entre a Arte Marcial japonesa chamada Aikidô e a Psicomotricidade. O *Aikido* possui grande variedade de exercícios, como rolamentos (*ukemis*), técnicas de aprisionamento (*katame waza*) e técnicas de projeção (*nage* – projetar/ *waza* – técnica). Faz uso, também, de espadas de madeira (*bokken*) e de bastões (*Jô*), buscando conhecer a origem de muitos movimentos técnicos utilizados nos treinos. É arte marcial centenária que busca, na sua filosofia, uma maior interação com o outro, numa tentativa de melhorar a si mesmo (COHN, 2001). Nosso problema de pesquisa é: qual a relação entre os conceitos da Psicomotricidade, no que diz respeito à aprendizagem do ser humano e a arte marcial japonesa *Aikido*? Além dessa problemática teórica, esse estudo também apresenta uma questão de pesquisa da contribuição das aulas de Aikido inserida no projeto Ensino Médio Inovador de uma escola estadual do Rio Grande do Norte. Essa questão gera outros objetivos, a saber: ampliar a percepção de si, do outro e da cultura local e universal; melhorar o condicionamento físico; fortalecer o emocional; liberar o fluxo energético. Todos esses objetivos referem-se a ampliação da consciência corporal, modificando o estado de espírito do praticante, tornando-o mais tranquilo, sereno e dinâmico. **METODOLOGIA:** Primeiramente, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, pois revisamos a literatura já existente, com o intuito de produzir uma relação ainda não estabelecida: o Aikidô e a Psicomotricidade. No segundo momento, trata-se de um relato de experiência, onde ministramos aulas de *Aikido* em um projeto do Ensino Médio Inovador, para uma turma de aproximadamente 50 estudantes do Ensino Médio e para o Diretor e o Vice-Diretor de uma escola estadual do município de Santa Cruz/RN, por 4 anos, duas vezes por semana, todos juntos. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O termo "psicomotricidade" vai aparecer pela primeira vez a partir de exames neurológicos, nos idos de 1870, quando os médicos tentavam constatar que haviam disfunções graves no cérebro, mesmo ele não estando lesionado. Eram distúrbios identificados no gestual, por exemplo, que não se conseguia identificar, no cérebro, uma lesão correspondente a tal fenômeno. Somente em 1909, Dupré, consegue comprovar esta teoria. De acordo com Molinari e Sens (2003), a psicomotricidade é o relacionar-se através da ação, como um meio de tomada de consciência que une o ser corpo, o ser mente, o ser espírito, o ser natureza e o ser sociedade. Essa ciência está relacionada à afetividade e à personalidade, porque o indivíduo utiliza seu corpo para demonstrar o que sente, e uma pessoa com problemas motores passa a apresentar problemas de expressão. Assim como a Psicomotricidade, o Aikido manifesta-se por intermédio do corpo. O treino constante e exaustivo ensina o equilíbrio pela busca da harmonia dentro da técnica. Não há pontos ou competição, só o treino permeado por elevados valores éticos e morais (COHN, 2001). Aikido é uma arte marcial iniciada pelo "O Sensei" Morihei Ueshiba (1883-1969). Em japonês, "O" traduz-se por grande e "Sensei" significa aquele que nasce antes. Também é comum se reportar ao O Sensei pelo termo *Kaiso*, que representa a idéia de fundador. O Aikido é uma arte marcial nova, tendo menos de cem anos e a utilização do termo Aikido se deu pela primeira vez em 1942. O mestre Ueshiba visualizou esse termo através da junção de três kanjis (caracteres de origem chinesa que são utilizados para escrever japonês): **AI** – HARMONIA; **KI** – ENERGIA; **DO** –

CAMINHO. Com a junção destes símbolos, o fundador do Aikido passou a afirmar que o que ele percebia era um meio, um caminho da não violência, de não resistência entre os seres humanos. De acordo com o que o fundador pregava, o treino de Aikido deve trazer para os seus praticantes a virtude do convívio, ou seja, a reflexão para nossas ações e o quanto elas podem afetar a nós e aos outros (STEVENS, 2004). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Antes de falar sobre o desenvolvimento psicomotor de um indivíduo, Oliveira (OLIVEIRA, 1997) opta por explicar sobre o sistema nervoso, pois é o no córtex cerebral onde se processam as informações vindas dos impulsos emitidos pelos receptores exteroceptivos (pele, retina, olfato, paladar), propioceptivos (músculos, tendões e articulações) e interoceptivos (víceras)), e depois, este mesmo sistema nervoso, devolve as respostas mais adequadas para tais impulsos, de acordo com a vivência e experiência de cada indivíduo e em cada momento. Conclui-se, portanto, que o bom desenvolvimento motor depende da maturação do sistema nervoso. A autora lembra que é de suma importância a estimulação motora correta para cada fase do desenvolvimento do ser humano, pois, se isto ocorrer, a musculatura será tonificada de forma correta e o ser humano desenvolverá, também, a afetividade. Por sua vez, ao desenvolver a afetividade, o ser humano desenvolve mais postura, atitude, e o seu comportamento se adapta mais facilmente ao comportamento da sociedade em que ele vive. Nesse caminho de equilíbrio entre sistema motor e afetividade, vemos que o *Aikido* revoluciona as funções do organismo, atuando nos sistemas orgânicos do corpo: nos músculos, esqueleto, aparelho circulatório, aparelho excretor, sistema linfático, glândulas endócrinas, sistema nervoso, aparelho digestivo e órgãos sensoriais. Em termos do sistema nervoso, o *Aikido* acalma a mente, aumenta a disposição. Ampliando a percepção para mover o corpo sem necessidade de grandes esforços, maximizando energias, deixa os músculos flexíveis, acelera os reflexos, melhora a circulação, acelera as atividades dos outros órgãos e sistemas, e é extraordinário como um exercício de coordenação (CORRÊA, 1997). No projeto do Ensino Médio Inovador, as aulas começavam sempre com um alongamento tradicional do *Aikido*, vislumbrando o preparo muscular para a prática. Os alongamentos são dinâmicos, possibilitando também o aquecimento dos músculos e das articulações. Fazemos a prática do *Tai sabaki*, como *tenkai ashi*, *tenkan* e *irimi tenkan*, assim como os *ayumi ashi*, *tsugui ashi* e *okuri ashi*. Esses movimentos de pés, ou pernas (*ashi*) são muito importantes para o desenvolvimento de qualquer treino de Aikidô, sendo, portanto, utilizado durante a realização técnica de qualquer princípio de movimentação. Neste momento, trazíamos para os alunos a consciência de lateralidade (esquerda e direita) (OLIVEIRA, 1997), de unidade corporal, pois o movimento tem que acontecer primeiramente no centro do corpo (*Sai ka tanden*), para depois se projetar para as extremidades, como pernas e braços. Depois dessa introdução tradicional do *Aikido*, estudamos a noção de centro, de lateralidade e do rolamento a partir de movimentos com bola suíça. Esse material pedagógico é muito importante para tornar a aula lúdica e para oferecer outra maneira de perceber a movimentação circular do *Aikido*. Nossas aulas de *Aikido* eram compreendidas como encontros, isto é, momentos únicos de experimentar o silêncio, a respiração, o próprio corpo, o outro, o senso de grupo, o respeito e o acesso a aspectos da cultura japonesa, por exemplo, palavras, condutas de etiqueta, nomes de pensadores (Morihei Ueshiba, Musashi, entre outros), nomes de objetos, saberes que envolvem uma arte marcial. No Aikidô, a etiqueta não é ensinada por imposição ou ameaças, antes é a consequência natural de aprender observando os mais antigos (UESHIBA, 2005). **CONCLUSÃO:** Tanto o estudo teórico quanto o relato de experiência possibilitaram-nos afirmar que é possível inserir uma Arte Marcial como prática educativa, no seu sentido pleno: discutindo a cultura de outro país, o respeito pela língua de origem, os motivos históricos para a percepção do seu aparecimento e formação do seu legado filosófico. Porque surgem tais movimentações de base, posturas defensivas, a não existência delas, a mudança técnica, a postura do praticante mediante os problemas da vida, os processos de socialização, o

conhecimento de si, dos seus sentimentos; da observância do outro, enquanto você divide o mesmo espaço, e quando existe as discordâncias. Como falar com os outros, a família, os amigos, os relacionamentos amorosos, a importância de mudar, seja de posição, de visão, de lugar. Todas essas citações dizem respeito ao processo educacional e pode ser tratado dentro das aulas de Artes Marciais numa escola, sem que aquele que conduza os treinos precise ser cobrado com resultados num quadro de medalhas, mas, sim enquanto potencializador de mudanças reais nas vidas dos praticantes, como propõe a Psicomotricidade e o Aikido.

Palavras-chave: Aikido. Ensino Médio Inovador. Psicomotricidade.

REFERÊNCIAS

COHN, Ernesto. **Aikidô: técnica e filosofia**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

CORRÊA, Eduardo Mendes Ribeiro. **Os benefícios do Aikidô para o condicionamento físico, aspectos psicológicos e habilidades motoras dos praticantes**. Trabalho monográfico (Bacharelado em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2007.

MOLINARI, Ângela Maria da Paz, SENS, Solange Mari. A Educação Física e sua Relação com a Psicomotricidade. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, Curitiba, v.3, n.1, p.85-93, jul. 2002-jul. 2003.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

STEVENS, John. **A Filosofia do Aikidô**. São Paulo: Cultrix, 2004.

UESHIBA, Kishomaru. **O espírito do Aikidô**. 6. ed. São Paulo: Pensamento, 2005.

EXPERIMENTANDO A ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIALOGANDO FORMAÇÃO INICIAL E REALIDADE ESCOLAR.

AUTORES:

Lidiane da Silva Miranda

Moaldecir Freire Domingos Junior

INTRODUÇÃO: Este estudo é fruto de um trabalho de campo realizado na disciplina de Didática da Educação Física onde cada grupo ministrou uma aula de educação física na escola seguindo as orientações de uma abordagem pedagógica. Nosso grupo ficou responsável para apresentar uma experiência pedagógica de Educação Física no Ensino Fundamental I a partir da abordagem Crítico-Superadora, que visa à transformação qualitativa da criança em uma visão de apropriação crítica do conhecimento. Nesse sentido, o papel do professor de Educação Física é o ensino de conteúdos como jogo, dança, esporte e ginástica. Sendo seu principal objetivo desenvolver uma reflexão sobre a cultura corporal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência pedagógica onde foi realizado uma análise crítica de uma aula de Educação Física, principalmente em seus aspectos didáticos. A aula foi aplicada no Centro de Ensino Facex, no 5º ano turma “A” do Ensino Fundamental I, turno matutino, com duração de 45 minutos e com o total de 20 alunos, sendo 12 meninos e 8 meninas. A aula ministrada foi de Ginástica Acrobática, ela abordou a iniciação a ginástica acrobática com a turma do 5º ano, com o principal objetivo de analisar a capacidade dos alunos de realizarem exercícios básicos da ginástica, através de movimentos realizados em grupo com exercícios estáticos e exercícios dinâmicos, além de envolver a participação de meninos e meninas. No primeiro momento, realizamos uma roda inicial para saber o nível de conhecimento dos alunos a respeito do conteúdo. Alguns alunos já tinham ouvido falar nas mídias e em circos, indagamos também alguns aspectos históricos como quando surgiu e quando foi inserido nos Jogos Olímpicos, explorando os aspectos conceituais fazendo com que eles compreendessem os conceitos básicos de ginástica acrobática e onde a mesma é desenvolvida. Para finalizar, organizamos uma roda para discutir sobre o que foi realizado na aula, seus objetivos e saber se os mesmos gostaram do que foi abordado na aula. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Soares (1992) afirma que essa abordagem é uma reflexão do envolvimento da educação física inserida em um projeto político-pedagógico, político porque encaminha propostas de intervenções em determinadas direção e pedagógico possibilitando uma reflexão sobre ação dos seres humanos na realidade. Sendo assim, ela tem a visão de transformação social em seus alunos, baseados no marxismo e neomarxismo, levantando questões como poder, interesse, esforço e contestação, ter noção de contextualização de períodos históricos e outros. Sua obra base é o livro Metodologia do Ensino da Educação Física, que nos anos 90 causou um grande salto na área, tirando a educação física da visão esportivista e levando para criar nos indivíduos uma cultura corporal, pregando que: A Educação Física é uma disciplina que trata de um tipo de conhecimento denominado de cultura corporal (Coletivo de Autores, 1992). Os principais autores Carmen Lúcia Soares, Celi NelsaZulke Taffarel, Lino Castellani Filho e Valter Bracht, tendo como coordenador da coletânea José Carlos Libâneo e Selma GarridoPimenta. Segundo Soares *et al* (1992, p. 63), “A percepção do aluno deve ser orientada para um determinado conteúdo que lhe apresenta a necessidade de solução de um problema nele implícito”. Dessa maneira, podemos dizer que a abordagem crítico superadora, na educação física, busca em seus aspectos conceituais possibilitar que o aluno perceba transformações que a sociedade passou ao longo do tempo, sem deixar de atuar também na dimensão de conteúdo procedimental, possibilitando adquirir e vivenciar fundamentos básicos de seus conteúdos. Mostrando ao aluno a importância de respeitar e valorizar seus colegas e

as atividades a serem realizadas, além de predispor a participar das mesmas, atingindo essas condutas, os professores conseguem alcançar também os aspectos atitudinais. A avaliação da abordagem crítico superado é adquirida através de observação sistemática das aulas de Educação Física, como aponta Soares (1992) no coletivo de autores, a mesma tem sido entendida e tratada para atender exigências burocráticas expressas em normas da escola; atender a legislação vigente; e selecionar alunos para competição e apresentações tanto dentro da escola, quanto com outras escolas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diante o trabalho realizado, observamos que não é tão simples executar uma aula dentro da perspectiva crítico-superadora, mas conseguimos mostrar aos alunos os aspectos históricos mais importante da ginástica acrobática e fazer uma relação com a atualidade, abordando qual a sua acessibilidade, inserida na realidade de cada um. A aula possibilitou, que diferente da educação física tradicional, podemos ministrar os conteúdos com meninos e meninas juntos, respeitando os limites de cada um. Além de atender as três dimensões de conteúdo: conceitual, atitudinal e procedimental, atendendo também os aspectos lúdicos, proporcionando diversão com aprendizagem, como propõe a abordagem crítico-superadora. Os alunos cooperaram com as atividades realizadas e respeitaram o conteúdo abordado, até mesmo em movimentos mais delicados como rolamento. Assim como, a instituição também foi favorável para a realização da prática pedagógica por abrir suas portas aos estudantes do curso de educação física, além de oferecer espaço físico e materiais. Outro ponto importante a ser destacado foi a possibilidade de diálogo com realidade escolar ainda estando na graduação, ou seja, na formação inicial em educação física. Essa experiência reflete o que Paulo Freire defende: deiscência na docência, isto é, aprender a ser professor sendo professor, uma aproximação da formação inicial com o mundo do trabalho docente. **CONCLUSÃO:** Percebemos que o trabalho atingiu o objetivo de aplicar uma aula de educação física segundo a abordagem crítico-superadora, que tem como conteúdo o conhecimento da cultura corporal. Enquanto estudante foi importante o esforço de planejar uma aula, traçar objetivos, escolher a sequência pedagógica, os procedimentos avaliativos e os recursos necessários para aplicabilidade de uma aula de educação física.

Palavras-chave: Abordagem crítico-superadora. Aula. Formação inicial.

REFERÊNCIAS

SOARES, Carmen Lúcia, et al. **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

A ESPORTIVIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS NA ATUALIDADE

AUTORES:

Alexson Gomes de Lima

Luana Stefanya Costa Mendes

Moaldecir Freire Domingos Junior

Mylena Teixeira do Nascimento

INTRODUÇÃO: O presente trabalho vem promover uma reflexão sobre os jogos dos povos indígenas, que teve início no dia 16 de outubro de 1996, em Goiânia, no estado de Goiás. Os jogos têm como objetivo promover o encontro e intercâmbio esportivo cultural entre os diferentes povos indígenas brasileiros, com finalidade de unir todos os participantes, privilegiar o aspecto lúdico da prática esportiva, revelar e resgatar as manifestações esportivas tradicionais indígenas. Procurando fortalecer a identidade cultural indígena, o evento reúne cerca de 12 modalidades que encantam e divertem o público que aprecia o evento. Com a aproximação dos não-índios, a cultura indígena se mistura com as outras culturas, o que trouxe modificações nos jogos praticados por eles. Sendo assim, como então está acontecendo a esportivização dos jogos indígenas nos dias atuais? A adaptação e as transformações das tradições indígenas a partir do contato com os não-índios expressam um processo de novos valores culturais, operando na construção de novas relações sociais. O processo de esportivização tende a padronizar os jogos tradicionais indígenas. Ele é uma forma de regradar e regulamentar esses jogos para tornar favorável a competição. Nesse contexto fica claro que os esportes praticados nos jogos indígenas que serão apresentados em seguida são brincadeiras ou práticas corporais tradicionais em que ocorreu um processo de esportivização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O jogo é uma atividade recreativa que os seres humanos utilizam com o objetivo de distração e desfrute para a mente e o corpo, apesar de nos últimos tempos os jogos também serem utilizados como uma das principais ferramentas a serviço da educação. E ao imaginar algum tipo de jogo, logo imaginamos competições desportivas como a copa do mundo, mas nunca imaginamos os jogos dos povos indígenas. Tanto um evento desportivo como um jogo tradicional como os jogos indígenas são categorizados como jogo e por isso tem a devida importância em suas atuações. De acordo com o conceito de Fassheber et al; (2008, apud Dunning, 2001) o jogo pode ser aplicado bem em várias situações, mas cabe a nós relacioná-los ao esporte moderno parametrizado por regras: número de participantes, funções particionadas, pulsões sob controle etc, que compõe uma diversa rede independente no esporte. Então, a edificação de sociedades gradativamente mais corteses e “diplomáticas” foram partes do processo que adentraram nos quatro lugares do globo terrestre. O jogo foi, e é um instrumento importante para as organizações sociais, onde os indivíduos podem simular fatos reais e, através disso, exercer uma grande influência para a aprendizagem da vida social. Desde os tempos mais antigos, os jogos foram utilizados como meio de socialização, onde as pessoas podiam se comunicar, se conhecer, enfim, interagir entre si. Segundo Ferreira et al (2008, apud Gallois, 2006) os jogos executados nas cerimônias, nas aldeias e nos rituais sagrados provocam excitação e/ou tensão. Contudo, lembramos que aquelas condutas que causavam excitação/tensão em momentos anteriores não precisamente se fazem na atualidade. Entretanto nos jogos indígenas no momento se encontra algo modificado, como por exemplo, a forma como o esporte é usado como mercadoria capitalista, exercendo o querer, e esquecendo o sentido do celebrar. Embora ainda seja aceito com finalidade de promover a reafirmação da identidade cultural das etnias indígenas do Brasil, tendo propósito de trocarem informações a respeito de suas práticas culturais. Os jogos dos povos indígenas têm um caráter lúdico e dinâmico que especifica esses povos. Muitos desses jogos são mostrados em eventos competitivos entre os próprios índios com a finalidade

de integrar as diferentes tribos, assim como resgatar e celebrar as culturas tradicionais desses povos. As instituições organizadoras de eventos como esses são o Comitê Intertribal Indígena, o Ministério do Esporte, e algumas secretarias. Muitas edições já foram realizadas após a primeira em 1996, cerca de doze edições com o apoio das instituições mencionadas. Elas fizeram com que tivessem os jogos nas escolas para incentivar os alunos a aprender os jogos indígenas, e a intuição também era de divulgar os jogos para que a população tenha conhecimento desses jogos. Para Fassheber, et al; (2008) nos JPIs há predomínio dos jogos tradicionais, que ao contrário dos jogos competitivos, possui semelhança com os jogos cooperativos. Assim, vários jogos tradicionais que não tem precisamente perdedores e vencedores acabam por se transformarem em competitivos. Porém, da mesma maneira como a torcida se alegra mais pelos índios que ingressam nus em suas aparições, se alegram pela mostra de atividades realizadas por eles como a corrida de toras, classificando-os a princípio somente para participar da competição, exigindo ótimas performances deles. Os indígenas competem com a intenção demonstrar os seus jogos; de mostrar a ludicidade existente nesses jogos, a sua cultura e se divertirem também. Eles não têm a preocupação de ganhar, mas sim de proporcionar um momento de prazer entre os participantes, celebrando o momento com manifestos à natureza e ao mesmo tempo reforçando os aspectos positivos de sua cultura. Nos jogos indígenas primitivos não existiam premiações com medalhas e dinheiro, e nem colocações em pódio. Mas com o advento do mundo moderno traços do homem branco entraram nas raízes indígenas e propiciou mudanças em seu estilo de vida a ponto de se fazer necessário eventos para exaltação e resgate de sua cultura. Nesses eventos nota-se explicitamente as características da cultura do homem branco como a inserção de pontuação nas competições; o olhar capitalista por meio da venda de acessórios indígenas e artesanato durante a execução do evento; a linguagem já adaptada a do homem branco, pois muitos índios já falam português e perderam a linguagem indígena materna; entre outros aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Conforme foi analisado e discutido, os resultados encontrados no presente estudo foram as percepções dos jogos dos povos indígenas como sendo no atual momento histórico brasileiro jogos esportivizados. Os motivos que levaram aos resultados observados são as pesquisas realizadas em livros e artigos científicos, pesquisas essas bibliográficas de cunho qualitativo, gerando reflexões teórico-empíricas. Os resultados incluem os dados analisados, o assunto recorrente (os jogos indígenas e sua esportivização) e a interpretação dos dados analisados.

METODOLOGIA: O presente trabalho foi desenvolvido pelos acadêmicos da unifacex, cursando o segundo período de educação física, a qual elaborou um trabalho sobre a esportivização dos jogos indígenas, por meio de pesquisas científicas, livros, sites da internet, e artigos. O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa qualitativa, em que o caráter da pesquisa é bibliográfico, pois estimula o pesquisador a ter bastante conhecimento sobre a esportivização dos jogos indígenas. Portanto, nas exigências do trabalho, o objetivo de expor as técnicas utilizadas para o levantamento dos dados é de suma importância para obter resultados do objeto de estudo analisado e poder realizar discussões a respeito do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante da análise feita sobre o tema proposto, pôde-se concluir que a prática dos jogos indígenas foi sendo moldada a partir da inserção do homem branco em terras brasileiras e com a mistura de raças ao longo dos tempos. Logo suas práticas também foram afetadas pela outras culturas, o que acarretou uma mudança na sua forma de jogar os seus próprios jogos. Conforme a miscigenação das raças, os jogos indígenas sofreram uma esportivização, ao qual tem o intuito de fazer competir os índios entre si com a finalidade de mostrar a cultura indígena, preservar o que ainda há de vivo nessa tradicional cultura, resgatar o que já foi perdido e ao mesmo tempo de promover o afastamento acentuado de suas raízes originais. Enfim, compreender de fato se a esportivização dos jogos indígenas na atualidade é um mal ou um bem para todos é uma questão social, econômica e política que só será respondida

considerando todas as ferramentas com que se pode trabalhar essa questão atualmente, tentando alcançar os melhores benefícios e buscando diminuir ao máximo os prejuízos gerados ou que possam ser gerados nesse processo de esportivização dos jogos dos povos indígenas.

Palavras-chave: Jogos. Povos Indígenas. Esportivização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rafael Alves de; TURNÊS, Tiago; CRUZ, Rogério Santos de Oliveira. Jogos tradicionais indígenas. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, ano 16, n. 159, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd159/jogos-tradicionais-indigenas.htm>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Décimo terceiro jogos dos povos indígenas 2013**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/jogos-indigenas/apresentacao>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça; FREITAG, Liliane da Costa; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. **Jogos dos povos indígenas**: um “lugar” de negociações sociais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Bahia. Disponível em: <<file:///C:/Users/2175023/Downloads/jose%20ronaldo%20mendon%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

FERREIRA, Maria Beatriz Rocha et al. Jogos indígenas, realizações urbanas e construções miméticas. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 4, Oct. 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400020>. Acesso em: 25 set. 2016.

FREIRE, João Batista. **O jogo**: entre o riso e o choro. 2. ed. [S.l.]: Editora Autores Associados, 2005

CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIFACEX

AUTORES:

Alison Ayrton Nascimento Reis

Bruno Rocha

Cláudia Jeciane Vale de Souza

Júlio César Medeiros de Andrade

Moaldecir Freire Domingos Junior

Mylena Teixeira do Nascimento

INTRODUÇÃO: No Brasil, segundo Tassinari (2010), pesquisas sobre folclore e cultura indígena nem sempre foram valorizadas pela tradição acadêmica brasileira. Alencar (2007), que procurou sistematizar a produção do conhecimento na Educação Física sobre as práticas corporais indígenas nas publicações da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, observou que, nesse periódico ocorreram mudanças na abordagem de pesquisa sobre a referida temática. Continua Alencar (2007), as abordagens pautadas na fundamentação antropológica prevalecem na sustentação teórica das produções científicas da área e as pesquisas que enfocam as práticas corporais indígenas com base na “Antropologia da Educação”, na “Antropologia da Criança” e na “Antropologia do Esporte” representam novas tendências no desenvolvimento das pesquisas de caráter qualitativo na Educação Física. Essa alteração no panorama de produção na área, no entanto, ainda não contempla uma socialização constante e sistemática do conhecimento produzido. É importante destacar que a produção de conhecimento na Educação Física sobre jogos indígenas vem crescendo, principalmente, pelos estudos realizados por Grando (2010a; 2010b) e outros. Nessa breve análise sobre a produção de conhecimento sobre os jogos indígenas, percebe-se uma lacuna de produção sobre pedagogia dos jogos indígenas, isto é, estudos que apresentem relatos de experiência nas aulas de educação física tratando os jogos indígenas em localidades não-indígenas. Nosso estudo visa apresentar um planejamento elaborado pelo PIBID de Educação Física do UNIFACEX que está sendo experimentado nas aulas de educação física tendo como conteúdos os Jogos Indígenas. **METODOLOGIA:** Este trabalho inspira-se na etnografia uma vez que há uma inserção profunda e de longa duração no campo de pesquisa, onde utilizamos como técnicas de pesquisa a observação participante e o diário de campo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). No nosso caso, estamos observando uma experiência pedagógica que está ocorrendo numa escola pública de Parnamirim, com uma turma de 7º ano “A”, que possui 28 estudantes, com faixa etária entre 12 e 15 anos. No nosso estudo, realizamos uma descrição das aulas de Educação Física e dos comportamentos dos estudantes no tocante às dimensões do conteúdo (conceitual, procedimental, atitudinal). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Mendes e Nóbrega (2009) compreendem a cultura de movimento, tendo a imbricação da relação entre corpo, natureza e cultura, configurando um conhecimento que vai sendo construído e reconstruído ao longo de nossas vidas e da história. Um conhecimento marcado pela linguagem sensível, que emerge do corpo e é revelada no movimento que é gesto, abarcando os aspectos complexos da existência, não se resumindo às manifestações de jogos, danças, esportes, ginásticas ou lutas, mas abrangendo as diversas maneiras como o ser humano faz uso do ser corpo, ou seja, como cria e vivencia as técnicas corporais. Aqui, as autoras inspiram-se no conceito de Marcel Mauss para tratar a técnica do corpo como as diferentes formas que as diversas sociedades possuem de fazer uso do corpo (MENDES; NÓBREGA, 2009). Interpretamos os jogos indígenas como técnica do corpo, isto é, como uma possibilidade de uso do corpo que oferece situações competitivas, cooperativas, lúdicas, contemplativas, rítmicas, entre outras. Grando *et al* (2010) afirma que o jogo, como conteúdo

da Educação Física, deve ser inserido no trabalho pedagógico do professor no sentido levar os estudantes a experimentarem práticas sociais que tenham significados, que os desafiem a experimentar movimentos que não sejam rotineiros, que possibilitem outras formas de relacionar-se com os outros, conhecer outros materiais, outras regras, outras relações com o tempo, o espaço, com os colegas e consigo mesmo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A aula de Educação Física é um espaço destinado para aprendizagens de saberes oriundos da cultura de movimento e os jogos indígenas pertencem a cultura brasileira de movimento. Em outras palavras, o mundo do movimento são os saberes da Educação Física. Nesse sentido, cultura de movimento pode ser considerada como o critério organizador do conhecimento da educação física e refere-se às relações existentes entre essas formas de se movimentar e a compreensão de corpo de uma determinada sociedade, comunidade, de uma cultura (MENDES; NÓBREGA, 2009). Assim, trouxemos para nossas aulas de Educação Física os jogos indígenas brasileiros a partir de algumas adaptações das regras dos Jogos dos Povos Indígenas e da criação de brinquedos indígenas feitos de material reciclável. Um dos jogos que as crianças adoraram participar foi o *Kagot*, jogo indígena semelhante à queimada, a diferença que ao invés de jogar com uma bola, uma lança é arremessada. Como aula foi realizada com crianças, fizemos essa lança com cano e nas extremidades colocamos um material emborrachado, dessa forma, não causando danos ao corpo das crianças. Além disso, esse jogo favorece uma aprendizagem do lançamento, da esquiva, do trabalho e da estratégia em grupo, além de valorizar os jogos indígenas brasileiros. Esse jogo possui variações, podendo ser jogado um contra um ou uma equipe contra uma equipe. Outro brinquedo que promove diversas interações é a peteca que pode ser feita apenas com papel, ou pano e pena, ou palha de coqueiro (MEIRELLES, 2007). A palavra peteca tem origem *Tupi* e significa golpear com a mão e hoje é um dos brinquedos mais populares na cultura infantil brasileira. Com esse brinquedo é possível brincar sozinho, tentando não deixar a peteca cair ou em duas equipes, com uma rede no meio da quadra. Os índios *Kayapos*, jogam a peteca da seguinte forma: Ao se colocarem frente a frente com os demais guerreiros, num espaço em formato de círculo, os índios petequeiros tabelam o objeto no centro da arena dos Jogos Verdes. O índio que deixar o equipamento cair no chão é submetido a uma penalidade aplicada tanto pelas guerreiras que estão assistindo ao jogo, quanto pelos demais índios. Em nossas aulas, alteramos esse jogo tradicional indígena para o jogo de peteca com rede móvel, isto é, dois alunos seguram a rede e podem locomover-se para dificultar o jogo. Essa perspectiva permite uma descontração dos estudantes e um diálogo com a cultura indígena nas aulas de Educação Física. Eles participam da elaboração das regras do jogo, da criação do brinquedo, do estudo sobre os Jogos Indígenas Brasileiros Tradicionais e participam nas decisões de reelaboração dos jogos indígenas para as aulas de Educação Física. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O professor de Educação Física da escola pública encontra-se desmotivado para criar aulas inovadoras e diferentes em seu cotidiano escolar, mas as crianças estudantes estão sempre abertas as novas possibilidades de aulas diferentes, divertidas, lúdicas e que valorize a nossa própria cultura, nossas raízes. Assim, nota-se que abordar os jogos indígenas brasileiros nas aulas de Educação Física é um caminho para despertar nos estudantes o interesse na cultura indígena, em novas formas de jogar (novas – uma vez que somos influenciados por outras culturas mais do que nossa própria raiz indígena), novas formas de interação entre os estudantes. É também um outro uso para as “quadras esportivas” que predomina a arquitetura das escolas brasileiras, como se o Esporte fosse mais importante que outras formas de movimento. Nesse caminho, tal metodologia de ensino, a partir da (re)criação de brinquedos e jogos indígenas podem ser possibilidades do Professor de Educação Física superar problemas na organização do trabalho pedagógico e de tornar acessíveis outros conteúdos de ensino para todos os estudantes, para além da cultura esportiva europeia.

Palavra-chave: Movimento. Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joelma C. P. Monteiro. A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas na educação física. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., [E] II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Recife. **Anais...** Recife: CBCE, 2007. Cd-rom

GRANDO, Beleni Salete (Org.). **Jogos e culturas indígenas:** possibilidades para educação intercultural na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

_____. Jogos/Brincadeiras indígenas: a memória lúdica de adultos e idosos de dezoito grupos étnicos. In: GRANDO, Beleni Salete (Org.). **Jogos e culturas indígenas:** possibilidades para educação intercultural na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

_____. **O eu e o outro na escola:** contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Renata. **Giramundo e outros brinquedos e brincadeiras dos meninos do Brasil.** São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MENDES, Maria Isabel; NÓBREGA, Terezinha Petrócia da. Cultura de movimento: reflexões a partir da relação entre corpo, natureza e cultura. **Revista Pensar a Prática.** v. 12, n. 2, p. 1-10, 2009.

TASSINARI, Antonella. Prefácio. In: GRANDO, B. S. (Org.). **Jogos e culturas indígenas:** possibilidades para educação intercultural na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

LUTAS, CULTURA E ÉTICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTORES:

Everton Tafarel Costa de Oliveira
Moaldecir Freire Domingos Junior

INTRODUÇÃO: O presente trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual Belmira Lara, situada no Centro da cidade de São José do Campestre/RN. O tema foi escolhido com o intuito de explorar o conteúdo de lutas, suas relações culturais e éticas, visto que elas possuem uma rica história cultural e aspectos disciplinares e éticos, que fazem com que a exploração deste conteúdo na escola faça os alunos refletirem sobre tais práticas, realizarem as atividades proporcionadas pelos professores, criarem e adaptem atividades a partir do conhecimento adquirido e exercitem sua capacidade crítica, através dos muitos debates que este assunto nos proporciona. Com o objetivo de fazer todos os envolvidos no âmbito da Educação Física e os alunos refletirem sobre a aplicabilidade do conteúdo lutas no Ensino Fundamental, este tema é importante para mostrar que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas, como falta de espaço e falta de material, é possível realizar atividades de lutas, relacionar com a cultura, a ética e a disciplina provenientes de cada local de origem das lutas e dos jogos de lutas, podendo criar e adaptar cada atividade às possibilidades da escola e às particularidades de cada estudante. A abordagem deste tema também foi importante para tentar diminuir todo o preconceito que alguns possuem quando se fala em lutas, preconceito este muitas vezes justificado por atitudes violentas através das brigas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência pedagógica reflexivo crítico. Para tanto, foram ministradas quatro aulas com o tema “Lutas, Cultura e Ética” para uma turma de 19 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental. Para que fosse possível aplicar um plano de ensino (4 aulas) coerente com a realidade e particularidade dos alunos, o planejamento começou a ser montado desde o primeiro contato com a turma, através de observações e participações nas aulas. A metodologia utilizada na aplicação dos planos de aula buscou seguir uma sequência lógica. A primeira aula foi totalmente teórica e iniciou-se com um diagnóstico sobre o que os alunos conheciam, gerando um debate inicial. Depois foram expostos aspectos referentes às lutas. A segunda aula teve um aspecto prático na maioria do tempo, através da realização de três jogos de lutas. No fim da aula houve uma exposição oral sobre a cultura e ética e um novo debate foi gerado. Na terceira aula o aspecto prático também foi trabalhado na maioria do tempo, com mais três jogos de lutas. Dessa vez, o aspecto cultural local fez-se mais presente, pois foram trabalhados jogos de capoeira e jogos de lutas indígenas. Na última aula foi feito um questionário com algumas perguntas relacionadas ao que foi exposto em sala de aula e ao que foi praticado. O presente trabalho foi pensado de acordo com a ideia de Professor Reflexivo, de Schon. Sobre esta perspectiva do professor reflexivo, Schon afirma que a reflexão se revela a partir de situações inesperadas produzidas pela ação e nem sempre o conhecimento na ação é suficiente. São três tipos distintos de reflexão: a reflexão sobre a ação, a reflexão na ação e a reflexão sobre a reflexão na ação. A reflexão sobre a ação consiste em pensarmos retrospectivamente sobre o que fizemos, almejando descobrir como nosso ato de conhecer-na-ação pode ter contribuído para um resultado inesperado. A reflexão-na-ação consiste em refletirmos no meio da ação, sem interrompê-la (SCHON *apud* DARIDO, RANGEL, 2014). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A prática das lutas nas aulas de Educação Física no âmbito escolar possui uma grande importância, visto que este conteúdo é um dos campos de trabalho da Educação Física, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Rufino (2014, p. 31) diz sobre a definição de lutas: “Ora, vemos esse termo sendo utilizado em diversos contextos, seja na luta pela sobrevivência, por um amor, pela terra, entre classes sociais [...]”. Rufino (2014, p. 31)

também afirma que: “Além do enfrentamento físico direto e das regras, podemos definir as lutas como práticas corporais com importância histórica e social [...]”. As lutas e artes marciais estão presentes em vários campos da vida do homem e vivenciá-las dentro da escola é muito importante, visto que este é um dos conteúdos da Educação Física. O motivo citado é só dos vários fatores preponderantes para que o professor desta disciplina possa abordar o este tipo de conteúdo. Concordo com Darido e Rangel (2014, p. 247), quando estas dizem que: “Além de ser um conteúdo importante a ser oportunizado a todos os alunos, as lutas podem servir de ponto de partida para muitos debates sociais.” Dentre os aspectos que podem gerar estes debates estão a questão da violência, o preconceito em relação às lutas, sua origem e cultura, a ética e a disciplina e o aspecto principal deste debate, o ensino das lutas na escola. Outro fator importantíssimo para se ensinar sobre lutas no contexto escolar é todo o aspecto histórico e cultural originário das lutas. Brasil (2013) define cultura como “prática social, ou seja, como algo que, em vez de apresentar significados intrínsecos, como ocorre, por exemplo, com as manifestações artísticas, a cultura expressa significados atribuídos a partir da linguagem.” Cultura tem a ver com o conhecimento, a arte, as crenças, a moral e todos os hábitos e aptidões adquiridos por um povo, dentro da sociedade em que está inserido. Conhecer como e onde surgiu determinada modalidade, a cultura, a filosofia, os costumes e as crenças daquele povo é importante para o desenvolvimento intelectual do aluno. Além disso, a Educação Física é uma cultura corporal de movimento. Os diversos aspectos da vida possuem códigos éticos e com as lutas não é diferente. As várias modalidades existentes possuem códigos de conduta com o que pode e o que não pode ser executado. O judô, por exemplo, tem como característica técnicas de quedas, imobilizações e submissões. Logo, socos, chutes, cotoveladas e joelhadas não podem ser utilizados, assim como no boxe não se pode agarrar e usar técnicas de queda e caso o oponente seja derrubado por um soco, não pode ser atacado enquanto estiver no chão ou quando levantar e o árbitro não der a autorização. A ética nas lutas é muito importante para que os limites não sejam ultrapassados, para que as regras e a disciplina inerentes às lutas sejam respeitadas. É de suma importância que os alunos vivenciem as lutas não só na teoria, como também na prática, pois este é dos conteúdos da Educação Física escolar, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Este trabalho possuiu o objetivo de fazer com que todos os envolvidos no âmbito da Educação Física escolar refletissem sobre a aplicabilidade de aula de lutas no Ensino Fundamental. As dificuldades existem, com certeza, mas existem inúmeros relatos de estudiosos que dão conta de que é possível aplicar aulas sobre o tema “Lutas” na escola. O objetivo deste trabalho foi alcançado a partir do momento em que foi possível uma aula para a turma do 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Belmira e contou com a participação unânime da turma. A utilização dos jogos de lutas criou uma melhor dinâmica, tornando a realização das atividades mais divertidas através do lúdico e fazendo com que até os estudantes que não se achavam capazes de participar percebessem que possuíam tal capacidade. O mais importante dentro deste trabalho era fazer com que todos pudessem refletir sobre a aplicabilidade de uma aula sobre o tema principal citado mais cima, mais especificamente no Ensino Fundamental e este objetivo foi alcançado, pois os alunos vivenciaram uma aula de Lutas, o professor de educação física presenciou a possibilidade de mesmo com pouco recurso e espaço as aulas foram aplicadas sem nenhum problema e através deste trabalho é possível mostrar às pessoas (pais e comunidade) que as lutas não estimulam a agressividade, nem a violência, mas são práticas corporais de primordial importância para a vivência dos estudantes e devem ser experimentadas por todos. **CONCLUSÃO:** A aplicação das aulas sobre “Lutas, Cultura e Ética”, realizada na Escola Estadual Belmira Lara foi muito proveitosa e superou as expectativas dos autores em relação ao aprendizado através da realização da prática docente. A experiência no ambiente escolar foi muito rica, pois nesse período, pudemos conviver com os professores, funcionários e alunos e vimos que cada um

tem a contribuir positivamente na docência de todos os profissionais e futuros profissionais em Educação Física escolar. Finalizando, gostaríamos de enfatizar o quão importante é a prática docente para a formação do aluno do curso de licenciatura em Educação Física e futuro professor. A docência na disciplina fará com que aprendamos a lidar com situações em sala de aula, fará com que saibamos qual objetivo, conteúdo e método é melhor para determinada turma, através da identificação das experiências e limitações de cada um.

Palavras-chave: Lutas. Cultura. Ética. Educação Física Escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 11. ed. Brasília: MEC, 2015.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto. Lutas. In: GONZÁLEZ, F.J; OLIVEIRA, A.A.B. de; DARIDO, S.C. **Práticas corporais e a organização do conhecimento:** lutas, capoeira e práticas corporais de aventura. Maringá: Eduem, 2014.

OSTEOPOROSE E TREINAMENTO DE FORÇA EM MULHERES MENOPAUSADAS

AUTORES:

Debora Lurdes Coutinho Toscano Azevedo

Kezianne Roseno de Castro

Larissa Kelly da Silva Magalhães

INTRODUÇÃO: A osteoporose é a doença óssea que ocorre com maior frequência, sendo considerada um grave problema de saúde pública em todo o mundo (COSTA-PAIVA et al.,2003). Ela é caracterizada como uma desordem metabólica esquelética, na qual existe uma perda da densidade mineral óssea (DMO) normal, aumentando a fragilidade (YAZBEK; MARQUES, 2008). A osteoporose ocorre principalmente em mulheres após a menopausa e em idosos, e, sua maior complicação consiste em fraturas que ocorrem principalmente nas vértebras, punho e colo do fêmur. Segundo Russo (2001), a osteoporose é diagnosticada em pós-menopausa quando a perda de DMO atinge os 25% da massa óssea total. Essa patologia se dá em resposta a um desequilíbrio entre a atividade das células do tecido ósseo que é responsável pela formação e reabsorção óssea, os osteoblastos e osteoclastos. O tratamento e/ou prevenção da osteoporose pode ser feito através de uma dieta equilibrada, medicamentos, mudanças de hábitos, e principalmente através de atividades físicas como o treinamento de força, que se mostra altamente eficaz (BOTELL, 2001). Sendo assim, objetivo desse trabalho é verificar como o treinamento de força é capaz de influenciar positivamente na densidade mineral óssea em mulheres pós-menopáusicas. **METODOLOGIA:** Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura, no qual se realizou uma consulta a periódicos e artigos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo e PubMed, a partir das fontes Medline e Lilacs. A pesquisa dos artigos foi realizada em setembro de 2016, para qual foram selecionados 10 artigos, publicados entre os anos de 1988 e 2014. Utilizou-se como estratégia para a busca dos artigos as seguintes palavras chaves: densidade mineral óssea; treinamento de força; menopausa; osteoporose. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O efeito do exercício físico na melhoria da DMO pode ser explicado pela lei de Wolff (1892), a qual demonstra que o osso se forma e se remodela de acordo com as cargas mecânicas que lhe são aplicadas, demonstrando relação entre o nível de atividade física e o volume de massa óssea. Qualquer carga mecânica sobre a estrutura óssea, seja de atividade diária ou de exercício físico, leva ao incremento da massa óssea mantendo-a em bom nível, permitindo que esta suporte determinada carga funcional (DINIZ, 2014).O exercício tensional aumenta a secreção de calcitonina, hormônio inibidor da atividade osteoclástica, agindo sobre os osteoclastos, que por sua vez são responsáveis por aumentar o cálcio sérico retirando-o por meio de corrosão dos ossos (CANALI, 2001). Assim sendo, após mais ou menos um ano de treinamento, espera-se encontrar ossos com maior DMO o que pode ser explicado pela lei de Wolff sobre como o osso responde à presença de tensão e também pelo aumento da calcitonina e da ação dos osteoblastos (células depositadoras de cálcio). Após a menopausa, a mulher sofre uma grande diminuição na sua produção de estrogênio o que estimula a síntese e a mineralização da matriz óssea. Esse hormônio tem como função ativar os osteoblastos, células responsáveis pela deposição de cálcio no osso (COSTA-PAIVA et al.,2003). O treinamento aumenta os níveis de calcitonina, consequentemente diminuindo o cálcio sérico e, aumentando a DMO (OLIVEIRA et al., 2012). Sendo assim, recomenda-se a prática de exercícios físicos à mulheres nessa fase da vida, bem como um adequado acompanhamento nutricional, objetivando uma alimentação balanceada mais rica em cálcio. Apenas a ingestão de cálcio ou a reposição hormonal não melhoram a DMO, pois eles serão eliminados do organismo, portanto, é necessário aliá-los ao exercício regular para que exerçam a sua função primordial.

Segundo Sanborn et al. (2002), no período de pós-menopausa, as mulheres devem realizar treino de força de elevada intensidade para preservar a densidade mineral óssea, aumentar a força e a estabilidade muscular. Num estudo realizado em um grupo de mulheres com idades entre 35 e 45 anos, foi observado que o treinamento com pesos durante 2 a 5 anos era suficiente para aumentar os níveis da densidade mineral óssea da zona lombar e do fêmur proximal (NUNES,2012). Ao examinar o impacto de exercícios de alta intensidade como caminhada, jogging e subir escadas, em mulheres pós- menopausa entre 55 e 70 anos de idade, por 9 meses, Dalsky et al. (1988), constatou aumento significativo de 5,2% na DMO do grupo experimental comparado ao grupo controle, que diminuiu a DMO em 1,4% em relação ao valor inicial. O mesmo estudo revelou que o aumento da intensidade nos exercícios aeróbios, não tem relação com os níveis de DMO. **CONCLUSÃO:** O treinamento de força regular pode aumentar a força muscular, diminuindo o risco de quedas, principalmente em mulheres com menopausa, além de proporcionar um ótimo estímulo para o desenvolvimento da massa óssea, o que influencia diretamente o tratamento de osteoporoses. Desta forma, o treinamento de força de alta intensidade, por se tratar de uma atividade que estimula, além de músculos, a calcificação e fortalecimento dos ossos e conseqüentemente um aumento da densidade óssea, se mostra indispensável no combate à doenças musculoesqueléticas, desenvolvendo coordenação, força e resistência, e promovendo assim, saúde e bem-estar não só a mulheres pós-menopáusicas, mas a todos os seus praticantes de modo geral.

Palavras-chave: Osteoporose. Educação Física.

REFERÊNCIAS

- BOTELL LUGONES, Miguel. Osteoporosis en la menopausia: Prevención y estrategias terapéuticas actuales. **Revista Cubana de Obstetricia y Ginecología**, v. 27, n. 3, p. 199-204, 2001.
- CANALI, Enrico Streliaev; KRUEL, Luiz Fernando M. Respostas hormonais ao exercício. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 15, n. 2, p. 141-53, 2001.
- COSTA-PAIVA, Lúcia et al. Prevalência de osteoporose em mulheres na pós-menopausa e associação com fatores clínicos e reprodutivos. **RBGO**, v. 25, n. 7, p. 507-12, 2003.
- DALSKY, G.P; K.S. et al. Weight-bearing exercise training and lumbar BMC in postmenopausal women. **Ann. Intern. Med**, v. 108, p. 824-828.
- DINIZ, Júlia S. et al. Propriedades mecânicas do tecido ósseo: uma revisão bibliográfica. **Encontro Latino Americano de Iniciação Científica**, v. 9, 2014.
- NUNES, Joie de Figueiredo; FERNANDES, Jucílio de Albuquerque. Influência da Ginástica Localizada Sobre a Densidade óssea de Mulheres de Meia Idade. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 2, n. 3, p. 14-21, 2012.
- OLIVEIRA, Saulo Fernandes Melo; ALBUQUERQUE, Fabíola Lima; COSTA, Manoel Cunha. calcitonina plasmática e exercício físico: uma breve revisão. **Revista Movimenta**, v. 5, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/movimenta/article/viewFile/611/481>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

RUSSO, Luis Augusto T. Osteoporose pós-menopausa: opções terapêuticas. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 45, n. 4, p. 401-406, 2001.

SANBORN, Charlotte F; SIMMONDS, Maureen J. **Aging of joints and skeletal system: Influences of gender and physical activity.** 2002.

YAZBEK, Michel Alexandre; MARQUES João Francisco. Osteoporose e outras doenças osteometabólicas no idoso. **Einstein**, v. 6, n. 1 sup, p. 74-78, 2008.

PEDAGOGIA

A AGRESSIVIDADE NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORES:

Poliane Xavier Damasceno Barboza

Rafaela Patrícia Rodrigues da Silva Bezerra

INTRODUÇÃO: A agressividade é apontada como um comportamento emocional e faz parte da afetividade de todas as pessoas, é algo que se manifesta, nos primeiros anos de vida, a infância. Atualmente, crianças, cada vez menores, têm apresentado comportamentos quase que frequentemente conflituosos e agressivos. Autores como Machado e Gonçalves (2003 apud SANTOS E SILVA, 2014) dizem que, a criança, nos seus primeiros meses de vida, apresentam comportamentos agressivos como, por exemplo, a raiva, por meio de um choro forte. E aos três ou quatro anos de idade é comum apresentarem comportamentos agressivos como bater, morder, dar chutes para alcançarem determinados fins, como em disputas de objetos (brinquedos), ou para receberem atenção, se defender dos colegas. Essas são apenas algumas das formas encontradas, por muitas delas, para satisfazerem suas necessidades ou para que atendam suas vontades. **OBJETIVO:** Esta pesquisa tem como objetivo a investigação e discussão da agressividade nos anos iniciais da Educação Infantil. O interesse se deu devido as experiências e inquietações vividas em sala de aula, nos levou a estudar os motivos e causas de crianças tão pequenas serem agressivas. **METODOLOGIA:** Essa é uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo que se constituiu em levantamento bibliográfico, no intuito de investigar as causas da agressividade, nas crianças da educação infantil nos anos iniciais. Partindo de vivências e observações em sala de aula e por meios de pesquisas, buscamos entender tais causas que levam crianças tão pequenas em fase que são consideradas inocentes, a infância, demonstrarem comportamentos agressivos. Assim, usou-se como técnica de coleta de dados, uma observação participante, com crianças da Educação Infantil; níveis I e IV, que compreendem crianças entre 2 e 6 anos, de duas escolas – pública e privada – dos municípios de Natal/RN e Parnamirim/RN. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A falta de afetividade na infância pode acarretar a comportamentos violentos; o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, afetivo, social e da personalidade das crianças depende dos laços familiares que ela possui e dos espaços em que ela frequenta, como a escola, espaço socializador fora do círculo familiar. “Wallon e Vygotsky enfatizam a íntima relação entre afeto e cognição, tendo suas ideias relacionadas no que dizem respeito ao papel das emoções na formação do caráter e da personalidade.” (AMORIM, NAVARRO. 2012). Crianças que vem de famílias desestruturadas, com histórico de violência familiar, tendem a reproduzir o que vivencia. A falta de afetividade tanto na família quanto na escola geram comportamentos agressivos. “Por trás de um aluno rebelde e agressivo, que tem dificuldades para participar do processo de ensino aprendizagem há, na maioria dos casos, uma família desestruturada ou despreocupada com a sua educação, afinal, o afeto é a base para que uma criança desenvolva sentimentos como o amor, a compreensão e a solidariedade, que são essenciais para uma boa convivência no grupo.” (REGINATTO, 2013). Pais intolerantes, frustrações, ou sentimento de perda, causa nas crianças certo estresse emocional, levando-as a desenvolverem comportamentos agressivos com os demais para assim aliviar suas dores ou frustrações. Sobre esta questão Lopes (2012), afirma que “a ausência de limites, a tolerância excessiva dos pais, a falta de tolerância perante frustrações, violência física ou emocional, ausência de carinho são fatores que provocam comportamentos agressivos”. (LOPES, 2012. apud. STRADA. GONÇALVES, 2013). Nos casos relatados a seguir, vivenciados por alguns de nós, traz duas crianças distintas, uma de classe média de uma escola privada de Natal e a outra de classe baixa, de uma escola da rede pública da cidade de Parnamirim. As atitudes consideradas agressivas dessas crianças estão intimamente relacionadas à perda de um ente querido e a

histórico de violência familiar. O caso que consideraremos I traz uma menina de dois anos de idade, de nível I, de uma instituição privada, de Natal. A princípio foi percebido pelos seus pares, professoras e auxiliares de sala, constantes agressões praticada pela criança em seus colegas. Como beliscões, puxões de cabelos e mordidas frequentes, aparentemente sem motivo algum, essas agressões são consideradas comuns nessa faixa etária. Seguindo a linha da teoria piagetiana, essa criança estaria na fase de desenvolvimento conhecida como sensório-motor, que corresponde ao período de 0 a 2 anos. Nesta fase a criança explora o mundo através dos sentidos; ao sentir dificuldade em expressar seus sentimentos e frustrações, faz por meio da agressividade uma forma de linguagem/expressão. Ao buscar entender essas atitudes, as professoras procuraram conhecer rotina e vivência familiar fora da escola. Foi constatado pelos os pais da mesma, que recentemente teriam perdido um parente muito próximo. Ficou compreendido assim, que ela estaria tentando expressar sua dor ou mesmo a de seus pais, as crianças são como esponjas, absorvem tudo ao seu redor. O caso que trataremos aqui como II traz um aluno de seis anos de idade, de nível IV, da rede municipal de ensino de Parnamirim. Nesse caso, foi observado que este aluno apresenta comportamentos agressivos, como bater, dar chutes, morder e cuspir os demais em sala, quando repreendido pela professora, destrói seu material e dos colegas. Foi constatado também que ele está sempre à procura de atenção. Para Lisboa (2006), esta “atitude agressiva é vista como uma maneira que a criança encontra de demonstrar os maus tratos, os exemplos e inseguranças vivenciadas em sua casa. Luz (2008) concorda com Lisboa, e ainda ressalta a questão dessa manifestação como forma de demonstrar a sensação de abandono vivenciada pela criança.” (LISBOA, 2006. LUZ, 2008 Apud. STRADA. GONÇALVES, 2013). Ao investigar a vida dessa criança fora da escola, foi descoberto que se tratava de um caso de maus tratos familiar. Filho de pais separados, mãe usuária de drogas, o abandonou, passando a morar com uma tia e primos, local esse que promovia diversas violências domésticas. Sendo posteriormente levado para um abrigo. “Winncott (1994) relata que esta manifestação de agressividade é uma forma de comunicação da realidade interior dessas crianças, que agem desse modo na tentativa de buscar um controle externo, e assim suprir o sentimento de segurança que lhe faltou, isto é, uma forma de se auto defender.” (WINNCOTT, 1994 Apud. STRADA. GONÇALVES, 2013). Esse caso, nos leva a uma análise profunda, a criança que tenta suprir de todas as formas o que lhe foi negado em âmbito familiar. E a forma encontrada para chamar atenção para si, foi através da violência. **CONCLUSÃO:** É cada vez mais comum encontrarmos casos de crianças abandonadas emocionalmente pelos pais, que não se preocupam com o bem-estar de seus filhos e não incentivam o seu desenvolvimento, crianças que sofrem violência, que passam momentos de frustração ou por perda de ente queridos. Temos que ter consciência de nosso dever ético e social, está nas mãos do professor o poder de educar e preparar a criança para a sociedade, sem deixar de lado, o amor, a empatia, a afetividade, peças fundamentais nesse processo de construção de identidade das crianças.

Palavra-chave: Agressividade. Educação Infantil. Criança.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Márcia Camila Souza de; NAVARRO. Elaine Cristina. **Afetividade na Educação Infantil**. Disponível em:
<http://www.univar.edu.br/revista/downloads/afetividade_educacao_infantil.pdf>.
Acesso em: 18 set. 2016.

GONÇALVES, Gilvan Mihomem Santos; STRADA. Noeli Teresinha. Agressividade na educação infantil. **Diálogos educacional**, Campo Grande, MS, v. 4, n. 2, p.107-122, dez. 2013 – ISSN: 2179-9989. Disponível em: <<http://dialogoseducacionais.semed.capital.ms.gov.br/index.php/dialogos/article/download/92/149>>. Acesso em: 03 set. 2016.

REGINATTO, Raquel. A importância da afetividade no desenvolvimento e aprendizagem. **REI – Revista de Educação Ideau**, v. 8, n. 18, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/11_1.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

SANTOS. Marcos Pereira dos; SILVA. Henrique Franco da. **Escolas em alerta**: uma análise crítico-reflexiva sobre a violência e suas consequências na escola pública. Disponível em: <http://docplayer.com.br/storage/36/17560155/1474777333/kK1_grXGiy1XbrmnOpqU-w/17560155.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

A GESTÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA NO AMBIENTE ESCOLAR

AUTORES:

Andreia dos Santos Bento
Evaldo Luzivan Dantas de Medeiros
Joseane Maria Araújo de Medeiros
Wagner Duarte Dias de Araújo

INTRODUÇÃO: O papel do gestor no processo de consolidação de posturas democráticas nem sempre estão presente no âmbito escolar. Esta afirmativa resume a expressão dos professores investigados pelos discentes do curso de Pedagogia/UNIFACEX ao se depararem com a realidade da escola pública no momento do estágio obrigatório. A discussão sobre essa questão tem como objetivo provocar a reflexão em relação ao papel do gestor e o significado da palavra democracia. O estudo recorta parte dos resultados obtidos na experiência prática em escolas públicas, tendo como referência os gestores (direção e coordenação).

METODOLOGIA: No estudo utilizamos os pressupostos básicos da pesquisa qualitativa, ancorados em Bogdan e Biklen (1994), Richardson (1999), Lessard-Hebert (1990). Estiveram envolvidos dezoito discentes em formação, colaborando com a aquisição dos dados de quatorze escolas, sendo destas apenas uma da rede privada. A princípio eles foram a campo para conhecer o papel do gestor no ambiente escolar na perspectiva democrática. Quanto aos gestores pudemos contar com a colaboração de quatorze diretores e doze coordenadores. O instrumento de coleta de dados aplicado foi à entrevista com os coordenadores e o questionário com os diretores; além da observação realizada na escola no período de quatro semanas. A análise do conteúdo de Bardin atende as necessidades de reflexão sobre as palavras ditas e escritas, quantificadas, associadas e refletidas em seu significado. Na ocasião não trataremos de todos os aspectos, mas discutiremos as ações observadas e expressões colocadas pelos próprios discentes durante o processo de investigação e os encontros de discussão. Sendo assim, teremos um recorte do estudo, considerando que a outra etapa ainda se encontra em análise.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Pensar a gestão como fundamental é reconhecê-la indispensável no ambiente escolar, principalmente se temos a consciência da necessidade de se exercer uma postura democrática que permita o envolvimento de todos os segmentos da escola e que entenda o seu papel na formação do aluno. Para essa discussão temos nos alicerçado nos estudos em Saviani (2008); Lück (2011); Dourado (2007); Gracinho (2007); Ferreira (2004), representando o grupo de pesquisadores sobre esse assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Na análise das observações realizadas pelos discentes, chamou atenção o reflexo da postura dos gestores na conduta dos professores no ambiente escolar. Em todos os espaços que foram desenvolvidos o estudo a defesa pela gestão democrática esteve presente. A esse tocante notou-se fragilidade, considerando que nem todas as escolas se estabelecia uma relação de oportunidades de participação democrática dos professores, pois as determinações não resultavam, em sua maioria, de decisões em grupo. Segundo Saviani (1996, p.120) a “gestão da educação significa ser responsável por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global”, ou seja, agir em prol do desenvolvimento do coletivo. No âmbito apenas de quatro escolas se percebeu um maior envolvimento dos professores, o coordenador motivando e a direção apoiando. Essas escolas, que representam o mínimo, tinham assegurados em sua gestão a efetiva participação do colegiado, em especial o Conselho Escolar. O projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar traz a essência do compromisso daqueles que fazem a escola, pois tem nela a expectativa de oferecer e fazer acontecer um ensino de qualidade para todos. Nessa perspectiva ser um gestor democrático significa tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, no

contexto da complexa cultura globalizada (FERREIRA, 2004, p. 124); assim como, se materializam as “possibilidades de construção de uma nova cultura escolar”, conforme defende Dourado (2007, p.925). Destacamos que das quatorze escolas, oito justificaram que o projeto político pedagógico se encontrava em revisão e o documento anterior não foi permitido o acesso aos discentes. Quando há a concretização dos fundamentos democráticos esse documento é a base essencial para nortear todos: os gestores, os professores e demais funcionários que estão na escola. Ele estando em revisão ou não em uma escola que defenda a gestão democrática deve ser acessível e refletir o dia-a-dia da escola. **CONCLUSÃO:** Durante o período de observação o papel dos gestores apresentou-se confuso em algumas escolas, considerando que havia uns diretores totalmente distantes à questão pedagógica da escola e ausentes de suas funções para gerenciar uma escola que tem como compromisso o processo ensino-aprendizagem. Nesta realidade, também percebemos que a postura alheia do gestor refletia na desmotivação dos professores. Em alguns casos, a escola podia contar com a atuação de um coordenador que conseguia lidar com os desafios da função e movimentar a escola e seus professores em favor do processo ensino-aprendizagem, fazendo também o papel do diretor. O trabalho é para ser coletivo e os gestores (diretor e coordenador) devem ter o mesmo propósito, exercendo cada um a sua função. Do contrário, deparamos na escola com um gestor que possui uma postura centralizadora e fragmentada. Segundo Lück (2011, p.26) a gestão educacional “objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais”. Portanto, o estudo possibilitou um olhar mais aprofundado sobre a importância de um gestor comprometido com as ações pedagógicas da escola e adepto a conduta democrática, envolvendo toda a comunidade em prol de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Gestão. Democracia. Escola

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100. p.921-946, 2007.
- FERREIRA, N. S. C. (org). **A gestão da educação na sociedade mundializada.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- GRACINDO, Regina Vinhaes. **O estado da arte em política e administração da educação no Brasil:** 1991-1997. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- LESSARD-HEBERT, Michelle et al. **Investigação qualitativa:** fundamentos e práticas. Lisboa: Piaget Editorial, 1990.
- LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista Educação – PUC**, Campinas, SP. n.24. p.7-16, 2008.

DISCRIMINAÇÃO CONTRA NEGROS: CONSTRUINDO UM OLHAR DE IGUALDADE E ACEITAÇÃO ÉTNICA CULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

AUTORES:

Adriana Conceição Silva
Anna Cláudia Chagas de Araújo
Elaine Andrade Oliveira
Maria Evanilda Medeiros de Macedo Silveira
Michelli Patrícia Morais de Lira Silva
Rita de Cássia Angelo da Silva

INTRODUÇÃO: O presente trabalho trata de um estudo acerca do preconceito aos negros. O objetivo motivador para a construção deste estudo foi refletir sobre a significação sócio histórica do preconceito racial e suas consequências cruéis no ambiente escolar. De acordo com Lopes apud “Sant’Ana (2005) o racismo expressa um fenômeno ideológico que se materializa através das discriminações, encontradas nas diferentes organizações sociais, inclusive nas instituições escolares, presente entre estudantes, professores, direção da instituição e livros didáticos. Desse modo, a escola não pode isentar-se de trabalhar as questões raciais, visto que, cabe a ela formar cidadãos antirracistas. Nessa direção, temos a proposta de demonstrar alguns conteúdos e atividades de sala de aula que possam contribuir fortemente para a subtração do preconceito racial na escola. Para termos maior compreensão dos fundamentos principais deste trabalho, faz-se necessário entender as relações e distinções entre etnia, preconceito e discriminação: O conceito de etnia deriva do grego *ethnos*, cujo significado é povo. A etnia representa a consciência de um grupo de pessoas que se diferencia dos outros. Esta diferenciação ocorre em função de aspectos culturais, históricos, linguísticos, raciais, artísticos e religiosos. Preconceito é um juízo pré-concebido, que se manifesta numa atitude discriminatória, perante pessoas, crenças, sentimentos e tendências de comportamento. É uma ideia formada antecipadamente e que não tem fundamento sério.

METODOLOGIA: O tipo de estudo utilizado foi a pesquisa descritiva, com o método dedutivo, utilizando como técnica de coleta: rodas de conversas, pesquisa bibliográfica, músicas; Olhos coloridos (Sandra de Sá); Quem planta preconceito (Natiruts); Racismo e burrice (Gabriel o pensador); Todo camburão tem um pouco de navio negreiro (O Rappa), criação de histórias de quadrinhos e filmes de cunho sociodrama.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: No auge do século XXI, presenciamos ainda com forte influência, o preconceito racial. Esse preconceito se propaga de diversas formas: Através das nuances de cor explícita pela própria pessoa negra que não admite sua cor, recorrendo, portanto, a eufemismos, como na expressão “não sou negro, sou moreno claro”. Podemos dizer que o preconceito arraigado no sujeito por vezes se manifesta por ele não ter conhecimentos sobre as origens étnicas, de gênero, de miscigenação e multicultural do negro na história da humanidade. Segundo Gomes, “O racismo é desinformação sobre a ascendência africana no Brasil, constitui obstáculos à formação de uma consciência coletiva que tenha como eixo de ação política a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”. É por isso que compete à escola substancialmente o dever de traçar um diálogo consistente sobre as diferenças, abordar fundamentos históricos e culturais que proporcionem amplo conhecimento acerca da sociedade complexa a qual estamos imersos. Ainda de acordo com a autora Gomes, “A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as”. A origem do preconceito racial se caracterizava pela organização da sociedade, o negro era considerado um ser diminuído, sem prestígio e igualdade aos brancos, e como símbolo da escravatura, a inferioridade dos negros devia também a sua significação restrita ao trabalho servil, visto

apenas como instrumento de subserviência aos brancos que possuíam grandes riquezas, dono dos escravos. De acordo com Nascimento, o racismo[...] “é o ato de colocar uma pessoa em situação de inferioridade, subjugada por causa da sua cor de pele ou etnia, em detrimento de outra que, por causa de sua situação racial, se autodenomina “raça superior”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Nessa direção, a escola tem a função de falar sobre o multiculturalismo, sobre a história geral do Brasil, falar também da inconfidência mineira, da lei áurea, das leis gerais da nossa constituição Federal de 1988 que coíbem com preconceito contra a raça negra ou qualquer outra raça. É importante que o professor seja bem crítico ao tratar desses conhecimentos, fazendo com que os alunos se questionem sobre seus próprios comportamentos preconceituosos e suas terríveis consequências para a vida de quem sofre discriminação racial. No trecho da música Olhos Coloridos (Sandra de Sá): “Meu cabelo enrolado, todos querem imitar. Eles estão baratinado, Também querem enrolar... Você ri da minha roupa, você ri do meu cabelo, você ri da minha pele, você ri do meu sorriso”... Podemos perceber através dessa música, que o negro há todo momento, é motivo de chacota. Na música Preconceito é Burrice (Gabriel Pensador): “Racismo, preconceito e discriminação em geral, é uma burrice coletiva sem explicação, afinal, que justificativa você me dá, para um povo que precisa de união, mas demonstra claramente, infelizmente preconceitos mil”... A música de forma clara e objetiva, relata o que infelizmente, ainda é verdade, pois, não existe nenhuma justificativa que credencie a discriminação, seja ela qual for. Em, Quem planta preconceito (Natiruts): “Quem planta preconceito, racismo, indiferença, não pode reclamar da violência. Quem planta preconceito, racismo, indiferença, não pode reclamar da violência”... De maneira geral, estamos sempre pedindo paz, quando somos autores das indiferenças e o do preconceito, gerando assim a violência. Para Gomes (1996), “É preciso que as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas dentro da instituição escolar. O reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade. Sendo assim, ao discutimos as relações raciais e de gênero presente na vida de professores/professoras, alunos/alunas negros(as) e brancos(as) estamos rompendo com o discurso homogeneizante que paira sobre a escola e reconhecendo no outro na sua diferença”. Podemos notar nas palavras da autora o quanto é imprescindível a busca incessante da escola para a coibição do preconceito através do reconhecimento conciso e direto sobre as diferenças múltiplas no espaço escolar, e que por meio do reconhecimento a escola tenha a crucial competência de provocar o respeito mútuo de seus envolvidos. Para Lopes (2005), a escola deve estar comprometida com projetos que visem mudança nas atitudes dos alunos em relação ao combate do racismo. Assim, a escola ira “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça [...] e quaisquer outras formas de discriminação”.

CONCLUSÃO: O estudo sobre o preconceito à raça negra nos possibilitou a ampliação dos nossos conhecimentos históricos, sociais e culturais da raça em questão. Ademais, a construção do referido trabalho proporciona alta reflexão acerca da nossa ação enquanto educadores, podemos perceber, portanto, que nós temos o dever crucial de levar determinados conhecimentos étnico-culturais aos nossos alunos, compete-nos coibir qualquer ato de preconceito vivenciado em sala de aula, para que possamos desenvolver o respeito mútuo entre os seres e a criticidade.

Palavras-chave: Racismo. Conhecimento. Escola.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Marco; PEREIRA, Joacir. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. **Passaporte para a história.** São Paulo: Editora do Brasil, 2004.

NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus do. **Educação e preconceito racial no brasil:** discriminação no ambiente escolar. Disponível em:
<<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/educacao-e-preconceito-racial-no-brasil-discriminacao-no-ambiente-escolar.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS

AUTORES:

Adriana Conceição Silva
Denize Cristina Felix da Silva
Juliana Dias Costa Mendes

INTRODUÇÃO: O presente estudo tem a proposta de abordar o processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais. Parafraseando Magda Soares, refere-se à alfabetização o processo de aprendizagem do funcionamento da língua escrita, trata-se de saber codificar e decodificar a linguagem. Entretanto, quando se diz letrar é compreender os códigos da língua, não apenas decifrá-los, como também relacionar o que se ler e se escreve com os contextos variados do cotidiano. Como nos remete Soares (2000) “Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita”. O trabalho tem como objetivo de descrever o processo de alfabetização e letramento, na perspectiva do professor, bem como sua metodologia e dificuldades encontradas durante o processo. **METODOLOGIA:** O estudo realizado se caracteriza em uma pesquisa exploratório-descritiva, tendo sido usada como técnica de coleta uma pesquisa bibliográfica e um levantamento com 17 perguntas abertas, aplicada a um universo de 20 professores do qual foi retirada uma amostra de 10 professores, o que torna nossa pesquisa probabilística em seu método dedutivo, do geral para o particular. Os dados para a análise foram retirados de livros, artigos científicos, informações da internet. Possui uma natureza qualitativa com algumas observações quantitativas. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Para Lelis (2014, p.54) “Certamente, formas de regulação da profissão docente são necessárias. Mas eles devem respeitar a experiência do mestre e levar em consideração os processos dinâmicos e interativos da formação contínua, vividos em espaços concretos pelo coletivo que constitui esse grupo profissional”. Concordamos com a referida citação, sabendo que o ambiente escolar necessita de regras, mas sempre respeitando as experiências trazidas pelos profissionais. A coordenação pedagógica necessita ter harmonia com os educadores, seguindo uma linha considerando os aspectos pedagógicos e promovendo formação continuada para contribuir com uma educação de qualidade, focando justamente no processo de alfabetização nas séries iniciais. Dialogando com Ferreiro (2008) “As formas tradicionais de alfabetização inicial consistem num método no qual o professor transmite seus conhecimentos aos seus alunos. Porém, muitos desses professores não estão capacitados para compreender algumas dificuldades que a criança enfrenta antes de entender o verdadeiro sentido da leitura e escrita”. Destarte a referida citação, a autora mostra claramente a transmissão do conhecimento, porém, o aluno traz consigo conhecimentos prévios e experiências, afinal hoje os alunos têm acesso facilmente a um mundo diversificado. A metodologia do professor deve atender às necessidades das crianças, a falta de preparo do profissional é visível. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Para Alarcão (2011) “Reconhece-se ainda que o móbil da formação nos profissionais adultos advém do desejo de resolver os problemas que encontram na sua prática quotidiana”, e isso foi verificado na pesquisa através da pergunta: “Podemos dizer que existe um método eficaz de alfabetização?” cujas respostas remetem que a metodologia difere de acordo com a turma, a eficácia do método depende dos alunos, da classe social, da faixa etária, alguns dão certo, outros não. Notamos que 90% das professoras que participaram do levantamento possuem especialização e apenas 10% possuem mestrado, entretanto ainda desejam aumentar seus conhecimentos, sendo assim buscam fazer cursos para ampliar e aperfeiçoar seus métodos de ensino são professoras que já possuem um bom tempo de sala de aula, por isso acreditam que não existe um único método de ensino, que

é necessário conhecer cada criança para assim poder ensiná-las. Destacamos ainda no levantamento que cerca de 68,3% dos materiais mostrados às professoras em uma lista são utilizados frequentemente em sala de aula. Freire (2014, p.31) remete que “Para construir esse fazer o educador necessita de uma metodologia, de instrumentos metodológicos, que alicerçam esse processo de apropriação e autoria”. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em consonância com o que objetivamos, conseguimos descrever o processo de alfabetização e letramento, na perspectiva do professor, bem como metodologias utilizadas e dificuldades encontradas durante o processo. Espera-se que, como profissionais de educação, busquemos sempre refletir nossa prática pedagógica, respeitando os limites e inovando os métodos utilizados, tendo um olhar sensibilizado para as necessidades e dificuldades de cada aluno.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Educação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

DUARTE, K.; ROSSI, K.; RODRIGUES, F. O processo de alfabetização da criança segundo Emília Ferreiro. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia FAHU**, Garça, v.6, n. 11, jan.2008. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/a_processo_alfab_ferreiro.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

FEREIRA, A. B.H. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2000. Disponível em: <http://dicionariodoaurélio.com/alfabetização>>. Acesso em: 26 set. 2016.

FREIRE, Madalena. **Educador, educa a dor**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SOARES, Magda. Letrar é mais que alfabetizar. **Jornal do Brasil**, 26 nov.2000. Disponível em: <http://intervox.hce.ufrj.br/%7Eedpaes/magda.htm>>. Acesso em: 10 set. 2016.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor**. 6. ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2014.

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO CONSCIENTE PARA O MEIO AMBIENTE

AUTORES:

Adriana Conceição Silva

Ana Nery Alves

Josélia Cardoso da Silva Gama

Renata Rodrigues de Freitas

INTRODUÇÃO: A implementação da Educação Ambiental, nas escolas brasileiras, é citada na Constituição Federal no artigo 225 do parágrafo VI e diz que “incumbe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente” (CF,1988). A forma como o lixo tem cada vez mais, se tornado um problema crescente, principalmente nos centros urbanos, acende um alerta sobre como a população pode ser prejudicada com a contaminação dos ambientes naturais, como os parques verdes, o acúmulo de lixo, nas ruas que entopem as bocas de lobos, levando assim a enchentes, e também a problemática dos lixões clandestinos onde são depositados vários componentes que poderão contaminar o lençol freático, como os rejeitos orgânicos, restos de materiais hospitalares juntamente com materiais que poderiam ser reciclados. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Temas Transversais – PCN’S -, “A aprendizagem de valores e atitudes é pouco explorada do ponto de vista pedagógico. Há estudos que apontam a importância da informação como um fator de formação e transformação de valores e atitudes. Conhecer os problemas ambientais e saber de suas consequências desastrosas para a vida humana é importante para promover uma atitude de cuidado e atenção a essas questões [...]” (PCN, p.33). Nesse sentido, o **OBJETIVO:** que nos levou a realizar essa pesquisa foi formar cidadãos conscientes sobre a crescente degradação ambiental, causada pelo excesso de lixo depositado em terrenos baldios e córregos. **METODOLOGIA:** A metodologia deste trabalho é do tipo descritiva, cuja técnica de pesquisa é o levantamento bibliográfico e documental, tendo como técnica de coleta de dados qualitativos um grupo focal que, segundo Kitzinger (2000), “é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços”. O público alvo foram os alunos do segundo ano do Ensino Fundamental I, de uma escola privada no Rio Grande do Norte, (RN), na capital Natal, no dia 14 de setembro de 2016, levando-os a perceber a importância de cada um na preservação ambiental. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída em 27 de abril de 1999 (Lei 9.795) no inciso III do artigo 5, afirma que um dos objetivos da Educação Ambiental é “estimular e fortalecer uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” (PNEA, 1999). O inciso I do artigo 27 da LDB 9394/96 cita que os conteúdos curriculares devem promover “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (LDB,1996), nesse caso o de cuidar do meio ambiente, preservando parques, praças, terrenos baldios e as ruas, sem o acúmulo de lixo. O artigo 32 da LDB 9394/96 fala sobre a formação básica do cidadão, explicitados nos parágrafos II, III e IV, que cita os objetivos do ensino fundamental que são: II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se

assenta a vida social (LDB, 1996). A Conferência de Tbilisi, (1977) já trazia a importância da discussão dos problemas ambientais em uma perspectiva mais ampla, no sentido de familiarizar o indivíduo no meio em que vive para que assim ele seja capaz de compreender a necessidade de preservar e cuidar do meio ambiente, e é definida como: [...] “uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques transdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (TBILISI, 1977). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Dentro da ideia que propusemos para identificarmos a compreensão das crianças em relação ao meio ambiente, percebemos que as crianças já possuíam conhecimentos satisfatórios a respeito dos assuntos propostos, como separar os materiais recicláveis, as cores correspondentes das lixeiras para cada tipo de material, o que é o Meio Ambiente e o que fazer para preservá-lo. Os alunos participaram ativamente das perguntas e demonstraram interesse com relação ao assunto. **CONCLUSÃO:** A Educação Ambiental é um dos temas de grande importância na formação da cidadania, por isso deve ser discutido nas escolas, em todos os níveis de ensino, para que sejam formados novos pensamentos de conscientização e sensibilização diante dos problemas existentes no Meio Ambiente. Assim, esses novos cidadãos poderão se tornar agentes multiplicadores na resolução desses problemas, modificando as ideias e atitudes das pessoas de sua convivência, como familiares e pessoas da comunidade em que vivem.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Conscientização. Sensibilização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigo 225, parágrafo VI.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: MEC, 1999.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas Transversais, Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1977, Tbilisi. Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/27425/conferencia-de-tbilisi-1977>>.

Acesso em: 13 set. 2016.

KITZINGER, J. **Grupos focais:** conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013>.

Acesso em: 13 set. 2016.

POSSO TE CONTAR UMA HISTÓRIA? BENEFÍCIOS DA LITERATURA PARA CRIANÇAS ESPECIAIS

AUTOR:

Ana Lúcia Lindemrg Ferreira Macedo

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é uma pesquisa descritiva exploratória, e estudo de caso, sobre a importância da literatura e contação de histórias no desenvolvimento educacional de crianças com necessidades especiais e sua possível formação como sujeito-leitor. É certo que o espaço escolar possui diversas limitações sociais, e através da contação de história e da literatura, procuramos analisar como esta atividade pode contribuir para o trabalho de socialização no âmbito escolar e quais os demais benefícios que a literatura pode proporcionar as mesmas. Embora o assunto apresente certa complexidade para alguns educadores e instituições de ensino, é fato que as crianças especiais vêm ganhando cada vez mais espaço nas escolas. “As pessoas que apresentam necessidades especiais [...] representam 10% da população brasileira e possuem, em sua grande maioria, uma vasta experiência de exclusão que se traduz em grandes limitações nas possibilidades de convívio social e usufruto dos equipamentos sociais [...] (RCNEI, VOL. 1, p.35). A proposta desenvolvida teve como objetivos potencializar nos alunos sua imaginação, atenção, memória e linguagem, assim como o gosto pela leitura, além de humanizar as relações e formar laços. **METODOLOGIA:** O estudo teve como local de exploração, uma escola privada da cidade de Natal-RN, sendo que na biblioteca foi o principal ambiente para as práticas e análises da contação de história. Escolheu-se esse espaço por ser mais favorável às práticas literárias, e por conter elementos que contribuem e agregam positivamente a imaginação da criança ouvinte, além do clima propício, pois como nos diz Ferreira (1993), um clima socioafetivo, tranquilo e livre de tensões é ideal para o aluno interagir melhor, e construir seu conhecimento. Tivemos como alvo, duas crianças gêmeas, e ambos com diagnósticos distintos, sendo um com Transtorno e Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e o outra com Transtorno do Espectro Autista. Possuem oito anos de idade e cursam o terceiro ano do ensino fundamental. Um dos principais desafios seria a falta de atenção que o aluno possui, pois uma das principais características do TDAH é a constante desatenção e impulsividade (PORTO, 2005). Como a pesquisa é exploratória descritiva, buscamos por meio de diversas práticas, explorar técnicas que fossem viabilizar a atenção das duas crianças. Diante do contexto em que cada história contada abordaria, foram utilizados como objeto de aplicação, livros de literatura (Contos e Fábulas), fantoches, dedoches, objetos metafóricos (Reciclados), bexigas, bonecos, avental cenário de histórias e revistas em quadrinhos. Foram selecionados dois dias da semana para a aplicação da contação de história, sendo 20 minutos dentro do cronograma de aulas. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O ato de contar história para crianças é uma atividade de grande importância para despertar o gosto pela leitura e por desenvolver a imaginação e compreensão de temas cotidianos vivenciados pela criança, dentro do seu espaço familiar e escolar. Contar história tem sido muitas vezes, negligenciado por educadores por desprezarem sua real contribuição na formação de um aluno leitor e consciente da sua formação enquanto aluno. Segundo Coelho (1997), a história quieta serena, prende a atenção, informa, socializa, educa. Essa resposta ao ato de ouvir história tem grande ligação ao trabalho de um educador comprometido com as práticas literárias dentro do contexto escolar, pois, a escola precisa ter seu espaço, a leitura como prática primordial e indispensável. [...] a história é importante alimento da imaginação. Permite a auto identificação, favorecendo a aceitação de situações desagradáveis, ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agrada a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida. Descobrir isso

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

e praticá-lo é uma forma de incorporar a arte à vida [...] (COELHO, 1997, p. 12). A literatura infantil para alguns sempre foi vista como algo de exclusividade infantil o que não é verdade. Os contos e fabulas infantil tem uma peculiar característica que faz dela, uma ferramenta que pode ser utilizada independente da idade do leitor, pois, carrega entre suas linhas e ilustrações, mensagens e ensinamentos que servem para todos. Tendo em vista que o presente trabalho tem como objeto de pesquisa duas crianças com transtornos, é fato que a literatura infantil é uma escolha de grande valia, pois prende a atenção da criança por conta das ilustrações e por ser atrativo a crianças. Zilberman (2003) afirma que é imprescindível e vital um redimensionamento na relação entre literatura e ensino, de modo que transforme a Literatura Infantil no ponto de partida para um novo e saudável diálogo entre o livro e o futuro leitor. É fundamental a relação contador/aluno com o objetivo de tornar a contação de histórias, porta para o desenvolvimento do social e cognitivo da criança, priorizando temas que possam contribuir de forma significativa às limitações que acometem o ouvinte, desenvolvendo assim, a quebra de paradigmas e o exercício das potencialidades de cada criança. Sendo assim concordamos que É fundamental que a criança possa vivenciar a palavra e a escuta em todas as suas possibilidades, explorando diferentes linguagens, capturando-as e apropriando-se do mundo que a cerca, para que este se desvele diante dela e se torne fonte de interesse vivo e permanente, fonte de curiosidade, de espantos de desejos e descobertas, numa dinâmica em que ela se socialize e se manifeste de forma ativa, cri(ativa), (particip)ativa em qualquer situação, não apenas “recebendo” passivamente, mas produzindo e (re)produzindo cultura (JORGE, 2003, p.97). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para que fosse possível obter sucesso na pesquisa, as duas crianças escolhidas já eram acompanhadas pelos pesquisadores em sua rotina na escola, como então auxiliares, e já estavam acostumados ao seu cotidiano escolar. Ambas as personalidades dos alunos eram bastante conhecidas, uma vez que é de extrema importância conhecer previamente o mundo das crianças, como suas condições socioeconômica e cultural, para que então fosse ser ainda melhor a definição dos temas e recursos a se trabalhar. O estudo de caso foi de suma importância para avaliar como a contação de histórias seria benéfica aos dois. Assim, foi possível observar como a literatura é importante no processo de aprendizagem educacional, principalmente porque cada criança é única, como seus anseios, suas emoções e seu processo de desenvolvimento. Procuramos manter a voz de contador acesa, aumentando a recepção e a observação foi gradativamente se melhorando com o desenvolver da pesquisa. O trabalho ainda possui resultados parciais, de um projeto de estágio intitulado “Deixa eu te contar uma história?” Que está sendo aplicado na matéria TCC 1, durante o 6º semestre do curso de Pedagogia da UNIFACEX. **CONCLUSÃO:** A criança portadora de necessidades especiais deve estar rodeada de métodos pedagógicos que as possibilitem exercitar sua imaginação, criatividade e a capacidade de resolver problemas que elas enfrentam em seu dia a dia. Com a contação de histórias foi possível enriquecer esses procedimentos criativos, contribuindo para a interação social com os colegas e até mesmo a família. Portanto, notou-se uma influência positiva da literatura, no comportamento social e afetivo de forma que complementasse o tratamento médico que as crianças fazem. Houve também melhora significativa na linguagem corporal, oral e expressiva dos dois alunos, assim como passaram a comunicarem melhor entre si.

Palavras-chave: Literatura. Educação. Criança.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1. Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil:** teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2009.

FERREIRA, Maria Clotilde. **Processos de adaptação na creche.** São Paulo, 1993.

JORGE, L. S. Roda de histórias: a criança e o prazer de ler, ouvir e contar histórias. In: DIAS, Marina Célia Moraes M.; NICOLAU, Marieta Lúcia Machado (Orgs). **Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância.** Campinas: Papyrus, 2003.

PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia:** diagnóstico e Intervenção nos problemas de Aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak, 2005.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 2003.

PIBID DE PEDAGOGIA DA INICIAÇÃO A DOCÊNCIA À FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: RELATO DE UM PROJETO EM ESCOLA MUNICIPAL DE NATAL/RN

AUTORES:

Adriana C. Silva Costa
Benedita Leidiane

INTRODUÇÃO: A consolidação da cidadania depende cada vez mais da educação moral e ética. A educação é um meio de construção e reconstrução de valores e normas que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas. O presente estudo se insere no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à docência (PIBID/CAPES) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no ano de 2011. Tem como objetivo relatar experiências no Projeto “Cidadania na Escola: (re) construindo valores”, tendo em vista que a consolidação da cidadania depende cada vez mais da educação moral e ética. Como uma forma dos alunos poderem descobrir a partir de jogos, música, teatro, leituras, pesquisa e brincadeiras conhecimentos necessários para que se possa entender e viver o conceito de cidadania, construindo e reconstruindo valores que são necessários para formação de pessoas felizes, seguras e capazes de conviver com os outros. Assim se configura o grande desafio da educação nos dias atuais, fazer com que os jovens identifiquem, incorporem e vivenciem valores positivos. Segundo Leontiev (1978), “valor significa força responsável de tirar o indivíduo da sua indiferença, e valores positivos como os relacionados ao bem-estar, ao desejo e à auto realização”. **METODOLOGIA:** O projeto foi desenvolvido em duas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental, tendo como *locus* uma Escola Municipal da cidade de Natal/RN. Justifica-se na possibilidade de oferecer subsídios teórico/práticos para licenciando em sua formação inicial, transpondo teorias estudadas na academia e iniciando-os em reflexões sobre o que é ser professor e estimular formação continuada de docentes em atuação. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para embasamento teórico optou-se por, AUDIGIER (1999). FREIRE (1979), e SIEGEL (2005). O referido Projeto foi planejado para que as ações sejam desenvolvidas no horário da aula juntamente com o professor, tendo sido dividido em três etapas. Inicialmente, realizou-se o diagnóstico de leitura e escrita, os alunos foram sondados para sabermos o que eles compreendiam sobre o tema proposto, o que gostam de fazer, de brincar e por quê. Também buscamos analisar a escrita deles, para ajudar-nos na elaboração das atividades. Distribuímos folhas em branco e depois pedimos para eles se juntarem em duplas e procurassem no dicionário o significado de termos relacionados à temática e discutimos em grande grupo o que significava a palavra cidadania. Na segunda, a partir do resultado dos diagnósticos, foram escolhidas as turmas de 5º ano por apresentarem dificuldades. Depois dessa decisão, elaboramos as ações visando despertar interesse dos alunos para alcançar conhecimentos escolares, tendo o tema Cidadania como mediador principal deste processo. Incentivando a reflexão sobre a importância dos valores, da ética e da cidadania na formação de pessoas felizes, seguras e capazes de conviver com os outros e com o planeta, além disso, promovendo uma reflexão sobre a Educação Ambiental. Verificou-se no recreio e durante as aulas situação de violência, de desrespeito e indisciplina. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Assim, buscamos organizar atividades temáticas de leitura e escrita, dinâmicas com a utilização de brincadeiras, música, debates e vídeos, que visassem resgatar essência de valores e incentivar a socialização, respeito mútuo aos colegas e as regras, e a cooperação entre todos participantes. Fica evidenciado reconhecimento por parte do corpo gestor da escola como um todo, para a reflexão do que é ser cidadão e a conscientização moral, ética e ambiental dos sujeitos envolvidos no processo escolar, bem como no envolver-se mais com o aluno, tendo em vista, o aprimoramento nas relações

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

escolares. **CONCLUSÃO:** O encerramento do projeto se deu através da exposição de todas as atividades produzidas em sala de aula e da exposição de fotos e vídeos produzidos ao longo das atividades como registro das mesmas. Nesse momento, buscamos refletir sobre tudo que fizemos durante o projeto mostrando o que os alunos foram capazes de produzir. A exposição foi realizada no pátio interno da escola e mostra na sala de vídeo das fotos e vídeos dos alunos na sala de aula. Ao término deste projeto, pode ser evidenciado o comprometimento e mudanças de atitudes nos comportamentos por parte dos alunos e do corpo docente. Através dessas ações de debates, discussão, reflexão, produção de escrita, leituras, confecção de jogos, dinâmicas e apresentações teatrais, percebeu-se que os alunos se sentiram mais seguros e confiantes para apresentar trabalhos, fazer atividades e discutir os assuntos propostos. Deste modo, também foi notado que estas atividades também ajudaram no relacionamento entre os alunos e com o professor. E comportamentos por parte dos alunos e do corpo docente. Através dessas ações de debates, discussão, reflexão, produção de escrita, leituras, confecção de jogos, dinâmicas e apresentações teatrais foram proporcionados momentos de discussão e reflexão sobre as temáticas, mas também de sistematização e registro das produções. Dessa forma, acreditamos que o projeto interferiu sim no ambiente de aprendizagem de forma crítica e participativa, proporcionando ao aluno uma motivação maior e os estimulados a aprender. Além disso, foi percebido o interesse dos educandos nas experiências de aprendizagens por meio do exercício da cidadania. Compreendemos que todas as intervenções realizadas contribuíram significativamente para nos qualificarmos enquanto profissionais da educação, pois atuaremos no contexto escolar desta realidade tão marcada por problemas e complexidades que devem ser objeto de reflexão/ação para os professores para que os alunos tenham uma formação mais qualificada.

Palavras-chave: Formação inicial. Cidadania. PIBID.

REFERÊNCIAS

- AUDIGIER, F. **A Educação para cidadania.** Instituto Nacional de Pesquisa Pedagógica: França, [20--?].
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- SIEGEL, Norberto. **Fundamentos da educação:** temas transversais e ética. Indaial: ASSEVI, 2005.119 p.

AS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

AUTORES:

Ellen Karoline do Nascimento França
Danielle de Paula Oliveira
Lidiane Karla da Silva
Maria Nazaré da Silva I. do Nascimento
Talita Possidônia Medeiros de Oliveira

INTRODUÇÃO: O transtorno do espectro autista - (T.E.A) é caracterizado por dificuldades na comunicação, interação social e comportamental do indivíduo. Segundo Eugênio Cunha (2015) “O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades de interação social e atividades restrito-repetitivas” (CUNHA, 2015, p.20). Sobre isto ele diz que: “As manifestações do autismo variam intensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo” (CUNHA, 2015, p.226). Isso nos faz compreender que, dependendo do grau de intensidade em que se apresenta o transtorno autístico, a criança poderá apresentar diferentes perspectivas de aprendizagem. Vale ressaltar também que o conjunto de: estímulos, acompanhamento clínico e o apoio pedagógico, formam um grupo de elementos de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Este trabalho de pesquisa tem como principal objetivo descrever como ocorre o processo de ensino-aprendizagem em crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista – T.E.A. **METODOLOGIA:** Pesquisa classificada como descritiva exploratória. De acordo com Gil (2008) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008 p.46). Foi observado o comportamento e/ou reações comportamentais de três crianças diagnosticadas com o transtorno do Espectro do Autismo em seu ambiente escolar, durante suas atividades pedagógicas com a finalidade de mostrar como se desenvolve o processo de ensino aprendizagem dessas crianças. GIL (2008) refere-se à pesquisa descritiva aquela que tem como principal objetivo descrever as características de uma determinada população, fenômeno e estabelecimento de relações entre variáveis. (GIL, 2008 p.47). Utilizamos como fonte de coleta de dados da nossa pesquisa a observação participante que segundo Gil, 2008 “[...] o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo” (GIL, 2008 p.103), Considerando que as pesquisadoras atuam acompanhando tais crianças, estas também fazem parte do grupo. Além disso, utilizamos também como fonte de coleta de dados, o diário vivencial das pesquisadoras/professoras acerca do registro do desenvolvimento dessas crianças. Este trabalho é importante porque foi possível observar no decorrer do estudo que toda e qualquer aprendizagem para criança com T.E.A. é significativa levando em conta o grau do transtorno diagnosticado. “O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma maneira singular de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhes um comportamento diferenciado, que pode promover grandes descobertas e conquistas”. Ressalta Eugênio Cunha. (CUNHA, 2015, p.123). **REFERENCIAL TEÓRICO:** Para este trabalho de pesquisa, utilizamos como principal referencial teórico o doutor em educação, psicopedagogo e pesquisador na área educacional Eugênio Cunha, que relata em Autismo e Inclusão, 2015 uma das suas obras mais recentes que “O Transtorno do Espectro Autista manifesta-se, nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos [...]. Não há padrão fixo para sua manifestação e os padrões variam gradativamente” (CUNHA, 2015, p.19-20). Durante esta pesquisa foi

possível observar nas três crianças em evidência o grau de diferenciação em relação a aprendizagem entre elas, que embora tenham o mesmo transtorno possuem características divergentes. Mello, 2004 afirma que “O autismo não é uma condição de “tudo ou nada”, mas é visto como um continuum que vai do grau leve ao severo” (MELLO, et al, 2004, p.20). Em virtude dessa diferenciação de graus do transtorno, as crianças apresentam diferentes perspectivas de aprendizagens. No lócus da pesquisa foi possível observarmos nas crianças algumas habilidades considerando o prejuízo na tríade: comportamento, socialização e linguagem, afetadas em virtude do transtorno. As informações estão descritas no quadro abaixo:

QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS AGENTES

Agentes	Comunicação	Socialização	Comportamento	Aprendizagem
Criança 1*	Não se comunica oralmente no ambiente escolar	Limitada, pois não interage com os colegas.	Calmos	Alfabetizado, habilidades lógico matemático, curiosidades científicas, autonomia em atividades da vida diária.
Crianças 2*	Apresenta dificuldades na comunicação oral, faz uso de ecolalia**.	Interage com o grupo e participa de atividades coletivas.	Inconstante	Memorização em relação à visão de mundo e meio de convívio, realiza algumas atividades cotidianas sozinha.
Criança 3*	Apresenta uma comunicação muito boa.	Interage bem com o grupo e participa de atividades coletivas.	Inconstante	Alfabetizado, autonomia nas atividades pedagógicas e tarefas do cotidiano, habilidades de produção textual, interpretação e língua estrangeira.

* Para manter a integridade das crianças nos referimos a elas como Criança 1, Criança 2, Criança 3.

**Ecolalia: Repetição da fala de outra pessoa

De acordo com as informações apresentadas no quadro acima, analisamos que apesar das limitações que o transtorno do Espectro Autista causa nessas crianças, elas conseguiram desenvolver competências e /ou habilidades em determinadas áreas do conhecimento, aprendizagens significativas tanto para sua vida acadêmica quanto para aquisição da própria autonomia na realização de atividades do cotidiano e meio social. A exemplo disto, podemos verificar no quadro comparativo que as crianças 1 e 3 possuem habilidades tanto para a vida diária quanto para a acadêmica, já a criança de número 2 não apresentou habilidades acadêmicas, porém apresenta gradativa evolução nas habilidades para desenvolver atividades da vida diária. “[...] Diante disso, tudo passa a ter valor pedagógico: os usos, as habilidades e as atividades mais elementares da vida diária devem ser exercitadas, buscando o conhecimento funcional e mais destreza motriz”. Explica Eugênio Cunha. (CUNHA, 2015, p.32). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com este trabalho de pesquisa, mostramos através das observações realizadas que as crianças com transtornos do Espectro Autista apresentam diferentes perspectivas de aprendizagens tendo assim diferentes possibilidades de aprender e que todo e qualquer aquisição de conhecimento adquirido por elas torna-se mais significativo.

Palavras-chave: Autismo. Aprendizagem. Possibilidades.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2015.

_____. **Autismo na escola:** um jeito diferente de ensinar, um jeito diferente de aprender. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas; 2008.

MELO, Ana Maria S. R. de et. al. **Autismo:** guia prático. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2004

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA FAMÍLIA PARA CRIANÇA

AUTORES:

Adriana Silva

Benedita Leidiane de Lima

Handressa leão

INTRODUÇÃO: A aprendizagem é responsável pela inserção da pessoa no mundo da cultura. Mediante a aprendizagem, o indivíduo se incorpora ao mundo cultural, ao se apropriar de conhecimentos e técnicas constrói em sua interioridade um universo de representações simbólicas. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. Família e escola devem ser parceiras e aliadas para que lado a lado possam encontrar meios para resolver problemas como as dificuldades de aprendizagem (FERREIRO, 2007). A aprendizagem depende e muito do processo de desenvolvimento, inteligência e afetividade. Durante o processo de aquisição do conhecimento, respeitar o que o aluno traz de conhecimento externo ao ambiente escolar, assim como seu tempo de aprender é muito importante para que a aprendizagem ocorra naturalmente, é correto afirmar que a aprendizagem está ligada a afetividade, ambas caminham juntas sendo importante, assim que sejam criados no ambiente escolar, mecanismos para que afetividade e aprendizagem aconteçam e se completem, no intuito de se obter um resultado prazeroso que é a construção do conhecimento, tanto para o educando, quanto para o educador (WEISS,1991). A afetividade consiste nisso, é a dinâmica mais profunda e complexa de que o ser humano pode participar. Inicia-se a partir do momento em que um sujeito se liga a outro pelo amor-sentimento único que traz no seu núcleo, outro também complexo e profundo o medo da perda. Por isso, surge o objetivo de se trabalhar nessa pesquisa bibliográfica a importância da afetividade da família na vida de crianças, isso porque pais afetivos e carinhosos geram, na maioria das vezes, filhos saudáveis mais compreensíveis e educados, já que tudo começa com a família, é quem acolhe diante das necessidades e fragilidades, é quem ajuda crescer.

METODOLOGIA: Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica, amparada em livros e artigos científicos, e ainda um estudo de caso, baseado em oito encontros (Atendimentos clínicos em Psicopedagogia), no qual foi criado um diário vivencial como técnica de coleta de dados, além de entrevista investigativa e escuta psicopedagógica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Abordando a importância da afetividade na família, principalmente para a criança, tendo em vista que a afetividade é um sentimento preciso para ela, e quem primeiro dar é a família, quando na família muitas vezes alegam falta de tempo como não brincar com a criança não conversar, a escola dentro de suas possibilidades tenta suprir essa necessidade na maioria das vezes. É bom lembrar que, para Piaget, “a afetividade não se restringe as emoções e aos sentimentos, mas engloba também as tendências e a vontade. Quando o autor utiliza o termo funções afetivas, o faz em sentido amplo. Ao falar da percepção, por exemplo, lembra sua natureza seletiva em virtude da afetividade” (FERNANDEZ, 2003, p.57). Ainda segundo Piaget e outros interacionistas, o ser humano como fruto da sua interação com o mundo, forma sua personalidade, desenvolve habilidades, adquire e reformula conhecimentos a partir da sua relação com o outro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: No trabalho de ensinar a aprender, o psicopedagogo recorre a critérios diagnósticos no sentido de compreender a falha na aprendizagem - daí o caráter clínico da psicopedagogia, ainda que o seu objetivo principal seja a prevenção dos problemas de aprendizagem. Dessa forma, a presença ou ausência do afeto, determina a forma com que um indivíduo se desenvolverá. Também determina a autoestima das pessoas a partir da infância, pois quando uma criança recebe afeto dos outros consegue crescer e desenvolver com

segurança e determinação. A cliente avaliada⁴, com oito anos de idade, cursava 2º série do Ensino Fundamental. A queixa principal: falta de atenção às atividades, esquecimento das matérias estudadas. Encaminhada pelo médico da família para avaliação psicopedagógica. Foi avaliada através da anamnese, provas pedagógicas, provas psicomotoras, projetivas e Piagetianas. Os resultados foram em função das características citadas, conclui-se que a criança encontra-se em nível de aprendizagem incompatível com sua idade cronológica, mas que é possível desenvolver com ajuda, e por isso sugerimos a intervenção psicopedagógica de apoio. Faltando a devolutiva para os pais que não compareceram. Quando a queixa escolar é sobre dificuldade de aprendizagem ou produção escolar diz respeito a crianças em processo de alfabetização, a questão exige uma reflexão sobre aspectos teóricos do assunto. Iniciou com a mãe da cliente, para fazer uma anamnese, uma espécie de entrevista investigativa, para saber tudo sobre a criança como também da mãe desde a gestação até hoje, saber o que foi normal, o que não foi e assim foi feita a entrevista, com duração de 50 minutos, foram muitas emoções, interagiu bastante, como não era a mãe que vinha trazer a criança para os atendimentos foi avisado que viesse para devolutiva, um parecer final de tudo que aconteceu nos atendimentos. Diante dos resultados obtidos, com os atendimentos psicopedagógicos e embora precisaria de mais tempo para avaliá-la, mas, dentro do possível foi dada a contribuição precisa, devendo continuar com a intervenção psicopedagógica, tendo em vista que o que foi detectado não foi igual a queixa trazida pela mãe, a criança ainda se encontra em processo de alfabetização, e não de esquecimento como foi também questionado, pelo fato da criança tentar e não conseguir fazer as atividades sozinhas, não estava conseguindo avançar sendo que os pais pouco contribuíam para que o aprendizado acontecesse em casa. Na semana seguinte, começou com os atendimentos com a cliente. As sessões realizaram-se da seguinte forma: a 2º sessão, entrevista operativa centrada na aprendizagem; 3º e 4º sessão: provas pedagógicas/psicomotoras; 5º sessão: provas projetivas dos vínculos escolares/vínculos familiares; 6º sessão, piagetianas conservação volume; 7º construção do informe, 8º devolutiva. Não compareceu. **CONCLUSÃO:** A afetividade é mais do que uma mola propulsora do aprendizado é fator primordial, que define delimita os campos que o aluno irá trilhar durante o processo de cognição. Sendo assim, família e professores devem cultivar este sentimento para que a aprendizagem não se torne um fracasso. Vale acrescentar para que o processo cognitivo se dê por completo no âmbito escolar, ou seja, para que haja relação professor-aluno e possa resultar em ponte para o conhecimento, as relações familiares do aluno também devem ser nutridas, já que a família é a instituição mais importante da vida de qualquer indivíduo. Família e escola devem caminhar juntas, criando oportunidades, nutrindo o prazer pelo aprendizado, despertando no ser que aprende quão prazeroso pode ser trilhar o mundo do conhecimento

Palavras-chave: Afetividade. Família. Aprendizado.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádía A. (org.). O psicopedagogo na instituição escolar. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada:** abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2. ed. Porto alegre: artes médicas, 1992.

⁴ Para manter a integridade da interagente pesquisada, optou-se por suprimir seu nome e outros dados a fim de não identificá-la.

SOUZA, 2003. **O desenvolvimento afetivo em Piaget**. São Paulo: Summus, 2003.

WEISS, Maria Lúcia Lemme (org.). **Avaliação do nível pedagógico**. 12. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

GÊNEROS TEXTUAIS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

AUTORES:

Adriana Conceição Silva Costa
Alexandra Santos Fernandez
Daiane Torres de Lemos
Edgar Hakim Sousa Rêgo
Jardenia Lucila Lisboa de Freitas
Joseane Maria Araújo de Medeiros

INTRODUÇÃO: Neste trabalho, abordaremos o uso dos gêneros textuais no processo de ensino e aprendizagem. O estudo surgiu mediante as experiências vivenciadas pelos bolsistas do curso de pedagogia do Centro Universitário Facex (UNIFACEX) através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), realizada em uma escola municipal de Natal/RN. O gênero textual são textos diferenciados a partir das estruturas de linguagens, as quais podem ser consideradas formais ou informais, orais ou escritas, entre eles podemos citar, contos, fábulas, cordel, lendas, poemas, sendo estes os que foram trabalhadas dentro do nosso projeto de pesquisa. Visamos destacar nesse resumo, a importância do uso desses gêneros textuais no processo de ensino e aprendizagem com alunos dos 4º e 5º anos. O objetivo é mostrar como os gêneros textuais facilitam à aprendizagem da Língua Portuguesa em uma escola pública. **METODOLOGIA:** Esse trabalho de pesquisa se deu a partir da oportunidade surgida, pelo programa PIBID, realizada em uma escola Municipal de Natal/RN, tendo por tipo uma pesquisa ação, usando o método de coleta de dados por meio da observação participante e entrevista com perguntas abertas realizada com as professoras polivalentes titular das turmas observadas por meio de uma pesquisa por amostragem. Para Mann (1970, p. 96) apud Marcone Lakatos (2010) “a observação é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles”. Sendo o universo de pesquisa 4 turmas, ao todo com o total de 120 alunos, dentre eles 4 são alunos com necessidades educacionais especiais. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo Bakhtin “é preciso dominar bem os gêneros para emprega-los livremente” (p.284). “Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso”. (BAKHTIN, 2003, p.285) Foi necessário nos embasarmos teoricamente de forma antecipada sobre os gêneros textuais aplicados durante a pesquisa, para então poder trabalhar o assunto com segurança e propriedade, e dessa forma contemplar os alunos, tornando o conhecimento significativo. Para Freire “A compreensão crítica do autor de escrever não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas se antecipa da inteligência do mundo”. (FREIRE, 2001, p.11) A importância da utilização dos gêneros textuais não se limita apenas a formação acadêmica, ela se estende a todo o conhecimento construído no cotidiano. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** A princípio os alunos mostraram uma pequena resistência quando iniciamos a pesquisa, pois eles não estavam acostumados com o modo inovador de se trabalhar os gêneros textuais. Conforme o desenvolvimento da pesquisa, os alunos começaram a se interessar pelo forma como os gêneros textuais estavam sendo trabalhados em sala, e participaram ativamente das atividades propostas, com isso, segundo as professoras os alunos obtiveram melhor rendimento nas aulas, principalmente na escrita e na leitura. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados obtidos apontam a relevância de se introduzir

os gêneros textuais em sala, de forma inovadora e lúdica, tonando-se esse, um meio facilitador no processo de aprendizagem da leitura e escrita dos alunos e dessa forma revelando-se uma ferramenta muito útil nas mãos do professor. Portanto, reconhecemos a importância dos gêneros textuais fazer parte do planejamento e da vivência diária na escola.

Palavras-chaves: Aprendizagem. Leitura e gêneros.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Ática, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

É NECESSÁRIO O USO DE CARTILHA PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO?

AUTORES:

Adriana Conceição Silva

Ana Nery Alves

Eleide Gomes Teixeira Torres Lira

INTRODUÇÃO: A cartilha foi utilizada durante muitos anos como único método para o processo de alfabetização. Desenhar as letras era o primeiro passo para o aprendizado do alfabeto. As palavras eram colocadas para que a criança as desenhasse e copiasse, e por meio da repetição da escrita e da palavra falada, a criança aprendia a memorizar as letras e a fonética. Para Cocco (1996, p.20). “A alfabetização trabalhada no chamado “método tradicional” tem como ponto de sustentação uma sistematização a *priori* e um material — a cartilha — que desenvolve um método (global, silábico, fonético, etc.). O que geralmente ocorre, então, é o uso de uma linguagem padronizada e irreal. Esse fato, associado a uma ênfase irreal da ortografia e da gramática desenvolvida nas séries do Ensino Fundamental, leva a criança a acreditar que a linguagem da escola é diferente da linguagem cotidiana viva e real”. Partindo desse princípio, o objetivo que sustenta este trabalho foi observar como ocorre o processo de alfabetização e letramento em escolas que não utilizam a cartilha como método de aprendizagem, e, se as atividades propostas e o próprio ambiente da sala de aula incentivam o desenvolvimento da leitura e da escrita. Para Teberoski; Colomer (2003, p.06) “Desenvolver um ambiente adequado e rico dentro da sala de aula, bem como desenvolver conceitos sobre alfabetização é um processo construtivo. O primeiro esforço deve estar orientado para assumir que o ambiente onde a criança aprende a ler e a escrever deve ter uma quantidade suficiente de material escrito. Além do inventário de suportes e materiais diversos, estes devem ser adequados e relevantes para a criança”. **METODOLOGIA:** Este trabalho tem metodologia do tipo exploratória, cuja técnica de pesquisa é o levantamento bibliográfico. Para realizá-lo foram utilizados dois locais de campo de pesquisa: uma escola pública federal, visitada no período da manhã, no dia 30 de março de 2016 e uma escola da rede privada, durante experiência do estágio não-obrigatório, em que foram feitas observações da prática de alfabetização. Ambas as escolas estão situadas na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. As turmas em questão foram o Nível IV da Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental I, respectivamente. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** “O processo de ensino-aprendizagem para alfabetização deve ser organizado de modo que a leitura e a escrita sejam desenvolvidas por intermédio de uma linguagem real, natural, significativa e vivenciada” (CÓCCO, p. 20). Por isso, a importância de se trabalhar com textos produzidos pelas próprias crianças, como o registo de final de semana, por exemplo. “A criança precisa sentir a necessidade da linguagem e o seu uso no dia a dia. Assim, a assimilação do código linguístico não será uma atividade de mãos e dedos, mas sim uma atividade de pensamento, uma forma complexa de construção de relações” (CÓCCO, p. 20). Alfabetizar não é somente fazer a criança desenhar letras e copiar palavras prontas, mas também valorizar seus escritos e modos de interpretar o mundo a sua volta. Ainda, segundo Cocco (1996, p. 36), deve ser levada em consideração, que a criança passa por níveis para a construção da leitura e escrita durante o processo de alfabetização e, ao longo desse período, seu pensamento vai sendo construído e desenvolvido para a linguagem escrita. Para Ferreira (2001), “O modo tradicional de se considerar a escrita infantil consiste em se prestar atenção apenas nos aspectos gráficos dessas produções, ignorando os aspectos construtivos. Os aspectos gráficos têm a ver com a qualidade do traço, a distribuição espacial das formas, a orientação predominante (da esquerda para a direita, de cima para baixo), a orientação dos caracteres individuais (inversões, rotações, etc.). Os aspectos construtivos têm a ver com o que se quis representar e

os meios utilizados para criar diferenciações entre as representações”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foi observado que nas duas escolas, as crianças são incentivadas a produzirem textos livres, como o registro de fim de semana e desenhos com descrições. Trabalhos produzidos pelas crianças, em cartazes, são expostos na sala. Todos os materiais expostos contêm figuras com palavras, como por exemplo, os planetas com seus nomes. Há momentos de atividades de leitura e roda de contação de histórias. Os livros de histórias ficam ao alcance das crianças, para que elas possam escolher o que querem ler. Todas essas atividades e propostas educativas, só confirmam o que Teberosky; Colomer (2003, p.118) dizem a respeito de uma perspectiva construtivista: “a dicotomia entre produto e processo carece de sentido. O produto da aprendizagem é uma consequência natural do processo, e, muitas vezes, o produto se transformará em um observável, que, em interação com o processo, dará lugar a uma nova aprendizagem”. Portanto, “[...] todos os aspectos da aprendizagem devem ser trabalhados de maneira integrada: leitura e escrita, produto e processo, palavras e textos”. **CONCLUSÃO:** O ambiente estimulador à leitura contempla os diversos gêneros textuais e a construção de cartazes ilustrativos repletos de sentido para as crianças, tornando as palavras escritas com significado. Dessa maneira, daremos o incentivo à percepção dos sons e das letras no dia a dia das atividades, reconhecendo que essas são práticas que funcionam como aprendizado da alfabetização e do letramento. Não se pode forçar as crianças a um aprendizado artificial da escrita, sem haver significado para elas, pois o aprendizado deve ser sim intencional, mas de maneira natural e prazerosa, para que assim se torne, significativo.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Construtivismo.

REFERÊNCIAS

CÓCCO, Maria Fernandes. **Didática da alfabetização:** decifrar o mundo - alfabetização e socioconstrutivismo. São Paulo: FTD 1996.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** [s.l.]: Cortez, 2001.

TEBEROSKI, Ana; COLOMER, Tereza. **Aprender a ler e a escrever:** uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

INTERLIGANDO SABERES ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO A PARTIR DA LUDICIDADE

AUTORES:

Anna Claudia Chagas de Araújo
Edgar Hakim Sousa Rego
Joseane Maria Araújo de Medeiros
Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza
Rita de Cássia Angelo da Silva

INTRODUÇÃO: O presente trabalho dedica-se a um estudo sobre as consequências malévolas do mosquito *aedes aegypti*, as doenças provenientes desse mosquito e as formas de prevenção para o seu combate. Nessa direção, trataremos também de uma ação contra o aedes, desenvolvida por bolsistas do PIBID-UNIFACEX, do curso de pedagogia. Neste estudo, temos o objetivo de estimular a conscientização acerca da periculosidade do referido mosquito, através de construção de conhecimentos adquiridos pelas conversas, dos questionamentos, por meio de jogos educativos produzidos com materiais reciclados, e a partir dessas intervenções, provocar transformações positivas do comportamento do homem para com o meio ambiente e conseqüentemente para o bem-estar da sociedade.

METODOLOGIA: O estudo foi desenvolvido mediante a pesquisa-ação. Em primeira instância, identificamos a necessidade de tratar sobre assuntos pertinentes a educação e meio ambiente, tendo em foco a proliferação do mosquito *aedes aegypti*, por ter sido, nos últimos meses, causador da elevação das enfermarias e do desmoronamento da saúde no Brasil. Após o reconhecimento de falar dessas questões, foi iniciado o processo de intervenção. A intervenção/metodologia adotada foi a produção de jogos educativos com matérias reciclados: pedaços de papelão, garrafas pet, caixas feitas com papelão, tampinhas de garrafa, recipientes domésticos reutilizados para a construção de uma maquete, entre outros. No processo, os bolsistas do PIBID, desenvolveram com os alunos das escolas em que foi realizada a ação, gincanas, circuitos com jogos; jogo da memória, boliche, amarelinha, construção de maquetes e esculturas do mosquito nas garrafas pets. É importante frisar que conseguiu-se trabalhar várias áreas do conhecimento, dentre elas, português, matemática, ciências, história, artes com peças teatrais, e ética. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O *Aedes aegypti* (Diptera: Culicidae) é um mosquito proveniente do continente africano. Originalmente descrito no Egito, o que contribui para o seu nome específico (*Aedes aegypti*), ele tem acompanhado o homem em sua permanente migração. No entanto, é notório o quanto há algum tempo atrás esse mosquito vem assolar infestações na vida dos seres vivos, mais precisamente na vida humana. Esse mosquito, por sua vez, é o agente causador da dengue, da febre amarela, e nos últimos meses, é o principal influente dos casos de chicungunya, e da doença que provoca modificação neurológica dos bebês em período de gestação: a microcefalia. Foi a partir de todos estes fatores, esta infestação assombrosa do *aedes aegypti*, somada as conseqüências da sua proliferação, da degradação da saúde pública, que tivemos a intenção de realizar ações em algumas escolas para que, desta forma, pudéssemos levar até o ambiente escolar, conhecimentos pertinentes ao mosquito *aedes aegypti*, bem como os modos de preservação do meio ambiente, isto é, a subtração dos índices de água parada e conseqüentemente para uma formação consciente dos alunos para com o meio. Ao falar em consciência, segundo Ruscheinsky, "A dimensão ética de sustentabilidade se relaciona diretamente com a solidariedade intra e integracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com o respeito á preservação do meio ambiente". (RUSCHEINSKY, p. 56). Desse modo, identificamos a necessidade primordial de tratar destas questões no ambiente educativo, para construir nos alunos um olhar responsável com a natureza a partir da ética ambiental, do

respeito e cuidado com os recursos naturais. Ainda sobre essa questão, em benefício à natureza, confere-se nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino de ciências que: "compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive". (PCNs de Ciências naturais para o ensino fundamental, p.39). Dentre os pontos que relevantes na produção deste estudo, é válido considerar a importância do lúdico nas brincadeiras e jogos desenvolvidos no ambiente escolar, retirar dessas atribuições educativas o caráter pedagógico que possibilitam, tendo também como base o que diz o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação) no tópico brinca: "As brincadeiras de faz- de -conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais, etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica"(BRASIL,1998, p.27). Esse parágrafo por si já justificaria esse trabalho, pois de forma clara e objetiva o RCNEI explica o objetivo do uso dos jogos e do lúdico em sala de aula. Todavia gostaríamos de citar outro autor que comenta: "Educar é ir em direção à alegria" SNEYDERS (1996, p.36). Com base nessa citação, pode-se inferir que tanto os jogos como as brincadeiras fazem com que a criança aprenda com prazer e alegria, cumprindo assim o propósito de educar com alegria, prazer e entretenimento, sendo relevante ressaltar que o lúdico está muito longe de ser um modo ingênuo de aprender, pelo contrário se constitui como uma forma da criança absorver os conteúdos de maneira mais concreta. Outro ponto que merece destaque ao se trabalhar jogos em sala de aula, é que podemos trabalhar questões éticas e social, pois a questão do perder para as crianças geralmente é uma resistência delicada de ser trabalhada, bem como, podemos trabalhar através dos jogos as questões sociais das regras, pois como todo jogo possui algumas regras é uma maneira lúdica da criança aprender e entender que não deve descumprir- lá e que na vida em sociedade temos regras a cumprir, assim como nos jogos. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto apresentado, é possível inferir que mesmo através de um tema bastante complexo, e que poderia ser um conteúdo até cansativo, exaustivo para ser trabalhado em sala de aula, percebemos que, de maneira lúdica mas, sem esquecer do conteúdo e da construção de conhecimentos, o professor/mediador pode trabalhar e desenvolver uma série de assuntos partindo de um único tema, como por exemplo, o ação apresentada acima, onde os bolsistas do PIBID realizaram estas intervenções, interligando saberes, desde princípios éticos até a construção de conhecimentos matemáticos, raciocínio lógico, correspondência numérica, formas geométricas, dentre outros. Além da matemática, outras disciplinas como ciências e artes.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Ludicidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.v.1. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=artigos+aedes+aegypti+pdf&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart&sa=X&ved=0ahUKEwjarPu6xPvPAhWESyYKHcpkAVwQgQMIGjAA>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade:** uma paixão em movimento. [s.l.], [20--?].

SNYDERS, Georges. **Alunos felizes**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LITERATURA E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

AUTORES:

Anna Claudia Chagas de Araújo

Edgar Hakim Sousa Rego

Joseane Maria Araújo de Medeiros

Rita de Cássia Angelo da Silva

INTRODUÇÃO: O presente artigo visa apresentar as principais contribuições que a literatura tem na formação do aluno, tanto acadêmica, como cidadã. A pesquisa foi realizada em uma escola pública do Natal, com alunos 5ºs e 4ºs anos do ensino fundamental anos iniciais. A referida pesquisa foi desenvolvida por bolsistas do PIBID- UNIFACEX (Programa institucional de bolsa de iniciação À docência), do curso de pedagogia. **METODOLOGIA:** A elaboração do estudo teve como mediação, a pesquisa-ação. Durante o desencadear da pesquisa, o trabalho com a literatura no ambiente de sala de aula teve como embasamento os fundamentos norteadores da pesquisa-ação. O diagnóstico foi o componente de maior relevância durante a referida pesquisa já que reconhecemos as fragilidades de aprendizagem das turmas e posteriormente estabelecemos e aplicamos medidas para a superação das vulnerabilidades diagnosticadas. Nesse sentido, tivemos como aporte teórico-metodológico científico as considerações de Lakatos (2003). O projeto de investigação se constitui na pesquisa ação. Segundo Lakatos (2003) que a pesquisa-ação tem por pressuposto os sujeitos (pesquisador e pesquisado) envolvidos com objetivos e metas comuns, interessados em um problema que emerge num dado contexto. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O estudo contou com o objetivo de esclarecer a importância da literatura na formação do aluno, foi motivado também pelo diagnóstico apresentado pelas professoras titulares e pela observação realizada no início do nosso processo de investigação. O aprendizado da leitura é algo fundamental para a preparação do indivíduo no exercício da cidadania. É por meio dela que enriquecemos nossa cultura bem como nosso vocabulário, desenvolvemos a maleabilidade do pensamento e de nossa linguagem. No ato de ler, descobrimos novas experiências, um mundo repleto de novos conhecimentos, de imaginações e de ideias. Nesse contexto, a leitura deve ser vivida pelo professor e pelos alunos no cotidiano do ambiente escolar, proporcionando aos seus alunos um aporte literário para que eles aprendam o gosto pela leitura. Corroborando com esse pensamento, Machado (2015) pronuncia que: “A arte da palavra, oral e escrita, permite a transformação de mundo um mundo de pensamentos, percepções, perguntas, intuições e afetos em comunicação. É manifestação expressiva que uma pessoa dirige a si mesma e ao outro, que estabelece contatos”. Diante das palavras da autora, podemos considerar na prática de escrita, correlacionada com a oralidade, permite transformação do sujeito que tem contato real com estes atos linguísticos, transformações estas que si configuram como elementos cruciais para a formação cidadã. Sobre esta conversação, Yunes, (2014) vem ratificar o que Machado disse, ao dizer: “O movimento que a literatura, de natureza catártica, mobiliza os afetos, a percepção e a razão convocados a responder as “impressões” deixadas pelo discurso, cujo único compromisso é o de comover o leitor, de tirá-lo de seu lugar habitual de ver as coisas, de fazê-lo dobrar-se sobre si mesmo e descobrir-se um sujeito particular. O processo não é tão simples e rápido, mas uma vez desencadeado, torna-se prazeroso e contínuo”. p. 27. Percebemos, o quanto a literatura proporciona o desenvolvimento dos que estabelecem contato real e significativo para com ela, e que se norteia a partir de vários fatores contribuintes aos objetivos pedagógicos do professor: exercício de leitura, escrita, imaginação, socialização, dentre outras e antagônicas potencialidades. Segundo Amarilha, (2013). “O leitor em contato com a narrativa ficcional experimenta cognitivamente, emocionalmente inúmeras possibilidades do destino humano,

portanto, multiplica seu conhecimento sobre o mundo e comportamento das criaturas, experimenta a imersão em linguagem logicamente organizada, criativamente potencializada”. Incentivar a evolução artística, emotiva, afetiva e lúdica ao aluno e fornecer meios para ampliar seu mundo imaginário, através da escuta de contos, torna-se uma necessidade essencial no ambiente escolar. A construção de conhecimentos educativos com textos literários compete ao professor/educador que integro no compromisso do seu trabalho, pois oportuniza o aluno a desenvolver-se em vários aspectos essenciais de sua vida. **CONCLUSÃO:** Apurou-se que a literatura edifica o trabalho no ambiente de sala de aula, se configura em um viés com múltiplas possibilidades na prática pedagógica que contempla além do desenvolvimento cognitivo, ampliação da cultura social do aluno. Notamos o quanto, de fato, a leitura de literatura desde a infância é algo primordial para a potencialização de habilidades que necessitaremos na vida adulta. A capacidade de atentar para contação de uma história, as produções e postura que obtemos nessa ampla vinculação com o texto literário, como: aprender a ouvir, aprender a falar, a imitar determinados personagens, a interpretar a capa de um livro apenas com os elementos fornecidos nela, a ler as palavras, a escrever, a interpretar e produzir textos; enfim, um conjunto de aprendizagens que possibilitam conhecimentos para vida em sociedade. É oportuno frisar que a pesquisa-ação podemos reforçar a necessidade de um professor mediador nesse processo de inserção pelo gosto a literatura no espaço escolar, pois na maioria das vezes, é o docente que tem a crucial responsabilidade de apresentar o livro ao aluno e de proporcionar o prazer de ler literatura, principalmente quando se trata de aluno da escola pública. E, sem dúvida, o professor mediador dessa relação aluno-literatura deve ter entusiasmo, acreditar que a mediação é possível e necessária; além de tudo seja um exemplo de leitor para seus alunos.

Palavras-chave: Literatura. Formação. Cidadania.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, Marly. **Alice que não foi ao país das maravilhas:** educar para ler ficção na escola. São Paulo: Livraria da Física, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MACHADO, Regina. **A arte da palavra e da escuta.** São Paulo: Reviravolta, 2015.

YUNES, Eliana. **Pensar a leitura:** complexidade. São Paulo: Edição Loyola, 2014.

PERCEPÇÃO DE GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE A APLICAÇÃO DE ATIVIDADES LÚDICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

AUTORES:

Anna Claudia Chagas de Araújo
Cynthia Kelly Fernandes Bezerra
Daniele Bezerra dos Santos
Ellen Karoline do Nascimento França
Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza
Wanessa Kaline de Araújo Moura Gomes

INTRODUÇÃO: O lúdico tem se apresentado ultimamente como uma temática em expansão e de grande influência para o desenvolvimento da relação ensino-aprendizagem, servindo como um meio para estimular e proporcionar uma proposta significativa para o ensino de ciências, que muitas vezes se baseia em uma abordagem amplamente conteudista. Como afirma Silva, Mettrau e Barreto (2008), o ensino de ciências se apresenta, por diversos fatores, sem experimentação e fundamentada em um ensino livresco, isenta do estabelecimento de relação com o cotidiano. Tal fato pode caracterizar o desinteresse em construir o conhecimento na área das ciências naturais, provocando o desestímulo na aprendizagem e dificultando o desenvolvimento do conhecimento significativo do aluno, visto que a disciplina propõe conceitos abstratos que fogem da compreensão deste. Sabendo da necessidade de integrar conceitos com a vivência e realidade do aluno, é essencial apresentar propostas que caracterizem esses aspectos, assim o lúdico pode ser um caminho para nortear o aprendizado. Diante disso, este estudo propõe como objetivo, verificar a percepção dos alunos de pedagogia sobre a prática de atividades lúdicas para o ensino de ciências. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida no mês de setembro do presente ano com alunos do 6º período da graduação do curso de Pedagogia do UNIFACEX, os quais assinaram previamente um termo de consentimento livre e esclarecido para participação neste estudo. Para seleção do público-alvo, foi utilizado como critério a presença do estágio obrigatório (vivência da prática). Quanto ao instrumento de pesquisa aplicado, foi utilizado um questionário, onde foram formuladas inicialmente, uma questão aberta para exposição das atividades lúdicas de possível aplicação e uma questão fechada sobre as dificuldades de aplicação. Posteriormente, foram apresentadas 5 afirmativas construídas no modelo de escala Likert de 4 pontos (variando do extremo 1, insatisfatório, a 4, muito satisfatório), para avaliar a satisfação quanto ao uso e possibilidades de aplicação das atividades lúdicas no ensino de ciências. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A tendência de currículos tradicionalistas ou racionalistas-acadêmicos, apesar de todas as mudanças, ainda prevalecem não só no Brasil, mas também nos sistemas educacionais de países em vários níveis de desenvolvimento (KRASILCHIC, 2000). Wilsec e Tosin (2012) apontam que diante dessa realidade, os alunos apresentam dificuldades em relacionar a teoria desenvolvida em sala com a realidade a sua volta. Nesse panorama, Viecheneski, Lorenzetti e Carletto (2002), observam que o ensino de ciências tem se limitado a um processo de memorização de vocábulos, de sistemas classificatórios e de fórmulas, de modo que os estudantes apesar de aprenderem os termos científicos, não se tornam capazes de apreender o significado de sua linguagem. Os autores apontam ainda que no caso dos anos iniciais do ensino fundamental, este quadro se agrava, pois muitos docentes consideram que alunos nesta faixa etária não têm condições de compreender os conhecimentos científicos. O ensino de ciências, diferente da visão apresentada, deve favorecer uma construção crítica do indivíduo, partindo para a investigação, sem esquecer as interações desses fatores com o meio social de cada um. Diante disso, o professor tem perante ele o desafio de desenvolver atividades prazerosas a partir de

instrumentos facilitadores desse processo. Uma possibilidade tornou-se notória a partir do movimento da Escola Nova e da adoção de novos métodos de ensino, o lúdico então se popularizou como uma prática importante para possibilitar uma aprendizagem significativa, sendo capaz de estimular a construção e reconstrução do conhecimento humano (SILVA et al., 2015). Para tanto, a aplicação de atividades dessa natureza podem ser um caminho para a trajetória de um conhecimento aplicado as concepções alternativas que o aluno trás e que irá fundir-se ao conhecimento científico e aplicável. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No que se refere às atividades lúdicas desenvolvidas em sala de aula, 91,9% dos alunos da graduação em pedagogia apresentou uma diversidade de respostas enquadradas nos jogos e brincadeiras, contação de histórias, vídeos, reciclagem, expressão corporal, produção de desenhos, peças teatrais, pinturas, maquetes, música, colagem, dinâmicas e atividades com massinha. Apenas 8,1% disseram não utilizar nenhuma atividade dessa natureza. Tal resposta apresentada corrobora com a definição do termo lúdico para Jann e Leite (2010), os quais explicam que toda atividade lúdica deve ser voltada aos movimentos espontâneos, flexíveis e saudáveis que visem dar satisfação e prazer, sendo estes jogos, brinquedos, brincadeiras e divertimentos. Sobre as dificuldades apresentadas, 46,3% dos entrevistados afirmam que o período de aula não favorece a aplicação de atividades lúdicas nas aulas, 29% apontam a falta de material para construção das atividades, 16,4% fala que existe uma cobrança para o cumprimento do material didático e por este motivo se dedicam a ele, 11% reclama que não existe aceitação por parte da gestão e coordenação da escola de uma forma geral. Nenhum graduando percebeu falta de interesse dos alunos para estas atividades. Quanto aos temas trabalhados na disciplina de ciências, 73,7% dos entrevistados apontaram como muito satisfatório e 26,3% satisfatório a possibilidade da aplicação de atividades lúdicas. Não houve nível de insatisfação para o item. Da mesma forma apresentaram-se apenas níveis de satisfação para a afirmativa de que a aplicação de atividades lúdicas facilita o processo de aprendizagem dos conteúdos de ciências (84,2% muito satisfatório e 15,8% satisfatório). Ao tratar a possibilidade de interdisciplinaridade por meio das atividades lúdicas, 2,6% mostrou-se indeciso e 97,4% demonstrou satisfação (65,8% muito satisfeito e 31,6% satisfeito). Para Muniz (2010) a interdisciplinaridade e a ludicidade na abordagem de temas de interesse, pode constituir facilitadores aliados da aprendizagem, pois é a partir de um paralelismo entre o mundo real e o mundo imaginário construído durante e a partir da atividade lúdica que se traduz uma representação do mundo sociocultural em que se insere a pessoa. Tanto para as afirmativas que apontavam o envolvimento e socialização dos alunos, quanto ao afirmar sobre a possibilidade do desenvolvimento crítico-social dos conteúdos de ciências por meio da ludicidade, verificou-se mais uma vez a satisfação do público-alvo (57,9% e 63,2% muito satisfeito e 42,1% e 36,8% satisfeito, respectivamente para as afirmativas). Os jogos segundo Jann e Leite (2010) podem incentivar os alunos nas atividades escolares, proporcionando momentos de aprendizado e diversão, além de estimulá-los a trabalhar em equipe, além de desenvolver um olhar crítico e criativo perante os conteúdos apresentados. Soares et al. (2014) aponta que a falta de relação entre o ensino das ciências e a realidade vivenciada pelos alunos faz com que estes tenham um menor engajamento no processo de aprendizagem, para o qual não veem muito significado, e que uma das razões desse problema está na seleção dos conteúdos disciplinares que são bastante variados e de ampla possibilidades de construção. Assim, o uso do lúdico pode promover uma construção de conhecimento além de mera transmissão deste, podendo potencializar no aluno seu raciocínio, o desenvolvimento do senso crítico e os valores humanos, além de incentivar o gosto pela Ciência (WILSEC e TOSIN, 2012). **CONCLUSÃO:** É possível verificar que a ludicidade tem um papel importante para o desenvolvimento de estratégias efetivas e concretas no que tange o ensino de ciências, pois a mesma favorece uma maior integração dos conteúdos, além da assimilação e propicia uma relação de cooperação e estimulação do conhecimento crítico do aluno. Considera-se

importante observar a relevância dessa articulação entre atividades lúdicas e ensino de ciências, desde o processo formativo do professor, para que assim, seja possível entender o professor como mediador do ensino e o aluno como um indivíduo com potencial crítico, capaz de construir o conhecimento.

Palavras-chave: Aprendizagem significativa. Lúdico. Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

JANN, P. N.; LEITE, M. de F. Jogo do DNA: um instrumento pedagógico para o ensino de ciências e biologia. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 282-293, 2010.

KRASILCHIK, M. **Reformas e realidade:** o caso do ensino das ciências. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 1, p. 85-93, 2000.

MUNIZ, C. A. **Brincar e jogar:** enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

SILVA, A. M. T. B. da; METTRAU, M. B.; BARRETO, M. S. L. O lúdico no processo de ensino-aprendizagem das ciências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 88, n. 220, 2008.

SILVA, A. B. da et al. O lúdico e o desenvolvimento intelectual: uma aprendizagem significativa no ensino de ciências. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, São Paulo, v. 8, n. 1, [s.l.], 2015.

SOARES, M. C; LANES, K. G; LANES, D. V. C; LARA, S; COPETTI, J; FOLMER, V; PUNTEL, R. L. O ensino de ciências por meio da ludicidade: alternativas pedagógicas para uma prática interdisciplinar. **Revista Ciências & Ideias**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 83-105, 2014.

VIECHENESKI, J. P; LORENZETTI, L; CARLETTO, M. R. Desafios e práticas para o ensino de ciências e alfabetização científica nos anos iniciais do ensino fundamental. **Atos de Pesquisa em Educação**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 853-876, 2012.

WILSEK, M. A. G.; TOSIN, J. A. P. **Ensinar e aprender ciências no ensino fundamental com atividades investigativas.** [s.l.], [20--?].

PSICOLOGIA

SUICÍDIO EM IDOSOS: DO QUE TRATAM AS PUBLICAÇÕES NACIONAIS?

AUTOR:

Tereza Cristina Santos de Araújo

INTRODUÇÃO: O envelhecimento humano é um fenômeno contemporâneo, que se caracteriza pelo aumento da expectativa de vida e por mudanças no perfil etário da população. Trata-se de um fenômeno vivenciado mundialmente. A longevidade, conceito designado para problematizar a ocorrência do envelhecimento populacional à saúde, qualidade de vida e economia mundial, requer o desenvolvimento de políticas públicas de atenção e assistência a essa população, que lhe assegurem bem estar biopsicossocial, e que promovam o desenvolvimento de um envelhecimento saudável, ativo e pleno (LEANDRO-FRANCA; MURTA, 2014). O sujeito idoso deve ser assistido em plenitude, desde em suas demandas físicas, quanto no que tange às suas necessidades psicológicas e seus direitos sociais. No âmbito da atenção à dimensão física e/ou biológica do envelhecimento, ressalta-se o pleno desenvolvimento de ações que visam à manutenção da capacidade funcional e da autonomia da pessoa idosa, em especial, encabeçadas pelas áreas atuação das ciências biomédicas, com as terapêuticas geriátricas. No âmbito dos direitos sociais da pessoa idosa, tem-se em pleno desenvolvimento ações que visam à garantia dos direitos fundamentais a pessoa idosa, bem como de prevenção e combate à ocorrência de episódios que denigram os direitos desta população. Contudo, as ações de saúde psíquica ainda estão dando os seus primeiros passos rumo a sua efetivação. Com o acelerado crescimento da parcela populacional idosa, abroham também as situações de vulnerabilidades psicossociais, tais como violências, situações de discriminação e preconceito etário, as quais podem ser situações de risco ao desenvolvimento de sintomas depressivos e ocorrência de ideação e tentativa de suicídio (MINAYO; CAVALCANTE, 2012). O suicídio em termos de Brasil apresenta-se com uma alta prevalência e o país está entre os dez países com os maiores números de ocorrência do fenômeno. O comportamento, a ideação bem como as tentativas de suicídio tem se evidenciando em homens, idosos, entre a população indígena e com maior predominância de ocorrência em município de pequeno e médio porte, além de mostrar-se associado com transtornos mentais, como depressão, transtorno de humor bipolar e a dependência de substâncias psicoativas. (BOTEGA, 2014) O suicídio entre os idosos, por sua vez, representa atualmente uma problemática grave para a humanidade como um todo. Minayo e Cavalcante (2010) ressaltam que os dados acerca do suicídio em pessoas idosas apresentam taxas elevadas, tanto no que concerne a ideação, tentativas, quanto a práticas consumadas. Entretanto, este é um tema que ainda tem pouca visibilidade na América Latina e no Brasil, sendo necessário o desenvolvimento de pesquisas que investiguem a problemática junto à população idosa. Os principais dados de pesquisas nacionais tratam de achados oriundos, em especial, de estudos ecológicos e análises documentais de registros em serviços de verificação de óbito (SVO) ou institutos técnico-científicos, na forma de autopsias psicossociais post factum (MINAYO; CAVALCANTE, 2012). Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas anteriores a ocorrência da tentativa e consumação do fato, ou seja, que averiguem a existência de ideação suicida para assim, intervir de maneira a prevenir a efetivação do ato. Diante do exposto, o presente estudo propõe-se a caracterizar as publicações científicas sobre o tema do suicídio em idosos na literatura nacional, especificamente, contemplando do que tratam estas publicações, tanto em dados bibliométricos, como ano de publicação, principais periódicos de veiculação, como dados acerca dos resultados, desfechos e conclusões dos estudos. **METODOLOGIA:** Este estudo configura-se como revisão de literatura do tipo integrativa. Para sua realização, partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: “Do que tratam os artigos científicos publicados sobre o tema

do suicídio em idosos?”. As buscas foram realizadas nas bases de dados do Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), além de captados artigos disponibilizados nas bases de dados Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). A busca e seleção de artigos foram realizadas em agosto de 2016, compreendendo publicações disponíveis até julho de 2016. A investigação baseou-se na presença dos termos nos títulos dos artigos e nas palavras chaves Suicídio, Idoso e Revisão de Literatura que o descrevem o estudo. Foram incluídos na presente revisão artigos disponíveis na íntegra, que tratassem da temática pretendida e, por fim, estudos brasileiros. Como critério de exclusão estabeleceu-se que seriam eliminados materiais em formato de livro ou capítulo de livro, dissertação, tese, editorial, comentário, crítica, resenha, anais e erratas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No total foram encontrados 138 artigos. Após verificados os critérios de inclusão e exclusão, permaneceu um total de 18 publicações. Os estudos encontrados na presente revisão tratam do tema a partir de diferentes perspectivas e utiliza-se de múltiplas abordagens, com predominância de estratégias epidemiológicas e autópsias psicossociais como método da investigação. Um número expressivo das publicações ocorreu em 2012, com um total de sete artigos publicados, os quais representam 39% das publicações, seguido de 4 publicações respectivamente dos anos de 2015 e 2013, totalizando 22% cada, e por fim, um manuscrito publicado sobre o tema, respectivamente, nos anos de 2016, 2014 e 2004, que juntos totalizam 17% das publicações. Situações de suicídio da pessoa idosa não devem ser naturalizadas ou entendidas como um meio para se dar fim ao “sofrimento” da velhice, dar cabo a vivência do processo de envelhecer (DIAS; PAÚL; WATANABE, 2014). É imperativo se dar notoriedade ao fenômeno, pela complexidade de elementos associados a sua ocorrência, que vão desde aspectos da subjetividade de quem comete o ato até elementos que envolvem aspectos socioculturais, sobre a percepção do que é a velhice e o envelhecimento humano. **CONCLUSÕES:** A revisão da literatura aqui empreendida pretendeu apresentar, brevemente, do que tratam as publicações nacionais sobre suicídio em idosos. Destaca-se que há uma complexidade de fatores biopsicossociais que permeiam o suicídio, sendo imprescindível o desenvolvimento e políticas públicas que se voltem à atenção para a saúde psíquica dos idosos. Ressaltamos que o presente estudo tem algumas limitações, a primeira delas diz respeito ao recorte para estudos brasileiros, uma vez que seria pertinente averiguar os aspectos que permeiam a vivência do suicídio em idosos em publicações de outros países e culturas. Outra limitação encontrada a partir da revisão diz respeito ao fato de que nenhum dos estudos investigou a ideação suicida, unicamente, uma vez que o contexto nacional parece carecer de ferramentas ou estratégias que auxiliem em uma investigação ulterior acerca da ideação, do pensar sobre o suicídio. A partir desta revisão, percebe-se que as principais publicações tratam de achados originários, especialmente, de pesquisas ecológicas e análises documentais de registros em serviços de verificação de óbito (SVO) e/ou institutos técnico-científicos. Desse modo, faz-se indispensável o incremento de investigações que se proponham a investigar as circunstâncias anteriores a ocorrência da tentativa e consumação do fato, ou seja, que escrutine a experiência de ideação suicida, de modo que se possa intervir de maneira a prevenir a concretização da ação. O presente estudo pode colaborar em uma melhor percepção dos aspectos biopsicossociais que cerceiam a vivência do comportamento e do ato suicida entre os idosos e pode auxiliar os profissionais de saúde em intervenções precoces, preventivas e promocionais, que visem garantir qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial a estes. Ademais, sugerem-se novas pesquisas no sentido de investigar outras manifestações que podem estar relacionadas a esta vivência, bem como pesquisas que utilizem metodologia de investigação retrospectiva ao ato ou tentativa de suicídio.

Palavras-chave: Suicídio. Idoso. Revisão.

REFERÊNCIAS

- BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>>. Acesso em: 25 jul.2016.
- DIAS, M. A. F; PAÚL, C; WATANABE, H. A. W. Representações sociais de velhice e suas relações com declínio e finitude em comentários e críticas publicados na mídia. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 125-143. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/20286>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- LEANDRO-FRANÇA, C; MURTA, S. G. Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v.34, n.2, p.318-329, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001152013>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- CAVALCANTE, F. G; MINAYO, M. C. S. Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos que morreram por suicídio no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.8, p.1943-1954, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000800002>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: ELABORAÇÃO DE GRUPOS FOCAIS EM UM CRAS NA CIDADE DE PARNAMIRIM-RN

AUTORES:

Jaidê de Barros Dias

Joana Paula Simião

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é um recorte da experiência que foi vivenciada pela autora em um Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Parnamirim-RN. Diante disso, foi estabelecido como objetivo geral deste trabalho elaborar uma proposta de intervenção que possa proporcionar uma reflexão acerca da prática dos facilitadores no contexto citado, e com isso, viabilizar meios de repensar essa prática, de orientar esses profissionais e junto a estes, planejar novas ações a fim de otimizar o serviço prestado, bem como desenvolver uma análise crítica a partir dos resultados obtidos. Tendo em vista os aspectos referidos, foi identificada a necessidade de ouvir os facilitadores para uma melhor compreensão do que acontece no serviço prestado, afim de levantar material para um aperfeiçoamento. Assim, a estagiária achou apropriado propor ao CRAS realizar grupos focais com os facilitadores e com as crianças usuárias do serviço. Segundo Brasil (2009), o CRAS constitui uma unidade de proteção social básica do SUAS, que objetiva prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, suscitando o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e buscando ampliar o acesso aos direitos de cidadania, ou seja, é uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica. **METODOLOGIA:** No que se refere aos procedimentos metodológicos, fez-se uso de métodos de observação e entrevistas durante a vivência da estagiária. Sendo que durante essa vivência, a ela se utilizou de observação da interação facilitador-criança usuária, conversou com alguns facilitadores, bem como a equipe técnica da instituição. “Muitos pesquisadores de orientação qualitativa fazem seu trabalho de campo através de observação e entrevista, empregando muito do seu tempo no local da pesquisa, em contato direto com o sujeito.” (GODOY, 1995, p. 62). O estágio profissional propicia aos alunos do curso de Psicologia desenvolver competências a partir da observação do contexto, conhecer em campo as experiências que constituam a possibilidade de articulação teórico-prática, neste caso, acerca da interface Psicologia Social e projeto da Assistência Social, permitindo assim conhecer a prática do psicólogo em um trabalho de equipe em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O CREPOP (2008) preconiza que, sendo a prevenção e promoção de vida o foco de atuação do CRAS, o psicólogo deve privilegiar as potencialidades, entretanto, isso não significa desatentar outros aspectos concernentes às vulnerabilidades. “[...] Nossa atuação deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. [...]” (CREPOP, 2008, p. 16). A Psicologia Social pode auxiliar a Assistência Social a resgatar o vínculo do usuário com a mesma, para tanto, é necessário pensar oportunidades de enfrentamento das dificuldades de realização do controle social, assim, a partir dessa análise crítica da Assistência Social, os psicólogos poderão contribuir para a superação dessas barreiras. (CREPOP, 2008). Sendo um trabalhador da Assistência Social, a atuação do profissional da psicologia deve ter como propósito básico o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos bem como o fortalecimento das políticas públicas (CREPOP, 2008). “O efetivo funcionamento pressupõe o planejamento das atividades, organização do trabalho em equipe, bem como a definição das informações a serem coletadas (instrumentos, frequência de registro e responsáveis). [...]” (BRASIL, 2009, p. 39). Em conformidade com Brasil (2009), o trabalho em equipe no CRAS requer reuniões de planejamento da equipe bem como da Secretaria com todos os CRAS. A equipe do CRAS deverá delinear, partindo do planejamento geral, as ações habituais de organização da unidade

que são fundamentais para o cumprimento de suas funcionalidades, tal como seu melhoramento. (BRASIL, 2009). O CREPOP (2008, p. 33), aponta ainda que “o psicólogo deve integrar as equipes de trabalho em igualdade de condições e com liberdade de ação, num papel de contribuição desse processo de construção de uma nova ótica de promoção [...]”, realizando modalidades interventivas congruentes com os objetivos do trabalho social dessa política pública. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A partir da observação em estágio no Centro de Referência em Assistência Social de um CRAS na cidade de Parnamirim-RN, foi percebido algumas situações em que foram evidenciados episódios de desrespeito e provocações entre as crianças usuárias e delas para com os facilitadores, e algumas ocorrências de agressões físicas. Desse modo, pretende-se fazer um levantamento do material sobre qual a percepção dos facilitadores e crianças sobre o que acontece na relação com as crianças, dessa forma, a partir do que for levantado será construído o diagnóstico. O levantamento será feito através de dois grupos focais: com os facilitadores (para que estes falem sobre a experiência deles com as crianças); com as crianças usuárias (para que estas falem como se dá a experiência nos encontros). Sarrieira e Saforcada (2010), caracterizam o grupo focal como um espaço acessível no qual os assuntos discutidos são de interesse comum e a discussão fundamenta-se em um debate racional. “[...] As intervenções e os questionamentos são feitos através de tópicos da pesquisa, visando à interação do grupo. O entrevistador ocupa apenas uma posição de moderador.” (SARRIEIRA; SAFORCADA, 2010). O grupo focal terá duração de uma hora e caso seja necessário haverá mais um encontro de modo que, serão levantados os dados, checados e devolvidos posteriormente para verificação de possíveis lacunas. Será realizado na estrutura do próprio CRAS, em uma sala disponibilizada pela equipe. A equipe técnica será contatada para viabilizar um dia na semana em que todos os facilitadores possam participar desse grupo, da mesma forma ocorrerá com as crianças em uma outra data. O grupo será facilitado pelas estagiárias de Psicologia do serviço e Psicóloga da unidade. A estagiária pretende nortear a discussão do grupo com os facilitadores a partir de questões como: O que os facilitadores fazem de fato?. Vocês conhecem a proposta desse serviço? Qual é o sentido que essa ação tem para você como facilitador? Quais são os desafios que vocês enfrentam ao realizar essa função?. Com as crianças usuárias, por sua vez, as questões serão as seguintes: o que vocês buscam nesse serviço? Quando vocês estão aqui, o que vocês buscam?. Como se sentem aqui? Vocês sabem por que vem para cá? Vocês vêm por iniciativa própria ou alguém orienta para que venham? O que vocês aprendem aqui? Que dificuldades vocês vivenciam aqui nesse serviço?. A partir da coleta desses dados, será viabilizada uma leitura crítica e, por conseguinte, um diagnóstico acerca dos problemas constatados. Dessa forma, espera-se que os resultados colhidos através dessas questões possam ser pensados e utilizados para a construção de uma proposta interventiva. **CONCLUSÃO:** Assim, conclui-se que os ganhos que a autora obteve nessa vivência, refere-se a oportunidade de realizar uma práxis de pesquisa participante com a aplicação de observação e entrevista, a partir de um olhar amplo e qualificado voltado a organização do serviço e a atuação do psicólogo em equipe multidisciplinar. Quanto aos benefícios para a equipe e público assistido a proposta ora apresentada possibilitará aos profissionais apropriarem-se da dinâmica da instituição no sentido de oferecer um serviço psicossocial com os colaboradores internos (facilitadores) e a clientela (crianças usuárias), possibilitando um conhecimento da demanda referida, podendo viabilizar maior autonomia, sendo esse o princípio norteador da existência do serviço.

Palavras-chave: Assistência Social. CRAS. Grupo focal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - CREPOP. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2015.

SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Orgs.). **Introdução à psicologia comunitária:** bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS NOS ATENDIMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS CLÍNICOS

AUTORES:

Joana Paula Simião

Waleska Patricia Lima dos Santos

INTRODUÇÃO: A Psicopedagogia, ao longo de sua história, vem se embasando teórica e metodologicamente em vários campos de saberes, dentre estes, a Psicologia, a Pedagogia, a Psicanálise, a Linguística, a Neurologia. Assim como suas raízes epistemológicas, a Psicopedagogia passou por diferentes fases de concepções no olhar de seu objeto de estudo (a aprendizagem, indo do enfoque eminentemente orgânico, do interesse pela anormalidade e reeducação) Psicopedagogia curativa à concepção preventiva, interdisciplinar e sócio-histórica que a caracteriza no momento atual. (BOSSA, 2007). É consenso entre os psicopedagogos que o objeto de estudo da Psicopedagogia é a aprendizagem (FERNANDEZ, 1991; SCOZ, 1992; BOSSA, 2007). Este resumo apresenta o resultado de um estudo cujo objetivo foi levantar a incidência de procura por atendimento psicopedagógico clínico por gênero. **METODOLOGIA:** Esse é um recorte de um estudo sobre a caracterização dos atendimentos psicopedagógicos em um serviço-escola de Psicologia de uma Instituição de ensino superior da cidade de Natal/RN. Para a coleta e análise foi utilizado o referencial metodológico descritivo, quantitativo, documental de 58 prontuários de atendimentos psicopedagógicos clínicos. A análise estatística descritiva simples da variável "gênero" apresentada por meio de frequência relativa (percentual) e de frequência absoluta foi consubstanciada por uma revisão bibliográfica na base bvs-psi cruzada com o termo aprendizagem – objeto de estudo da Psicopedagogia. O critério de inclusão dos artigos que se chegava ao cruzar as variáveis era constarem nas palavras-chaves dos mesmos. Além disso, buscou-se na em outras modalidades de publicação sobre o tema respaldo às análises. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Um dos campos de atuação da Psicopedagogia é o clínico que objetiva avaliar e intervir nas condições da aprendizagem do indivíduo, analisando a história da criança, aspectos orgânicos, história médica, o lugar da criança no discurso, significações do aprender na família, saber e conhecimento, a transferência, indícios do desenvolvimento cognitivo, o brincar - aspectos instrumentais: desenvolvimento psicomotor, da linguagem, dos hábitos de vida e socialização, histórico escolar: análise do material atual e progresso (WEISS, 2012). Em um país com indicadores péssimos de educação (INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO, 2010; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012), a Psicopedagogia pode contribuir para a diminuição desses indicadores, ou seja, do fracasso escolar, fenômeno que vem assolando famílias, escolas e sociedades (BOSSA, 2007; PORTO, 2011; WEISS, 2012). Especificamente a Psicopedagogia clínica, entrará em cena quando a mediação da aprendizagem não tiver êxito, dando suporte pessoal e técnico àquele que não aprende, concebendo que este influencia e é influenciado por um contexto sócio-histórico. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram analisados 58 prontuários, especificamente a questão do gênero. No estudo, percebeu-se a maior incidência do masculino. Com exceção de 2010, que o número de meninas excedeu por pouco o de meninos, todos os outros anos, o contrário se deu, chegando a quase totalidade de atendimento de usuários desse gênero no ano 2011 (83,3%). Morais (1992), para explicar tal disparidade, aponta que meninas possuem um amadurecimento físico e cognitivo muito mais rápido que os meninos e, por isso, ao ingressarem na escola teriam mais vantagem já que a aprendizagem depende das esferas físicas e cognitivas. Será que a escola não está preparada para conduzir essa diferença de desenvolvimento entre meninos e meninas tanto no tocante a disparidade física e cognitiva

quanto no suporte a essa exigência familiar?. Até porque muitas mudanças sociais se deram e ficaram evidentes nos últimos censos demográficos e o papel de gênero é uma delas, portanto, faz-se mister refletir sobre isso nos âmbitos escolares e familiares. Percebe-se que a maior incidência de atendidos é de crianças e matriculados nos primeiros anos do ensino fundamental (29,8%). A maioria dos informantes usou a expressão genérica “baixo desempenho escolar”, mas outros especificaram melhor a causa que os levaram para atendimento psicopedagógico. São queixas relativas a desempenho linguístico, cognitivos, motivacionais, psicomotores, socioemocionais, mas em nenhum momento trazem queixa de outra ordem que não a individual nem outro que não o aluno. A partir de todas as contribuições teóricas expostas, percebe-se que persiste há tempos uma manutenção de vários status: são crianças do gênero masculino, além disso, como ficou evidente com esse estudo, ainda passam de implicados a únicos culpados pelo fracasso escolar desconsiderando todos os fatores que permeiam essa realidade diferente do que vários estudos sugerem. Cabe uma reflexão: onde estão sendo aplicadas as teorias humanistas, interacionista, progressistas?. **CONCLUSÃO:** Diante das conclusões chegadas com esse estudo, fica claro que é emergente uma reflexão sobre o porquê dessa diferença entre os gêneros, se isso pode ser um indicativo de diferença no ensino quanto ao gênero porque isso fere a equidade, direito fundamental estabelecido pela constituição federal brasileira (BRASIL, 1988) e pela Lei de diretrizes e bases (BRASIL, 1996). Cabe aos profissionais da educação promover um ensino de qualidade para todos, sem qualquer distinção, inclusive a de gênero.

Palavras-chave: Psicopedagogia clínica. Dificuldade de aprendizagem. Gênero.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. **A história da psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm 1996>. Acesso em: 13 set. 2016.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica e sua família**. Porto Alegre: ArtMed, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO (IBGE). **Censo demográfico 2010: educação e deslocamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **PISA. 2012**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acessado em: 12 ago. 2010.

MORAIS, A. M. P. **Distúrbios de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. 5. ed. São Paulo: Edicon, 1992.

PORTO, Bases da Psicopedagogia. **Diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011.

SCOZ, B. J. L. **Psicopedagogia e realidade escolar**. Petrópolis: Vozes, 1992.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ESTUDOS EM ETNOPSIQUIATRIA NO BRASIL

AUTORES:

Joana Paula Simião

Karin Juliane Duvoisin Bulik Mota

Mario Thiago Flores Figueredo

INTRODUÇÃO: Os estudos em saúde mental sob a epígrafe de etnopsiquiatria ou psiquiatria transcultural surgiram na Europa na segunda metade do século XX como uma alternativa à excessiva patologização da psiquiatria clássica. Tais estudos tinham como proposta uma leitura relativista dos transtornos psiquiátricos, “incorporando elementos da cultura de origem do paciente como elementos redefinidores das categorias diagnósticas e, ao mesmo tempo, como parte da intervenção que se provou mais eficaz do que aquelas mais tradicionais e centradas em farmacoterapias” (CABRAL, 2009, p. 145). Ao adotarmos uma perspectiva transcultural, faz-se necessário ultrapassar essa postura biologicista para efetivamente compreendermos e investigarmos a influência da cultura na frequência, forma e evolução dos problemas psiquiátricos (UCHÔA; CORIN, 2002). Borges e Pocreau (2009, p. 233), afirmam que “aetnopsiquiatria, como abordagem clínica do humano em toda sua complexidade, encontra sua plena legitimidade no reconhecimento da diferença do Outro”. Tal distinção diz respeito às diferenças impostas pelos agrupamentos culturais humanos, mas também no olhar da própria ciência etnopsiquiátrica, constituída por uma pluralidade de correntes em sua abordagem teórica. A psiquiatria transcultural recebe, assim, as características e formas também do local onde se constrói e é aplicada. Faz-se, portanto, necessário o reconhecimento de tal ciência produzida e aplicada no contexto brasileiro. Este trabalho teve, assim, o objetivo de examinar a literatura científica brasileira acerca da etnopsiquiatria e psiquiatria transcultural em busca de artigos que elucidem a relação entre a cultura brasileira e a expressão dos transtornos mentais ou sofrimento psíquico no país.

METODOLOGIA: A pesquisa foi realizada no formato de uma revisão sistemática de literatura, com base nas publicações disponíveis na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca pelos artigos foi realizada dia sete de setembro do ano de 2016, através dos seguintes descritores, “etnopsi*”, ou, “psi* transcultural”, ou, “saúde mental global”, que gerou como resultado 18 artigos. Os resumos foram analisados sob os seguintes critérios de inclusão: texto completo disponível online, em língua portuguesa, com pesquisas realizadas no Brasil e que apresentam estudos sobre os aspectos psicológicos ou psiquiátricos dos sujeitos participantes em relação à cultura brasileira. Os critérios de exclusão se estabeleceram visando separar artigos que não tenham relações estreitas com a cultura brasileira, em língua estrangeira, não produzidos no Brasil, abordando outros aspectos que não os citados no critério de inclusão. Desta forma, 11 artigos se constituíram como objetos desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A literatura revela que muitas das doenças, transtornos mentais eleitos e descritos pelos manuais, códigos e compêndios de psiquiatria, não fazem investigações culturais que respaldem diagnósticos realizados em diferentes culturas (SILVA; CARRARA, 2015). Fica evidente que um quadro maníaco depressivo no contexto cultural brasileiro, não se configuraria da mesma forma se apresentado por um indivíduo de uma comunidade tribal africana (BASTIDE, 1967). Observa-se, inclusive, casos de pessoas com algum tipo de necessidade especial, avaliados de maneira diferente a depender da cultura em que estão inseridos. Os próprios sujeitos, em algumas localidades do país não se julgam deficientes e alertam que a sociedade, o meio sociocultural, que é deficitário na capacidade de compreender, acolher e auxiliar as diferentes necessidades de cada sujeito (CABRAL, 2009). Neste estudo pôde-se apontar que a subjetividade é fator decisivo no adoecer. Indígenas brasileiros, por exemplo, associam as questões espirituais e de

relações com a natureza como fatores preponderantes para o desenvolvimento de algum transtorno mental, incluindo casos de depressão que culminam em suicídio. As relações humanas com álcool e drogas também são discrepantes. Quando observadas amostras de comunidades tribais e urbanas, constata-se que a existência de doenças e transtornos mentais, bem como abuso de substâncias, são encarados por diferentes óticas. Em tribos indígenas, por exemplo, o consumo de plantas alucinógenas faz parte de um ritual tradicional, com sentido simbólico, enquanto nas áreas urbanas, o uso mais costumeiro da maconha e do álcool carrega um caráter recreativo (CABALLO, 2011). **CONCLUSÃO:** Esta pesquisa é relevante para a comunidade acadêmica, pois encontra evidências em estudos psicanalíticos, comportamentais e humanistas-fenomenológicos para afirmar, de maneira convergente e colaborativa, que as psicopatologias em geral, são melhor compreendidas e estudadas, quando atendem os padrões éticos conceituais da Organização Mundial de Saúde, quando se leva em consideração não apenas o contexto biológico da espécie humana, mas todo o aparato psicossocial que contextualiza a vida dos sujeitos (DALGALARRONDO; GUTMAN; ODA, 2007). Ficando assim, amplamente evidenciado que a cultura exerce um poder de definição simbólica sobre as expressões do sofrimento psíquico estudadas pela psiquiatria e que, portanto, qualquer estudo dessa ordem que exclua a relação da expressão do sofrimento dentro de um aparato cultural poderá cair em equívocos grosseiros. Mesmo dentro de um único país como o Brasil, se verifica a necessidade de compreender os diferentes grupos culturais que o constitui e entender o significado de determinados comportamentos dentro de diferentes grupos.

Palavras-chave: Etnopsiquiatria. Psiquiatria-transcultural. Brasil

REFERÊNCIAS

BASTIDE, R. **Sociologia das doenças mentais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BORGES, L. M.; POCREAU, J. Reconhecer a diferença: o desafio da etnopsiquiatria. **Psicol. Rev. Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 232-245, abr. 2009.

CABALLO, V. **Manual para o tratamento cognitivo-comportamental dos transtornos psicológicos**: transtornos de ansiedade, sexuais, afetivos e psicóticos. São Paulo: Editora Santos, 2011.

CABRAL, A. C. Curandeiros pós modernos: uma compreensão etnopsiquiátrica da identidade terapêutica **Pensando fam.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 145-162, dez. 2009.

DALGALARRONDO, P.; GUTMAN, G.; ODA, A. M. G. R. Osório Cezar e Roger Bastide: as relações entre arte, religião e psicopatologia. **Revista Latino-americana de Psicopatologia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.101-117, jan./mar. 2007.

SILVA, F. B; CARRARA, K. Implicações de estratégias molares/moleculares na Análise Comportamental da Cultura. **Arquivos Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 4-16, 2015.

UCHÔA, M. E.; CORIN, E. Evidência científica e experiência clínica: aspectos transculturais. **Revista Latino-americana de Psicopatologia**, São Paulo, v. 4, p. 99-108, dez. 2002.

A EFICÁCIA DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NO ATENDIMENTO DE DEMANDAS ESCOLARES

AUTOR:

Patrícia Silva Modesto de Oliveira

INTRODUÇÃO: A Psicologia desde o início de sua história tem contribuído através de sua *práxis* em vários contextos de interação humana, dentre estes, o escolar. Visando a compreensão da subjetividade e a promoção da saúde, o psicólogo, nesse e em outros contextos, pode usar métodos e técnicas diversas, sendo o Aconselhamento um deles. Entende-se Aconselhamento como “um processo interativo, caracterizado por uma relação única entre conselheiro e cliente, que leva este último a mudanças” (PATTERSON; EISENBERG, 2013, p.21). Nesse contexto, insere-se o objetivo desse trabalho que é analisar a eficácia das três modalidades de Aconselhamento - plantão psicológico, supervisão de apoio e oficina de criatividade (MORATO, 2006). Oferecidas em uma instituição escolar de ensino básico. Assim, após divulgação do serviço na comunidade escolar, por quatro semanas, executou-se o Plantão com uma docente que procurou o serviço com a demanda de estar sofrendo violência doméstica; a Supervisão de Apoio com a docente do Terceiro Ano do Ensino Fundamental I encaminhado pela coordenação com a demanda de não estar sendo bem aceita pela turma, tendo em vista que esta assumiu a sala após o meio do ano escolar, além de esta estar passando por problemas pessoais sérios, e isto estava influenciando de forma negativa no seu desempenho profissional, e as Oficinas de Criatividade com os alunos do Terceiro Ano do Ensino Fundamental I encaminhados pela professora e coordenação com a queixa de ser uma turma indisciplinada. Diante do exposto, “o objetivo final é promover o ajustamento saudável e a eficácia organizacional” (PATTERSON; EISENBERG, 2013).

METODOLOGIA: Trata-se do relato de uma experiência sobre os efeitos do serviço de Aconselhamento nas suas três modalidades em uma instituição escolar. Foram utilizados métodos diversificados em cada uma das três situações. Ao que diz respeito ao Plantão Psicológico, realizou-se seis sessões com frequência semanal, tendo cada uma a duração de 50 minutos, com uma docente que procurou o serviço com demanda de estar sofrendo violência doméstica e isto estava prejudicando seu desempenho. Para as Oficinas de Criatividade, encaminharam uma turma de 15 alunos de ambos os sexos com os quais se facilitou quatro dinâmicas com frequência semanal, de acordo com as necessidades mais urgentes – formação de equipe, fomento do raciocínio lógico, da concentração, da integração, do respeito, enfim da competência interpessoal. Já a Supervisão de Apoio foi realizada com uma professora que foi encaminhada pela coordenação da escola para melhoria de suas atribuições; essas ações ocorreram de uma a duas vezes na semana com duração de 30 minutos.

REVISÃO DE LITERATURA: O Aconselhamento, nos primórdios de sua história, caracterizava-se pela grande ênfase no psicodiagnóstico, mas esse foco foi mudando para um tipo de intervenção psicológica fundamentada em dois alicerces: 1) a competência do conselheiro, um facilitador com recursos teóricos, técnicos e interpessoais (flexibilidade, disponibilidade, empatia, congruência, continência) para propor alternativas de ajuda, incluindo informação, orientação, encaminhamento a psicoterapia, caso necessário, já que há uma delimitação do número de sessões de atendimento, especialmente quando praticado em instituições; e 2) o pressuposto de que o cliente é capaz de viver e elaborar suas experiências de forma integradora, quando se engaja em uma relação com um conselheiro que não o julga, nem avalia (SCHMIDT, 2006). Essa prática tem garantido espaços em instituições, como hospitais e escolas e onde o acolhimento do sofrimento humano fica ao encargo do psicólogo e isso muito ajudou na constituição da identidade e legitimação profissional (MORATO, 2006). Ainda segunda essa autora, o Aconselhamento tem três modalidades, que são: o Plantão, a Supervisão de Apoio e

a Oficina de Criatividade. O Plantão Psicológico “pressupõe um serviço exercido por profissionais de Psicologia ou estudantes sob supervisão de um profissional dessa área que se disponibilizam a atender, em local, dias e horários pré-estabelecidos, pessoas que fazem parte de um determinado grupo social identificado com um espaço institucional e/ou comunitário que podem procurar espontaneamente esse serviço a partir de uma demanda emergente [...]” (BEZERRA, 2014 p. 133). “Os efeitos sentidos pelas pessoas que passam por Oficinas podemos encontrar a expansão de algumas capacidades, entre as quais a possibilidade de expressão de afetos e sentimentos, por meio da produção gerada pelo fazer “artístico” contido na proposta básica desse tipo de atividade concomitante à descoberta de aspectos pessoais desconhecidos, tornados aparentes nas obras concluídas ou durante o processo de execução. O contato com os demais elementos dos grupos é mais próximo, e as trocas são mais significativas, pois são geradas de modo mais espontâneo em ambientes facilitadores. Aparece também a constituição dos territórios comuns compartilhados pelos membros dos grupos, associada à aceitação da diversidade manifesta em particularidades e diferenças individuais” (CUPERTINO, 2001 p. 2). “A finalidade da supervisão é proporcionar ao supervisionado um momento de reflexão sobre sua prática, o supervisor trabalha duas dimensões: a relação educador x aluno, acolhendo os sentimentos que possam estar atrapalhando a prática e a experimental didática, orientando quanto a dificuldades mais técnicas” (BUYS, 1987).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Como esperado, a realização dos três processos do Aconselhamento Psicológico obtiveram resultados positivos ao que diz respeito às suas realizações e contribuições para os envolvidos diretos no processo. No Plantão, os procedimentos foram realizados respeitando a ética, assim como a relação entre conselheiro e cliente, sendo os atendimentos ocorridos sempre em dias, hora e local pré-estabelecidos e de comum acordo para ambas as partes. Durante todo processo houve colaboração e atingiu-se o objetivo, pois houve a tomada de decisão de se afastar da situação que gerava a demanda. Na Supervisão de Apoio, percebeu-se que o oferecimento da escuta, atenção, motivação, liderança e autocontrole emocional, bem como a orientação quanto a técnicas de condução de aula dada à docente diante das queixas que esta trouxe, contribuíram para um melhor desempenho desta tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Já as Oficinas de Criatividade foram bem aceitas, pois a participação dos envolvidos culminou no entendimento que para um grupo conviver bem é preciso respeito e que numa situação educacional isso é essencial já que o fim último desse processo é a formação para cidadania, assim as oficinas contribuíram trazendo de forma lúdica questões relacionadas a valores.

CONCLUSÃO: O *feedback* dos participantes bem como dos gestores da escola foi que as ações se mostraram eficazes no que se propunham, isto é, a Psicologia se afastando das práticas tradicionais e contribuindo para saúde de pessoas, grupos, instituições sociais através de uma práxis contemporânea.

Palavras-chave: Aconselhamento Psicológico. Escola. Eficácia

REFERÊNCIAS

- BEZEERA, E. N. Plantão psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar: limites e possibilidades. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v.14, n. 1, p. 129-143.
- BUYS, R. C. **Supervisão de Psicoterapia na abordagem humanista centrada na pessoa**. São Paulo: Summus, 1987.

CUPERTINO, C. Criação e formação: a Oficina de criatividade revisitada. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM INSTITUIÇÕES: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNIP, 2006. 7 p.

LEWIS, P; EISENBERG S. **O processo de aconselhamento**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MORATO, H. Pedido, queixa e demanda no plantão psicológico: querer poder ou precisar In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM INSTITUIÇÕES: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNIP, 2006. 7 p.

SCHMIDT, M. L. I. Aconselhamento Psicológico: Questões Introdutórias. In ROSEMBERG, Rachel Lea et al. **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo: EPU. 1987.

SZYMANSKI, H. Plantão psicoeducativo: novas perspectivas para a prática e pesquisa em psicologia da educação. **Psicologia Educacional**, São Paulo, n. 19, p. 169-182, dez. 2004 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2016.

A PRÁTICA DE ATOS VIOLENTOS E A MASCULINIDADE: RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA REVISÃO INTEGRATIVA

AUTORES:

Andréina da Silva Moura

Aline Teles Candido

Ana Helena Vieira de Andrade Dutra

Anne Loyse Silva de Oliveira

Paloma Tereza Melo Lorenço Dantas

INTRODUÇÃO: O objetivo do presente trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica integrativa a respeito dos temas masculinidade e violência. É sabido que em vários lugares do mundo, incluindo aí o Brasil, os números demonstram que pessoas do sexo masculino são as que mais se envolvem na prática de atos violentos (MINAYO; SOUZA, 2003). Dessa forma, resolveu-se investigar qual a produção brasileira que problematiza a relação entre prática violência e masculinidade. **METODOLOGIA:** A revisão integrativa é um tipo de revisão bibliográfica que visa integrar produções dos mais diversos tipos sejam elas empíricas ou teóricas (BROOME, 2006). Para este trabalho duas bases de dados foram pesquisadas: SCIELO e LILACS e para a busca foram utilizados os termos "violência" e "masculinidade". A busca ocorreu entre os dias primeiro e sete de outubro do corrente ano e foram selecionados estudos primários publicados entre 2005 e 2015, escritos em língua portuguesa. Portanto, artigos de revisão de literatura, resenhas teóricas e ensaios de livro foram excluídos dos resultados. Teses e dissertações também não fizeram parte do escopo, com o foco se concentrando em artigos publicados em periódicos. Ademais, foram analisados apenas aqueles artigos que problematizam a prática da violência com a masculinidade. Foi elaborada uma ficha para organização dos dados que continha os seguintes itens: Título do artigo, nome dos autores, nome do periódico, área e ano de publicação, região onde ocorreu o estudo, tipo de estudo, quantidade e faixa etária dos participantes, objetivo da pesquisa, estratégia de coleta de dados utilizada e principais resultados e conclusões do estudo. Neste trabalho, serão apresentados apenas os resultados referentes aos objetivos e as suas conseqüentes conclusões, visto que o foco é resumir o estado da arte dessa área. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram analisados dez artigos no total. Sobre os objetivos das pesquisas tem-se os seguintes resultados: boa parte delas tinha como objetivo a compreensão da masculinidade na prática da violência contra parceiras íntimas, com oito artigos tratando deste assunto (ALVES; DINIZ, 2005; CORTEZ; SOUZA; QUEIROZ, 2010, CORTEZ; SOUZA, 2010; MEDRADO; LEMOS; BRASILINO, 2011; PIMENTEL, 2010; SILVEIRA; MEDRADO; RODRIGUES, 2009; SCHRAIBER et al; 2012; SILVA, et al; 2015.). Sobre a masculinidade e prática de violência em geral, foram dois os artigos analisados: o de Nascimento Gomes e Rebello (2009) e o de Alves et al. (2012). Nota-se assim, que as produções se concentraram, sobretudo, na discussão da masculinidade e sua relação com a violência perpetrada contra parceiras. Não desconsiderando a importância do tema, é interessante propor que mais estudos sejam elaborados sobre a prática de violência em outros contextos que não o das relações conjugais. Sobre as conclusões dos estudos analisados temos os seguintes números: quatro estudos (ALVES; DINIZ, 2005, CORTEZ; SOUZA; QUEIROZ, 2010, CORTEZ; SOUZA, 2010, SILVA et al; 2015) apontam que os respondentes de suas pesquisas possuíam uma concepção tradicional de gênero, baseada no binômio homem-provedor/mulher-cuidadora do lar. De maneira semelhante, Medrado, Lemos e Brasilino (2011), relataram que os participantes de seus estudos viam homens e mulheres de maneira dicotômica. A prática da violência conjugal apareceu como uma forma de controle da parceira nos estudos de Cortez e

Souza (2010) e de Silveira, Medrado e Rodrigues (2010). Este aspecto parece estar associado a outro: a violência ocasionada pelas mudanças no comportamento da mulher, sendo este último resultado apontado pelos estudos de Silveira, Medrado e Rodrigues (2010), Alves e Diniz (2005) e Cortez, Souza e Queiroz (2010). Um outro aspecto importante que surgiu em mais de um estudo foi a minimização das consequências da violência sofrida pela mulher no contexto da violência conjugal, com a consequente culpabilização delas (CORTEZ; SOUZA, 2010; SILVEIRA, 2010). E por fim, outro resultado que se repetiu: a socialização dos meninos/homens como sendo um fator importante para a prática de violência (ALVES; DINIZ, 2005; ALVES et al; 2010; NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, PIMENTEL, 2010). Embora, Nascimento, Gomes e Rebello afirmem que a violência seja fruto de relações desiguais, e que portanto, mulheres também podem ser violentas, os homens acabam sendo mais suscetíveis a ela pela socialização que passam ao longo de suas vidas. Arelado a este aspecto, tem-se também que a socialização de meninos/homens tem como consequência uma permissividade no que diz respeito ao cometimento de atos de violência contra aqueles considerados inferiores (mulheres e homossexuais, por exemplo) como citam Schreber et al. (2012). Os resultados rapidamente relatados aqui demonstram que os autores apontam uma socialização masculina voltada para prática da violência, como sendo algo permitido, e mesmo desejável quando se fala de expressão da masculinidade e que os padrões de gênero tradicionais ainda não foram rompidos mesmo com todas as transformações ocorridas pela crescente obtenção de direitos por parte mulheres. A violência contra parceiras e/ou companheiras aparece nos resultados minimizada pelos homens que a praticam, sendo que as mulheres são vistas como provocadoras da violência que sofrem. É importante discutir esse resultado, pois é possível que os homens que praticam violência tenham dificuldade em reconhecer sua responsabilidade diante dos atos cometidos, sendo este mais um reflexo de uma socialização voltada ao domínio dos outros. **CONCLUSÃO:** O estudo relatado aqui mostra apenas resultados parciais não tendo sido mostrados outros resultados que poderiam ser relevantes tais como a análise metodológica das pesquisas apresentadas. Além disso, pode-se dizer que os resultados se aplicam mais ao contexto da violência conjugal, já que a maior parte dos estudos se voltou a este tema. Embora, o número de artigos tenha sido reduzido, é possível concluir que a prática de violência tem pouco a ver com patologias (como se pensa no senso comum), se relacionando de forma muito mais estreita às questões culturais da construção dos gêneros.

Palavras-chave: Violência. Masculinidade. Revisão integrativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A. et al. Homens, vítimas e autores de violência: a corrosão do espaço público e a perda da condição humana. **Revista Interface**, São Paulo, v. 16, n. 43, p. 871-883, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 out. 2016.
- ALVES, S. L. B; DINIZ, N. M. F. Eu digo não, ela diz sim: a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 387-392, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672005000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 out. 2016.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; KNAFL KA. **Concept development in nursing**, Philadelphia: Saunders; 1993. p. 231-50

CORTEZ, M. B; SOUZA, L; QUEIROZ, S. S. de. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. **Revista Psicologia Política**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 227-243, dez. 2010. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2010000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2016.

_____. A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. **Arquivos Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n.2, p. 129-142, 2010. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672010000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2016.

MEDRADO; LEMOS, A. R; BRASILINO, J. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Revista Psicologia estudo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 471-478, set. 2011 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722011000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2016.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. **A violência sob o olhar da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

NASCIMENTO, E. F do; GOMES, R; REBELLO, L. E. F. de S. Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, ago. 2009. Disponível em:
<http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400021>. Acesso em: 12 out. 2016.

PIMENTEL, A. Violência doméstica praticada por homens detidos na Delegacia da Mulher de Belém. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 16, n. 2, p. 148-156, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2016.

SCHRAIBER, L. B. et al. Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 790-803, dez. 2012 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2012000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2016.

SILVA, F. A. et al. Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma construção participativa. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 177-191, jun. 2015 . Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082015000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2016.

SILVEIRA, Paloma Silva; MEDRADO, Benedito; RODRIGUES, Laís Oliveira. Sentidos de violência contra as mulheres nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal. **Caderno Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 951-970, 2009. Disponível em:

<http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2009_4/artigos/Artigo_3.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

O PAPEL DA RESSIGNIFICAÇÃO NO PROCESSO DO LUTO MATERNO

AUTORES:

Bianka Andressa de Oliveira Medeiros

Luan Mendonça de Oliveira

Tassiana Alice Figueiredo Rocha

INTRODUÇÃO: A morte como parte constituinte do ciclo natural do desenvolvimento humano é um fato inevitável e irrevogável, contudo falar do processo de morte e da vivência do luto após o falecimento de alguém significativo é bastante doloroso e incômodo para aqueles que ficam e precisam lidar com o sofrimento oriundo da ausência. Em nossa sociedade contemporânea, é notório o luto e a perda serem visualizados como algo negativo e angustiante, a vista disso tenta-se progressivamente mascarar e disfarçar essa dor para satisfazer uma imagem sociocultural de “vivência particular da dor” em que se censuram demonstrações públicas de sofrimento referente à privação do vínculo que outrora havia com o outro. O luto materno é compreendido como aquele advindo da perda de um filho, podendo esta ser perinatal que segundo Vidal (2010, p. 3185) “é definida como sendo o óbito fetal ocorrido nas últimas semanas de gestação ou o do recém-nascido nas primeiras semanas após o parto.”, além daquela proveniente do óbito tardio que acometem os sujeitos ao longo do processo vital. O luto materno é um processo puramente singular, já que muitos fatores estão relacionados, como principalmente o vínculo eu-tu, ou seja, mãe-filho, sendo esse laço muito forte. Na vivência do luto materno, a literatura aponta certos constituintes primordiais que embasam essa experiência existencial, diante disso Freitas e Michel (2014) elencam alguns desses constituintes presentes na vivência das mães enlutadas, a saber: dor, culpa, perda no modo de existir e no sentido da vida, e fragmentação dos laços afetivos. Diante desta perspectiva, falar desses constituintes demonstra que o luto requer uma ressignificação da forma de ser-no-mundo, ou seja, “requer um redimensionamento na sua forma de existir no mundo, possibilitando proximidade com o seu modo de ser mais próprio” (SILVA; MELO, 2013, p. 154). Em face disto, o objetivo principal desta revisão bibliográfica é problematizar o papel dessa ressignificação na experiência do luto materno. **METODOLOGIA:** Para a realização deste estudo, foi necessário um levantamento bibliográfico referente à temática exposta, portanto foi indispensável que houvesse uma organização metodológica que atendesse aos requisitos básicos da pesquisa em revisão de literatura. Assim, para a escrita deste resumo expandido, inicialmente, foram utilizadas as bases de dados do Google Acadêmico como recurso de busca e as plataformas de pesquisa científica da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a SciELO. Por conseguinte foram consideradas pertinentes todas as publicações que usaram os descritores “luto materno” e que possuísem o período de publicação entre os anos de 2007 a 2015, foram excluídos deste processo artigos que não se encontrassem na língua portuguesa e não estivessem disponíveis de forma completa, além de teses e dissertações. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Falar sobre morte e luto em nossa sociedade é ainda um paradigma que exige muita discussão e problematização, pois quando se tange ao nível da dor da perda as pessoas tendem a fugir e buscar formas de não lidar diretamente com esta demanda, pois lhes dispensa um alto nível de energia emocional. análogo a isso Lima e Fortim (2015, p. 774) afirmam que “pensar sobre a morte é inicialmente deparar-se com uma experiência de esvaziamento de sentido, da qual nos falta definição e explicação.” O luto aqui compreendido como o processo psíquico que é ocasionado pela perda de um objeto de grande estima de alguém é um fenômeno bastante significativo da existência humana, diante dessa realidade Bousso (2011 apud LEMOS; CUNHA, 2015, p.1124) ressalta que “enlutar-se é um processo doloroso de mudança de

representação que todos vivenciam em algum momento da vida e que implica em um processo dinâmico que o sujeito abandona esquemas e aprende outros”. Diante do exposto cabe ressaltar aqui a importância da discussão a respeito do luto materno, compreendido como a reação frente à perda de um filho por uma figura materna, que ao longo do tempo vem mudando em relação não só como a enlutada vivencia o processo de elaboração da ausência do filho falecido, como também a forma que a sociedade vem lidando com esse tema tão significativo, partindo desse ponto Carvalho e Meyer (2007, p.34) salientam que “as formas de lidar com a morte foram se modificando ao longo do tempo, atualmente, são diversos os estudos sobre a relação das pessoas com a morte, enfocando os processos de luto”. Estudos longitudinais vem mostrando como é importante o apoio familiar e social as enlutadas nessa elaboração e na resignificação que a mulher atribui à perda, neste quesito, caso haja este amparo isso poderá resultar em uma reorganização da estrutura familiar, além da presença de outros constituintes estruturais comuns desta experiência. Com base nas literaturas pesquisadas que deram embasamento a realização deste estudo, foi possível perceber que os elementos constituintes que se relacionam com a vivência da perda materna, são: Dor, Perda de um modo de existir e a Fragmentação dos laços afetivos. No que tange ao constituinte da dor podemos explanar que a mesma é vivenciada por cada uma das mães enlutadas de forma única, ou seja, a pesar da dor ser algo comum se tratando do luto materno, a forma com que as mães o experienciam são diferentes. No constituinte relacionado a perda no modo de existir, a mãe percorre um processo de redefinição do seu papel subjetivo, pois com a morte do filho ela passa a se perceber sem perspectiva de vida, já que sua existência, ou o sentido dela, era em ser mãe. Como aborda Freitas e Michel (2014, p. 277) “para essas mães, não são apenas seus filhos que morrem, mas também o modo de existir que se mostrava apenas na relação com eles”. Em relação ao constituinte fragmentação dos laços afetivos, não é de se estranhar o distanciamento de pessoas que antes eram próximas ao filho perdido, ou até mesmo o silêncio da própria família no que se refere a morte do ente querido, fazendo assim com que esta mãe sinta-se mais desamparada e solitária em seu processo de luto, a partir dessas observações, algumas indagações são efetuadas quando o assunto é luto materno, especificamente: como a mãe recomeça sua vida após perder um filho e de onde tirar subsídios para enfrentar a vivência dolorosa desta perda, estes questionamentos poderiam ser respondidos com uma única palavra, sendo esta, resignificação. É nesse processo de resignificar a forma de ser no mundo que as mães enlutadas têm uma maior valorização da vida, buscam novos sentidos existenciais e há um maior crescimento pessoal. **CONCLUSÃO:** Diante do que fora observado concomitante aos artigos estudados foi possível perceber o papel relevante e essencial que a resignificação possui na elaboração do luto materno, pois é através dessa reorganização vivencial que ocorre nessas mães enlutadas uma nova forma de ser-no-mundo, ou seja, é partindo desse princípio, em resignificar a vida que muitas vezes elas conseguem se reerguer e dar continuidade a sua existência. O processo do luto materno por si só é uma vivência altamente singular e tratando da elaboração dessa perda, pode-se afirmar que esta é puramente subjetiva, tendo em vista que a forma que cada mãe lida com a perda é única, muitas vezes para superar o sofrimento que essa perda ocasiona, a mãe utiliza alguns recursos próprios de superação da dor advinda da privação da relação com o filho morto.

Palavras-chave: Luto Materno. Resignificação. Perda

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fernanda Torres de; MEYER, Laura. Perda Gestacional Tardia: Aspectos a serem enfrentados por mulheres e conduta profissional frente a essas situações. **Boletim de**

Psicologia, São Paulo, v. 57, n.126, p. 333-48, jun. 2007. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v57n126/v57n126a04.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

FREITAS, Joannelise Lucas de; MICHEL, Henrique Fuck. A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 273-283, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/10.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

LEMOS, Luana Freitas Simões; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Concepções sobre morte e luto: Experiência feminina sobre a perda gestacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n.4, p. 1120-1138, out/nov. 2015. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1120.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

LIMA, Sabrina; FORTIM, Ivelise. A escrita como recurso terapêutico no luto materno de natimortos. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 771-788, dez 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v18n4/1415-4714-rlpf-18-4-0771.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SILVA, Patrícia Karla de Souza e; MELO, Symone Fernandes de. Experiência materna de perda de um filho com câncer infantil: Um estudo fenomenológico. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 147-156, jul./dez 2013. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v19n2/v19n2a02.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

VIDAL, Manola. Gravidez após morte perinatal: sobre a relação da mãe com o bebê sobrevivente. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3185-3190, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s2/a23v15s2.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

CONTRIBUIÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS COM DEFICIENTES INTELECTUAIS

AUTORES:

Alyne Mayara Silva de Morais

Waleska Patrícia Lima dos Santos

INTRODUÇÃO: A Psicomotricidade estuda a relação movimento, cognição e afeto, podendo contribuir com vários campos, dentre estes, o educacional. Nesse trabalho, o objetivo é favorecer ou desenvolver os processos mentais e relacionais e, com isso, prevenir problemas na aprendizagem e desenvolvimento humanos. (BUENO, 2013). Nos casos de pessoas com deficiência, a educação psicomotora funciona como estimulação e esse é o caso da deficiência intelectual (DI) - “transtorno que inclui déficits funcionais, intelectuais, adaptativos, dos domínios conceitual, social e prático” (ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA, 2014). É nesse contexto que se insere o objetivo desse estudo que buscou levantar evidências sobre a contribuição da Psicomotricidade para as práticas educativas com deficientes intelectuais como determina a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007). **METODOLOGIA:** O presente estudo é fruto de uma revisão de literatura na base de dados SciELO e do Google Acadêmico usando as palavras-chave: “deficiência intelectual”; “deficientes intelectuais”, “Psicomotricidade”; “inclusão escolar”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os artigos apontaram as seguintes ideias: a Psicomotricidade age como ação educativa integradora, embasada na comunicação, na linguagem, nos movimentos que aperfeiçoam o ser humano (BARROS; BARROS, 2005). Além disso, para evitar que a criança tenha ou aumente deficiências que a impeçam de desenvolver seu cognitivo, é preciso respeitar as etapas do desenvolvimento motor (LAPIERRE, 2002). Corroborando o posto, Fonseca (1988) salienta que a Psicomotricidade compensará a repressão do movimento em detrimento às práticas teórico-instrumentais características da educação na atualidade. Para Freitas e Mariléa (2014), a ação psicomotora pode alterar positivamente o ritmo mais lento que por ventura esteja atrapalhando o desempenho do indivíduo. Já Segundo Sasaki (1997, p.115 apud BOZZO, 2012, p. 82 – 83) citando a declaração de Salamanca, contribui enfatizando que “ [...] os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição de escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e prover-lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta”. A pesquisa de Morais e Maluf (2015) revelou uma conjuntura de fatores que contribui negativamente para o processo educacional, são eles: lacunas graves na formação dos profissionais da Educação, demanda por revisão do currículo em Pedagogia que permita o retorno da Psicomotricidade à grade e a inclusão da Neuroaprendizagem como disciplina na formação do educador. Ainda sobre o papel do professor no processo inclusivo, afirma Werneck (1999) que o professor precisa perceber a criança diferente como um desafio, um fomento a seu crescimento profissional. **CONCLUSÕES:** Desde o início do da sistematização dos conhecimentos sobre DI, houve dificuldade em estabelecer delimitações terminológicas e formas de intervenção para este público (GARCIA; MORENO, 1992). Hoje, os indivíduos com DI são diagnosticados ao se analisar sua atuação intelectual e suas habilidades adaptativas e podem ter intervenções e serviços de apoio necessários (SMITH, 2008). Carvalho (2003), alertam para que as condições intelectuais desses sujeitos devam ser culturalmente significadas e qualificadas. Conclui-se que essa ressignificação é

imprescindível no espaço escola e que a Psicomotricidade pode oportunizá-la por sua visão de homem, mutável, sistêmico e complexo.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Inclusão. Deficiência Intelectual.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROS, D.; BARROS, D. R. **A Psicomotricidade, essência da aprendizagem do movimento especializado**. Disponível em:
<<http://www.geocities.ws/grdclube/Revista/Psicoess.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

BOZZO, Fatima Eliana F. **Inclusão na escola**. São Paulo: Lins, 2012

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: 2007.

BUENO, Jocian Machado. **Psicomotricidade teoria e prática: da escola à aquática**. São Paulo: Cortez, 2013.

CARVALHO, Elda Maria Rodrigues de. Tendências da educação psicomotora sob o enfoque walloniano. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 84-89, set. 2003. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2016.

FONSECA, Vitor da. **Da filogênese à ontogênese da psicomotricidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

FREITAS, Alciléia Sousa; Israel, Vera Lúcia **A psicomotricidade no desenvolvimento do esquema corporal na aprendizagem de pessoas com deficiência**. Paraná, 2008.

GARCIA, Santiago Molina; MORENO, Ángel Gómez. **Mitos e ideologias em laescolarizacion del niño deficiente mental**. Zaragoza, Espanha: Mira Editores, 1992.

LAPIERRE, André. **Psicomotricidade relacional e análise corporal da relação**. Curitiba: UFPR, 2002.

MORAES, Sonia; MALUF, Maria Fernanda de Matos. Psicomotricidade no contexto da neuroaprendizagem: contribuições à ação psicopedagógica. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 84-92, 2015. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2016.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. Tradução de M.A. Almeida. São Paulo: Artmed, 2008.

WERNECK, Cláudia. **Quem cabe no seu todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

O LÚDICO COMO MEIO FACILITADOR DO DESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS

AUTORES:

Luciana Carla Barbosa de Oliveira

Mario Thiago Flores Figueiredo

INTRODUÇÃO: O construto a seguir remonta ao conceito de saúde, com ênfase no desenvolvimento humano e a importância do brincar no contexto de hospitalização infantil. Leva-se em consideração perspectivas históricas e estruturais, aliadas aos princípios de humanização com respaldo das literaturas clássicas e científicas das temáticas envolvidas. Destacam-se os processos lúdicos no meio hospitalar como facilitadores e preconizadores do desenvolvimento saudável e protetivo das crianças neste contexto uma vez que, a hospitalização provoca impactos desenvolvimentais, cognitivos e afetivos na criança. É notório o papel dos profissionais de saúde enquanto agentes de integração, cooperação e transformação do cuidado, acolhimento e mediação das propostas que envolvem ludicidade com o público infantil. Por conseguinte, este trabalho reitera o compromisso com os aspectos de bem estar, saúde e qualidade de vida na atenção à criança hospitalizada e deixa evidências para incentivar futuras pesquisas na área. E seu conteúdo busca responder as seguintes questões: a) como as crianças lidam com a doença-tratamento-hospitalização? b) Qual a representação do conceito de saúde, doença e hospital elas têm? c) Como percebem a equipe de saúde? d) Que elementos são favoráveis para lidar com o sofrimento da internação?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O fenômeno do adoecer provoca um desequilíbrio no indivíduo não somente orgânico, mas também emocional. Este último, se não trabalhado, pode trazer consequências negativas em seu tratamento. Um ambiente adequado com profissionais qualificados favorece a mudança e a adesão do paciente ao tratamento (MELLO FILHO, 2002). A Psicologia da Saúde/Hospitalar traz a proposta de compreensão integral, ação e resgate do ser humano, inserido no processo saúde-doença. Busca focalizar o atendimento do sujeito enquanto ser biopsicossocial, relacionando indivíduo/meio dentro da dinâmica do adoecer. Dispõe-se a humanizar, assistir e inserir tanto o paciente quanto seus familiares como elementos essenciais e ativos no processo de reabilitação. Entende-se que tal atuação preconiza uma visão e atuação multi e interdisciplinar, propondo uma conexão, uma integração de saberes que se complementam na compreensão deste sujeito doente. Neste sentido, inibir, minimizar, reduzir o sofrimento psíquico está como objetivo principal do psicólogo hospitalar. Seu modelo de atuação encontra-se diretamente vinculado à instituição hospitalar e seus aspectos inerentes à morte, doença, perda, luto, separação, vínculo, apego, entre outros. Trabalhar em um ambiente hospitalar é lidar com o desenvolvimento humano. Nessa instituição, pode-se encontrar, adultos, idosos, adolescentes e o foco desta proposta, as crianças (CHIATTONE, 2003). Concebe-se que a hospitalização é em si, um evento traumático para a criança. Há uma quebra da sua rotina e a separação de elementos significativos como a sua casa, pais, escola, amigos, família, brinquedos, entre outros. Rompe-se muitas vezes, todo o seu referencial de vida e os laços emocionais. O indivíduo hospitalizado é exposto a vivências potencialmente traumáticas, tais como: colocação de scalp, limitação de movimentos corporais, injeções, medicações, curativos, exames, cirurgia, ambiente e pessoas desconhecidas, quebra no vínculo e contato familiar, quebra na rotina diária, quebra do vínculo social e escolar (MAIA, 2012). O nível de angústia/ansiedade é evidente. A internação afeta e compromete não só o orgânico, mas também o seu desenvolvimento psicossocial. **METODOLOGIA:** Diante da pouca literatura existente e questões supracitadas acerca da hospitalização infantil, torna-se premente conhecer a percepção da criança acerca do processo do adoecer e sua internação hospitalar. Neste

sentido, para ampliar e discutir a temática, optou-se por realizar um estudo ampliado e diversificado. Sendo assim, foi utilizada uma revisão de literatura, com uso dos livros de referência da área de psicologia, saúde, desenvolvimento humano e do contexto hospitalar, já elencados na fundamentação teórica. De maneira complementar, foram realizadas buscas de artigos científicos nas bases da SciELO, BIREME/LILACS e BVS/PEPsic considerando as palavras chaves: Psicologia Hospitalar; Desenvolvimento infantil; Pediatria; Lúdico; Hospital. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Constatou-se que o contexto de hospitalização afeta diretamente o desenvolvimento das crianças. A visão do hospital e do processo saúde-doença é traduzida por uma limitação de contato social e da possibilidade do brincar. A equipe é vista como a linha de frente da intervenção em saúde, cujas evidências alertam para necessidade de um atendimento humanizado e atrelado aos processos lúdicos como a brinquedoteca. Pontua-se que há um campo fértil para desenvolver atividades que contribuam para a socialização no ambiente hospitalar. Questiona-se e discute-se o que as equipes de saúde podem engendrar para aprimorar o trato com crianças neste contexto, tendo em vista o constante investimento em humanização do sistema de saúde? Outra pergunta que carece de mais estudos para ser respondida é: o que os estudos e pesquisas têm promovido de transformações efetivas neste contexto e se os construtos teóricos culminam, efetivamente, na prática aprimorada nesta área do conhecimento?. **CONCLUSÕES:** Oferecer um atendimento humanizado à criança é de grande importância na hospitalização, de modo a resguardá-la de um atendimento impessoal, extremamente tecnicista e agressivo, e sim proporcionar a mesma um espaço só seu, que traduza seu *modus operandi* e priorize suas necessidades enquanto ser biopsicossocial em fase de pleno desenvolvimento. É válido que, o ambiente e a assistência contribuam para o desenvolvimento integral incentivando, a saúde, liberdade motriz e de escolha, viabilizando a interação infantil ativa. É de grande relevância, possibilitar o indivíduo a conhecer suas potencialidades, conhecer e entender os aspectos biopsicossociais inerentes ao processo doença-hospitalização com uma visão integral, suprindo as necessidades. Compreende-se que o modo de perceber a instituição, a equipe e a doença pela criança interfere positivamente ou negativamente na qualidade da sua adesão ao tratamento.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar. Desenvolvimento infantil. Pediatria. Lúdico. Hospital.

REFERÊNCIAS

CHIATTONE, H. B. A Criança e a Hospitalização. In: ANGERAMI-CAMON, V. A. **A Psicologia no Hospital**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CREPALDI, M. A. **Hospitalização na infância:** representações sociais da família sobre a doença e hospitalização de seus filhos. Taubaté: Cabral Universitária, 1999.

ERIKSON, E. H. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FERREIRA, N A S. Representação social do lúdico no hospital: o olhar da criança. **Journal of Human Growth and Development**, v. 24, n. 2, p. 188-194, 2014.

LINDQUIST, I. **A criança no hospital:** terapia pelo brinquedo. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1993.

MAIA, E. M. C; OLIVEIRA, L. C. B; GOMES, C. C. (Orgs.). **Psicologia, saúde e desenvolvimento humano**. Natal: EDUFRN, 2012.

MELLO FILHO, J. **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, L. C. B.; MAIA, E. M. C. **Proposta de um modelo assistencial humanizado pediátrico baseado nos preceitos do desenvolvimento infantil**. Monografia. (Especialização em Psicologia da Saúde: Desenvolvimento e Hospitalização). Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2002.

PAPALIA, D. E; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

VIEGAS, D. (org.). **Brinquedoteca hospitalar: isto é humanização** - Associação Brasileira de Brinquedotecas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007

WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA: AUMENTO DA AUTOESTIMA NA TERCEIRA IDADE

AUTORES:

Ana Kariny Cabral Araújo
Iara dos Santos Barbosa da Silva
Lívia Fernandes de Queiroz
Raphael Moura Rolim

INTRODUÇÃO: A partir do conceito de atividade física apresentado por Freire et al (2014), podemos entender como atividade física todo e qualquer movimento realizado pelo corpo humano que visa o gasto de energia. A prática da atividade física regular traz benefícios diretos e indiretos à saúde do idoso. Baseados nisso, procuramos analisar como a autoestima e a autoimagem são afetadas por essas mudanças de hábitos. De acordo com Schilder (1981 apud BENEDETTI 2003), a autoimagem é formada de maneira inconsciente, pela forma que enxergamos o nosso próprio corpo, esta pode ser positiva, como também negativa. Hasse (2000 apud BENEDETTI, 2003) afirma que no decorrer do desenvolvimento da terceira idade existe uma diminuição da autoestima. Este fato pode ser causado pela série de mudanças que ocorrem nessa fase. De acordo com Benedetti (2003) a atividade física tem um papel fundamental nessa etapa, pois cria uma espécie de equilíbrio na restauração da saúde e qualidade de vida. Esse estudo tem por objetivo realizar uma revisão da literatura referente aos benefícios da prática de atividades físicas (AF) no bem-estar dos idosos. Para isso, buscou-se analisar especificamente os fatores psicológicos, como autoestima e consequentemente a autoimagem, após o início da AF. Partimos, então, do pensamento de Mazo, Cardoso e Aguiar (2006) ao analisar os fatores que acabam por motivar os idosos a entrarem e permanecerem na AF, como também a sua ligação direta com o aumento da alegria e o desenvolvimento de um autoconceito positivo. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada foi a revisão de literatura realizada através do Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A pesquisa teve como descritores: Autoestima; Autoimagem; Atividade física; Bem-estar. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos últimos 14 anos, que contemplassem o objetivo do estudo, que tivessem livre acesso e língua vernácula. Os critérios de exclusão foram artigos em inglês, espanhol, que não discorressem a temática com objetivo de se verificar questões diferentes das supracitadas, que se referiam a efeitos psicológicos como consequência. Foram utilizados quatro artigos para elaboração do estudo. Partindo da análise desses estudos científicos e da compreensão global do assunto problematizado é possível haver a compreensão dos reais benefícios alcançados por idosos ativos. Procuramos, para tanto, elucidar as principais modificações comportamentais acarretadas pelo exercício físico. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A atividade física atua de forma preventiva para doenças, podendo assim então prolongar a expectativa de vida dos seus praticantes, proporcionando uma melhor qualidade e bem-estar durante as fases do ciclo vital, isto pode ser evidenciado pois possuir e manter hábitos saudáveis regulares ao longo da vida, se faz relevante para o envelhecimento saudável. Estes hábitos podem ser evidenciados nos cuidados com a alimentação, no não consumo de bebidas alcólicas, na prática de exercícios (BENEDETTI; PETROSKI; GONÇALVES; 2003). Ainda de acordo com Benedetti (2003), a prática e a preservação de atividades física durante o desenvolvimento humano é de suma importância para a última fase do desenvolvimento, que é a vida adulta tardia. Alguns autores afirmam que “são vários os fatores que induzem as pessoas a iniciarem e a manterem-se em um programa de atividade física. Estes são divididos em fatores não modificáveis, como a idade, o gênero, a raça e etnias, e em fatores modificáveis, como a aprendizagem, as características da personalidade, as circunstâncias

ambientais e o meio social” (MAZO; CARDOSO; AGUIAR; 2006). Diversos autores apontaram a relação do aumento da autoestima e autoimagem relacionadas a prática de exercícios frequentes. Benedetti (2003) realizou uma pesquisa com idosas em um asilo que não havia realização de atividades físicas, mas que as idosas possuíam condições de realizar as atividades. Contou com 29 idosas acima de 60 anos, divididas em grupo experimental e controle. Foram realizadas atividades físicas três vezes por semana, nesta instituição, durante cinco meses. Para a avaliação da autoestima e autoimagem usou um questionário validado para idosos. Esta pesquisa concluiu que os idosos do grupo experimental apresentaram melhor autoestima e autoimagem que nos grupos controles. Observou-se que, desde o início do programa houve mudança na imagem corporal, relativos a vaidade. Em algumas idosas também foram notadas mudanças na aparência física. Podemos entender que a autoestima está associada ao sentimento de utilidade do idoso com a sociedade. A retomada da interação social a partir de grupos de desenvolvimento de atividades resgata a autoestima e revigora a autoimagem. Principalmente, tratando-se de idosos institucionalizados, palavras de carinho de terceiros possuem um valor significativo, considerando que os contatos com eventos externos são muito reduzidos. A autoestima positiva acarreta no ajustamento emocional e no bem-estar, o que corresponde a uma vida satisfatória. Por sua vez, Mazzo, Cardoso e Aguiar (2006) traz a confirmação de que um dos aspectos que motivam a prática de AF pelos idosos é a autoestima, pois a velhice é uma fase que ocorre muitas mudanças físicas e isso torna a autoimagem de si mesmo negativa, temos então uma ligação direta com o psicológico de cada sujeito, tendo variáveis de acordo com o gênero de cada indivíduo. **CONCLUSÃO:** Discutir os benefícios da atividade física para a terceira idade, em especial a relação da autoestima que a prática promove, através de uma revisão de literatura, nos possibilitou compreender como uma boa autoestima e autoimagem influenciam na qualidade de vida do sujeito. Contudo, sabemos que nem toda população idosa é ativa, no que diz respeito a prática de atividades físicas. Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que é necessário que além de conscientizar os idosos e incentivá-los a praticarem AF, incentive-se a criação de grupos com atividades voltadas para a terceira idade que incluam os devidos profissionais de saúde, a fim de oferecer um cuidado especializado na realização.

Palavras-chave: Autoestima. Autoimagem. Exercício.

REFERÊNCIAS

- BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo.; PETROSKI, Édio Luiz; GONÇALVES, Lúcia Takase. Exercícios físicos, auto-imagem e auto-estima em idosos asilados. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano (RBCDH)**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 69-74, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/3957>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- FREIRE, Rafael Silveira et al. Prática regular de atividade física: estudo de base populacional no Norte de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 20, n.5, p.345-349, Oct. 2014 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922014000500345&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2016.
- MAZO, Giovana Zarpellon; CARDOSO, Fernando Luiz; AGUIAR, Daniela Lima de. Programa de hidroginástica para idosos: motivação, auto-estima e auto-imagem. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano (RBCDH)**, Florianópolis, v. 8, Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX **ISSN: 2525-5835**

n. 2, p. 67-72, 2006. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/viewFile/3883/16671>>. Acesso em: 18 out.
2016.

PERCEPÇÕES DE VIDA E RELAÇÕES SOCIAIS NO TRABALHO EM MULHERES LÉSBICAS

AUTORES:

Ana Kelly Teixeira

Leandro de Oliveira Araújo

Nívia de Araújo Lopes

Patrícia Souza

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa sobre a qualidade de vida em mulheres lésbicas no seu contexto de trabalho. O objetivo é encontrar elementos que caracterizam a qualidade de vida dessas mulheres por meio da impressão diagnóstica, que consiste em conhecer e levantar dados do universo estudado, para fins acadêmicos, levando em consideração o contexto histórico-social e as relações interpessoais dessas mulheres.

METODOLOGIA: Este estudo é fruto de uma atividade acadêmica da disciplina de práticas integrativas em psicologia V, cátedra do 5º período do curso de Graduação de Psicologia da UNIFACEX. Tem como objetivo caracterizar a qualidade de vida de um público específico, dentro da vida adulta, e elaborar uma impressão diagnóstica sobre o grupo estudado. Busca também unir, de forma prática, conceitos e teorias aprendidas ao longo do semestre. Especificamente, este trabalho buscou caracterizar percepções de vida e relações interpessoais no trabalho em mulheres lésbicas, levando em consideração o contexto histórico-social e as relações interpessoais das mesmas. O público pesquisado foi composto por três pessoas do sexo feminino, com idade entre 32 e 48 anos. Antes da aplicação de qualquer atividade, cada participante respondeu um termo de consentimento autorizando sua participação para fins de pesquisa e foi entregue um termo de compromisso livre esclarecido (TCLE) com a responsabilidade no uso dos dados. A realização do estudo e coleta de dados em campo ocorreu na casa de uma delas, em dois momentos. O primeiro momento consistiu na exibição de uma reportagem de TV denominada “vai fazer o quê?”, exibido no programa do fantástico, da rede globo de televisão. O quadro expõe uma cena de atores que faziam o papel de um casal homossexual sofrendo agressões verbais homofóbicas. Após a exposição, realizamos uma discussão, deixando o espaço aberto para que elas pudessem se colocar. No segundo momento, foi realizado um questionário autoaplicável contendo 10 perguntas subjetivas abordando dados pessoais e aspectos psicossociais como: família, trabalho, educação, relações interpessoais, saúde e preconceito. Os instrumentos utilizados possibilitaram a construção de uma impressão diagnóstica, em que seus principais resultados serão apresentados em seguida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Em algumas culturas, os significados da vida adulta podem variar, bem como seus papéis e até marcadores de idade. A idade cronológica pode variar ou até novas nomenclaturas podem ser adicionadas de acordo com o desenvolvimento e aprofundamento do estudo e variação do tempo de vida de determinada sociedade (PAPALIA; FELDMAN, 2006). A literatura relata que gerações que hoje são adultos de meia idade cresceram ouvindo que a homossexualidade era algo negativo. Essa afirmação explica, em parte, o fato de que a homossexualidade pode ser encarada de forma distinta entre as diferentes faixas etárias, podendo ocasionar comportamentos ligados a ocultação da orientação sexual do sujeito, gerando prejuízos nas relações interpessoais e em diversos espaços de convívio (PAPALIA; FELDMAN, 2006). Sabe-se que a cultura que se estabelece em um grupo, permite a percepção de papéis dentro desse e fornece elementos sobre como devemos agir e quando emitir certos tipos de comportamentos para cada situação. O ambiente de trabalho é um local em que a cultura do grupo influencia o comportamento individual. Criam-se normas, padrões aceitáveis de comportamento compartilhados pelos membros do

grupo. Surge então o conceito de conformidade, ou seja, ajuste de comportamento para que um indivíduo se alinhe as normas do grupo (DUPUIS, 1996 apud ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, 2004). Dessa forma, uma cultura que estabelece que a homossexualidade é algo errado ou negativo, pode trazer dificuldades para as pessoas que são homossexuais no seu convívio pleno dentro dos grupos em que participam. A homossexualidade deixou de se caracterizar como psicopatologia há pouco tempo, visto que no DSM I (1952), a homossexualidade estava incluída dentre os distúrbios sociopáticos da personalidade. Já na segunda edição do DSM II (1968), a homossexualidade estava dentre os desvios sexuais, considerando os homossexuais como incapazes de substituir esse comportamento anormal por comportamentos sexuais considerados normais. Logo em seguida, na terceira edição do DSM III (1980) homossexualidade estava inclusa na categoria geral dos transtornos psicosssexuais, sendo referida especificamente como homossexualidade egodistônica, portanto poderia ser considerado um transtorno psicológico, pois apenas os indivíduos que tivessem uma preocupação interior persistente em relação a sua orientação, desconsiderando como requisito diagnóstico a insatisfação e os conflitos entre a orientação do indivíduo e a sociedade. A partir do DSM IV (1994) não se observa referência a homossexualidade egodistônica, desaparecendo qualquer comentário ou termo diagnóstico (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013). Atualmente, as pessoas homossexuais apenas recebem tratamento psiquiátrico ou psicoterápico quando sua orientação sexual representa um significativo sofrimento e desconforto psicossocial (COHENKETTENIS; GOOREN, 1999 apud DALGALARRONDO, 2008). Observa-se que há muito caminho a ser percorrido para que a orientação sexual do indivíduo não seja fator de sofrimento ou desconforto. O processo educacional pode ajudar as atuais e futuras gerações à permitir uma adequada vivência de sua sexualidade (BRASIL, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O público pesquisado é composto por três pessoas do sexo feminino, com idade entre 32 e 48 anos e nível médio completo. Duas delas trabalham e a outra é aposentada, todas se encontram em união estável. Com relação à discussão realizada com as mesmas sobre o vídeo, as entrevistadas relatam que a homossexualidade é mais aceita atualmente em relação à pouca aceitação em épocas anteriores. Entretanto, as entrevistadas afirmam ainda sofrer preconceito. Segue abaixo trechos de respostas que embasam nossos achados: “eu me vejo um pouco retraída, pois o preconceito é grande”; “sim, com certeza” (quando perguntada sobre sofrer preconceito). Foi investigado se as mesmas já apresentaram algum sofrimento psíquico com relação à sua orientação sexual, e uma delas relatou sentir-se em alguns momentos profundamente triste, muitas vezes prefere isolar-se da família pela falta de aceitação de sua condição sexual, relatou também sentir-se rejeitada por eles. Segundo Papalia e Feldman (2006) os relacionamentos de mulheres lésbicas que cresceram numa época em que a homossexualidade era considerada uma doença mental enfrentavam muitas dificuldades, porém atualmente essa geração começa a explorar as oportunidades consequentes da aceitação social da homossexualidade como modo de vida. A experiência de vida relatada pelo grupo pesquisado se mostrou coerente, em parte com esse dado, pois apesar de haver uma percepção de maior aceitação geral pela sociedade, sofrer o preconceito ainda é algo comum no cotidiano dessas mulheres, inclusive por parte da própria família. No aspecto relacionado à inserção e adaptação à um ambiente de trabalho, as entrevistadas falaram que estão “bem” inseridas no local de trabalho, porém, quando o assunto é sexualidade, elas escondem a sua orientação sexual.

CONCLUSÃO: A impressão da qualidade de vida dessas mulheres é que elas possuem bons relacionamentos, mesmo existindo algumas ressalvas de distanciamento com a família de uma das entrevistadas. Foi muito fácil o diálogo sobre a homossexualidade com elas, indicando que elas não têm problemas em discutir essa temática na maioria das vezes. Com relação ao ambiente de trabalho, evidenciou-se que há um incomodo e dúvidas em revelar a própria orientação sexual. Esse fator que pode ser influenciado por crenças pessoais,

mas que há um indicativo de que seja um ambiente, o qual, na percepção delas, não há espaço para que sua orientação sexual seja evidenciada de forma natural. Ressalta-se que a temática da homossexualidade e o preconceito ainda devem ser trabalhados em diversos âmbitos na sociedade, a saber, famílias, escolas e ambientes de trabalho. Por fim, esse trabalho possibilitou a união do conhecimento aprendido no semestre com o contato com a realidade, permitiu uma visão do ser humano em seu todo, evitando um estudo fragmentado e puramente técnico.

Palavras-chave: Relações sociais. Trabalho. Lésbicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

DALGARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOMOSSEXUALIDADE como categoria diagnóstica. **Portal Educação**. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/28108/homossexualidade-como-categoria-diagnostica>. Acesso em: 28 maio 2016.

PAPALIA, D. E; OLDS, S. W; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A.V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FORTALECENDO VÍNCULOS ATRAVÉS DO LAZER

AUTORES:

Clarissa Nesi Venzon
Crinaldo Alves de Souza Júnior
Jozileide Silva de Lima
Mayara Jaíra Soares

INTRODUÇÃO: É sabido que o nível de qualidade de vida contribui para longevidade; o lazer e a dança possibilitam aos idosos atividades prazerosas e renovadoras do seu bem-estar. Este trabalho é um relato de experiência, no qual são descritas as observações realizadas com um grupo de seis idosos sobre o que é qualidade de vida para eles. Bem como, sobre os benefícios da dança para esta população e o nível de qualidade de vida dos participantes. Vale salientar que quando falamos de qualidade de vida, nos referimos a algo subjetivo inerente a cada indivíduo. O objetivo deste trabalho foi analisar o que os idosos entendem por qualidade de vida, e quais os benefícios que a dança e o lazer podem proporcionar à qualidade de vida. Os estudos referentes à qualidade de vida do idoso são de suma importância, já que possibilitam entender quais aspectos contribuem para o envelhecer de forma saudável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Segundo Witter et al (2013), a saúde e o sentir-se bem são o resultado do equilíbrio entre várias dimensões funcionais dos idosos, não necessariamente, a ausência de dificuldades ou limitações, mas sim, a capacidade de superá-las. A cada dia a sociedade envelhece mais, e nessa fase do desenvolvimento humano considerado uma etapa do envelhecimento, cabe ressaltar os benefícios trazidos pela prática de exercício físico e de alimentação saudável. Neste sentido, sabemos que “com o crescimento da população idosa o envelhecimento passa a ser percebido de forma diferente e a busca por uma melhor qualidade de vida contribui para um envelhecimento saudável” (PAPALIA, FELDELMAN, 2013, p. 611). O envelhecimento é considerado um fenômeno biológico, psicológico e social que faz parte da humanidade, sendo caracterizado por perdas na capacidade física e cognitiva do organismo humano, não podendo ser reduzida a uma fase de doença e declínio. O idoso deve manter sua vida ativa e saber que esta fase que vive faz parte de sua existência. Segundo Witter et al. (2013), o envelhecimento causa limitações e com isso o idoso passa a desenvolver suas atividades diárias com dificuldades. Segundo Erickson, a “sabedoria significa aceitar a vida que se viveu sem maiores arrependimentos: sem ficar presos ao que ‘deveria ser feito’ ou ‘poderia ter sido’ isso significa aceitar a vida como ela é (1985, apud PAPALIA; FELDMAN p.707).

METODOLOGIA: Participaram da experiência seis idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Cidade de São José do Campestre/RN, todos ativos, sendo dois homens e quatro mulheres com idades entre 60 e 75 anos, frequentadores da sede do serviço social. Para coleta de informações foi administrado métodos quantitativos e qualitativos. Em relação ao primeiro, um instrumento quantitativo, o questionário WHOQOL GENEBRA, que avalia qualidade de vida. E nos métodos qualitativos, uma dinâmica de grupo elaborada pelos autores, nomeada de ‘como me sinto’, rodas de conversa com a temática de qualidade de vida, buscando saber o que o grupo entendia pelo tema e quais eram as práticas de lazer desenvolvidas pelo grupo. Para atingir os objetivos propostos foram feitas duas visitas à sede, na qual, na primeira visita foi feita a apresentação do grupo e aplicação do questionário, na segunda visita foi utilizada a roda de conversa e aplicação da dinâmica com o grupo de idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A prática e o desenvolvimento de atividades de lazer são de grande valia para uma boa qualidade de vida do idoso. O lazer, além de contribuir para um melhor estado de espírito dessa população, pode amenizar os efeitos decorrentes do processo de envelhecimento. O

grupo de idosos observado trouxe em seu relato através da roda de conversa que a dança contribui de forma significativa para o alívio das dores físicas e para o esquecimento de seus problemas, ou seja, bem-estar físico e psicológico. Witter, et al. (2013) afirmam que um bom programa de exercícios para idosos deve enfatizar a flexibilidade, resistência aeróbica e força para a manutenção da massa muscular. Os resultados do questionário WHOQOL GENEVRA indicaram que o grupo apresentou 95% de satisfação em relação a sua qualidade de vida. Com a aplicação da dinâmica como me sinto? O grupo demonstrou conhecimento sobre o tema qualidade de vida, trouxe em seu relato o que entendiam pelo tema abordado classificando assim, qualidade de vida em: ter hábitos alimentares saudáveis, ou seja, comer frutas verduras, não consumir frituras, fazer caminhadas matinais; assim como, o momento de encontro no serviço de fortalecimento de vínculo, como um momento terapêutico e revigorante, capaz de fazer com que eles esquecessem seus próprios problemas. Aos participantes, coube ressaltar a importância de uma alimentação saudável e a prática de atividades físicas e parabenizar o grupo pela alegria e motivação. Quando questionados sobre a disponibilidade de lazer, o grupo apresentou-se 90% de índice de satisfação com os serviços oferecidos pelo serviço social de fortalecimento de vínculo. O grupo de idosos que contribuiu para a elaboração do nosso trabalho demonstrou está atento sobre o tema pesquisado, desenvolvendo estratégias por uma melhor qualidade de vida e demonstrando está satisfeito com o serviço de lazer, proporcionado pelo Serviço de Fortalecimento de Vínculos da cidade de São Jose do Campestre/ RN, o qual realiza atividades de dança, produção de artesanato, jogos, palestras educativas e passeios. **CONCLUSÃO:** A prática e o desenvolvimento de atividades de lazer e dança têm se revelado, na vida dos idosos observados, um fator de crucial importância para sua longevidade e uma melhor qualidade de vida. Vale salientar a importância de se estar desenvolvendo pesquisas para essa população. As limitações deste trabalho referem-se ao fato da amostra ser reduzida e ter se restringido a idosos ativos. Ressaltamos a importância de novos trabalhos serem feitos com idosos sedentários para fins de comparação dos resultados entre o grupo de idosos ativos e idosos sedentários, possibilitando análises mais aprofundadas dos benefícios da dança e da atividade física para uma melhor qualidade de vida dessa população.

Palavras-chave: Idoso. Qualidade de Vida. Dança.

REFERÊNCIAS

FLEEK, M. P. A. Programa de saúde mental organização Mundial da Saúde Genebra. Departamento de psiquiatria e medicinal legal. **WHOQOL – ABREVIADO**, versão em português. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PAPALIA, D. E; OLDS, S. W; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013

WITTER, CARLA; et al. Envelhecimento e dança: análise da produção científica na biblioteca virtual de saúde, **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, São Paulo, v.16, n. 1, p.191-199, mar. 2013.

SERVIÇO SOCIAL

O HOMEM E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL MUNDIAL

AUTORES:

Eliane de Sousa Cunha
Emanuella Guedes dos Santos Pereira
Marília Jacqueline Ferreira de Moura
Orlando Gomes Dantas

INTRODUÇÃO: Este artigo aborda sobre a degradação ambiental global, partindo da análise da relação do homem com o meio ambiente, especificamente a partir do modo de produção capitalista, considerando como marco histórico fundamental a Revolução Industrial e a partir dela os avanços tecnológicos que promoveram grandes inovações nos modos de produção e reprodução da vida humana. O objetivo geral deste trabalho implica em: Apresentar os principais impactos ambientais globais produzidos pela relação do homem com o meio ambiente. Para tal, usamos como objetivos específicos: i) Realizar um estudo sócio histórico das evoluções dos meios de produções a partir da inserção da máquina à vapor nesse processo; ii) Desvelar os impactos da ação humana causados pela sua relação com o meio ambiente; iii) Apresentar algumas das consequências inerentes a degradação do meio ambiente para a vida humana. **METODOLOGIA:** Para a realização desse estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, tais como artigos científicos que abordam sobre essa temática, bem como relatórios e gráficos estatísticos que ilustram a gravidade da degradação ambiental global principalmente acerca das alterações climáticas e suas previsões emitidos pelo IPCC. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** As discussões aqui elencadas faram uso do conceito de Meio Ambiente e Impacto Ambiental descritos na Resolução nº 306/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2002), e ainda, trará os conceitos de Sustentabilidade (SACHS, 1993) e Justiça Ambiental (ACSERALD; MELO; BEZERRA, 2009), bem como o respaldo da Constituição Federal de 1988, no tocante ao Artigo 225, que trata o direito ambiental como um direito de todos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Esse trabalho traz alguns dos principais desdobramentos da degradação ambiental realizada pela ação humana, usando figuras e gráficos (IPCC), que ilustram não só desastres ambientais promovidos pelas alterações climáticas, como também a mortandade de espécies marinhas pelo vazamento de produtos tóxicos no mar, oriundos da falha humana em processos industriais de alto risco ambiental. Além disso, também são apontados os efeitos dessa degradação nas populações mais pobres, o que se opõe aos conceitos de justiça ambientais, apresentado por Acserald, Melo e Bezerra (2009), fortalecendo a hipótese de que o modo de produção capitalista, além de fomentar a desigualdade social, cria as condições elementares para a desigualdade ambiental, posto que os mais pobres são os mais afetados pelos danos causados ao meio ambiente. **CONCLUSÃO:** Pode-se perceber que desde meados do século XX, as discussões sobre os problemas ambientais têm motivado debates internacionais, posto que a ênfase tende a questionar sobre o modo de produção capitalista, visto a possibilidade de escassez dos recursos naturais – matéria prima da produção. Essa problemática vai subsidiar o conceito de Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 1993), que trará consigo uma série de condições para a continuidade do desenvolvimento, enquanto crescimento econômico, sem comprometer a sustentabilidade das gerações futuras. No entanto, nosso trabalho aponta que para além do crescimento econômico “sustentável”, é preciso pensar a justiça social e ambiental como elementos inerentes desse processo, partindo do pressuposto que, as desigualdades sociais frutos do modo de produção capitalista, também se expressam no âmbito ambiental, Henri Acserald (2009, p. 12) discute que “sobre os mais pobres e os grupos étnicos – desprovidos de poder, recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos

ambientais”. A contaminação dos solos, dos rios, o aquecimento climático, são alguns dos males causados pela degradação ambiental que afetam diretamente as populações mais pobres, implicando diretamente nas questões de saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Degradação Ambiental. Modo de produção capitalista. Justiça Ambiental.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. MELLO, C. C. do A., BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRANCO, Samuel Murguel. **O fenômeno cubatão na visão do ecólogo**. São Paulo: CETESB/ ASCETESB, 1984.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Mudanças **Climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade**: Caracterização do Clima a Atual e Definição das Alterações Climáticas para Território Brasileiro ao longo do Século XXI. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>>. Acesso em: 11 maio 2015.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA PECUÁRIA BRASILEIRA – ZEBU. **Galeria de Infográficos**. Disponível em: <<http://www.crbpz.org.br/Home/Conteudo/13890-Galeria-de-Infograficos>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. Preservação do Meio Ambiente: uma ação coletiva. **Foque**. Natal, 2013. Disponível em: <<http://foque.com.br/taian/index.php/preservacao-do-meio-ambiente-uma-acao-coletiva/>>. Acesso em: 11 maio 2015.

IAMAMOTO. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.27.

KINKARTZ, Sabine. **Crescimento populacional e o desafio para a alimentação**. Disponível em: <[://dw.com/p/12yoY](http://dw.com/p/12yoY)>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MELLO FILHO, José Américo de; LIMA, Jorge Paladino Corrêa de. Manejo ambiental: o aprofundamento dos conhecimentos específicos e a visão holística. **Floresta e Ambiente**. Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p.292 - 307, jan./dez. 2000.

MOLION, L. C. B., 2007. **Desmistificando o aquecimento global**. Disponível em: <http://www.icat.ufal.br/laboratorio/clima/data/uploads/pdf/molion_desmist.pdf> Acesso em: 17 jun. 2016.

MOREIRA, Antônio Cláudio M L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/moreira6-conceito_impacto_urbano.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008.

REDE BRASIL ATUAL. O futuro, 20 anos depois: Debate mundial sobre ambiente e desenvolvimento volta ao RJ. Mas o clima é outro. **Revista nº 71**, Maio 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/71/ambiente>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SEAFOOD BRASIL. Disponível em: < <http://seafoodbrasil.com.br/nivel-oceano-subir-afetar-cidades-onu/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

SIMAS, Moana; PACCA, Sergio. **Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000100008%20http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000100008>. Acesso em: 03 jun. 2016.

TAVARES, Luiz Alberto. **James Watt**: A trajetória que levou ao desenvolvimento da máquina a vapor vista por seus biógrafos e homens de ciências. (Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História da Ciência sob a orientação da Profª Drª Márcia H Mendes Ferraz). São Paulo: UCSF, 2008.

CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA DANTAS

AUTORES:

Géssica Talita Assis da Silva
Glecia Virginia Lourenço Pereira
Janykelle Carvalho da Silva
Karla Jessica Pereira Santos
Maria Daniela de Medeiros
Mércia Lourenço dos Santos

INTRODUÇÃO: Este trabalho é resultado de uma experiência de ensino, pesquisa e extensão universitária vivenciada por estudantes do 7º período do Curso de Serviço Social, do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX, no período letivo 2016.1, de fevereiro a junho de 2016. A experiência ocorreu durante o processo de formação profissional, no âmbito da disciplina de Educação Popular e Práticas Comunitárias, realizada na Escola Municipal Professor Homero de Oliveira Dantas, localizada à Rua Primeiro de Maio, nº47 - Bairro de Boa Esperança, Parnamirim/RN, com estudantes de duas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental. Teve como objetivo: sensibilizar os educandos quanto ao cuidado e conservação do meio ambiente na realização de ações, destacando a importância do espaço onde vivem; despertar atitudes de conservação do meio ambiente, bem como incentivar práticas saudáveis nos diversos ambientes: casa, escola, rua, fauna, flora e recursos naturais. O projeto “Cuidando do Meio Ambiente” oportunizou vivenciar uma experiência única com esses educandos e teve como foco a troca de conhecimentos acerca do meio ambiente. Em virtude do relato mencionado identificou-se a importância de ações permanentes voltadas para a sensibilização, incentivo e o despertar para atitudes e boas práticas de preservação do meio ambiente, nos diversos espaços onde estamos inseridos. **METODOLOGIA:** As ações de cunho pedagógico e educativo aconteceram todas as quartas feiras durante quatro semanas e teve como referencial teórico o método de Paulo Freire, construído através de figuras, palavras, frases e do diálogo entre educador/estudantes extensionistas e educando na perspectiva de ler o mundo, isto é, a realidade social em que vivem. O primeiro encontro teve como objetivo apresentar o projeto e conhecer a turma, utilizando a dinâmica “tempestade de ideias”, cujo objetivo foi estimular os conhecimentos prévios dos educandos acerca do tema. Em seguida, foi exibida uma série de vídeos, cuja intenção constituiu em refletir sobre a importância do espaço onde vivemos e a forma como o homem se relaciona com a natureza. No segundo encontro foi realizado uma gincana ecológica com o objetivo de refletir sobre as nossas práticas cotidianas, o consumo exacerbado de água e de materiais não renováveis que podem poluir o ambiente, refletir sobre o planeta que iremos deixar para nossos descendentes e proporcionar um momento de recreação para os educandos. No terceiro encontro aconteceu uma oficina com material reciclável utilizando garrafas pet. Cada educando confeccionou um porta moedas em formato de um porquinho. O quarto e último momento com os educandos da Escola Professor Homero de Oliveira Dantas teve como propósito avaliar o projeto e no final houve uma confraternização. O método baseia-se em uma troca de conhecimentos entre educadores e educandos. Durante a execução das ações todos os saberes são importantes. É um processo educacional complexo e ao mesmo tempo simples, capaz de mudar totalmente uma realidade social emergente. É um novo paradigma que rompe com a educação bancária, padronizada e hierarquizada utilizada há décadas nas escolas de todo país. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O primeiro encontro deixaram inquietações e questionamentos acerca do alcance ou não dos objetivos propostos para a referida ação. Estávamos buscando alcançar os objetivos do grupo? As crianças são sujeitos da ação ou meros objetos de nossas ações?

Estávamos de fato utilizando o Método de Paulo Freire? Estava acontecendo o diálogo e a articulação de saberes e práticas entre os extensionistas e os educandos? A partir dessa reflexão foram adaptadas as atividades de acordo com a realidade dos educandos e as suas proposições. Apesar das dificuldades em implantar o projeto utilizando o método de Paulo Freire, na perspectiva do coletivo, observou-se que houve participação ativa dos educandos, de maneira dialógica, pois os mesmos expuseram sua visão de mundo através da palavra acerca do tema e a partir do reconhecimento de suas demandas tentou-se desenvolver as demais ações. O método Freiriano permitiu aos extensionistas uma experiência diferente, uma nova forma de lidar com o conhecimento, pois foi na extensão universitária, convivendo com outros profissionais (pedagogos) que tivemos a oportunidade de vivenciar a teoria e a prática bem como a utilização de vários instrumentos técnicos da profissão do Assistente Social, sendo todas as ações muito dinâmicas propiciando o exercício da comunicação, planejamento e a construção coletiva do conhecimento. **CONCLUSÃO:** O método de Paulo Freire deve ser mais utilizado, não só porque a ação executada na Escola Professor Homero de Oliveira Dantas foi um sucesso, mas porque esse método traz consigo teorias do conhecimento e possibilita diferentes modos de trabalhar ações educativas alternativas mesmo no âmbito da educação formal. As ações executadas e vivenciadas foram experiências que possibilitaram aos educandos certo grau de conscientização coletiva, reconhecimento e identificação de problemas sociais, compreensão de questões ambientais existentes ao seu redor e que não há uma hierarquia de saberes e conhecimentos, mais apenas conhecimentos diferentes no âmbito das relações entre educador e educando, corroborando com o que Paulo Freire já havia argumentado: “Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferente”. A aplicação do método de educação popular também permitiu a consolidação de relações, laços, união e ligações entre os extensionistas e os educandos, culminando com a criação de vínculos afetivos com os educandos. A experiência da extensão popular vivenciada no ensino fundamental, não foi apenas uma forma de repassar conhecimentos, mas uma aprendizagem de criatividade, isto é, de aprender fazendo, descobrindo o novo de forma coletiva, ao mesmo tempo em que cada um desempenhava papéis de acordo com suas potencialidades com iniciativa, participação, solidariedade e acolhida. Ao final ficou perceptível como o método de Paulo Freire é enriquecedor no processo de transformação do conhecimento, pois os educandos visualizaram esse processo a partir das coisas simples e o trabalho em equipe possibilitou mudanças imediatas nos pensamentos, atitudes e opiniões. Acreditamos que tudo isso possa suscitar uma nova concepção de humanização, conseqüentemente, uma geração de futuros cidadãos com espírito de coletividade preocupados com o planeta terra, com o saber cuidar, não só da mente, mas do outro e do meio ambiente.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Método Paulo Freire. Cuidado.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

_____. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Ana Maria Araújo Freire (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DESAUTORIZAÇÃO DO VALOR DA VERDADE

AUTOR:

Felipe Gustavo Barbosa Borges

INTRODUÇÃO: Sem sombras de dúvidas Nietzsche em sua vida buscou desautorizar o conjunto de valores de sua época, por isso que se pode dizer que “muito cedo, Nietzsche aprende a desconfiar dos nacionalismos, inquietar-se com o progresso industrial, duvidar dos benefícios da democracia, preocupar-se com a manutenção da tradição cultural” (MARTON, 2006). Nesse processo de desautorização, ou melhor, de transvaloração dos valores a ideia de verdade possui um espaço central (MOSÉ, 2014), pois provoca a imobilidade deste conjunto de ideias promovendo uma dominação de indivíduos sobre os outros. Sendo assim, é justamente a luta contra este engessamento, em vista da mutabilidade dos valores, o centro do pensamento do nosso filólogo alemão. Pôr em xeque o próprio valor da verdade é viabilizar a mobilidades dos valores, legitimando a pluralidade das formas de ser e estar no mundo. Destarte, para fins deste trabalho, pretendemos apresentar as principais ideias contido no parágrafo primeiro de um escrito de grande importância em seu primeiro período como pensador: “Sobre a verdade e mentira no sentido extra moral”. Entendemos que neste texto se encontram ideias vitais para o corpo teórico do filólogo alemão e que serão amadurecidas com o passar dos anos na vida deste autor e que possibilitarão a transvaloração dos valores.

METODOLOGIA: Em vista de atingirmos o escopo aqui almejado lançaremos mão de uma metodologia utilizada pelo próprio Nietzsche, a genealógica, uma vez que nós perguntaremos sobre a origem dos valores. Sendo assim por meio desse tipo de investigação passa-se a se questionar o próprio valor dos valores, reconhecendo aí um problema jamais abordando na tradição filosófica que precedeu o filólogo alemão. Faremos ainda um recorte nesta questão dos valores, destacaremos um em especial, o valor da verdade, assim se procederá nosso trabalho. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Logo no início do texto basilar para este trabalho Nietzsche já atacada de forma irônica e jocosa aqueles que buscam a “verdade”, que nada mais são do que “animais inteligentes” (NIETZSCHE, 1999) que inventam o conhecimento. Contudo, tudo isso não passou um breve momento de soberba e mentira, esses animais morrem, e com eles suas pretensões de busca da verdade, mas o universo continua a existir, ou seja, conhecimento em vista do verdadeiro é inerente ao homem e limita-se a este. Dentre esses animais, que buscam essa forma de conhecimento, um ganha destaque, “o mais orgulhoso dos homens, o filósofo” (NIETZSCHE, 1999), sempre tentando conhecer as razões universais da realidade como se pudesse compreender todas as incógnitas e ver todos os lados das questões, são, assim, homens extremamente orgulhosos e soberbos que tentam impor sua forma de conceber o mundo aos demais indivíduos. Como se torna possível de se vislumbrar o intelecto que outrora era por demais valorizado pelos filósofos, por exemplo os racionalistas, passa agora a sofrer duros ataques pondo-lhe grandes limites a sua pretensão de alcance. Se por outros o intelecto é tomado como representante da essência do homem, o que lhe permitia se sobrepor aos demais seres do mundo, em Nietzsche ganha um novo sentido, acolhido em muitos momentos pela modernidade, a saber como “concebido apenas como meio auxiliar aos mais infelizes, delicados e perecíveis dos seres, para firmá-los um minuto na existência... seu efeito mais geral é engano” (NIETZSCHE, 1999), justamente o oposto daquilo que alhures era afirmado. A partir dessas palavras o alcance do conhecimento do homem ganha um novo seguimento, pois até aquele momento se tinha que o tal atributo poderia fornecer verdades absolutas e imutáveis, ou seja, permitia o alcançar o entendimento do que as coisas são, gerando o posto da enganação. Assim a ideia de verdade é posta no banco dos réus e é condenada por gerar justamente aquele que ela busca combater: o engano.

Surge então um questionamento de vital importância: se o intelecto provoca como efeito geral a enganação do próprio indivíduo, por que ele ainda se utiliza dele? Nosso filólogo alemão responde essa pergunta, como já era de se esperar, com golpes de martelo. O homem se usa desse conhecimento “pois este é o meio pelo qual os indivíduos mais fracos, menos robustos, se conservam, aqueles aos quais está vedado travar uma luta pela existência com chifres ou presas aguçadas” (NIETZSCHE, 1999). Além de provocar o engano, o intelecto é usado como meio de conservação dos indivíduos fracos, os quais utilizam-se do jogo teatral do disfarce diante de si e dos demais, cria-se desde modo conceitos como “certo” e “errado” e por meio desse ações se impõe padrões de vida aos demais por força da linguagem. A conservação dos indivíduos impõe a criação de um rigoroso esquema de linguagem, o qual serve como uma das formas de dominação social permitindo a formulação de conceitos e imposição de padrões morais. A linguagem, tomando uma forma particular pelas palavras, é um meio que ajuda a edificação da ideia de verdade, servindo como instrumento de codificação do engano que passa agora a ser tomando como algo sólido e imutável, onde da equiparação de acontecimentos distintos promove-se a conceituação da realidade, há assim um empobrecimento da multiplicidade da vida. Se prestamos atenção aquele conjunto de crenças que tomamos como verdade são expostas por meio de conceitos, ou seja, de palavras, que uma vez tomados assim ganham um caráter sólido. Contudo tal processo representa o empobrecimento da multiplicidade da realidade, por isso que Nietzsche diz que “todo conceito nasce por igualação do não-igual”. A realidade é plural, cada coisa é única e individual, possuindo suas próprias características peculiares, mas quando passamos a torná-las como conceito promovemos a unificação de elementos não iguais, deste modo, descartando neles suas singularidades. A formulação de um conceito tornasse deste modo a imposição de uma perspectiva, onde determinado indivíduo se usa de sua esperteza para impor sua forma de conceber a realidade aos demais. Com a solidificação desses conceitos que compõem a linguagem o homem pode então viver em sociedade. Isto é, os indivíduos para viverem em conjunto devem possuir códigos linguísticos, compreendidos por todos ou quase todos, sendo estes o resultado de um esforço de redução da multiplicidade da realidade a um pequeno número de disposições arbitrárias. Promove-se deste modo o surgindo das leis da verdade, “pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira” (NIETZSCHE, 1999). As designações da linguagem permitem a existência social, buscando evitar que o homem digladiasse com os seus semelhantes, constituindo um grupo de leis em comum que delimitam aquilo que se compreende por verdadeiro e bom em detrimento daquilo se toma como mentira e mal. Contudo o preço a ser pago por essa conceituação da realidade é um aviltamento dos impulsos vitais do indivíduo, o qual passa a ter que se adequar a determinados comportamentos sob pena de ser taxado como “ruim”, “delinquente”, “antissocial”, entre outros adjetivos. Destarte se a existência da linguagem permite a vida em sociedade ela também serve como meio de dominação. E ainda, seguindo o pensamento de Nietzsche temos que o intelecto nesse contexto “é o meio pelo qual os indivíduos mais fracos, menos robustos, se conservam” (NIETZSCHE, 1999) e por meio desse atributo, a razão, se impõe aos mais fortes. Após tudo o que foi dito podemos agora compreender a ideia de verdade segundo Nietzsche. Suas palavras para esse valor são breves, contudo por demais duras, promovendo uma inversão no entendimento dos homens sobre essa ideia, ou seja, o filólogo alemão semeia na humanidade a desconfiança sobre o valor da verdade. Assim, o que é a verdade? “Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, e que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias” (NIETZSCHE, 1999). A linguagem sob a proteção da “verdade” seduz o homem (MOSE, 2014) e essa sedução tenta tolher parte de seu impulso de vida, torna, assim, o indivíduo alguém aceito socialmente mesmo que esse tornar-se seja o resultado o esquecimento de suas

próprias vontades. Esse aviltamento do impulso da vida que cada indivíduo possui é promovido pela imposição de uma “verdade”, a multiplicidade de desejos, formas de ser e estar, são podadas para que se encaixem em conceitos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diante de tudo o que aqui foi exposto podemos indicar que Nietzsche se apresente como um ferrenho crítico da cultura, buscando desautorizar o conjunto de valores que compõem o aparato moral das sociedades, indicando que eles são frutos de imposições arbitrárias e unificadoras, quebrando, assim, a pluralidade das formas de existência da vida. Entendemos que neste ponto está o grande legado, neste texto, do filólogo alemão para a humanidade, abrindo-se, assim, a possibilidade do desconstrucionismo de determinadas realidades injustas que são tomadas para imutáveis. **CONCLUSÃO:** A instauração das leis da verdade projetando um conjunto de códigos, que chamamos de linguagem, e por meio desse se propõe um corpo de valores morais a serem transmitidos em uma determinada sociedade. Por mais que se diga que essa construção provém da necessidade da realidade e assim independe do querer do homem Nietzsche não crer assim. Ao contrário, o filólogo alemão vai demonstrar que as verdades são frutos de construções humanas, portanto são frutos de atos intencionais, os quais forçam os indivíduos a modular-se conforme esses preceitos, tolhendo, dessa forma, a pluralidade da existência humana. Em vista de mirar essa imobilidade dos valores Nietzsche promove um ataque a suas bases apontando para a necessidade da transvaloração desses dispostos morais, flexibilizando essas normas e o viver do homem tal como ele é.

Palavras-chave: Transvaloração. Desautorização da verdade. Nietzsche.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Vânia. **Nietzsche e a dissolução da moral**. São Paulo: Discurso Editorial e Editora Unijuí, 2000.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche: a transvaloração dos valores**. São Paulo: Moderna, 2006.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, São Paulo: Abril, 1999.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

AUTORES:

Ana Beatriz Pinheiro Conceição

Ana Maria do Nascimento

Rejane Souza de Almeida

INTRODUÇÃO: Diante da existência da questão social o Estado criou muitos mecanismos de enfrentamento a situação de pobreza, entre esses mecanismos se encontram as políticas públicas e os programas sociais que visam amenizar a situação de extrema pobreza de parte da população brasileira. O Programa Bolsa Família – PBF - vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social é um desses mecanismos. O Programa Bolsa Família, criado em 2003, é realizado através de transferência de renda para pessoas que não tenham as condições mínimas de sobrevivência. Constituindo-se em um Programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família é um Programa que não se utiliza de intermediários para transferir à renda as famílias beneficiárias. Para isso, basta a família atender aos critérios estabelecidos para inclusão no Programa. O benefício é pago mensalmente dentro de um calendário que está disponível nas Agências da Caixa Econômica Federal. Para se inscrever no Programa não é necessário pagamento de nenhuma taxa de adesão. No entanto, a continuação do benefício depende de obrigações por parte dos beneficiados que são: frequência das crianças na escola e cartão atualizado de vacinas. As pessoas que atendem aos critérios exibidos são cadastradas no Cadastro Único - CadÚnico, dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS de qualquer município do Estado brasileiro. Do exposto, esta pesquisa busca conhecer se os recursos financeiros recebidos pelo Programa Bolsa Família melhorou a vida dos seus beneficiários. **METODOLOGIA:** A tipologia da pesquisa é quantitativa porque busca a opinião dos usuários do Programa Bolsa Família e qualitativa porque busca analisar e entender a realidade dos usuários desse programa para apresentar soluções de melhorias. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica para conhecimento da literatura do PBF. Em seguida, realizou-se a pesquisa de campo junto à comunidade pesquisada. O dimensionamento do universo e amostra da pesquisa conta de um estudo realizado com moradores do município de Extremoz/RN que são beneficiários do PBF. O instrumento de coleta da pesquisa foi realizado por meio de questionário, contendo questões abertas e fechadas. A análise e tratamento de dados foram feitas embasadas nas normais básicas da estatística. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Constituindo-se como o resultado da unificação de vários programas sociais, o Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal através da Medida Provisória 132, de 20 de Outubro de 2003. O PBF como é apresentado é produto da unificação dos seguintes programas: Bolsa Escola – Lei nº 10.219 de 11/04/2001. Bolsa Alimentação – Medida Provisória nº 2.206-1, de 06/09/2001; Auxílio Gás – Decreto nº 4.102, de 24/01/2002; Fome Zero – Lei nº 10.689, de 13/06/2003. Essa unificação centralizou diversas ações de assistência social no Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, facilitando a administração e a fiscalização do PBF. Centrado no objetivo de enfrentar pobreza, o PBF é apoiado pelo Banco Mundial, para quem o PBF é um investimento de capital humano que possibilita a satisfação das necessidades humanas básicas. Segundo Campello: O Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

(...). (CAMPELLO, 2013, p.11). O impacto do PBF na vida dos seus usuários se dá através dos seguintes pontos: Aumento da frequência escolar; Aumento da cobertura de cobertura das principais vacinas de uma criança; Diminuição do trabalho infantil; Empoderamento das mulheres nas decisões do que comprar para o sustento da família. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O resultado da análise mostrou os 25 usuários respondentes da pesquisa são distribuídos entre o sexo feminino e masculino, com idade variando de 18 a 60 anos, com estado civil entre solteiros, casados e divorciados. O que chamou a atenção na pesquisa foi encontrar pessoas fora dos critérios de renda estabelecidos pelo PBF. A renda predominante dessas famílias está entre R\$ 600 á R\$ 1.000 reais por mês, observando que as pessoas que deveriam estar sendo beneficiados pelo programa não estão. **CONCLUSÃO:** Acredita-se que a compreensão do Programa Bolsa Família é de suma importância para os alunos do Curso de Serviço Social, porque o PBF é uma política pública que responde as necessidades mais básicas do cidadão. Enquanto política pública o PBF se constitui em espaço sócio ocupacional para o assistente social, por tratar de uma área da assistência social que viabiliza a garantia de direitos. Nossa pesquisa mostrou que houve uma mudança mesmo que mínima na vida dessas pessoas, e que o programa mostra ser eficiente para qual objetivo foi especificado, o combate a fome, mas que ainda pode se ampliado.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Cadastro Único.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-norma-pe.html>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.** Institui o Programa Bolsa Família, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/574778.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família.** Brasília, 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Desenvolvimento Social e Agrário. **O que é? Conhecendo o Bolsa Família.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e-bolsafamiliao-que-e>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Programa Bolsa Família.** Disponível em: <www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASILINO, Luís. **As perspectivas do Bolsa Família**. 2006. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

CASTRO, Fábio. **Bolsa família deve ser expandido para atraparhar política do superávit primário**. 2007. Disponível em: <www.reportersocial.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2016.

CONCEIÇÃO, Ana Beatriz Pinheiro; NASCIMENTO, Ana Maria; ALMEIDA, Rejane Souza de Almeida. **Educação financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família**. Natal/RN, 2016.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SERVIÇO SOCIAL NA CLÍNICA DE SAÚDE AUDITIVA OTOMED - NATAL/RN

AUTORES:

Glécia Virginia Lourenço Pereira

Juliana Moura da Silva

INTRODUÇÃO: Este trabalho se constitui em um relato da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social do Centro Universitário Facex, realizado na clínica de saúde auditiva OTOMED, localizada na Rua Ciro Monteiro, Nº 1187, Bairro do Tirol, cidade de Natal/RN, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. A Clínica é uma instituição privada que presta serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS enquanto saúde complementar, cuja atuação, se direciona para promoção da saúde auditiva, prevenção da surdez e tratamento de deficientes auditivos. Neste espaço de atuação, tivemos a oportunidade de apreender as diversas expressões da questão social, visualizar a ingerência do sistema capitalista no processo saúde-doença, como também, observar a relevância do processo continuado de qualificação para a atuação profissional: em qualquer espaço sócio ocupacional do assistente social, esse é um importante elemento para que ele não caia no conservadorismo, tão criticado e recusado pelo atual projeto ético-político. O objetivo desse trabalho é refletir sobre a experiência vivenciada na clínica de saúde auditiva OTOMED, Natal/RN. Os elementos específicos para discorrer sobre o objeto de estudo é a explanação acerca da nossa vivência enquanto estagiárias de Serviço Social, evidenciando as expectativas e dificuldades encontradas no campo, com ênfase na atividade de intervenção realizada junto ao Serviço Social. Dentre os dez meses de experiência vivenciados na OTOMED, verificamos que a instituição tem contribuído muito para aqueles que necessitam de habilitação e reabilitação auditiva. Conta com um importante programa de Implante coclear que possibilita aqueles que possuem perda profunda da audição, ouvir pela primeira vez ou devolver a capacidade auditiva àqueles que a perderam ao longo da vida. Sobre a Assistente Social, identificamos a necessidade de se ter um profissional capaz de decifrar as demandas e propor ações educativas de acordo com a realidade apresentada, buscando continuamente a ampliação do exercício profissional, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, participação, emancipação e desenvolvimento da cidadania. Como resultado, tem-se um Serviço Social que assume atividades administrativas e burocráticas da clínica; não há uma escuta qualificada; inexistência de um instrumental técnico-operativo que identifique seu usuário e, por conseguinte, permita responder as demandas dos mesmos, sendo o fazer profissional permeado pela prática conservadora. No âmbito do projeto ético-político, é requisitado um serviço social permeado pelos valores de defesa dos direitos, de justiça, da liberdade, do respeito e da equidade; realizar o exercício profissional ancorado por competência técnica, ética e teórica; seguir normas, funções e objetivos privativos ao Assistente Social; contribuir para a ampliação da cidadania, construção da autonomia e o empoderamento dos direitos. Conforme constatado, é um desafio diário operacionalizar o projeto ético Político da profissão uma vez que os valores institucionais divergem com os preceitos de fortalecimento da autonomia dos sujeitos e seu exercício de cidadania. De um modo geral, podemos observar que o Serviço Social nas instituições, principalmente privadas, é permeado pela autonomia relativa onde o profissional é um trabalhador assalariado que deve responder pelas necessidades do seu empregador que geralmente entra em conflito com o código de ética e a lei que regulamenta a profissão. Em relação a está situação, Yamamoto (2011), reflete sobre a importância da dimensão política no exercício profissional capaz de reverter à alienação que envolve os processos de trabalho. O Assistente social tem como uma de suas atribuições

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

fomenta o acesso de pessoas que vivem excluídas socialmente, com seus direitos negados à cidadania, através da socioeducação e da articulação com os diversos atores sociais que compõe sua rede de proteção. De acordo com isso, a contribuição deste profissional é de caráter educativo, na busca pela inclusão social do usuário na sociedade e seu empoderamento por meio da cidadania. **METODOLOGIA:** Este trabalho tem como metodologia a observação participante, e a pesquisa bibliográfica, ancorada em literaturas de autores do Serviço Social. Assim, ao constatar a necessidade de um profissional propositivo para suprir a carência de informação sobre os direitos da pessoa com deficiência junto aos usuários da clínica, elaboramos uma cartilha que contemplou os direitos relativos à deficiência auditiva e posteriormente socializamos em rodas de conversa, viabilizando não somente acesso às informações pelo público-alvo e conseqüentemente, seu empoderamento, como também, para facilitar a observância pelo profissional atuante, frente à necessidade destes momentos para efetivação do seu exercício político. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados da intervenção não foram imediatos, o ato de se empoderar dos direitos e de buscar a inclusão ocorre gradativamente, pois trata-se de uma ação cotidiana, através de atitudes diárias. Mas ainda assim, avaliamos como uma ação positiva ao visualizar o interesse, a participação e as propostas dos usuários por mais momentos como o que fora realizado. Por fim, consideramos que a clínica de saúde auditiva OTOMED é um espaço de possibilidades frente ao importante serviço prestado junto aos usuários da rede pública de saúde, mas em contra partida, apresenta deficiência em seus recursos humanos que dificulta o reconhecimento deste serviço como direito por meio da falta e/ou insuficiência de informações, ausência de atividades socioeducativas, desarticulação do Serviço Social junto à rede de atendimento e ausência de trabalho interdisciplinar com os demais profissionais da equipe técnica. **CONCLUSÃO:** Por fim, enquanto aprendizado desta experiência, concluímos que o exercício profissional está além da rotina institucional onde se faz necessário constante capacitação e atualização na matéria do Serviço Social, pois as questões sociais sofrem frequentes transformações. A partir de então, será viável realizar intervenções profissionais qualificadas que correspondam às primícias do projeto ético-político e a necessidade da população usuária de seus serviços.

Palavras-chave: Serviço Social. Estágio Supervisionado.

REFERÊNCIAS

GOIN, Marileia; BAVARESCO, Leticia. **Instrumentalidade profissional do Serviço Social:** as mediações da prática profissional. Santa Rosa/RS: I Jornada Interdisciplinar de Pesquisa, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área jurídica. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 5. p. 261-298.

QUANDO VOCÊ DOA ÓRGÃOS, A VIDA CONTINUA: UMA CAMPANHA PELA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

AUTORES:

Idineia Policena de Souza Bessegatto

Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral

Stênia Gabrielly da Silva Melo

INTRODUÇÃO: Este trabalho é fruto da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social do Centro Universitário UNIFACEX, desenvolvido no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, no ano de 2016. O Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel é referência no atendimento de Urgência e emergência, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Rio Grande do Norte. Todos os atendimentos e procedimentos do Hospital são respaldados pela Política Nacional da Saúde. Observamos que a complexidade das demandas não pode atrapalhar o seguimento dos protocolos que são competência do Serviço Social. Assim, o despertar para este Projeto foi a partir de um comunicado no livro exclusivo de óbitos, instrumento do Serviço Social no Hospital, em que esse comunicado prioriza a imediata comunicação dos óbitos a Organização de Procura de Órgãos (O.P.O.), setor interligado com a Central De Transplante do Rio Grande do Norte. Porém, essa importante informação estava de certa forma neutralizada frente as imensas demandas no âmbito Hospitalar. Ao verificarmos a importância do trabalho multiprofissional para a captação de órgãos no Complexo Hospitalar, elegemos como objeto de estudo a doação de órgãos, um tema que ainda existe uma certa resistência de estabelecer diálogos e reflexões. Desta forma, apresenta-se a seguir os objetivos geral e específicos: Contribuir para otimizar o serviço de captação de órgãos no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel; Sensibilizar a equipe de profissionais sobre a importância da captação de órgãos; sensibilizar os alunos do Centro Universitário Unifacex sobre a importância da doação de órgãos. **METODOLOGIA:** a pesquisa apresentada quanto a tipologia é de natureza aplicada, pela abordagem é quantitativa e pelos objetivos é exploratória e bibliográfica. Como instrumentos de coleta de dados utilizou-se um questionário com perguntas fechadas sobre a doação de órgãos. O tratamento e análise dos dados foram realizados de acordo com as normas básicas da estatística. Assim o projeto prevê suas ações em três momentos: Primeiro - Dia do Ensino Superior Responsável na Unifacex; Segundo - Palestra no auditório do Hospital Walfredo Gurgel para sensibilizar os profissionais a se envolverem no processo de captação de órgãos; Terceiro – Distribuição do Folder no Centro Universitário com as turmas de Serviço Social com o intuito de esclarecer as dúvidas sobre a Doação de Órgãos. Sendo que o terceiro momento está previsto para o mês de novembro de 2016. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Para compreender a política que permeia a instituição nos aproximamos da autora Aguiar (2015), para assim aprofundamos a evolução do sistema de saúde no Brasil. Essa autora contextualiza a Reforma Sanitária e toda a organização do Sistema Único de Saúde, que foi fortalecido com a Lei 8.80/90 e 8.142/90, que estabelecem a Lei Orgânica da Saúde. Outra contribuição importante: Sodrê (2010) autor que aborda a prática do assistente social para além dos plantões e os inúmeros desafios contemporâneos propostos à profissão. Não podemos deixar de mencionar Oliveira e Silva (2012) que fazem uma reflexão sobre a Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos no Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No questionário aplicado junto a 27 estudantes no dia do ensino superior responsável, foi tabulado o seguinte percentual: primeira pergunta – Você é doador (a) de Órgãos? Respostas: sim - 48,15 %, não - 48,15% e 3,7 % não responderam. A segunda pergunta – Você gostaria de ser doador (a) de Órgãos? Resposta: Sim – 92,6 %, não – 3,7% e 3,7% não responderam. Terceira pergunta –

Você sabe como proceder para se tornar doador (a) de órgãos? Respostas: sim – 40,8%, não – 59,2%. Quarta pergunta – Após receber orientações você se considera mais disposto (a) a se tornar doador (a) de órgãos? Respostas: sim – 70,4% não – 3,7% e 25,9% não responderam. Foi possível observar com esta pesquisa que ainda existe certa resistência com o tema, mesmo com a campanha do setembro verde nas mídias. Também analisamos que falta informação de como proceder para se tornar um doador, onde uma grande parcela dos entrevistados respondeu na primeira pergunta que não eram doadores, pensando que existia certa burocracia, mas após as orientações perceberam que não existem documentos, basta conversar com os familiares e declarar em vida sua vontade. Assim, houve mudança de opinião de forma favorável a doação. Na **CONCLUSÃO**: Ressalta-se a importância da ação educativa no âmbito da saúde, mesmo no contexto hospitalar. Sentiu-se a necessidade de dar visibilidade à importância da doação de órgãos, não somente no setor de Serviço Social do hospital Walfredo Gurgel, mas para toda a equipe multiprofissional que poderá se envolver no processo de captação de órgãos, uma vez que foi possível perceber a sensibilização desses profissionais após a atividade educativa. Do mesmo modo, considera-se fundamental o trabalho educativo junto à população em geral, sobre a importância de ser um doador de órgãos.

Palavras-chave: Serviço Social. Política de Saúde. Doação de Órgãos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Zenaide Neto. **SUS - Sistema Único de Saúde:** antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- BRAVO, Maria Inês Souza; et al. **Saúde e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **A política e saúde no Brasil:** trajetória histórica. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde- textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº399/GM, de 22 fevereiro de 2006.** Pacto pela Saúde 2006. Consolidação do Sus e aprova as Diretrizes do Referido Pacto. Brasília (DF), 2006.
- _____. **Constituição Federativa Brasileira de 1988.** (Seção II) –Saúde. Art.196 a 200. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 abr.2016.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** 2010. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuação_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Assessoria de Imprensa. Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel: O Hospital.2016.Disponível em:
<<http://www.walfredogurgel.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=33384&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Institui%E7%E3o>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios Críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 216 p.

OLIVEIRA, Antônia Cosmo; SILVA, Heloisa Helena Correa da. **Uma reflexão sobre a Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos: a experiência do Estado do Amazonas**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói, 2012.

ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão. **Saúde Pública: bases conceituais**. São Paulo: Atheneu, 2008.

SODRÉ, Francis. **Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos**. São Paulo: Serv. Soc. Soc., 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a04n103.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

AUTORES:

Bismarck Oliveira da Silva

Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

INTRODUÇÃO: O trabalho analisa a política social na área da violência sexual infanto juvenil, na cidade de Natal/RN, tendo como referência os/as atendidos/as pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), um serviço de atendimento a crianças, adolescente e seus familiares em situações de risco e violação de direitos. Nesse sentido, temos a finalidade de compreender a política municipal na área da violência sexual infanto-juvenil, com o intuito de potencializar transformações pertinentes à garantia de direitos. **METODOLOGIA:** A coleta de dados foi feita por meio de análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática e a realização de entrevistas semiestruturadas. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** As reflexões teóricas que embasaram o estudo foram sobre autores que estudam a questão da política social: 1) Bourdieu (1996) destaca que a violência se institui na sociedade como algo natural, por meio de processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural; 2) Bobbio (1998) aponta que refletir sobre as políticas públicas e a questão da cidadania na sociedade capitalista nos leva à discussão dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, civis e políticos, além dos novos direitos, relativos às questões de gênero, raça, etnia e de geração (criança e adolescente, terceira idade, juventude); 3) Yamamoto (1999, p. 25) afirma que “é na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania”. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** Os resultados basearam-se nas orientações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS (NOB-RH/SUAS), de 2006, para municípios de porte entre 20 mil e 100 mil habitantes. Verificou-se que 806 municípios seguem a recomendação, o que equivale a mais de 58%, em média, dos 1.368 municípios com essa característica populacional e que entre os municípios de Médio Porte, o CREAS está presente em 88% deles. É importante destacar a expansão do serviço assistencial especializado no País, enfatizando a Região Nordeste, na ordem de 57%. Registra-se a expansão da rede CREAS nos estados do Piauí e no Maranhão, com praticamente 50% e 90% a mais que a rede existente em 2009. Quanto aos recursos humanos dos CREAS, o nível de escolaridade no Brasil em 2010, ressalta que 48% dos funcionários possuem o nível superior completo, 29% apresentam o ensino médio completo, 5% ensino fundamental completo e 13% são especialistas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante da conjuntura apresentada a respeito das políticas sociais, empreendemos a necessidade de uma articulação maior entre as políticas de Saúde, Assistência Social e de Educação, com vistas a prevenir a violência contra crianças e adolescentes. Ademais, articular entidades governamentais e não governamentais interessadas em erradicar a agressão sexual contra esse público e penalizar, por meio de responsabilização penal, os exploradores sexuais de crianças e de adolescentes. Diante dessa realidade ainda vivenciada em nossa sociedade, é que se faz necessária a mobilização por parte do Estado, da sociedade e da família em garantir que os direitos estabelecidos sejam realmente efetivados, a partir de serviços que busquem o atendimento a essas vítimas, sobretudo com prevenção que mobilize os serviços e os cidadãos em geral para a luta por condições de existência com dignidade, de modo a superar a situação vivenciada e o rompimento com esse ciclo; estabelecendo um trabalho articulado e multidisciplinar que garanta o atendimento dessa criança ou adolescente em todos os aspectos

e meios que os envolvem, assim como a preocupação em restabelecer e fortalecer os vínculos familiares.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Políticas Sociais. Abuso e Exploração Sexual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no Mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Guia CREAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do adolescente - CONSEC/RN. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEAL, Maria Lucia Pinto. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PESTRAF**. Brasília: CRECIA, 2001.

NUNES, Rosa Soares. **Nada sobre nós sem nós**. A centralidade da Comunicação na Obra de Boaventura de Sousa Santos. Porto: Cortez, 2005.

PERRY, Anderson. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs). **Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN E O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

AUTORES:

Gessica Talita Assis

Karla Jessica Pereira Santos

Glécia Virginia Lourenço Pereira

Maria Daniela de Medeiros

Mércia Lourenço dos Santos

INTRODUÇÃO: Após anos de debate, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece no ano de 2010, a água de qualidade e instalações sanitárias como um direito humano. Os países votaram a favor de uma resolução de compromisso que consagra o direito a água indispensável para o pleno gozo do direito à vida. Apesar da nossa Constituição Brasileira não tratá-la como direito, é inquestionável o seu reconhecimento como valor econômico, social e ambiental para toda a humanidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos relacionados à contaminação da água potável e suas implicações para a população do município de Parnamirim RN, elencando fatores como o inadequado tratamento dos esgotos domésticos e os princípios e diretrizes que regem o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, como também a importância deste para o controle e participação da população no acesso as informações necessárias, garantindo a qualidade da água que chega às residências da população usuária.

METODOLOGIA: Para operacionalizar a referida pesquisa, foi desenvolvida a apreciação dos resultados obtidos por meio de pesquisa qualitativa que consistiu em análises documentais e em entrevistas qualificadas com o corpo técnico responsável pela Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte (CAERN), com o tecnólogo em saúde ambiental responsável pela Coordenação Estadual do Programa de Vigilância da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA) e a Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde do município de Parnamirim RN. Já a pesquisa quantitativa aconteceu por meio da aplicação de questionários com a comunidade local. Foram aplicados trinta questionários, contendo nove perguntas fechadas de múltipla escolha. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Após anos de debate, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece no ano de 2010, a água de qualidade e instalações sanitárias como um direito humano. Os países votaram a favor de uma resolução de compromisso que consagra o direito a água indispensável para o pleno gozo do direito à vida. Apesar da nossa Constituição Brasileira não trata-la como direito, é inquestionável o seu reconhecimento como valor econômico, social e ambiental para toda a humanidade. A água pode ser veículo de uma série de doenças, sendo transmitidas por diferentes mecanismos. A transmissão de doenças mais comum é mediante a ingestão, por meio do qual um indivíduo sadio ingere água que contenha microrganismos nocivos à saúde, e a presença destes no organismo humano provoca o aparecimento de doenças. A falta de água também pode causar alguns tipos de patologias, pois sua escassez implicará em hábitos higiênicos insuficientes, tais como falta de higiene dos utensílios de cozinha, do corpo e do ambiente físico, propiciando a reprodução de vetores ou reservatórios de doenças (BRASIL, 2006, p. 26). O padrão de potabilidade da água para consumo humano estabelecido pela portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011, tem como parâmetros para análise um padrão microbiológico, tendo como base indicador de contaminação fecal, indicador de eficiência de tratamento e indicador de integridade do sistema de distribuição (reservatório e rede). Para fins deste trabalho iremos nos deter a contaminação da água por matéria orgânica, tendo como

principal origem os esgotos domésticos, sendo tal fato consequência, em especial, da falta do saneamento básico adequado, pois entendemos que com a falta de ingestão de uma água de qualidade são gerados uma série de problemas sociais, ambientais e econômicos. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** Mediante os estudos e entrevistas realizadas foi possível perceber que o município de Parnamirim vivencia problemas no que se refere à contaminação da água potável, sendo tais problemas ocasionados pela crescente urbanização e consequente falta de saneamento básico. Em Parnamirim o inchaço populacional está intrinsecamente ligado ao mercado imobiliário, que através da valorização imobiliária culmina na segregação da população carente para a periferia, sendo criados loteamentos sem nenhuma infraestrutura, e por outro lado novos empreendimentos são implantados para atender camadas com maior poder aquisitivo (ROCHA; FERNANDES, 2010). Ao longo das entrevistas realizadas com os profissionais da CAERN e do Programa de Vigilância e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, foi possível perceber que o discurso é bem homogêneo no tocante a contaminação da água potável em Parnamirim RN, pois todos relatam que a crescente urbanização e a falta de saneamento básico podem ser consideradas grandes responsáveis pela contaminação dos mananciais e, conseqüentemente, dos poços que abastecem a cidade. Em questionários aplicados com os moradores dos bairros Boa Esperança e Jardim Planalto constatou-se que apenas 20% contam com coleta de esgoto, enquanto 80%, por consequência da ausência de saneamento básico, precisam recorrer a fossas sépticas, no entanto com plena consciência de que tal prática ocasiona a contaminação dos lençóis freáticos. **CONCLUSÃO:** O município de Parnamirim, por pertencer à região metropolitana da capital Natal, acaba recebendo um grande contingente populacional advindo de um processo de inchaço vivenciado pela capital, pois Natal não tem mais como oferecer tantas áreas disponíveis para construções habitacionais, ocasionando a superpopulação em áreas da região metropolitana. No que se refere ao Programa Nacional de Vigilância e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, foi possível constatar algumas lacunas no que se refere à efetiva vigilância e monitoramento da qualidade da água consumida pela população do município de Parnamirim, no entanto os responsáveis pelo setor no referido município apresentam empenho em voltar a operar com força total para exercer o controle necessário. A população por sua vez não exerce a participação popular, mesmo sendo este um direito garantido pela portaria nº 518/2004, que dispõe sobre o direito às informações a respeito da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas. Os cidadãos, alvos de uma cultura em que não é um hábito a verificação das ações do poder público e as cobranças acerca das decisões sobre o orçamento, não estão preparados para exercer o direito a participação social e então reconhecer-se enquanto sujeitos de direitos, parte do processo de construção das políticas públicas, sendo imponderados para cobrar do poder público soluções plausíveis para questão ambiental e conseqüentemente econômica e social.

Palavras-chave: Vigiágua. População. Controle de Qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comentários sobre o Decreto Presidencial nº 5.440/2005:** subsídios para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boas práticas no abastecimento de água:** procedimentos para a minimização de riscos à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

LIGA DE CARDIOLOGIA UNICAMP. **Síndrome do bebê azul.** Disponível em: <<http://ligadecardiologiaunicamp.blogspot.com.br/2014/09/sindrome-do-bebe-azul.html>>. Acesso em: 29 maio 2016.

NERI, Marcelo Côrtes. **Trata Brasil:** Impactos Sociais da Falta de Saneamento nas Principais Cidades Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV/IBRE - CPS, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Reconhece acesso à água potável como direito humano.** Disponível em: < <http://www.dn.pt/globo/interior/onu-reconhece-acesso-a-agua-potavel-como-direito-humano-1629749.html>>. Acesso em: 29 maio 2016.

ROCHA, João Paulo Câmara; FERNANDES, Larissa Vieira. **Outra leitura do mesmo espaço:** a segregação sócio espacial em Passagem de Areia, Parnamirim/RN. Disponível em: < file:///D:/Users/f813521/Downloads/download(1119).PDF>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ADMINISTRAÇÃO E CSTS DE GESTÃO: ANÁLISE DA PESQUISA DE CLIMA: ÁGUA QUENTE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA ME

AUTORES:

Iêda Isabela de Lira Souza
José Edson Lima Nascimento
Judson Rodrigues Tibúrcio
Karina Kely Rodrigues Felix
Priscila Stefany de Menezes Gregório
Vanessa Felipe Lima

INTRODUÇÃO: A Gestão de Pessoas é de vital importância para qualquer organização, tendo como dever de tratar os funcionários como parceiros da empresa, assim como trata os fornecedores, os clientes, entre outros, criando e fortalecendo seus vínculos. Os empregados têm um papel fundamental, pois são eles que contribuem com seus conhecimentos, capacidades e habilidades, proporcionando decisões e ações que dinamizam a organização. Segundo Chiavenato (1999), a gestão de pessoas é contingencial e situacional, pois dependem de vários aspectos como a estrutura organizacional adotada, a cultura que existe em cada organização, as características do contexto ambiental, o negócio da empresa, os processos internos e outras variáveis importantes. A pesquisa de clima, tem o objetivo de mapear os aspectos organizacionais e diagnosticar o nível de motivação da equipe de trabalho, consequente, pode identificar métodos e técnicas para solucionar barreiras que impedem o desenvolvimento das pessoas e da empresa. Face exposto o objetivo deste trabalho é identificar as fragilidades de acordo com os resultados obtidos na pesquisa de clima, dentro da organização Água Quente Comércio e Serviço LTDA ME. **METODOLOGIA:** Faz parte do trabalho de pesquisa a associação dos resultados encontrados com estrutura utilizada para alcançá-los. Para Lakatos (2010), “existe duas chegadas para a metodologia: quanto aos fins e quanto aos meios”. Assim, esta análise encaixa-se em: Exploratória, porque tem como escopo de proporcionar visão geral, explicar e modificar julgamentos e ideias; Descritiva, porque visa como material primordial a definição das propriedades da empresa. Além de tratar-se de uma observação bibliográfica ampliada composta especialmente de livros e artigos científico; contendo também, o Estudo de Campo que procura o aprofundamento dos temas sugeridos e o Estudo de Caso caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo, de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado. Tratando-se do universo e amostra, a população escolhida para desenvolver o estudo, abrange a empresa Água Quente Comércio e Serviço LTDA ME, onde atua no segmento de piscinas e saunas, no ramo do comércio varejista e prestação de serviço. O universo é composto por nove funcionários, e para a amostragem foram submetidos à pesquisa, sete colaboradores. Referente à técnica e coleta de dados, foi realizado através de informações obtidas durante diálogos com os sócios proprietários e a pesquisa de clima, juntamente com as visitas técnicas, que por meio de observações foi possível colher fundamentos necessários para a elaboração deste estudo. Além de quê, a formação de significado por meio da pesquisa de clima organizacional aplicada, avalia-se em caráter qualitativo e quantitativo. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Chiavenato (1999), afirma que “todos os processos estão intimamente relacionados entre si, de tal maneira que se influenciam reciprocamente”. Assim, analisando o sucesso de uma empresa, a maior competitividade no mercado de trabalho demanda uma gestão eficiente das equipes. De acordo com Limongi e Bernal (2002, p. 297) “O conceito de qualidade de vida no trabalho tem sido avaliado e questionado através dos anos, definindo-se não como modismo passageiro, mas como um processo que consolida a busca do desenvolvimento humano e organizacional”. Portanto, as empresas têm que seguir o objetivo de melhorar sua posição

competitiva diante do mercado, e por consequência torna-se cada vez mais rentável, procurando preocupar-se continuamente com a redução de desperdícios no seu ambiente produtivo, gerando assim, melhoria nos processos de produção e qualidade ao geral. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste estudo, abordou-se questões referentes a Trabalho em equipe, Liderança e Relacionamento funcionário/empresa. Tratando de Trabalho em equipe, foi possível identificar que 83% dos colaboradores se sentem bem tratados por sua equipe; obtém incentivo ao trabalho em conjunto pelo seu Supervisor; afirma que o clima da organização é favorável quanto essa junção, mas, houve contradição em 17% que acredita não ocorrer com frequência. Baseado na aceitação das sugestões dadas por todos que fazem parte do setor, 72% dos colaboradores afirmam que seu Supervisor aceita sua opinião para contribuição das atividades, 14% alegaram que sua opinião não é válida e aos outros 14% sua opinião é aceita ocasionalmente. Quanto ao Relacionamento funcionário/empresa, houve unanimidade de forma positiva, ao responder se gostam da empresa em que trabalham; se acha justo e satisfatório o salário oferecido pela organização; se querem e esperam estar na empresa futuramente. Ao argumentar se os benefícios oferecidos pela empresa atendem as necessidades, 85% dos colaboradores concordam e 15% não concordam. Com relação à liberdade de expressão na organização, 60% dos entrevistados informaram ter liberdade e 40% afirmam não ter. Também foi avaliada a disponibilidade dos funcionários, onde, 40% defenderam ter alguma disponibilidade durante suas atividades, 30% justificaram que estão sempre cheios e ocupados e 30% responderam que estão ocupados apenas às vezes. Na análise de Liderança, 100% dos colaboradores estão satisfeitos com seu Líder e com suas atividades. Porém, nota-se que quanto ao seu gestor dá ou não bom exemplo a sua equipe, 70% alegam que sim, 15% dizem que não e 15% afirmam que ocorre ocasionalmente. Foi constatado que o feedback não é algo tão comum na empresa, 44% dos colaboradores afirmaram que possui algum retorno das suas funções, 28% falaram que não e 28% afirmam que recebem as vezes algum retorno de seus desempenhos. Ao analisar o grau de confiança entre Líder/Funcionário, 28% confiam em seu Líder e 72% não confiam plenamente. Questionou-se sobre o retorno e a ausência de informações, se justas ou não e constataram-se que 42% possui retorno, 28% não possui e 28% afirmam que às vezes suas atividades não são avaliadas de forma justa. Segundo Carvalho (1999) O clima organizacional não é determinado por leis, regulamentos, tradições e instruções da organização ou de seus dirigentes, mas sim pelas atitudes das pessoas. **CONCLUSÃO:** Logo, este estudo trabalhado internamente na empresa Água Quente Comércio e Serviço LTDA, conclui-se que o planejamento estratégico em recursos humanos se tornou uma necessidade nas organizações, foi percebido na empresa como um ponto de necessidade de melhoria em aspectos como o relacionamento da liderança com a sua equipe, e o trabalho em conjunto.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Clima Organizacional. Diagnostico.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Antônio Vieira de. **Aprendizagem organizacional em tempos de mudança.** São Paulo: Pioneira, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoal: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 13. ed. Rio de Janeiro: Campus.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICE DE ATIVIDADES DA GUARARAPES S/A X INDUSTRIA CATAGUAS S/A

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Flavia de Souza Lima de Moraes
Laise Rochele Costa do Nascimento
Maria Dayane Gomes Melo
Rickelison Dantas de Moraes Fernandes

INTRODUÇÃO: Todos os dias os gestores das grandes, medias e pequenas empresas precisam tomar várias decisões para que o sistema organizacional continue funcionando de forma adequada. Estas são resoluções de problemas desenvolvidos nos ambientes internos e externos das empresas, alguns constituídos por um teor previsível e outros imprevisíveis. Devido a grande quantidade de falhas na estruturação destas decisões, várias técnicas foram desenvolvidas para que os empresários possam executar suas escolhas com a menor margem de erro possível. Grande parte destas técnicas estão localizadas no conjunto que vai definir as orientações para que os gestores possam fazer uma boa administração das finanças corporativas. Analisando este conjunto de maneira mais aproximada, é possível observar que a empresa gera dados de acordo com que as atividades são realizadas; e estes dados são convertidos em índices para serem analisados e, assim, estruturar uma base para orientar os diretores nas tomadas decisões, de maneira mais fácil e sistemática. Para uma empresa de grande porte que tem como sua principal função confeccionar peças de vestuário e distribuir para o mercado, composta por uma grande cadeia de sistemas complexos, os gestores devem estar sempre compreendendo com clareza sua situação financeira e econômica. Face ao exposto o objetivo deste trabalho é analisar os índices de liquidez da Indústria Cataguas S/A, em comparação a empresa Guararapes SA, no período de 2013 à 2015. **METODOLOGIA:** Segundo Vergara (2004) os tipos de pesquisa são classificados em meios e fins. Quanto aos fins esta pesquisa se classificou como descritiva e explicativa. E quanto aos meios foi taxada como documental, bibliográfica e estudo de caso. O universo da pesquisa foi o setor financeiro das empresas analisadas, e as amostras utilizadas foram às demonstrações financeiras das empresas (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício - DRE). Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita por literatura, através de livros e os documentos da empresa, que foram os Balanços Patrimoniais e DRE. Este trabalho encontra-se enquadrado em uma abordagem quantitativa, onde os dados foram analisados no Microsoft Office Excel versão 2010 realizando cálculos, tabelas e gráficos para fins de análise e discussão dos dados apresentados. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo o autor Assaf Neto (2010, p.101-102) “a análise das demonstrações financeiras tem como objetivo entender o desempenho econômico-financeiro de uma empresa em um determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de embasamento para a previsão de tendências futuras. O que se pretende avaliar são os reflexos que as decisões tomadas por uma empresa determinam sobre sua liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade”. Entretanto Weston e Brigham (2004) fala que as demonstrações financeiras divulgam tanto a posição de uma empresa em uma ponta do tempo quanto suas operações no decorrer de algum período passado. Segundo Silva e Souza (2011, p. 68) “as demonstrações financeiras são utilizadas pela gestão da entidade para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados e apresentam informações úteis que revelam suas operações durante um determinado período de tempo, e quando analisadas facilitam a detenção dos pontos fortes e fracos encontrados na realização das suas atividades

operacionais ou não operacionais”. De acordo com Gitman (2010), fala que a liquidez de uma empresa é medida em termos de sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo à medida que se tornam devidas. Segundo Hoji (2012), mostra que os índices de liquidez mostram a situação financeira da empresa, como os valores se refém em vencimentos de diferentes datas, um valor com vencimentos no primeiro dia de um ano pode estar sendo comparado em igualdade de condições com outro valor que vence no último dia do mesmo ano. Liquidez corrente segundo Gitman (2010), é um dos índices financeiros mais comumente citados, mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo, de modo geral quanto maior o índice de liquidez corrente mais líquida a empresa. Hoji (2003), fala que liquidez imediata indica quanto a empresa possui de recursos imediatamente disponíveis para liquidar compromissos em curto prazo. Liquidez geral segundo Assaf Neto (2010), explica que este indicador financeiro retrata a saúde financeira da empresa a longo prazo, da mesma forma que o observado nos demais indicadores de liquidez a importância desse índice para análise de folga financeira pode ser prejudicada se os prazos dos ativos e passivos, considerados em seus cálculos, forem muito diferentes. Hoji (2012) mostra que liquidez seca pode ser verificada da seguinte forma, com exceção dos estoques e despesas do exercício seguinte, todos os outros itens do ativo circulante, como aplicações de liquidez imediata, títulos e valores imobiliário, outras contas a receber, duplicatas a receber, saques de exportação e impostos a recuperar, podem ser convertidos em dinheiro com relativa facilidade antes do prazo normal de realização. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante – Passivo Circulante) mostra que a folga financeira de curto prazo da Indústria Cataguas tem uma média de R\$ 97.807,00 em relação aos anos de 2013 a 2015, um índice muito baixo em relação a sua maior concorrente no ramo a Guararapes SA que apresentou uma média de R\$ 1.571.651,00. Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) mostra a capacidade da empresa em atender suas obrigações em curto prazo, em média a empresa Cataguas a cada R\$1,00 de obrigações a pagar, ela tem em seu ativo circulante R\$2,74 para atender, enquanto a Guararapes SA possui apenas R\$1,93. Liquidez Seca (Ativo Circulante-Estoque/Passivo Circulante em média a cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo a Indústria Cataguas dispõe R\$1,59 para atender sua demanda, enquanto a Guararapes dispõe de R\$1,54, sendo assim a média das obrigações serem salgadas são bem próximo, e mostram a capacidade de pagamento mediante utilização das contas disponíveis e valores a receber. Liquidez Imediata (Disponibilidade/Passivo Circulante) capacidade de pagar suas obrigações de imediato, ou de transformar aplicações em dinheiro para atendê-las. Em média a Cataguas dispõe de R\$0,50 para atender a suas obrigações, a cada R\$1,00 devido, uma média alta em relação à Guararapes que dispõe apenas de R\$0,18. Esse índice geralmente é baixo devido ao desinteresse das empresas em manter recursos monetários em caixa. Liquidez Geral revela a saúde financeira da empresa, tanto a curto quanto em longo prazo, utilizado também como medida de segurança pelas empresas para analisar sua capacidade de pagamento de seus compromissos. Em média a cada R\$1,00 devido a Cataguas tem R\$1,28 para quitá-lo, quanto a Guararapes tem R\$1,38, ou seja, a saúde financeira da Guararapes está com uma melhora em relação à Cataguas para honrar seus compromissos, porém o índice da Cataguas não está tão abaixo de sua concorrente. **CONCLUSÃO:** Em análise aos índices de Liquidez, a Indústria Cataguas SA vem se destacando com relação a sua concorrente Guararapes SA, e mostrando que a empresa manteve sua capacidade de cumprir com as obrigações e com um índice de dívidas a curto prazo muito pequeno, a análise também mostra que a Indústria Cataguas SA teve folga financeira baixa e que tanto a curto quanto a longo a Empresa Guararapes SA se destacou com um índice maior.

Palavras-chave: Finanças. Liquidez. Economia.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____. **Estrutura e análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
- HOJI, Masakasu. **Administração financeira e orçamentaria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, K. R.; SOUZA, P. C. **Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões**: Ingepro – inovação, gestão e produção janeiro de 2011, v. 03.
- VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ATIVIDADES DA GUARARAPES S/A X WEMBLEY S/A

AUTORES:

Cleyton Douriques Paulino de Menezes

Daniyel Ferreira de Medeiros

Raimundo Pereira da Silva

INTRODUÇÃO: Diante do grande avanço tecnológico e da globalização mundial, as grandes empresas estão tendo uma concorrência que se torna cada vez mais acirrada no mercado de tal maneira que tem se tornado cada vez mais difícil para essas empresas continuarem competitivas sem se tornarem globais. No atual cenário econômico em que as organizações modernas atuam, é essencial se diferenciarem das suas principais concorrentes com visitas à obtenção de vantagens competitivas e isso se tornou uma questão de suma importância para que elas se mantenham no mercado. As principais informações necessárias a qualquer organização se referem aos seus recursos financeiros, pois através deles é que elas podem tomar decisões sobre onde investir, onde reduzir os custos e aumentar os lucros, entre outros. Para obter essas informações, faz-se necessário o uso das análises das demonstrações financeiras, pois através delas pode-se averiguar a real situação econômica e financeira da empresa, por meio do conhecimento de pontos cruciais de sua estrutura, como a capacidade de pagamento de dívidas, rentabilidade do capital investido e capital de giro, possibilidade de falência entre outros. Esse setor preocupa-se com os processos, instituições, mercados e instrumentos ligados à transferência e movimentação de dinheiro entre indivíduos, órgãos do governo e empresas. Face ao exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a gestão de ativos da empresa WEMBLEY S/A, comparativamente à GUARARAPES S/A, no período de 2013 a 2015. **METODOLOGIA:** Segundo Vergara (2004), existem vários tipos de pesquisa, com diferentes taxionomias, as quais podem ser divididas em: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins o presente trabalho foi descritivo e quanto aos meios foi bibliográfico e documental. O universo da pesquisa foi o setor financeiro das empresas analisadas, e as amostras utilizadas foram suas demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício – DRE). Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita por meio de livros, artigos, bem como documentos (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício – DRE) das empresas estudadas. Uma vez que este trabalho se encontra enquadrado em uma abordagem quantitativa, os dados foram analisados utilizando-se do aplicativo Microsoft Office Excel versão 2010 onde foram realizados cálculos, tabelas e gráficos para fins de análise e discussão dos dados apresentados. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo Assaf Neto (2010, p.101-102) “a análise das demonstrações financeiras tem como objetivo entender o desempenho econômico-financeiro de uma empresa em um determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de embasamento para a previsão de tendências futuras”. Os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas, eles permitem construir um quadro de avaliação da empresa. Para Matarazzo (2010, p.81- 82), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. Índices financeiros podem ser divididos por conveniência em quatro categorias básicas: índices de liquidez, índices de atividade, índices de endividamento e índices de lucratividade. Índices de liquidez, atividade e dívida mensuram principalmente o risco; índices de lucratividade mensuram o retorno. Conforme Zdanowicz (2003, p. 99) “os índices de atividade são construídos a partir de dados extraídos

do balanço patrimonial, demonstrativos do resultado do exercício e dos inventários. Eles são úteis quando deseja avaliar a segurança dos investimentos realizados em itens de curto prazo, a valores constantes, em termos de gestão financeira”. Os principais indicadores financeiros são: giro de estoque ou rotatividade de estoque, prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento das compras e giro do ativo total. De acordo com Francischini (2004) “o giro de estoque é definido como o número de vezes em que o estoque é totalmente renovado em certo período”. A fórmula para calcular o índice de giro do estoque é a seguinte: $(GE = \text{CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA} / \text{ESTOQUE})$. Prazo médio de recebimento de vendas indica quantos dias, em média, a empresa leva para receber suas vendas. Do ponto de vista de análise de risco, o PMRV é um indicador do tipo “quanto maior, pior” mantidos constantes dos demais fatores. SILVA (2010) acrescenta ainda que, “os termos de vendas de uma empresa compreendem os prazos concedidos aos clientes, os descontos concedidos para pagamento à vista e os instrumentos de formalização da venda a prazo”. A fórmula para cálculo do prazo médio do recebimento de vendas é $(\text{PMRV} = 360 / \text{GIRO DO ESTOQUE})$. Prazo médio de pagamento das compras consiste em quantos dias a empresa demora em pagar aos seus fornecedores. “O prazo médio de pagamento das compras é um índice do tipo “quanto maior, melhor”, mantidos constantes os demais fatores e desde que seu volume de fornecedores não se mantenha alto por atrasos nos pagamentos”. (SILVA 2010, p.255). A fórmula para calcular o PMPC é a seguinte: $(\text{PMPC} = \text{FORNm} / \text{C} \times \text{DP})$, sendo: FORNm= Fornecedores (media no período), C= Compras, DP= Dias do período considerado (360 dias para um ano; 30 por mês). Giro do Ativo Total, para Gitman (2001, p.138) “o giro do ativo total indica a eficiência com a qual a empresa usa seus ativos para gerar vendas. Geralmente, quanto maior for o giro do ativo total, mais eficiente será o uso dos ativos. Essa medida é provavelmente de maior interesse para a alta administração, pois ela indica se as operações foram financeiramente eficientes”. Ainda segundo Assaf Neto (2012) o giro do ativo total é a relação entre o montante das receitas líquidas de venda e o ativo total. Fórmula: $(\text{GA} = \text{VL} / \text{ATm})$, sendo: VL= vendas líquidas (ou receitas líquidas), ATm= ativo total médio. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste trabalho foram analisados os índices de atividades ou gestão de ativos das empresas GUARARAPES S/A e WEMBLEY S/A, referente ao período de 2013 à 2015. Os índices de atividades mensuram a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas ou caixa, revelam a velocidade com que determinados elementos do ativo giram durante o exercício e ainda revelam o quão eficiente ou intensivamente a empresa utiliza seus ativos para gerar vendas, por tanto foram analisados: o giro de estoques (GE), giro de contas a receber (GCR) e giro do contas a pagar (GCP), o prazo médio de renovação de estoques (PMRE), de recebimento (PMR) e de pagamentos (PMP), o posicionamento relativo (PR) e seu giro do ativo total (GAT). Na empresa GUARARAPES S/A o giro do estoque foi de 2,7 o mesmo o valor de sua concorrente. No giro de contas a receber WEMBLEY S/A 4,1 foi maior que o da GUARARAPES S/A 2,4. O giro de contas a pagar a WEMBLEY S/A apresentou 10,3 enquanto a GUARARAPES S/A 6,1. O prazo médio de renovação de estoque mostra o tempo médio em dias que a empresa tem para renovar seu estoque, a GUARARAPES S/A leva em torno de 132 dias para renovar o seu estoque, já à empresa concorrente leva em média 135 dias. O prazo médio de recebimento (PMR) ou prazo médio de compra indica o número de dias que a empresa leva para receber efetivamente o valor de suas vendas. A WEMBLEY S/A com a média de 88 dias está sendo bem mais eficiente neste item que a concorrente com á média de 153 dias. O prazo médio de pagamentos (PMP) indica quanto tempo em dias a empresa leva para pagar seus fornecedores. A Wembley apresentou uma média de 36 dias enquanto a Guararapes 62 dias, ou seja, a Guararapes tem um maior prazo para pagar em tese melhor se as taxas de juros não forem altas. O posicionamento relativo revela a capacidade que a empresa tem de pagar suas obrigações. Na média da WEMBLEY S/A foi 2,5 enquanto o da GUARARAPES S/A foi 2,6 tecnicamente empatados neste indicador. O giro do ativo

total indica a eficiência com a qual a empresa usa seus ativos para gerar vendas. A WEMBLEY S/A apresentou uma média de 0,74 enquanto a outra 0,81 ou seja a GUARARAPES apresentou uma média melhor. **CONCLUSÃO:** Foi possível verificar que a GUARARAPES S/A é mais eficiente que a WEMBLEY S/A no prazo de renovação de estoques, pois seu tempo de renovação é mais rápido que a concorrente. No quesito prazo de recebimento, a WEMBLEY S/A é bem mais eficiente que a GUARARAPES S/A, pois recebe suas duplicatas mais rápido, suas políticas de créditos e cobrança são mais restritivas que a GUARARAPES S/A, que necessita possuir um alto capital de giro para manter suas operações. Já no giro de contas a pagar, a GUARARAPES S/A tem a vantagem de possuir um prazo maior para quitar suas obrigações com seus fornecedores, o que é uma ótima vantagem, pois a empresa possui um fôlego maior para vender e sanar suas compras. Lembrando que este prazo só é interessante quando as taxas de juros não forem altas. O ideal é que as empresas paguem seus fornecedores após a venda de suas mercadorias. Em uma análise geral das demonstrações de giro de atividades da GUARARAPES S/A e dá foi pó WEMBLEY S/A acessível verificar que a GUARARAPES, apesar de não ser mais eficiente do que a WEMBLEY S/A no quesito contas a receber, ela consegue ser melhor que a WEMBLEYS/A, pois tem melhores prazos de pagamento, assim ela conseguiu administrar melhor seus ativos, e por consequência possui uma melhor gestão de seus ativos comparada com a Wembley.

Palavras-chave: Análise das Demonstrações. Índice de Atividade. Desempenho Financeiro.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANCISCHINI, G. P. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: [s.n.], [20--?].

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. 7. ed. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, José Pereira Da. **Análise financeira das empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, K. R; SOUZA, P. C. **Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões: ingepro – inovação, gestão e produção** janeiro de 2011.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Criando valor através do orçamento**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA COTEMINAS S/A X GUARARAPES S/A

AUTORES:

Ana Heloíza Alves da Silva
Apolo Ákila Soares Moreira
Daniyel Ferreira de Medeiros
Igor Franklin de Oliveira Marinho
Silas Fonseca e Silva

INTRODUÇÃO: A tecnologia tem se desenvolvido no decorrer dos anos e isto é refletido no mercado de maneira que as empresas têm de acompanhar este ritmo em um ambiente altamente competitivo, sendo que os seus usuários também têm se tornado mais exigentes. É evidente que o fortalecimento econômico de uma empresa se constitui de um crescimento real do Patrimônio Líquido. Sabe-se também que o Balanço Patrimonial traz clareza da condição Patrimonial (Bens, Direitos e Obrigações) da empresa. As organizações devem esforçar-se para concentrar suas dívidas, em maior parte, com endividamento de longo prazo, pois em momento de crise terá tempo para planejar novamente a sua situação financeira. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os índices de endividamento da empresa Coteminas S/A, em comparação a Guararapes S/A, no período de 2013 à 2015.

METODOLOGIA: Para elaboração da pesquisa foram utilizadas técnicas como elementos de pesquisa descritiva e explicativa. Como utilização para coleta de dados foram utilizados documental e bibliográfica. Como universo da pesquisa foram analisadas de cada empresa o setor financeiro, e tiveram como amostras às demonstrações financeiras das empresas (Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de exercício - DRE). Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita por literatura, através de livros e os documentos da empresa, que foram os Balanços Patrimoniais e DRE. Tendo em vista que teve uma abordagem quantitativa, foi utilizado o aplicativo Microsoft Office Excel versão 2010 para analisar os dados através de realização de cálculos e tabelas para fins de análise e tratamento dos dados em questão. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** As demonstrações Financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir (MATARAZZO, 2010, p. 4). Segundo Padoveze (2010 p. 213) os indicadores econômico-financeiros são cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, procurando números que ajudem no processo de classificação do entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade. De acordo com Iudícibus (2008, p. 96) a natureza do endividamento, as taxas de juros, os riscos, quando comparados com o retorno que tais recursos propiciam uma vez investidos, devem ser, por sua vez, comparados com os custos alternativos da captação de riscos. De acordo com Assaf Neto (2008, p. 122), os índices de endividamento “fornecem, ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente instituições financeiras) e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo”. Esses indicadores são utilizados, basicamente, para aferir a composição (estrutura) das fontes passivas de recursos de uma empresa. Segundo Matarazzo (1998, p.153) “é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. Segundo Silva (2010, pag.138) estes indicadores estão relacionados à composição da captação (próprios e terceiros) e medem os níveis de imobilização de recursos, que buscam identificar diversas relações na

estrutura da dívida da empresa. Os índices de endividamento informam se a empresa utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários, são eles: Endividamento Geral = $((PC + PNC) / \text{TOTAL DE ATIVOS}) \times 100$. Cobertura de Juros = $\text{LAJIR} / \text{DESPESAS COM JUROS}$. Independência Financeira = $(PL / (PC + PNC + PL)) \times 100$. Segurança Financeira = $((PL + PNC) / (PC + PNC + PL)) \times 100$. Estrutura dos Investimentos = $(ANC / \text{TOTAL DE ATIVOS}) \times 100$. Estrutura de Financiamento dos Investimentos = $((PL + PNC) / ANC)$. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** O estudo apresentado aborda os indicadores de endividamento mostrando a política de obtenção de recursos de duas grandes empresas: a Guararapes e a Coteminas. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) ou de Terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) e em que proporção. Foram realizadas análises dos seguintes índices: Índice de endividamento geral (IEG) mensura total de ativos financiados por credores da empresa. Do total dos investimentos, a Guararapes tem em média 46,30% de financiamentos em capital de terceiros e a Coteminas 51,08% dos investimentos, assim a empresa Coteminas apresenta em média o índice de endividamento geral que permite melhor ganho, porém, associado ao maior ganho estará um maior risco. Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capital de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros, comparada a sua concorrente Guararapes, significa dizer que se encontra com maior liberdade de decisões e menor risco. Índice de cobertura de juros (ICJ) capacidade de efetuar os pagamentos de juros contratuais, atenderem as obrigações da dívida. A Guararapes possui para cada R\$ 1,00 (um real) uma folga de 5,07% para pagamentos de suas dívidas já a Coteminas possui para cada R\$ 1,00 (um real) uma folga de 0,35%, a Coteminas apresenta em relação a sua concorrente baixa capacidade de pagamento de juros contratuais, ou seja, o risco de não cumprimento de obrigações de juros adicionais da empresa é maior que a Guararapes a qual possui uma folga considerável em relação ao cumprimento com obrigações de pagamento de juros contratuais. Índice de Independência financeira (IIF) quanto do financiamento da empresa é com recursos próprios, quanto maior esse percentual, menor o capital de terceiros. Do total de financiamentos da Guararapes 53,70% é em média de capital próprio em comparação a Coteminas que é 48,92%, percebe-se que no período de 2013 a 2015 houve um baixo investimento de capital próprio na Coteminas comparado a Guararapes que teve um aumento de capital próprio, mesmo sendo menor o investimento de capital próprio em relação ao capital de terceiros. Índice de segurança financeira (ISF) quanto do financiamento da empresa é de longo prazo. Guararapes tem 69,22% índice maior em relação a Coteminas 68,98%, os índices mostram uma posição da empresa Guararapes quanto à decisão de priorizar o financiamento em longo prazo alavancando financeiramente a empresa, já a Coteminas apresenta percentual médio de financiamento em longo prazo menor que a concorrente, o que significa que ela possui menos dívidas em longo prazo. Índice de estrutura de investimento (IEI) indica quanto do investimento total é em longo prazo. Nesse caso a Coteminas apresenta em média 48,88% e a Guararapes em média 42,07%, o que significa que a Coteminas apresenta estrutura maior para investimentos a longo prazo, ou seja, encontra-se com uma quantidade de investimentos maior a longo prazo, entretanto a Guararapes apresenta índice inferior a Coteminas o que significa que a empresa possui menores investimentos a longo prazo em referência a estrutura de investimentos médio. Índice de estrutura de financiamentos dos investimentos (IEFI) trata da relação entre os investimentos e financiamentos em longo prazo, no qual para cada R\$ 1,00 (um real) de necessidade de investimentos em longo prazo a Guararapes S/A está financiando em média R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) em longo prazo, já a Coteminas S/A está financiando em média R\$ 1,41 (um real e quarenta e um centavos), constatou-se que a Coteminas S/A se encontra com o índice dentro do sugerido, permitindo assim uma estabilidade sem causar problemas de liquidez nem de rentabilidade. Por outro lado, a

Guararapes está acima do sugerido, o que ocasiona problema de rentabilidade, dependendo da taxa de juros de captação. **CONCLUSÃO:** Em face do que foi apreciado nos índices na média de endividamento das empresas Guararapes S/A e Coteminas S/A no período de 2013 à 2015, foi possível identificar vantagens e desvantagens na política de obtenção de recursos nas empresas. A Coteminas S/A apresenta média de índices que em vantagem a concorrente possui melhores ganhos e mais liberdade de decisões financeiras, por outro lado apresenta baixa capacidade de pagamento de juros contratuais, baixo financiamento no investimento de capital de terceiros. Já a Guararapes S/A em sua média apresenta resultados financeiros referentes a segurança financeira favoráveis, porém nos demais índices apresenta necessidade de aperfeiçoamento em sua estrutura financeira. Considerando os índices, pode-se concluir que a Coteminas S/A se encontra em vantagem competitiva em relação a Guararapes S/A, pois a mesma apresenta melhores resultados financeiros constatados através desta pesquisa.

Palavras-chave: Análise. Índices. Endividamento.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** Fipecafi: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanço.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Análise Financeira de balanços.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistemas de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas 2010.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE ENVIDAMENTO DA GUARARAPES S/A X DOHLER S/A

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Jose Edson Lima Nascimento
Judson Rodrigues Tibúrcio
Karina Kely Rodrigues Felix
Priscila Stefany de Menezes Gregório
Vanessa Felipe de Lima

INTRODUÇÃO: A modernização das empresas e a concorrência em alta fazem com que as organizações invistam em estratégias para se manterem atuantes e competitiva dentro do mercado. No formato econômico atual, as empresas tendem a priorizar ações, reduzindo custos e maximizando seus resultados, para que, agregue valor diante aos seus concorrentes. O estudo é com base no segmento têxtil que apresenta relação direta ao cotidiano do ser humano, trazendo conforto, qualidade e excelência em seus produtos, além de que, o vestiário se adequa no perfil e aparência, agregando valor perante a sociedade. A elevada quantidade de tempo e produto faz que a empresa busque um alto nível de informações, com auxílio das análises, para influenciar na tomada de decisão, de modo eficiente e eficaz. São a partir das análises dos índices, que a empresa decide pontos cruciais, de valor econômico e financeiro para investir de maneira correta, não atingindo um alto grau de endividamento. De acordo com Assaf Neto (2008, p. 122), os índices de endividamento “fornecem, ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente instituições financeiras) e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo”. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os índices de endividamento da empresa Dohler S/A, comparativamente a Guararapes S/A, no período de 2013 a 2015. **METODOLOGIA:** A classificação da pesquisa assume a condição de descritiva e explicativa. Conforme Gil (2008) a pesquisa descritiva serve para caracterizar determinadas populações ou fenômenos. Também é classificada como documental e bibliográfica, a diferença entre elas está na natureza das fontes, pois, dizem respeito à procura dos efeitos e resultados dos métodos analisados, em consonância com os objetivos da organização, além da apuração de informações e auxílio de registros como fontes de maior conhecimento. O universo da pesquisa concentrou-se no setor financeiro das empresas Guararapes S/A e Dohler S/A, e a amostra utilizada foram as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de exercício - DRE). As coletas de dados foram com base em livros, artigos, análises de documentos (Balanço Patrimonial e a DRE). Para análise, foi utilizado o Microsoft Office Excel versão 2010 apresentando cálculos, tabelas e gráficos para fins de análise. Classificada em caráter quantitativo, Godoy (1995, p. 58) afirma que, “o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas.” **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** As demonstrações financeiras são utilizadas pela administração da empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados. Essas demonstrações também são chamadas de relatórios contábeis e são a fonte de informações para análise, inclusive para avaliação quanto à possibilidade de investimento. Assaf Neto (2001) menciona que: A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras. Segundo

Iudícibus (1998, p. 145-146) “A contabilidade, com os dois relatórios, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício [...] tem condições de obter informações, fazer análise, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira e traçar novos rumos para futuras transações.” Os índices de endividamento irão visualizar de forma mais abrangente qual a situação financeira da empresa. Para Téles (2003) “a análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos da empresa. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com Recursos Próprios ou de Terceiros e em que proporção”. O endividamento Geral (EG) mede o quanto a empresa está endividada junto aos seus credores, ou seja, quanto maior este índice maior será o grau de utilização de capital de terceiros. Segundo Téles (2003) traz que “este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste estudo foi analisado os índices de endividamento de duas grandes empresas do segmento de vestuário nacional – Guararapes S/A e a Dohler S/A. Foram vistos os ativos financiados pelos credores, capacidade de pagamentos de juros, financiamento com recursos próprios, financiamentos a longo prazo, investimento a longo prazo, e identificar o valor de cada real que a empresa investe a longo prazo, o quanto na verdade está sendo financiando. O Endividamento Geral mede o quanto a empresa está em débito junto aos seus credores, isso significa que, quanto menor for a dependência de capital de terceiros, mais solvente se encontra a empresa. Sabendo que a empresa Dohler S/A, tem uma média de endividamento geral (EG) de 23,90%, que é relacionado aos gastos totais da empresa, com isso a organização apresenta uma folga de capital próprio de 76% do seu faturamento anual, enquanto a empresa Guararapes S/A, apresenta uma média de endividamento que chega aos seus 46%, com isso ela envolve mais capitais de terceiros dentro da sua organização. Hoje o mercado tem uma média entre R\$ 3,00 a R\$ 5,00, de pagamentos de juros no mercado, calculo que é baseado na capacidade de atrasos de duplicatas a pagar. A Guararapes S/A a empresa em referência tem uma média de R\$ 8,52, referente a sua capacidade de pagamentos de juros anual, já a empresa Dohler S/A que tem uma média de R\$ 4,66, um bom índice quanto ao seu porte, mas distante quanto ao parâmetro da empresa em referência. A empresa em estudo Dohler S/A, por se tratar de uma organização de capital fechado, tem um volume de recursos próprio bem sólido no mercado em atuação, que chega hoje a 76,10%. Certamente, que o uso de capital de terceiros permite uma ampliação na atividade em um tempo mais ágil e otimizado, do que somente utilizando o próprio capital, a grande desvantagem é assumir o risco de gerar lucratividade suficiente para pagar a dívida assumida, possivelmente, a empresa Guararapes S/A tem este perfil, pois além de ser uma empresa de capital aberto, assume apenas pouco mais de 50% de recurso próprio investido. O índice de segurança financeira relata uma posição da empresa quanto a decisão de não priorizar o financiamento a curto ou longo prazo, embora as duas empresas serem do mesmo segmento, porém com políticas bem distintas, ambas investem a longo prazo, e as duas empresas têm uma segurança financeira bem consolidada no mercado, mesmo um sendo de capital próprio, e a outra de capital aberto, apresentam folgas de mais de 68% a investimentos a longo prazo, a Dohler S/A que tem um percentual um pouco maior que chega aos 90% de segurança financeira. No entanto, as duas empresa tem uma capacidade de investimento acima do mercado em atuação, para cada R\$ 1,00 investido pela Dohler S/A é voltado para organização R\$ 1,71 tendo assim um retorno de investimento de mais de 42%, Comparado a empresa em modelo, que a cada R\$ 1,00 investido tem um retorno de R\$ 1,65, fazendo com que seu retorno financeiro de 40% no seu investimento, com isso a Dohler S/A está conseguindo tem um retorno financeiro maior do que a Guararapes S/A que no qual é líder no mercado em atuação. **CONCLUSÃO:** As empresas em estudo, embora sejam do mesmo segmento têxtil, têm uma grande diferenciação quanto ao porte e a política integrada no mercado. A Guararapes S/A consegue ter mais de 40% de capital de terceiros, com isso,

tem um volume de financeiro bem mais consolidado no mercado, embora seus investimentos e sua segurança financeira sejam satisfatória diante o mercado. A Dohler S/A busca seu referencial na líder do mercado, mesmo sendo de capital próprio, consegue ter um investimento e um retorno financeiro um pouco maior que a líder do mercado e uma segurança financeira de 90% do seu total de ativos. Conclui-se que as duas empresas, utilizam-se de estratégias diferentes e ainda assim, conseguem obter destaque dividindo o mesmo mercado em atuação.

Palavras-chave: Endividamento. Análise das Demonstrações. Desempenho.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico - financeiro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Estrutura e análise de balanços:** Um enfoque econômico - financeiro. São Paulo. Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

TÉLES, Cristhiane Carvalho. **Análise dos demonstrativos contábeis:** índices de Endividamento. 2003. Disponível em:

<http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_ndices_de_Endividamento.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS LOGÍSTICAS DA CONSTEL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS

AUTORES:

Alyne Rayane Silva de Souza
Diego Matheus Alves Mesquita
Djosete Santos da Costa
Francisco Ribeiro de Lima Junior
Saionara Camara de Medeiros
Thalita Celília Vital de Queiroz

INTRODUÇÃO: Antes dos anos de 1950, a logística era um campo de atuação, porém “adormecido”, pensar de não existir ainda a noção dos aspectos teóricos a prática já era vivenciada entre as principais áreas das atividades logísticas (armazenagem, processamento de pedidos e estoque). O desenvolvimento veio quando os principais teóricos da época, apesar de desprezados, já apontavam para a necessidade da preocupação com a distribuição. Entre os anos 1950-1970, com o papel do transporte aéreo, o modelo militar e a surgimento de novas demandas a logística passou a ter maior visibilidade dentro do mercado, resultando um novo tipo de conceito, nova preocupação para os empresários e resultando como um novo diferencial para as empresas que aplicavam naquela realidade. Nos dias atuais, a exigência do cliente com os produtos evoluiu, a competitividade do mercado de trabalho está maior. Essas características mostram um cenário de um mercado muito mais competitivo, onde as empresas precisam evidenciar à seu público o seu diferencial frente aos concorrentes. O trabalho logístico vem como esta ferramenta para as organizações, oferecendo uma maior segurança e eficiência para as empresas se manterem forte em seu ramo de atuação, assim esse trabalho objetiva descrever as práticas de logística da Constel. **METODOLOGIA:** Para um desenvolvimento de trabalho acadêmico satisfatório a metodologia é a principal ferramenta de utilização para a interpretação de uma atividade prática ligada à percepção teórica. Com este parâmetro, assim afirma Richardson (1989) “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos”, foram desenvolvidos os instrumentos de pesquisa, a partir de uma observação direta, considerando as especialidades de cada método para melhor aplicação das atividades desenvolvidas do o setor observado como objeto de estudo. Os quais foram: Entrevista ao gestor do setor de logística e roteiro de observação. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Ballou (1993) diz: “Logística empresarial tem como objetivo prover o cliente com níveis de serviço desejados. A meta de nível de serviço logístico é providenciar bens ou serviços corretos, no lugar certo, no tempo certo, no tempo exato e na condição desejada ao menor custo possível”. Para DAFT (2005), “Logística é a atividade requerida para fisicamente movimentar os materiais para a instalação de produção da empresa e para movimentar os produtos acabados para os clientes”. A logística é o departamento que exige entre outros setores a maior interação de informações, na Constel não é diferente. Para a conclusão de uma obra é necessário passar por todo processo de planejar, organizar, dirigir e principalmente controlar. A função controle é a principal função na logística, exige do gestor uma interação direta em todos os passos da organização que é mediada pela logística, desde a execução do transporte, controle dos custos, estocagem..., e por fim o tempo, recebimento e entrega da forma e momento certo. Ching (2008), fala “O controle de estoque exerce influência grande na rentabilidade da empresa. Os estoques absorvem capital que poderia estar sendo investido de outras maneiras, desviam fundos de outros usos potenciais e têm o mesmo custo de capital que qualquer outro projeto de investimento da empresa. Aumentar a rotatividade do estoque libera ativo e economiza o custo de manutenção do inventário”. A necessidade de controlar o estoque de uma

organização infere diretamente nos resultados do capital da empresa. Outro com bastante aplicação é o *Just-in-time*, que trata com o diretamente a qualidade do produto junto ao cliente, Bernardes E Marcondes (2006) acreditam que “A metodologia JIT prevê um sistema de gestão das pessoas conforme o descrito para a Qualidade Total, para que se garanta a participação, o comprometimento e não conformismo do indivíduo. As metas colocadas pelo JIT são amplas e ambiciosas”. O transporte é um dos principais diferenciais da logística, por ele você transita sua matéria prima como também produtos acabados, segundo Alvarenga E Novaes (2000) “para se organizar um sistema de transporte é preciso ter uma visão sistêmica, que envolve planejamento, mas para isso é preciso que se conheça: os fluxos nas diversas ligações da rede” e Slack (2006) confirma a importância do transporte quando afirma “os custos do transporte incluem tanto o transporte dos insumos, do fornecedor até o local da operação, como o transporte de bens, do local de produção até os clientes”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A empresa possui um trabalho de estocagem e distribuição através de um sistema de armazenamento integrado. Todo processo logístico na Constel é iniciado com o pedido de fornecimento do material, onde cada obra da empresa possui seu próprio CNPJ, ela é classificada como uma obra a ser realizada pelo Grupo Constel. Este pedido passa para o setor de compras, que procura apenas um fornecedor direto para a compra de todos os materiais firmando assim uma parceria com a fornecedora, reduzirá o tempo de suas operações e outros gastos. Diante disso cada obra possuirá seu próprio armazém e seu almoxarifado, onde é solicitado o pedido ao Grupo Constel materiais utilizados diretamente para a mão de obra de seus funcionários (capacete, óculos de proteção, protetor auricular) e materiais diretos para produção dos edifícios (areia, cimento, brita, porta, entre outros). Na distribuição dos materiais a empresa possui um veículo próprio para transporte, o material é observado segundo o processo de inspeção a fim de controlar as qualidade e condições do produto, tudo que sobra dos materiais na obra (acerca de 10%) do que pode ser reaproveitado é destinado ao almoxarifado central, para utilização em stands ou para os canteiros de obra, quando não, o material é leiloado entre os funcionários para abrir espaço de estocagem em seu armazém. Para maior *feedback* do cliente em contato a empresa tem contado pelo portal cliente, este portal possibilita ao comprador a averiguação de seu imóvel e futuras solicitações dentro do prazo de garantia. **CONCLUSÃO:** Compreendendo a necessidade das práticas logísticas e métodos nas operações da empresa Constel Construções e Empreendimentos, por meio dos estudos realizados, conclui-se que a empresa já entende a importância do processo logístico e busca sempre o aperfeiçoamento de aplicação na prática em suas atividades, almejando sempre a maior satisfação do seu cliente em oferecer ao mesmo o seu produto com o preço justo, da maneira correta e no tempo certo.

Palavras-chave: Constel. Almoxarifado. Logística.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. C. NOVAES, A. G. **Logística aplicada suprimento e distribuição física.** 3. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 2000.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial:** transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.

BERNARDES, Ciro e MARCONDES, Reynaldo C. **Teoria geral da administração:** gerenciando organizações. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DAFT, Richard L. **Administração**. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SLACK, Nigel et at. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2006.

ANÁLISE DE PRÁTICAS DOS RECURSOS HUMANOS NA EMPRESA MEU BARRACO BOTEÇO BISTRÔ

AUTORES:

Adya Kettyn Silveira Soares
Iêda Isabella de Lira Souza
Maria Pollyana Sales Vicente
Milena Gabrielly Bezerra da Silva

INTRODUÇÃO: No Brasil, o bar, o boteco e o botequim são considerados uma instituição nacional. Lugares em que o sujeito brasileiro se encontra para confraternizar. Boteco é um lugar em que os brasileiros se sentem bem, como se estivesse em casa. Os bistrôs na França surgiram como pequenos restaurantes, simples de decoração rústica e quase sempre comandados por uma família. O conceito de boteco-bistrô é despojado, mas a execução é bastante refinada. É a ideia por trás do Meu Barraco Boteco Bistrô, um espaço cheio de criatividade. As sócias pensaram num lugar que reunisse informações de botecos cariocas e paulistas, sem deixar o toque nordestino de lado. É um espaço temático e cheio de sabores originais. Dentro deste cenário, procuramos realizar atividades que possibilitem um melhor entendimento sobre o boteco-bistrô. O portfólio da empresa Meu Barraco Boteco Bistrô foi elaborado com o objetivo precípuo de diagnosticar as necessidades de um treinamento na organização e com isso implantar uma plano de treinamento. **METODOLOGIA:** A fim de atingir os objetivos traçados para o estudo de caso, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico para a base conceitual do modelo, o qual ocorreu por meio de pesquisas em livros, sites e artigos especializados sobre o assunto na internet, além, da realização de uma pesquisa censitária de caráter quantitativo e qualitativo. Os procedimentos utilizados foram entrevistas com o Diretor da empresa, questionários aplicados aos funcionários e também a técnica de observação. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Milkovich e Boudreau (2000) relatam o desenvolvimento como o processo de treinamento em longo prazo para aperfeiçoamento das habilidades e aptidões pessoais e profissionais. Para Dessler (2003), treinamento é um conjunto de métodos usados para transmitir aos funcionários, novos e antigos, habilidades necessárias para o desempenho do trabalho. Segundo Reginatto (2004), o treinamento ajuda as pessoas a serem mais eficientes, evitando erros, melhorando atitudes e alcançando maior produtividade, pois, por meio dele, podia-se aprender fazendo, reavaliando e mudando comportamentos. Chiavenato (2009) define o treinamento como sendo o processo educacional de curto prazo, aplicado de maneira sistemática e organizada. O treinamento é uma fonte de lucratividade ao permitir que as pessoas contribuam efetivamente para os resultados do negócio, sendo uma maneira eficaz de agregar as pessoas, a organização e os clientes (CHIAVENATO, 2010). Segundo Aquino (1980), O treinamento visa fornecer ao empregado, melhores conhecimentos, habilidades e atividades para que não se dissolva das inovações em relação ao seu campo de atividade e das profundas mutações do mundo que o cerca. O Treinamento é uma das ferramentas mais valorativas dos processos da gestão de Pessoas, pois tem como objetivo principal capacitar o colaborador e oferecer possibilidade de se desenvolver organizacional e pessoalmente. Conforme Chiavenato (2004, p.340 - 342), existem algumas etapas fundamentais para que o treinamento atinja seu objetivo central e agregue valor à empresa. Entre eles podemos identificar: 1. Diagnostico. É o levantamento de necessidades de treinamento a serem satisfeitas. Essas necessidades podem ser passadas, presentes ou futuras. 2. Desenho. É a elaboração do programa de treinamento para atender as necessidades diagnosticadas. 3. Implementação é a aplicação e condução do programa de treinamento. 4. Avaliação. É a verificação dos resultados obrigados com o treinamento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Devido esse novo cenário comercial introdutório, é

notável que os próprios profissionais precisam estar aptos a conquistar, desenvolver e engajar as atividades desempenhadas. Para que isso aconteça, é essencial que os setores, tão importantes para as empresas, passem por treinamentos ou por outros formatos de aprendizagem que lapidem o processo de trabalho e também auxiliem na interação de todos os componentes da empresa para que não se trabalhe como grupo, mas sim como equipe. Esse processo é imprescindível para os profissionais que potencializam suas habilidades de relacionamento interpessoal, inteligência emocional, negociação de conflitos. Além de agregar aos seus processos técnicas e ferramentas que permitem executar de forma mais precisa e segura as atividades. A aplicação de pesquisa de clima permitiu a coleta de dados importantes sobre a relação interpessoal e hierárquica aplicada na empresa. Após tabulação de dados, pode-se afirmar que 85% dos funcionários estão plenamente satisfeitos com a estrutura da organização, relação entre chefes e funcionários, instalações, remunerações auxílio dado para o desempenho das atividades e crescimento da empresa. A representação dos 15% insatisfeitos é feita por um funcionário da organização. A insatisfação será alvo de reflexão da empresa, embora represente mínima influencia com outros funcionários conforme resultado da pesquisa. **CONCLUSÃO:** No Meu Barraco Boteco Bistrô foi elaborada descrição de cargos com detalhamento de suas necessidades formalizando as reponsabilidades, influenciando no respeito hierárquico dos funcionários. Além de uma matriz de treinamento para auxiliar a capacitação dos funcionários de todos os setores, segmentada por cargos e necessidades. Questões que vão de conhecimento básico para a função como informática básica, curso de manipulação de alimentos para os que estão em contato com a produção de pratos, boas maneiras de tratamento tanto para a relação cliente e funcionário, como também para relação interna da empresa. O ponto que deve ser bastante frisado e implementado é sobre trabalho em equipe, que integra os funcionários, melhora a comunicação e reduz conflitos. A definição do conjunto de valores e políticas que refletem a missão e a visão da empresa desenvolvida de acordo com o que almejam os diretores e seus interesses organizacionais. O que se destaca neste processo é a capacidade de desenvolver os colaboradores não somente no âmbito profissional, mas também no aspecto pessoal, aumentando assim a qualidade de vida e conquistando a felicidade plena em todas as áreas da vida.

Palavras-chave: Recursos Humanos. Matriz de treinamento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Cleber Pinheiro de. **Administração de recursos humanos:** uma introdução. São Paulo, 1980.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Gestão de pessoas.** 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

_____. **Gestão de pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DESSLER, Gary. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MILKOVICH, George T; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

REGINATTO, Antonio Paulo. **Equipes campeãs**: potencializando o desempenho de sua equipe. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2004.

MODALIDADES DE INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL PARA PESSOAS FÍSICAS

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Hudson Jose Pereira de Araújo
Marcio Adriano de Medeiros Junior
Matheus Henrique de Azevedo
Rodrigo Monteiro Gonzaga
Thiago Derick Ferreira Guedes

INTRODUÇÃO: As aplicações feitas em renda variável não proporcionam que o investidor tenha de imediato ciência da rentabilidade que poderá ser obtida se realizar investimentos em determinado ativo, pois a todo o momento os seus preços sofrem variações, e estas inconstâncias são capazes de influenciar a economia e o mercado financeiro do ativo em questão. A renda variável sempre é possível errar e perder, não é possível determinar com absoluto grau de certeza qual será o rendimento futuro dos investimentos. Tudo que envolve seu dinheiro tem risco, alguns baixos outros altíssimo, onde a possibilidade de perder dinheiro existe, portanto, torna-se necessário se proteger e, ao mesmo tempo, trazer as chances a seu favor. Porém, por serem investimentos mais arriscados e com retornos de longo prazo, a renda variável proporciona ao investidor de personalidade mais arrojada, uma maior rentabilidade. Existem vários investimentos variáveis, alguns bastante conhecido na área financeira, como as Ações, Câmbio, já outros como os Derivativos, BDR (Brazilian Depositary Receipts), Fundos de Ações, Fundos de Ações Imobiliários, só obtém aquele investidor com conhecimento mais detalhado na área para obter os recursos e, principalmente, se o investidor tiver realizado estudos no ativo que pretende investir, ou seja, se o investidor realizou pesquisas em um determinado mercado e percebeu que uma empresa, ou próprio mercado, estará vendendo mais com o passar do tempo, mantendo assim suas posições de investimento. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo, evidenciar as opções de investimento em renda variável para pessoas físicas. **METODOLOGIA:** Os tipos de pesquisa são classificados, segundo Vergara (2004), quanto aos fins e quanto aos meios. Quanta aos fins esta pesquisa se classificou como descritiva e explicativa. E quanto aos meios foi taxada como bibliográfica e documental. O universo da pesquisa foram os tipos de renda variáveis, são eles: Índice Bovespa, Índice BRICS, Índice Brasil 50, Índice Bovespa, Standard & Poors 500, Ações, Fundo de investimento imobiliário e derivativo, Transações de Câmbio, ETF (Exchange Traded Funds), CEPAC (Certificado de Potencial Adicional de Construção), BDRs (Brazilian Depositary Receipts); sendo a amostra utilizada as Ações, Fundo imobiliário e derivativo. Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita por meio de livros, artigos e documentos da BMFBOVESPA. Os dados foram analisados de forma qualitativa por meio de análise de conteúdo. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Os investimentos e aplicações são caracterizados por ter rendimentos que variam devido a uma série de fatores. Segundo Póva (2007), esses fatores podem intervir nas expectativas dos investidores em relação a um ativo, influenciando na demanda desse ativo. Então entra em ação a lei da oferta e demanda, ou seja, quando a oferta de um produto excede à demanda, seus preços tendem a cair. E quando a demanda é maior que a oferta, os preços desse produto devem subir. As opções de investimentos de renda variável são, Ação, Fundo de Investimento Imobiliário e Derivativos. Ações são títulos emitidos por sociedades anônimas, que representam a menos fração do capital da empresa emitente. Podem ser escriturais ou representadas por ou certificados. O investidor em ações é um coproprietário da sociedade anônima da qual é acionista, participando dos seus resultados. As ações são conversíveis em

dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão. Segundo Assaf Neto (2001), As ações constituem-se em títulos representativos da menor parcela do capital social de uma empresa (sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia). O acionista não é um credor da companhia, mas um coproprietário com direito à participação em seus resultados. O Fundo Imobiliário de Investimento é construído sob a forma de condomínio fechado, cujo patrimônio é destinado a aplicação em empreendimentos imobiliários. As quotas desses fundos, que não podem ser resgatadas, são registradas na CVM, podendo ser negociadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão. Segundo CALATO; GIOTTO; SECURTO (2002), a instituição financeira que administra o fundo imobiliário torna-se proprietário fiduciário dos bens integrantes do seu patrimônio, que pertence, contudo do fundo. KAPPLER (2004) complementa descrevendo a importância dos fundos de investimentos para o mercado de capitais, e para o país, dá-se em razão da grande quantidade de recursos que estes administram, da maior liquidez que fornecem aos mercados em que participam e da exigência de maior transparência das empresas. Dessa maneira a fiscalização do investidor se torna mais fácil e consistente, além de gerar a possibilidade de pequenos “fundos” ou em investimento em pequenas empresas, o que poderia se caracterizar como aporte financeiro. Derivativos é um contrato no qual se estabelecem pagamentos futuros, cujo montante é calculado com base no valor assumido por uma variável. Silva Neto (1998) reafirma, os derivativos podem ser definidos como contratos firmados entre as partes com o objetivo de trocar valor de ativos, índices e mesmo *commodities* com a intenção de proteger as operações de riscos indesejáveis. Bessada (2000, p.25) complementa, derivativos “são contratos cujo valor depende (ou deriva) do valor de um bem básico, ou seja, taxa de juros, taxa de câmbio, ou contrato de ações”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste trabalho foram analisadas as opções de mercado que a renda variável dispõe para investimento em longo prazo, sendo elas: Ações, Fundo de Investimento Imobiliário e Derivativo. Foi observado que essas opções decorrem em longo prazo de investimento e para isso o investidor tem que estar preparado para o grau de risco que elas necessitam. As ações disponibilizam um baixo valor de aquisição, contudo seu risco é proporcionalmente ao seu investimento. Fundo de Investimento Imobiliário é recomendado para aqueles que procuram investir o seu dinheiro em diversos setores, bem como Shoppings, Apartamentos e Imóveis. Esse investimento é um pouco elevado em comparação aos demais tipos, porém a alta no mercado de imóveis faz valer o investimento. O Derivativo funciona com contrato futuro, utilizando uma variável como base de valor. Esse contrato firma um valor presente independentemente do valor do mesmo no futuro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Analisando as opções que o mercado disponibiliza, é possível verificar que as opções disponibilizadas envolvem risco em suas ações, contudo esse risco deve ser mediado com um breve histórico e estudo da economia mundial para identificar quais os riscos que podem prejudicar o investimento no qual o investidor pretende entrar. Um breve estudo deve ser feito visando o mercado que deve seguir, seja ele a de ações, fundo de investimento imobiliário ou derivativo.

Palavras-chave: Investimentos. Renda Variável. Aplicações.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2000.

BESSADA, O. **O mercado de derivativos financeiros**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CALATO, G. S. Um estudo atual sobre fundos de investimentos imobiliários. Seminário de Economia e Administração – SEMEAD, 5., São Paulo, 2002. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA-USP, 2002.

CORRÊA, Marcus Vinicius. **Perfil do investidor nas instituições do mercado financeiro nacional**. Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Departamento de Produção, dez. 2001.

PÓVOA, Alexandre Valuation **Como precificar ações**. 2. ed. São Paulo: Lobo, 2007.

SILVA NETO, L. A. **Derivativos**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA SPRINGS S/A X GUARARAPES S/A

AUTORES:

Adriana Leila Cunha Lustosa de Brito
Daniyel Ferreira de Medeiros
Lorraine do Nascimento Cortello Azevedo
Mikelly Fernandes de Oliveira Silva

INTRODUÇÃO: No atual cenário globalizado, as empresas do setor têxtil e de confecção mundial têm estabelecido como principais respostas estratégicas um novo padrão competitivo baseado na devolutiva rápida às demandas do mercado e na melhoria contínua dos produtos e processos. Esta dupla capacidade da empresa em se manter constantemente inovadora e de responder de forma rápida e flexível às demandas do mercado consumidor tem cada vez mais se tornado dependente dos laços estratégicos estabelecidos entre as diversas organizações. Segundo Assaf Neto (2010), a análise das demonstrações financeiras estuda o desempenho econômico-financeiro de uma organização em um certo período passado, para diagnosticar sua posição e produzir resultados que sirvam de embasamento para previsões futuras. As análises das demonstrações financeiras são realizadas para melhorar o desempenho da empresa, e pelos investidores, para atribuir um valor às suas ações. O estudo apresentado tem como objetivo analisar a rentabilidade da empresa Springs S/A, comparativamente a Guararapes S/A, no período de 2013 a 2015. **METODOLOGIA:** De acordo com Pronadov e Freitas (2013, p. 14), “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”. No estudo realizado na empresa Springs, foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica e documental. A realização da coleta de dados foi feita através de artigos, livros, dissertações e análise documental da empresa através do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício. No que tange ao universo e amostra da pesquisa, o universo foi o setor financeiro e a amostra utilizada foram as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício). Já na análise e tratamento dos dados utilizaram-se a forma qualitativa e quantitativa. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo Weston e Brigham (2000, p. 33) “Para que a administração maximize o valor de uma empresa, ela deve aproveitar suas forças e corrigir suas fraquezas. A análise de demonstrações financeiras envolve a comparação do desempenho da empresa com o de outras empresas no mesmo setor.” No mesmo sentido, segundo Gitman (2001, p. 128) “demonstrações financeiras contêm importantes informações sobre os resultados operacionais e a posição financeira de uma companhia. (...) A relação entre certos dados financeiros pode ser usada para identificar áreas onde a empresa tem sucesso e, mais importante, áreas com espaço para melhorar o desempenho.” Os indicadores de rentabilidade, na análise empresarial apresentam os aspectos econômicos das empresas, são indicadores que mostram em percentual a situação econômica da empresa, mostra qual foi a rentabilidade do capital investido. Segundo Marion (2009, p. 129) “A rentabilidade é medida em função do investimento. As fontes de financiamento do ativo são o capital próprio e capital de terceiros. A administração adequada do ativo proporciona maior retorno para a empresa.” No mesmo sentido, segundo Braga (1998, p. 30) “podemos conceituar rentabilidade como o grau de êxito econômico obtido por uma empresa em relação ao capital nela investido.” Para Morante (2009, p. 47) “a rentabilidade é o melhor indicador para a estabilidade dos negócios. O prejuízo, mesmo que eventual, traz diminuição dos capitais próprios, e consequências danosas ao equilíbrio que os fornecedores e bancos esperam de seus clientes.” Os índices de

rentabilidade são: Margem Bruta, Margem Operacional, Margem Líquida, Retorno Sobre o Ativo Total e Retorno Sobre o Patrimônio Líquido. Segundo Gitman (2010, p. 58) “a margem de lucro bruto mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que permanece após a empresa deduzir o valor dos bens vendidos. Quanto maior a margem de lucro bruto, melhor (isto é, menor o custo das mercadorias vendidas).” A fórmula para cálculo da margem de lucro bruto é ($MB = \text{lucro bruto/receita líquida} \times 100$). A margem operacional e margem líquida, segundo Assaf Neto (2010, p. 111) “mede a eficiência de uma empresa em produzir lucro por meio de suas vendas.” O cálculo da margem operacional é feito da seguinte forma ($MO = \text{lucro operacional/ vendas líquidas}$) e da margem líquida é ($ML = \text{lucro líquido/ vendas líquidas}$). Segundo Gitman (2010) a margem líquida é associada ao sucesso de vendas da empresa, sendo assim, uma margem de lucro líquido considerado bom está acima de 1% para uma empresa de grande estrutura. O retorno sobre o ativo total, de acordo com Braga (1998, pag. 164) “mede a rentabilidade final obtida sobre todos os recursos investidos na empresa.” A fórmula para calcular esse indicador é ($ROA = \text{lucro líquido/ total de ativos} \times 100$). O retorno sobre o patrimônio líquido, ainda segundo Braga (1998, pag. 165) “corresponde à rentabilidade que a empresa propiciou aos recursos investidos pelos seus acionistas.” Este indicador é calculado da seguinte forma ($ROE = \text{lucro líquido/ patrimônio líquido} \times 100$).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Na margem bruta, após a empresa pagar seus custos de bens e serviços, obteve uma média de 25,59% nos últimos três anos, enquanto que a Guararapes, sua maior concorrente, deteve uma média de margem bruta de 60,41%. É a partir da margem bruta que o administrador identifica qual a porcentagem de lucro que ele ganha com a venda de cada unidade após diminuir o valor dos produtos, também identifica qual o produto está dando margem maior e em qual produto ele precisa desenvolver uma estratégia para aumentar a margem. Margem operacional: após a empresa pagar todos os custos e despesas, exceto taxas e juros, sobrou uma margem operacional de 4,96% na média dos últimos três anos, ao mesmo tempo em que a Guararapes deteve uma margem operacional de 12,01 % nos últimos três anos. Margem líquida: após a empresa pagar todas as obrigações, obteve uma média de margem líquida de -0,99%, à medida que a Guararapes alcançou uma média de 8,95% nos últimos três anos, a partir da margem líquida que se pode medir o sucesso da empresa em cada venda, pois já possui todos os descontos previstos. Retorno sobre o ativo total: na média a Springs está obtendo um retorno sobre os seus investimentos de -0,82% ao mesmo tempo em que a Guararapes atingiu uma média de 7,30% nos últimos três anos. A partir desse índice é que se mede a capacidade da administração de gerar lucros a partir dos ativos disponíveis. Retorno sobre o Patrimônio líquido: na média os sócios obtiveram uma rentabilidade de -1,72%, ao passo que a Guararapes atingiu uma média de rentabilidade de 13,44%. Almeja-se que ele seja o mais alto possível, pois mede o retorno obtido sobre os investimentos feitos com seus próprios recursos, ou seja, a capacidade de crescer com o que ela possui. **CONCLUSÃO:** A partir das análises das demonstrações financeiras realizadas nas duas empresas, a Guararapes e Springs, identificou-se que após dedução dos custos com os produtos, no que diz respeito à porcentagem, a Guararapes obteve uma margem bruta superior. Na margem operacional, é almejado que ela seja o mais elevado possível, pois ainda não está apurada com o desconto de dividendos de ações, taxas e impostos, logo observou-se que a margem operacional da Springs tem uma baixa relevante em relação a Guararapes, tendo uma eficiência operacional menor. Notou-se que a partir da margem líquida, que a Springs apresenta um resultado inferior a 1%, o que para sua estrutura não é um bom indicador, já a Guararapes apresenta uma margem líquida superior. A partir do retorno do ativo total, a Guararapes apresenta maior capacidade de gerar lucros a partir dos investimentos. Analisando o índice de retorno sobre capital próprio, a Guararapes tem maior retorno sobre o capital próprio. A partir dos índices analisados, consideramos que a

Guararapes é uma organização com maior índice de rentabilidade em relação a concorrente Springs.

Palavras-chave: Rentabilidade. Margem. Análise das Demonstrações.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Fundamentos de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira: essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Princípios de administração financeira: essencial**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORANTE, Antonio Salvador. **Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO BRASIL

AUTORES:

Ana Paula Pereira Marques
Fernando Henrique Dantas de Paiva
Larissa Bezerra de Oliveira

INTRODUÇÃO: Num momento em que se foca o empreendedorismo quase sempre para criação de empresas e conseqüente geração do autoemprego, muitas vezes transvertido em política pública, corroborando com a atrofia do Estado em nível social, questiona-se se o sistema educacional está subserviente ao modelo econômico neoliberal vigente, em que se dissemina a autorresponsabilização quanto ao sucesso ou fracasso profissional dos indivíduos e que se louva a aprendizagem ao longo da vida. A presente comunicação objetiva identificar e analisar as políticas públicas, programas e agentes envolvidos na promoção do empreendedorismo dos Institutos Federais (IF's) brasileiros, bem como contribuir para uma (re)inovação conceitual do empreendedorismo numa perspectiva interdisciplinar. A comunicação traçará ainda o atual cenário do empreendedorismo no Brasil, bem como os fatores restritivos ao ato de empreender. Como objetivos específicos tem-se: identificar as origens e os pressupostos do empreendedorismo e principais domínios de vinculação nas áreas econômica, psicológica, educacional e sociológica; analisar as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo num cenário mundial de crise econômica, competitividade, empregabilidade, precariedade e desemprego; caracterização da realidade socioeconômico dos IF's brasileiros com estudo de caso no IFRN (Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte); identificar principais atores institucionais, organizacionais, educacionais e socioculturais de políticas e práticas empreendedoras. A **METODOLOGIA:** consiste num estudo de caso em multi-etapas. Num primeiro momento, irá se caracterizar, através de um levantamento documental exaustivo, os vinte e um Campus que compõem o IFRN, no que diz respeito às políticas empreendedoras. A partir dessa caracterização, permitiu-se selecionar quais Campi foram objetos de um estudo mais aprofundado na fase posterior da investigação. Após esta seleção, a atenção foi direcionada para identificação da diversidade de modalidades de vinculação do empreendedorismo nos Campus em análise, nomeadamente de cariz tecnológico, econômico, social, local, artístico-cultural, bem como de sinalização do leque de oferta de cursos disponibilizados e infraestruturas de apoio a programas/projetos voltados ao empreendedorismo. Ainda foi realizada pesquisa, através de questionários *on-line*, junto aos alunos egressos dos Campi elegidos e entrevistas semiestruturadas com os agentes responsáveis pelas políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo com o intuito de verificar como esses atores envolvidos percebem essas políticas e quais conseqüências efetivas de suas aplicações. Segundo Marival (2011), dentro da literatura educacional brasileira se pode encontrar a propagação das iniciativas que promovem a educação empreendedora como algo novo dentro das propostas pedagógicas. Assim vê-se que com todas as transições que o mundo passou desde sociais à econômicas, reforçou a rogativa pela inclusão de uma pedagogia voltada ao empreendedorismo, com a finalidade de capacitar os indivíduos e criar uma cultura empreendedora. A **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** do presente trabalho foi baseada no intuito de contribuir para uma (re)inovação conceitual do empreendedorismo numa perspectiva interdisciplinar. Além da calejada e midiática ênfase que se dá aos pressupostos do empreendedorismo no viés *Schumpeteriano*, procurou-se alicerçar em outros domínios de vinculação nas áreas psicológica, educacional e sociológica. A pesquisa permitiu, de forma preliminar, pois o

trabalho ainda não foi finalizado em sua análise, trazer como **RESULTADOS E DISCUSSÕES**: a reflexão sobre as implicações noutras vertentes do empreendedorismo que remetem para um olhar crítico sobre o conceito. Também oferecerá subsídios aos Institutos Federais de Educação Tecnológica do Brasil, trabalhar outro viés que hoje é, na sua maioria, de cariz econômica, sejam nos conteúdos disciplinares, sejam nos projetos ou programas relacionadas ao tema. Convém lembrar que os IFs brasileiros contabilizam atualmente cerca de um milhão de matrículas em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, graduação e pós-graduação e vivenciaram recentemente a maior expansão de sua história, principalmente no interior do país, chegando a 562 Unidades no ano de 2014. Por fim, chega-se a **CONCLUSÃO**: Face aos resultados dos questionários e entrevistas coletados, que os agentes ou atores responsáveis podem (e devem) estabelecer níveis de intervenção diferenciados para a elaboração de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Políticas públicas. Institutos Federais de Educação Tecnológica.

REFERÊNCIAS

BELL, J. **Como realizar um projeto de investigação**: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação. Lisboa: Gradiva, 3. ed. 2004.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. 540 p Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2011.

DANTAS, A. C. C. (Org.). **Projeto político-pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012. 326p.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARQUES, A.P. **Entre o diploma e o emprego**. A inserção profissional de jovens engenheiros. Porto: Afrontamento, 2006.

PAIVA, F. H. D. **Cultura e prática empreendedoras**: um estudo de caso em Instituição de Educação Tecnológica no Brasil. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

QUIVY, R.; CHAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RIES, E. **The Lean Startup**: How Today's Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses. [s.l.]: [s.n], 2011.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FINANÇAS PESSOAIS: ELABORANDO SEU ORÇAMENTO DOMÉSTICO

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros

Ítalo José Bezerra

Jessica Maria da Cunha Torres

Maryana Fiuza Bezerra

INTRODUÇÃO: A administração financeira no cenário atual vem sendo algo com bastante relevância, devido a situação econômica do Brasil. É essencial que os brasileiros saibam organizar seus gastos, criando o hábito de economizar e diminuir as despesas para conseguir se estabilizar e ter uma saúde financeira estável, desta forma, evitando imprevistos futuros. Através de um planejamento financeiro é possível se obter informações necessárias caso o indivíduo queira fazer investimentos e realização de planos para família. Para construir um orçamento doméstico é necessário: Anotar os valores a receber e os valores a pagar mensais, separando em duas listas com tudo que se recebe e a outra lista com as despesas a serem pagas divididas em gastos fixos e variáveis, para então saber, se o orçamento está positivo ou negativo, evitando ter surpresas desagradáveis e ter que adotar medidas para conter esse descontrole financeiro. Visto que o ser humano muitas das vezes age por impulso e acaba comprando mais do que deveria, e por esse motivo recorre a empréstimos, cheques especiais e cartões de crédito. A dificuldade de controlar as dívidas aparece e acaba gerando um conflito familiar, prejudicando não só o convívio, mas também sua saúde pessoal. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da utilização da ferramenta de orçamento doméstico para o planejamento financeiro das pessoas físicas. **METODOLOGIA:** Quanto aos fins esta pesquisa se classificou como descritiva e explicativa. E quanto aos meios foi taxada como documental, bibliográfica pois foram abordados assuntos que influenciam e explicam direta e indiretamente a questão do orçamento doméstico. De acordo com Gil (2010, p.29-31) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita por literatura, através de livros, artigos e teses. A técnica de análise dos dados é qualitativa na qual obteve-se a percepção e entendimento sobre o assunto abordado, o que proporcionou espaço para interpretação (SILVA; MENEZES, 2005, p.20). A pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (RICHARDSON, 2008, p.79). O universo da pesquisa foi a temática finanças pessoais e a amostra o subtema elaboração do orçamento doméstico. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Não conseguir pagar os compromissos assumidos, é nítido sinal de que falta consciência quanto à real utilidade de seus limites de crédito. Contudo, poucas situações são tão comuns em uma família brasileira quanto a dificuldade de pagar todas as contas e prestações do mês, somadas ao uso frequente do cheque especial e outras dívidas, afirma Cerbasi (2009, p 122). Segundo Schenini (2004, p.7), “fazer previsões de gastos, poupar e saber investir, são condições essenciais para o crescimento profissional e para a conquista de uma melhor qualidade de vida”. No Brasil, o orçamento passou a ser foco de estudo a partir de 1940, mas apenas a partir de 1970 as empresas o adotaram com mais frequência em suas atividades. Orçar significa processar informações e apresentá-las em forma de relatórios, permitindo ter uma visão do futuro e poder acompanhar o cumprimento do que foi orçado (KNUTH, 2010, p. 22). “Planejar é essencial para viver, e o planejamento financeiro é a base de todo o planejamento. Ele permite que você otimize seus

recursos para alcançar quaisquer objetivos de curto, médio e longo prazo, deixando-o apto a aproveitar as oportunidades que surgem e a contornar eventuais dificuldades. Se for suficientemente preciso, ele garante sua manutenção no presente e cria sobras de dinheiro para o futuro. No Brasil, independente de renda, se você ganha mais reais ou menos reais, o planejamento financeiro o ajuda a organizar-se dentro do seu orçamento. Os brasileiros não estão acostumados a planejar suas finanças” (CORRÊA, 2004, p. 14). Organizar as contas também mostra a real dimensão de sua saúde financeira e quais são os hábitos de consumo. Possibilita que você diminua seus gastos ao cortar desperdícios e pagamentos de juros e poupe para investir em você. Ao colocar tudo no papel, você terá uma agradável surpresa de descobrir que tem mais dinheiro do que imagina (MACEDO, 2007, p. 34). A educação financeira possui um papel relevante para evolução da população no que diz respeito a administração do orçamento doméstico. Cumprir esse papel significa orientar e prover as pessoas com habilidades para tomarem decisões pesar alternativas e explorar oportunidades com o intuito de atingir objetivos pessoais (ZERRENER, 2007). Para Claudino, Nunes e Silva (2009) citam que a educação financeira é um instrumento importante, pois compreende a inteligência e capacidade do cidadão em ler e interpretar números e transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável, consciente e o futuro equilibrado nas finanças pessoais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste trabalho foi analisado que um dos principais fatores que faz com que as pessoas se endividem é o aumento de crédito, a facilidade que se tem hoje em dia para consumir, além do que se ganha. Com isso o descontrole de gastos aumenta, deixando uma vida financeira nada agradável. Procurar saber quanto, quando e como gastar, sempre utilizar o bom senso é o primeiro passo para não se descontrolar financeiramente. Uma família nunca deve tomar decisões arrojadas ou imprevistas. Portanto é por meio do orçamento familiar que se avalia em detalhes dos ganhos, além de aprender a economizar, consumir adequadamente e controlar as finanças para alcançar seus objetivos, então é preciso planejar e colocar em prática o controle das finanças. Várias famílias usam a desculpa de que não sobra nada de seus rendimentos e por isso não há a necessidade de um orçamento. São exatamente essas famílias que mais necessitam de um planejamento de receitas e despesas. O orçamento com planejamento tem a intenção de indicar uma orientação para essas dificuldades, para isso, o acompanhamento diário e muito estudo pode ser a solução. **CONCLUSÃO:** Através do presente trabalho foi possível observar que a elaboração do orçamento doméstico serve não só para apontar os gastos familiar, mas também para alcançar um objetivo. Com o planejamento financeiro se tem informações precisas de como anda a saúde financeira, caso esteja com saldo negativo a identificação de forma ágil ajuda a família buscar ideias que venha controlar a situação, como cortar gastos desnecessários até que consiga chegar a um saldo positivo. Quando se tem um saldo positivo, pode-se começar a pensar em investir, mas para isso é necessário ser feito um planejamento antes, e outra alternativa é guardar essa reserva para não ser pego de surpresa caso ocorra imprevistos. Conclui-se que o orçamento doméstico é uma ferramenta de organização e controle financeiro, e sendo feito de forma correta auxilia na tomada de decisões, que vai influenciar de maneira preventiva para que não haja descontroles, uma vez que a família está tomando consciência de como está a situação financeira.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Orçamento Doméstico. Planejamento Financeiro.

REFERÊNCIAS

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira:** Inteligência Financeira Pessoal na Prática. São Paulo: Editora Campus, 2009.

CLAUDINO, L. P; NUNES, M. B; SILVA, F. C. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMEAD. 12., São Paulo. **Anais...** Seminários em Administração – SEMEAD. FEA-USP. São Paulo, 2009

CORRÊA, Marcos Sá. **Como cuidar do seu dinheiro**: Projeto BEI Comunicação. 2. ed. São Paulo: BEI Comunicação, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl São Paulo: Atlas, 2008.

SCHENINI, Paulo Henrique. **Finanças para não-financistas**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2004.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento das pessoas de baixa renda**. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2007.

VON SOHSTEN, Carlos **Como cuidar bem do seu dinheiro**: orçamento doméstico e planejamento das finanças pessoais; como controlar o dinheiro e viver sem dívidas; prosperidade e investimento, construindo sua riqueza. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA CIA. HERING S/A X GUARARAPES S/A

AUTORES:

Aelson Ferreira Nunes
Daniyel Ferreira de Medeiros
Jeane Maria da Rocha
Paulo Sergio da Silva Junior
Rodrigo Luiz Caron Burda

INTRODUÇÃO: Nos dias atuais, as instituições necessitam de uma busca constante por dados e informações para que possam tomar decisões de maneira mais eficiente e eficaz. Dentre as principais informações necessárias a qualquer organização temos seus recursos financeiros, pois através desses é que a organização pode tomar decisões sobre onde se pode investir, onde se podem reduzir os custos e aumentar os lucros, entre outros. Para obter as informações necessárias, faz-se necessário o uso das análises das demonstrações financeiras, pois através delas pode-se averiguar a real situação econômica e financeira da empresa, por meio do conhecimento de pontos cruciais de sua estrutura, como a capacidade de pagamento de dívidas, rentabilidade do capital investido e capital de giro, possibilidade de falência entre outros. Segundo Assaf Neto (2002) a análise econômico-financeira das empresas ou análise dos demonstrativos contábeis pretende identificar a condição passada, evidenciando suas condições atuais e possibilitando projeções futuras. A definição de finanças surgiu em meados do ano de 1950 e conceitua-se como a arte e a ciência da gestão de ativos financeiros. Esse setor preocupa-se com os processos, instituições, mercados e instrumentos ligados à transferência e movimentação de dinheiro entre indivíduos, órgãos do governo e empresas. De acordo com Gitman (2004) na visão empresarial, as finanças dedicam-se ao estudo do planejamento financeiro, da gestão de ativos e da captação de fundos por empresas e instituições financeiras. Face ao exposto, o objetivo deste trabalho é analisar os índices de rentabilidade da empresa Hering S/A, comparativamente à Guararapes S/S, no período de 2013 à 2015. **METODOLOGIA:** Há ainda uma classificação das pesquisas quanto à sua natureza, objetivos, procedimentos e objeto (GONÇALVES, 2005). Quanto aos objetivos pode ser apresentado até três níveis, nesta pesquisa foram dois níveis: descritiva e explicativa. Quanto ao objeto classifica-se em bibliográfica e documental. “Entende-se por documento” qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informações (ALVES-MAZZOTT; GEWANDSZNAJDER, 1998, P.169). O universo da pesquisa foi o setor financeiro das empresas analisadas, e as amostras utilizadas foram as demonstrações financeiras, no caso o balanço patrimonial e DRE (Demonstrações de resultado do exercício). Como a pesquisa foi bibliográfica e documental, a coleta dos dados foi feita por literatura, por meios de livros e os documentos da empresa, que se refere aos Balanços Patrimoniais e DRE (Demonstrações de resultado do exercício). Uma vez que este trabalho encontra-se enquadrado em uma abordagem quantitativa, os dados foram analisados utilizando-se do aplicativo Microsoft Office Excel versão 2010 onde foram realizados cálculos, tabelas e gráficos para fins de análise e discussão dos dados apresentados. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Segundo Assaf Neto (2002, p. 48), a análise centra-se nas demonstrações contábeis da sociedade, das quais extrai suas conclusões a respeito de sua situação econômico-financeira, e toma decisões com relação a conceder ou não crédito, investir em seu capital acionário, alterar determinada política financeira, avaliar se a empresa está sendo bem administrada, identificar sua capacidade de solvência (estimar se irá falir ou não), avaliar se é uma empresa lucrativa e se tem condições de saldar suas dívidas com recursos gerados

internamente etc. Deste modo, dois fatores são importantes à análise das demonstrações contábeis: a qualidade das informações e o volume das informações disponibilizadas a quem for analisar. Os relatórios contábeis, segundo Assaf Neto (2002, p. 49), distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios: a) os relatórios obrigatórios são aqueles definidos pela legislação societária, sendo mais conhecidos por demonstrações contábeis ou financeiras, como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. b) os relatórios não obrigatórios não fazem parte da estrutura básica das demonstrações contábeis que devem ser elaboradas para efeitos de divulgação, sendo normalmente destinados ao uso gerencial interno, como Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Relatório da Diretoria e Projeções de Vendas. A linguagem utilizada pela análise das demonstrações contábeis deve ser a mais clara possível, sem fatores que complicam o entendimento dos usuários ao analisarem os relatórios. Se necessário for, pode-se utilizar de tabelas ou gráficos para auxiliar na interpretação dos usuários, facilitando, assim, o entendimento de quem dela faça uso. Segundo Matarazzo (2003, p. 17): Ao contrário das demonstrações financeiras, os relatórios de análise devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer mediano dirigente de empresa, gerente de banco ou gerente de crédito. É claro que isto não acontece com as demonstrações financeiras, que, aliás, não têm nenhuma preocupação nesse sentido. As demonstrações financeiras apresentam-se carregadas de termos técnicos e suas notas explicativas são feitas exclusivamente para técnicos, a tal ponto que permitem frequentemente manipulações. Assim, a análise de balanços deve assumir também o papel de tradução dos elementos contidos nas demonstrações financeiras. Sendo assim, deve-se observar a metodologia, já que a análise, de certa forma, baseia-se no raciocínio científico, contando também com a sensibilidade e experiência do analista. Segundo Matarazzo (2003, p. 19), o processo de tomada de decisão segue as seguintes etapas: 1ª) A escolha de indicadores que melhor apresente as características de uma determinada empresa; 2ª) Comparação com os concorrentes através de cálculos estatísticos; 3ª) Diagnóstico ou conclusões é uma etapa diferente da comparação com padrões pelo fato de ser analisadas de fato as informações obtidas nas etapas anteriores; 4ª) Decisões a serem tomadas, a partir das conclusões obtidas após os passos anteriores. Observa-se que, quando não se faz um planejamento adequado para seguir essas etapas, a análise não consegue chegar ao seu real objetivo. Dessa forma, o resultado fica prejudicado e o analista não conseguirá fornecer informações tão precisas como as que ele gostaria de dar, pela falta de dados imprescindíveis à interpretação dos dados. As técnicas utilizadas foram aprimoradas com o passar dos anos, principalmente no que se diz respeito à insolvência, fazendo com que, atualmente, os índices tenham um embasamento científico. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram analisados os índices para verificar como segue o grau de êxito econômico de duas empresas em relação ao capital nelas aplicado, sendo as empresas do setor vestuário nacional, a Guararapes e a Cia. Hering. A seguir foram analisados cinco indicadores do grupo ‘‘RENTABILIDADE’’, sendo eles: Margem Bruta mostra quanto de margem sobra para as empresas após pagar todas suas custos de bens e serviços (CMV). A empresa Guararapes obteve uma Margem Bruta de 60.41%, e a empresa Hering que obteve uma Margem Bruta de 59.37%. A Margem Operacional mostra o que sobra em porcentagem para a empresa após a mesma pagar todos seus custos de bens e serviços e suas despesas operacionais, a Guararapes teve 12,01% já a Hering 277,99%. A Margem Líquida significa a porcentagem que sobra para empresa após pagar todas as suas obrigações, a Hering deu um valor de 181,51%, e a Guararapes foi 8,95%, essa alta diferença de valores aconteceram devido ao elevado volume de receitas da Hering no ano de 2013. Também foi calculado o ROA (Retorno sobre o Investimento) que indica o retorno em percentual de todos os investimentos feitos pela empresa, a Guararapes obteve 7,30% já a

Hering 9,56%. E por último o ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) que mostra o retorno em percentual dos sócios da empresa, o da Guararapes foi de 13,44%, já da empresa Hering foi de 27,79%. **CONCLUSÃO:** Analisando as demonstrações financeiras de duas grandes empresas de vestuário do Brasil, a Guararapes e Hering, foi possível verificar que a Guararapes possui uma folga na margem bruta maior do que a Hering, ou seja, a parte que sobra para a Guararapes após pagar seus custos de produtos é maior do que o da Hering. Agora incluindo as despesas operacionais mais os custos de seus produtos a Hering se mostrou muito superior a Guararapes, já que a Hering possui uma grande folga entre suas receitas e o pagamento de suas despesas tirando a parte de juros e imposto de renda. Na Margem Líquida, que mostra a folga das empresas após pagar todos seus deveres, a Hering saiu na frente novamente, isso tudo devido ao ano de 2013, o qual a empresa obteve um alto valor de receitas. Já a parte dos investimentos da empresa, a Hering também obteve um maior valor em sua porcentagem, isso também sendo visto na parte de investimento de cada sócio da empresa. Isso mostra que no âmbito da Rentabilidade, a Hering se saiu melhor do que a Guararapes na média dos últimos três anos.

Palavras-chave: Rentabilidade. Margem. Análise das Demonstrações Financeiras.

REFERÊNCIAS

ALVES MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

.

ANÁLISE DOS CUSTOS DE FABRICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA SLEEPINESS

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Elizete Eloí de Araujo
Jezaias Luiz da Silva
Rayany Laylara Rodrigues de Gois
Ricardo dos Santos Nascimento

INTRODUÇÃO: No cenário atual, a competitividade entre as empresas tem aumentado consideravelmente, o que tem resultado em produtos com qualidade superior e preços cada vez mais competitivos. Para que as empresas deste setor obtenham os retornos desejados, é de fundamental importância o controle dos custos, detalhando os processos e produtos internos, custos de fabricação, além das despesas geradas no processo. As tomadas de decisões fundamentam-se em aspectos ocorridos e que ainda vão acontecer, sejam eles qualitativos ou quantitativos, bem como em cenários possivelmente projetados, e os possíveis impactos gerados nas pessoas e nas organizações no contexto sócio econômico. A utilização eficaz de muitas ações e decisões se fazem através da existência de estratégias de formação de vantagens amplamente competitivas, que sustentam a continuidade das organizações na qualidade de ativos de um mercado cada vez mais competitivo. De forma ampla o estudo dos custos exige extrema afinidade com os setores produtivos, a fim de coletar dados que auxiliem nas tomadas de decisões, bem como guiar a empresa em um melhor cenário de custeio para sua produção. O estudo em questão analisa a Sleepiness, empresa do ramo de colchões e travesseiros, em seu primeiro ano de produção, apresentando os custos de sua produção e suas variações, por meio do uso de matéria prima e Mão de obra, visando assim a interação entre os setores produtivos e administrativos em busca de um planejamento de excelência para os anos subsequentes. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar o cálculo do custo de fabricação unitário dos produtos da empresa Sleepiness.

METODOLOGIA: Após a definição do tema a ser estudado, fez-se necessário identificar quais os métodos e técnicas adequadas para auxiliar na execução de forma correta do trabalho. Para isso, utilizou-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica, documental e estudo de caso. Quanto ao universo foi o setor financeiro da empresa Sleepiness e a amostra a sua área de custos. Para a coleta dos dados, utilizou-se de livros, artigos, bem como Relatórios de Custos, Despesas e Investimentos da empresa. Para a devida análise dos dados, utilizou-se do software Microsoft Excel 2013 para fins de elaboração de planilhas e demais cálculos pertinentes, com vistas ao alcance do objetivo proposto. A **pesquisa exploratória** estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Como base teórica para elaboração do estudo observa-se de acordo com Crepaldi (2010, p. 2) Contabilidade de Custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Ela tem função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões. NETO (2008) define custos como um gasto relativo ao bem ou serviço utilizado na produção de bens e/ou serviços, ou seja, é o gasto efetuado na área fabril da organização. NETO (2008) cita também alguns exemplos de custos, os quais são: matéria prima, a mão-de-obra, a energia elétrica, entre outros. Segundo BORNIA (2002) os custos podem ser classificados de acordo com a variabilidade – custos fixos ou variáveis ou pela facilidade de alocação - custos diretos e indiretos. PRATES (2005) se refere ao custo fixo como aquele

custo que se mantêm constante, sem sofrer alteração diretamente na proporção ao volume produzido, já o custo variável é aquele cujo custo se altera diretamente em proporção ao volume total produzido. Já o método de custeio através de rateio, de acordo com Martins (2010) o rateio é a distribuição proporcional dos custos pelos recursos envolvidos. Há sempre e unicamente dois caminhos para os gastos: ou são atribuídos aos produtos, por meio de apuração do custo unitário deles, ou são contabilizados como despesas do período, sem qualquer preocupação de atribuição a determinado produto ou serviço (PADOVEZE, 2006, p. 147). Para isso é necessário a utilização do rateio que tem como função alocar os custos dos produtos e serviço realizados em cada atividade atingindo assim seu custo unitário. De acordo com Martins (2010) o rateio é a distribuição proporcional dos custos pelos recursos envolvidos. A contabilidade de custos origina-se da necessidade de resolver problemas de mensuração de resultado. No decorrer do tempo a contabilidade de custos tornou-se também em auxílio nas decisões gerenciais, devido a evolução das empresas (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2007). A contabilidade de custos e financeira tem de ter uma compatibilidade quanto aos critérios utilizados para que não haja distorções principalmente nos relatórios contábeis (MARTINS, 2006). “Custo de fabricação ou custo industrial compreende a soma dos gastos com bens e serviços aplicados ou consumidos na fabricação de outros bens” (OSNI, 2007, p. 20). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O cálculo de custo de produção foi baseado através da seguinte fórmula: a soma de MOD + MD + CIF (mão de obra direta + material direto + custo indireto de fabricação). Através desta operação encontra-se o custo fabril (os custos diretos e indiretos) ligado ao produto fim, contudo por meio deste cálculo também é possível obter o custo unitário. Observou-se que no estudo de caso o custo econômico dos dois principais produtos foram de: R\$ 38,50 onde MD = 29,92, Energia = 3,00, o MOD = 4,50 e CIF = 1,30 para o travesseiro, e de R\$ 281,28 onde MD = 224,40, Energia 22,50, MOD = 26,25 e o CIF = 8,13 para o colchão, utilizou-se como base de rateio o MD (material direto), tendo em vista que utilizando o MOD como base de rateio houve uma variação no custo de -0,19% (colchão), e de 0,57% para o travesseiro. Diante das análises comparativas, a empresa optou por utilizar o MOD como base de rateio, pois o produto líder que representa maior margem de lucratividade (que é o Colchão) apresenta o menor custo de produção. **CONCLUSÃO:** Diante do cenário observou-se que o custo total de R\$ 655.560,00 para produzir 2400 unidades, onde o MD representa 82,15% do total, o MOD 9,61%, e Energia 8,23% do custo total, sendo assim o CIF total R\$ 26.000,00 sendo rateado em 75% para o colchão e 25% para o travesseiro. Contudo percebe-se que utilizando como base de rateio o MOD há uma alteração nos custos sendo colchão: R\$ 280,73 e travesseiro: R\$ 38,72 representando -0,19 % e 0,57 % respectivamente. Justificando a opção de rateio o MOD, devido a percepção de menor custo de produção para o produto colchão, o qual representa maior margem de lucratividade. Diante do cenário competitivo que a empresa Sleepiness está inserida, faz-se necessário adotar estratégias de mercado que possibilitem apresentar produtos com preços baixos e de alta qualidade, diferenciando-se dos concorrentes, alcançando assim a continuidade sustentável-econômica da empresa. Observou-se que a empresa estudada está condizente com as diretrizes teóricas apresentadas na fundamentação deste artigo, apresentando cenário de evolução na rentabilidade para os anos subsequentes.

Palavras-chave: Custo de Produção. Gastos. Rateio.

REFERÊNCIAS

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise gerencial de custos:** aplicação em Empresas Modernas. Porto Alegre: Editora Bookmann, 2002.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George S. G. **Curso de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MAHER, M. **Contabilidade de custos: criando valor para a administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgUowAB/contabilidade-custos-eliseu-martins>>. Acesso em: 18 out. 2016.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de custos para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional**. São Paulo: Thomson, 2003.

ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA RRB SALGADOS

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros

Raquel Fernandes Alves

Ricardo dos Santos Nascimento

INTRODUÇÃO: Diante da competitividade do mercado no mundo globalizado, as empresas têm necessitado se adaptar as mudanças com maior rapidez exigindo por parte dos gestores respostas rápidas na condução dos rumos das empresas principalmente para atender as exigências dos consumidores. Para isso estas decisões devem estar baseadas em informações precisas e confiáveis. O preço de venda de um bem não pode superar significativamente os preços de seus concorrentes sem arriscar-se a consideráveis perdas de venda, por essa razão difundiu-se a máxima de que os preços de venda são determinados pelo mercado. Porém, o mercado só pode sugerir e não determinar o preço de venda aproximado de um produto. Na tarefa de encontrar um equilíbrio no preço praticado e de demonstrar a importância de formar preços por meio de estudos, a contabilidade de custos tornou-se altamente relevante, com seus sistemas e métodos de informação que permitem melhor gerenciamento das empresas. O trabalho tem como objetivo demonstrar os custos unitários de produção dos produtos da empresa RRB Salgados. **METODOLOGIA:** Para a devida realização do presente trabalho, utilizou-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica, documental e estudo de caso (VERGARA, 2004). Quanto ao universo foi o setor financeiro da empresa RRB Salgados e a amostra a sua área de custos. Para a coleta dos dados, utilizou-se de livros, artigos, bem como Relatórios de Custos, Despesas e Investimentos da empresa. Para a devida análise dos dados, utilizou-se do software Microsoft Excel 2013 para fins de elaboração de planilhas e demais cálculos pertinentes, com vistas ao alcance do objetivo proposto. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** De acordo com Oliveira, et al. (2008) e Martins (2006), os conceitos básicos da Contabilidade de Custos, bem como alguns dos principais métodos de custeio para um melhor entendimento da matéria. Gasto é a compra de bem ou serviço que resulte em sacrifício financeiro. Custos é gasto de serviço ou bem utilizado para a confecção de outro. Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos, necessitando apenas que haja medida de consumo. Custos indiretos são aqueles que não permitem a apropriação direta aos bens produzidos e a alocação deve ser feita por estimativa, através da atribuição de critérios. Custos fixos são aqueles que não variam em sua totalidade, mas variam em relação ao volume de produção, isto é independente do volume da produção o custo fixo total não irá variar, porém com o aumento da produção o custo fixo total irá variar, porém com o aumento da produção o custo unitário será reduzido. Os custos variáveis, em oposição aos gastos fixos, estes tem sua variação ligada diretamente ao volume total de produção e permanecem fixos em relação a unidade, quando a produção aumentar os custos variáveis unitários permanecem os mesmos, mas o custo total variável irá aumentar. Segundo Wernke (2001, p.14), custos indiretos são gastos que não podem ser alocados de forma direta ou objetiva aos produtos ou a outro segmento ou atividade operacional, e caso sejam atribuídos aos produtos, serviços ou departamentos, serão mediante critérios de rateio. No caso industrial, são os custos que ocorrem dentro do processo de produção, mas para serem apropriados aos produtos requerem o uso de rateio (são artifícios usados para distribuir os custos que não se consegue determinar com objetividade segurança a quais produtos se referem). São os gastos que a empresa tem para exercer suas atividades, mas que não tem relação direta com um produto ou serviço específico, pois relacionam-se com vários produtos

ao mesmo tempo. Exemplo o aluguel da fábrica, em que são produzidos diversos produtos em conjunto. Para atribuir uma parcela do custo com aluguel fabril aos produtos é necessário ratear por um critério específico. Vanderbeck e Nagy (2001) disseram que, Custo para Controle é o sistema de monitorar as operações da entidade e indicar se os objetivos identificados no processo de planejamento estão sendo executados. O controle eficaz é obtido das seguintes maneiras: designando responsabilidade, que é o detalhamento do plano de produção para cada gerente; medindo e comparando resultados periodicamente, que são os relatórios operacionais; tomando a ação corretiva necessária, que podem identificar possíveis falhas ou desvios. Bruni e Famá (2010) dizem que os custos indiretos de fabricação (CIF) são os gastos identificados com a função de produção ou serviço a ser comercializado, mas que não podem ser associados diretamente a um produto ou serviço específico. Os autores ainda dizem que os CIFs correspondem a todos os outros custos não agrupados como em mão de obra direta (MOD) ou materiais diretos (MD), e que os CIFs visam transformar em novos produtos o material direto através da mão de obra direta. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A empresa produz inicialmente dois produtos, coxinha e bolinha, onde os mesmos são produzidos com o auxílio de máquinas especializadas na produção de salgados, com a possibilidade de produção pelas mesmas máquinas de mais três tipos de produtos. Sabe-se que o custo unitário de matéria-prima da coxinha é de R\$ 0,20, o custo unitário de fabricação da coxinha é R\$ 0,23 e o custo unitário pleno/integral R\$ 0,24 e para a bolinha todos os custos são iguais. A fábrica está operando com 70% da capacidade de produção, o CIF unitário para ambas é de R\$ 0,01. É feito um rateio dos custos indiretos na produção, analisando MOD onde os produtos apresentam um custo unitário de aproximadamente R\$ 0,23. Como a empresa produz por mês 9.072.000 coxinhas e 6.048.000 bolinhas os gastos são divididos em 60% coxinha e 40% bolinha. Os anos de vida útil usados no cálculo da depreciação das máquinas da produção, edifícios, veículos, instalações, móveis e utensílios, computadores e periféricos estão entre 25 a 5 anos, onde estão em perfeito estado, podendo ser mantido na empresa. Sua DRE tem Lucro Operacional unitário de R\$ 0,29 e Margem de Contribuição unitária de R\$ 0,30. A empresa tem uma saúde instável podendo fazer novos investimentos para maior e melhor desenvolvimento. Conforme analisamos durante a elaboração do artigo, existem diversos métodos que a Controladoria de Custos pode utilizar para auxiliar na tomada de decisão, como, definir a necessidade de investimentos, se os produtos que a empresa fábrica estão oferecendo um retorno para a empresa, a formação do preço, os custos inseridos na fabricação dos produtos, para que enfim a empresa não tenha prejuízo ou custos desnecessários. Todas essas informações são de extrema importância para o setor administrativo e de tomada de decisão da empresa e são de vasta contribuição para o resultado econômico da empresa. **CONCLUSÃO:** Analisando a estrutura da empresa através de estatísticas e gráficos, pode-se observar um projeto de desenvolvimento visando um melhor crescimento da empresa mantendo um controle dos custos e um equilíbrio rentável, obtendo-se um lucro operacional de 58% sobre o preço de venda, para os dois produtos. E com a possibilidade de inclusão de novos produtos e com 30% de capacidade de produção obsoleta a empresa pode diversificar mais sua produção trazendo maior competitividade e, se aumentar a produção, conseqüentemente, ocasionará um aumento de receita. Abre-se assim a possibilidade de traçar novas metas e objetivos com criatividade e ações simples, que aliado a continuidade do bom controle de seus gastos e uma boa visão estratégica é possível crescer e expandir o negócio de forma lucrativa.

Palavras-chave: Custo de Produção. Gasto. Rateio.

REFERÊNCIAS

- BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços:** com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5.ed São Paulo: Atlas, 2010.
- BONFIM, Amorim. PASSARELLI, João. **Custos e formação de preços.** 4.ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.
- HORNGREN, C. T; FOSTER, G; DATAR, S. M. **Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2006.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas S/A, 2006.
- OLIVEIRA, A. A. et al. **Contabilidade de custos:** temas Atuais. Curitiba: Juruá. 2008.
- SILVA JUNIOR, J. B. et al. **Custos:** ferramenta de São Paulo: Atlas S/A, 2000.
- VANDERBECK, E. J; NAGY, C. F. **Contabilidade de custos.** 11.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- VERGARA, B. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- WERNKE, Rodney. **Gestão de custos:** uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2006.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA EMPRESA MANJARES DO SOL: ANÁLISE DE VIABILIDADE

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Elizete Eloí de Araujo
Jezaias Luiz da Silva
Rayany Layara
Ricardo dos Santos Nascimento

INTRODUÇÃO: De forma ampla, o cenário brasileiro é pouco favorável para a micro e a pequena empresa. Carga tributária, que é notoriamente pesada, competição direta com as grandes empresas, relações econômicas em constantes transformações e os altos encargos trabalhistas são alguns dos obstáculos enfrentados. Nesse cenário, as pequenas e micros empresas estão cada vez mais vulneráveis a problemas externos e gerenciais. Esse contexto representa mais um desafio ao seu desenvolvimento. O custo gerado pela falta de planejamento financeiro passa a ser altíssimo. A importância do orçamento operacional passa a ser, então, fundamental para o negócio. O impacto de um planejamento e um orçamento significa uma nova e mais clara visão do próprio negócio da empresa. Uma correta e eficiente gestão financeira, com planejamento e sistema orçamentário, é a alternativa proposta para ajudar as pequenas e micro empresas a alcançar seus objetivos e metas. Sendo assim é possível gerar previamente os caminhos a ser seguidos no período em que foi projetado. O principal objetivo é obter a otimização na relação entre a empresa e suas atividades, gerando benefícios de curto e longo prazo. Contudo esse trabalho sobre orçamento operacional é focado, exclusivamente, em uma pequena empresa que trabalha com produtos alimentícios regionais, tendo por base no seu *mix* de produtos a totalidade de embalagens plenamente autossustentáveis, visando o respeito ao meio ambiente, assim, como também, a fomentação do mercado local, com compras de insumos produzidos na região, incentivando a melhora na qualidade e padronização dos pequenos produtores. Entretanto, o conhecimento gerado por essa atividade se dá devido à possibilidade de reduzir o universo de estudo e conseguir resultados mais específicos. **METODOLOGIA:** A proposição de plano desse trabalho é criar uma proposta de orçamento para a empresa acima citada, de acordo com suas peculiaridades, sendo prático e útil nas tomadas de decisões dos administradores. Como técnica de coleta de dados utilizou-se a pesquisa quantitativa. Buscando assim uma maior cobertura de dados a fim de compreender os processos e as rotinas de uma empresa deste seguimento. Tencionando a praticidade, os orçamentos serão criados através de planilhas. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O sistema orçamentário nada mais é do que a operacionalização das atividades e ações projetadas no planejamento financeiro. O sistema orçamentário traduz, em quantidades físicas e valores monetários, o desenvolvimento e os resultados de todos os planos e unidades operacionais e administrativas da empresa. O sistema orçamentário global segundo Zdanowics (2003, p.135) corresponde à projeção e à operacionalização das ações descritas nas etapas de planejamento financeiro, [...]. A proposta orçamentária deve contemplar as estimativas de receitas, custos, despesas e investimentos necessários para a consecução das atividades econômicas projetadas a partir da definição dos objetivos, das metas e das estratégias da empresa. Toda via o orçamento de vendas constitui um plano das vendas futuras da empresa para determinado período de tempo. Sua principal função é a determinação do nível de atividades futuras, todos os demais orçamentos parciais são desenvolvidos em função do orçamento de vendas, ou seja, tendo-se determinado o que será vendido, em que quantidade e em quanto tempo, com isso, se tem a informações necessárias para determinação

dos recursos para o atendimento das demandas geradas. Na elaboração do orçamento de vendas são consideradas variáveis do mercado consumidor, variáveis de produção, variáveis de mercado fornecedor, de trabalho e variáveis de recursos financeiros. (SANVICENTE, 1989, p.43). Na lição de Zdanowicz (2003): o objetivo Máximo de qualquer empresa é ser rentável, o necessário para isso é vender produtos e ou serviços nos mercados, nesse contexto, o orçamento de vendas deve ser fundamental para assegurar ao cliente o produto certo, a qualidade certa, no tempo certo e o preço certo. Na bibliografia são apresentados diversos métodos de elaboração do orçamento de vendas. Sanvicente segue a orientação Kotler que agrupa o método de três bases de informação: o que se diz, o que se faz e o que se fez. O orçamento de produção determina a quantidade de produtos que vão ser fabricados, levando em conta o volume de venda projetado e a política de estoques, projetando os custos e as despesas envolvidas no processo produtivo. Já o orçamento de matéria prima está relacionado diretamente com a logística da empresa. É o orçamento que determina as quantidades previstas de cada matéria prima para o que foi planejado. Na elaboração da mão de obra direta levam em conta os custos com salários e encargos sociais relacionados diretamente com as atividades específicas da empresa, isto é processo produtivo da empresa. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Neste trabalho serão analisados diversos aspectos que influenciam diretamente a rentabilidade da organização tais como: Orçamento de Vendas; de Fabricação; Custos de matéria-prima; e, Custos de mão de obra direta. Percebe-se que na planilha do orçamento de vendas, o início do exercício sofre influência do período de férias, gerando previsão de vendas no primeiro mês de 4.000 (quatro mil) produtos, mantendo-se até o segundo mês, haja vista que o mercado sofre tendência de redução no consumo, apresentando resultado de decréscimo de 10% nos três meses subsequentes. Estipula-se que no final do primeiro semestre aumentam-se as vendas em 10% gerando equilíbrio financeiro. Contudo, no segundo semestre inicia-se com receita bruta de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) seguido de recessão, normalmente pelo período, permanecendo estável pelos próximos três meses, estima-se aumento nas vendas de 16,67% no último bimestre. Resultados advindos da consolidação da empresa no mercado associado ao período de alto consumo. No orçamento de fabricação, para acompanhar o planejamento de vendas, observa-se uma tendência linear contínua. Já na estimativa de custos com matéria-prima, sente-se o influxo da disponibilidade de matéria-prima devido a estação do ano interferindo na oferta, somando a involução das vendas, porém conduz-se de maneira estável durante o exercício. O custo de mão de obra apresenta resultados aproximados, em percentuais, com as expectativas dos tópicos anteriores desenvolvendo crescimento no último bimestre. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As empresas precisam estar em constante evolução para se manter competitivas frente aos concorrentes. Logo se a empresa não crescer acabará sufocada pelos seus custos, pelos impostos, ou pela concorrência. Sendo assim segundo a análise do planejamento orçamentário da empresa estudada conclui-se que se trata de um empreendimento rentável e de aplicabilidade viável. Contudo o planejamento orçamentário projetou um futuro tranquilo e próspero para a empresa.

Palavras-chave: Logística. Orçamento.

REFERÊNCIAS

GITIMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, [20--?].

LUNKES, Rogério J. **Manual de orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 10. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 2004.

ZENISEK, T. J. Corporate social responsibility: a conceptualization based on organizational literature. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 3, p. 359-368, 1979.

Disponível em <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/55618685.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

.

OS EFEITOS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DE GOVERNO DO RN

AUTORES:

Anielly Karolinny da Silva Costa
Ieda Isabella de Lira Souza
Lana Viviane Linhares da Costa Silva
Luiz Eduardo de Sousa Peixoto
Marilia Mileny Melo Araújo

INTRODUÇÃO: A Gestão Pública tem como escopo alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público, partindo disso essa Nova Gestão busca melhorar a prestação desses serviços, e dar soluções para problemas que acontecem constantemente. Bresser-Pereira (2010) explica que a Nova Gestão Pública é como “uma série de ideias desenvolvidas a partir do final dos anos 1980 que buscavam tornar os administradores públicos mais autônomos e responsáveis, e as agências executoras dos serviços sociais mais descentralizadas”. Há uma necessidade urgente de melhoria na gestão pública brasileira, pois ela tem perdido o seu valor perante o grande número de situações que mostram um conjunto de falhas do setor público que acabam prejudicando toda uma população que sofre por falta de serviços de qualidade. É com essa nova visão de gestão que se espera mudar a situação atual da administração pública e transformá-la em uma gestão eficiente e que consiga a realização de todos os seus objetivos, conseguindo assim prestar serviços de qualidade para a sociedade. Tendo em vista, este estudo tem como objetivo de avaliar qual a influência da escola de governo na formação do gestor público do estado do Rio Grande do Norte sobre o enfoque da Nova Gestão Pública. **METODOLOGIA:** A pesquisa realizada se classifica como exploratória e descritiva subtipo estudo de caso, com uma abordagem qualitativa. Além disso, a pesquisa também obteve abordagem bibliográfica e natureza de campo que se caracteriza pelas investigações e por coleta de dados junto a pessoas. Tendo em vista isso, os pesquisadores foram a campo para obter as respostas reais referentes à problemática abordada. Dado o exposto, o universo da pesquisa é composto por todos os gestores da Administração Pública do Estado Rio Grande do Norte e como amostra, os 5 gestores da Escola de Governo. O instrumento de coleta de dados se baseou na pesquisa bibliográfica, ressaltando autores de grande importância da área de Nova Gestão Pública. Como instrumento de coleta de dados foi realizado uma entrevista semiestruturada que foi aplicada aos gestores, no qual os entrevistados têm um conjunto de questões predefinidas, mas têm a liberdade para colocar outros assuntos relevantes ao tema que surja no decorrer da entrevista. As técnicas de análise de dados, foram realizadas de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, seguiu-se para a etapa de análise e tratamento dos dados coletados, nela foi feita uma classificação desses dados e em seguida uma análise mais profunda e específica sobre eles. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Administração Pública é uma organização complexa que requer não somente uma análise jurídica, mas também econômica, sociológica, administrativa e política. A Nova Gestão Pública iniciou-se no Brasil, em 1995, por meio do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado sob comando do então ministro Bresser Pereira, uma série de reformas que buscavam direcionar o Governo Federal para uma nova orientação durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, incorporando mecanismos de mercado, uma lógica de eficiência, avaliação de resultados e capacitação de servidores e inúmeras outras questões que se relacionavam, aos pilares de ajuste fiscal e mudança institucional (REZENDE, 2004). Portanto “o Estado passa a adotar um estilo mais competitivo, passando a admitir a lógica de mercado em um modelo de gestão no qual

prevalece à ênfase em resultados ou produtos voltados para os interesses da sociedade” (MAGRO; PINTO, 2012, p. 03). Nisto afirma Guimarães (2000, p. 127) “no setor público, o desafio que se coloca para a nova administração pública é como transformar estruturas burocráticas, hierarquizadas e que tendem a um processo de insulamento em organizações flexíveis e empreendedoras”. A Escola de Governo do RN foi criada por meio do Decreto N° 19.896 de 06/07/2007. É vinculada à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH) com o objetivo de promover a valorização e o desenvolvimento do servidor público estadual, por meio de um programa permanente de capacitação, aumentando o nível de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao cidadão, adequando-os aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público. A Escola de Governo do Rio Grande do Norte é consequência de um processo de evolução das políticas públicas estaduais que teve origem no Decreto nº3.836, de 30 de maio de 1961, na gestão do governador Aluísio Alves, com a criação do 1º Curso de Administração Pública (CAP), com a intenção de formar e aperfeiçoar o pessoal para o serviço público, ligado diretamente ao gabinete do governador. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados das entrevistas com os gestores demonstram que a Escola de Governo possui capacidade de formação dos gestores do Estado, os entrevistados afirmam que faltam interesses por parte dos servidores se qualificarem. Os cursos são importantes, tendo em vista que o desenvolvimento do capital intelectual de qualquer instituição é um imperativo nos dias de hoje, sejam naquelas que se dedicam à prestação de serviços, públicos ou privado. A Escola de Governo está atuando com temas diretamente relacionados com a Nova Gestão Pública, como por exemplo, nas áreas de formação continuada, graduação e pós-graduação e outros como cursos livres de extensão, cursos online, programas de estágio e concursos públicos. Um dos entrevistados afirma que os cursos são ótimos e professores qualificados, e outros utilizam as técnicas aprendidas nos cursos em seu dia a dia. Em relação a divulgação nos órgãos públicos, um entrevistado afirma que são boas as divulgações, porém, o prazo de inscrição é curto. Deste modo, para que os servidores possam ter acesso aos cursos, é importante que haja uma divulgação perene dos cursos que são ofertados e maior tempo, pois os servidores precisam estar bem informados das oportunidades que lhe estão sendo oferecidas. A Escola vem oferecendo diversos cursos e eventos de grande importância para o contexto político do Estado, um desses eventos é o CONGESP (Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte) consolidado como um dos principais eventos de Gestão Pública no Brasil, tem se destacado por sua significativa importância no âmbito regional e de grande representação para os servidores públicos do Estado na sua capacitação e desenvolvimento. **CONCLUSÃO:** Portanto, o objetivo da pesquisa foi avaliar influência da Escola de Governo na formação do gestor público do Estado do Rio Grande do Norte sobre o enfoque da Nova Gestão Pública. Pode-se assegurar que o objetivo geral foi alcançado, levando em consideração os resultados obtidos nesse estudo de caso. A metodologia utilizada na pesquisa foi facilitadora e suficiente para obtenção dos resultados alcançados. As entrevistas e os estudos bibliográficos foram de suma importância para o embasamento daquilo que o tema propôs. Pois, a partir dos dados coletados nas entrevistas foram realizadas análises de acordo com as teorias modernas de Gestão Pública e Escolas de Governo. Por conseguinte, os pesquisadores chegaram à conclusão que a Escola de Governo do RN tem seus pontos positivos. Uns dos seus pontos positivos é a qualidade do ensino oferecido para os servidores, no qual a Escola busca os melhores profissionais e instituições para ministrar cursos, minicursos e os eventos realizados, e outro ponto é a ênfase nos cursos voltados para a Gestão Pública. Pode-se considerar que a Escola do Governo do Estado possui grande influência na formação do gestor público e busca dar ênfase no tema Nova Gestão Pública, com isso, se consegue de certa forma ajudar aos gestores se aperfeiçoar em uma gestão mais eficiente e eficaz para que seja possível prestar um serviço de melhor qualidade para a sociedade.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública. Servidor Público. Escola de Governo. Gestão Pública.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. São Paulo, **Revista de Administração de Empresas**, v.50, n 01, jan./mar. 2010.

GUIMARÃES, T. A. A nova administração pública e a abordagem da competência. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 03, p. 125-140, maio/jun. 2000.

MAGRO, Dalva; PINTO, Marli Dias de Souza. Os efeitos da nova gestão pública na produção de conhecimento científico. **Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 2, p.78-89, 2012. Semestral.

PACHECO, R. S. Escolas de Governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1 jan./mar. 2002.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que falham as reformas administrativas?**. São Paulo: FGV, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. SEARH/EGRN. **Escola de Governo do RN**. 2016. Disponível em:

<<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1925&ACT=null&PAGE=null&PA M=null&LBL=NOTÃ+CIA>>. Acesso em: 25 out. 2016.

FINANÇAS PESSOAIS: INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA PARA PESSOAS FÍSICAS

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Maria Raquel Dantas da Silva
Pedro Dourado Duarte
Tamara Florencio de Lima Ramos
Yago Fernandes Diógenes Garcia

INTRODUÇÃO: Até meados de 1990, o brasileiro estava acostumado com as elevadas taxas de inflação, cujos preços subiam quase que diariamente, com isso o brasileiro não criou hábitos de planejamento financeiro. Com a implantação do Plano Real no Brasil em 1994, iniciou-se um processo de estabilização econômica, possibilitando assim que as pessoas passassem a consumir mais, porém devido à falta de hábito de planejar as finanças pessoais, a população brasileira se endividou. Contudo o tempo passou e as pessoas continuaram a sobreviver num mundo onde sobra pouco tempo para cuidar da Qualidade de Vida e principalmente de como fazer o uso inteligente do dinheiro que ganham. O Brasil está atravessando muitas evoluções em diversos setores econômico, com isso a atual situação do cenário de inflação e da taxa de juros percorrem em alta, gerando uma apreensão a população que analisa os melhores investimentos, e busca atrelar sua liberdade e independência financeira. Conforme Oliveira, Pire & Santos (2005), a inflação é um aumento no nível geral de preços, ou seja, representa o aumento dos preços dos produtos num determinado país ou região, durante um período, onde num processo inflacionário o poder de compra da moeda cai. De acordo com Ávila (2016) 71,7 milhões de investidores brasileiros estão investindo seus R\$ 2,043 trilhões cada um investe em média R\$ 28,5 mil divididos da seguinte forma: títulos de renda fixa e valores mobiliários (34%), fundos de investimento (31,6%), poupança (29,6%) e renda variável (4,8%). Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar as opções de investimento em renda fixa para pessoas físicas. **METODOLOGIA:** De acordo com os fundamentos propostos por Vergara (1997), existe duas categorias: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins a pesquisa é descritiva e explicativa. Para Gil (2002, p. 42), pesquisa descritiva, “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Segundo Vergara (2000) a pesquisa explicativa tem como principal característica tornar algo inteligível e justificável, sendo aplicada e motivada pela necessidade de solução de problemas concretos. Quanto aos meios, classifica-se a pesquisa como sendo bibliográfica e documental. De acordo com Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é um estudo com base em publicações existentes (livros, jornais, revistas, meios eletrônicos, trabalhos acadêmicos e outros) sobre o tema tratado; enquanto que a documental utiliza de documentos e registros próprios e particulares. Lakatos e Marconi (1999, p. 108), amostra é “[...] uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. O universo é a temática de Finanças Pessoais e a amostra a temática de investimento em renda fixa. A coleta de dados foi eminentemente bibliográfica e documental, utilizando-se de livros, artigos, sites da internet e documentos da BM&FBOVESPA. Para fins de realização da análise dos dados, uma vez que o presente trabalho se encontra enquadrado na perspectiva de uma abordagem qualitativa, utilizou-se da análise de conteúdo. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** consiste em embasar, por meio das ideias de autores, aspectos teóricos de uma pesquisa, que neste caso, versou acerca do tema investimentos em renda fixa. Segundo Cerbasi (2008) os investimentos em renda fixa são conhecidos como aqueles que geram rendimentos fixos, na

qual a rentabilidade é previamente combinada na hora da aplicação ou no momento do resgate da mesma. Para Luquet (2007), nunca entre num mercado sem antes conhecer seus riscos, saiba que todo investimento tem seus riscos. Conforme Trump (2011), quando você compara a visão da realidade do investidor que investe a longo prazo em renda fixa nos fundos, sente-se fortalecido para enxergar um futuro muito diferente. Segundo Lorenzato (2008) as principais vantagens dos fundos de investimentos são: a facilidade em se aplicar o recurso, pois há várias opções que estão à disposição do cliente e existe um profissional no banco para orientá-lo. Segundo Trump (2011), os fundos de renda fixa investem em títulos prefixados, com rendimentos fixos. Sendo a tendência do mercado que a taxa de juros SELIC continue aumentando. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Analisou-se sobre finanças pessoais, particularmente os investimentos em renda fixa, uma aplicação onde o investidor compra títulos de bancos, empresas ou do governo e recebe uma rentabilidade que pode ser determinada já no momento da aplicação. A rentabilidade será o valor da aplicação, mais os juros pelo período em que o dinheiro ficar investido. A aplicação fica menos competitiva, pois ainda há o desconto do IR. Os fundos de renda fixa têm como regra a cobrança da taxa de administração, que varia de 1% a 3% ao ano (UOL 2015). Sugere-se que quanto mais nova a pessoa, mais risco ela pode correr em suas aplicações. De maneira contrária, quanto mais velha, mais ela deveria se afastar dos investimentos mais arriscados. Mas é claro que isso depende muito do perfil desse investidor. Existem os títulos de Renda Fixa pré-fixados e pós-fixados. Os títulos pré-fixados são aqueles em que o valor do resgate é definido já no momento da aplicação. Nos títulos pós-fixados, o investidor só saberá o valor de sua rentabilidade no momento do resgate, pois o rendimento é a soma do valor aplicado. Existem diversas maneiras de aplicar em Renda Fixa. Pode ser diretamente em títulos de renda fixa, compra de debêntures (títulos de empresas com capital aberto para obter recursos para suas atividades ou dívidas), CDBs (Certificados de Depósito Bancário), LTNs (Letras do Tesouro Nacional), LCI (Letra de Crédito Imobiliário) Investimento que os bancos oferecem para, as aplicações recebidas, disponibilizarem crédito imobiliário a seus clientes. LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) são investimentos por meio dos quais os bancos captam recursos para financiar o agronegócio. Poupança é uma forma de investimento de baixo risco cuja operação é regida por regras específicas estabelecidas pelo governo para depósitos de poupança. CDB (Letra de Câmbio) é um título de renda fixa que tem as mesmas características que um CDB, a diferença é que o emissor é uma financeira e não um banco. **CONCLUSÃO:** É fundamental que o investidor tenha pleno conhecimento do tipo de investimento que irá aplicar, pois os fundos de renda fixa buscam seguir ou superar os indicadores de desempenho utilizados no mercado. A melhor forma de saber onde aplicar seus investimentos é procurar as informações sobre os fundos, e analisar qual se adequa para o perfil no momento atual do investidor. Assim no processo deste trabalho fica claro que a aplicação em Renda Fixa é mais indicada para investidores conservadores, que não querem correr riscos e preferem já ter uma noção de quanto vão lucrar, os fundos de renda fixa têm como regra a cobrança da taxa de administração. O perfil do investidor é muito importante, pois é com base nele que deve ser direcionado aos investimentos, o risco é o grau de incerteza que terá o retorno que está esperando, quando é colocado o dinheiro em um investimento. Quanto mais arriscado for um investimento, maior é o retorno que ele promete como forma de compensar o risco de perda.

Palavras-chave: Retorno. Fundos de investimento. Renda Fixa.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Leandro. **Clube dos poupadores**. Disponível em: <<https://www.clubedospoupadores.com/investimentos/onde-brasileiro-investe.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2016.
- CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LORENZATO, Rodolfo. **Como investir seu dinheiro**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LUQUET, MARA. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. 2. ed. rev. São Paulo, globo, 2007.
- PIRES, Marcos Cordeiro; SANTOS, Sérgio Antônio dos; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. **Economia para administradores**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- TRUMP, Donald. **Nós queremos que você fique rico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- UOL ECONOMIA. **Economia**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2015/05/18/com-economia-instavel-analistas-apontam-melhores-e-piores-investimentos.htm>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO AMBITO ORGANIZACIONAL

AUTORES:

Alyne Rayane Silva de Souza
Diego Matheus Alves Mesquita
Djosete Santos da Costa
Francisco Ribeiro de Lima Junior
Saionara Camara Medeiros
Thalita Cecilia Vital de Queiroz

INTRODUÇÃO: Este trabalho refere-se ao de sistemas de informação no âmbito organizacional. Segundo Tarapanoff (1995) a informação é a ferramenta do Administrador. Partindo desta afirmação, pode-se considerar que a necessidade da informação nas organizações é imprescindível, ou seja, empresa nenhuma vive sem a informação entre colaboradores, clientes e fornecedores. Portanto, o presente trabalho expõe a análise de como o sistema de informação é gerenciado na empresa, e objetiva identificar no que tem refletido as ações de tal sistema, ou seja se esse sistema tem sido eficaz a organização. De acordo com Cautela e Polloni (1982) informação é a transformação do conhecimento, conclui-se então, que é essencial que seus colaboradores possuam competências para formar sistema de informação eficaz. A **METODOLOGIA:** foi composta por pesquisa exploratória que segundo Gil (2008) proporciona maior familiaridade com o problema, com finalidade de observar os sistemas de informação a fim de identificar variáveis que influenciam o desempenho organizacional. Também foi usado à pesquisa de campo que permitiu uma absorção ainda mais detalhada das informações coletadas. Segundo Lakatos e Marconi (2010), o universo é o conjunto de seres com pelo menos uma característica em comum. Como a empresa conta a princípio com uma pequena quantidade de colaboradores, a todos eles foi aplicado o questionário, como também a entrevista com amostra intencional não probabilística. Foi usado como **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Davenport e Prusak (1999), que afirmam ser essencial para a realização bem-sucedida dos trabalhos ligados ao conhecimento, que as organizações saibam definir o que são dados, informações e conhecimento, pois o sucesso ou o fracasso organizacional muitas vezes pode depender da aplicação desses elementos para solução de problemas e tomada de decisões. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A capacidade de transformar ideias em um plano de ação sólido e eficaz é o fator responsável pelo sucesso que a empresa alcançou. No entanto desde a sua criação, a informação é gerenciada de forma criteriosa com seus funcionários, clientes e parceiros colaborando também para a referência que se tornou no seu setor. **CONCLUSÃO:** Ao contrário de muitas organizações que mantêm o topo da pirâmide(os diretores) distante de seus clientes, a empresa em questão proporciona um relacionamento mais próximo; permite aos clientes reuniões com a diretoria para conhecer melhor os produtos que pretendem adquirir, otimizando o índice de confiabilidade de seus clientes. Há também uma comunicação ativa e continua com seus colaboradores que permite a gestão identificar pontos que podem ser melhorados e assim contribuir com ações que reflitam numa motivação maior aos funcionários, resultando numa melhoria dos resultados finais da organização.

Palavras-chave: Sistema de informação. Organização. Resultado organizacional.

REFERÊNCIAS

CAUTELA, A. L; POLLONI, E. G. F. **Sistemas de informação, um enfoque atual**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 1982.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TARAPANOFF, Kira. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. Brasília: Thesaurus, 1995.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: ASPECTOS DA SUA RELEVÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

AUTORES:

Alfredo Neves de Oliveira
Edinaldo Oliveira de Farias
Daniyel Ferreira de Medeiros
Julio Cesar Soares Gomes
Osman Medeiros dos Santos
Tamara Florêncio de Lima Ramos

INTRODUÇÃO: A comunicação empresarial na atualidade é fundamental para todas as empresas que buscam manterem-se competitivas no mercado, pois a cada dia a concorrência está cada vez maior e com isso só as melhores permanecerão atuantes. Segundo Pimenta (2006, p. 99), comunicação empresarial é o somatório de todas as atividades de comunicação de uma empresa. É uma atividade multidisciplinar que envolve métodos e técnicas de relações públicas, jornalismo, assessoria de imprensa, lobby, propaganda, promoções, pesquisa, endomarketing e marketing. É imprescindível uma boa comunicação, pois não só pela questão da clareza das informações na organização como também pelo fato de contribuir de forma direta nos resultados operacionais e financeiros. Conforme Torquato (1995), o poder expressivo nas empresas viabiliza o processo burocrático, adicionando elementos expressivos e emotivos. Este trabalho discorre a importância de desenvolver a comunicação empresarial nas organizações, onde é importante entender o processo e as melhorias por parte das organizações na estruturação do plano de comunicação. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da comunicação empresarial nas organizações.

METODOLOGIA: Os tipos de pesquisa são classificados, segundo Vergara (2004) quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins esta pesquisa se classificou como descritiva e explicativa. E quanto aos meios foi classificada como bibliográfica e documental. De acordo com Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é um estudo com base em publicações existentes (livros, jornais, revistas, meios eletrônicos, trabalhos acadêmicos e outros) sobre o tema tratado; enquanto que a documental utiliza de documentos e registros próprios e particulares. Ainda segundo Vergara (2004), universo de pesquisa ou população, consiste no todo pesquisado, enquanto que amostra é “[...] uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. O universo deste trabalho é a temática Comunicação e a amostra a temática Comunicação Empresarial. A técnica para a coleta de dados fez-se com base em pesquisas em livros, artigos e sites da internet. A análise dos dados fez-se com uma abordagem qualitativa na qual utilizou-se de análises de conteúdo nos livros e artigos sobre comunicação empresarial que possibilitaram a execução deste trabalho. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Comunicação empresarial pode ser entendida como um conjunto complexo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para reforçar a imagem de uma empresa ou organização (sindicato, órgãos governamentais, ONGs, associações, universidades, etc.) junto dos seus públicos de interesse (consumidores, empregados, formadores de opinião, classe política ou empresarial, acionistas, comunidade acadêmica ou financeira, jornalistas) ou com a opinião pública (EMPRESA ÁGIL - COMUNICAÇÃO E NEGÓCIOS, p. 31, 2014). Segundo Mello (2012) a comunicação empresarial é uma área interdisciplinar por definição que articula todas as estratégias de comunicação utilizadas pela organização no relacionamento e interação com seus públicos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Este trabalho analisou a importância da comunicação empresarial nas empresas tanto em seus resultados internos como também em

seus resultados externos, e para que a comunicação aconteça nas empresas, os responsáveis pelo envio das informações, chamados de emissores podem utilizar linguagens verbais e não-verbais. Estas podem ser definidas como: Verbais - sonora: (linguagem falada, ordens, pedidos e conversas) ou - visuais (linguagem escrita por meio das cartas, telegramas, dos cartazes, dos livros, jornais ou revistas). E ainda a não verbal: Comunicação feita por meio de sinalização, logotipos, ícones, gestual, expressões faciais, dentre outras. Desta forma evidencia a importância do gestor verificar sempre a qualidade da comunicação, pois influencia diretamente em todas as atividades da organização, contribuindo portanto para o fracasso ou sucesso. Segundo Viana (2004), a cada demanda de comunicação acontece um novo desafio, fazê-la suficientemente eficaz, motivadora e com conteúdo para que as empresas atinjam seus efetivos propósitos estratégicos. **CONCLUSÃO:** Pôde-se constatar que a comunicação empresarial está em todos os lugares nas organizações. Ela pode ser interna e externa, entre colaboradores e clientes, colaboradores e fornecedores, colaboradores e colaboradores. Como também pode ser externa e interna, entre agentes políticos e organização, agentes macroeconômicos e organização. Desta forma, pode observar a importância da comunicação empresarial para toda e qualquer organização, a qual influencia diretamente em seus resultados. Atualmente a comunicação tem uma proporção gigantesca tanto pelo fato de conseguir atingir o maior número de pessoas possíveis como ao mesmo tempo a sua velocidade que aumentou consideravelmente de forma quase que instantânea. Desta maneira ela pode contribuir positivamente como ao mesmo tempo negativamente. Por isso é fundamental que uma organização tenha uma comunicação clara, eficaz e eficiente.

Palavras-chave: Comunicação. Organizações. Pessoas.

REFERÊNCIAS

- EMPRESA ÁGIL - COMUNICAÇÃO E NEGÓCIOS. **Comunicação empresarial.** Conceito, importância e aplicação, Editora: Empresa ágil comunicação e negócios, 2014.
- MATOS, Gustavo Gomes. **Comunicação empresarial sem complicação.** 2. ed. Barueri, São Paulo, 2009.
- MELLO, Luiz Roberto Dias. **Comunicação empresarial.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012.
- PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas.** São Paulo: Pioneira, 1974.
- PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial.** São Paulo: Editora Alínea, 2006.
- TORQUATO, Francisco. **Conceitos e estratégias: comunicação empresarial.** 6.ed. São Paulo Summus, 1995.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- VIANA, Francisco. **Comunicação empresarial de A a Z: temas úteis para o cotidiano e planejamento estratégico.** Editora Clã, 2004.

ANÁLISE DE INDICADORES DE LUCRATIVIDADE: CREMER S/A x GUARARAPES S/A

AUTORES:

Elizangela Bezerra Pereira
Maria Pollyana Sales Vicente
Milena Gabrielly
Priscila Ribeiro Gedião

INTRODUÇÃO: A indústria têxtil está presente em todos os países por conta de uma necessidade humana de vestuário e usos utilitários variados como, por exemplo, na decoração, na área hospitalar, militar, entre outros. A trajetória histórica e cultural do setor têxtil e de confecção brasileiro demonstra que existiu e ainda existe um processo de mudança. Devido a necessidade de se fortalecer diante da concorrência, a área de finanças torna-se um adepto importante para garantir a análise precisa das demonstrações financeiras das organizações, uma vez que, é através dessas informações que se criam estratégias a fim de atingir um objetivo principal. Espíndola (2016) aponta que “a análise dos indicadores financeiros e econômicos propicia ao administrador informações adicionais de grande importância, possibilitando a gerenciar a execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de fornecer resultados de significativa margem de segurança”. Para evitar possíveis descontroles, se faz necessário o uso de instrumentos financeiros que auxiliem no processo de tomada de decisão, instrumentos estes, fornecidos pela gestão financeira eficiente, que podem ser de grande valia e, se bem utilizados, certamente contribuíram para a eficácia gerencial. O presente trabalho tem como principal objetivo, analisar a liquidez da empresa Cremer S.A, em comparação a Guararapes S.A, no período de 2013 à 2015. **METODOLOGIA:** De acordo com Costa e Costa (2009, p.5), a metodologia “consiste em estudar e avaliar vários métodos disponíveis, identificando suas limitações, ou não, em nível das implicações e suas aplicações”. Existem vários tipos de pesquisas, as quais são classificadas, de acordo com Vergara (2007), em dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins esta pesquisa se classificou como descritiva e explicativa. E quanto aos meios foi taxada como documental, bibliográfica e estudo de caso. O universo da pesquisa foi o setor financeiro das empresas analisadas, e as amostras utilizadas foram as demonstrações financeiras das empresas (Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de exercício - DRE). Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita por literatura, através de livros, artigos científicos e os documentos da empresa, que foram os Balanços Patrimoniais e DRE. Além disso, este trabalho encontra-se enquadrado em uma abordagem quantitativa, pois os dados foram analisados, utilizando-se do aplicativo Microsoft Office Excel versão 2010 para realizar cálculos, tabelas e gráficos para fins de análise e discussão dos dados apresentados. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Marques (2011) afirma que “a análise das demonstrações financeiras envolve a avaliação da liquidez, rentabilidade e solvência de uma empresa. Inclusive possibilita a avaliação da evolução financeira e econômica ao longo do tempo e a comparação entre empresas do mesmo ramo”. De acordo com Marion (2009), os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas, facilitando assim sensivelmente o trabalho do analista uma vez que a análise de certas relações ou percentuais é mais significativa do que a observação apenas dos montantes”. Complementando essa visão, Gitman (2010) coloca que a análise desses indicadores não se refere apenas ao cálculo de determinado índice, indo muito além, ou seja, para interpretação do valor desse índice, portanto é necessário que exista uma base significativa para fazer uma comparação, saber se está “alto ou baixo demais? ”, se está “bom ou ruim?”. Conforme Zdanawicz (1998) “a

liquidez é denominada de análise de razão ou quociente, visa a mensuração da capacidade financeira da empresa em pagar seus compromissos de formas imediata, a curto e a longo prazo”. Para Kury (2001) liquidez é a “qualidade ou estado de líquido; valor líquido facilmente apurável”. Os Índices de liquidez expressam a capacidade de pagamento da empresa em determinado período. Segundo Bruni (2010, p. 121) os índices de liquidez “buscam analisar a capacidade da empresa em cumprir seus compromissos acertados, como pagamentos a fornecedores, quitação de empréstimos e financiamentos bancários”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Em finanças, segundo Padoveze (2007) “a palavra liquidez significa a disponibilidade em moeda corrente para fazer pagamentos. O Capital Circulante Líquido representado pela fórmula $CCL = AC - PC$, representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, demonstrando quanto em reais a empresa tem inopulado. Analisados os índices entre a empresa Guararapes S/A e Cremer S/A, conclui-se que na média dos anos de 2013, 2014 e 2015 a "folga" financeira da Cremer S/A é doze vezes menor que o capital circulante líquido da empresa Guararapes S/A. De todas obrigações a curto prazo que a Guararapes S/A paga, resta em ativo de curto prazo R\$ 1.571.651,00, e na empresa Cremer S/A o descanso financeiro é de R\$ 132.899,33 na média. A capacidade de liquidez imediata significa a proporção que a empresa possui em caixas, bancos, aplicações de resgate rápido, dinheiro imediato para pagamento de obrigações. Dado através da fórmula $LI = Disponibilidades/PC$, a empresa Cremer possui em média para cada R\$1,00 de obrigações de curto prazo, R\$ 0,36 de ativo imediato. A empresa Guararapes possui 50%, (R\$0,18) desta quantia em disponibilidades para cada R\$1,00 do passivo circulante. A dimensão em real que a empresa possui sobre pagamento de obrigações a curto prazo é dada pela fórmula $LC = AC/PC$. Tal índice explica o quanto a empresa possui de ativo circulante para cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo. Com a média dos últimos três anos da empresa Cremer S/A se pode inferir que para cada R\$1,00 de obrigações de curto prazo, existe no seu ativo circulante R\$1,48, representa margem de segurança de 32% de ativo circulante. A empresa Guararapes S/A possui capacidade de atender suas obrigações a curto prazo 24% maior, em real significa R\$1,93 para cada unidade de passivo circulante. Entre as contas do ativo circulante também está a quantia que representa o estoque da empresa, o valor monetário transformado em produtos para venda. A liquidez seca representa o quanto de ativo circulante sem contabilizar o estoque a empresa possui para cada unidade em real de passivo circulante. Na média entre 2013 e 2015, a empresa Cremer possui R\$1,08 de ativo seco, sem estoque, para cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo. A empresa Guararapes possui capacidade de pagamento sem utilização de estoque 30% maior, totalizando R\$1,54 de ativo seco, para cada R\$1,00 de obrigação a curto prazo. A saúde financeira de uma organização é demonstrada através do índice de liquidez geral, que analisa o total de ativos com relação a cada unidade do total de passivo contabilizada. A média resultante da liquidez geral da empresa Guararapes é em ativos total de R\$1,38 em face de cada unidade monetária de passivo total, assim a empresa tem de saldo em ativo R\$0,38 após pagamento de obrigações. A empresa Cremer S/A possui um déficit de -R\$0,06 de ativo total para cada unidade monetária de passivo total, média total de R\$0,94.

CONCLUSÃO: Após análise das demonstrações financeiras das duas empresas foi constatado que a empresa Guararapes S/A possui melhores indicadores de capacidade de pagamento da empresa frente suas obrigações, nas suas demonstrações considerando a média dos três últimos anos em face ao total de médias de liquidez também do mesmo período da empresa Cremer S/A, evidenciando a posição patrimonial das entidades discutidas anteriormente.

Palavras-chave: Análise Financeira. Capacidade de pagamento. Índices de Liquidez.

REFERÊNCIAS

BRUNI, Adriano Leal Bruni. **A análise contábil e financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. F. B. da. **Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ESPÍNDULA, Fábio. **Estrutura e análise financeiro-econômica das demonstrações contábeis**. Monografias Brasil Escola.2016. Disponível em: <<http://brasilescola.com.br/m1176>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KURY. **Minidicionário Gama Kury da língua**. São Paulo: FTD, 2011.

MARQUES, Monica Brandão. **Análise das demonstrações financeiras.UCAM**. Rio de Janeiro 2011.4. ed. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33240163/ANALISE_DEMONSTRACOES_FINANCEIRA.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1476368988&Signature=xNPmzNLG4Nd8GYdPUHDWDC4QsFM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAnalise_das_Demonstracoes_Financeiras_Di.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZDANAWICZ, José Eduardo. **Estrutura e análise das demonstrações contábeis**. Porto Alegre: Zagra, 1998.

GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO COM OS ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR DO UNIFACEX

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Gladston de Araujo Santiago
Luciana Barbosa de Sales
Naiane Theresa Bessa Nogueira
Paulo Ricardo Oseas Monte
Roberta Ferreira do Nascimento

INTRODUÇÃO: A educação financeira deveria se tornar uma disciplina da matriz curricular nas escolas, desde as séries fundamentais, baseada no planejamento de gastos a curto e longo prazo com definição de onde se quer chegar financeiramente, pois a maioria dos brasileiros não controlam seus gastos por falta de iniciativa ou por não saber fazer. Segundo Dias (2016) o SPC Brasil divulgou uma pesquisa com uma variedade de entrevistados com todos os níveis de renda e apontou que 81% têm pouco ou nenhum conhecimento sobre controle das finanças pessoais e 47% das famílias brasileiras estão endividadas. As facilidades de compra a crédito, o apelo das lojas ao consumo aliados a uma falta de cultura de poupar e planejar faz com que os índices apresentados cresçam, pois as pessoas tendem a pensar apenas no momento, com isso aqueles que não sabem controlar o uso do dinheiro acabam se endividando, e em função das taxas de juros altas a tendência é que a dívida aumente consideravelmente. Ainda falta para a população um maior conhecimento sobre o controle das receitas, despesas e da necessidade das reservas financeiras, e esse conhecimento deveria ser repassado de pais para filhos, para que possam desenvolver um comportamento financeiro desde pequenos. Se houvesse o controle financeiro pessoal e familiar à probabilidade de uma crise financeira acontecer seria pequena ou quase nula. Para Frankenberg (1999, p31), planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar como os alunos de ensino superior, do Centro Universitário Facex (UNIFACEX), lidam com a gestão das suas finanças pessoais/familiares.

METODOLOGIA: Quanto aos fins a pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, quanto aos meios é de campo, bibliográfica e estudo de caso. O universo da pesquisa foram alunos do Unifacex e a amostra não probabilística, por conveniência, foi de 88 (oitenta e oito) alunos entrevistados. Para a coleta dos dados foi utilizada a aplicação de um roteiro estruturado de entrevista, contendo 13 (treze) perguntas fechadas, as quais se pôde obter a visão que o entrevistado tem de como administra suas finanças pessoais/familiares. Segundo Dencker (2000) e Gil (2006), a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com uma estruturação previamente definida e realizada com a intenção de obter informações de pesquisa. É uma das técnicas de coleta de dados mais usadas nas ciências sociais. Quanto ao tratamento dos dados segundo Vergara (2013) os dados podem ser tratados de forma quantitativa, isto é, utilizando-se de procedimentos estatísticos. O trabalho em questão utilizou-se uma abordagem quantitativa, uma vez que utilizou a ferramenta Microsoft Excel versão 2013 para efetuar cálculos, criar tabelas e gráficos para fins de análises.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Abordar, seguir e aperfeiçoar o planejamento financeiro pessoal e familiar pode ser o caminho mais curto para satisfazer as necessidades fisiológicas (comida, moradia e segurança), de auto realização, de autoestima e das necessidades sociais. Frankenberg (1999) pressupõe que a aplicação prática da administração juntamente com o planejamento das finanças pessoais implica no esforço de seguir estratégias voltadas para

processo de acumulação de reservas e formação de patrimônio. “Não existe mágica para formar um bom patrimônio. Seja grande ou pequena sua renda atual, é fundamental você se disciplinar para não gastar tudo que ganha” (FRANKENBERG, 1999, p. 40). A necessidade do planejamento financeiro é para manter as despesas fixas em dia e manter reservas que facilitarão na realização de alguns objetivos e para os imprevistos, como por exemplo, a perda do emprego ou doenças. Existem duas formas de um cidadão fazer seu planejamento, sendo ele no curto e longo prazo, para Gitman (1997, p.588) os planos financeiros de curto prazo, são ações planejadas para um período curto (de um a dois anos) acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros, ainda segundo o autor os planos de longo prazo são ações financeiras projetadas para um futuro distante acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. No planejamento a longo prazo, geralmente é feito em cima de objetivos que demandam maiores investimentos financeiros e por isso requer maior controle e acompanhamento. Além do controle das despesas fixas as pessoas tendem a esquecer do fundo fixo, aquele dinheiro que levado na carteira que paga as pequenas compras e no final das contas não se sabe em que foi gasto, segundo Assaf Neto (1997, p.35) o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários. A finalidade desse instrumento é demonstrar eventuais excedentes ou escassez de recursos e determinar a tomada de medidas decisórias. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados da pesquisa realizada com os 88 (oitenta e oito) alunos da Unifacex mostraram que dos entrevistados, a maioria é do gênero feminino com 60% e 40% do gênero masculino. Destes 42% estão na faixa etária de 18 a 24 anos, 27% entre 25 e 30 anos e 31% a cima de 31 anos. A maioria dos entrevistados são solteiros com percentual de 61%, casados 30% e outros 9%. Quanto aos que trabalham empregados e 31% desempregados. Em relação ao planejamento de seu dinheiro 72% fazem controle financeiro, 13% não fazem, 15% às vezes e 1% nunca fazem. Sobre o controle do uso do dinheiro 74% controlam o uso do seu dinheiro, 13% não fazem um controle, 13% às vezes fazem e 1% nunca faz. Quanto à pesquisa de preços na hora das compras, 74% pesquisam antes de realizar suas compras, 17% não pesquisam e 9% às vezes pesquisam. Sobre a poupança, 50% tem o hábito de poupar, 35% não tem o hábito de poupar, 13% às vezes e 2% nunca poupam. Referente à procura por orientação sobre gestão do dinheiro 39% procuram informações de como gerir o que ganha, 49% não procuram, 13% às vezes e 1% nunca procuraram. Quanto à utilização de linhas de crédito 61% usam às vezes, 25% não usam e só pagam a vista, 8% nunca usam e 6% usam todas as linhas de crédito disponíveis. Sobre a utilização do dinheiro que ganha 50% pagam as contas e vivem o resto do mês com o que sobrou, 42% usam de acordo com o seu planejamento e anota tudo no orçamento mensal, 5% o banco retém o dinheiro quase todo para pagamento de dívida referente a uso de crédito, 3% em menos de 10 dias já não tem mais nenhum dinheiro. Com relação à situação financeira atual 51% dos entrevistados são um pouco desorganizados e não sabem exatamente quanto gasta por mês, 48% é organizado e tem controle sobre o seu dinheiro não fazendo dívidas que comprometam o seu orçamento e 1% mostrou-se desorganizado não sabendo quanto gasta nem quanto deve. Foi perguntado quanto tempo passariam com as próprias reservas em um momento de crise, 34% responderam que passariam de 4 a 6 meses, 20% de 1 a 3 meses e 7% menos de 6 meses. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto nos resultados da pesquisa e a revisão literária, pode-se observar que no meio acadêmico a maioria das pessoas tem conhecimento e exercem o controle financeiro, elas pesquisam, poupam, planejam e controlam, diferentemente das pesquisas em nível geral que apontam a maioria das pessoas com pouco ou nenhum conhecimento sobre o controle das finanças pessoais. Com isso, verificou-se a importância desse assunto está presente na sociedade em geral e de se aprimorar o comportamento do indivíduo em relação a suas próprias finanças. Muitas pessoas pensam que basta só analisar o presente e se esquecem do futuro. Esse tipo de pensamento é errôneo, pois planejar é pensar algo que ainda não foi feito,

ou seja, tem que se pensar no futuro e é através do planejamento financeiro pessoal que as pessoas podem se organizar financeiramente. Obtendo uma visão macro da situação atual, deve-se trabalhar com o orçamento mensal que contenha suas metas para o período e deve ser rigorosamente controlado, seja para estar pronto para um imprevisto como, por exemplo, desemprego ou doença, seja para realização de projetos futuros, para maximização da riqueza ou para gerar investimentos que possibilitem uma condição de vida melhor, pessoal ou familiar.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Gastos. Planejamento.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A; SILVA; C. A. T. **Administração do capital de giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, Pedro André. **Finanças Pessoais: o calcanhar de aquiles dos brasileiros**. Paraná, 2016. Disponível em: <<http://contadores.cnt.br/noticias/artigos/2016/09/12/financas-pessoais-o-calcanhar-de-aquiles-dos-brasileiros.html>>. Acesso em: 19 out. 2016.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NA GESTÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM PEQUENAS EMPRESAS NO BAIRRO DA CIDADE ALTA-NATAL/RN

AUTOR:

Maria Pascoa do Vale

INTRODUÇÃO: A mobilização da sociedade para causas ambientais indica que esta não é uma missão muito fácil na gestão de pequenas e médias empresas. Cultivar pequenas ações como separar o lixo, diminuir o desperdício de papel no escritório, evitar o desperdício de grampo ou de clipe, apagar a luz ao sair de uma sala, ou ainda fechar a torneira completamente ao ir no banheiro, são comportamentos que, necessariamente, carecem de ações mais sistemáticas nas empresas. Instituída pela Lei 9.795 de 1999 a educação ambiental é tratada como componente essencial e permanente da educação nacional. Este ramo da educação procura despertar nas pessoas a consciência que o ser humano é parte do meio ambiente. Trata-se de um processo participativo e constante para vincular um pensamento crítico sobre a problemática ambiental, englobando a sociedade através da sensibilização para problemas ambientais. O Art. 1º da Lei 9.795, apresenta a educação ambiental como um “processo em que busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais”. Desta forma, conciliar educação ambiental com ações voltadas para a gestão empresarial é algo que nos dias atuais demonstra um grau de maturidade não só por parte da empresa que pode ter isso como um diferencial competitivo, bem como por parte dos próprios empregados que poderão obter, através dessas ações, um grau de maturidade e de entendimento sobre a temática fomentando o bem comum e a qualidade de vida. O presente estudo tem como principal objetivo investigar o uso de práticas ambientais pelas pequenas empresas e seus empregados do centro de Natal/RN, visando atender os seguintes questionamentos: 1). Quais as práticas ambientais desenvolvidas pelas empresas? 2). Quais as práticas desenvolvidas pelos funcionários de maneira inconsciente e ou espontânea? 3). Quais as práticas ambientais desenvolvidas pela empresa que a diferencia das demais em seu ramo de atividade? A educação ambiental é o campo da educação que trabalha a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente. Fazendo assim, com que ações possam surgir de maneira espontânea, dentro de princípios éticos, onde as empresas e seus funcionários devem se comportar de maneira socialmente responsável, por ser a ação moralmente correta, mesmo que inicialmente envolva despesas improdutivas para a empresa (ASHLEY, et al., 2002). De acordo com as concepções de Oliveira (1998), deve ser encarada como um processo voltado a apreciação da questão ambiental na perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural e ecológica. E que é vista como um agente de transformação pois exige uma profunda mudança de valores, e, principalmente, de atitudes, “uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o universo meramente conservacionista.” (BRÜGGER, 1999, p. 34).

METODOLOGIA: O estudo empírico foi executado no bairro Cidade Alta, em Natal, no Rio Grande do Norte. A população estudada é composta de donos e/ou gerentes e de funcionários de pequenas empresas do comércio dos diversos ramos de atividades: lojas de confecções, de sapatos, de aviamentos, de acessórios em geral e de utensílios para o lar. Três categorias de tamanho foram definidas: micro, pequeno e médio porte, segundo critério de classificação por tamanho com base no IBGE/SEBRAE (2001). Dentro dos estratos, a amostra foi escolhida de forma aleatória onde foram aplicados questionários compostos de questões abertas. A análise dos dados tomou como base a Análise de Conteúdo de Bardin

(1977), a partir das discussões propostas no referencial teórico do estudo. Nesse sentido, a pesquisa teve caráter qualitativo, pois não pretendeu numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (OLIVEIRA, 1997), mas sim, a realização de entrevistas com os gestores e empregados de algumas empresas do comércio do centro da cidade de Natal/RN de diferentes categorias e tamanhos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Das doze práticas ambientais identificadas na pesquisa, apenas seis mostraram ser razoavelmente ou mais utilizadas pelos gestores das empresas pesquisadas. Destas, três estão vinculadas ao uso de energia elétrica, sugerindo a influência do Programa Nacional de Conservação de Energia. As outras três estão mais diretamente relacionadas ao uso consciente da água, a reciclagem de lixo e a reutilização de artefatos de trabalho, como por exemplo, papel, embalagens, tubos de armazenagem de produtos em estoque, etc. Com relação as práticas desenvolvidas pelos funcionários, foram identificadas apenas duas, unânimes entre os entrevistados, as que estão relacionadas à reciclagem de lixo e ao uso da energia. Outra questão que apareceu, mas com uma relevância pouco menor das anteriores, é com relação ao uso racional da água em que alguns salientaram a necessidade em economizar, mas que dão mais importância em seu ambiente familiar do que no da empresa. Segundo as análises com os conteúdos oriundos das respostas de ambos os lados, ou seja, tanto da empresa quanto do empregado, há uma percepção nítida que a educação ambiental é um tema que ainda é carente de ações efetivas. Das mais utilizadas, estão as relacionadas à redução do consumo de energia elétrica, com forte apelo para a economia de gastos. Já com relação ao consumo racional da água, provavelmente esteja relacionada as ações tão fortemente divulgadas pela mídia devido à escassez em grandes centros do país nos últimos anos. A principal diferença que se nota entre ambos é que o empresário realiza ações que estão mais fortemente relacionadas a diminuição de custos do negócio, já o empregado as utiliza com sentimento mais voltado para o lado pessoal através de ações isoladas do contexto da empresa. **CONCLUSÃO:** O que não aparece em nenhum momento nos discursos, tanto de um lado quanto do outro, é com relação as ações efetivas voltadas para o meio ambiente e/ou relacionadas ao social. Porém, pode-se notar que em alguns casos, as ações que são realizadas em comum por ambas as partes são aquelas de exigências da empresa para cumprir formalidades legais e que não traz nenhum destaque em relação as demais empresas do mesmo ramo de atividade. Desta forma, conclui-se com este trabalho que há uma necessidade sim em se investir mais na educação ambiental, através de programas de conscientização e de esclarecimentos que preservar é pensar tanto no ambiente quanto na sociedade e não somente na redução de gastos pelo empresário.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão. Conscientização.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. M. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Política Nacional da Educação. Brasília, 28 de abril e 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília: DOU, 1999.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?**. 2. ed. São Paulo: Letras contemporâneas, 1999.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. Instituto Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis, 1998.

OLIVEIRA, Silvo Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. Revisão de Maria Aparecida Bessana. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

SEBRAE. **Dados estatísticos**. Disponível na Internet via [www.url](http://www.sebrae.com.br):

<http://www.sebrae.com.br/novo_site/portugues/novo_site_sebrae/estudos_pesquisas/pdfs/ep_de.pdf>. Acesso em: 4 maio 2015.

ORÇAMENTO DOMÉSTICO: ETAPAS PARA ELABORAÇÃO

AUTORES:

Alfredo Neves de Oliveira
Edinaldo Oliveira De Farias
Fellipe Aguiar de Oliveira
Júlio César Soares Gomes
Osman Medeiros dos Santos

INTRODUÇÃO: Em tempos de instabilidade econômica, deve-se repensar os hábitos de consumo e equilibrar receita e despesa. Conforme a Pesquisa de Orçamento Financeiro (POF) divulgada e realizada pelo IBGE (2010) em 2008/2009, 75,2% das famílias brasileiras declararam “algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento que recebiam” e mesmo apresentando uma redução de 9,8% em comparação com a pesquisa anterior, nos anos de 2002/2003 é um valor considerável. Palavras como “orçamento pessoal”, “planejamento financeiro” estão bem mais ativas nos dias de hoje do que antigamente. Com o crescimento da internet e da tecnologia, praticamente todos já ouviram falar deste termo, porém apesar de ser comentado e estudado por muitas pessoas, ainda é subestimado ou esquecido pela maioria da população. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar as etapas necessárias para elaboração de um orçamento doméstico.

METODOLOGIA: Os tipos de pesquisa são classificados, segundo Vergara (2004) quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins esta pesquisa se classificou como descritiva e explicativa. E quanto aos meios foi taxada como bibliográfica e documental. Universo de pesquisa ou população, segundo Stevenson (1981), consiste no todo pesquisado, do qual se extrai uma parcela que será examinada e que recebe o nome de amostra. No caso deste trabalho, o universo é a área temática de Finanças Pessoais e a amostra é a área temática de Orçamento Doméstico. A técnica para a coleta de dados fez-se com base em pesquisas em livros, artigos e site da internet; enquanto que a análise dos dados fez-se com uma abordagem qualitativa na qual utilizou-se de análises de estudos, livros e artigos sobre finanças pessoais e orçamento familiar que possibilitaram a execução deste trabalho. **FUNDAMENTAÇÃO**

TEÓRICA: Orçamento doméstico pode ser entendido como um controle de gastos e ganhos que uma família apresenta durante um mês. Conforme relata Halles, Sokolowski & Hilgemberg (2007) o orçamento doméstico pode também ser definido como uma planilha, na qual são anotados todos os gastos e despesas familiares, mesmo as variáveis e os considerados irrisórios, e tem por objetivo proporcionar um panorama geral da vida econômica e dos hábitos familiares. Ainda se pode definir orçamento doméstico como a utilização que uma família faz do dinheiro mensal, conforme confirma Teixeira (2005, p.15) orçamento doméstico é o planejamento do uso do dinheiro durante determinado período, a fim de se evitar gastos desnecessários e/ou o endividamento. Cuidar do orçamento familiar pode ser o primeiro passo para se conseguir poupar e obter alguma coisa desejada. É um meio de cortar os gastos supérfluos ou verificar se os gastos estão ocorrendo de forma normal. De acordo com Nakata (2011) o Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar tem como objetivo auxiliar a criar uma estratégia precisa para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família ajudando-as a arquitetar um Projeto de Vida para a conquista de etapas importantes da vida como acumular recursos para a faculdade dos filhos, para a compra de imóveis, para a tão sonhada aposentadoria, para iniciar um negócio próprio ou proteger sua família contra eventualidades. Segundo Teixeira (2005) pode servir como uma ferramenta para atingir o planejamento financeiro e “deve ser o retrato das Receitas e Despesas de todos os membros envolvidos na vida cotidiana do lar” (EWALD, 2003, p. 9).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A dica é reunir os documentos tais como salário, aluguel, pensão ou pró-labore. Depois, pegar o extrato bancário de todas as contas que possuir, bem como documentos de despesas ou notas fiscais. “É importante criar o hábito de anotar tudo o que se gasta, especialmente quem não tem disciplina”. Fazer um diagnóstico financeiro onde todos os gastos devem ser anotados minuciosamente para que a família possa saber quanto entra de renda e para onde está indo dinheiro. Domingos (2015), sugere que durante um mês toda e qualquer despesa deva ser anotada minuciosamente para fazer esse diagnóstico real. Deve-se separar em duas categorias: os gastos fixos e variáveis - ao anotar as despesas do mês. Algumas pessoas transformam despesas extras em fixas, como a compra de roupas, sapatos e estética. Com o orçamento no papel, dá para identificar esse comportamento. Após ser anotado no mês o quanto se ganha (receita) e o quanto se gasta (despesa fixa e variável), deve-se calcular separadamente a renda das despesas. Feito isto, deve-se subtrair os gastos do total da receita, desta forma, saberá se o saldo do orçamento doméstico é positivo ou negativo no mês correspondente. Se o cálculo é feito com o resto da família, inclua os ganhos e gastos de todos os integrantes. Após a análise do orçamento doméstico quase sempre a família percebe que é possível reduzir de 20% a 30% dos gastos. Trocar de plano de celular ou de pacote de TV a cabo são alguns dos exemplos. Com o tempo a pessoa percebe que são pequenos hábitos que podem estar obstruindo a busca por dinheiro. Fazer um projeto de vida de curto, médio e longo prazos, trocar de carro, fazer uma viagem, comprar a casa própria, planejar a aposentadoria. Faça as contas de quanto vai custar cada um desses projetos e quanto tempo irá demorar para realizar cada um deles. Assim que realizar um destes sonhos, deve-se substituí-lo por outro objetivo. É muito importante, não use todo o dinheiro poupado para satisfazer desejos imediatos, que impedem a realização dos objetivos maiores. A decisão de onde aplicar o dinheiro vai depender do prazo de cada objetivo: Objetivos de curto prazo (até 1 ano): dinheiro deve ficar numa aplicação fácil de retirar, tal como o título do Tesouro Direto indexado à Selic; Objetivos de médio prazo (1 a 10 anos): dinheiro pode ser aplicado também no Tesouro Direto, CDBs, fundos de investimento; Objetivos de longo prazo (acima de 10 anos): valores podem ser aplicados em títulos indexados à inflação do Tesouro Direto e previdência privada. Para poupar, precisa ter o mínimo de Educação Financeira, que Segundo a OCDE (2005) é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar”. **CONCLUSÃO:** Este trabalho evidenciou as etapas necessárias à elaboração de um orçamento doméstico, o qual jamais deve ser feito apenas como forma de controle e nem apenas para os dados financeiros serem alimentados sem haver um estudo posterior. Após a alimentação dos dados, deve haver a análise para saber em qual tipo de situação financeira a pessoa ou família se encontra. Se é uma situação boa (recebendo mais do que gastando no mês), média (o valor é igual para entradas e saídas), ou ruim (mais saídas do que entradas). A educação financeira impacta diretamente no modo de vida e hábito de consumo das famílias. Outro aspecto importante de orçamento financeiro familiar é que todo planejamento precisa ser flexível e ter um fundo de reservas para emergências. Entretanto, é relevante ter uma sinergia entre todos os membros da família e que cada um tenha conhecimento de seu papel dentro do planejamento financeiro familiar. E além de entender o funcionamento do processo complexo que é o orçamento familiar que passa pelas seguintes fases: relacionar, planejar, definir metas, etc.; é necessário colocar em prática o que foi definido anteriormente, ou seja, fazer uma gestão adequada para que se consiga administrar o dinheiro e não gerir dívidas. Diante do que foi pesquisado neste trabalho, pode-

se concluir a Importância da elaboração do orçamento doméstico nos dias atuais, pois influencia diretamente o modo de vida das pessoas, contribuindo assim de forma positiva.

Palavras-chave: Hábito. Educação Financeira. Despesas.

REFERÊNCIAS

EWALD, Luís Carlos. **Sobrou dinheiro**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 14 out. 2016.

NAKATA, Rogério. **Serviços de planejamento financeiro: qual a importância de ter seu próprio planejamento financeiro pessoal ou familiar?**. Disponível em: <http://www.economiacomportamental.com.br/planejamento_financeiro_pessoal_ou_familiar.asp>. Acesso em: 15 out. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC AND CO-OPERATION DEVELOPMENT - OCDE/OECD. Improving Financial Literacy. **Analysis of Issues and Policies**. Paris, 2005.

TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. **Algumas considerações sobre a administração financeira na família**. Disponível em: <https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=16&acao=e_xibir>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **A Administração de recursos na família: quem? como? por que? para que?**. Viçosa: UFV, 2005. p 15.

DESENVOLVIMENTO PRÁTICO DAS ATIVIDADES DE RECURSOS HUMANOS NA CONSTEL

AUTORES:

Alynne Rayane Silva de Souza
Diego Matheus Alves Mesquita
Francisco Ribeiro de Lima Junior
Ieda Isabella
Saionara Camara de Medeiros
Thalita Cecilia Vital de Queiroz

INTRODUÇÃO: Segundo Chiavenato (2010), o treinamento é uma fonte de lucratividade ao permitir que as pessoas contribuam efetivamente para os resultados dos negócios, sendo uma maneira eficaz de agregar valor às pessoas, à organização e aos clientes, além de enriquecer o patrimônio humano das organizações e ser o responsável pelo capital intelectual. O presente trabalho remete ao desenvolvimento da prática de Rh nas empresas. A princípio fazer um LNT (Levantamento das Necessidades de Treinamentos), a partir dos elementos comportamentais, técnicos, pessoais e interpessoais, realizar uma análise das experiências e dificuldades vividas pelas organizações, tais como: competências, habilidades e motivação necessária aos indivíduos, e por fim, realizar um treinamento promovendo a capacitação e conscientização do pessoal quanto à importância do seu papel no âmbito organizacional da construtora Constel onde o trabalho será desenvolvido. Diante disso, o objetivo do trabalho foi estudar o desempenho dos funcionários, analisando o clima organizacional para desenvolver um treinamento. A **METODOLOGIA:** foi composta por pesquisa além de descritiva, também exploratória que segundo Gil (2008) proporciona maior familiaridade com o problema, com finalidade de observar e questionar os cooperadores da Constel a fim de identificar variáveis que influenciam o desempenho organizacional. Segundo Lakatos e Marconi (2010), o universo é o conjunto de seres com pelo menos uma característica em comum. Como a obra da pesquisa desenvolvida está em fase inicial e seu quadro de operários ainda está em pequena quantidade, à entrevista com o questionário foi aplicado a todos eles, ou seja, aos 25 funcionários. Foi desenvolvida também uma entrevista com os gestores. Os instrumentos utilizados foram roteiro de observação, entrevista e questionário com amostra intencional não probabilística. Foi usado como **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** principal, Chiavenato (2010) quando diz que o treinamento é uma fonte de lucratividade e agregação de valor a empresa, aos colaboradores e aos clientes. Treinamento é o aperfeiçoamento de desempenho, prepara o colaborador para as inovações tecnológicas e as constantes mudanças no mercado, o treinamento deve ser aplicado sempre que tem uma necessidade de melhoria do colaborador. As empresas têm que investir o máximo que pode em treinamento e desenvolvimentos para o funcionário, porque ele é a peça chave da empresa, o funcionário é o maior patrimônio da organização, e esse patrimônio tem que está se atualizando com todas as mudanças, seja ela organizacional ou mudança tecnológica, para que os objetivos e metas da empresa sejam obtidos com mais qualidade, e isso faz com que os seus produtos ou prestações de serviços agrega um maior valor, e com isso a organização tem uma maior satisfação dos seus clientes e colaboradores. De acordo com Dutra (2009), o desenvolvimento da organização está diretamente relacionado a sua capacidade de desenvolver pessoas e ser desenvolvida por pessoas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A capacidade de transformar as ideias em um plano de ação sólido e eficaz na organização é o fator principal do sucesso empresarial, e é perceptível diante do estudo realizado na Constel como o plano de ação é eficaz e realmente ativo na empresa. Diante da análise sobre as práticas de RH na organização, foi possível perceber que os benefícios e incentivos trabalhados pelo setor de recursos humanos realmente tem motivado seus funcionários e gerado satisfação, porém há

insatisfação por parte de alguns no quesito comunicação e interação entre os operários, fator esse que interfere também na motivação do indivíduo no seu ambiente de trabalho. **CONCLUSÃO:** levando em consideração os resultados obtidos e expostos no tópico anterior de resultado e discussões, conclui-se que a Constel tem um clima organizacional saudável, e que o setor de RH tem suprido e alcançado da melhor forma possível a motivação dos operários, porém é preciso sanar pequenos pontos como os conflitos isolados, que no final interferem na motivação e é algo que o RH não pode interferir diretamente, sendo assim será aplicado o treinamento com o tema: trabalho em equipe, induzindo os indivíduos a entender a diferença de grupo e equipe e a importância de trabalhar em equipe.

Palavras-chave: Práticas de Recursos Humanos. Clima organizacional. Treinamento.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos:** o capital humano das organizações. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

_____. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos nas organizações. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevir, 2010.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas:** modelo, processos, tendências e perspectiva. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANÁLISE DO ALINHAMENTO NO PROCESSO DE ATRAÇÃO E SELEÇÃO DE PESSOAS

AUTORES:

Alice Dantas de Medeiros
Eric Martins da Costa Lima
Karina Santos da Silva
Maressa Emile Victor da Silva

INTRODUÇÃO: O trabalho executado tem como objetivo, analisar o alinhamento do processo atração e seleção de pessoas em uma empresa do setor de comunicação. Para isso, será exposto os processos na área de recursos humanos de recrutamento, seleção e descrição de cargos, com base em conceitos de autores e levando em consideração as limitações da organização, bem como suas competências. A empresa tema deste trabalho foi a DMV Diniz – ME, popularmente conhecida pelo seu nome fantasia Tech Net, é uma empresa franqueada do grupo NET e seu ramo de atuação é de telecomunicação, que tem como base de serviço a venda de pacotes e instalação de TV, Internet e telefonia móvel. Atualmente, ela conta com um quadro de 91 colaboradores incluindo sua diretoria. Na **METODOLOGIA:** Este artigo foi direcionado ao estudo da empresa TECH NET, com ênfase em analisar o alinhamento estratégico do processo de seleção. Esta pesquisa classifica-se como descritiva, que segundo Vergara (2004 p. 47) expõe características de determinada população ou fenômeno como também pode estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza e estudo de caso pois é “circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas como pessoa, produto, empresa, família [...]”. (VERGARA, 2004, p.49) A técnica de coleta de dados deu-se através da entrevista com o gerente administrativo, o que possibilitou analisar o processo de seleção. Aplicou-se questionário com perguntas abertas aos ocupantes dos cargos de Telemarketing, Back Office e Supervisora de Vendas. A análise de dados foi de natureza qualitativa através da análise de conteúdo que, de acordo com Moraes (1999), ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. A **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** tem como proposta abordar os conceitos de Descrição de Cargos, Recrutamento e Seleção de Pessoas, visto o objetivo desse trabalho estar delineado no subsistema de recursos humanos, de atração e seleção de pessoas. Segundo Gil (2001, p. 175), descrição de cargos “é a exposição ordenada das tarefas ou atribuições de um cargo. Ela procura descrever o que o ocupante do cargo faz como faz e por que faz”. Sendo está uma ferramenta que deve constar no processo inicial de atração de pessoas, em uma organização. O recrutamento é feito a partir das necessidades presentes e futuras de recursos humanos das organizações. Consiste na pesquisa e intervenção sobre as fontes capazes de fornecer á organização um número suficiente de pessoas necessárias á consecução dos seus objetivos imediatos de atrair candidatos, dentre os quais serão selecionados os futuros participantes da organização (CHIAVENATO, 2006, p. 166). Segundo Chiavenato (2006, p. 129) “seleção constitui a escolha do homem certo para o lugar certo”. Sendo assim, quando o profissional responsável pela seleção não possui conhecimentos técnicos acerca desse processo, tende a contratar pessoas com base em sua experiência pessoal ou na própria imagem, gerando dessa forma um procedimento equivocado optando por pessoas que não são capazes de desempenhar de maneira correta as tarefas que lhe são confiadas. Um processo de seleção mal conduzido resulta, portanto, em profissionais insatisfeitos em seus cargos, desperdício de dinheiro para a organização, problemas na produção e no atendimento, hostilidade por parte de clientes e fornecedores, e conseqüentemente, o aumento inaceitável de rotatividade de pessoas (GIL, 2009). Na seção **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram

analisadas as atribuições e processo de recrutamento e seleção dos cargos de Supervisora de Vendas, Backoffice e Telemarketing. A principal função do cargo de supervisora de vendas é supervisionar a equipe de vendas, mas vai muito, além disso, o supervisor também acompanha os pedidos dos clientes e identifica suas necessidades, para que assim possa determinar a melhor forma de atendimento. Também é de sua responsabilidade atingir a meta mensal estipulada pela organização, motivar e avaliar os vendedores, para que assim todos possam alcançar os melhores resultados. Para a contratação é utilizado o tipo de recrutamento misto, pois a empresa acredita nas duas possibilidades. Primeiro é realizado uma seleção interna onde os candidatos realizam dinâmicas em grupo e uma prova para testar seus conhecimentos e habilidades, se por ventura nenhum dos candidatos passar nos testes é realizado um recrutamento externo, onde provas similares serão aplicadas. “O *BackOffice* é um profissional da área administrativa que trabalha internamente e em forma de *staff*, ou seja, por norma o indivíduo que atua neste cargo não lida diretamente com clientes”. (SANTOS, 2015, p.45). Entre as principais funções do *Backoffice* na empresa estão a análise de processos internos pendentes, o desenvolvimento de relatórios gerenciais e operacionais, o tratamento de reclamações e/ou solicitações de clientes que se encontram ainda em aberto, a prestação de suporte aos funcionários que atuam em *front office* e o tratamento de *e-mails*. Sua contratação na empresa é utilizada ferramenta de recrutamento misto. Primeiramente acontece a realização de uma seleção interna, onde o gestor possui dados de seus colaboradores que podem vim a se encaixar no cargo, se por acaso nenhum dos colaboradores mostrarem uma sinergia com o cargo vago, será realizado um recrutamento externo, onde provas serão aplicadas para ver o nível de habilidade dos candidatos externos. *O telemarketing* compreende a aplicação integrada e sistemática de tecnologias de telecomunicações e processamento de dados, com sistemas administrativos, com o propósito de otimizar o *mix* das comunicações de *marketing* usado por uma empresa para atingir seus clientes. (MANCINI, 2006, p.102). Ou seja, o *telemarketing* desenvolve a interação personalizada com clientes enquanto, simultaneamente, tenta fazer face às necessidades dos clientes e melhorar a eficiência de custos. Consiste também em atingir metas individuais, metas por equipes, e metas corporativas, estabelecidas pelo gestor da área, o gerente comercial. Contudo requer um perfil flexível, interativos, dinâmico, ágil etc., pois é um segmento que está em constante movimentação, seja no produto oferecido, nos valores, na meta ou na abordagem. A vaga de telemarketing é ofertada para os demais funcionários, e também para o público externo, utilizando-se do recrutamento misto, aquele que tiver interesse e já fizer parte do quadro de funcionários, a empresa disponibiliza o período de 30 dias para adaptação e teste, assim como se o candidato vier de forma externa à empresa. Na **CONCLUSÃO**: De acordo com o que foi visto na DMV Diniz com relação ao recrutamento e à seleção, a empresa adota métodos que em sua maioria são eficazes nas decisões gerenciais, que na prática acarreta uma baixa rotatividade dos colaboradores. Quanto a descrição dos cargos, a empresa apresenta algumas limitações, como desvio de função de alguns funcionários como, por exemplo, a supervisora de vendas. A pessoa que exerce esse cargo, também controla o setor contábil. No mais a empresa vem adentrando o mercado com excelentes expectativas de crescimento e vem sendo cada vez mais requisitada pela empresa para qual presta serviço, a NET.

Palavras-chave: Descrição de Cargos. Recrutamento. Seleção de Pessoas.

REFERÊNCIAS

CATHO. **Cargo de supervisor de vendas**. 2015. Disponível em:

<<http://www.catho.com.br/profissoes/supervisor-de-vendas/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho humano nas empresas**. São Paulo: Manole, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 1999.

MANCINI, Lucas. **Call center: estratégia para vencer**. São Paulo, 2006.

PORTAL, Colunista. **Conceito de telemarketing**. 2013. Disponível em:
<<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/33205/conceito-de-telemarketing>>.
Acesso em: 23 maio 2016.

SANTOS, Franklin. **Departamento pessoal**. São Paulo: Livro Digital, 2015.

PROCESSO SELETIVO

AUTORES:

Alice Dantas de Medeiros
Fernanda Viana da Silva
Pricila Da Silva Arruda
Sanderson Marcelo Moura Dantas

INTRODUÇÃO: O presente artigo tem por objetivo analisar o alinhamento do processo de seleção de uma empresa do setor de transportes, cuja missão consta em oferecer meios de transporte a população, bem como comercialização de vales transportes eletrônicos. Para tanto, buscou-se averiguar a descrição de cargos, suas estratégias e técnicas de recrutamento e as técnicas de seleção utilizadas. Na **METODOLOGIA:** foi realizado um levantamento teórico metodológico dos tipos de estudo descritivo, que Andrade (2001, p. 124) descreve como “as características de determinada população ou fenômeno. Sua principal característica está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais: questionário e observação sistêmica”. Outro método utilizado é o estudo de caso, que Martins e Theóphilo (2007, p. 61) definem como sendo “uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real, onde o pesquisador não tem controle sobre os eventos variáveis”. Além do mais, é realizada uma pesquisa qualitativa, que Martins e Theóphilo (2007, p. 61) “ênfatizam como sendo descrições, compreensões e análises de informações, fatos, ocorrências que naturalmente não são expressas por números”. O universo geral a qual se realizou a pesquisa foi na empresa SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE NATAL - SETURN, onde realizou-se entrevistas com os ocupantes dos cargos de Operador de Caixa, Porteiro e Copeira. A **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O processo seletivo engloba algumas etapas, dentre elas a descrição de cargos, o recrutamento e seleção de pessoas. Segundo Chiavenato (2005, p. 190), “a descrição de cargos envolve a especificação do conteúdo de cada cargo, dos métodos de trabalho e das relações com os demais cargos, ou seja, tem por objetivo principal descrever minuciosamente as tarefas exercidas inerentes aos cargos”. O recrutamento mediante Toledo e Milone (2004, p. 85), “é a etapa inicial do processo de busca e atração de mão de obra para a organização, procurando prover o processo adequado de candidatos para as posições em aberto, é através do processo de recrutamento que as empresas atraíam possíveis candidatos à vaga ofertada”. Já a seleção de pessoas de acordo com Werther e Davis (2004, p. 129) “diz respeito a uma série de passos específicos, para decidir que recrutados devem ser contratados”. É com base nisso que serão selecionados os candidatos mais hábeis ao cargo. Na seção **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Na pesquisa realizada com a descrição de cargos, foram verificadas as responsabilidades e competências exigidas para cada cargo, analisando as qualificações que permitissem que os participantes tivessem uma performance superior em trabalho. Para o cargo de operador de caixa, é exigido desenvolver habilidades como trabalho em equipe, autocontrole; exercerá responsabilidades como a venda de vales transportes, abertura e fechamento de caixa. No cargo de copeira é exigido o desenvolvimento de trabalhos em equipe e proatividade; dentre suas principais responsabilidades incidiram em manter a organização do refeitório, servir funcionários e visitantes. Para o cargo de porteiro é exigido habilidades de vigilância constante, comunicação, autocontrole, onde desenvolvera atividades como organização de filas, orientação aos clientes. Importante destacar que para os cargos citados é realizado um recrutamento externo, que consiste na busca de candidatos no ambiente externo a organização. Na empresa em estudo, a atração destes candidatos é realizada através de indicações dos atuais funcionários e também por meio da análise de

currículos entregues na empresa, visto que, a situação do mercado se encontra em oferta. Na **CONCLUSÃO:** Mediante os aspectos mencionados, averiguou-se que a empresa pesquisada segue todos os passos coerentes a um processo seletivo, que consiste na triagem dos currículos, onde o selecionador observará os candidatos que mais se adequam a vaga em aberto; ocorrendo a avaliação dos candidatos selecionados realizada através de testes de conhecimentos, habilidades ou psicológicos; tendo como próxima etapa a entrevista de seleção que consiste em um diálogo entre o selecionador e o candidato à vaga, que lhe dará o feedback do seu processo seletivo, e por fim, aquele que tem todas as competências e habilidades para preencher a vaga será contratado. Sendo assim, a organização apresenta resultados favoráveis em todos os mecanismos utilizados.

Palavras-chave: Descrição de Cargos. Recrutamento. Seleção de Pessoas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARTHINS, G. D; ATHEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 4. ed. São Paulo: Ltr, 2004.

DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL TRANSDISCIPLINAR

AUTORES:

Alan Alves da Silva

Alice Dantas de Medeiros

Karina Santos da Silva

Joycenildys Pinheiro da Silva

Maressa Emile Victor da Silva

INTRODUÇÃO: O objetivo geral desse trabalho é analisar as práticas organizacionais no que diz respeito às estratégias e à estrutura da empresa OBELISKO RESTAURANTE E LANCHENTE LTDA. Serão consideradas para análise as práticas nas áreas de Marketing, Recursos Humanos e Contabilidade da empresa em estudo. No setor de alimentação, inovar nos serviços em período de crise é um dos maiores desafios dos gestores para sobreviver no mercado. A área de recursos humanos objetiva o alcance dos objetivos organizacionais, através da manutenção de funcionários satisfeitos e motivados. A gestão contábil, por sua vez, tem como objetivo a necessidade de manter as informações do balanço empresarial atualizados, ou seja, as despesas, custos, receitas, lucros, são detalhados através de relatórios ou demonstrativos para facilitar análises sobre a situação econômica da empresa. Para uma organização de grande, médio ou pequeno porte, assim como o restaurante Obelisko Petiscos e Refeições tenha desenvolvimento no mercado e obtenha vantagens competitivas é preciso que ela consiga manter a funcionalidade eficiente e eficaz dos setores de Recursos Humanos, Marketing e Contábil. **METODOLOGIA:** Este artigo foi direcionado ao estudo da empresa OBELISKO PETISCOS E REFEIÇÕES, com ênfase em possibilitar a comparação com os estudos e teorias aprendidos durante o curso de administração com a prática, como ocorrem, de que forma a organização se pressupõe a utilizar ferramentas estratégicas junto à teoria para driblar os desafios empresariais. Segundo Gil (1999, p.26) o método é o caminho para se chegar a determinado fim, é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. A pesquisa classifica-se como descritiva, que segundo Vergara (2004, p. 47) expõe características de determinada população ou fenômeno como também pode estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza e estudo de caso pois é “circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas como pessoa, produto, empresa, família [...]”. (VERGARA, 2004, p.49) O meio utilizado foi à pesquisa bibliográfica em livros e sites da internet. A técnica de coleta de dados deu-se através da observação direta e da entrevista com os 1 gestor, o que possibilitou analisar o comportamento dos funcionários e dos clientes. A análise de dados foi de natureza qualitativa através da análise de conteúdo que, de acordo com Moraes (1999), ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Alguns elementos tornam-se necessários ao se realizar o diagnóstico numa perspectiva transdisciplinar de uma empresa. Especificamente para atender aos objetivos desse trabalho, pode se considerar elementos como, centralização de poder, processo de recrutamento e seleção de pessoas e compreensão do conceito de serviços. Segundo Oliveira (2010, p. 196) “Centralização é a maior concentração do poder decisório na alta administração de uma empresa”. Esse tipo de gestão ocasiona vantagens e desvantagens para as organizações. Uma das desvantagens é monopolizar as decisões da empresa gerando demora nas expectativas dos clientes quanto aos serviços ofertados. Segundo Chiavenato (2006) “seleção constitui a escolha do homem certo para o lugar certo”. Sendo assim, quando o profissional responsável pela seleção não possui conhecimentos técnicos acerca desse processo, tende a contratar pessoas com base em sua experiência pessoal ou na própria

imagem, gerando dessa forma um procedimento equivocado optando por pessoas que não são capazes de desempenhar de maneira correta as tarefas que lhe são confiadas. Um processo de seleção mal conduzido resulta, portanto, em profissionais insatisfeitos em seus cargos, desperdício de dinheiro para a organização, problemas na produção e no atendimento, hostilidade por parte de clientes e fornecedores, e conseqüentemente, o aumento inaceitável de rotatividade de pessoas (GIL, 2009). Kotler (2000, p. 418) afirma que “serviço são produtos intangíveis, inseparáveis, variáveis e perecíveis”. Em uma empresa do setor de serviços o atendimento e ambiente colaboram para a intangibilidade; inseparáveis, porque uns dependem dos outros para passar o produto ao cliente, a qual esse produto é serviço prestado ao consumidor e suporte para o cliente possa usufruir melhor do serviço, tendo como suporte a tangibilidade. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A empresa em estudo possui um alto índice de rotatividade no seu principal cargo operacional, garçons. Essa rotatividade acontece porque a empresa está localizada em um shopping e tem como consequência acompanhar a baixa e alta temporada de visitação. Dessa forma a melhor solução encontrada foi a de contratar os serviços de freelances, quando necessário. Os gestores utilizam-se apenas de uma das técnicas de recrutamento externo, que é o recrutamento por meio de funcionários, ou seja, o processo é realizado por meio de indicação. Após o processo de recrutamento é iniciado a seleção com apenas um teste de habilidades. Com respeito ao marketing e serviço no restaurante, as quais são áreas inseparáveis, resultante de um depender do outro para oferecer melhor aos seus clientes, analisou-se o atendimento, o qual foi percebido uma satisfação geral por parte dos clientes. No entanto verificou-se que elementos como vestimenta dos garçons e tempo de espera do pedido são elementos que geram insatisfação aos clientes. O atendimento do caixa da empresa merece destaque como fator de elevada satisfação por parte dos clientes. O *mix* dos produtos oferecidos gera satisfação aos clientes visto que o cardápio é bem diversificado); O preço é um outro elemento que é bem avaliado pelos clientes, sendo considerado como justo pela qualidade do produto oferecido. O slogan do restaurante é considerado insatisfatório por parte dos clientes por não passar por atualização. Um dos objetivos do Restaurante Obelisko é oferecer os melhores cardápios e instalações físicas aos seus consumidores. Quanto a forma de gestão foi percebido que os gestores estão sempre tomando decisões em relação à administração financeira de suas organizações, e um dos instrumentos fundamentais no auxílio para fazer a escolha certa é a Contabilidade. Seu principal objeto de estudo é o Patrimônio da entidade, composto por um conjunto de Bens (dinheiro, móveis, equipamentos, utensílios etc.), Direitos (bens que estão nas mãos de terceiros) e Obrigações (bens que estão no poder da organização, mas pertencem a terceiros). A contabilidade na empresa ocorre de forma terceirizada apenas para cálculo de impostos e obrigatoriedade legal, os documentos não são utilizados para decisões estratégicas e administrativas. **CONCLUSÃO:** Diante da análise do restaurante Obelisko e comparações com as teorias administrativas, pode se levantar diversas fragilidades que porventura necessitam de melhorias, desde o setor de recursos humanos, quanto ao processo de recrutamento e seleção o qual necessita de gerenciamento mais eficaz na definição do perfil desejado para o cargo de garçom, como também nas etapas do processo de seleção a serem realizadas de forma condizente a identificar esses profissionais. No setor de marketing, percebeu-se que há necessidade de atualização do slogan da empresa como também necessidade de melhorias na rapidez dos pedidos realizados pelos clientes. Também, na área da contabilidade, marketing e serviços. A resolução desses possam futuramente contribuir ao crescimento financeiro e abrir espaço para inovações para fins de satisfazer o desejo dos clientes e a permanência da empresa no mercado.

Palavras-chave: Recursos Humanos. Serviços. Marketing. Contabilidade.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 26.

KOTLER. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. 1999. Disponível em:
<http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 25 out. 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinheiro Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos**. 19. ed. São Paulo:Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

NUTRIÇÃO

BULIMIA NERVOSA: UMA REVISÃO

AUTORES:

Aline Araujo de Queiroz

Ana Elizabeth Alves da Silva

Clarissa Nesi Venzon

Jozeane da Silva Bezerra

Maisa Beatriz da Silva Araujo

INTRODUÇÃO: Os transtornos alimentares são caracterizados por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial (DSM-V, 2014). Na bulimia (BN), segundo Abreu e Filho (2004), o paciente não perde muito peso, porém os métodos compensatórios são mais frequentes e ocorrem depois de algum episódio de compulsão alimentar, nesse caso o paciente come descontroladamente. Cada episódio pode chegar a uma ingestão média de 3 a 4 mil calorias, com relatos de até 20 mil calorias, sendo induzido o vômito logo em seguida. O uso de laxantes, diuréticos e a prática de exercícios físicos intensos para compensar o episódio anterior é comum nesses pacientes que também costumam ir ao banheiro regularmente logo após as refeições, sem contar com o uso que se faz de cafeína ou cocaína. O objetivo desse trabalho é avaliar o público que apresenta sinais e sintomas da bulimia e classes socioeconômicas atingidas, assim como o papel do nutricionista na evolução do paciente.

METODOLOGIA: Este trabalho utiliza-se de uma revisão bibliográfica com consulta em artigos nos bancos de dados SCIELO (Scientific Electronic Library on line), Portal de Pesquisa da BVS (Biblioteca virtual em saúde), Scientific Brazil, Bireme, e livros, com intuito de realizar um levantamento a respeito da bulimia nervosa, público, classes socioeconômicas e papel do nutricionista. Utilizando-se de artigos com as palavras chaves: bulimia nervosa, transtornos alimentares e déficit. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Antes de Cristo, a bulimia significava um quadro de fome doentia. No Século XVIII, James, um médico da época, descreve a bulimia como um episódio onde o paciente comia excessivamente e ao mesmo tempo estava preocupado com o que ele estava consumindo, apresentando vômitos após esses episódios (CORDÁS, 2004). Segundo Claudino e Borges (2002), pacientes portadores de bulimia não visam apenas saciar uma fome exagerada, mas se relacionam a uma série de estados emocionais ou situações estressantes. A BN é mais comum associado ao uso de laxantes, também em profissões onde a exigência de se ter um corpo magro é maior, o risco de desenvolver transtornos alimentares aumenta como no caso de atletas, modelos e bailarinas. O uso de medicamentos tem uma frequência de 30% a 37% em pacientes bulímicas (PINZON; NOGUEIRA, 2004). Indivíduos com bulimia nervosa realizam exercícios físicos com sessões de treinamentos de longas horas de duração e são executados de forma exagerada com o objetivo de perda de peso. O exercício é utilizado como uma opção contra o próprio corpo e como consequência disso vem as lesões (WEIS, et al. 2013). De acordo com Prisco et al. (2013) para BN não há diferença entre os sexos, sendo que as maiores prevalências foram em indivíduos mais jovens, casados e que tinham ensino fundamental ou analfabeto, com renda inferior a um salário mínimo. Já para o consumo de bebidas alcóolicas a prevalência de BN foi 3,9 vezes maior entre aqueles que tiveram CAGE positivo, 6,19 maiores entre os indivíduos que estavam insatisfeitos com o peso ou a imagem e 4,49 maiores entre os que se achavam obesos (prevalência de 1,9%). Em estudo feito no ano de 2008, foi visto que 10% da amostra que possuíam obesidade mórbida tiveram bulimia nervosa no passado, o método utilizado foi o método de Rorschach, um teste psicológico

projetivo, onde são utilizados dez cartões de tinta, cinco em preto e branco e cinco coloridos. O teste indicou que havia a presença de aspectos negativos no funcionamento psicológico (VENZON, 2013). Segundo Mahan, Stump e Raymond (2013) na BN, o nutricionista é responsável por ajudar o paciente a desenvolver um plano aceitável para uma alimentação controlada ao mesmo tempo que se avalia a tolerância do paciente quanto a estrutura desse plano. O aconselhamento nutricional é iniciado com a meta inicial da interrupção do ciclo de compulsão alimentar e purgação, buscando a restauração do comportamento alimentar adequado e estabilização da massa corporal. Os objetivos da terapia nutricional na bulimia nervosa (BN) consistem em diminuir as compulsões, minimizar as restrições alimentares, estabelecer um padrão regular de refeições, incrementar a variedade de alimentos consumidos, corrigir deficiências nutricionais e estabelecer práticas de alimentação saudáveis (LATTERZA, 2004). Deve-se ter cuidado com tentativas de restrição alimentar com objetivo de perda de peso, pois, isso faz com que a compulsão alimentar e a purgação aumentem nesses pacientes. (MAHAN; STUMP; RAYMOND, 2013). Na bulimia nervosa a terapia nutricional ajuda o paciente a adequar os padrões nutricionais e reeducar os comportamentos alimentares, porém seu objetivo principal é eliminar o ciclo compulsão alimentar e purgação (ALVARENGA; LARINO, 2002). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que transtornos como a bulimia estão relacionados com a conduta individual das suas características físicas, abarcando ambos sexos e os vários níveis socioeconômicos, sendo necessário um acompanhamento multidisciplinar, tendo a nutricionista um papel relevante na melhora do quadro do paciente.

Palavras-chaves: Alimentação, Transtornos Alimentares, Bulimia Nervosa

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N; FILHO, R. C. Anorexia nervosa e bulimia nervosa – abordagem cognitivo-constructivista de psicoterapia. **Revista Brasileira Psiquiatria**, São Paulo, n. 31, v. 4, p. 177-183, 2004.
- ALVARENGA, M; LARINO, M. A. Terapia nutricional na anorexia e bulimia nervosa. **Revista Brasileira Psiquiatria**, São Paulo, n.24, supl. III, p. 39-43, 2002.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5:** manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992p.
- CLAUDINO, Angélica de Medeiros; BORGES, Maria Beatriz Ferrari. Critérios diagnósticos para transtornos alimentares. **Revista Brasileira Psiquiatria**, São Paulo. n. 24, supl. III, 2002.
- CORDÁS, T.A. Transtornos alimentares: classificação e diagnóstico. **Revista Brasileira Psiquiatria**, São Paulo, p. 154-157, 2004.
- LATTERZA, A.R; DUNKER, K.L.L; SCAGLIUSI, F.B; KEMEN, E. Tratamento nutricional dos transtornos alimentares. **Revista Brasileira Psiquiatria**, São Paulo, p. 173-176. 2004.
- MAHAN, L. K; STUMP, S. E; RAYMOND, J. L. **Krause alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Mundial, 2012. p. 489-498.

PINZON, Vanessa; NOGUEIRA, Fabiana Chamelet. Epidemiologia, curso e evolução dos transtornos alimentares. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 31, n.4, p. 158-160, 2004.

PRISCO, A. P; ARAÚJO, T. M; ALMEIDA, M. M. G.; SANTOS, K.O. B. Prevalência de transtornos alimentares em trabalhadores urbanos de município do Nordeste do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v.18, n.4, p.1109-1118, 2013.

VENZON, Clarissa Nesi. **Características psicológicas do paciente obeso grave e suas implicações pós-operatórias na cirurgia bariátrica**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CCHL. Natal – RN. P. 185, 2013.

WEIS, M. A; FONSECA, M. P. H. S; BÔAS, M. S. V; STEFANELLO, J. M. F; COELHO, R. W. Bulímicas: elas vão a academia de ginástica?. **Revista Brasileira Ciência e Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3. p. 627-637. jul./set. 2013.

HIPOVITAMINOSE D E OBESIDADE EM ADOLESCENTES

AUTORES:

Debora Lurdes Coutinho Toscano Azevedo

Genykléa Silva de Oliveira

Kezianne Roseno de Castro

Larissa Kelly Magalhães

Marina Clarissa Barros de Melo

INTRODUÇÃO: A hipovitaminose D se mostra cada vez mais prevalente na população, seja em razão da baixa ingestão dietética ou da exposição solar inadequada, o que vem sendo alvo de diversos estudos na área de composição corporal, dado o caráter pleiotrópico deste nutriente e sua relação com a diminuição de massa gorda nos indivíduos, o que impacta diretamente na prevenção de diversas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como a obesidade. Além disso, a deficiência de vitamina D está relacionada com aumento expressivo do número e tamanho das células adiposas, responsáveis pela síntese de leptina, molécula que age em receptores hipotalâmicos no controle do apetite e metabolismo energético (KOSZOWSKA, et al, 2014). Considerando a obesidade como um problema epidemiológico mundial e que a prevalência de hipovitaminose D entre jovens chega a atingir 30% (MAEDA, et al; 2007), é necessário elucidar a complexa sinergia existente entre a leptina, vitamina D e tecido adiposo em razão das mudanças na composição corporal de adolescentes a fim de se propor estratégias de intervenção adequadas já nos estágios iniciais da vida. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma revisão para identificar se há relação entre hipovitaminose D e obesidade no período da adolescência. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática nas principais bases de dados online (SciELO, PubMed, BVS, Scopus) totalizando 26 artigos, dos quais foram utilizados 21 para a presente revisão. As publicações foram selecionadas levando em consideração a relevância do tema, a ocorrência dos descritores no título ou resumo, no período dos últimos vinte anos, nos idiomas português e inglês, e aquelas publicações que tinham como população de estudo indivíduos pré-púberes e púberes. Foram excluídos do estudo artigos que realizaram experimentos em animais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Dado o início do desenvolvimento puberal, uma série de eventos fisiológicos são observados em função do gênero, além de aumento significativo de massa de gordura em ambos os sexos (BARBOSA, et al; 2006). O tecido adiposo é um órgão com atividade endócrina responsável pela síntese de adipocinas tais como a leptina, hormônio que dispara o processo de desenvolvimento maturacional e correlaciona-se positivamente com o percentual de gordura durante a puberdade em meninas e meninos, além de apresentar papel importante no metabolismo energético através do controle do apetite e aumento do gasto energético (Kong, et al; 2013, apud Holst, et al; 2002). Em indivíduos obesos, a concentração de 25(OH)D₃, forma ativa da vitamina D demonstra correlação inversa com parâmetros como IMC, circunferência da cintura, massa gorda ou percentual de gordura, atestando o papel deste secosteróide na função do tecido adiposo, podendo estar envolvido na síntese e modulação da leptina (KOSZOWSKA, et al; 2014). A deficiência de vitamina D tem sido apontada na etiologia de doenças crônicas não transmissíveis em diversos estudos populacionais além de estar relacionada à obesidade (Ding, et al; apud 2012; SCHWARTZ, et al; 2007), o que torna a hipovitaminose D e a hipoleptinemia importantes fatores de risco individuais para desenvolvimento de obesidade. Estudos já demonstraram que indivíduos obesas têm menor biodisponibilidade de vitamina D, o que pode ser explicado pelo sequestro da vitamina no tecido adiposo branco (Kong, et al; 2013; apud DING, et al; 2012). Em estudo duplo-cego com grupo controle placebo demonstraram que a suplementação dietética com vitamina D e cálcio por 16 semanas reduziu a gordura visceral em

adultos com sobrepeso e obesidade (DING, et al; 2012). Vários estudos atestam a relação entre maturação precoce e maior percentual de gordura corporal em meninas bem como consideram a maturação precoce fator de risco para obesidade na adolescência e vida adulta (FOSTER, et al; 1977). Em estudo conduzido por Guo et al., 2002 com crianças obesas de 8 a 13 anos, foi observado que 33% dos meninos e 50% das meninas permaneciam obesos na vida adulta. Nos adolescentes ente 13 e 18 anos, o percentual observado aumentou para 50% e 66% em meninos e meninas, respectivamente. Para o sexo masculino, observou-se que a área muscular do braço, medida que reflete a massa livre de gordura, correlacionou-se positivamente tanto com a idade cronológica quanto com os estágios de maturacionais (DERMAN, et al; 2002). Vilarrasa, et al; (2010) demonstraram em seu estudo correlação negativa entre IMC, circunferência da cintura e níveis de leptina em população saudável. Demonstraram ainda associação hipovitaminose D e altas concentrações de leptina quando comparados a indivíduos com níveis adequados e com deficiência da vitamina. Sendo assim, é notória a importância de se avaliar o estado nutricional dos indivíduos durante o processo maturacional, levando-se em consideração não apenas sua idade cronológica, mas também seu estágio de maturação sexual, tendo em vista que as mudanças na composição corporal nesse período da vida constituem-se em importantes marcadores das alterações metabólicas atreladas e que podem estar relacionadas à diversas doenças crônicas não-transmissíveis, tais como a obesidade (BARBOSA, et al; 2006). **CONCLUSÃO:** É possível inferir a partir dos estudos analisados que existe de fato uma relação importante entre hipovitaminose D e os níveis de leptina em adolescentes, com ênfase no papel regulador da vitamina sobre a síntese do hormônio e, conseqüentemente, sobre o gasto energético e obesidade.

Palavras-chave: Hipovitaminose D. Obesidade. Leptina

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Kiriaque Barra Ferreira; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; PRIORE, Silvia Eloiza. Influência dos estágios de maturação sexual no estado nutricional, antropometria e composição corporal de adolescentes. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, n. 4, p. 375-382, 2006.

DERMAN, Orhan et al. The influence of the sexual stages of adolescent boys on the circumference of the arm, muscle area and skinfold measurements. **International journal of adolescent medicine and health**, v. 14, n. 1, p. 19-26, 2002.

DING, Cherlyn; et al. Vitamin D signalling in adipose tissue. **British Journal of Nutrition**, v. 108, n. 11, p. 1915-1923, 2012.

FOSTER, Theda; A. et al. Anthropometric and maturation measurements of children, ages 5 to 14 years, in a biracial community--the Bogalusa Heart Study. **The American journal of clinical nutrition**, v. 30, n. 4, p. 582-591, 1977.

GUO, Shumei Sun; et al. Predicting overweight and obesity in adulthood from body mass index values in childhood and adolescence. **The American journal of clinical nutrition**, v. 76, n. 3, p. 653-658, 2002.

HOLST, Dorte; GRIMALDI, Paul A. New factors in the regulation of adipose differentiation and metabolism. **Current opinion in lipidology**, v. 13, n. 3, p. 241-245, 2002.

KONG, Juan; et al. 1,25-Dihydroxyvitamin D₃ upregulates leptin expression in mouse adipose tissue. **Jornal de Endocrinologia**, v. 16, n. 2, p. 265-271, nov. 2012.

KOSZOWSKA, AU; et al. Obesity, adipose tissue function and the role of vitamin D. **Central-European Journal of Immunology**, v. 39, n. 2, p. 260-264, 2014.

MAEDA, S. S; et al. The effect of sun exposure on 25-hydroxyvitamin D concentrations in young healthy subjects living in the city of São Paulo, Brazil. **Braz J Med Biol Res**, v. 40, n. 12, p. 1653-1659, 2007.

SCHWARTZ, Gary G.; SKINNER, Halcyon G. Vitamin D status and cancer: new insights. **Current Opinion in Clinical Nutrition & Metabolic Care**, v. 10, n. 1, p. 6-11, 2007.

VILARRASA, N. et al. Is plasma 25 (OH) D related to adipokines, inflammatory cytokines and insulin resistance in both healthy and morbidly obese population?. **Endocrinologia**, v. 38, p. 235-242, 2010

ANOREXIA NERVOSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

AUTORES:

Aline Araújo de Queiroz

Ana Elizabeth Alves da Silva

Clarissa Nesi Venzon

Jozeane da Silva Bezerra

Maisa Beatriz da Silva Araujo

INTRODUÇÃO: Os transtornos alimentares são caracterizados por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos e que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial (DSM-V, 2014). Um dos transtornos mais conhecidos é a anorexia nervosa (AN) que pode ser dividida em duas categorias: a restritiva e a compensatória. A restritiva é a mais comum quando o paciente restringe a ingestão de alimentos principalmente carboidratos, ou seja, o indivíduo reduz seu consumo de alimentos associado a atividades físicas frequentes o que provoca uma redução de peso muito rápido. Na compensatória, essa restrição vem associada a métodos compensatórios com episódios de compulsão alimentar e uso de laxantes, diuréticos, inibidores de apetite e outros medicamentos (GIORDANI, 2006). O objetivo desse trabalho é realizar o levantamento do público que apresenta sinais e sintomas de anorexia nervosa e classes socioeconômicas atingidas, assim como o papel do nutricionista na evolução do paciente. **METODOLOGIA:** O presente trabalho faz uma revisão bibliográfica com consulta de artigos nos bancos de dados SCIELO (Scientific Electronic Library on line), Portal de Pesquisa da BVS (Biblioteca virtual em saúde), Scientific Brazil e Bireme, nos últimos 12 anos e livros, a fim de realizar um levantamento a respeito da anorexia nervosa. Utilizou-se como estratégia para a busca dos artigos palavras chaves: anorexia nervosa, anorexia, transtornos alimentares. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Souza, et al; (2014) em pesquisa que se utilizou de questionários específicos para esses tipos de transtornos, observou que na anorexia a subescala 1 do BAQ que está relacionado com o sentimento a respeito da adiposidade em geral, teve forte relação com a subescala 1 do DEAS - *Disordered Eating Attitude Scale*, relação com os alimentos. Foi observado que na anorexia o peso e o IMC foram menores (SOUZA, et al; 2014). Em estudo feito em Santa Maria onde foi traçado um perfil epidemiológico das pacientes a maioria que adquiriram transtornos alimentares eram mulheres adolescentes, brancas e com nível socioeconômico alto, mas isso está se tornando cada vez mais diversificada onde já se podem observar pacientes com níveis econômicos mais baixos. Foi verificado que esses pacientes tinham peso adequado, porém uma preocupação com o corpo (MARTINS, 2010). Fernandes, et al; (2007) fez uma pesquisa com 216 alunas (excluiu-se os homens) de uma instituição privada da cidade de Maringá – PR, onde 85 eram alunas de nutrição e 131 eram estudantes de enfermagem. Foi utilizado os questionários de Testes de Atitudes Alimentares (ETA 26) e o Teste de Investigação Bulímica de Edimburgo (BITE). Após a aplicação o ETA 26 e o BITE constatou-se que do total da amostra 23,61% alunas apresentaram sintomas de anorexia com uma diferença significativa entre as alunas de nutrição e enfermagem, onde as alunas de nutrição tiveram um percentual positivo (ETA+) (FERNANDES, et al. 2007). Um estudo realizado por Silva et al. (2008) com 81 alunas entre 13 e 18 anos do município de Ipatinga, MG onde foi aplicado os questionários da EAT-26 e BITE, mostrou que 20,98% das adolescentes apresentaram risco de desenvolver a anorexia nervosa. Também foram aferidos o peso e a altura para a classificação do estado nutricional, de acordo com o IMC, 70,4% estavam eutróficas, 17,3% com baixo peso, 8,6% com sobrepeso e 3,7% com obesidade.

Ainda de acordo com o estado nutricional dessas adolescentes é possível verificar que a maioria apresentou eutrofia e mesmo assim apresentavam sintomas de anorexia nervosa (SILVA, et al; 2008). A AN é um dos transtornos mais complexos, pois se enfrentam grandes desafios em cada estágio do tratamento. Abreu e Filho (2004) observou que os indivíduos com anorexia nervosa apresentam continuamente pensamentos e emoções conflitantes o que impede a busca de um tratamento. São resistentes as intervenções externas, contribuindo assim para um dos mais altos índices de recusa e desistência inicial do tratamento. Entretanto os que permanecem no tratamento, não aderem às orientações e, quando aderem correm grande risco de recaída, isso ocorre com bastante frequência. Na AN os objetivos do tratamento nutricional é a recuperação do peso corporal e normalização dos comportamentos alimentares. O tratamento consiste em abordar nesse processo de recuperação do peso a estabilização do peso, prevenção de futuras perdas, ganho de peso e manutenção do peso (MAHAN; STUMP; RAYMOND, 2013). Latterza (2004) afirma que as metas do tratamento nutricional na anorexia nervosa (AN) devem restabelecer o peso do paciente, normalizar o padrão alimentar, normalizar a percepção da fome e da saciedade e corrigir as sequelas biológicas e psicológicas causadas pela desnutrição. A terapia nutricional na anorexia nervosa tem que ajudar o paciente a entender suas necessidades nutricionais, ajudar na escolha de alimentos com uma dieta variada e na prática de comportamentos adequados, sempre tomando cuidado com possíveis fobias, como a síndrome da realimentação que pode causar hipofosfatemia grave, quedas no potássio e magnésio, intolerância a lactose, hipocalcemia, disfunção gastrointestinal e arritmias cardíacas (ALVARENGA; LARINO, 2002). **CONCLUSÕES:** Conclui-se que a anorexia está relacionada a uma auto avaliação distorcida de si mesmo, abrangendo ambos sexos, sendo indiferente a situação socioeconômica. Faz-se necessário o acompanhamento multidisciplinar para uma possível reversão do quadro, tendo o nutricionista o papel de avaliar e acompanhar, assim como, incentivar ao paciente a aderir o tratamento.

Palavras-chave: Anorexia nervosa. Anorexia. Transtornos alimentares.

REFERÊNCIAS

ABREU, C.N; FILHO, R.C. Anorexia nervosa e bulimia nervosa: abordagem cognitivo-construtivista de psicoterapia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 177-183, 2004.

ALVARENGA, M.; LARINO, M.A. Terapia nutricional na anorexia e bulimia nervosa. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24, supl. III, p. 39-43, 2002.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5:** manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992p.

FERNANDES, C. A. M; RODRIGUES, A. P. C; NOZAKI, V.T; MARCON, S.S. Fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares: um estudo em universitárias de uma instituição de ensino particular. **Arquivos Ciências Saúde Unipar**, Umuarama, v. 11, n. 1. p. 33-38, jan./abr. 2007.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. A auto-imagem corporal na anorexia nervosa: uma abordagem sociológica. **Revista Psicologia e Sociedade**, Pará, v.18, n. 2, p 81-88, maio/ago. 2006.

LATTERZA, A.R. et al. Tratamento nutricional dos transtornos alimentares. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, p. 173-176. 2004.

MAHAN, L. K; STUMP, S. E; RAYMOND, J. L. **Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Mundial, 2012. p. 489-498.

MARTINS, C.R. et al. Insatisfação com a imagem corporal e relação com estado nutricional, adiposidade corporal e sintomas de anorexia e bulimia em adolescentes. **Revista Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, p. 19-23, 2010.

SILVA, G. R; CRUZ, N. R; COELHO, E. J. B. Perfil nutricional, consumo alimentar e prevalência de sintomas de anorexia e bulimia nervosa em adolescentes de uma escola da rede pública no município de Ipatinga, MG. **Nutrir Gerais – Revista Digital de Nutrição**, Ipatinga, v. 2, n. 3. p. 1-15, ago./dez. 2008.

SOUZA, A. C. et al. Atitudes em relação ao corpo e à alimentação de pacientes com anorexia e bulimia nervosa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, São Paulo, p. 1-7, 2014.

CONTROLE DE TEMPO E TEMPERATURA DE REFEIÇÕES PRONTAS DISTRIBUIDAS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO EM NATAL/RN

AUTORES:

Ana Elizabeth Alves da Silva
Maisa Beatriz da Silva Araujo
Marcos Felipe Silva de Lima

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, os hábitos alimentares da população apresentaram mudanças expressivas devido as várias dificuldades encontradas pelo deslocamento, jornada de trabalho, inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento do custo de vida e educação, redução do tempo para preparo e consumo de alimentos, dentre outros fatores, que fazem com que as pessoas fiquem menos tempo em casa (BANDEIRA; et al, 2008). As UAN (Unidades de Alimentação e Nutrição) são os locais onde são preparadas alimentação para coletividades. Nesse grupo estão inseridos restaurantes industriais, os quais de acordo com pesquisas são uma das maiores fontes de surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) (VENTIMIGLIA; BASSO, 2008). De acordo com a ANVISA (2004), alimentos quentes devem ser mantidos em temperatura acima de 60° C por até seis horas e alimentos frios devem ser mantidos até 10° C por até quatro horas. Esse binômio tempo e temperatura é instrumento necessário para o controle de qualidade durante o processo de produção dos alimentos e que pode prevenir alguns problemas de saúde (RICARDO, et. al; 2012). Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a temperatura de refeições prontas distribuídas em *hot box* para uma unidade de alimentação. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo longitudinal observacional descritivo. Foi aferida a temperatura de refeições prontas transportadas de uma unidade de alimentação industrial para um local de distribuição durante o período de três dias. A temperatura foi aferida em três momentos distintos: a primeira verificação foi feita logo após o preparo dos alimentos; a segunda verificação foi realizada antes do transporte dos alimentos até o local de distribuição, onde os mesmos se encontravam armazenados em *hot box*; e por último foi realizada a terceira verificação no momento da distribuição dos alimentos no local. Foi utilizado um termômetro do tipo espeto digital, no qual foi feito a higienização antes e após a verificação das temperaturas com álcool 70% assim como preconiza os autores Marques e Jr. (2015), todos os dados foram anotados em fichas específicas. Os dados foram analisados no software IBM® SPSS® v. 24.0 para Microsoft Windows®. Verificou-se o decaimento percentual da temperatura em relação à temperatura inicial de cada preparação. Foi realizado teste *t-Student* para amostras em pares para analisar se havia diferença estatisticamente significativa entre as temperaturas medidas nos três momentos diferentes. Considerou-se valor estatisticamente significativo $p < 0,05$. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O armazenamento de alimentos em sistemas que mantém a manutenção de calor tem a finalidade de assegurar que o alimento esteja microbiologicamente adequado. Contudo, se a temperatura não for controlada, o armazenamento pode se tornar um meio de crescimento de bactérias, pois embora o calor destrua a flora bacteriana, seu efeito é temporário e pode ocorrer uma recontaminação após o término da ação do calor. Dessa maneira, é na distribuição que esses alimentos devem ser protegidos de novas contaminações e devem ser conservados sob um rigoroso controle de temperatura, principalmente alimentos de origem animal, vegetal, frescos e processados com inclusão de água, pois podem ser veículo de microrganismos causadores de DTA (BANDEIRA; et al, 2008). As DTA podem ocorrer devido a procedimentos incorretos, maus hábitos por parte dos colaboradores, utilização inadequada da matéria-prima, má qualidade e condições inadequadas na produção dos alimentos, dentre outros fatores que contribuem para

a contaminação, sobrevivência e multiplicação de microrganismos. Dentre os fatores principais está o emprego inadequado da temperatura no processo de produção dos alimentos (RICARDO, et. al; 2012). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** De acordo com os resultados analisados, no primeiro dia da coleta de dados verificou-se que o feijão preto, o macarrão à bolonhesa e o frango assado sofreram o maior decaimento de temperatura na primeira medição, sendo os percentuais de: 40,5%, 37,3% e 27,7% respectivamente. Isso se repete na segunda medição com decaimento de 44% para o feijão, 38,8% para o macarrão à bolonhesa e de 33,8% para o frango assado. No segundo dia de coleta novamente o feijão preto teve o maior decaimento de temperatura com 43,8% na primeira medição e 45,8% na segunda medição, seguido pelo bife acebolado com decaimento de 37% na primeira medição e 41,1% na segunda medição e a batata rústica que teve decaimento de 26,9% na primeira medição, porém se manteve estável durante a segunda medição continuando com o mesmo valor. No terceiro dia a carne chinesa, o salpicão de frango e o feijão carioca apresentaram os maiores decaimentos de temperatura durante a primeira medição, sendo: 27,6%, 27,4% e 21,7% respectivamente, na segunda medição o salpicão de frango apresentou decaimento de 32,3%, a carne chinesa de 31,6% e o feijão carioca de 24,1%. Foi observada diferença estatisticamente significativa entre a 1ª e a 2ª medição das temperaturas, e entre a 2ª e a 3ª medição, no qual as temperaturas sempre sofreram queda. Pode-se analisar que todas as preparações chegaram ao local de distribuição com a temperatura abaixo da preconizada pela ANVISA. O ideal é que alimentos quentes estejam acima de 60° C e alimentos frios até 10° C. Observou-se que algumas preparações já eram armazenadas para o transporte com temperatura inicial inadequada. Entretanto, no terceiro dia de coleta de dados, verificou-se que o feijão chegou ao local de distribuição com a temperatura de 63° C, estando adequada conforme o que preconiza a ANVISA, assim como o espaguete ao alho e óleo que mesmo estando com temperatura inicial inadequada (31° C), não apresentou queda da mesma. Provavelmente, isso se deve ao fato de que no terceiro dia algumas cubas foram armazenadas para transporte em caixas de isopor, devido a inadequação quantitativa de *hot box*. Foram observadas algumas falhas durante as etapas de preparo e distribuição dos alimentos. Por exemplo, os *hot box* não eram fechados corretamente após serem colocadas as cubas com os alimentos, ficando assim até o momento do transporte, podendo ser um fator para a diminuição brusca da temperatura entre as etapas de preparo e transporte. Também foi observado que a borracha responsável pela vedação da tampa do *hot box* para maior conservação de temperatura encontrava-se inexistente em todos eles. Durante a distribuição, o balcão térmico – utilizado para o controle de temperatura – apresentava problemas e não estava sendo utilizado, o que poderia comprometer a saúde dos trabalhadores, aumentando o risco de intoxicações alimentares. Alimentos com a temperatura inadequada podem acarretar em proliferação de microrganismos. Em preparações que levam menor quantidade de água e tem uma maior superfície de contato, faz com que ocorra uma maior perda de calor, como no caso do frango assado. Já o macarrão, por ser rico em amido, tem um processo de cozimento continuado se exposto a temperaturas elevadas, por isso o macarrão não alcança a temperatura preconizada pela Vigilância Sanitária (RICARDO, et. al; 2012). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o tempo e a temperatura são fatores de suma importância durante o preparo e a distribuição de alimentos e que devem ser monitorados constantemente. Os resultados obtidos indicam inadequações na temperatura dos alimentos no momento do transporte e distribuição.

Palavras-chave: UAN. Alimentação e Nutrição. Tempo e Temperatura. Surtos alimentares. Segurança do Trabalhador.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, D. L. Q. et al. Monitoramento da temperatura de refeições prontas distribuídas em embalagens de alumínio em restaurantes do município de Natal/RN. **Revista da FARN**, Natal, v. 7, n. 2. p. 107-113, jul./dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004.

MARQUES, Marys Leia; SILVA JUNIOR. Eneo Alves da. **Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades**. 11. ed. São Paulo. ABERC, 2015.

RICARDO, F. O; MORAIS, M. P; CARVALHO, A. C. M. S. Controle de tempo e temperatura na produção de refeições de restaurantes comerciais na cidade de Goiânia-GO. **DEMETRA: Nutrição e Saúde**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 85-96, 2012.

VENTIMIGLIA, Tamara de Moraes; BASSO, Cristiana. Tempo e temperatura na distribuição de preparações em uma unidade de alimentação e nutrição. **Disc. Scientia**, Santa Maria, v. 9, n. 1. p. 109-114, 2008.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE SANDUÍCHE NATURAL DE FRANGO COMERCIALIZADO EM MOSSORÓ/RN

AUTORES:

Andréia Mendes Costa Lemos de Souza
Débora Lurdes Coutinho Toscano Azevedo
Juliana Targino Vidal
Katiuscia Medeiros Silva de Araújo
Larissa Kelly da Silva Magalhães

INTRODUÇÃO: O padrão alimentar atual valoriza a praticidade e rapidez devido à escassez de tempo das pessoas, já que as exigências do mercado de trabalho impossibilitam de se dedicar à elaboração das preparações alimentares, fazendo com que os indivíduos realizem suas refeições fora de casa. No Brasil, estima-se que, de cada cinco refeições, uma é feita fora de casa, sendo com grande intensidade substituída por lanches rápidos feitos em lanchonetes, restaurantes ou até mesmo, servido por vendedores ambulantes (AKUTSU, et al; 2005). Em função disso, é necessário desenvolver produtos de qualidade, que não causem danos à saúde do consumidor, o que é um grande desafio para as indústrias. Em toda a cadeia alimentar, a manutenção das condições higiênico-sanitárias é um fator fundamental no controle das doenças veiculadas por alimentos (DVA), sendo que os produtos prontos para o consumo podem apresentar risco à saúde do consumidor (MOTTIN, 2008). Face ao exposto da relevância que o alimento inócuo representa para os consumidores, o presente trabalho tem como intuito avaliar a qualidade microbiológica de sanduíches naturais de frango comercializados em Mossoró / RN. **METODOLOGIA:** Foram adquiridas amostras de sanduíches naturais de frango de forma aleatória em cinco panificadoras do município de Mossoró /RN. C coletou-se duas amostras de cada ponto de coleta, totalizando dez amostras. As amostras foram adquiridas na qualidade de consumidor, entre 14h e 15h do dia 16 no mês de maio de 2013. Imediatamente após a aquisição, elas foram acondicionadas em recipientes isotérmicos com gelo reciclável distribuído ao redor de toda a embalagem. Posteriormente foram transportadas ao Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal (LIPOA) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA – Mossoró - RN) onde se procederam às análises. Para análise microbiológica foram pesadas assepticamente 25 g de cada amostra e homogeneizadas em 225 mL de água peptonada 0,1% com auxílio do aparelho “Stomacher” durante dois minutos. A diluição obtida correspondeu à diluição 10^{-1} , a partir da qual foram obtidas as demais diluições decimais até 10^{-3} . Em seguida foram submetidas às técnicas recomendadas para quantificação de coliformes totais e Termotolerantes, contagem de *Staphylococcus aureus* e pesquisa de *Salmonella* spp. de acordo com as recomendações da Instrução Normativa Nº 62 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2003). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** No que diz respeito à preparação de alimentos, no intuito de melhorar as condições higiênico-sanitárias a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA publicou em 2004 a RDC Nº 216, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Segundo o manual do consumidor da Vigilância Sanitária, os sanduíches naturais são alimentos preparados para o consumo direto e devem ser considerados de alto risco, e por essa razão é recomendável que os sanduíches sejam preparados com um tempo mínimo antes do consumo (SARCINELLI; VIDAL, 2011). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados foram avaliados utilizando-se como parâmetros os critérios microbiológicos estabelecidos no Regulamento Técnico sobre os Padrões Microbiológicos Sanitários para Alimentos, especificados na RDC nº 12, de 02 de Janeiro de 2011 da ANVISA para produtos de confeitaria, lanchonete, padarias e similares,

doces e salgados – prontos para consumo (BRASIL, 2001). Verificou-se que todas as amostras analisadas apresentaram *S. aureus*. As contagens variaram de $4,3 \times 10^2$ a $>2,0 \times 10^5$ UFC/g, sendo que seis amostras (60%), representando um número de três estabelecimentos, não estavam de acordo com a legislação vigente, As demais amostras, quatro (40%) encontram-se dentro dos valores estabelecidos. Horing (2010) ao analisar sanduíches naturais comercializados no município de Campo Grande/ MS, também verificou contaminação por *Staphylococcus aureus*, onde 60% das amostras avaliadas excederam o valor recomendado pela legislação vigente. Maia, Oliveira e Oliveira (2010), em estudo sobre condições higiênico-sanitárias e qualidade microbiológica de sanduíches comercializados por ambulantes, mostraram que dos resultados obtidos para *S. aureus*, 11 (55%) amostras apresentaram esse microrganismo, sendo que dessas amostras, cinco (25%) estavam em desacordo com a legislação. Afirmam ainda que os sanduíches são frequentemente incriminados em surtos de intoxicação estafilocócica, pois tais alimentos podem contaminar-se com o *S. aureus* pelas mãos, pele e secreções oronasais de manipuladores durante as diferentes fases de preparação. Quanto a coliformes totais a 35°C não é estabelecido nenhum padrão exigido pela legislação vigente. Apesar disso, a realização de contagem para este grupo de micro-organismos pode ser importante como indicador das condições do processamento do produto. No presente trabalho, foi constatada a presença de contaminação por coliformes a 35°C em todas as amostras, variando de 15 a >1100 NMP/g, comprovando práticas de higienização e manipulação inadequadas. Diversos autores afirmam que dentre os micro-organismos indicadores de padrões higiênico-sanitários, os coliformes totais estão incluídos como indicadores de falhas no aspecto higiênico no processamento. Não foi detectada a presença de *Salmonella* spp nas amostras analisadas nesta pesquisa o que confronta os resultados de Kuhn (2012), quando detectou a presença de *Samonella* spp em 74% das amostras ao analisar a qualidade de lanches comercializados em Pelotas – RS, indicando uma condição sanitária preocupante. Carvalho e Cortez (2005), pesquisando *Salmonella* spp em carne mecanicamente separada de frango, detectou a presença em 6 (13,3%) das 45 amostras analisadas, não atendendo o padrão de ausência de *Salmonella* em 25g do produto analisado, estando, o produto impróprio para o consumo conforme estabelecido pela legislação. A detecção e a rápida correção das falhas no processamento de alimentos, bem como a adoção de medidas preventivas, são hoje as principais estratégias para o controle de qualidade. Contudo é necessário observar as boas práticas de higiene e fabricação durante a produção dos alimentos. Uma das estratégias para garantir qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária baseia-se na adoção das Boas Práticas de Produção pelos serviços de alimentação (BRASIL, 2004). **CONCLUSÃO:** Os sanduíches naturais de frango comercializados em Mossoró-RN evidenciam, de acordo com os resultados desta pesquisa, a necessidade de um maior controle higiênico-sanitário, uma vez que verificou-se falhas na qualidade microbiológica do produto, colocando assim, em risco a saúde do consumidor. Sendo assim, é indiscutível a prática de ações corretivas junto aos manipuladores de alimentos, através de cursos, treinamentos e a aplicação de Boas Práticas de Fabricação, uma vez que são ferramentas importantes para o fornecimento de um produto inócuo e de boa qualidade ao consumidor.

Palavras-chave: Sanduíche. Análise. Microbiológica.

REFERÊNCIAS:

AKUTSU, R.C. et al. Adequação das boas práticas de fabricação em serviços de alimentação. **Revista Nutrição**, [s.l.], v.18, n.3, p. 419-427, maio/jun. 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 12, de 02 de Janeiro de 2001. Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasil, nº 7-E, 10 jan. 2001, seção 1. 2001. p. 46-53.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 set. 2004 seção 1, p. 25

CARVALHO, A. C. F. B; CORTEZ, A. L. L. **Salmonella spp. em carcaças, carne mecanicamente separas, linguças e cortes comerciais de frango**. Disponível em: <www.scielo.com> Acesso em: 05 abr. 2013.

HORING, D. et al. Perfil Microbiológico de sanduíches naturais de frango comercializados em estabelecimentos localizados no centro comercial do município de Campo Grande - MS. In: FORUM DE NUTRIÇÃO, 6., 2010, Campo Grande. **Nutrição e Saúde Pública**, Campo Grande: UFMS, [20--?].

MAIA, L. F; OLIVEIRA, M. T. de; OLIVEIRA, A. F. de. **Condições higiênico-sanitárias, qualidade microbiológica e teste de susceptibilidade antimicrobiana de cepas isoladas de sanduíches comercializados por ambulantes**. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar 2013.

MOTTIN, Vanessa Daniele. **Avaliação Microbiológica de apresetados, fatiados e comercializados em supermercados de Porto Alegre, RS**. 2008. 71 f. Dissertação (Mestre) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SARCINELLI, M. A; VIDAL, T. J. **Prazo de validade**: análise crítica comparativa de sanduíches naturais comercializados em lanchonetes e praias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, [20--?].

FATORES NEGATIVOS QUE INFLUENCIAM O ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO NO BRASIL DE 2007 A 2016

AUTORES:

Eriislânia Lins de Melo
Genykléa Silva de Oliveira
Jessika Lenna de Oliveira Diniz
Marina Clarissa Barros de Melo Lima

INTRODUÇÃO: A amamentação é a melhor forma de impactar a redução das mortes de crianças menores de 5 anos (BRASIL, 2009). Recomenda-se que o aleitamento materno exclusivo seja feito por seis meses e complementado até os dois anos ou mais (BRASIL, 2009). Amamentar é uma prática de interação profunda entre mãe e filho, que vai além de nutrir a criança. É um processo com repercussões positivas no estado nutricional da criança, fazendo com que ocorra o desenvolvimento cognitivo e emocional saudável, e também melhorando a imunidade do lactente contra infecções (BRASIL, 2009). Apesar de todos os fatores positivos a respeito do aleitamento materno, existem intercorrências mamárias, que são classificadas como fator negativo nessa prática. As orientações sobre o manejo correto da amamentação, suporte adequando tanto no pré-natal quanto no início da amamentação, podem minimizar os fatores negativos (QUIRINO, et al; 2011). Assim, é importante identificar fatores que podem influenciar negativamente a amamentação, para assim eliminar ou minimizá-los. Segundo Rocci e Fernandes (2014), as dificuldades encontradas pelas mulheres no processo de aleitamento podem ser responsáveis pelo desmame precoce, como a falta de informação sobre os benefícios do aleitamento materno nas consultas do pré-natal. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo identificar fatores que influenciam negativamente o aleitamento materno exclusivo no Brasil. **METODOLOGIA:** revisão sistemática de literatura, realizada a partir da pesquisa de artigos científicos, escritos em português e inglês por meio dos bancos de dados Bireme e Pubmed (2007 a 2016). As palavras chaves utilizadas foram aleitamento materno, amamentação e leite humano. Buscados nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram incluídos artigos que continham no título ou texto os fatores que influenciam o aleitamento materno exclusivo no Brasil. Foram excluídos aqueles que não atenderam a temática e que não estavam entre os anos estabelecidos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram encontrados 259 artigos, dos quais 235 foram excluídos pois fugiram da temática da pesquisa, restando 24 (vinte e quatro) artigos. Esses foram organizados de acordo o título do artigo, ano de publicação, tipo de estudo, fatores positivos e negativos. Após a análise qualitativa dos 24 artigos, identificou-se 16 fatores que influenciam negativamente o AME. Fatores negativos identificados e número ocorrência nos artigos: uso de mamadeiras e chupetas (8 ocorrências), trabalho fora de casa sem licença maternidade (7), Idade menor que 20 anos (7), traumas mamilares – fissuras (5), mães de primeiro filho – primíparas (4), falta de orientações e conhecimento sobre o aleitamento materno (4), falta de experiência prévia sobre a amamentação (3), parto cesária (2), baixa escolaridade materna (2), introdução de outros líquidos e alimentos antes dos seis meses (2), influências emocionais e culturais de pessoas próximas (2), dificuldade de sucção do recém-nascido (1), falta de condições ambientais (1), mães com sobrepeso e obesidade (1), fatores psicossociais e anatômicos (1), estado civil (solteira) (1). Dentre os fatores negativos que influenciam o aleitamento materno os que mais se apresentaram foram o uso de mamadeira e chupeta, trabalho fora de casa sem licença maternidade e idade menor que 20 anos. A frequência de costumes orais interfere no aleitamento materno, trazendo como resultado o desmame precoce, dentre estes costumes está o uso da chupeta que acarreta em problemas no

desenvolvimento motor- oral, crânio facial, prejudicando o crescimento ósseo e a arcada dentária, especialmente o desmame (CAMINHA et al., 2011). Com as modificações no modelo tradicional das famílias, a mulher passa a buscar sua própria independência financeira, tendo que trabalhar fora de casa para ajudar nas despesas do lar, o que dificulta que a amamentação seja realizada de forma exclusiva (MONTEIRO, NAKANO, GOMES, 2011). A baixa adesão do aleitamento materno exclusivo entre mães com pouca idade pode ocorrer devido a fatores comuns a esse grupo, tais como: baixa escolaridade, renda familiar insuficiente, falta de apoio familiar para a prática de amamentação e falta de estabilidade conjugal (TAKEMOTO et al., 2011). **CONCLUSÃO:** Foram identificados que os principais fatores que influenciam negativamente o aleitamento materno exclusivo no Brasil são o uso de mamadeira e chupeta, trabalho fora de casa sem licença maternidade e idade menor que 20 anos. Considerando a existência dos fatores que influenciam negativamente o aleitamento materno exclusivo, é de suma importância investir na promoção do aleitamento materno exclusivo por meio de campanhas, incentivando a prática de maneira contínua, capacitando os profissionais, conscientizando as mães sobre os benefícios do leite materno para o bebê e para a mãe. A fim de fazer com que as mães se sintam confiantes e desempenhem o ato da amamentação de forma prazerosa e consciente melhorando os índices da prática do AME.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Amamentação. Leite humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança:** nutrição infantil - aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf>. Acesso em: 29 maio 2015.

CAMINHA, Maria de Fátima Costa et al. Aleitamento materno exclusivo entre profissionais de um Programa Saúde da Família. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2245-2250, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2016.

MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; NAKANO, Ana Márcia Spano; GOMES, Flávia Azevedo. O aleitamento materno enquanto uma prática construída: Reflexões acerca da evolução histórica da amamentação e desmame precoce no Brasil. **Revista Invest. Educação em Enfermagem**, [s.l.], v.29, n.2, p. 315-321, 2011.

QUIRINO, Lilianny da Silva; et al. Significado da experiência de não amamentar relacionado às intercorrências mamárias. **Cogitare Enfermagem**, [s.l.], v. 28, n.2, p. 628-633, 2011.

ROCCI, Eliana; FERNANDES, Rosa Aurea Quintella. Dificuldades no aleitamento materno e influência no desmame precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 22-27, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672014000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2016.

TAKEMOTO, Angélica Yuakari; et al. Preparo e apoio à mãe adolescente para a prática de amamentação. **Ciências Cuidado Saúde**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 441-451, jan. 2011.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS ENTRE 5 A 10 ANOS DE UMA ESCOLA PRIVADA EM NATAL/RN

AUTORES:

Ana Manuela de Azevedo Medeiros
Bianca Lara Dantas de Souza
Genykléa Silva de Oliveira
Glaucia Sabrina dos Santos Veras
Ligia Rejane Siqueira Garcia
Marcos Felipe Silva de Lima

INTRODUÇÃO: A avaliação do estado nutricional é uma ferramenta importante para a vigilância em saúde, no diagnóstico nutricional e no planejamento de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças. Sua utilização na atenção primária é de suma importância para acompanhar o crescimento e a saúde da criança e do adolescente, a fim de fazer a detecção precoce de distúrbios nutricionais, como desnutrição ou obesidade (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2009). O aumento do consumo de açúcares simples, gorduras *trans* e saturadas, junto com o decrescente consumo de carboidratos complexos, frutas e hortaliças retrata as mudanças do perfil alimentar. Barreto, et al; (2007) e Lopes, et al; (2010) observaram uma prevalência significativa de sobrepeso e obesidade nas crianças em idade pré-escolar e escolar, corroborando com o perfil nutricional do país nas últimas décadas, nas quais a desnutrição deixou de ser um problema recorrente e deu lugar ao excesso de peso. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o estado nutricional de crianças entre 5 a 10 anos de uma instituição privada de ensino de Natal (RN).

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo transversal, com uma amostra composta por 48 crianças com idade entre 5 a 10 anos de ambos os sexos, de uma escola particular de Natal/RN, Nos meses de junho e julho de 2016 foram realizadas as coletas dos dados antropométricos dos alunos do ensino infantil. Foram excluídas do estudo crianças que faziam uso de corticoides. Os pais ou responsáveis assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). O peso corporal (kg) e a altura (cm) foram medidos utilizando-se uma balança eletrônica (Balmak, BK50F, São Paulo, Brasil) e um estadiômetro fixo (E5T220 Balmak, São Paulo, Brasil), respectivamente. A partir do peso e da altura foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) e, em seguida, foi realizada a classificação conforme indicadores IMC/idade, Peso/Idade e Estatura /Idade. Utilizou-se os pontos de corte da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2007) para a faixa etária entre 5 a 10 anos. A análise dos dados foi realizada por meio dos softwares Anthro Plus (WHO), para classificação dos indicadores, e IBM® SPSS® v. 24.0 para estatística descritiva. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer e aprovado com o seguinte número do parecer 1.486.612, de acordo com a resolução 466/2012.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O objetivo da avaliação nutricional é identificar distúrbios e riscos nutricionais, além de mensurar a gravidade desses distúrbios para, então, traçar condutas nutricionais (MUSSOI, 2014). Ao realizar a avaliação nutricional da criança, o profissional de saúde tem à sua disposição diferentes técnicas e instrumentos (VITOLLO, 2015) segundo idade e sexo. O uso de índices antropométricos tem sido considerado uma estratégia válida para gerar indicadores sensíveis do estado nutricional e, inclusive, das condições de vida dos grupos populacionais estudados devido ao baixo custo, inocuidade e facilidade de execução (GUIMARÃES; BARROS, 2001). Cada indicador antropométrico tem um papel na avaliação do estado nutricional. O indicador peso para idade (P/I) reflete o peso segundo a idade cronológica da criança, sendo uma medida muito sensível e sua avaliação

seriada permite identificar alterações no estado nutricional precocemente. A estatura é a segunda medida antropométrica mais popular. O indicador estatura/idade (E/I) reflete o desenvolvimento linear em relação à idade (ARAÚJO; CAMPOS, 2008). Por fim, sugere-se a utilização do indicador de IMC para idade (IMC/I) principalmente para o diagnóstico de excesso de peso e magreza em crianças e adolescentes devido a melhor avaliação da composição corporal (MUSSOI, 2014). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A amostra foi constituída por 48 escolares de ambos os sexos, que permanecia meio período na instituição (período matutino ou vespertino). Do total dos avaliados, 58% (n=28) das crianças do sexo masculino e 42% (n=20) do feminino. Em todos os indicadores utilizados, foi visto um percentual satisfatório de adequação. O índice de P/I obteve 95,8% de crianças na faixa adequada (n=46). A estatura para a idade foi o indicador com maior número de crianças dentro do esperado, com 97,9% (n=47). Como era de se esperar, o IMC para a idade foi o índice com maior variação de resultados, tendo 62,5% de crianças eutróficas (n=30), apresentando também número elevado para sobrepeso (25%), 10,4% de obesidade e 2,1% de magreza evidenciando assim a transição nutricional com aumento do sobrepeso e obesidade entre as crianças avaliadas. O resultado encontrado na presente pesquisa é semelhante ao resultado da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (2009), principalmente no que diz respeito ao excesso de peso, no qual 30% das crianças entre 5 e 9 anos estavam com esse diagnóstico antropométrico. Barreto et. al. (2007) investigou o estado nutricional de pré-escolares em Natal/RN em escolas da rede pública e privada, utilizado como definição de estado nutricional apenas o Índice de Massa Corporal, e encontrou 70,2% de prevalência de eutrofia e 12,4% de sobrepeso. A maior incidência de excesso de peso foi encontrada nas escolas particulares. Apesar de os resultados divergirem em números com os dados colhidos nesta pesquisa, o estudo de Barreto et. al. confirma a alta prevalência de sobrepeso em Natal, seguindo a tendência da transição nutricional. O estudo corrobora com a ideia de que a educação nutricional precisa ser implementada ainda no ensino infantil para diminuir todas as consequências trazidas pelo excesso de peso. **CONCLUSÃO:** Pode-se observar que a avaliação do estado nutricional aponta para a existência de um maior número de crianças com excesso de peso, fato parcialmente explicado pela redução da atividade física e pelas modificações dos hábitos alimentares, caracterizadas pelo aumento na quantidade e frequência do consumo de produtos de alta densidade energética. Diante disso, torna-se necessário alertar a população dos riscos nutricionais que podem surgir durante a infância, sendo de grande importância a reeducação alimentar e a implementação de atividades de educação alimentar e nutricional nas escolas, as quais podem intervir na manutenção da saúde e controle de peso corporal adequado. Outras investigações que incorporem informações sobre peso e altura em escolares, de diferentes níveis socioeconômicos, podem contribuir para uma análise mais criteriosa dos fatores que promovem o desenvolvimento do sobrepeso e obesidade em escolares.

Palavras-chave: Antropometria. Estado Nutricional. Saúde da Criança.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A.C.T.; CAMPOS, J. A. D. B. Subsídios para a avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes por meio de indicadores antropométricos. **Revista Alimentos Nutrição**, Araraquara. v.19, n.2, p.219-225, abr/jun. 2008.

BARRETO, Anna Christina do Nascimento Granjeiro; BRASIL, Lana do Monte Paula; MARANHÃO, Hécio de S. Sobre peso: uma nova realidade no estado nutricional de pré-escolares de Natal, RN. **Revista Associação Medicina Brasileira**, São Paulo, v. 53, n. 4, p. 311-316, ago. 2007

GUIMARAES, Lenir V.; BARROS, Marilisa B. A. As diferenças de estado nutricional em pré-escolares de rede pública e a transição nutricional. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 77, n. 5, p. 381-386, out. 2001 .

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009** – POF. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

LOPES, C et. al. **Consumo alimentar e nutricional de crianças em idade pré-escolar: resultados da coorte Geração 21**. Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, Portugal. Disponível em: <<http://epidemiologia.med.up.pt/pdfs/RelCons.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MUSSOI, Thiago Durand. **Avaliação nutricional na prática clínica: da gestação ao envelhecimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 313p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Avaliação nutricional da criança e do adolescente: Manual de Orientação**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.sbp.com.br/pdfs/MANUAL-AVAL-NUTR2009.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

VITOLLO, Márcia Regina. **Nutrição da gestação ao envelhecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.576p.

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA EM PRÉ-ESCOLARES

AUTORES

Fernanda Milene Oliveira Paiva

Genykléa Silva de Oliveira

Ligia Rejane Siqueira Garcia

Marcos Felipe Silva de Lima

Marina Clarissa Barros de Melo

Tatiane Aquino Pereira

INTRODUÇÃO: A progressão da transição nutricional vem sendo cada vez mais elucidada. No Brasil, esta é evidenciada pela queda na prevalência das deficiências nutricionais e um aumento dos casos de sobrepeso e obesidade (SOUZA, 2006). A alimentação inadequada e a falta de exercício físico colaboram para o avanço desse quadro. Além disso, as crianças encontram-se cada vez mais adeptas de jogos eletrônicos, os quais contribuem para o sedentarismo, favorecendo assim o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (TEIXEIRA, et al; 2016). A avaliação do estado nutricional (AEN) em pré-escolares é de suma importância para verificar a saúde e o crescimento destas crianças e planejar intervenções conforme os resultados. Diante do cenário apresentado o objetivo do trabalho é analisar o Perímetro do Braço (PB) e o Índice de Massa Corporal (IMC) de crianças em idade pré-escolar de uma escola particular de Natal-RN. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, com uma amostra composta por 85 alunos pré-escolares com idade entre 2 a 6 anos de ambos os sexos, de uma escola particular de Natal/RN. Foram excluídas do estudo crianças que faziam uso de corticoides. Os pais ou responsáveis assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). O peso corporal (kg) e a altura (cm) foram medidos utilizando-se uma balança eletrônica (Balmak, BK50F, São Paulo, Brasil) e um estadiômetro fixo (E5T220 Balmak, São Paulo, Brasil), respectivamente. Já para a mensuração do perímetro do braço (PB) foi utilizada uma fita métrica inelástica (WisoT87-2). A partir do peso e da altura foi calculado o IMC e em seguida foi realizada a avaliação conforme indicadores IMC/idade e PB/idade utilizando os pontos de corte da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006; OMS, 2007) para a faixa etária entre 2 a 6 anos. A análise dos dados foi realizada por meio dos softwares Anthro e Anthro Plus (WHO), para classificação dos indicadores, e IBM® SPSS® v. 24.0 para estatística descritiva. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Northeriogrãndense Contra o Câncer e aprovado com o seguinte número do parecer 1.486.612, de acordo com a resolução 466/2012. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** O nível pré-escolar (2 a 6 anos) é o grupo biologicamente mais vulnerável aos agravos nutricionais pelo fato deste intervalo de idade ser marcado pela redução ponderal, falta de apetite dentre outros fatores (MENDONÇA, 2009). Na infância, é difícil avaliar o sobrepeso e obesidade devido a intensa modificação da estrutura corpórea, desta forma, o diagnóstico de desvios nutricionais é recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pelo parâmetro *score-Z* que auxilia a detecção de tais desvios (BUENO, 2006). O acompanhamento nutricional destas crianças é imprescindível para que a incidência de agravos nutricionais sejam identificados e sejam realizadas intervenções a fim de reduzi-los ou até erradicá-los. A utilização da antropometria tem sido considerada útil na prática clínica, visto que auxilia na geração de indicadores sensíveis do estado nutricional, como os diagnósticos de sobrepeso, obesidade, desnutrição, risco para desenvolver doenças metabólicas, dentre outros (GUIMARÃES, 2001). O perímetro braquial (PB), conhecido também como circunferência do braço (CB), reflete a reserva muscular bem como de gordura e o índice de massa corporal (IMC) por idade e evidencia o possível estado

nutricional do indivíduo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A amostra foi constituída por 85 escolares de ambos os sexos, que permanecia meio período na instituição (período matutino ou vespertino), representando 58,6 % dos alunos matriculados (N=145) em uma escola privada. Do total, 58,8% (n=50) eram do sexo masculino e 41,2% (n=35) do feminino. No que se refere ao IMC por idade, obteve-se o seguinte resultado: 1,2% dos pré-escolares apresentaram magreza, 63,5% eutrofia, 9,4 % risco de sobrepeso, 18,8% sobrepeso, 5,9 % obesidade e 1,2 % obesidade grave. Relativo Ao perímetro do braço (PB), dos 85 participantes avaliados, 51 foram omissos (60%) e 34 foram válidos (40%). Dos válidos, 34,1% encontravam-se com o PB adequado e 5,9% encontravam-se com excesso de gordura corpórea. Menezes et al (2007) argumenta que, apesar do PB ser uma medida que reflete reserva muscular e de gordura, seu uso como medida independente não é aconselhável e fidedigno por representar o somatório das áreas compostas pelos tecidos ósseo, muscular, gorduroso e epitelial do braço. O indicador IMC/idade, por ser mais sensível quando comparado com o escore-Z de peso/estatura para detectar excesso de peso em crianças a partir de 2 anos de idade, é o mais fidedigno para observar desvios nutricionais nos pré-escolares (BUENO, 2006). Em virtude do que foi mencionado, observou-se que os indicadores PB/Idade e IMC/idade distinguem-se. Logo, o perímetro do braço subestimou o excesso de gordura corporal em relação ao IMC/idade, que apresentou elevadas prevalências de sobrepeso e obesidade (35,3%). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que ocorreu divergência entre os diagnósticos do PB e do IMC, sugerindo não ser viável a utilização do indicador PB isolado. Em contrapartida, o IMC/idade, é mais sensível no diagnóstico de excesso de peso nas crianças. A transição nutricional foi verificada na amostra estudada devido ao elevado percentual de sobrepeso e obesidade, o que eleva o risco dessas crianças desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis. Dessa maneira, o acompanhamento nutricional da criança em idade pré-escolar é de suma importância para que o crescimento e o desenvolvimento desses indivíduos sejam adequados e que os riscos para desenvolver agravos nutricionais sejam reduzidos.

Palavras-chave: Estado Nutricional. Perímetro do Braço. Índice de Massa Corporal.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Milena Baptista; Fisberg, Regina Mara. Comparação de Três critérios de Classificação de sobrepeso e obesidade Entre Pré-Escolares. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, n. 4, p. 411-418, 2006.
- GUIMARAES, Lenir V; BARROS, Marilisa B. A. Como Diferenças de estado em nutricional pré-Escolares de Rede pública e a Transição nutricional. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 77, n. 5, p. 381-386, out. 2001.
- MENDONÇA, Andréia. **Avaliação do estado nutricional de pré-escolares de 2 a 5 anos que frequentam o ensino público do município de Içara/SC**. Criciúma. Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003E/00003E07.1%20I%C3%87ARA.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- MENEZES, Tarciana Nobre de; MARUCCI, Maria de Fátima Nunes. Perfil dos Indicadores de Gordura e massa muscular corporal dos Idosos de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 2887-2895, dez. de 2007.

SOUZA, P. M. O. **Alimentação do pré-escolar e escolar e as estratégias de educação nutricional**. Universidade de Brasília. Brasília. 2006. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/477/1/2006_PriscillaMariaOliveiraSousa.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

TEIXEIRA, Renan Carlos et al. Influências da mídia e das relações sociais na obesidade de escolares e a educação física como ferramenta de prevenção. **Revista Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, 2016.

AValiação DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS ENTRE 0 A 5 ANOS DE UMA ESCOLA PRIVADA EM NATAL/RN

AUTORES:

Brenna Caline De Oliveira Torquato
Débora Valesca Batista Gomes
Genykleia Silva De Oliveira
Marcos Felipe Silva De Lima
Marina Clarissa Barros De Melo Lima
Sengrin Diane Pinheiro Bento

INTRODUÇÃO: Atualmente, a saúde da criança tem sido afetada pelas práticas da vida urbana, na qual ocorrem mudanças de comportamento principalmente com relação a dieta e a atividade física, o que proporciona aumento nas taxas de sobrepeso e obesidade (BERTIN, et al; 2010). Um padrão de crescimento normal não necessariamente garante que uma criança seja saudável, porém, com um padrão de crescimento atípico, a probabilidade de o indivíduo desenvolver alguma doença é muito maior (CARVALHO; SOARES, 2010). Uma das maneiras de observar esse desenvolvimento é através da avaliação antropométrica, definida como a ciência que se baseia na mensuração sistemática e na análise quantitativa das variações dimensionais do corpo humano. Trata-se de método de baixo custo, não invasivo, universalmente aplicável, de boa aceitação por parte da população e extremamente útil para rastrear a obesidade e outros agravos nutricionais (ARAUJO; CAMPOS, 2008). Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo avaliar o estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos incompleto de uma escola particular de Natal-RN, através dos índices antropométricos.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo transversal, com amostra composta por 37 alunos pré-escolares de ambos os sexos com idade entre 0 a 5 anos incompletos de uma escola particular de Natal/RN. Foram excluídas do estudo crianças que faziam uso de corticoides. Os pais ou responsáveis assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). O peso corporal (kg) e a altura (cm) foram medidos utilizando-se uma balança eletrônica (Balmak, BK50F, São Paulo, Brasil) e um estadiômetro fixo (E5T220 Balmak, São Paulo, Brasil), respectivamente. A partir do peso e da altura foi calculado o IMC e em seguida foi realizado o avaliação conforme indicadores IMC/idade, Peso/Estatura, Peso/Idade e Estatura/idade utilizando os pontos de corte da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006) para a faixa etária entre 0 a 5 anos. A análise dos dados foi realizada por meio dos softwares Anthro (WHO), para classificação dos indicadores, e IBM® SPSS® v. 24.0 para estatística descritiva. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer e aprovado com o seguinte número do parecer 1.486.612, de acordo com a resolução 466/2012. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Atualmente, a obesidade afeta entre 20 e 27% das crianças e adolescentes americanos. No Brasil, uma das características acentuadas do processo de transição nutricional é a diminuição da ocorrência de desnutrição entre crianças e adultos que vem acontecendo em um ritmo aumentado, sendo substituído pelo acréscimo da prevalência de sobrepeso e obesidade. (MENDONÇA; ANDREA, 2009). Dados da POF 2008/2009 (IBGE, 2009) apontam para um aumento na frequência de excesso de peso entre as crianças avaliadas e ultrapassando o padrão esperado, independente da idade ou sexo. Carvalho et al (2007) realizaram um estudo com crianças menores de cinco anos no Nordeste brasileiro, e encontraram prevalências elevadas de déficit estatural e de excesso de peso que podem impactar negativamente na saúde desta população. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Das 37 crianças avaliadas 59,5%, (n=22) foram do sexo masculino e 40,5%, (n=15) do sexo feminino. A classificação segundo o Peso/Estatura

mostrou que 62,2% (n=23) encontravam-se eutróficas, 24,3% (n=9) risco de sobrepeso, 8,1% (n=3) sobrepeso e 5,4% (n=2) obesidade. A classificação Estatura/idade resultou com 8,1% (n=3) das crianças com baixa estatura para idade, 92% (n= 34) com estatura adequada. Outro índice avaliado Peso/idade apresentou 89,2%(n=33) das crianças com peso adequado para idade e 10,8% (n=4) com peso elevado para idade. O índice IMC/idade apresentou 64,9% (n=24) das crianças com eutróficas, 21,6%(n=8) com risco de sobrepeso, 10,8%(n=4) com sobrepeso e 2,7 %(n=1) com obesidade. Apesar de a maioria das crianças estarem eutróficas e com altura adequada ocorreu um percentual elevado de excesso de peso conforme o Peso/Idade e IMC/idade. Sendo o IMC um dos índices mais sensíveis para detectar o excesso de peso e um dos mais utilizáveis por ser de baixo custo e não invasivo. Em um estudo feito também em Natal/RN com intuito de observar a prevalência do excesso de peso em pré-escolares de escolas públicas e privadas, foi percebido que a prevalência de excesso de peso e sobrepeso na cidade de Natal é alta, sendo maior nas escolas privadas e em escolas de regiões com melhor índice de qualidade de vida (BARRETO et al. 2007). **CONCLUSÃO:** Ao ser realizada a avaliação antropométrica das crianças, pode ser observar uma alta prevalência de excesso de peso segundo índices peso/estatura e IMC/idade. Entretanto, os resultados da pesquisa não podem ser comparados a de pesquisas nacionais, por se tratar de uma amostra reduzida em que foram avaliadas crianças de apenas um nível socioeconômico, limitando dessa forma a comparação com pesquisas de âmbito maior. O excesso de peso na infância pode acarretar em futuros adultos obesos e/ou com doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão e dislipidemias. Com isso é importante incentivar hábitos saudáveis na alimentação e atividades físicas desde a infância. Há a necessidade de implantação de políticas públicas de saúde e programas de prevenção e combate à obesidade em crianças, através da educação infantil com enfoque na educação nutricional nas escolas privadas.

Palavras-chave: Avaliação antropométrica. Pré-escolares. Estado nutricional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Manual técnico de riscos e doenças na saúde suplementar**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Materiais_por_assunto/manual_promoprev_web.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

ARAUJO, Ana Cristina Tomaz; CAMPOS, Juliana Álvares Duarte Bonini. Subsídios para a avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes por meio de indicadores antropométricos. **Revista Paulista Alimentos e Nutrição**, São Paulo, v.19, n.2, p.219, abr./jun. 2008.

BARRETO, Anna Christina do Nascimento Granjeiro; BRASIL, Lana do Monte Paula; MARANHÃO, Hércio de S. Sobrepeso: uma nova realidade no estado nutricional de pré-escolares de Natal, RN. **Revista Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 53, n. 4, p. 311-316, ago. 2007

BERTIN, Renata Labronici et al . Estado nutricional, hábitos alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista Paulista Pediatria**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 303-308, set. 2010 .

CARVALHO, Alice Teles de et al . Situação nutricional de crianças menores de cinco anos em municípios do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 221-227, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009 – POF**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45419.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MENDOÇA, Andréia. **Avaliação do estado nutricional de pré-escolares de 2 a 5 anos que frequentam o ensino público do município de Içara / SC**. 2009. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Bacharelado em Nutrição, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Santa Catarina, 2009.

CONSUMO ALIMENTAR DE PRÉ-ESCOLARES DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE ENSINO INFANTIL EM NATAL/RN

AUTORES:

Genykléa Silva de Oliveira
Keliâne do Nascimento Santos
Kezianne Roseno de Castro Lundeberg
Marina Clarissa Barros de Melo
Natalia Louise de Araújo Cabral
Samira Mendes Pereira do Nascimento

INTRODUÇÃO: O ato de se alimentar é uma necessidade natural de todo indivíduo e mostra desta forma o seu estilo de vida, a cultura de um povo, e, que pode cooperar para o seu bem estar biopsicossocial. A alimentação de qualidade e em quantidades suficientes fornece ao organismo a energia e os nutrientes essenciais para a realização de suas funções fisiológicas. Por outro lado, ingestão alimentar inadequada é fator de risco para distúrbios nutricionais de déficit ou excesso de peso. O excesso de peso chega até 33,8% em escolares de diferentes regiões do Brasil, o que se mostra preocupante devido ao aparecimento precoce de doenças associadas ao excesso de gordura corporal, além da comprovada relação existente entre obesidade infantil e sua persistência até a vida adulta (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2008). O presente estudo tem por objetivo avaliar os lanches consumidos por pré-escolares de uma escola privada de ensino de Natal/RN. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo observacional, com delineamento transversal. A população do estudo foi constituída por uma amostra com crianças em idade pré-escolar (2 a 6 anos), de ambos os sexos, regularmente matriculadas em uma escola da rede particular de ensino de Natal/RN, e com participação concedida pelos responsáveis por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Participaram do estudo todas as crianças presentes no dia da avaliação e foram excluídos aqueles que faziam uso de corticosteroides. Foram analisados lanches dos escolares em um dia letivo, utilizando o registro alimentar por pesagem direta e posterior pesagem do rejeito alimentar. A pesagem dos alimentos foi realizada usando balança Nutri 5 BALMAK®, com capacidade máxima de 5 kg e graduação de 1g. Os líquidos foram medidos em provetas. Após o consumo, os restos alimentares foram recolhidos e pesados, sendo os valores registrados em formulários específicos. O consumo alimentar foi determinado como a diferença entre o que foi oferecido e o rejeito alimentar. Para tal, foram avaliadas as lancheiras das crianças, nos casos que estas traziam a alimentação de casa; os lanches comprados na cantina da escola, e, as trocas de alimentos com outras crianças da turma. A análise dos dados foi realizada através de estatística descritiva utilizando a frequência de consumo dos alimentos. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer e aprovado com o seguinte número do parecer 1.486.612, de acordo com a resolução 466/2012. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Nas últimas décadas, a maior disponibilidade e acesso aos alimentos contribuiu para uma mudança no perfil epidemiológico da população com crescente aumento do sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias (SILVA, et al; 2014). A NHANES (National Health and Nutrition Examination Survey), pesquisa que avaliou a saúde e dieta da população Americana, demonstra que as crianças entre 02 e 11 anos de idade têm baixa ingestão de fibras, vitamina D, cálcio e potássio, mas excesso no consumo de açúcar adicionado nos alimentos e carboidratos refinados, o que pode torná-las predispostas a se tornarem adultos com sobrepeso e até obesos, aumentando o risco de doenças cardiovasculares (HESS; SLAVIN, 2014). Considerando que durante a infância a criança não exerce domínio sobre o

ambiente em que vive, pode-se afirmar que os hábitos alimentares, nesta fase, recebem influência tanto do seio familiar quanto da escola (MICHEREFF, et al; 2014). O início da vida escolar de crianças é um período caracterizado por mudanças em sua rotina diária e estabelecer padrões e disciplina alimentar será de grande importância pois ao ir à escola, novas formas de se alimentar são apreendidas, principalmente pela convivência com os demais escolares (GODOY, et al; 2013). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram avaliados 85 escolares de ambos os sexos, matriculadas do nível I ao 1ª ano do ensino fundamental de uma escola da rede particular de ensino do município de Natal/RN. Na avaliação da origem do lanche, verificou-se que 87,6% dos alunos levavam os alimentos de casa, 7,1% compravam na cantina da escola e 5,2% apresentou a prática de trocar de lanche com o colega de sala. Dentre os alimentos identificados nas lancheiras dos alunos, observou-se que os cinco alimentos com maior frequência de consumo foram: biscoitos doces sem recheio (7,1%), biscoitos recheados sabor chocolate (5,7%), iogurte sabor morango (5,7%), biscoitos salgados simples (3,7%) e leites achocolatados industrializados (3,3%). O consumo de frutas na forma *in natura* correspondeu a menos de 5%. Os sucos de frutas mais consumidos foram suco de uva, maracujá, acerola e goiaba, porém, foi possível verificar um percentual considerável de oferta e consumo de sucos industrializados (7,3%). Em termos gerais, observa-se que os alimentos e preparações selecionados pelos responsáveis para compor a lancheira das crianças são essencialmente produtos industrializados, com apresentação em porções individuais, que conferem maior praticidade de compra e agradam ao paladar das crianças. Todavia, os resultados preliminarmente encontrados neste trabalho denotam a importância de realização de atividades de educação alimentar e nutricional com a comunidade escolar (pais, alunos e professores), no sentido de orientá-los sobre os riscos que a alimentação rica em alimentos ultraprocessados confere à saúde, especialmente na infância. Alimentos ultraprocessados são representados por produtos como salgadinhos de pacote, pipocas industrializadas, iogurtes com adição de aditivos químicos conservantes, macarrão instantâneo, biscoito recheados, sucos industrializados, entre outros. Tais produtos normalmente apresentam alta densidade calórica e são ricos em gorduras saturadas, açúcares refinados e sódio. Dessa forma, o consumo habitual de alimentos com essas características pode representar risco para excesso de peso, bem como para o aparecimento precoce de doenças crônicas como hipertensão e diabetes (BRASIL, 2014). Ao passo que altos percentuais de consumo de alimentos industrializados foram identificados na população estudada, a oferta e ingestão de alimentos *in natura* ou minimamente processados apresentaram baixa frequência. Ressalta-se o papel protetor da alimentação adequada e saudável, principalmente nas faixas etárias mais baixas, em virtude de seu potencial para fortalecimento do sistema imunológico e adequado crescimento e desenvolvimento físico e cognitivo (PHILLIPI et al, 2015). O ambiente escolar deve constituir-se em um cenário de práticas promotoras da alimentação saudável, oferecendo espaço para que esses assuntos sejam abordados no curso do aprendizado do aluno durante o período que está em sala de aula. Da mesma maneira, a família exerce função central como formadora dos hábitos alimentares na infância, havendo a necessidade de que tanto está quanto à escola sejam contempladas com atividades de Educação Alimentar e Nutricional, para capacitá-los quanto às melhores estratégias para promoção da alimentação adequada e saudável na infância. **CONCLUSÃO:** A avaliação dos lanches dos escolares demonstrou alta frequência de oferta e consumo de alimentos ultra processados, os quais são, em sua maioria, adquiridos pelos responsáveis das crianças. Denota-se, com isso, a importância de utilizar a escola como espaço para intervenção nutricional, visando à formação e ampliação das experiências infantis no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis a partir da infância.

Palavras-chave: Consumo Alimentar. Guias Alimentares. Alimentos Industrializados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

GODOY, Talita de Mattos; TEIXEIRA, Valeska Masucci; RUBIATTI, Angélica de Moraes Manço. Avaliação do Estado Nutricional e do Lanche Consumido por Crianças entre 2 e 3 Anos em Escola Particular de São Carlos (SP). **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 13, n. 33, p. 55-65, jan.-abr. 2013.

HESS, Julie; SLAVIN, Joanne. Snacking for a Cause: Nutritional Insufficiencies and Excesses of U.S. Children, a Critical Review of Food Consumption Patterns and Macronutrient and Micronutrient Intake of U.S. Children. **Nutrients**, Suíça, v. 6, n. 11, p. 4750-4759, nov. 2014.

MICHEREFF, Ana Luisa Pereira et al. Associação da qualidade da dieta com as características do ambiente familiar em escolares de Itajaí-SC. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 296-305. 2014.

PHILLIPI, S.T. et al. Planejamento dietético na infância. In: PHILLIPI, S.T.; AQUINO, R.C. **Dietética: princípios para o planejamento de uma alimentação saudável**. Barueri, SP: Manole, 2015.

SILVA, P. L. N. et al. Prevalência de Sobrepeso e Obesidade Infantil de uma Estratégia Saúde da Família do Município de Montes Claros (MG). **Revista Norte Mineira de Enfermagem**. v. 3, n. 2, p. 90-103. 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento de Nutrologia. **Obesidade na infância e adolescência: manual de orientação**. São Paulo: SBP/Departamento de Nutrologia, 2008. 116p. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/pdfs/14297c1-Man_Nutrologia_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

ASPECTOS NUTRICIONAIS NA ABORDAGEM DA DOENÇA DE ALZHEIMER

AUTORES:

Dionária Raiane Lopes Soares
Isabela Samária Fernandes Leite
Lígia Rejane Siqueira Garcia

INTRODUÇÃO: Com o passar da idade, o sistema fisiológico desacelera suas ações, tornando o corpo cada vez mais susceptível a doenças. A Doença de Alzheimer (DA) é neurodegenerativa, sendo a demência mais frequente da atualidade, afetando em torno de 10% dos indivíduos com idade superior a 65 anos e 40% acima de 80 anos. É previsto que em 2050, mais de 25% da população mundial seja idosa, aumentando, assim, a prevalência desta doença (SERENIKI, 2008). A fisiopatologia evidencia como uma das causas, a interrupção dos sinais sinápticos devido a formação de placas proteicas de Beta Amiloide sobre os neurônios formando placas senis e os acúmulos interneuronais de emaranhados neurofibrilares. Além disso, a produção de radicais livres e o estresse oxidativo são considerados contribuintes para as doenças relacionadas com a idade. É uma patologia caracterizada pela perda da memória, além de alterações na personalidade, cognição, comportamento, linguagem e, conseqüentemente, o idoso apresenta dificuldade em realizar suas atividades diárias, passando a depender de cuidadores (NELSON, 2012; HARMAN, 1965 apud CAVALCANTI, 2012). Diante disso, a nutrição apresenta um papel fundamental no decorrer da doença, visando diminuir os impactos dessa enfermidade na vida dos enfermos e agindo nos distúrbios que possam comprometer a adesão à dieta, como a disfagia e alterações nas percepções sensoriais dos alimentos, tendo sempre em vista o intuito de fornecer um aporte adequado de nutrientes, e assim, melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe, através de uma revisão da literatura, apresentar as conexões entre essa enfermidade e os hábitos alimentares, além da importância da nutrição como tratamento coadjuvante desde as fases iniciais da doença.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram utilizados artigos científicos encontrados nas bases de dados latino-americana Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que elucidam diversas correlações relativas ao tema em estudo. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos disponíveis nos idiomas inglês, espanhol e português, publicados entre 2006 e 2016, utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Doença de Alzheimer, Dieta, Nutrição. Sendo possível a fundamentação e aprofundamento no conteúdo que será discutido ao longo deste trabalho. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os elementos responsáveis pelo desenvolvimento da enfermidade de Alzheimer são inúmeros, observando desde a genética aos fatores relacionados aos hábitos de vida. Diante da limitação de fármacos modificadores da evolução natural do processo neurodegenerativo, as intervenções no estilo de vida se configuram como medidas preventivas importantes. Sabe-se que a maior adesão à dieta mediterrânea está associada a uma diminuição do risco de desenvolver DA, além de uma melhora da função cognitiva global e da memória episódica, assim como a redução do risco de déficit cognitivo e a menor taxa de mortalidade na doença de Alzheimer. Esse padrão de dieta baseia-se no alto consumo de alimentos de origem vegetal, na moderada ou baixa ingestão de produtos lácteos, diminuição do consumo de carne vermelha, além da baixa ingestão de gorduras saturadas, dando preferência aos ácidos graxos monoinsaturados e poli-insaturados, os quais estão presentes em alimentos como o azeite de oliva. Salienta-se que, nesse tipo de dieta há o consumo regular de vinho, geralmente durante as refeições. Os

benefícios positivos da dieta mediterrânea sob a melhora do estado de declínio cognitivo se devem possivelmente aos efeitos desempenhados pela combinação do conjunto de alimentos e nutrientes, e não por ação individual de um composto específico, assim, é importante uma mudança dietética em sua totalidade (SOUSA, 2015). Outro estudo relacionado a forma de prevenir com base na nutrição atribui um papel importante a questão da inclusão de alimentos ricos em substâncias antioxidantes, tais como as vitaminas E e C, porque exercem funções relacionadas a melhora do quadro de estresse oxidativo, o qual é associado a probabilidade de desenvolvimento de demências, entre elas a enfermidade de Alzheimer (CARRETTA, 2012). Portanto, como medida preventiva, recomenda-se a adoção de uma alimentação baseada em alimentos naturais, rica em antioxidantes. No que se refere a alimentação na DA já instalada, essa se dá por meio de uma dieta com adequação de nutrientes, favorecendo a diminuição das dificuldades existentes no tratamento, como a recusa em aceitar os alimentos, os déficits na mastigação e deglutição, além de não reconhecer a importância que tal ato representa, os quais favorecem o baixo peso que o doente está sujeito a apresentar. O acompanhamento nutricional dos portadores da DA é de suma importância desde o diagnóstico, para que não ocorra uma progressão mais rápida da doença, pois com a fase avançada da vida ocorrem alterações fisiológicas como regressão do metabolismo, mudanças nas ações digestivas, na percepção sensorial e no estímulo de sede, fatores os quais afetam de forma significativa a alimentação e nutrição do paciente. Logo, o indivíduo pode apresentar caquexia e desnutrição (SBEGHEN, et al; 2011). Goes (2014) destaca a relevância da investigação e monitoramento da presença de disfagia e da ingestão de micronutrientes antioxidantes (vitaminas A, C, E, selênio e zinco) nesses pacientes. No que diz respeito aos hábitos alimentares, é recomendado evitar alimentos ricos em gorduras saturadas, sal e açúcares, além disso é importante salientar que o modo como o indivíduo se alimenta e sua respectiva dieta são alterados em cada estágio da doença, portanto, enquanto o paciente conseguir se alimentar sem auxílio poderá acompanhar o mesmo cardápio da família. No início da doença, é fundamental uma alimentação rica em vitaminas, fibras e proteínas, para reprimir o excesso do gasto energético causado pela alta agitação do portador. A suplementação é indicada nos casos de perda de peso imediato, para aumentar o valor calórico e proteico, evitando a perda de massa muscular, além de ser também fundamental a ingestão de líquidos para evitar os riscos de desidratação (CARVALHO; FRANK, 2010 apud SBEGHEN, et al; 2011). A terapia nutricional para o indivíduo portador da doença de Alzheimer deve ser composta por alimentos fontes de ácidos graxos monoinsaturados, poli-insaturados, vitamina B6, B12, C e E. Ainda seguindo essa linha de raciocínio, Domínguez (2009) cita um estudo no qual foi administrado 900mg/dia de Ômega-3 nos pacientes com DA, e os mesmos apresentaram uma melhora na função cognitiva. **CONCLUSÕES:** Os estudos mostram e reforçam a relevância que deve ser dada a prevenção dos declínios cognitivos por meio da dieta e a importância do acompanhamento nutricional nos portadores da doença de Alzheimer, além de possibilitarem o melhor entendimento dos fatores que contribuem para o início e posterior avanço da patologia, e assim, dar suporte para que se entenda e busque atingir os propósitos de manter um adequado estado nutricional e melhorar a qualidade de vida. É imprescindível salientar também a necessidade do acompanhamento do enfermo por uma equipe multidisciplinar com a inclusão do nutricionista, podendo intervir na DA através de cuidados específicos, incluindo uma alimentação saudável para evitar a perda de peso, proporcionando uma melhor qualidade de vida desse paciente. Muito embora haja diversas descobertas sobre o assunto, ainda se faz necessária a busca de informações concretas que visem encontrar os principais fatores determinantes da DA, para que desta forma sejam idealizadas medidas e soluções para o retardamento ou até mesmo a cura dessa demência que tanto afeta a vida dos idosos.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. Dieta. Nutrição.

REFERÊNCIAS

- CARRETTA, Marisa Basegio; SCHERER, Sabrina. Perspectivas atuais na prevenção da doença de Alzheimer. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 37-57, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/14368/23187> >. Acesso em: 10 out. 2016.
- CAVALCANTI, José Luiz de Sá; ENGELHARDT, Elias. Aspectos da fisiopatologia da doença de Alzheimer esporádica. **Revista Brasileira de Neurologia**, Rio de Janeiro, v. 48, n.4, p. 21-29, 2012. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-8469/2012/v48n4/a3349.pdf> >. Acesso em: 28 set. 2016.
- LANYAU DOMINGUEZ, Yeneisy. La dieta en la enfermedad de Alzheimer. **Revista Cubana Salud Pública**, Ciudad de La Habana, v. 35, n. 4, p. 55-64, dic. 2009 . Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662009000400007&lng=es&nrm=iso >. Acesso em: 18 out. 2016.
- GOES, Vanessa Fernanda et al. Avaliação do risco de disfagia, estado nutricional e ingestão calórica em idosos com Alzheimer. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 317-324, Abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692014000200317&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 14 out. 2016.
- SBEGHEN, M. R. et al. **Intervenções nutricionais para idoso com doença de Alzheimer**. In: VII EPCC- ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR, 7., 2011, Paraná. Anais... Paraná: Cesumar, 2011. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/edson_pilger_dias.pdf >. Acesso em: 12 out. 2016.
- SERENIKI, Adriana; VITAL, Maria Aparecida Barbato Frazão. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, supl. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2016.
- SOUSA, Maria João; GUIMARAES, Joana. Prevention of Alzheimer's disease: The role of the Mediterranean diet. Prevenção da doença de Alzheimer: o papel da dieta Mediterrânica. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 6, p. 691-703, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732015000600691&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 9 out. 2016.

FARMÁCIA

TERAPÊUTICA E CUIDADOS COM O PACIENTE RENAL CRÔNICO TRANSPLANTADO

AUTORES:

Ana Mércia Pegado S. Wanderley
Carlos Capistrano Gonçalves de Oliveira
Erta Bezerra da Silva Alves
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Ismar Paiva
Sílvia Beatriz Fonseca de Melo

INTRODUÇÃO: A doença renal crônica (DRC) é um problema de saúde pública e no Brasil a sua incidência tem aumentado progressivamente. Acrescente-se a esse fator um prognóstico ainda negativo e custos altos para o tratamento. Estes atuam mesmo que parcialmente como substitutos da função renal e os que estão disponíveis são: diálise peritoneal cíclica contínua, diálise peritoneal ambulatorial contínua, diálise peritoneal intermitente, hemodiálise e o transplante renal. O transplante renal emerge como uma das terapias substitutivas que oferece melhores condições de vida a pessoa que vive com a DRC, desde que haja condições de submeter-se a cirurgia e ao tratamento com os imunossuppressores. Hodiernamente, o grande avanço e surgimento de novos agentes terapêuticos imunossuppressores, tornaram os transplantes renais, na maioria das vezes, uma cirurgia de sucesso e de grande valia para o prolongamento da vida. A partir deste maior prolongamento da vida de indivíduos transplantados utilizando técnicas de imunossupressão, com azatioprina e prednisolona, novas drogas foram descobertas, como por exemplo, ciclosporina, em torno de 1980, que culminou com um grande avanço na terapia da imunossupressão, elevando a sobrevivência dos transplantados e dos enxertos em mais de um ano. Após o descobrimento da ciclosporina, os resultados mostraram que a sobrevivência dos transplantados foi superior a 90% e as sobrevidas de enxerto de 85% na Europa e estados Unidos. No Brasil, a sobrevida varia em torno de 75% a 80%. Compreende-se que com a maior ampliação dos conhecimentos acerca dos medicamentos e terapêutica aplicada aos pacientes transplantados há a perspectiva de melhora da assistência ao paciente submetido ao transplante. **OBJETIVO:** Discutir a utilização dos medicamentos pelo paciente transplantado renal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão da literatura, que é uma pesquisa geral sobre os trabalhos científicos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. A coleta de dados foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais sobre o tema proposto, assim como em livros e documentos do Ministério da Saúde, entre os meses de setembro e outubro de 2016. Como critério de inclusão utilizaram-se os artigos no formato de texto completo, publicados em língua portuguesa e inglesa e como critério de exclusão, os textos que abordavam outros tipos de complicações em pacientes idosos e as duplicidades. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A causa do sucesso dos transplantes deve-se em parte aos agentes farmacológicos e a forma de utilização destes, que buscam inibir a resposta imune, principalmente, linfócitos T e B, bloqueio de anticorpos e citocinas, estas últimas, responsáveis pelo estímulo a células de defesa. Os mais utilizados são: azatioprina; prednisona; ciclosporina; micofenolato mofetil; micofenolato sódico; tacrolimus; sirolimus e everolimus. Além destes, são utilizados os agentes biológicos, denominados: globulina antilinfocitária, (ALG); globulina antitimocitária (ATG); anticorpos monoclonais anti-CD3, (OKT3); Basiliximab e Daclizumab, anticorpos dirigidos ao receptor da interleucina-2. Utilizando-se de diferentes estratégias imunossupressoras, antes da cirurgia, durante e pós-cirurgia, a diminuição dos índices de

rejeição aguda foram diminuídas para 20%-30%. A Indução do processo da imunossupressão deverá ocorrer, antes, durante e quatro dias após a cirurgia, ainda em ambiente hospitalar, são administrados, ATG ou OKT3, associado ao tacrolimo, azatioprina e prednisona. Paralelamente, em caráter preventivo durante este processo deve ser realizados outros tratamentos, como por exemplo, tratar contra o *Strongyloides stercoralis*, agente etiológico da estrogiloidíase, verminose oportunista e profilaxia da infecção pelo citomegalovírus (CMV). Os anticorpos monoclonais, basiliximabe, são administrados em duas doses no dia da cirurgia e a segunda dose, no 4º dia pós-operatório. Para o processo de manutenção da imunossupressão - utiliza-se a ciclosporina ou tacrolimo, estas são as drogas administradas por via oral, mais potentes atualmente, capaz de aumentar a sobrevida do enxerto e do paciente; a prednisona em combinação com a ciclosporina nos primeiros seis meses pós-transplante; o micofenolato mofetil mostrou-se com mais eficiência que a azatioprina, quando em combinação com prednisona, ciclosporina ou tacrolimo. As drogas administradas no processo de manutenção do sistema imune apresentam alguns efeitos adversos: iniciando pela Ciclosporina foi verificado que ela provoca – hipertensão; hiperpotassemia; tremor em repouso; hirsutismo; hipertrofia gengival; hiperlipidemia; hiperuricemia; gota; perda lenta e progressiva da função renal; o tacrolimus – semelhante a ciclosporina, acrescentando hiperglicemia; menor risco de hipertensão e queda de cabelo; a prednisona – hipertensão; intolerância à glicose; síndrome de cushing; osteoporose; hiperlipidemia, depressão e outros transtornos do humor; o micofenolato mofetil – diarreia; leucopenia e em menor incidência, trombocitopenia e a azatioprina – leucopenia; hepatotóxico; colestase; pancreatite; doença hepática venoclusiva; queda de cabelo. A monitorização é importante para o paciente transplantado, pois ele necessita de cuidados especiais que provavelmente, ocorrerá ao longo da sua vida. Faz-se necessário orientar aos pacientes e familiares que a cirurgia foi apenas um passo do tratamento e caso exista um controle inadequado dos medicamentos e das orientações da equipe de saúde, poderá concorrer com prognóstico negativo no futuro. Pacientes mais jovens e adolescentes, geralmente são rebeldes as orientações, mas a família deverá cuidar para que tal não aconteça, evitando insucesso do transplante. Este monitoramento deverá ser efetuado e acompanhado através de exames laboratoriais, avaliações clínicas regulares, em curto períodos de tempo, pelo menos nos primeiros seis meses, com o objetivo de prevenir algum processo imunológico, efeito adverso ou infeccioso. Embora existam alguns efeitos adversos dos medicamentos ingeridos pelo indivíduo que possa acarretar alguns efeitos colaterais, a qualidade de vida deste paciente melhora visivelmente, primeiro a sua alimentação se aproxima do indivíduo normal, ele pode ingerir água normalmente, pode praticar esportes, após a liberação pelo médico, livra-se da máquina de hemodiálise e volta a exercer normalmente as suas atividades profissionais.

CONCLUSÃO: Concluímos que o transplante renal e o avanço do melhor entendimento da ação medicamentosa dos imunossupressores têm proporcionado avanços na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos transplantados, tanto no aspecto de baixa rejeição do órgão, como também, proporcionando maior longevidade do órgão e de vida.

Palavras-chave: Transplantado Renal. Terapêutica. Cuidados.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. G; OLIVEIRA, D. C. Q; KIRSZTAJN, G. M. Doença renal crônica no paciente idoso, **Revista HCPA**, [s.l.], v. 31, n.1, p. 52-65, Juiz de Fora, MG, fev./mar. 2011.

BASTOS, M. G; BREGMAN R; KIRSZTAJN, G.M. Doença renal crônica: frequente e grave, mas também prevenível e tratável. **Revista Associação Médica Brasileira**, [s.l.], 2010.

DE OLIVEIRA FURTADO, A.M. et al. O enfermeiro assistencial e educador em uma unidade de transplante renal: uma questão desafiadora. **Enfermagem Globalizada**, [s.l.], 2012.

FRANCO, M. R. G; FERNANDES, N. M. S. Diálise no paciente idoso: um desafio do século XXI - revisão narrativa, **Jornal Brasileira de Nefrologia**, São Paulo, v.35, n.2, p.132-141, Juiz de Fora, jan./fev. 2013.

FERREIRA, R.C; SILVA FILHO, C.R. Quality of life of chronic renal patients on hemodialysis in Marília, SP, Brazil. **Jornal Brasileira de Nefrologia**, São Paulo, v. 6, n. 33, ano 2, p. 129-35, 2013.

KUSUMOTA, L; RODRIGUES, R. A. P; MARQUES. S. Idosos com insuficiência renal crônica: alterações do estado de saúde, **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v.12, n. 3, p. 525-32, maio/jun. 2004.

LEMOS, J. R. D; et al. O envelhecimento como fator determinante nas modificações da estrutura renal. **Ciências Biológicas e da Saúde**, Ponta Grossa, v.14, n.1, p. 41-51, mar. 2008.

MARTINS, A M; MOREIRA, A. S. B; AVESANI, C. M. Ingestão alimentar de idosos em hemodiálise. **Revista HUPE**, Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 50-57, jul./set, 2015.

AUTOMEDICAÇÃO NO BRASIL, UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

AUTORES:

Albania Thaisy Batista Da Silva

Ana Karolyne Silva De Azevedo

Carlos Capistrano Gonçalves De Oliveira

Elayne Maria Silva Da Gama

Luana Ricardo De Lima

Silvia Beatriz Fonseca De Melo

INTRODUÇÃO: A automedicação tem se tornado um problema de saúde pública, por ser uma das principais causas de internações hospitalares e mortalidade no Brasil. A ANVISA define automedicação como sendo “a utilização de medicamentos por conta própria ou por indicação de pessoas não habilitadas, para tratamento de doenças cujos sintomas são “percebidos” pelo usuário, sem avaliação prévia de um profissional de saúde.” De acordo com a definição, observamos que a decisão de tomar o medicamento é toda do “paciente”, que coloca o medicamento na mão e o leva até a boca. Este processo da automedicação, que requer certo nível de orientação e conhecimento sobre saúde e doença, poderia até apresentar vantagens, como reduzir a carga de atendimento médico, o tempo gasto na espera pelo atendimento e menor custo. Porém, consumir medicamentos de tarja vermelha ou preta, que só deveriam ser prescritos por profissionais da saúde capacitados, pode ser extremamente prejudicial para o automedicante. A vigilância sanitária mostrou que em um período de dois anos, 2007-2009, foram registrados 14.554 casos de intoxicação humana e 169 óbitos. A intoxicação medicamentosa tem sido responsável por 30% das internações hospitalares. Esse alto número de internações contrasta com um pequeno número de publicações que existe sobre intoxicação e óbito por automedicação, mesmo sendo fator de preocupação por órgãos governamentais. Podemos inferir que provavelmente seja difícil de diagnosticar, porque as pessoas acometidas não informam a verdadeira causa e desta forma, estes registros permanecem arquivados nos hospitais públicos ou privados. A população em geral, desconhece que medicamentos são substâncias químicas que interagem com o nosso organismo e estas substâncias que tem como um dos principais objetivos curar, aliviar, tratar, confortar, diagnosticar e prevenir doenças; quando tomados em excesso ou administrados ao paciente erroneamente podem causar intoxicações ou óbito. Poderíamos perguntar qual a razão deste alto número de indivíduos intoxicados? Existem alguns fatores que favorecem a automedicação, como por exemplo, a propaganda veiculada, muitos indivíduos doentes, a baixa quantidade de profissionais de saúde disponíveis e a falta de um sistema de saúde estruturado. Esta última razão, não nos atinge, pois temos um sistema de saúde considerado um dos melhores do mundo, principalmente por não fazer discriminação de pessoas, aonde todos são atendidos. **OBJETIVO:** Informar sobre o ato voluntário da automedicação, causas e consequências. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, sobre a automedicação, causas e consequências para o organismo humano e principais grupos de medicamentos responsáveis pelos acidentes da automedicação. Foram consultados artigos disponíveis no portal da biblioteca virtual em saúde BVS/Bireme; Universidade de Stanford, Londres, por meio do site www.highwire.org, periódicos da CAPES, site de pesquisa, Google. Os seguintes descritores foram utilizados: automedicação; intoxicação medicamentosa; reações adversas a medicamentos; farmacovigilância; drug-effects; side effects; tratamento. Os periódicos que continham os temas de interesse e se possível, de publicação recente, foram selecionados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A automedicação existe em todo o mundo, mas no Brasil, esta atitude supera a de muitos Países Europeus e Latinos Americanos. Na Espanha, a automedicação alcança índices de 20,2%; Na Colômbia, 27,3%; China, 32,5%; Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

África 39, 2%; Brasil, 76,4%. Nos Estados Unidos, intoxicações por analgésicos e opióides vêm aumentando demasiadamente, como por exemplo, em 1999 era cerca de 3.000 casos e em 2007, cerca de 11.800 casos. No Brasil, em 2010, foram 24.050 notificações por intoxicação medicamentosas e 67 casos evoluíram para óbito. Destes casos, a faixa-etária mais atingida foi a superior a 10 anos ou mais, com 14.911 (62,2%) casos; a segunda faixa etária mais atingida foi a de 0-10 anos, 9.139 (37,8%) casos; dentro desta última faixa-etária, 2.541, (27,8%) casos eram crianças na faixa-etária de 1-5 anos de idade. Em um Hospital de Emergência, situado em Tubarão, SC, das 165 crianças automedicadas que foram atendidas, 93 (56,4%) crianças estavam intoxicadas. Os medicamentos mais administrados foram a dipirona, paracetamol, amoxicilina e todos eles foram administrados pelos cuidadores. O Sistema Nacional de Notificações para Vigilância Sanitária (NOTIVISA) divulga que os principais medicamentos responsáveis como sendo causas de intoxicação, foram Clonazepam, Ansiolítico; com 342 casos, (9,3%) e três 3 óbitos; Diazepam, Ansiolítico, 218 casos, 5,9% e dois óbitos; Antipsicótico, 188 casos, 5,1% e um óbito; Carbamazepina, Anticonvulsivante, 169 casos, 4,6% e um óbito; Cloridrato de Amitriptilina, Antidepressivo, 139 casos, 3,8% e dois óbitos; Fenobarbital, 125 casos, 3,4% e este grupo apresentou seis óbitos. Quando analisamos a faixa-etária que pratica a automedicação com maior frequência, que vai de 16 a 24 anos, surge com 96,1% dos casos; Com relação ao grau de escolaridade, indivíduos que se encontram no ensino superior, surge com maior percentual de automedicação 84,8%; Interessante, que o incentivo para automedicar-se, em 68,1% dos casos, foi sugerido por um amigo. Com relação ao sexo, 76,7% dos homens e 75,1% das mulheres praticam a automedicação. Um percentual de 22,5% sentiu-se mal, após automedicação, mas apenas 64,2% procuraram a emergência dos hospitais das suas respectivas regiões. O grande problema da automedicação é a interação entre medicamentos, alguns deles podem tanto diminuir a sua concentração na corrente sanguínea, como aumentá-la quando administrados com outros medicamentos. **CONCLUSÃO:** Concluímos que do exposto acima, que a automedicação é um erro e que a administração de medicamentos deve ser prescrita por profissionais capacitados para este fim e desta forma, o paciente poderá desfrutar plenamente dos seus efeitos terapêuticos.

Palavras-chave: Automedicação. Intoxicação medicamentosa. Reações adversas a medicamentos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. L. de et al. Estudos brasileiros sobre automedicação: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Farmácia**, Rio de Janeiro, v. 96, n. 2, 2015.
- DOMINGUES, P. H. et al. Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: Revisão sistemática. **Revista Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2015.
- MORBIDADE e mortalidade relacionadas a medicamentos no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. **Revista Ciências Farmácia Básica**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p.: 519-532, 2014.